

MICHELLE SCHREINER

JULES MICHELET E A HISTÓRIA QUE RESSUSCITA E DÁ VIDA AOS HOMENS

Uma leitura da emergência do “povo” no cenário historiográfico
francês da primeira metade do século XIX

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da
Prof^a. Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 05/08/2005.

Banca:

Prof^a. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (Orientadora)

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (membro)

Prof^a. Dra. Iara Lis Schiavinatto (membro)

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas (membro)

Prof^a. Dra. Virgínia Célia Camilotti (membro)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente)

Prof^a. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (suplente)

AGOSTO / 2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sch72j **Schreiner, Michelle**
**Jules Michelet e a história que ressuscita a dá vida aos
homens : uma leitura da emergência do “povo” no cenário
historiográfico francês da primeira metade do século XIX /
Michelle Schreiner. - - Campinas, SP : [s. n.], 2005.**

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Michelet, Jules, 1798-1874. 2. Historiografia - França.
3. Literatura francesa – História e crítica. 4. História – Séc. XIX.
5. Classes sociais - França. 6. França – História – Revolução, 1789-
1799. I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Historiography – France.
French literature – History and criticism.
History – 19th century.
Classes, Social - France.
France – History – Revolution, 1789-1799.**

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Doutorado em História

**Banca examinadora: Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca
Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto
Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas
Profa. Dra. Virgínia Célia Camilotti**

Data da defesa: 05 de Agosto de 2005.

AGRADECIMENTOS

Trabalhos como esse são sempre resultado da cooperação de muitos, portanto, não poderia deixar de registrar alguns agradecimentos que, porque são de praxe, não são menos sinceros.

Devo agradecer primeiramente à Universidade Estadual de Campinas e ao Programa de Doutorado em História Social do Departamento de História desta universidade pela oportunidade de realizar esta tese. Agradeço também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o apoio financeiro, sem o qual não poderia ter desenvolvido parte da pesquisa na Bibliothèque Nationale de France e na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, onde tive acesso a uma bibliografia crítica e teórica que jamais conseguiria reunir no Brasil.

Sou grata mais uma vez à professora Maria Stella Bresciani pelo privilégio de ter sido sua orientanda e poder usufruir de seu vasto conhecimento e experiência como historiadora. Suas preciosas observações, a liberdade que tive de escolher determinados caminhos, a sugestão de outros, tornaram sua orientação a um só tempo sensível e rigorosa, sempre procurando clareza nos meus argumentos e sugerindo palavras que trouxessem beleza e harmonia à obra. Por seus conselhos, apoio, crítica e estímulo tenho uma dívida de gratidão e o sentimento de orgulho por ter tido a professora ao meu lado.

Do mesmo modo, devo muitíssimo aos professores Edgar de Decca e Luiz Dantas pela leitura atenta, comentários e sugestões no momento da qualificação. A solidariedade e o entusiasmo de ambos contribuíram de forma definitiva para que este trabalho se tornasse um fato. À Virgínia Camilotti, Márcia Naxara e Fernando Teixeira, mais que professores, amigos que fiz no Curso de História da Universidade Metodista de Piracicaba e aos quais devo minha formação acadêmica, sou bastante grata por fazerem parte da banca examinadora, seja como membro ou suplente, mas antes pelo estímulo e contribuições fundamentais quando eu ainda tinha apenas idéias. À professora Virgínia minha eterna gratidão pelo convívio acadêmico, pela ajuda e incentivo no início deste processo, mas sobretudo por ter despertado em mim a paixão por Michelet, pela História e pelo fazer História. Igualmente aos colegas e professores da Linha de

Pesquisa “Jogos do Político”, em especial à professora Iara Lis Schiavinatto que também concordou em participar da banca, agradeço o espaço em que pudemos trocar experiências, leituras e reflexões.

Neste momento, faz-se imprescindível dar o devido reconhecimento àqueles que sempre estiveram ao meu lado, embora, às vezes, sem entender a minha angústia por não lhes dar a atenção que mereciam. Este trabalho é a pura expressão do meu amor por estas pessoas: Max Schreiner, meu pai, Maria Terezinha Ferraz Paiva, minha mãe, Raumer e Albert Schreiner, meus queridos irmãos.

Alexandre, como sempre, foi leitor e companheiro infatigável de todas as horas. Com sua tranqüilidade e bom senso habituais soube dosar minha obsessão pela pesquisa e temperar com carinho meus momentos de descanso. Sou imensamente grata por sua compreensão, estímulo e paciência que permitiram termos sobrevivido a dois processos de doutorado simultâneos, a Austin, e a tantos outros percursos que nos ajudaram “a nos tornarmos quem realmente somos”. A ele, que sabe o quanto é especial na minha vida, devo muito mais do que pode ficar expresso aqui.

Este trabalho é dedicado à minha avó, Ângela Guida Schreiner (in memoriam), que me ensinou o prazer da leitura, e que partiu em silêncio, sem despedidas, enquanto eu viajava e exercitava meu aprendizado debruçada sobre Michelet.

SUMÁRIO

RESUMO, 1

INTRODUÇÃO, 3

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA E LITERATURA NA DISPUTA PELA ORIENTAÇÃO DOS VALORES E CONDUTAS DO LEITOR

Capítulo 1 – Os efeitos da leitura de romances na formação do público leitor, 39

Capítulo 2 – A História em sua expressão pedagógica de formação do “povo”, 103

SEGUNDA PARTE

JULES MICHELET E A MAGISTRATURA DA HISTÓRIA

Capítulo 3 – A escrita como forma de ação: a tessitura d’*O Povo*, 157

Capítulo 4 – O “povo” de Michelet: sujeito e narrador da História, 233

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 273

QUADRO CRONOLÓGICO DA VIDA E DAS OBRAS DE JULES MICHELET, 290

BIBLIOGRAFIA, 297

RESUMO

Para Jules Michelet, alguns literatos, como Honoré de Balzac, Eugène Sue e George Sand, caracterizam o “povo” de forma degradante, diferindo de uma literatura anterior, de fins do século XVIII e início do XIX, que devia se afirmar como veículo de instrução moral ou de “pedagogia” do cidadão. Nesse sentido, busco recuperar o propósito do historiador ao publicar *Le Peuple*, em 1846, e *Histoire de la Révolution française*, de 1847 a 1853, como contraponto à literatura do período que, segundo ele, oferecia uma falsa imagem da nação francesa ao enfatizar sobretudo os defeitos e torpezas de seu povo.

A propósito da questão da emergência do “povo” no cenário historiográfico francês da primeira metade do século XIX, levanto a hipótese de que a criação das obras de Michelet em contraposição à literatura em voga no seu tempo, insere-se num contexto maior de extensão da função “pedagógica” de formação do povo, atribuída até então à Literatura, para o âmbito da História.

ABSTRACT

For Jules Michelet, some literary writers, just as Honoré de Balzac, Eugène Sue and George Sand, characterize “the people” in a degraded way, unlike a previous literature (at the turn of the 18th and in early 19th century) that was understood as an instrument of education of the people. In such case, I search to recover the purpose of the historian when he publishes *Le Peuple*, in 1846, and *Histoire de la Révolution française*, from 1847 to 1853, to oppose the literature of the period that, according to him, used to offer a false image of the French nation when it emphasizes all of faults and bad habits of its people.

About the emergency of “people” in the French historical scenery in the first half of the nineteenth century, I defend that the Michelet’s works creation, in opposition to the literary writers of the period, is inserted in a larger context of extension of the “pedagogic” function of people’s formation, attributed until then to the Literature for the ambit of the History.

INTRODUÇÃO

I

“Em meados do século XVIII, *Hamlet* havia sido escrito há mais de 150 anos, os *Lusíadas* estavam publicados há quase 200 anos, *D. Quixote* fora impresso há 160 anos e, entretanto, ainda não havia literatura. Molière, Swift, De Foe, Corneille, Milton, Dante não escreviam literatura. Ou melhor, o que escreviam era literatura tanto quanto os textos de filósofos, historiadores, cientistas. Eram todos igualmente ‘homens de letras’, pois pertenceram a um tempo em que o termo literatura designava erudição.”

MÁRCIA ABREU¹

Márcia Abreu em “A leitura do romance”², observa que durante o século XVIII proliferaram narrativas ficcionais percebidas pelos contemporâneos como algo novo. Sequer havia um nome estável para essas obras, que eram chamadas de “histórias”, “aventuras”, “vidas”, “contos”, “memórias”, “novelas”, “romances”.

Como demonstra a autora, a dificuldade em definir esses estilos pode ser evidenciada nas acepções fornecidas pelo *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes Silva, publicado pela primeira vez em 1789. Acompanhando os argumentos do autor, conto é “historia fabulosa”, enquanto novela é “conto fabuloso de sucessos entre homens para se dar instrução moral”³. Novela é conto, conto é história. O termo romance teria embaralhado ainda mais os conceitos, acrescido de novo significado a partir de 1813: “novellas, contos fabulosos de amores, os quaes começarão em versos em lingua *romance*, ou vulgar, como forão”⁴. Novela, conto e romance

¹ ABREU, Márcia. “Letras, Belas-Letras, Boas Letras”. BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 2003, pp. 11-12. Mantive a ortografia, as abreviações e a pontuação tal como estavam nos documentos e edições consultados, evitando interferir nos textos. Toda a bibliografia utilizada em língua estrangeira, quando não for traduzida, é porque já se encontra disponível em português. As traduções não expressamente atribuídas a outra pessoa são de minha autoria.

² ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. *Os caminhos dos livros*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999, pp. 265-342.

³ *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 265.

⁴ *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.* Grifo da autora.

eram, portanto, equivalentes, tendo todos caráter “fabuloso”, ou seja, dedicavam-se a “contar fabulas, contos, sucessos mentirosos dos tempos das Fabulas do gentilismo, ou semelhantes a esses, e posteriores; inventar, e narrar qualquer historia, que não tem a verdade por fundamento”⁵. Sem preocupação com questões formais que pudessem precisar diferenças internas aos gêneros, o que definia essa produção era seu conteúdo “fictício”, expressão não isenta de um toque pejorativo pelo recurso a termos relativos à mentira e ao fingimento, visto com maus olhos em terras católicas e familiarizadas com a inquisição.

Porém, a dificuldade em lidar com o que é ficcional não foi invenção portuguesa. De acordo com Márcia Abreu, P. Jacob enfrentou obstáculo semelhante ao elaborar sua *Bibliographia Parisiana* e sua *Bibliographia Galliae*, lançadas em meados do século XVII. Para repertoriar, a produção francesa também teria criado categorias e subcategorias que permitiam perceber a complexidade de classificação dos escritos. A rubrica *Historia*, por exemplo, dividia-se em *historia ecclesiastica*, *historia profana* e *historia mixta*. Se é fácil imaginar de que tratam a história profana e a sagrada, a *historia mixta* não é, como se poderia supor, uma mistura dos dois tipos. Ela funcionava como uma categoria “curinga” que abrigava a prosa jornalística e a prosa ficcional, segundo o autor⁶.

Tão sutis eram as fronteiras entre as áreas que a definição de literatura proposta pela *Encyclopédie*, em meados dos anos setecentos, era:

“LITERATURA (*Ciências, Belas-Letras, Antiq.*): termo geral que designa a erudição, o conhecimento das Belas-Letras e das matérias que com ela têm relação. Veja o verbete LETRAS, em que, fazendo seu elogio, se demonstra sua íntima união com as Ciências propriamente ditas.”⁷

Literatura era “conhecimento” e não um conjunto de escritos. Fazia-se uma tênue distinção entre os campos: ao mesmo tempo em que se separavam Belas-Letras e Ciências,

⁵ Apud ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 266.

⁶ Apud ABREU, Márcia, *ibid.*

⁷ DIDEROT, Denis e D’ALEMBERT, Jean le Rond (orgs.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris, 1751-1772. Apud ABREU, Márcia. “Letras, Belas-Letras, Boas Letras”, *op. cit.*, p. 14. Grifos da autora.

buscava-se mostrar sua “íntima união”. Os autores da *Encyclopédie* pediam que se visse o verbete Letras:

“LETRAS: essa palavra designa em geral as luzes advindas do estudo, e em particular aquela das Belas-Letras ou da literatura. Nesse último sentido, distinguem-se os homens de *letras* que cultivam somente uma erudição variada e plena de amenidades, daqueles que se apegam às ciências abstratas e àquelas de uma utilidade mais sensível. Mas não se pode adquirir-las em um grau eminente sem o conhecimento das *letras*. (...) Mas se as *letras* servem de chave para as ciências, as ciências, por seu lado, concorrem para o aperfeiçoamento das *letras*. (...) Para torná-las florescentes, é necessário que o espírito filosófico e, conseqüentemente, as ciências que o produzem, encontrem-se no homem de *letras*, ou ao menos no corpo da nação. (...) A Gramática, a Eloquência, a Poesia, a História, a Crítica, em uma palavra, todas as partes da Literatura seriam extremamente defeituosas, se as ciências não as reformassem e não as aperfeiçoassem: elas são necessárias, sobretudo, às obras didáticas de retórica, de poética e de história. Para ter sucesso nesse gênero de obras é necessário ser filósofo assim como homem de *letras*. (De Jaucourt)”⁸

Tomando por base este enunciado, Márcia Abreu nota que três personagens dividiam o papel do letrado: aquele que se apegava à ciência, o que se associava às letras e o que se dedicava à filosofia, ainda que houvesse particularidades em suas funções. O primeiro era um especialista em uma disciplina, freqüentava academias científicas, fazia, em geral, carreira universitária, ocupava-se de coisas “úteis” e dirigia-se a um público restrito e também especializado, capaz de ler latim. O segundo era herdeiro de uma tradição e voltava-se para as “amenidades”, desenvolvendo um trabalho cuja “utilidade” era de mais difícil discernimento. Escrevia para um público variado, em latim, mas preferencialmente em língua vernácula, o que permitia divulgar seus trabalhos em meios de circulação ampla. Quer produzisse poesias quer escrevesse discursos, compunha-os segundo um conjunto de preceitos reconhecidos pela elite letrada. O terceiro personagem, o filósofo, era aquele capaz de transitar pelos dois domínios, aliando procedimentos científicos e retóricos. O verbete da *Encyclopédie* faz, como seria de esperar, o elogio do filósofo e de seu poder de agregar ciências e letras.

⁸ *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 15. Grifos da autora.

Não obstante, o desejo de homens como Voltaire não era, de forma alguma, associar-se às massas, e sim “aos grandes”, como aponta a autora. Essa inclinação transparece em seu conceito de literatura:

“LITERATURA: essa palavra é um desses termos vagos tão freqüentes em todas as línguas. (...) A literatura (...) designa em toda a Europa um conhecimento das obras de gosto, uma tintura de história, de poesia, de eloqüência, de crítica. (...) A literatura não é uma arte particular: é uma luz adquirida sobre as belas artes, luz freqüentemente enganadora. (...) Não se distinguem de forma alguma obras de um poeta, de um orador, de um historiador, por esse termo vago de literatura, ainda que seus autores possam apresentar um conhecimento muito variado e possuir tudo aquilo que se entende pela palavra letras. (...) Chama-se de bela literatura aquela que se prende aos objetos que têm beleza, à poesia, à eloqüência, à história bem escrita. A simples crítica, as diversas interpretações dos autores, os sentimentos dos antigos filósofos, a crônica, não são absolutamente bela literatura, pois suas pesquisas *não têm beleza*. (...) Os homens convencionaram chamar *belo* todo objeto que inspira sentimentos agradáveis sem esforço, assim aquilo que é apenas exato, difícil e útil não pode pretender a beleza. (...) Uma dissertação bem feita, tão elegante quanto exata, e que distribui flores sobre um assunto espinhoso, pode ainda ser chamada de um *belo* pedaço de literatura, embora em um conjunto muito subordinado às obras de gênio.”⁹

A explicação do filósofo coincide em parte com aquela proposta na *Encyclopédie*: literatura não é uma “arte particular”, é um nome que designa o “conhecimento” de um conjunto vasto de saberes, os quais se diferenciam em termos de amenidade e utilidade. A despeito das semelhanças, Voltaire introduz as categorias de “gosto” e de “beleza” que seriam, a seu ver, capazes de demarcar um grupo específico de textos. Embora a definição desses conceitos ainda não estivesse clara, eles foram bastante produtivos na enunciação de uma especificidade para a literatura, porquanto teriam operado como elemento de distinção entre um grupo de obras e o conjunto dos escritos, entre um grupo de leitores e a massa leitora.

A partir desta premissa, Márcia Abreu chama a atenção para a leitura que se torna acessível a novos públicos, dentre os quais as mulheres, crianças, artesãos, camponeses e pequenos comerciantes:

⁹ François-Marie Arouet, vulgo Voltaire (1694-1778). Fragmento inacabado, publicado em 1819. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 17. Grifos da autora.

“Esse público heterogêneo, pouco especializado e de baixo poder aquisitivo tinha curiosidade, em geral, por impressos como folhetos (brochuras da *bibliothèque bleue* francesa, *chapbooks* ingleses ou literatura de cordel portuguesa), baladas em folhas soltas, jornais, panfletos e por gêneros como o romance. Evidentemente continuava a existir um público de elite, que podia se interessar ou não por esse tipo de impresso, e que era capaz de ler produções oriundas dos círculos eruditos de sua própria época e do passado.”¹⁰

A mudança nos modos de apropriação dos textos, na composição do público e na publicação das obras fez com que alguns historiadores nossos contemporâneos vissem uma “revolução da leitura” em meados do século XVIII. Roger Chartier, conquanto advirta que essa foi apenas uma das modificações pelas quais passaram as formas de ler, percebe a importância das novidades surgidas no período:

“(…) [há] mudanças objetivas que transformam a produção impressa em toda a Europa ocidental: o crescimento e a diversificação da produção do livro, a multiplicação e a transformação dos jornais, o triunfo dos pequenos formatos, a redução do preço do livro, graças às cópias, a proliferação das sociedades de leitura (*book-clubs*, *Lesegesellschaften*, salas de leitura) e das bibliotecas de empréstimo (*circulating libraries*, *Leihbibliotheken*, gabinetes de leitura). Essas evoluções fornecem um poderoso suporte a uma mais forte presença do impresso, impulsionada pelos novos gêneros, ao mesmo tempo literários e editoriais, de novas práticas de leitura.”¹¹

O autor sustenta que as “revoluções da leitura” são muitas e não estão imediatamente ligadas à invenção ou às transformações da impressão. No seu entender, a primeira delas consistiria no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa. Apesar de ambas as formas terem coexistido na Antigüidade greco-romana, foi durante a Idade Média que a habilidade de ler em

¹⁰ ABREU, Márcia, *ibid.*, pp. 22-23. Ver, a respeito, a análise de Regina Zilberman sobre as inovações nas técnicas de impressão e a produção de obras ficcionais. ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo, Senac, 2001.

¹¹ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, UnB, 1994, p. 100. A cidade vista como o meio acolhedor do impresso, onde a escrita circula, imprime-se e

silêncio teria sido conquistada pelos leitores ocidentais, conforme o autor. Restrita, a princípio, aos escribas monásticos, tal aptidão teria alcançado as universidades durante os séculos XII e XIII e tornado prática comum entre cortesãos e aristocratas laicos a partir do século XIV. Segundo Chartier, essa tendência continuaria após Gutenberg, até que mesmo o mais humilde dos leitores tivesse adquirido um estilo e uma capacidade de leitura que não mais exigiam a oralização:

“Parece que essa maneira de ler apenas com os olhos conquistou progressivamente todos os meios de leitores durante a Idade Média. A princípio reservada aos copistas dos *scriptoria* monásticos, a partir de meados do século XII transforma os hábitos universitários e dois séculos depois conquista as aristocracias leigas. No século XV, a leitura silenciosa tornou-se, portanto, a maneira usual de ler – pelo menos para os leitores familiarizados com a escrita e de longa data alfabetizados. Para os outros, aqueles que lentamente adquirem o domínio da leitura e para os quais o livro continua sendo um objeto incomum, estranho, de raro manuseio, o procedimento antigo sem dúvida nenhuma permanece como uma necessidade. E até o século XIX os leitores neófitos e inábeis se distinguirão dos outros por sua incapacidade de ler em silêncio.”¹²

Logo, a primeira revolução da leitura no início da Idade Moderna teria sido independente da revolução tecnológica ocasionada pela impressão. Como sugere o autor, ela teve raízes em mudanças ocorridas nos séculos XII e XIII, que transformaram a função mesma da palavra escrita, substituindo o modelo monástico, que atribuía à escritura uma tarefa de preservação e memória em grande parte dissociada da leitura, pelo modo escolástico, que tornou o livro tanto um objeto como um instrumento de trabalho intelectual.

Na análise de Chartier, a segunda revolução da leitura, ocorrida na Alemanha, Inglaterra, França e Suíça ao longo do século XVIII, teria se apoiado em diferentes circunstâncias: no aumento da produção de livros, que praticamente quadruplicou entre o início do século e os anos 80, na multiplicação dos jornais, no sucesso dos pequenos formatos e no crescimento de instituições (sociedades e clubes de leitura, bibliotecas de empréstimo) que

informa, foi estudada por Daniel Roche em “As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII”. CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. 2ª ed., São Paulo, Estação Liberdade, 2001, pp. 177-199.

¹² CHARTIER, Roger. “As Práticas da Escrita”. ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 3, 1991, p. 126.

tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los. Na sua opinião, essa série de transformações ocorreu sem grandes mudanças na tecnologia de impressão, mas levou ao desenvolvimento de novos gêneros textuais e práticas de leitura até então desconhecidas:

“Os leitores tradicionais tinham acesso a um conjunto de livros fechado e limitado, os quais eram lidos e relidos, memorizados e recitados, possuídos e transmitidos de uma geração para outra. Esse estilo de leitura foi formado pela relação religiosa com textos sagrados e era profundamente impregnado de sacralidade e de autoridade. Os novos leitores devoravam um grande número e uma imensa variedade de impressos efêmeros. Eles liam rápida e avidamente, submetendo o que tinham lido a um julgamento crítico imediato. Uma relação comunal e respeitosa com a memória escrita, feita de reverência e obediência, deu lugar a um tipo de leitura mais irreverente e desprezada.”¹³

A uma prática lenta, penosa, exteriorizada, que significava retomar sempre os mesmos livros, pouco numerosos além da Bíblia, substituiu-se uma leitura mais apressada, feita sem grandes esforços, mas que nem por isso tocava menos o leitor em seu íntimo. A leitura silenciosa permitiu um relacionamento mais livre e reservado com a escrita, além de ter criado a possibilidade de ler mais rapidamente e, portanto, de ler mais e textos mais complexos. Por outro lado, essa nova maneira de ler, tida como “extensiva”, teria se transformado na mais “intensiva” das modalidades de leitura. Como atenta o escritor, os romances de Richardson, Rousseau e Goethe tomavam conta de seus leitores, absorvendo-os em uma prática de leitura similar àquela tradicional dos textos religiosos, das obras clássicas e dos escritos autorizados:

“Hábitos mais antigos de leitura mudaram para uma nova forma literária. O romance foi lido e relido, memorizado, citado e recitado. Os leitores eram tomados pelos textos que liam; eles viviam o texto, identificavam-se com as personagens e com a trama. Toda sua sensibilidade estava engajada nessa nova forma de leitura intensiva. Leitores (que eram freqüentemente mulheres) eram incapazes de controlar suas emoções e suas lágrimas e, com freqüência, tomavam de suas penas para

¹³ CHARTIER, Roger. “As Revoluções da Leitura no Ocidente”. ABREU, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999, pp. 24-25. Vale lembrar que, para Chartier, tal oposição não deve ser exagerada: “Durante a Renascença, os humanistas praticaram um tipo de leitura baseado na acumulação e no livro de lugares-comuns, no qual o leitor tinha que copiar citações que leu e observações que tinha feito ou coletado sob uma série de tópicos, que permitiam o reaproveitamento das informações e exemplos acumulados para a produção de novos textos.” *Ibid.*, p. 25.

expressar seus próprios sentimentos ou para escrever ao autor como diretor de consciência e guia de suas vidas.”¹⁴

Chartier lembra que os hábitos de leitura dos leitores mais populares e numerosos tinham sido direcionados pelos modos antigos até meados do século XIX, quando o desenvolvimento de escolas, o aumento das taxas de alfabetização e a diversificação da imprensa permitiram novas práticas. Seguindo o seu argumento, nessa época outras categorias de leitores, dentre elas mulheres, crianças e trabalhadores, foram apresentadas à cultura impressa, ao mesmo tempo em que a industrialização da produção de livros trouxe novos materiais e modelos para a leitura. Ademais, as disciplinas educacionais, impostas em todo lugar, tenderam a definir uma norma única, controlada e codificada de leitura legítima, ainda que ela contrastasse com a diversidade de práticas vigentes nas várias comunidades de leitores, tanto aqueles já bem familiarizados com a escrita quanto os que com ela tiveram contato recente:

“Por detrás da aparência de uma cultura compartilhada, fruto da alfabetização quase universal disseminada pelas regiões mais desenvolvidas da Europa após os anos 70 e 80 do século XIX, tanto dentro quanto fora das escolas, esconde-se uma diversidade extrema de práticas de leitura e de comércio de impressos. (...) Com o século XIX a história da leitura entra na era da sociologia das diferenças.”¹⁵

Na visão de Márcia Abreu, quando a leitura deixou de ser apanágio de poucos, pareceu necessário encontrar formas de inserir distinções dentro do campo letrado, separando certos leitores e suas formas de ler da massa leitora e de suas práticas.

Simultaneamente ao escalonamento dos escritores e de seus respectivos públicos produziu-se uma hierarquização dos escritos. O mais criticado dos gêneros – condenado em nome da moral, da tradição beletrística e da religião – foi o romance, não por acaso o tipo de escrito que mais crescia na preferência dos leitores¹⁶. Intelectuais de prestígio empenhavam-se em escrever

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*, p. 26.

¹⁶ Empregamos o termo “romance” em referência às longas narrativas ficcionais em prosa, evitando tanto a variação de nomenclatura quanto as polêmicas sobre uma possível definição formal do gênero em curso no final do século XVIII e início do XIX. Nas citações, foram mantidas as expressões utilizadas pelos autores.

ataques ao romance, ao mesmo tempo em que preparavam tratados sobre a maneira correta de ler as belas-lettras. Toda sua preocupação consistia em não macular a produção erudita pelo contato com textos de circulação ampla, lidos privadamente, sem a intermediação de professores, padres ou pastores, sem a necessidade de conhecimento de obras e preceptivas clássicas.

A leitura ortodoxa prevista no período supunha um conjunto de regras de bem escrever e um sistema de cotejamento de textos que colocava cada obra no interior de uma rede de escritos que permitia sua justa avaliação:

“Os manuais sobre a correta maneira de ler estabelecem um roteiro de atividades com as quais se deve envolver aquele que deseje ler *bem*. Para que se forme um padrão de excelência com o qual serão cotejadas todas as obras que se leiam, é preciso conhecer as línguas grega, latina e francesa (pois nelas estão escritas as melhores obras), é importante ter tido contato com tratados de poética e retórica (para que se compreendam as fórmulas que regem a elaboração das poesias e peças oratórias), é necessário ter familiaridade com a história, com a geografia, com a filosofia e com a mitologia (para entender o cenário e as referências presentes nas obras), é útil conhecer as melhores realizações de cada gênero (para que se veja até onde pode chegar a elaboração artística).”¹⁷

Como assinala Márcia Abreu, tais escritos estavam fortemente vinculados às instâncias legitimadoras da produção e da leitura de textos, que não perdoavam a inadequação do romance às normas em vigor nos setores eruditos.

A autora observa ainda que, desde o início, os primeiros romancistas e teóricos do romance, no esforço de desemaranhá-lo do romanesco, acentuaram o compromisso do novo gênero com a “verdade”, com os acontecimentos comuns e naturais, com a probabilidade, abandonando a recorrência ao maravilhoso, a personagem de poderes sobre-humanos e os eventos sobrenaturais, distanciando-o desse mundo idealizado e improvável das ficções anteriores.

O recurso à comparação entre o enredo romanesco e o romance, na concepção da autora, tinha uma dupla vantagem para aqueles que pretendiam defender o moderno. Alegando que o romance tinha nascido das entranhas do romanesco, era possível associá-lo a um gênero

¹⁷ ABREU, Márcia. “A leitura das belas-lettras”. *Os caminhos dos livros, op. cit.*, p. 246. Grifo da autora.

antigo, de modo a afastar a pecha de “recém-chegado” ao mundo das letras¹⁸. Além disso, o cotejo também permitia postular um aperfeiçoamento do gênero que teria superado os defeitos que conduziam o relato romanesco à aridez, abstração, verborragia e inverossimilhança.

Logo, no intuito de nobilitar o novo gênero, os autores procuraram distinguir o romance da estória romanesca (ou, em termos ingleses, diferenciar *novel* de *romance*), visando deixar para o antigo parte das críticas recebidas pelo moderno.

Como resposta aos censores que acreditavam que a leitura de romances estimulava a transgressão e o vício, os defensores do gênero tomaram o problema tal como formulado por eles – as narrativas promovem a identificação do leitor com a vida das personagens – mas inverteram o modo de avaliar tal situação. Enquanto os detratores atinham-se ao pecado que consistia em imaginar-se no lugar de alguém que saía dos trilhos da virtude, os entusiastas do romance viram aí um fato positivo, pois, em vez de conduzir ao erro, essa experiência ensinaria como evitá-lo, fazendo com que os leitores não tivessem que se equivocar em suas próprias vidas. Sem correr qualquer risco, eles poderiam ter as mais variadas experiências (imaginativas), examinar as conseqüências das atitudes tomadas, aprender o caminho que levava à felicidade. Como um “laboratório da vida”, a leitura dos romances forneceria aos leitores uma “prática artificial”, criando um código de conduta para a vida real.

Teóricos e romancistas franceses haviam tentado aproximar o romance da história para “sob a invocação de Clio (...) justificar moralmente o romance realista pelo argumento essencial do ‘quadro da vida humana’”¹⁹. Ao mesmo tempo que lhe sublinhavam o compromisso histórico, apontavam a superioridade moral do romance em contraposição ao valor edificante quase nulo da história. Baculard d’Arnaud em seu *Discours sur le roman* (1745), considerava a história mais romanesca que o romance moderno, visto que tratava de acontecimentos incomuns e não tinha, como este, utilidade moral – tipo de argumentação que encontraria defensores em Diderot, Madame de Staël e Rétif de La Bretonne.

¹⁸ Para um estudo mais aprofundado acerca das origens do romance, ver ROBERT, Marthe. *Roman des Origines et Origines du Roman*. Paris, Gallimard, 1972.

¹⁹ MAY, Georges. *Le dilemme du roman au XVIII^e siècle. Étude sur les rapports du roman et de la critique (1715-1761)*. Paris, PUF, 1963, pp. 145-146. *Apud* VASCONCELOS, Sandra G. T. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. Perdizes, Boitempo, 2002, p. 92. Lenglet Dufresnoy com *De l’usage des romans* (1734) e Baculard d’Arnaud contribuíram muito para esse debate.

A questão da verossimilhança e da necessidade que o romancista tem de se manter nos limites do provável levaria Fielding a abordar as relações entre romance e história, numa discussão que esteve, na época, na ordem do dia entre os franceses e da qual o escritor inglês deve ter tomado conhecimento. O autor qualificaria o romancista como uma espécie de historiador, de quem são exigidos engenho, saber e conhecimento adquiridos por meio do “comércio” com todas as classes de homens²⁰. Para enfrentar o fato de que a sua era uma obra de ficção, Fielding sai-se com a justificativa de que, embora os detalhes de seu romance sejam fruto da invenção, ele buscou captar a “verdade essencial da natureza humana”. E, voltando o argumento contra os historiadores, afirma que o romancista pode até se enganar quanto as particularidades fatuais, mas pinta as pessoas como verdadeiramente são, ao passo que aqueles, obrigados a aderir aos acontecimentos, acabam discordando em matéria de interpretação, o que torna suas obras ficção. No seu modo de ver, os romancistas teriam a prerrogativa de cometer erros no que concerne a localização espaço-temporal, mas os fatos que relatam mereceriam a confiança dos leitores, pois, “cópias da vida”, conteriam uma verdade maior materializada na pintura de personagens não somente prováveis mas representativas da espécie.

Sua concepção de romance, que implicava uma crítica benevolente e bem-humorada dos costumes, passava ao largo do tom decididamente didático, à maneira de Richardson, e da pregação moral que muitos viam como a única função do gênero. Uma visão não-maniqueísta do mundo levaria o escritor a formular a teoria da “personagem mista”, não só como mais capaz de atender as exigências de verossimilhança, mas como mais próxima, de fato, de oferecer um modelo de conduta aos leitores. Fielding alegava que nem a excelência consumada tampouco a monstruosidade absoluta podiam ser objeto de imitação:

“Além disso, cumpre-nos avisar-te, meu digno amigo (pois, talvez seja o teu coração melhor que a tua cabeça), que não condenes como má uma personagem por ser perfeitamente boa. Se te comprazem modelos de perfeição, há livros em quantidade para te satisfazerem o gosto; mas como, no curso de nossa conversação,

²⁰ Mais tarde, Balzac argumentaria na mesma direção: “(...) o historiador de costumes [o romancista] obedece a leis mais duras do que as que regem o historiador de fatos; aquele deve tornar tudo provável, até o verdadeiro, ao passo que, no domínio da história propriamente dita, o impossível é justificado pela razão de ter acontecido.” BALZAC, Honoré de. “Os Camponeses”. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Parisiense*. Rio de Janeiro, Globo, v. XIII, 1954, p. 143. Importa notar que as citações das obras de Balzac tiveram sua ortografia atualizada para serem inseridas neste trabalho.

nunca topamos com pessoa alguma nessas condições, não quisemos apresentar aqui nenhuma delas. Para dizer a verdade, duvido um pouco de que um simples mortal já tenha alcançado esse grau consumado de excelência, assim como duvido de que já tenha existido um monstro suficientemente mal para verificar aquele – *nulla virtute redemptum a vitiis* [cujos vícios não são compensados por nenhuma virtude] – de Juvenal; nem vejo, em realidade, quais os bons resultados que se obtêm ao inserir personagens tão angelicamente perfeitas ou tão diabolicamente maldosas em obras de ficção; visto que, ao contemplar qualquer uma delas, o espírito humano é mais capaz de se deixar esmagar de tristeza e de vergonha que de tirar algum proveito desses paradigmas; pois, no primeiro caso, há de afligi-lo e vexá-lo encontrar um exemplo de excelência em sua natureza que não lhe é possível esperar, razoavelmente, alcançar algum dia; e, ao contemplar o último, pode experimentar as mesmas situações desagradáveis vendo degradada em tão odiosa e detestável criatura a natureza de que ele próprio comparte.

Com efeito, se houver num caráter bondade suficiente para aliciar a admiração e o afeto de um espírito favorável, embora haja também alguns desses pequenos defeitos *quas humana parum cavit natura*, estes nos despertarão antes a compaixão que o ódio. Nada, a bem dizer, pode ser de maior utilidade moral do que as imperfeições que se vêem nos exemplos desse gênero; visto que constituem uma espécie mais capaz de afetar e impressionar os nossos espíritos do que os defeitos de pessoas muito viciosas e perversas. As fraquezas e os vícios dos homens em que há uma grande mistura de bem tornam-se mais notórios quando contrastados com as virtudes que lhes patenteiam a deformidade; e, quando verificamos que esses vícios são acompanhados de suas más conseqüências para as nossas personagens favoritas, aprendemos não só a evitá-los, por amor de nós mesmos, senão também a detestá-los pelos danos que já causaram àqueles que amamos.”²¹

Os romances geraram uma nova atitude perante o livro. A leitura não mais se faria no interior de uma rede de textos governada por uma convenção literária, mas se pautaria pela vida: o comportamento do leitor seria regulado pelo que recomendam as *novels*, e tais narrativas forneceriam o padrão pelo qual avaliar as pessoas e situações. Nada poderia ser mais útil, portanto, para quem desejasse conhecer os homens e o mundo. Propor uma homologia entre a vida vivida e a vida lida foi uma das grandes novidades trazidas pelos romances.

De acordo com Edgar de Decca, do ponto de vista histórico, é surpreendente que a moderna historiografia, fundada sobre as premissas da cientificidade, tenha nascido junto com o romance, com a emancipação do sujeito propiciada pelo pensamento iluminista do século XVIII. Como indica, será somente ao longo do século XIX que historiografia e romance se distanciarão, estabelecendo a cisão entre verdade e ficção: do lado da historiografia, a ciência com suas

pretensões de objetividade na compreensão do real, do lado do romance, a subjetividade e a imaginação. Mas este distanciamento não se realizaria de maneira tão abrupta: “As linhas divisórias entre a historiografia de Michelet e o romance de Victor Hugo ou entre o trabalho histórico de Engels sobre as cidades industriais e o romance de Charles Dickens eram muito difíceis de serem traçadas”²².

Contudo, nota o autor, as diferenças existiam. A pesquisa histórica com sua metodologia e teoria estruturadas no Iluminismo, tomando como modelo a física de Newton, pretendia-se científica no conhecimento do homem e da realidade que ele construía. A crítica ao dogmatismo religioso e a emancipação do indivíduo colocavam o homem como sujeito de sua própria história, fazendo nascer uma “ciência nova”, que para Vico era a História. No interior deste novo campo de saber, ciência e filosofia se fundiam para encontrar o sentido histórico da experiência humana, já que haviam sido abolidas todas as orientações transcendentais da tradição religiosa: “O homem passava a ser dono de seu próprio destino e à ciência histórica estava reservada a missão de investigar metodicamente os sentidos do mundo que ele ao longo do tempo criara. Estavam lançadas as bases da história universal”²³.

Tal como a história, o romance teria surgido sobre as mesmas bases filosóficas constituídas pela emancipação do sujeito: “Na matriz do romance também está a idéia de que o homem, somente ele, é dono de seu próprio destino”²⁴. Para o autor, Hannah Arendt é quem melhor demonstra porque o romance é o gênero literário por excelência desta modernidade inaugurada pelo Iluminismo:

“(…) a promoção do acaso à posição de árbitro final da vida iria atingir o seu ponto mais alto no século XIX. Como resultado, surgiu um novo gênero na literatura, o romance, que acompanhou o declínio do drama. Pois o drama perdeu o sentido num mundo sem ação, enquanto o romance podia tratar adequadamente os destinos dos seres humanos que eram quer vítimas da necessidade, quer favoritos da sorte (...) Só o romance em sua completa maturidade, tendo interpretado e reinterpretado toda a

²¹ FIELDING, Henry. *Tom Jones*. Paris, Julliard, t. II, 1964, pp. 10-11. *Apud* VASCONCELOS, Sandra G. T., *op. cit.*, pp. 94-95.

²² DECCA, Edgar Salvadori de. “O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola pra você, Hayden White”. AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos S. B. e VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo, Xamã, 1997, p. 198.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

gama de temas humanos, podia pregar o novo evangelho da paixão do homem pelo seu próprio destino (...) através desta paixão, o artista e o intelectual tentavam traçar uma distinção entre si mesmos e os outros, proteger-se contra a desumanidade da boa e da má sorte, e desenvolveram todos os dons da sensibilidade moderna – pronta para o sofrimento, a compreensão, o desempenho de determinado papel –, tão desesperadamente necessária à dignidade humana, que exige que um homem seja pelo menos uma vítima, se não puder ser outra coisa.”²⁵

Assim, tanto a moderna historiografia quanto o romance partilhariam desde suas origens o mesmo ideal: encontrar o sentido da experiência humana que é histórico, não obedecendo a qualquer tendência de ordem transcendental. Por conseguinte, a diferença entre ambos não estaria naquilo que perseguem, mas no modo como investigam tais objetivos:

“A historiografia direcionou-se para o campo das ciências e durante o século XIX acabou firmando um compromisso estreito com o positivismo e a verdade científica, acreditando na objetividade do método e da teoria para a apreensão do mundo real. Caminho diferente acabou percorrendo o romance, (...) acreditando mais na força da imaginação e da subjetividade.”²⁶

Tendo como modelo a física de Newton, a moderna historiografia procuraria encontrar os princípios ou leis que aparentemente estão escondidos no mundo caótico dos eventos humanos: “Assim como a física mecanicista persegue a lei geral que comanda o aparente caos dos eventos da natureza, a historiografia moderna também almejou controlar a rebeldia dos eventos humanos pelos princípios da causalidade e da determinação”²⁷. Aos olhos do autor, a diferença entre a física e a história, no que toca a compreensão do mundo da natureza e o humano, é que a primeira teria procurado reter os acontecimentos através da linguagem matemática e a segunda por modo narrativo. A base empírica para a investigação do real diferiria

²⁵ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo. Imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro, Documentário, 1979, p. 209.

²⁶ DECCA, Edgar Salvadori de, *op. cit.*, p. 199. Contrapondo-se a De Decca, Mario González considera a distinção entre história e romance “(...) – muito mais do que o caráter científico de uma frente à ‘subjetividade e imaginação’ do outro – o fato de que, nas palavras de Foster, ‘o historiador registra, enquanto o romancista deve criar.’ GONZÁLEZ, Mario. “Debate”. AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos S. B. e VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*, *ibid.*, p. 211.

²⁷ DECCA, Edgar Salvadori de, *ibid.*, p. 199.

de uma para a outra, pois para a história a apreensão do ocorrido só poderia se realizar por meio da análise minuciosa das pistas e sinais deixados pelos eventos:

“Desenvolve-se, com isso, metodologias e conhecimentos apropriados para análise dos documentos, que podem ser quaisquer vestígios deixados pelas ações humanas. Por exemplo, para os testemunhos figurados desenvolve-se a arqueologia, a etnologia, a numismática, a sigilografia. Para os documentos escritos desenvolve-se os conhecimentos da filografia, da epigrafia, da papirologia, da paleografia, da criptografia, da diplomática, da onomástica, da genealogia, da heráldica. Já pelo final do século XIX todas estas ciências auxiliares orbitam em torno da pesquisa histórica. Todas estas conquistas representaram a institucionalização de um saber histórico e a formação de escolas historiográficas que se diferenciaram por seus métodos de investigação e por seus princípios teóricos.”²⁸

Ainda conforme o autor, se o conhecimento histórico organiza o caos dos eventos humanos sob a forma da narração, neste aspecto não se diferenciaria do romance, dado que nele os acontecimentos também só são compreensíveis no interior de uma trama: “Enfim, a historiografia e o romance são modos de narrar eventos humanos com o objetivo de extrair os seus significados”²⁹.

A oposição entre verdade e ficção ou entre história e romance que se estabelece na modernidade é a de que a forma do narrar histórico viria respaldada em evidências documentais, opiniões de outros historiadores sobre os fatos narrados, que criam um efeito de real e produzem a sensação de que o que está sendo relatado, de algum modo, aconteceu. Esta preocupação com a verdade científica seria completamente estranha ao romance, uma vez que os eventos dentro dos enredos não precisavam de provas para ganhar sentido.

Quanto ao romance histórico, De Decca o veria como um gênero literário bastante difícil de ser analisado. Dentre suas modalidades, daria especial atenção ao romance que pretende ser testemunho de sua própria época:

²⁸ *Ibid.*

²⁹ Ao abordar a separação entre o literário e o histórico, que hoje é contestada na teoria e na arte pós-modernas, Linda Hutcheon lembra que, no século XIX, antes do advento da “história científica” de Ranke, “a literatura e a história eram consideradas como ramos da mesma árvore do saber, uma árvore que buscava interpretar a experiência, com o objetivo de orientar e elevar o homem.” Este argumento de Russel Nye (1966) é retomado pela autora em “Metaficção historiográfica: ‘o passatempo do tempo passado’”. *Poética do Pós-Modernismo. História, Teoria, Ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 1991, p. 141.

“De *Tempos difíceis*, de Dickens, romance social sobre a pobreza das cidades industriais, a *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, outro exemplo de crítica social, esses romances pretendem-se históricos em sua força de denúncia das duras realidades vividas por vastos setores da sociedade. (...) Os romances de Dickens são grandes painéis realistas da Inglaterra industrial e ao fazerem a história do tempo presente preenchem uma lacuna deixada pela pesquisa histórica. Nestes casos, o romance histórico do tempo presente, com suas pretensões realistas, antecipa-se à história na representação verdadeira do real, constrói enredos de sujeitos sociais que a historiografia ainda não deu atenção. (...) A historiografia com seus métodos e procedimentos de pesquisa, nestes casos, segue atrás do romance histórico na capacidade de representação do tempo presente.”³⁰

Acompanhando os argumentos do autor, ao procurar alertar os setores privilegiados para as injustiças sociais, tais narrativas se transformariam nos primeiros exemplares daquilo que posteriormente se tornou conhecido como “arte engajada”: “Na Inglaterra, como se sabe, uma historiografia consistente sobre as classes trabalhadoras existiu muito tempo depois que o romance histórico narrou e representou com cores realistas a vida cotidiana das populações pobres das cidades industriais”³¹. O mesmo teria ocorrido na França com *La Comédie Humaine*, de Balzac, e *Les Misérables*, de Victor Hugo, exemplos de crítica social que acabaram por antecipar mudanças significativas que só ocorreriam mais tarde na historiografia, visto que durante boa parte do século XIX os historiadores preocuparam-se em descrever a vida dos heróis e as grandes batalhas.

A nova história dos *Annales*³² e a história social inglesa, insiste o autor, seriam herdeiras desses romances históricos pioneiros, com seus estudos sobre a vida cotidiana, num universo hoje designado de micro-história. A atenção dos historiadores atuais para os pequenos eventos, deixando de lado a “grande história”, como as guerras e as revoluções, acompanha a tradição destes enredos que transformaram o indivíduo comum das ruas em heróis ou vítimas da História.

A narrativa das ações humanas, presente na historiografia e no romance modernos, substituiria com igual eficácia os elementos de transcendência outrora enunciados pelo discurso

³⁰ DECCA, Edgar Salvadori de, *op. cit.*, pp. 201-202.

³¹ *Ibid.*, p. 202.

³² Sobre a escola dos *Annales*, ver BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. 2ª ed., São Paulo, Ed. da UNESP, 1992 e LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.

religioso. Ao fazerem isso, passavam a disputar a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna – o direito de ser a doutrina da vida apropriada à sociedade industrial.

Em *As Três Culturas*, Wolf Lepenies procura desvendar o processo desse confronto, que ocorre a partir de meados do século XIX, entre literatos, isto é, escritores e críticos, de um lado, e cientistas sociais, incluindo historiadores e sociólogos, de outro³³. Como demonstra, no final do século XVIII não é possível uma separação nítida entre o modo de produção literário e o da obra científica. Contudo, o exemplo de Buffon serviria para mostrar como esse processo de diferenciação se impõe e acelera:

“No século XVIII sua *Histoire naturelle* é um sucesso de vendas. Quando são publicados, em 1749, os primeiros volumes, se esgotam em poucas semanas; outras edições se seguem ainda no mesmo ano. Finalmente aparecem, na França, nada menos que 250 edições populares desta obra.

Buffon era um *grand seigneur* da ciência e, como tal, típico do século XVIII; um empreendedor que sabia habilmente tirar proveito de sua atividade científica; tinha o dom da palavra, mesmo dominando apenas sua própria língua, o francês (...)

Foi como estilista que Buffon obteve reconhecimento: nem todos elogiavam *o que* dizia, mas quase todos ficavam impressionados pelo modo *como* o fazia.”³⁴

Quando em 1753 foi eleito – após contínua pressão de Luís XV – para a Academia Francesa, prossegue o autor, Buffon fez um discurso sobre o estilo, mas ninguém teria se admirado com isso. Era considerado comum que um homem da ciência natural se concebesse como escritor, como alguém para quem não importa somente *o que* diz, mas também *como* diz. Pelo final do século, entretanto, o que antes constituía seu prestígio tornava-se desastroso para Buffon. Ele é o último intelectual que pode basear sua reputação científica no seu talento para a exposição, mas o primeiro a perder seu crédito por ser excessivamente escritor e muito pouco pesquisador:

³³ Ao evidenciar esse debate, o autor privilegiaria o estudo da sociologia – como a “ciência da sociedade” que concorre com a literatura pela orientação da conduta ética do indivíduo – em detrimento da história, apesar de considerar que “(...) na França, com o desenvolvimento da escola dos *Annales*, a história social começava de tal forma a predominar que Fernand Braudel podia mais tarde designá-la, e não a sociologia, como a herdeira legítima de Durkheim (...)” LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo, EDUSP, 1996, p. 250.

“Durante a vida de Buffon desenvolve-se uma reinterpretação decisiva do conceito de romance: se antes se liam e elogiavam seus textos justamente por seu valor como entretenimento, agora eles são rejeitados como *romans scientifiques*. São agora considerados leitura para mulheres e leigos: o especialista pode, entretanto, poupar-se o esforço de tomar conhecimento deles.”³⁵

Na interrupção da carreira de Buffon e na acolhida instável à sua *Histoire naturelle* podemos acompanhar o processo pelo qual as ciências vão paulatinamente se distanciando da literatura, e como os valores tradicionais, que se poderiam denominar literários, são excluídos do cânone do saber aceito³⁶. Todavia, esse processo não é linear nem irreversível. Ao contrário, é a disparidade de tempos que o caracteriza: não abrange todas as disciplinas, nem atinge com igual intensidade as disciplinas afetadas.

No caso da história, adverte Hayden White, apesar de sua atividade ter se profissionalizado nesse período, sobretudo mediante a criação de cátedras de história nas universidades e a compilação e publicação de documentos históricos e periódicos, sua base teórica continuava indefinida. A transformação do pensamento histórico, de área geral de estudo, cultivada por amadores e antiquários, em trabalho profissional, segundo o autor, não foi acompanhada pelo tipo de revolução conceptual que ocorreu em outros campos, como a física, a química e a biologia³⁷. O “método histórico” consistia essencialmente numa disposição de ir aos arquivos sem quaisquer preconceções, estudar os documentos lá encontrados e em seguida escrever uma estória acerca dos acontecimentos atestados pelos documentos de modo a fazer da própria estória a explicação “do que realmente tinha acontecido” no passado. Em outros termos,

³⁴ *Ibid.*, p. 12. Grifos do autor.

³⁵ *Ibid.*, p. 13. Grifos do autor.

³⁶ Louis de Bonald enxerga na separação que se vai acentuando entre as ciências e a literatura um sinal da modernidade e, portanto, um sintoma de decadência. Como nota, o século de Luís XIV ainda não fazia qualquer distinção entre as *sciences* e as *lettres* e, em consequência, o dicionário da Académie Française, no verbete *science*, remete a *littérature* e define, por outro lado, *lettres*, no plural, como “toute sorte de science et de doctrine”. Louis de Bonald. “Des Sciences, des lettres et des arts” [1807]. *Oeuvres, mélanges littéraires, politiques et philosophiques*. Paris, Librairie d’Adrien Le Clerc, 1852, p. 294. *Apud* LEPENIES, Wolf, *ibid.*, p. 19. De acordo com Lepenies, De Bonald lamenta uma época na qual as ciências se relacionavam com a literatura como o conteúdo com a forma.

³⁷ O nascimento da história enquanto disciplina autônoma dotada de um método, objeto e utilidade social específicos, e sua posterior transformação em “matéria ensinável”, foram tematizados por François Furet em *A Oficina da História*. Lisboa, Gradiva, Coleção “Construir o Passado”, s.d. O autor observa que, em 1852, o decreto que estabelece a bifurcação entre estudos literários e estudos científicos remodela os programas de história que, a partir de então, pretendem determinar para os fatos e acontecimentos do passado seu justo lugar e seu significado na história do desenvolvimento material e moral da humanidade. *Ibid.*, p. 128.

cabia ao historiador a tarefa de juntar os pedaços de documentos, cuidadosamente selecionados, a fim de que eles mesmos contassem e informassem de suas épocas, suas desditas, seus ideais e seus anseios:

“A idéia era deixar a explicação emergir naturalmente dos próprios documentos e depois exprimir seu significado em forma de estória. (...) A verdadeira explicação residia na narração de uma estória que fosse ao mesmo tempo precisa nos pormenores e convincente em seu significado. (...) Não se percebia que o sentido da estória era dado pelo modo escolhido de elaboração do enredo para fazer da estória contada uma *estória de tipo particular*.”³⁸

Os historiadores do século XIX concordavam que uma verdadeira história devia ser escrita sem preconceções, objetivamente, por puro interesse pelos fatos do passado, e sem nenhuma tendência apriorística a modelar os acontecimentos num sistema formal. No entanto, quando pretendiam estar simplesmente “contando o que de fato aconteceu” e explicando o passado ao contar sua “estória”, estavam todos explicitamente adotando a concepção da explicação pela descrição e elaboração do enredo³⁹. Além disso, se, por um lado, o fazer do

³⁸ WHITE, Hayden. “Michelet: O Realismo Histórico como Estória Romanesca”. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1992, pp. 153-154. Grifos do autor.

³⁹ Em *Les mots de l'histoire – Essai de poétique du savoir*, Jacques Rancière intenta analisar como foi possível constituir uma ciência histórica, numa era democrática, em que as “massas” substituem os reis e as personagens históricas tradicionais. Tal história teria sido uma invenção de Jules Michelet, ao criar o que o autor denomina de “paradigma republicano-democrático”. É esse paradigma, no seu entender, que possibilita o surgimento da nova história com Marc Bloch e Lucien Febvre, cujo patrono e predecessor seria Michelet. Seguindo o seu argumento, a narrativa fundadora desse paradigma se encontra especialmente na descrição micheletiana da Festa da Federação (em sua *Histoire de la Révolution française*), e consiste basicamente na inversão da posição tradicional do historiador face ao documento. Como lembra, tal postura é a do leitor que busca revelar, pôr às claras, trazer à superfície o conteúdo da documentação, o que, mais tarde, os historiadores positivistas chamariam de “deixar o documento falar por si mesmo”. Esta seria uma atitude humilde do historiador frente ao que ele toma como o fundamento científico de seu trabalho: um evento, alguns documentos, sua transcrição ou seu relato, e eis que surge tudo pronto, de sua fonte criadora, o conhecimento histórico. Para Rancière, Michelet inverte e destrói essa postura, pois é ele quem fala no lugar dos documentos, nos quais estão impressas as palavras das massas, numa era democrática. Ele narraria o documento, não suas palavras, mas a sua materialidade, sua cor, seus ornamentos, sem nada falar do seu conteúdo, que era expresso em palavras que descreviam antes os sentimentos do historiador ao tomar conhecimento desse conteúdo do que ele próprio. Nessa descrição, prossegue o autor, Michelet empregaria todas as formas do discurso, e não só a forma impessoal, da terceira pessoa, característica daquela utilizada pelo historiador tradicional. No seu modo de ver, Michelet se torna contemporâneo, presente ao acontecimento, ou então seu próprio futuro ou mesmo seu passado, fazendo uso das várias modalidades de tempo do verbo e assumindo as várias pessoas de sua conjugação. Em outras palavras, ele tornaria mudas as personagens do evento para falar em seu lugar e produzi-la, já que o processo se completaria com a substituição dos nomes dos donos das vozes por “abstrações personificadas”, como a França, a pátria, a nação, o povo etc. O mutismo das personagens, de um lado, as “abstrações

historiador tinha um compromisso com o rigor científico, por outro, o resultado de sua atividade deveria ser exposto de forma artística, admitindo-se, assim, uma combinação entre “ciência” e “arte”:

“Sem dúvida era evidente que o historiador devia tentar ser ‘científico’ em sua investigação dos documentos e em seus esforços por determinar ‘o que de fato aconteceu’ no passado, e que devia representar o passado ‘artisticamente’ para seus leitores.”⁴⁰

Conforme White, os sentidos dos termos “ciência” e “arte” não eram claros: se, em geral, aceitava-se que a história não era uma ciência “rigorosa” (uma disciplina aplicadora e descobridora de leis), como a física e a química, sua escrita também não devia ser compreendida como o que se chamava na sociedade oitocentista de uma “arte livre”, ou seja, uma arte criativa do tipo que os poetas e romancistas cultivavam. Como forma de arte, a escrita histórica poderia ser “vívica” e “estimulante”, contanto que o historiador-artista não ousasse desconsiderar as técnicas filológicas na crítica dos documentos:

“A idéia geral era que, dada a brecha que se abria entre as ciências ‘rigorosas’ (positivistas) e as artes ‘livres’ (românticas) durante a primeira metade do século XIX, a história poderia legitimamente pretender ocupar um terreno neutro intermediário com base no qual seria possível aproximar e reunir as ‘duas culturas’ no interesse comum das metas da sociedade civilizada.”⁴¹

personificadas”, de outro, tornam possível, na conclusão de Rancière, a história de Michelet a Braudel. RANCIÈRE, Jacques. *Les mots de l'histoire – Essai de poétique du savoir*. Paris, Seuil, 1992.

⁴⁰ WHITE, Hayden, *op. cit.*, p. 148.

⁴¹ *Ibid.*, p. 149. Lepenies faz uso da queixa de Stuart Mill, para o qual muitos ainda não reconheciam a história como ciência legítima, mas a rejeitavam como “mera literatura ou erudição”, com o objetivo de valorizar a historiografia como o gênero possuidor de “uma força poético-histórica”. Como mostra, citando Mill, na obra de Thomas Carlyle, por exemplo, “a precisão cuidadosa do cronista une-se à imaginação vívida do poeta”: “Esta não é tanto uma obra de história, mas antes um poema épico; e apesar disso, ou talvez em consequência disso, é a mais verdadeira de todas as histórias. É a história da Revolução Francesa e sua poesia, ambas em uma; e tudo considerado, este país há muitos anos não produz uma obra de tão grande genialidade, seja de um poeta, seja de um historiador.” MILL, John Stuart. “Carlyle’s *French Revolution*”. *Collected Works of John Stuart Mill: Essay on French History and Historians*. Toronto, University of Toronto Press, v. XX, 1985, p. 133. *Apud* LEPENIES, Wolf, *op. cit.*, p. 106. Aos olhos de Lepenies, isso se aplicava não somente a Carlyle, mas a toda uma gama de historiadores franceses que narravam tão bem quanto argumentavam e que não contrapunham a pesquisa histórica à narração histórica. E como na França, diferentemente da Inglaterra, nem a poesia nem a política eram consideradas passatempos, mas sim levadas totalmente a sério, ambas se elucidavam reciprocamente, e os historiadores franceses faziam a história ao mesmo

Desse modo, podemos perceber que do interior das ciências sociais surge a história com sua pretensão de autonomia disciplinar, buscando obter esse reconhecimento por meio de uma diferenciação em relação às formas literárias que, no geral, procediam de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador. Esse processo, na visão de Lepenies, resultaria numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária e outra ligada à ciência social, em cujo decorrer foi-se distinguindo o modo de produção científico do modo de produção literário.

II

“O verdadeiro historiador é um homem simples que busca a verdade.”

JULES MICHELET⁴²

Em *Le Peuple*⁴³, Jules Michelet acusa os literatos “românticos”, como George Sand e suas novelas *Indiana* e *Lélia*, Eugène Sue de *Les Mystères de Paris* e Honoré de Balzac com *Les Paysans*, de exibirem uma imagem enganosa da França ao retratarem os costumes e a vida social francesa como uma realidade monstruosa, cheia de vícios e desregramentos. Logo, suspende a redação de sua *Histoire de France*, cujas memórias preenchem vinte e três volumes redigidos entre 1833 e 1867, para escrever *Le Peuple*, em 1845, com a finalidade de reverter o retrato violento que se fazia do povo francês nessas obras, tornando-se um dos primeiros a atribuir uma

tempo em que a escreviam, a exemplo de Michelet, “o historiador-poeta que não se contentava em descrever a vida espiritual dos intelectuais nem a vida social do povo, interessava-se, ao contrário, pela interioridade humana, pelos pensamentos e sentimentos do ser humano.” LEPENIES, Wolf, *ibid.*, p. 107. Para o autor, ao revelar os processos que conduziram ao presente e ao determinar esse presente, a história micheletiana tornava-se tão interessante quanto um romance e ao mesmo tempo um meio de prever o futuro e preparar o homem para ele. Nos seus dizeres: “Eram as qualidades hermenêutico-literárias que asseguravam à história seu lugar entre as ciências.” *Ibid.*, p. 109.

⁴² No original: “Le vrai historien est un homme tout simple qui cherche la vérité.” MICHELET, Jules. “Le grand mouvement de l’histoire. Troisième leçon (lundi 13 janvier 1840)”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. I (1838-1844), 1995, p. 356.

⁴³ MICHELET, Jules. *Le Peuple*. Paris, Flammarion, 1974. As traduções são de Gilson Cesar Cardoso de Souza para o livro *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

importância decisiva à intervenção popular na História, até então medida pelo peso das personalidades⁴⁴.

Le Peuple vai nascer dessa resolução, que o *Journal* registra oito dias após a publicação de *Du Prêtre, de la Femme et de la Famille*, em 1845: “Neste 24 de janeiro, concebi e escrevi o título *O Povo*, que pretendo terminar em 24 de janeiro de 1846”⁴⁵. Michelet pretendia realizar um estudo de ordem histórica, visto que especifica, no dia 31, ter “esboçado o plano de *O Povo* para a Idade Média”⁴⁶, sendo logo após obrigado a suspender a execução desse projeto em virtude da preparação de seus cursos e da campanha que alguns intelectuais moviam contra seu panfleto *Du Prêtre* na imprensa, na Sorbonne e até na Câmara de Paris. Contudo, não desistiria de sua idéia, confirmada após a leitura de *Les Paysans*, de Balzac, e *L’Organisation du travail*, de Louis Blanc, que lhe teriam deixado uma “má impressão”⁴⁷, além da brochura de Proudhon, *Qu’est-ce que la propriété?*, que ele “refuta”⁴⁸, e Villermé [*Tableau de l’état physique et moral des ouvriers employés dans les fabriques de coton, de laine et de soie*], que procuraria conhecer⁴⁹. Em abril, no Collège de France, abordaria temas que conta desenvolver por escrito: a propriedade, dia 10, a educação, dia 17, a associação, dia 24⁵⁰. Quando viaja, é com a preocupação de melhor conhecer o mundo do trabalho: de Rouen ele se dirige, dia 13 de junho, ao Tôt, onde visita Eugène Noël, a quem submete verbalmente o plano de *Le Peuple* e faz

⁴⁴ A *Histoire de France*, interrompida em 1844 após a publicação do tomo VI, só será novamente colocada à venda em 1855 com o lançamento do tomo VII, *Renaissance*.

⁴⁵ No original: “Ce 24 janvier, je conçus et j’écrivis le titre: *Peuple*, voulant achever au 24 janvier 1846.” MICHELET, Jules. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. I (1828-1848), 1959, p. 586. O *Journal Intime* de Michelet, em sua integralidade, legado ao *Institut* pela viúva do historiador, não pode ser liberado ao público antes de 1950. Sua publicação começou em 1959, nas edições Gallimard, sob os cuidados de Paul Viallaneix, e contempla seus *Écrits de Jeunesse* (Diário de 1820-1823, Memorial, Diário das Idéias) e *Journal* t. I (1828-1848) e t. II (1849-1860).

⁴⁶ No original: “Repris le travail, esquissé le plan du *Peuple* pour le Moyen Âge.” *Ibid.*, p. 587.

⁴⁷ Em 20 de fevereiro de 1845, ele apontaria: “Má impressão de Louis Blanc e Balzac, que querem fazer duas nações.” No original: “Mauvaise impression de Louis Blanc et Balzac, qui veulent faire deux nations.” *Ibid.*, p. 592.

⁴⁸ No original: “Lu et extrait Proudhon, réfuté.” *Ibid.*, p. 594. Esta anotação é de 28 de fevereiro de 1845. Michelet contestaria a tese proudhoniana no dia 10 de abril, na primeira de suas lições do segundo semestre no Collège de France. Para ele, “o acesso à propriedade assinalava a liberdade do camponês.” No original: “(...) l’accès à la propriété marquait l’affranchissement du paysan.” *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*, p. 595.

⁵⁰ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. II (1845-1851), 1995, pp. 51-60.

inúmeras perguntas sobre a crise das pequenas fábricas de fiação⁵¹, sendo que nos primeiros dias de agosto, em Cherbourg, recolheria informações detalhadas sobre a vida dos marinheiros⁵².

Quando retorna a Paris, decidido a redigir seu livro, depara-se com sérias dificuldades metaforicamente evocadas numa carta a seu filho Charles datada de 8 de setembro: “Estou nadando penosamente no grande trabalho que você sabe e que é um oceano, mas um oceano de águas ainda turvas e viscosas, onde é difícil mover os braços. Grande fadiga e também tristeza por avançar tão pouco”⁵³. Apesar de ter em mente a idéia central de *Le Peuple* – “o amor, único construtor da cidade” –, já expressa em seus cursos, não se sentiria à vontade no momento de compor o quadro da sociedade francesa que deve introduzi-lo. No dia 15 de setembro, escreve o primeiro capítulo intitulado “o camponês”, porém, mal remete o manuscrito ao impressor Ducessois, já o pede de volta, insatisfeito. Refaz, então, de 17 a 20, o “programa do operário, do comerciante, do burguês”, que comporia os capítulos dois, três, cinco e sete da primeira parte, ao mesmo tempo em que lê Raspail e Perdiguier. No dia 24, prepara o argumento dos “dois capítulos sobre os ricos” (capítulos VII e VIII) e redige, no dia 30, uma página destinada ao prefácio⁵⁴.

Cansado de tatear, permite-se uma boa semana de descanso, de 10 a 18 de outubro, em Fontainebleau, junto a seu filho e seu genro Alfred Dumesnil. Ao regressar, escreve, nos dias 21, 22 e 23, “sobre a segunda parte”. O impulso assim recuperado lhe permite redigir de uma só vez, nos dias 29 e 30 de outubro, a versão definitiva do “camponês” e do “operário”⁵⁵. A 12 de novembro comunica aos seus próximos a primeira parte de *Le Peuple*, à qual acrescentará, a 6 de dezembro, um capítulo, o oitavo, “como transição”. Durante o mês de dezembro, a segunda parte, da qual os capítulos II, III, IV e V, referentes ao instinto do povo, já se achavam prontos, é finalizada, sendo que Michelet trabalha simultaneamente na terceira, concluída a 11 de janeiro. No dia 21 retoma o prefácio, uma carta aberta a Edgar Quinet, e põe o ponto final três dias depois, a 24, exatamente a data que previra para o término do livro. Confia o manuscrito ao

⁵¹ MICHELET, Jules. *Journal, op. cit.*, p. 606.

⁵² Todas as informações que conseguiu reunir em Cherbourg encontram-se descritas no *Journal*, sobretudo entre os dias primeiro e doze de agosto de 1845. *Ibid.*, pp. 612-621.

⁵³ No original: “Je nage péniblement dans le grand travail que tu sais et qui est un océan, mais comme un océan d’eau trouble encore et visqueuse, où l’on a peine à remuer les bras. Grande fatigue, et tristesse aussi d’avancer si peu.” MICHELET, Jules. *Correspondance Générale. Textes réunis, classés et annotés par Louis Le Guillou*. Paris, Champion, t. IV (1843-1845), 1995, p. 40.

⁵⁴ MICHELET, Jules. *Journal, op. cit.*, pp. 626-628.

impressor no dia seguinte e, dois dias depois, a 26, Alfred levanta-se às três horas da manhã a fim de corrigir as provas. A difusão de *Le Peuple* tem início no dia 28⁵⁶.

No prefácio, Michelet retribui ao velho amigo Edgar Quinet uma dedicatória que assume a forma da confissão: “Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo. Por isso lhe pertence”⁵⁷. Há alguns anos, Michelet entendia que sua obra era o produto de uma “violenta alquimia moral” em que, especifica ele, “minhas paixões individuais se transformam em generalidades ou minhas generalidades se convertem em paixões, em que meus povos passam a ser eu mesmo, em que meu eu volta a animar os povos”⁵⁸. Nas palavras de Paul Viallaneix:

“O argumento do testemunho que ele deseja prestar é tirado do conhecimento de primeira mão adquirido junto ao passado de sua pátria, da pesquisa que realizou ‘sobre as estradas’ da França romântica, mas também de sua própria experiência do trabalho e da pobreza. Como o povo de que é filho enquanto o historiador já não lhe parece dispor de toda a sua consciência na crise que atravessa, Michelet responde pessoalmente com sua identidade e seu futuro.”⁵⁹

⁵⁵ *Ibid.*, p. 631.

⁵⁶ *Ibid.*, pp. 634-635. Durante o ano de 1846 foram publicadas três edições de *O Povo* – pelo *Comptoir des imprimeurs unis*, pela Hachette e pela Paulin –, impressas por Ducessois. A obra foi editada pela quarta vez em 1866, por Chamerot e Lauvereyns, tornando-se a última edição publicada enquanto Michelet estava vivo, contendo um prefácio sem título e datado: “Hyères, 12 de dezembro de 1865”. O presente trabalho retoma o texto de 1846 (3ª edição). Vale lembrar que o manuscrito de *Le Peuple* encontra-se conservado, como a maioria dos papéis de Michelet, na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris.

⁵⁷ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 01. A 23 de julho de 1845, Quinet dedicou *Le Christianisme et la Révolution* a Michelet, que agora o compensava com *Le Peuple*. Em 1857, ao reeditar esta obra, Quinet daria ao prefácio de *O Povo* uma digna réplica: “A partir do instante em que nos conhecemos, qual acaso fez com que, separados ou próximos, não tenhamos cessado de pensar ao mesmo tempo, de crer e não raro imaginar as mesmas coisas, sem necessidade de nos falarmos? Essa harmonia de alma sempre foi para nós a confirmação da verdade; após trinta e um anos, esse combate nos reúne (...)” No original: “Depuis le premier instant où nous nous sommes connus, par quel hasard est-il arrivé que, séparés ou rapprochés, nous n’ayons cessé au même moment de penser, de croire, et souvent d’imaginer les mêmes choses sans avoir eu besoin de nous parler? Cet accord de l’âme a toujours été pour nous la confirmation du vrai; depuis vingt ans ce combat nous réunit (...)” QUINET, Edgar. “A M. J. Michelet”. *Le Christianisme et la Révolution Française*. Paris, Fayard, 1984, p. 09. A amizade dos dois remonta à juventude: iniciados por Victor Cousin na filosofia da história, Michelet traduziu em 1827 os *Principes de la philosophie de l’histoire*, de Vico, e Quinet as *Idées*, de Herder. Voltariam a se encontrar no Collège de France em 1842, quando juntariam seus esforços contra o partido clerical, recolhendo num único volume (*Des Jésuites*) seus respectivos cursos de 1843.

⁵⁸ No original: “(...) violente alchimie morale, où mes passions individuelles tournent en généralités, où mes généralités deviennent passions, où mes peuples se font moi, où mon moi retourne animer les peuples.” MICHELET, Jules. *Journal*, *op. cit.*, p. 362. Anotação datada de 18 de junho de 1841.

⁵⁹ VIALLANEIX, Paul. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, pp. XI-XII.

Viallaneix lembra que sob a Monarquia de Julho ainda não é de bom-tom falar em nome dos “bárbaros” e apresentar-se como um deles, visto que a burguesia reinante renegava suas origens. Mas Michelet lançaria um desafio aos colegas do *Institut* que guardavam sobre *Le Peuple* um silêncio reprovador ao professar a fidelidade que sempre o ligou aos *humiliati*⁶⁰, tal como quando freqüentava a tipografia de seu pai e se entregava à “grande amizade” dos trabalhadores:

“Este livro eu o fiz de mim mesmo, de minha vida e de meu coração. Brotou de minha experiência, muito mais que de meu estudo. Tirei-o da observação, das relações de amizade e vizinhança; coligi-o ao longo dos caminhos; o acaso gosta de servir àquele que persegue sempre um mesmo pensamento. Enfim, encontrei-o sobretudo nas recordações de juventude. Para conhecer a vida do povo, seus trabalhos, seus sofrimentos, bastava-me interrogar as lembranças.

Pois eu também, amigo, trabalhei com as próprias mãos. Mereço, em vários sentidos, o verdadeiro nome do homem moderno, o nome de *trabalhador*. Antes de escrever livros, eu os *compus* materialmente; juntei tipos antes de juntar idéias, não ignoro as melancolias da oficina, o tédio das longas horas...”⁶¹

Michelet identifica-se como sendo “o povo” e este como a própria França. Ao contrário de certos escritores contemporâneos que, no seu entender, só se dirigiam ao povo para caricaturá-lo, magnificar-lhe os defeitos, utilizaria seu próprio testemunho para dar veracidade à história da França, propondo a semelhança, ou melhor, uma imanência entre a história e a vida.

Segundo ele, foi a partir da cólera que experimentou ao ler *Indiana* (1832) e *Lélia* (1833), *Les Mystères de Paris* (1842-43) e *Les Paysans* (1844) que amadurece seu pensamento e passa a contestar o retrato violento e vicioso que se fazia do povo francês nessas obras, pondo-se a redigir seus trabalhos na espera de que sua arte “servisse à verdade, e à verdade de todos”:

⁶⁰ “O verdadeiro nome dessa classe foi o primeiro que a Itália lhes deu na Idade Média: *Humiliati*”. Michelet resgata esse termo referente à condição dos antigos tecelões, segundo ele, “menosprezados pelos proprietários, comerciantes e burgueses quando não se podia pagar o imposto ou quando lhes fixavam com uma arbitrariedade bizarra o preço pelo qual podiam vender, tanto para os ricos, tanto para os pobres”, no intuito de explicar a servidão do operário moderno dependente das máquinas. MICHELET, Jules. *O Povo*, *ibid.*, p. 55.

⁶¹ *Ibid.*, p. 02. Grifos do autor.

“Não é de estranhar que, conhecendo como ninguém os antecedentes históricos desse povo e tendo eu próprio, por outro lado, partilhado sua vida, sinta uma necessidade premente de verdade quando me falam dele. Quando a evolução de minha História levou-me a tratar as questões atuais, e ao percorrer os livros onde foram discutidas, confesso ter ficado perplexo por notar quase todos em contradição com minhas lembranças. Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes... O povo era o mesmo, as mudanças são exteriores; a memória não me enganava... Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes, as palavras de bom senso.”⁶²

Diante disso, o principal intento deste estudo é analisar um dos aspectos ou “obsessões”⁶³ do pensamento de Michelet: sua crítica à literatura “romântica” francesa. Importa notar que o exame desfavorável que fazia dos literatos de seu tempo não advém do desenvolvimento da crítica literária, nem mesmo a afeta. Ele está sozinho. Seu julgamento implacável ilustra uma concepção de história “popular” formulada em consequência de uma literatura romanceada, “não-comprometida” com a verdade e/ou com o social, na sua opinião⁶⁴:

“O romance, a narrativa de uma paixão, de um destino individual, toca mediocrementemente o povo; ele aí raramente se reconhece. Ele quer coisas grandes e verdadeiras. *‘Isso é verdade?’*, pergunta ele sempre que lhe é contada uma história. – Mais fortalecido que nós para o mal, ele já não tem dúvida que um indivíduo, uma pessoa, uma família possa apoderar-se do seu próprio mundo, como acontece nos romances. – O romance é muito particular para o povo, muito egoísta em um aspecto. E o sermão, a eloquência e a retórica quase sempre são para ele muito nobres; ele não lhes dá atenção. Ele despreza o romance como demasiado individual, se aborrece com o sermão humanitário ou cristão como que com uma generalidade vaga. Ele precisa da *história*; o povo precisa da história de um povo; – ou ainda a história simbolizada numa simples legenda, numa *poesia* sublime; nós a chamaremos ficção, mas uma tal poesia contida no mundo da história, no tesouro da verdade.”⁶⁵

⁶² *Ibid.*, p. 03.

⁶³ Termo utilizado por Roland Barthes em referência às várias temáticas perseguidas por Michelet. BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

⁶⁴ “No momento de começar esta vasta e difícil investigação, percebo algo pouco tranquilizador: estou sozinho nesse caminho e não encontro ninguém que me possa socorrer. Sozinho! Mas nem assim deixarei de avançar, cheio de coragem e de esperança.” MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 115.

⁶⁵ No original: “Le roman, le récit d’une passion, d’une destinée individuelle, touche médiocrement le peuple; il s’y reconnaît rarement. Il veut des choses grandes et vraies. *‘Est-ce bien vrai?’*, dit-il toujours, quand vous lui contez une histoire. – Plus endurci que nous au mal, il ne se doute pas non plus qu’un individu, une personne, une famille, puisse occuper le monde de soi, comme il arrive dans les romans. – Le roman est trop spécial pour le peuple, trop égoïste en un sens. Et le sermon, presque toujours, l’éloquence et la rhétorique, sont pour lui trop généraux; il n’y fait

Michelet, então, pleitearia por uma “literatura social”:

“O que peço aos homens deste tempo (...) são obras eficazes; menos palavreado, menos disputas. Não se desgastarem em vãs discussões, concentrar sua energia. (...) A geração que vai passar foi uma geração de *oradores*. Que aquela [dos homens deste tempo] seja uma de *produtores* verdadeiros, de homens de *ação*, de trabalho social. De ação, em vários sentidos; a literatura, saída das sombras da fantasia, tomará corpo e realidade, será uma *forma de ação*; ela não será mais um passatempo de indivíduos e de ociosos, mas a voz do povo ao povo”⁶⁶

Porém, ao verificar nos romances da época uma “exposição exagerada das chagas da França”, além de uma “falta de compromisso com a mudança para uma sociedade melhor, mais justa e fraterna”, principalmente por parte desses literatos, reclamaria para a história a “missão” de instruir o povo e formar a sensibilidade e a mentalidade da nação, o que também serviria como uma alternativa eficaz à educação religiosa tradicional:

“(...) o *método histórico* é freqüentemente o oposto da *arte propriamente literária*. O escritor ocupado em aumentar os efeitos, em colocar as coisas em destaque, quase sempre gosta de surpreender, agarrar o leitor, fazê-lo gritar: ‘Ah!’ Ele fica feliz se o acontecimento natural parece um milagre. Ao contrário, o historiador tem por missão especial explicar o que parece milagre, cercar seus precedentes, as circunstâncias que o conduzem, trazê-lo de volta à natureza. Aqui, devo lhe dizer, eu tive o mérito. Admirando, amando esta personalidade sublime, mostrei em que ponto ela era natural.”⁶⁷

pas attention. Il méprise le roman comme trop individuel, s’ennuie du sermon humanitaire ou chrétien, comme d’une généralité vague. Il lui faut l’*histoire*; il faut au peuple l’histoire d’un peuple; – ou bien encore l’histoire symbolisée en naïve légende, en sublime *poésie*; nous appelons cela fiction, mais une telle poésie renferme des mondes d’histoires, des trésors de vérités.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Septième leçon (27 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 347. Grifos do autor.

⁶⁶ No original: “Ce que je demande aux hommes de ce temps (...) ce sont des oeuvres efficaces, moins de parlage, moins de disputes. Ne pas se dépenser en vaines discussions, concentrer son énergie. (...) La génération qui va passer fut une génération de *parleurs*. Que celle-ci en soit une de *producteurs* véritables, d’hommes d’*action*, de travail social. D’action, en plusieurs sens; la littérature, sortie des ombres de la fantaisie, prendra corps et réalité, sera une *forme de l’action*; elle ne sera plus un amusement d’individus et d’oisifs, mas la voix du peuple au peuple.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Dixième leçon (17 février 1848)”, *ibid.*, p. 377. Grifos do autor.

⁶⁷ No original: “(...) la *méthode historique* est souvent l’opposé de l’*art proprement littéraire*. L’écrivain occupé d’augmenter les effets, de mettre les choses en saillie, presque toujours aime à surprendre, à saisir le lecteur, à lui faire crier: ‘Ah!’ Il est heureux si le fait naturel apparaît un miracle. Tout au contraire l’historien a pour spéciale mission d’expliquer ce qui paraît miracle, de l’entourer des précédents, des circonstances qui l’amènent, de le ramener à la nature. Ici, je dois le dire, j’y ai eu du mérite. En admirant, aimant cette personnalité sublime, j’ai

A escrita da história, no seu ponto de vista, não é um ato imparcial: ela é o registro de um conflito interminável do homem contra a natureza, do espírito contra a matéria, da liberdade contra a fatalidade:

“Eu o declaro, essa história não é imparcial. Não guarda um sábio e prudente equilíbrio entre o bem e o mal. Pelo contrário, é parcial, franca e vigorosamente a favor do direito e da verdade. Se nela se encontrar uma linha em que o autor tenha atenuado, debilitado os relatos ou os julgamentos por respeito a tal opinião ou tal poder, ele quer riscar o que escreveu.”⁶⁸

Quando a visão de escrever a *Histoire de France* toma sua imaginação durante a jornada revolucionária de julho de 1830, o historiador percebe a importância de reintegrar, através da história, as diversas forças e fatores que compõem a vida humana: “Esta obra laboriosa de cerca de quarenta anos foi concebida num momento, no relâmpago de Julho. Nesses dias memoráveis, fez-se uma grande luz e vi a França”⁶⁹. E em direção deste objetivo, reivindicaria originalidade:

“[A França] tinha anais, e não uma história. Homens eminentes tinham-na estudado sobretudo sob o ponto de vista político. Ninguém penetrara no infinito detalhe dos desenvolvimentos diversos da sua atividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém a tinha ainda abrangido com o olhar na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa.”⁷⁰

montré à quel point elle était naturelle.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. IV (Histoire de France, Livres I-IV), 1974, p. 23. Grifos do autor.

⁶⁸ No original: “Je le déclare, cette histoire n’est point impartiale. Elle ne garde pas un sage et prudent équilibre entre le bien et le mal. Au contraire, elle est partielle, franchement et vigoureusement, pour le droit et la vérité. Si l’on y trouve une ligne où l’auteur ait atténué, énervé les récits ou les jugements par égard pour telle opinion ou telle puissance, il veut biffer tout cet écrit.” MICHELET, Jules. “Conclusion de l’histoire du XVI^e siècle”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. VIII (Histoire de France au Seizième Siècle, Guerres de Religion. La Ligue et Henri IV), 1980, p. 465.

⁶⁹ No original: “Cette oeuvre laborieuse d’environ quarante ans fut conçue d’un moment, de l’éclair de Juillet. Dans ces jours mémorables, une grande lumière se fit, et j’aperçus la France.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 11.

⁷⁰ No original: “Elle avait des annales, et non point une histoire. Des hommes éminents l’avaient étudiée surtout au point de vue politique. Nul n’avait pénétré dans l’infini détail des développements divers de son activité (religieuse, économique, artistique, etc.). Nul ne l’avait encore embrassée du regard dans l’unité vivante des éléments naturels et géographiques qui l’ont constituée. Le premier je la vis comme une âme et une personne.” *Ibid.*

Michelet concebia a história como “a melhor ciência da sociedade”: em relação aos literatos sentia-se moralmente superior, pois acreditava poder, como escritor, auxiliar o homem na orientação moral-ética numa época em que as verdades da religião perdiam força como resultado da Ilustração. Para tanto, iria se contrapor a uma literatura que, no seu entendimento, fazia uso de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes, ao mesmo tempo que o estilo do historiador deveria ser usado para uma análise concreta da sociedade:

“Conheça-te, não sozinho, como homem, como cidadão. Conheça-te, não como ser efêmero, reduzido a um ponto do espaço e do tempo, mas na tua relação com os povos distantes, com as gerações passadas. Não se trata aqui de um conhecimento solitário, como os padres em seus santuários, os filósofos em seus retiros podendo ser alcançados; trata-se de um conhecimento social, de uma ciência da sociedade por ela mesma.”⁷¹

Os limites do que constitui “literatura” – enquanto oposto à ciência, à história, à filosofia e à religião – têm sido largamente estabelecidos. O próprio Michelet definiria somente o que ele pensava que a literatura deveria ser: considerava importante atribuir um valor maior à poesia que ao romance, dado que ela exprimia os sentimentos da interioridade humana, ao passo que o segundo era “superficial”, já que apresentava, com o auxílio de ações e acontecimentos, apenas uma imagem da vida exterior.

A literatura, portanto, torna-se um assunto de exame especial e, como veremos, Michelet a julgaria dentro do contexto da sua visão de história: se a tarefa da ciência literária tinha sido a de interpretar as grandes obras como auxílio para a vida, capaz de atravessar os tempos e, dessa forma, de ser também explicação do presente, cabia agora à história assumir a função de educar e formar o indivíduo, promovendo a democratização da sociedade como um todo. O bom estilo de um autor não mais garantia qualquer inferência a respeito do conteúdo de verdade de suas idéias; ele era tão agradável e inútil quanto um ornamento.

⁷¹ No original: “Connais-toi, non seul, comme homme, comme citoyen. Connais-toi, non comme être éphémère, borné à un point de l’espace et du temps, mais dans ton rapport aux peuples lointains, aux générations écoulées. Il ne s’agit pas ici d’une connaissance solitaire, comme les prêtres dans leurs sanctuaires, les philosophes dans leurs retraites pouvaient l’acquérir; il s’agit d’une connaissance sociale, d’une science de la société par elle-même.” Inédito citado por Paul Viallaneix em *La “Voie royale”, essai sur l’idée de peuple dans l’oeuvre de Michelet*. Paris, Flammarion, 1971, p. 153.

III

“O historiador não é o artista. O artista muito dá ao indivíduo, o historiador às massas.”

JULES MICHELET⁷²

Os perigos provocados pela sedução do romance – a incitação ao vício e o desestímulo à virtude – foram identificados e combatidos em várias partes do mundo, com diferentes armas, tais como a censura e a proibição por decreto, mas sem grande sucesso. Ao longo do século XVIII e começo do XIX, o gênero foi gradativamente firmando-se, não apenas nas preferências do público, mas também no interior da crítica autorizada.

A constituição de um público europeu para os romances é costumeiramente explicada pela ascensão da classe média, pela difusão do letramento, pela aceleração do processo de urbanização, ou seja, pelas mudanças sociais havidas na Europa, sobretudo na Inglaterra, e no processo de instalação de uma sociedade moderna e industrial⁷³. Sandra Vasconcelos comenta esse momento de mudança econômica, política e social, associando-o às formas literárias:

“Numa sociedade marcada por divisões sociais muito rígidas, estratificadas e hierarquizadas, cada indivíduo nascia determinado por sua origem, títulos, posses, raça. A esse mundo, correspondia um modo literário predominantemente aristocrático, caracterizado por uma alta carga de idealização, personagens estilizadas e polarizadas, quase arquétipos psicológicos, e linguagem elevada – uma literatura da satisfação do desejo. A nova ordem socioeconômica, que iria se construir sobre as ruínas da estrutura feudal, trazia no seu bojo uma ruptura de nexos entre o homem e a sociedade e o colocava em situação de permanente mobilidade, uma vez que sua posição no mundo já não estava mais predeterminada, o que o obrigava a buscar seu lugar e abrir seus espaços. Nessa busca, marcada por limitações sociais, era de se esperar que as aspirações do indivíduo entrassem em conflito com a realidade e esse

⁷² No original: “L’historien n’est pas l’artiste. L’artiste donne beaucoup à l’individu, l’historien aux masses.” MICHELET, Jules. “Indépendance de l’historien. Troisième leçon (jeudi 25 février 1847)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 202.

⁷³ A ligação entre a sociedade moderna e a ascensão do romance foi proposta por Ian Watt em *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*, retomada e refinada por Michael McKeon em *The Origins of the English Novel (1600-1740)* e por J. Paul Hunter em seu artigo “The novel and social/cultural history”. Para mais detalhes destas referências, ver a nota 100 da tese.

passasse a ser o grande tema do romance, que ganhou profundidade na análise dos sentimentos de suas personagens.”⁷⁴

Desprezado pelos homens de letras pela sua falta de vínculos com as formas clássicas e por sua bastardia, considerado frívolo, pernicioso e subversivo pelos defensores da moralidade, o romance acabaria conquistando o público leitor europeu:

“(…) em um século no qual os romances se multiplicam com uma assustadora facilidade, em uma época em que milhares de autores estão anualmente ocupados em traduzir ou imitar romances filosóficos, históricos, cavaleirescos, fabulosos ou morais; em que, enfim, o homem de Estado assim como o particular, a jovem moça assim como a mãe de família, têm quase sempre um romance aberto diante de seus olhos, talvez seja útil procurar a causa que produz tal interesse por esse gênero de produção e tentar conhecer os verdadeiros motivos que tornaram esses escritos tão diferentes uns dos outros em seu plano, em seus detalhes e em seu estilo quando se trata de romances.”⁷⁵

Assim como Grange, muitos intelectuais preocuparam-se em conhecer “a causa que produz tal interesse” e em desvendar as regras de funcionamento do gênero. Proliferaram, nos séculos XVIII e XIX, textos teóricos e críticos, os quais se dividiam em duas posições extremas: identificar os defeitos estruturais dos romances e condenar os perigos que sua leitura representava ou exaltar a “nova” forma e glorificar as virtudes que dela adviriam.

Os romances eram percebidos como novidade e como perigo, razão pela qual foi produzida uma série de textos destinados a recriminá-los e a desaconselhar sua leitura. Todavia, como não podia deixar de ser, havia quem os prezasse e estivesse interessado em defendê-los. A disputa entre posições tão antagônicas deixava vislumbrar as formas de contato com os romances

⁷⁴ VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 34.

⁷⁵ No original: “(…) dans un siècle où les romans se multiplient avec une effrayante facilité; à une époque où des milliers d’auteurs sont annuellement occupés à composer, traduire ou imiter des romans philosophiques, historiques, chevaleresques, fabuleux et moraux; où enfin l’homme d’État comme le particulier, la jeune femme comme la mère de famille, ont presque toujours un roman ouvert devant leurs yeux, il est peut-être utile de rechercher la cause qui attache un tel intérêt à ce genre de productions, et de s’appliquer à connaître les véritables raisons qui ont rendu ces écrits si différents les uns des autres dans le plan, dans les détails et dans le style depuis que l’occupe de romans.” GRANGE, J.-B.-A. “Essai sur les romans”. *Essais littéraires*. Paris, Imprimerie de Lebel, 1824, pp. 214-215.

e os efeitos produzidos por sua leitura. Essa é a matéria do capítulo 1, “Os efeitos da leitura de romances na formação do público leitor”.

Embora Michelet percebesse diferenças de qualidade no conjunto de romances em circulação e fosse condescendente com a leitura de alguns deles, receava que seu contato afastasse os jovens dos estudos. Essa postura se repetiria numa série de autores que distinguiam bons e maus romances, visualizavam interesse em alguns deles, mas temiam que ocupassem o lugar do trabalho sério na vida dos estudantes.

De acordo com Michelet, alguns literatos, como Honoré de Balzac, Eugène Sue e George Sand, caracterizam o “povo” de forma degradante, diferindo de uma literatura anterior, de fins do século XVIII e início do XIX, que devia se afirmar como veículo de instrução moral ou de “pedagogia” do cidadão. Nesse sentido, busquei recuperar, no capítulo 2, o propósito do historiador ao publicar *Le Peuple*, em 1846, e *Histoire de la Révolution française*, de 1847 a 1853, como contraponto à literatura do período que, segundo ele, oferecia uma falsa imagem da nação francesa ao enfatizar sobretudo os defeitos e torpezas de seu povo. Para tanto, Michelet teria desenvolvido uma representação estética, inserida no campo político, tendo como fio condutor a força revolucionária do “povo”, entendido como agente transformador da História, capaz de intervir de forma consciente no momento histórico em que vivia, pleno de movimentos revolucionários fervilhando por toda a Europa em busca de uma república justa e democrática.

Nessa perspectiva, procurei investigar a intenção do historiador ao delinear essa estética, instituída por meio de um discurso edificante⁷⁶, com vistas a construir a imagem do “povo” enquanto portador das características revolucionárias de transformação da sociedade, e de certos valores, tais como bondade, autenticidade, sentimento de amizade e pertença à pátria. Esse discurso estético-político-histórico, construído por Michelet, se oporia a um discurso literário que retratava somente os vícios e mazelas do povo francês, tendo como objetivo maior fundar uma

⁷⁶ Para Edmund Burke, a alegação essencial das teorias estéticas do sublime e do belo é a de que o homem pode, pela palavra e pelo discurso, transcender o humano, seja ele Deus ou os deuses, o demônio ou a natureza, ou seja, representar um sentimento e “produzir a mais forte emoção de que o espírito é capaz.” BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas, Papyrus, 1993, p. 48. O ponto de partida de Burke encontra-se no reconhecimento de que há no homem duas tendências fundamentais: uma, que o leva a conservar o seu próprio ser, e outra que o conduz para a sociedade. O sentimento do sublime se fundaria no primeiro enquanto o segundo realizaria a beleza. Conforme o autor, ao belo convém a alegria e o prazer, a mudança contínua e o liso, ao passo que o sublime diz respeito ao medo e ao terror, ao anguloso e ao áspero. O belo reúne, o sublime isola; o belo civiliza, o sublime lança o eu nas suas profundezas e faz com que o sujeito se volte completamente para si mesmo.

História, enquanto área do saber, que tivesse a missão de educar, instruir e “pedagogizar” o cidadão. Os resultados desta investigação e problematização compõem os capítulos 3 e 4 da tese.

A propósito da questão da emergência do “povo” no cenário historiográfico francês da primeira metade do século XIX, levanto a hipótese de que a criação das obras de Michelet em contraposição à literatura em voga no seu tempo, insere-se num contexto maior de extensão da função “pedagógica” de formação do povo, atribuída até então à Literatura, para o âmbito da História.

**HISTÓRIA E LITERATURA NA DISPUTA PELA
ORIENTAÇÃO DOS VALORES E CONDUTAS DO LEITOR**

Mas bem antes de chegarmos a essa elevada simplificação em que a história se torna idêntica à própria moral, gostaria que minha jovem virgem fosse docemente nutrida de leituras sadias e virginais, tiradas sobretudo da Antigüidade, até mesmo do primitivo Oriente. (...) Se recolhêssemos alguns hinos realmente etéreos dos Vedas, tais preces, tais leis da Pérsia, tão puras e tão heróicas, juntando-lhes várias das tocantes pastorais bíblicas (Jacó, Rute, Tobias etc.), daríamos à menina um maravilhoso buquê de flores, cujo perfume, aspirado cedo e lentamente, impregnaria sua alma inocente e lhe ficaria para sempre.

Nada de coisas complicadas de outrora. Longe, bem longe os Dantes e os Shakespeares, os sofistas e os mágicos da velhice do mundo! Mais longe os romances históricos, funesta literatura, que não se consegue mais desaprender e que faz ignorar solidamente a história para sempre!

Quero cantos nutrizes, como a *Ilíada* e a *Odisséia*. Esta é o livro de todos, o melhor para uma jovem mente. Livro jovem também, mas tão sábio!

Jules Michelet,
A mulher

Capítulo 1

OS EFEITOS DA LEITURA DE ROMANCES NA FORMAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR

I

“Eu os vejo como um divertimento inocente, desde que se lhes dedique apenas algumas horas quando se deseja relaxar. Mas serão horas verdadeiramente perdidas aquelas que lhes forem dedicadas em detrimento dos estudos mais sólidos. A perda de tempo nem sempre é o maior perigo oriundo dos maus Romances. Neles, estragamos o gosto, criamos falsas idéias de virtude, encontramos imagens obscenas, sujeitamo-nos sem perceber; e nos deixamos amolecer pela linguagem sedutora das paixões, sobretudo quando o autor soube emprestar-lhes as cores as mais graciosas.”

BRUZEN DE LA MARTINIÈRE⁷⁷

Em “Percurso da Leitura”⁷⁸, Márcia Abreu afirma que durante o século XVIII a leitura foi objeto de discussão de vários teóricos acerca dos perigos que poderiam representar ao leitor. Como demonstra a autora, Tissot em *De la santé des gens de lettres* (1775), apresenta uma grande quantidade de males físicos decorrentes dos “esforços do espírito” exigidos pelo excesso de leitura e de escrita que poderiam levar ao esgotamento do corpo, como a perda de apetite, problemas digestivos, enfraquecimento, espasmos, convulsões, irritabilidade, atordoamento, taquicardia, cuja solução seria a moderação do ato de ler e a prática de exercícios físicos.

⁷⁷ No original: “Je les regarde comme un amusement innocent, lorsqu’on ne leur donne que quelques heurs où l’on veut se délasser. Mas ce seroient des heurs véritablement perdues que celles qu’on leur donneroit de plus au prejudice des études plus solides. La perte de temps n’est pas toujours le plus grand danger qu’il y ait à craindre dans les mauvais Romans. On s’y gâte le goût, on y prend de fausses idées de la vertu, on y rencontre des images obscènes, on s’appriivoise insensiblement avec elles; & on se laisse amollir par le langage séduisant des passions, surtout quand l’auteur a sù leur prêter les couleurs les plus gracieuses.” BRUZEN DE LA MARTINIÈRE. *Introduction générale à l’étude des sciences et des belles lettres, en faveur des personnes qui ne savent que le Français*. La Haye, chez Isaac Beauregard, 1731, pp. 189-190.

⁷⁸ ABREU, Márcia. “Prefácio: Percursos da Leitura”. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999, pp. 09-15.

No entanto, conforme a autora, os efeitos físicos não eram os maiores perigos oferecidos pela leitura. Entre eles estavam aqueles que poderiam “corromper a alma”, “colocar em risco a moral e a virtude”, já que os teóricos também acreditavam que os livros, sobretudo os romances, poderiam divulgar idéias falsas como sendo verdadeiras, além de estimular demasiadamente a imaginação e combater o pudor e a honestidade, pervertendo o sistema de valores sobre o qual a sociedade deveria se assentar:

“A leitura dos Romances é mais perigosa: eu não gostaria que se fizesse dela um grande uso; eles introduzem o falso no espírito. O Romance, não estando jamais assentado na verdade, acende a imaginação, enfraquece o pudor, coloca em desordem o coração. (...) Eu não gostaria, absolutamente, de defendê-los; todas as defesas ferem a liberdade e aumentam o desejo; mas é necessário acostumar-se às leituras sólidas, que ornem o espírito e fortificam o coração: nunca é demais evitar aquelas que deixam impressões difíceis de apagar.”⁷⁹

Desse modo, o livro era visto como meio pelo qual se poderia difundir atitudes reprováveis, que podiam corromper a inocência e favorecer o crime, afastando os leitores da virtude e da ordem⁸⁰. Ademais, colocando-os em contato com um mundo imaginário, o romance poderia promover uma identificação entre o leitor e as situações fictícias, resultando na transposição do que se lia para a realidade, efeito nocivo e totalmente condenável para alguns teóricos:

⁷⁹ No original: “La lecture des Romans est plus dangereuse: je ne voudrais pas que l’on en fit un grand usage; ils mettent du faux dans l’esprit. Le Roman n’étant jamais pris sur le vrai, allume l’imagination, affoiblit la pudeur, met le désordre dans le coeur. (...) Je ne voudrais point les défendre; toutes défenses blessent la liberté, & augmentent le désir; mais il faut autant qu’on peut s’accoutumer à des lectures solides, qui ornent l’esprit, & fortifient le coeur: on ne peut trop éviter celles qui laissent des impressions difficiles à effacer.” LAMBERT, Anne Therese M. C. *Avis d’une mère à son fils et à sa fille*. Paris, Ganeau, 1729, pp. 144-145.

⁸⁰ Ao problematizar a loucura na segunda metade do século XVIII, Foucault destaca a leitura de romances que, de acordo com escritores da época, a exemplo de Tissot, representava uma ameaça à saúde mental dos leitores, ou pelo menos à serenidade de seus espíritos: “O romance constitui o meio de perversão por excelência de toda sensibilidade; ele isola a alma de tudo o que há de imediato e natural no sensível a fim de arrastá-la para um mundo imaginário de sentimentos tanto mais violentos quanto mais irreais e menos regidos pelas suaves leis da natureza.” FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1993, p. 368. De um artigo anônimo do período, o autor retira as seguintes observações: “Tantos autores fazem nascer uma multidão de leitores, e uma leitura contínua produz todas as doenças nervosas; talvez dentre todas as causas que perturbam a saúde das mulheres, a principal seja a multiplicação infinita dos romances nos últimos cem anos... Uma menina que com dez anos lê, ao invés de correr, aos vinte será uma mulher com vapores, e não uma boa ama de leite”. “Causes physiques et morales des maux de nerfs”. *Gazette salubre*, nº 40, 6/10/1768. *Apud* FOUCAULT, Michel, *ibid*.

“Os romances não apenas poluem as imaginações das jovens, mas igualmente lhes dão falsas idéias sobre a vida, o que muito freqüentemente as faz agir de modo inadequado, devido à mudança romântica no modo de pensar que elas assimilam de seus estudos favoritos. Lêem sobre personagens que nunca existiram e nunca poderão existir; e quando todo o engenho e invenção de uma fantasia luxuriante são esticados para pintar um jovem todo perfeição de corpo e mente, é quase impossível para uma jovem evitar se apaixonar por um fantasma e ficar descontente com a porção de mortalidade com quem ela se casa depois e descobre, para seu grande desapontamento e mortificação, não agir como a imagem que sua afeição havia adornado para sua visão.”⁸¹

Diante dos perigos atribuídos aos romances, setores ligados e considerados responsáveis pela manutenção da moral⁸², sobretudo a Igreja Católica, proporiã leis que proibissem na França a criação e propagação tanto de livros nacionais quanto importados, como aponta a autora⁸³. Acreditando que a escrita poderia causar muito mais dano a sociedade do que a palavra proferida, pois, ao contrário do orador em praça pública que poderia facilmente ser identificado e contido, o livro permitia a leitura reservada e com um poder imensurável de difusão de idéias, tentou-se por meio da censura proibir o curso dos romances em todos os níveis,

⁸¹ “Character and Effect of Modern Novels”. *London Magazine*, 1773. Apud VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, pp. 92-93.

⁸² Na trilha da obra de Michel Foucault, a moral, para além de um conjunto de valores e regras a serem seguidos, ou um código prescritivo, designa o comportamento real das pessoas sobre o qual esse código pretende ter efeito: “Por ‘moral’ entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar ‘código moral’ esse conjunto prescritivo. Porém, por ‘moral’ entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a ‘moralidade dos comportamentos’.” FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Graal, v. 2, 1998, p. 26.

⁸³ Na França chegou-se a vedar, por decreto, a produção e a circulação de romances entre 1737 e 1750. Propositor e entusiasta da proibição foi o padre Charles Porée, autor de *De libris qui vulgo dicuntur romanesses oratio habita* (1736). Todavia, Robert Darnton demonstra os fracassos do Estado monárquico no século XVIII em impedir a posse e a comercialização dos livros proibidos que, em muitos casos, chegavam do exterior e das regiões fronteiriças para serem introduzidos no país por meio de uma rede de tráfico protegida por um sistema de códigos desenvolvido pelos

desde a composição, publicação, venda e posse desses livros tidos como inconvenientes e subversivos⁸⁴.

No tempo em que a leitura das belas-letas tinha por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visavam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parecia sem finalidade, considerada por muitos passatempo de ociosos ou, o que era ainda mais grave, corruptora de costumes. Os mais vivos ataques a esses escritos partiam do campo religioso, a exemplo de Massilon que os criticava explicitamente pela concorrência que faziam aos livros sagrados:

“Bom Deus! qual não é nossa cegueira e nossa loucura! os livros falsos, mentirosos, corruptores, como os homens que são seus autores, ocupam todos os instantes do nosso lazer, nós sacrificamos a eles os deveres do nosso estado, de nossa posição, do cuidado dos nossos negócios: e mal nos lembramos de abrir aquele livro divino que Vós tivestes o cuidado de inspirar, longe de buscar nele os tesouros escondidos de vossa palavra e os dons inefáveis de vossa graça.”⁸⁵

Segundo Massilon, os homens deveriam ocupar-se em conhecer a palavra de Deus, em meditar, rezar e fazer trabalhos caritativos, de modo a favorecer sua entrada no reino dos céus. De tudo isso se esqueceria aquele que gastasse seu tempo lendo romances:

“(…) poderíamos nós ter esperança de conservar nosso coração puro e intacto lendo estes livros nos quais tudo desperta e inspira a volúpia, nos quais as pinturas impuras, as imagens lúbricas inflamam os desejos, excitam os sentidos, revoltam a carne; nos quais a infâmia das ações responde à infâmia das palavras; nos quais freqüentemente a arte das gravuras acrescenta ainda mais ao escândalo das

livreiros. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁸⁴ Sobre a interdição dos romances no século XVIII em virtude dos malefícios advindos de sua leitura, ver MAY, Georges. *Le dilemme du roman au XVIII^e siècle. Étude sur les rapports du roman et de la critique (1715-1761)*. Paris, PUF, 1963, sobretudo pp. 75-105 e COULET, H. *Le Roman jusqu'à la Révolution*. Paris, Armand Colin, 1967, t. I, pp. 323-329; t. II, pp. 96-181.

⁸⁵ No original: “Grand Dieu! quel est donc notre aveuglement et notre folie! des livres faux, mensongers, corrupteurs, comme les hommes dont ils sont l'ouvrage, occupent tous les instants de notre loisir; nous leurs sacrifions même les devoirs de notre état, de nos places, les soins de nos affaires: et à peine daignons-nous ouvrir ce livre divin que vous prîtes soin d'inspirer, loin d'y chercher les trésors cachés de votre parole, et les dons ineffables de votre grâce.” MASSILON. *Discours inédit de Massilon sur le danger des mauvaises lectures, suivi de plusieurs pièces intéressantes*. Paris, Beaucé, 1817, p. 01.

aventuras? é lá que o crime passa por fraqueza, a lei das núpcias, por um vão escrúpulo, o pudor, por preconceito; é lá que a mulher cristã aprende a enganar os olhos de seu marido, a violar a santidade do leito conjugal; o esposo, a romper, como correntes insuportáveis, os castos laços do matrimônio que até mesmo os Pagãos respeitavam. É lá freqüentemente, oh meu Deus, que uma juventude sem experiência vem estudar o crime, aprender os segredos que ignorava talvez, e cujo conhecimento a levará a sua perda. Sem dúvida que os efeitos destes livros não se fazem sentir instantaneamente; mas por serem tardios, eles são ainda mais terríveis: é um veneno lento que corre nas veias, percorre insensivelmente as entranhas e termina por devorar inteiramente; é um fogo que dorme sob as cinzas e que não tarda a se transformar em vasto incêndio cujo furor ninguém poderá conter. (...) Por força de demorar o olhar sobre imagens obscenas, o coração acaba por se estragar, o pudor não combate mais e cessa de intervir. Entusiasmados pelas máximas infames de seus livros, vocês se abandonam ao império dos sentidos; nada os detém, vocês não têm outro freio além de um instinto brutal, outra regra que seus desejos, outra ocupação que atçar suas paixões. O que se torna o homem então, oh meu Deus!, abandonado à fúria de suas inclinações, às desordens de sua imaginação?”⁸⁶

A idéia de moralização pela leitura promovida pelos religiosos partia de pressupostos exatamente contrários aos do romance. Os textos cristãos propunham modelos positivos de virtude por meio da narração de vidas de santos e de fatos bíblicos nos quais se podia conhecer a trajetória de homens e mulheres que não pecavam, que cumpriam os mandamentos, que temiam a Deus. É a partir da imitação do comportamento dessas pessoas que se atingiria o ideal cristão. Os romancistas, que também se diziam preocupados com a moral, pretendiam alcançá-la pelo caminho oposto, mostrando pessoas que erram, que se corrompem, que são fracas diante do vício. Mas apesar de narrar essas histórias do ponto de vista de quem as condena, acabavam colocando

⁸⁶ No original: “(...) pourrions-nous espérer de conserver notre coeur pur et intact, en lisant ces livres où tout réveille et inspire la volupté, où des peintures impures, des images lubriques enflamment les desirs, excitent les sens, révoltent la chair; où l’infamie des actions répond à l’infamie des paroles; où souvent l’art des gravures ajoute au scandale des aventures? c’est là que le crime passe pour faiblesse, la loi des noces pour un vain scupule, la pudeur pour préjugé; c’est là que la femme chrétienne apprend à tromper les yeux de son époux, à violer la sainteté du lit nuptial; l’époux, à rompre, comme des chaînes insupportables, les chastes liens du mariage que les Païens eux-mêmes respectaient. C’est là souvent, ô mon Dieu, qu’une jeunesse sans expérience vient étudier le crime et apprendre des secrets qu’elle ignorait peut-être, et dont la connaissance entraînera bientôt sa perte. Sans doute que les effets de ces livres ne se font pas sentir à l’heure même; mais pour être tardifs, ils n’en sont que plus terribles: c’est un poison lent qui coule dans les veines, ronge insensiblement les entrailles, et fini par les dévorer entièrement; c’est un feu qui couve sous la cendre, et qui ne tarde pas à se transformer en un vaste incendie dont rien ne pourra arrêter la fureur. (...) A force d’arrêter vos regards sur des images obscènes, le coeur finit par se gâter, la pudeur ne combat plus, et cesse de s’effaroucher. Enhardis vous-mêmes par les maximes infames de vos livres, vous vous abandonnez à l’empire des sens; rien ne vous arrête, vous n’avez plus d’autre frein qu’un instinct brutal, d’autre règle que vos desirs, d’autre occupation que d’assouvir vos passions. Que devient l’homme alors, ô mon Dieu! livré à toute la fureur de ses penchans, à tous les désordres de son imagination?” *Ibid.*, p. 08.

os leitores em contato com o pecado e a imoralidade, permitindo que eles se imaginassem na mesma situação.

Para os detratores do romance, as narrativas favoreciam o contato com cenas de adultério, incesto, sedução, crimes, fazendo com que o leitor aprendesse como levar a cabo circunstâncias semelhantes, como evitar riscos e/ou burlar as leis. Mesmo que não se pusesse em prática os atos condenáveis representados nessas obras, só sua leitura já provocaria sensações físicas pouco recomendáveis no leitor, inflamando desejos, despertando a volúpia, excitando, enfim, os sentidos. Como se não bastasse, elas enfraqueceriam os valores morais ao conferir novo sentido a atitudes reprováveis: nas ficções, o crime poderia ser apresentado como uma fraqueza, a castidade vista como um cuidado desnecessário, a sedução tida como um ato de amor. Os depreciadores do gênero imaginavam que a proximidade com essas situações pecaminosas e com tais interpretações peculiares alteraria a percepção do mundo e o conjunto de valores pelos quais as pessoas deveriam se pautar a fim de pôr freio a seus piores impulsos.

No campo político, o livro também era temido pelas autoridades, especialmente os romances, seja por contestar a ordem e os poderes constituídos, seja por ridicularizá-los e até mesmo “desviar os indivíduos de suas obrigações”, conforme Bernard Mandeville num ensaio de 1723: “Ler, escrever, contar são (...) muito perniciosos aos pobres. (...) Homens que devem permanecer e terminar seus dias numa árdua, fatigante e dolorosa quadra da vida, quanto antes a ela se acostumarem, mais pacientemente a suportarão”⁸⁷. Dessa forma, o desejo em conter quaisquer mudanças associado à idéia do livro como um elemento de transformação, teria norteado as preocupações em interditar a leitura e a própria produção de livros.

De acordo com Márcia Abreu em “Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial”⁸⁸, vários tratados foram regularmente enviados para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX, tais como *Discours sur la manière d'utiliser ses lectures* (1802), de Biron, *Instruction sur la manière de bien étudier* (1742), de Charles Gobinet, e *Traité sur la manière de lire les auteurs avec utilité* (1747-1751), de Bardou-Duhamel, tendo como objetivo o

⁸⁷ “Essay on charity and charity schools”. *The fable of the bees*. Oxford, Kaye, 1924. Apud ABREU, Márcia. “Prefácio: Percursos da Leitura”, *op. cit.*, p. 13.

⁸⁸ ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial”. *Leitura, História e História da Leitura, op. cit.*, pp. 213-233.

estabelecimento de normas e procedimentos, bem como funções para a leitura, dentre as quais a formação de estilo, instrução e divertimento.

A preocupação desses tratados sobre a boa leitura, reduzida aos “melhores autores” representados pelos escritores da Antigüidade greco-latina, seria marcada pela diferenciação entre boas e más leituras, pessoas comuns e de espírito, universo no qual as práticas de leitura mais frequentes, a leitura extensiva⁸⁹ e, principalmente, a leitura de romances, voltada para o prazer e a distração, deveriam ser banidas. A leitura de entretenimento não será objeto das preocupações dos tratadistas, exceto quando se tratar de alertar para os perigos que correm aqueles que a ela se dedicam.

Com relação ao auxílio que a leitura poderia representar para a formação do estilo, esses tratados defendiam a observação da estrutura do texto que se lê para reproduzi-la posteriormente, anotando as máximas ou os pensamentos, memorizando futuramente os trechos extraídos por meio da releitura, bem como outros procedimentos, estabelecendo uma estreita relação entre o ato de ler e a escrita. Porém, para esse fim, não seria absolutamente a “grande leitura que é necessária, mas a boa”, conforme as recomendações de Charles Gobinet:

“Pois para o estilo, não se pode negar que a variedade de Autores seja prejudicial; e que para se formar um bom estilo, seja em prosa, seja em verso, não seja necessário escolher quem tenha tido melhor sucesso no gênero de escrito que se deseja obter: e para a erudição, ainda que pareça que ela consiste em saber muito das

⁸⁹ “Como a desenvolveram Rolf Engelsing e outros eruditos alemães, essa noção divide o desenvolvimento da leitura em duas fases. A partir do Renascimento, até aproximadamente 1750, os europeus liam ‘intensivamente’. Tinham acesso a muito poucos livros – a Bíblia, obras pias, um ocasional folheto de baladas ou almanaque – e liam-nos repetidas vezes, meditando, introspectivamente, a respeito deles, ou partilhando-os, em voz alta, com outros da família e em reuniões sociais (a *Spinnstube* e a *veillée*). Na segunda metade do século XVIII, as pessoas educadas começaram a ler ‘extensivamente’. Liam grande quantidade de matéria impressa, especialmente romances e jornais, os gêneros favoritos nos clubes de leitura (*Lesegesellschaften*, *cabinets littéraires*) que proliferavam em toda parte, nos centros urbanos. E liam cada obra apenas uma vez, por divertimento, e depois passavam, apressadamente, para a próxima.” DARNTON, Robert. “Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica”. *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 319. Robert Darnton discorda dos historiadores alemães que, segundo ele, foram os que mais contribuíram para a constituição de uma história da leitura, de que ocorre no fim do século XVIII uma *Leserevolution*, ou seja, uma revolução da leitura, sobretudo na Alemanha. Para ele, “o leitor moderno lê muitos jornais e romances, mas isso não exclui uma leitura refletida e repetida dos clássicos – aliás, nem dos jornais e romances. Longe de abandonar a leitura intensiva, aplica-se a ela de todo o coração.” DARNTON, Robert. “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII”. CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. 2ª ed., São Paulo, Estação Liberdade, 2001, p. 168. Roger Chartier compartilha com os historiadores alemães a idéia de que entre 1750 e 1850, da Alemanha à Nova Inglaterra, uma nova maneira de ler vai se impor, a leitura extensiva. CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”, *ibid.*, sobretudo p. 86.

coisas boas, é entretanto verdade que ela é mais sólida e mais útil quando se sabe menos, e quando se possui bem aquilo que se aprendeu.”⁹⁰

Como sugere Márcia Abreu, talvez a preocupação em prescrever obras a serem lidas e a maneira correta de o fazer tivesse ocupado tantos autores em virtude de uma “vulgarização” da leitura indicada por eles mesmos e vista com inquietação:

“Todo mundo lê. É a ocupação ou o divertimento ordinário da vida. Os jovens como os velhos, as mulheres igualmente aos homens, os ignorantes assim como os sábios, abandonam-se com mais ou menos ardor, segundo suas capacidades, seus gostos e seus estados. O número de leitores efetivamente aumentou consideravelmente nestes últimos séculos.”⁹¹

Para a autora, fosse ou não real a premissa de que “todo mundo lê”, importa perceber que o ingresso de novos autores no mundo letrado tinha como correlato o desejo de operar distinções entre “sábios” e “ignorantes”, livros “saudáveis” e “perigosos”, maneiras “corretas” e “incorretas” de ler. A capacidade e a oportunidade de ler não poderiam borrar as diferenças entre pessoas comuns e “pessoas de espírito” (ou “gens d’esprit”, como diziam os tratadistas): era preciso distinguir-se da maioria, mostrar-se cultivado e isso só se poderia fazer sendo capaz de ler *determinados* textos de *determinada* forma:

“O verdadeiro belo, o verdadeiro bom, é aquilo que agrada àqueles que têm muito espírito e gosto. O grau de excelência de uma obra é o prazer por ela proporcionado, assim como o prazer proporcionado é a prova da excelência da obra. Mas freqüentemente aquilo que agrada muito àqueles que têm muito espírito e gosto, agrada menos, ou mesmo não agrada absolutamente àqueles que os têm em menor quantidade, e é bem natural que seja assim. O bom gosto em todas as matérias não é de forma alguma o gosto da maioria em geral, é o gosto do maior número daqueles que têm as qualidades, os conhecimentos, a experiência necessária para julgar bem a

⁹⁰ GOBINET, Charles. *Instruction sur la manière de bien étudier*. Paris, chez Herissant, 1742, p. 179. *Apud* ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler...”, *op. cit.*, p. 215.

⁹¹ BOLLIOUD-MERMET, Louis. *Essai sur la lecture*. Amsterdam-Lyon, chez Pierre Duplain, 1765, p. 09. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*

matéria de que se trata; é, se posso me exprimir assim, o gosto mais comum entre as pessoas menos comuns.”⁹²

Padre Sacchini acrescenta, como preocupação complementar ao estudo da estrutura dos textos para a incorporação de um estilo, a observação dos pensamentos mais luminosos que contivessem uma lição para os costumes, uma reflexão para o espírito ou a demonstração decisiva de uma idéia: “(...) há dois motivos que nos levam a ler, um para nos formar um estilo, outro para adquirir conhecimentos: (pois eu não tenho nada a fazer com aqueles que lêem por puro divertimento)”⁹³. No seu entender, somente após essa etapa devia-se prestar atenção ao estilo empregado, à forma da enunciação, sempre enfatizando a importância de se produzir anotações enquanto se lê. Nesta acepção, a leitura prescrita tinha uma função utilitária e formativa que só se cumpriria caso seu objeto fossem os melhores autores “dos quais se pode gostar, sem o temor de se equivocar”⁹⁴.

Os tratados não se ocupavam exclusivamente das leituras auxiliares da produção, dedicando-se também àquelas feitas com o intuito de “obter conhecimento” e de “ornar o espírito”. Neste caso, como no precedente, a primeira preocupação seria selecionar os textos que deviam preparar e formar o gosto do leitor frente aos clássicos. Para tanto, recomendava-se a leitura de tratados que permitissem a compreensão dos recursos utilizados pelos escritores, como as figuras de linguagem e as artes poéticas e retóricas, de acordo com Biron. Em seguida, seria preciso analisar os métodos de estudo, auxiliados pelo *De la manière d’enseigner et d’étudier les belles-lettres, par rapport à l’esprit et au coeur* (1765-1770), de Charles Rollin, no qual há uma série de informações a respeito da língua francesa, grega e latina, da história sagrada e profana, bem como dos costumes, da filosofia, das regras e princípios que regem a elaboração poética e retórica dos antigos. As obras-primas francesas, embora não possuíssem uma finalidade em si, serviriam como etapa preparatória. Seria necessário ainda, antes de iniciar a leitura dos clássicos, que o leitor se informasse sobre o autor e o contexto no qual a obra foi produzida e refletisse como ele mesmo desenvolveria o tema.

⁹² ABBÉ TRUBLET. *Réflexions sur le goût. Essais*, t. I, première partie. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 218.

⁹³ SACCHINI, Pe. *Moyens de lire avec fruit*. Traduit du latin. Paris, chez Guillot, 1786, p. VI. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 214. Padre Sacchini foi um jesuíta que viveu na primeira metade do século XVII.

Após a leitura, alguns objetivos deveriam ser contemplados: o leitor precisaria demonstrar entendimento, capacidade de resumir e desenvolver o que foi lido, além de julgar, tarefa considerada mais difícil. O julgamento não deveria se pautar em elementos subjetivos, mas em procedimentos racionais, como comparações entre os textos selecionados e aqueles que deviam servir de apoio à leitura. Os sentimentos, cuja satisfação se destinaria os romances, na visão dos tratadistas, não deveriam ser parâmetro para a leitura. Além disso, essa prática teria de ser seguida por discussões compartilhadas com pessoas eruditas, cujo propósito seria favorecer a percepção e o julgamento. Neste aspecto, a escola desempenharia um papel fundamental, uma vez que ofereceria as condições essenciais para a leitura correta, colocando os leitores em contato com o conjunto de textos que deveria ou não ser lido, bem como com as pessoas qualificadas que poderiam instruí-los e auxiliá-los nesta tarefa.

Esses autores, ao tratarem de leitura, tinham em mente um tipo particular de atividade que não se limitava à decifração de um texto escrito, mas que acionava um conjunto de conhecimentos prévios sobre os quais a leitura repousaria e com os quais o texto deveria ser confrontado. A leitura eficaz seria, portanto, aquela capaz de avaliar a proximidade a que determinado texto havia chegado das regras de excelência.

Como síntese dos procedimentos de leitura precritos, diz Biron ao concluir seu tratado:

“Atenha-se em seus estudos aos bons autores. (...) Leia estes autores com aplicação e perseverança; leia pouco de cada vez, reflita bastante; não passe nada sem ter perfeitamente compreendido (...) e volte a eles freqüentemente: saiba consultar os homens instruídos, assim, você retirará de suas leituras tantas e tão preciosas vantagens, que um dia me será agradecido de lhe ter dado alguns conselhos sobre as maneiras de ler com utilidade.”⁹⁵

Assim, a “maneira correta de ler” proposta pelos tratados sobre a boa leitura se fundamentaria no reconhecimento da obra mediante sua aproximação com outros textos,

⁹⁴ BARDOU-DUHAMEL. *Traité sur la manière de lire les auteurs avec utilité*. Paris, 3 v., 1747-1751, p. VII. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 220.

⁹⁵ BIRON. *Discours sur la manière d'utiliser ses lectures*. Paris, chez J. Charles, 1802, pp. 39-40. *Apud* ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 224.

seguindo as regras estabelecidas, e não na distinção ou na busca do novo. Em outros termos, a leitura seria, essencialmente, comparação e julgamento.

Conforme Márcia Abreu, a publicação de tratados entra em declínio no final do século XVIII e início do XIX, numa aparente decadência dos esforços em prescrever normas para se alcançar a leitura desejada. No entanto, teriam surgido novos escritos, como as histórias literárias⁹⁶, que se destinavam à formação do gosto do público e se assemelhavam aos tratados na tentativa de ditar, selecionar e hierarquizar modelos reguladores de leitura.

II

“A literatura e o saber de nosso século tendem muito mais a destruir do que a edificar. Censura-se com um tom de mestre; para propor, é preciso assumir uma outra postura com a qual a altivez filosófica se compraz menos. Apesar de tantos escritos que, segundo dizem, só têm por fim a utilidade pública, a primeira de todas as utilidades, que é a de formar os homens, ainda está esquecida.”

JEAN-JACQUES ROUSSEAU⁹⁷

O debate acerca do papel “pedagógico” das ficções não se inaugura no século XVIII. Porém, é nesse século que o romance, então emergente, e a literatura prescritiva – que abrange os

⁹⁶ Dentre os trabalhos de história literária, podemos destacar o *Le lycée, ou cours de littérature ancienne et moderne*, publicado por Jean François La Harpe, em Paris, entre 1799 e 1805. Inicialmente apresentado na forma de aulas de colégio, o curso pretendia “colocar as obras primas da literatura antiga e moderna ao alcance de todos” por meio de um acompanhamento histórico das produções literárias – entendidas por ele como poesia (epopéia, tragédia, comédia, poesia lírica, poesia pastoral, sátira e elegia) e prosa (eloquência, história, filosofia, romance, conto, cartas etc.) –, divididas em “épocas”, desde a Antiguidade até o século XVIII. No original: “Mettre à la portée de tout le monde les chefs-d’oeuvre de la littérature ancienne et moderne.” LA HARPE, Jean François. *Le lycée, ou cours de littérature ancienne et moderne*. Paris, chez H. Agasse, Ano VII, 1799-1805, p. 53. Na análise de Márcia Abreu, apesar de constituir novidade tanto a visada historicista quanto o exame de uma literatura nacional, a fundamentação teórica do trabalho mantinha-se vinculada aos antigos preceptistas: “Assim, os preceitos expostos nos tratados parecem não ter sido abandonados pela escola e pelas ‘pessoas de gosto’; eles apenas migraram de um gênero de escrito para o outro.” ABREU, Márcia, *ibid.*, p. 225. Em relação às histórias literárias, ver também CRISTIN, Claude. *Aux origines de l’histoire littéraire*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1972 e ESCARPIT, Robert. “Histoire de l’histoire de la Littérature”. *Histoire des Littératures, Encyclopédie de la Pléiade*. Paris, Gallimard, t. III, 1967, sobretudo pp. 1739-1740.

⁹⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp. 03-04.

tratados de moral, os sermões e os manuais de conduta⁹⁸ – são alvo de questionamento quanto à sua eficácia sobre o comportamento moral do leitor. Embora as discussões sobre esse tema envolvam outros gêneros literários, tais como a tragédia, a comédia e o romance de cavalaria, estaremos, para a finalidade desta tese, privilegiando os discursos que tematizaram a relação entre o romance moderno e a literatura prescritiva.

Importa enfatizar que a literatura que estamos denominando prescritiva, em circulação na Europa ao longo do século XVIII, vem de longa tradição, como demonstra o estudo de Norbert Elias:

“No tocante a aspectos isolados do comportamento humano, em especial dos hábitos à mesa, eles [os tratados de moral e os livros sobre boas maneiras] nos fornecem informações detalhadas – sempre sobre o mesmo aspecto da vida social – que se estendem mais ou menos sem interrupção, mesmo que elas ocorram a intervalos fortuitos, de pelo menos o século XIII aos séculos XIX e XX. (...) Esses poemas e tratados são em si mesmo instrumentos diretos de ‘condicionamento’ e ‘modelação’, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vivem tornam necessários. E mostram ao mesmo tempo, através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas e más.”⁹⁹

Dessa forma, estaremos tratando de um campo de disputa entre um gênero há muito estabelecido e outro cujo surgimento, de acordo com alguns historiadores da literatura, ocorre na Inglaterra do século XVIII¹⁰⁰. Segundo J. Paul Hunter, nessa época o romance moderno recebeu

⁹⁸ Optamos por nomear o conjunto dessas obras de “literatura prescritiva” aludindo à intenção que manifestam de prescrever valores e padrões de conduta.

⁹⁹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. I, 1994, pp. 94-95.

¹⁰⁰ Ver, por exemplo, HUNTER, J. Paul. “The novel and social/cultural history”. *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel*. RICHETTI, John (ed.). United Kingdom, Cambridge University Press, 1996, pp. 09-40 e WATT, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 11-54. Este livro de Watt, de 1957, inaugurou toda uma tradição de pensamento crítico sobre a formação do romance na Inglaterra setecentista. Outros vieram na sua esteira, a confirmar ou refutar suas hipóteses, mas sempre reconhecendo sua importância e pioneirismo. Dentre eles, Michael Mckeon, embora de acordo com as premissas de Watt, observa a falta, já apontada por outros críticos, de evidências a respeito da preponderância da burguesia no início do século XVIII, assim como a permanência de situações e convenções romanescas nas obras de Defoe, Richardson e Fielding, ainda que esses autores possam ter pretendido “subverter a idéia e o *ethos* do romance”. É a partir do que Watt deixou de fora – o romanesco e a aristocracia – que Mckeon vai construir seu argumento, tendo como pressuposto a idéia de que o final do século XVII foi marcado por uma instabilidade de

várias denominações, dentre as quais “histories”, “romances”, “adventures”, “lives”, “tales”, “memoirs”, “expeditions”, “fortunes” e “misfortunes”, mas somente em fins do século XVIII o termo “novel” teria se consagrado em terreno inglês para designar as emergentes ficções “realistas” que descreviam experiências diárias, conflitos e pensamentos de pessoas comuns num contexto contemporâneo¹⁰¹:

“O termo ‘romance’, que originalmente designava uma breve história de amor, gradualmente foi se ampliando para incluir vários tipos de ficções mais longas e, depois, novamente reduzido para descrever as novas ficções ‘realistas’ que apresentavam pessoas comuns em circunstâncias contemporâneas, habituais e familiares.”¹⁰²

J. Paul Hunter compartilha a idéia de Ian Watt a respeito da função mais referencial que a linguagem assumiria no romance moderno, no sentido de “transmitir o conhecimento das coisas”, como definiu Locke, ao contrário das narrativas ficcionais anteriores. Da valorização desta função, alegam os estudiosos, decorreria a fidelidade que o romance moderno apresenta na descrição particularizada das coisas, sejam elas de ordem física ou emocional. A preocupação com o estabelecimento de uma relação entre as palavras e as coisas, no entender de Watt, era desconhecida no universo ficcional que precedeu o romance moderno:

“A tradição estilística da ficção mais antiga [da Grécia, por exemplo, da Idade Média ou da França do século XVII] não se preocupava tanto com a

categorias genéricas e sociais que provariam ser centrais para a ascensão do romance. MCKEON, Michael. *The Origins of the English Novel (1600-1740)*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1991.

¹⁰¹ Sem pretender reivindicar a exclusividade do “realismo” para o romance, Erich Auerbach demonstra as mudanças na concepção do real e nas maneiras de representá-lo em diferentes períodos da história literária, desde Homero e a Bíblia até Joyce, onde se evidencia um claro movimento em direção a um maior realismo a partir do romance do século XVIII, pensado como encenação de um entrechoque de forças sociais, como imitação da vida prosaica de um indivíduo e/ou como elemento central de composição e de configuração artística da experiência do homem comum. AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, EDUSP/Perspectiva, 1971. A propósito do termo “realismo” e de sua aplicabilidade à discussão do romance contemporâneo, ver WILLIAMS, Raymond. “Realism and the Contemporary Novel”. *The Long Revolution*. London, The Hogarth Press, 1992, pp. 274-289.

¹⁰² No original: “The term ‘novel’, which originally designated a short tale of romantic love, gradually was broadened to include longer fiction of various kinds and then narrowed again to describe the new ‘realistic’ fictions that featured ordinary people in familiar, everyday, contemporary circumstances.” HUNTER, J. Paul, *op. cit.*, p. 09.

correspondência entre palavras e coisas quanto com as belezas extrínsecas que o uso da retórica podia conferir à descrição e ação.”¹⁰³

Nas narrativas anteriores ao romance moderno, afirma Watt, a palavra submetia-se ao decoro lingüístico específico de cada forma literária, estando a avaliação da qualidade de cada uma delas relacionada, exclusivamente, ao manejo das convenções formais. Assim sendo, o mérito do autor seria tanto maior quanto fosse sua capacidade de respeitar essas convenções:

“A suposição implícita de escritores e críticos cultos era a de que a habilidade de um autor se revelava não na fidelidade com que fazia suas palavras corresponderem aos respectivos objetos, mas na sensibilidade literária com que seu estilo refletia o decoro lingüístico adequado ao assunto.”¹⁰⁴

Em contrapartida, o romance moderno apresentaria uma liberdade formal aliada a uma perspectiva literária “realista” que privilegiava a individualização das personagens e a apresentação detalhada do ambiente: “(...) o enredo envolveria pessoas específicas em circunstâncias específicas, e não, como fora usual no passado, tipos humanos genéricos atuando num cenário basicamente determinado pela convenção literária adequada”¹⁰⁵.

A obra de Richardson em meados do século XVIII refletiria esse momento de passagem da tipicidade, dependente de uma ordem social hierárquica, à individuação, apoiada no surgimento da noção de sujeito moderno e indivíduo soberano. Como explica Raymond Williams, as razões para a emergência de uma nova forma de individualismo são conhecidas: o Humanismo renascentista, a Reforma e o Protestantismo, as revoluções científicas, o Iluminismo. O autor sintetizaria esse processo em seu verbete sobre o *indivíduo*, no qual aponta a importante mudança de sentido que o conceito teria sofrido na Europa setecentista:

“O surgimento de noções de *individualidade*, no sentido moderno, pode ser relacionado à dissolução da ordem econômica, social e religiosa medieval. No

¹⁰³ WATT, Ian, *op. cit.*, p. 28.

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 17.

movimento geral contra o feudalismo, havia uma nova ênfase na existência pessoal do homem acima e por sobre seu lugar ou função numa sociedade hierárquica rígida. Houve, no Protestantismo, outra ênfase relacionada a essa, na relação direta e individual do homem com Deus, em oposição a essa mesma relação mediada pela Igreja. Mas não foi senão no final do século XVII e no século XVIII que uma nova modalidade de análise em lógica e matemática postulou o indivíduo como a entidade substancial (cf. as “mônadas” de Leibniz), a partir da qual outras categorias, e particularmente as categorias coletivas, foram derivadas. O pensamento político do Iluminismo, de modo geral, seguiu esse modelo.”¹⁰⁶

Seguindo os argumentos de Williams, a filosofia moderna, por meio das figuras de Descartes e Locke, teria se encarregado de prostrar as velhas concepções medievais e formular a idéia do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento. Ao postular a primazia da experiência individual, atribuir aos sentidos um papel primordial na apreensão da realidade e enfatizar o particular em detrimento do universal, a filosofia voltava sua atenção para a questão da identidade pessoal e sugeria à prosa de ficção o caminho da individuação da personagem, o que iria se traduzir na prática do romance de considerar seus atores como seres particulares localizados no meio ambiente social contemporâneo. Dessa mudança de eixo, nota o autor, teria surgido a imagem do “indivíduo soberano”, com vontades, necessidades, desejos e interesses próprios, que o romance instituiria como sua personagem central.

A impressão de uma identidade individual que subsiste no tempo e contudo é mudada pelo fluxo da experiência é o que diferenciaria a caracterização em Samuel Richardson, em comparação com a ficção anterior. Seu romance teria introduzido a técnica da descrição minuciosa do vivido e seu método narrativo delineado detalhadamente a existência cotidiana e a experiência privada das personagens, permitindo-nos penetrar simultaneamente em suas mentes e no interior de seu espaço doméstico.

¹⁰⁶ No original: “The emergence of notions of *individuality*, in the modern sense, can be related to the break-up of the medieval social, economic and religious order. In the general movement against feudalism there was a new stress on a man’s personal existence over and above his place or function in a rigid hierarchical society. There was a related stress, in Protestantism, on a man’s direct and individual relation to God, as opposed to this relation mediated by the Church. But it was not until 17 and 18C that a new mode of analysis in logic and mathematics postulated the individual as the substantial entity (cf. Leibniz’s ‘monads’), from which other categories and especially collective categories were derived. The political thought of the Enlightenment mainly followed this model.” WILLIAMS, Raymond. *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society*. London, Fontana Press, 1988, pp. 163-164. Grifo do autor.

Logo, conforme os historiadores do romance, a particularização das personagens, a contemporaneidade da ação e a descrição do contexto espaço-temporal onde ela ocorre constituiriam os principais aspectos formais distintivos do romance moderno, os quais seriam responsáveis por fornecer a esse gênero literário um caráter “realista”¹⁰⁷.

O primeiro destes aspectos teria se expressado na prática de batizar as personagens, nomeando-as da mesma forma que os indivíduos particulares eram nomeados na vida real, fugindo, assim, à caracterização que as aproximava de figuras históricas ou de “tipos”, como era comum nos enredos oriundos da tradição mais antiga. Além disso, a personagem individualizada do romance se desenvolveria numa escala temporal diferente daquelas que a precederam. Segundo Ian Watt, a descrição da passagem do tempo que serve à narrativa das experiências cotidianas, típica do romance moderno, deteve-se na minúcia, na riqueza de pormenores, e o ambiente ganhou um aspecto físico real, diverso daquele indefinido que caracterizava as ficções anteriores:

“Na tragédia, na comédia e na narrativa o lugar era tradicionalmente quase tão genérico e vago quanto o tempo. Como nos informa Johnson, Shakespeare ‘não considera a diferença de tempo ou local’; e a *Arcadia* de Sidney é tão solta no espaço quanto os limbos boêmios do palco elisabetano.

(...) A busca da verossimilhança levou Defoe, Richardson e Fielding a iniciar aquele poder de ‘colocar o homem inteiramente em seu cenário físico’, o que para Allen Tate constitui a característica distintiva do gênero romance (...)”¹⁰⁸

De acordo com o autor, os detalhes temporais e espaciais, assim como a individualização das personagens no romance, são estratégias que conferem um “ar de verdade” à narrativa, em respeito à exigência de plausibilidade e verossimilhança, permitindo ao leitor ter a impressão de que se trata de um relato legítimo das experiências humanas, ao contrário da tradição literária anterior, sobretudo clássica e medieval, que usava histórias atemporais para

¹⁰⁷ Se, inicialmente, Watt refuta a noção de “realismo” como a característica distintiva dos romances do século XVIII, pois isso levava a crer que todas as formas literárias anteriores teriam perseguido o irreal, afirma, logo em seguida, a necessidade de qualificar o termo, dando-lhe contornos mais precisos do que a sua simples associação “a um retrato da vida das camadas mais baixas da população”. Dois eram os seus pressupostos: o realismo do romance não estaria no tipo de vida que ele apresenta, mas no modo como o faz; mais do que qualquer outro gênero, o romance levantaria de forma aguda o problema da correlação entre a obra literária e a realidade que ela imita.

¹⁰⁸ WATT, Ian, *op. cit.*, pp. 26-27.

refletir verdades morais imutáveis e/ou universais. O uso recorrente de termos como “comum”, “verdadeiro”, “real”, “cotidiano”, “contemporâneo”, de idéias como “familiaridade e proximidade com a vida”, “observação precisa do mundo”, “exatidão de semelhança”, e a própria insistência nos mandamentos da probabilidade e credibilidade, na definição do gênero, demonstrariam o afastamento do romance em relação às formas literárias que o antecederam.

É importante ressaltar que, em 1785, Clara Reeve já considerava o “realismo”, entendido como um modo de representar a realidade comum, diária, contemporânea, em oposição a assuntos lendários, romanescos ou tradicionalmente heróicos, a diferença essencial entre a obra dos romancistas do século XVIII e a prosa de ficção do passado. Em *The Progress of Romance*, um diálogo ficcional em que suas personagens discutem e traçam a evolução do gênero, esclarecia:

“*Euphrasia...* A palavra Romance em todas as línguas significa algo novo. Foi primeiramente usada para distinguir essas obras da Estória Romanesca, embora tenham sido confundidas ultimamente e freqüentemente tomadas uma pela outra.

Sophronia... Mas como você estabelecerá a linha de distinção, a fim de separá-las efetivamente e impedir erros futuros?

Euphrasia... Tentarei essa distinção e presumo que, se for bem feita, será seguida, - Se não, você ficará na mesma. A Estória Romanesca é uma fábula heróica, que trata de pessoas e coisas fabulosas. – O Romance [moderno] é uma pintura da vida e dos costumes reais, e do tempo em que foi escrito. A Estória Romanesca descreve, em linguagem sublime e elevada, aquilo que nunca aconteceu nem poderia ter acontecido. – O Romance [moderno] faz uma narração familiar das coisas que acontecem todos os dias diante de nossos olhos, da forma como poderiam acontecer a um amigo nosso ou conosco mesmo; e sua perfeição está em representar cada cena de uma maneira tão fácil e natural, fazendo com que ela pareça tão provável, a ponto de nos enganar e persuadir (ao menos enquanto estamos lendo) de que tudo é real, até que sejamos afetados pelas alegrias ou aflições das pessoas da história, como se elas fossem nossas próprias.”¹⁰⁹

A escritora elaborou uma definição para o romance moderno que se repetiria à exaustão: uma narrativa, centrada na vida real, próxima do leitor no tempo e no espaço, que trata de coisas que podem acontecer a qualquer um em sua vida cotidiana, escrita em linguagem

¹⁰⁹ REEVE, Clara. *The Progress of Romance*. Colchester, W. Keymer, v. I, 1785, p. 111. *Apud* VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*, *op. cit.*, p. 108. Para Sandra Vasconcelos, a

comum, organizada de forma a convencer o leitor de que a história relatada realmente ocorreu e de modo a provocar reações de identificação, fazendo aquele que lê colocar-se no lugar da personagem e com ela sofrer ou se alegrar.

Na entrada do novo século, Madame de Staël faria eco à explicação de Reeve ao dedicar algumas páginas de seu livro *De la littérature* ao romance. Ela trataria da mesma contraposição entre romance antigo e moderno, afirmando que as estórias medievais caracterizavam-se pelo recurso ao maravilhoso e alegórico, ocupando-se de heróis de tempos passados, enquanto a ficção moderna baseava-se exclusivamente na invenção de personagens e acontecimentos da vida privada, dando especial destaque às questões amorosas. Os antigos romances franceses, na sua opinião, narravam aventuras de cavalaria que não tinham qualquer relação com os eventos da vida particular dos leitores, ao passo que os romances de inspiração inglesa apresentavam como trama os sentimentos habituais desses indivíduos, bem como o poder do amor. No tema e em sua relação com o público estaria a maior novidade desses enredos: apresentar situações familiares ao leitor.

Além de contrapor o romanesco ao moderno, Staël acrescentaria um novo termo à comparação, distinguindo o romance francês do inglês:

“A *Nova Heloísa* é um escrito eloqüente e apaixonado que caracteriza o gênio de um homem e não os costumes da nação. Todos os outros romances franceses que amamos, nós os devemos à imitação dos Ingleses. Os assuntos não são os mesmos, mas a maneira de os tratar, mas o caráter geral deste tipo de invenção, pertence exclusivamente aos escritores ingleses. Foram eles os primeiros a ousar crer que bastaria um quadro das afeições privadas para interessar o espírito e o coração do homem; que nem o esclarecimento das personagens, nem a relevância dos interesses, nem o maravilhoso dos eventos era necessário para cativar a imaginação, e que havia na força de amar recursos para renovar sem cessar os quadros e as situações, sem jamais perder a curiosidade. São os Ingleses enfim que fizeram dos romances obras morais, nas quais as virtudes e os destinos obscuros podem encontrar motivos de exaltação e criar um tipo de heroísmo.”¹¹⁰

preocupação em distinguir *romance* [estória romanesca] e *novel* [romance “moderno”] inaugura-se com Congreve, em prefácio escrito em 1691 e publicado em 1713.

¹¹⁰ No original: “*La Nouvelle Héloïse* est un écrit éloquent et passionné, qui caractérise le génie d’un homme, et non les mœurs de la nation. Tous les autres romans français que nous aimons, nous les devons à l’imitation des Anglais. Les sujets ne sont pas les mêmes; mais la manière de les traiter, mais le caractère général de cette sorte d’invention appartiennent exclusivement aux écrivains anglais. Ce sont eux qui ont osé croire les premiers qu’il suffisait du tableau des affections privées, pour intéresser l’esprit et le cœur de l’homme; que ni l’illustration des personnages, ni l’importance des intérêts, ni le merveilleux des événements n’étaient nécessaires pour captiver l’imagination, et qu’il

Essas técnicas literárias que buscavam produzir um relato crível e provável das experiências reais dos indivíduos, presentes no romance moderno, teriam respondido no século XVIII a determinadas expectativas dos leitores. Parecia haver, por parte destes, uma certa ânsia por se encontrarem nos romances, por poderem se situar em meio as personagens, enfim, um desejo de que a narrativa não fosse da ordem da ficção. É o que demonstra, por exemplo, o estudo de Darnton sobre um leitor rousseauista do Antigo Regime. O historiador assinala que os contemporâneos de Rousseau queriam acreditar que as cartas do romance epistolar *Júlia ou A Nova Heloísa* eram verdadeiras:

“Este pode parecer um falso problema para o leitor moderno, mas era capital para os contemporâneos de Rousseau. Muitos leitores da *Nova Heloísa* acreditavam e queriam crer na autenticidade das cartas. Mesmo o interlocutor sofisticado do segundo prefácio, o ‘prefácio dialogado’, confessa-se ‘atormentado’ pela necessidade de saber se Júlia realmente existiu, e ele faz toda a discussão do romance girar ao redor da interrogação: ‘Essa correspondência é real, ou é uma ficção?’.”¹¹¹

Comportamentos semelhantes são descritos por Diderot em seu “Éloge de Richardson”. O autor menciona o caso de uma leitora que teria pedido a um amigo que fizesse uma visita às personagens de Richardson, que ela acreditava serem reais:

“Um dia, uma mulher de um gosto e de uma sensibilidade pouco comuns, fortemente preocupada com a história de Grandisson, que acabava de ler, disse a um de seus amigos que partia para Londres: ‘Eu vos peço ver de minha parte Miss Émily, o Sr. Belford, e sobretudo Miss Howe, se ela vive ainda’.”¹¹²

y avait dans la puissance d’aimer de quoi renouveler sans cesse les tableaux et les situations, sans jamais lasser la curiosité. Ce sont les Anglais enfin qui ont fait des romans des ouvrages de morale, où les vertus et les destinées obscures peuvent trouver des motifs d’exaltation, et se créer un genre d’héroïsme.” STAËL, Germaine de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris, Flammarion, 1991, pp. 243-245. Este ensaio foi originalmente publicado em 1800.

¹¹¹ DARNTON, Robert. “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII”, *op. cit.*, pp. 158-159.

¹¹² DIDEROT, Denis. “Éloge de Richardson”. *Oeuvres Esthétiques*. Paris, Garnier, 1968, pp. 41-42. Este texto apareceu pela primeira vez em janeiro de 1762, no *Journal Étranger*, e a tradução ora apresentada encontra-se em DIDEROT, Denis. *Obras II: Estética, Política e Contos*. GUINSBURG, J. (org.). São Paulo, Perspectiva, v. II, 2002, p. 25.

Diante disso, parece que todas as características técnicas do romance descritas acima contribuem para a consecução de um objetivo: a elaboração do que pretendia ser um relato verossímil das verdadeiras experiências individuais¹¹³.

Encontra-se, portanto, no cerne do romance moderno justamente o que é acessório nos tratados e livros sobre boas maneiras: a narrativa. Enquanto nos manuais de conduta o leitor se depara com a exposição sistemática dos preceitos morais, muitas vezes sob a forma de breves sentenças ou máximas¹¹⁴, nos romances ele os encontraria dispersos ao longo do enredo, apresentados ao leitor por meio dos diálogos e comportamentos das personagens, assim como dos comentários que o narrador tece acerca das mesmas. Entretanto, vale lembrar que nessa dispersão é possível, segundo alguns críticos, perceber “a moral em ação”¹¹⁵.

Logo, no centro da disputa entre o romance moderno e a literatura prescritiva pela primazia na orientação dos valores e condutas do leitor encontra-se a preocupação dos moralistas com o estilo de seus textos: embora percebessem a força da narratividade enquanto instrumento

¹¹³ Em *A Personagem de Ficção*, à noção de verossimilhança, entendida como “sentimento de verdade”, Antônio Cândido agrega o conceito de coerência como elemento fundamental na organização interna do romance: “Assim, a verossimilhança propriamente dita, – que depende em princípio da possibilidade de comparar o mundo do romance com o mundo real (ficção *igual* a vida), – acaba dependendo da organização estética do material, que apenas graças a ela se torna plenamente verossímil. (...) Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente.” CÂNDIDO, Antônio et alii. “A Personagem do Romance”. *A Personagem de Ficção*. São Paulo, Perspectiva, Coleção “Debates”, 1981, p. 75. Grifo do autor. Em outra ocasião, o autor insiste que tão-somente o acúmulo de detalhes, sua exatidão e/ou perfeita correspondência com a realidade não confeririam à obra literária um caráter realista, mas sim a escolha e disposição deles no interior da narrativa: “O uso do pormenor tem uma função referencial e uma função estrutural. A primeira consiste em reforçar a aparência de realidade (verossimilhança) e, portanto, dar credibilidade à existência do objeto ficcional (...). A segunda resulta do arranjo e qualificação dos elementos particulares que, no texto, garantem a formação do seu sentido específico e a adequação recíproca das partes (coerência). No realismo ambas estão correlacionadas de maneira indissolúvel, pois a eficiência de uma depende da eficiência da outra.” CÂNDIDO, Antônio. “Realidade e Realismo (via Marcel Proust)”. *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 124.

¹¹⁴ A respeito da escrita descontínua, fragmentada, em forma de breves pensamentos ou máximas, adotada pelos moralistas, ver LAFOND, Jean (ed.). *Moralistes du XVII^e siècle*. Paris, Robert Laffont, 1992.

¹¹⁵ Este dito de Germaine de Staël, que define sua posição teórica favorável ao romance, entendido como a forma mais segura para reter a atenção do leitor universal, despertando-o e incitando-o a adotar os valores morais necessários à formação do cidadão, encontra-se plenamente desenvolvida em STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions suivi De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*. Paris, Ramsay, 1979, p. 45. Os ensaios são, respectivamente, de 1795 e 1796. No início do século XIX, a expressão “moral em ação” tornou-se título de uma obra tida por seu autor como “útil aos estudantes das escolas centrais, militares, dos colégios e casas de educação de um e de outro sexo”, pois era “própria a fazer amar a sabedoria, a formar o coração dos jovens pelo exemplo de todas as virtudes, e a ornar seu espírito com recordações da história”. Ainda que tenha substituído a fabulação romanesca por episódios extraídos da história, de forma mais ou menos fidedigna, o escritor apostava na narrativa como meio próprio a “fazer amar e praticar a virtude”. *La morale en action, ou élite de faits mémorables et d'anecdotes instructives*. Londres, 1802. *Apud* ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. *Os caminhos dos livros*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999, pp. 304-305.

pedagógico, não a desenvolveriam plenamente, pois essa função é auxiliar e secundária em relação à prescrição das normas de comportamento e dos princípios que deveriam guiar o público leitor. Ademais, o desenvolvimento de narrativas implicaria na descaracterização desse tipo de literatura e esbarraria em limites de ordem material.

O romance, por sua vez, ao invés da simples apresentação dos valores e regras de ação que deveriam ser seguidos pelo leitor, simularia uma narrativa, com personagens e diálogos capazes de retirar os preceitos do universo da abstração e da generalidade, particularizando-os por meio de histórias exemplares. Ele seria uma espécie de “laboratório da existência”, onde o leitor veria explicitamente do que são feitas as pessoas, estudaria seu modo de agir, aprenderia quais são as atitudes recompensadas e quais as punidas, ou seja, entraria em contato com um mundo organizado regido por severas regras de justiça. Ao sair da leitura, só lhe restaria transpor esse aprendizado ao mundo real. Esse recurso tentaria resolver, do ponto de vista de alguns críticos, dentre os quais Germaine de Staël e Denis Diderot, o problema do caráter “árido”, “descontínuo”, “abstrato” e “generalizante” imputado à literatura prescritiva quando o romance surgiu e a ele foi atribuída uma eficácia maior sobre a condução dos valores e padrões de conduta do leitor.

Mas como demonstra J. Paul Hunter, já mencionado, a crítica sofrida pelos livros de conduta e tratados de moral, sobretudo no que tange à aridez e abstração de seus textos, teve sua contrapartida naquelas que os moralistas fizeram aos romances. No seu entender, as objeções literárias a esse gênero nunca foram tão grandes quanto as de ordem religiosa e moral:

“Na melhor das hipóteses, eles [os moralistas] achavam a leitura de romances uma perda de tempo, na pior, um sério instrumento do mal. E especialmente três coisas diriam respeito a isso: (1) que as ficções, com soluções imaginárias para os problemas e com heróis e heroínas freqüentemente ascendendo socialmente, poderiam desorientar os jovens em suas expectativas sobre a vida, criar anseios e descontentamentos naqueles que vivem uma vida usual, previsível ou tediosa; (2) que os ‘sentimentos’ nos romances – o valor deles acima da racionalidade e das verdades comumente aceitas – corromperiam a razão dos leitores; e (3) que as imagens [impuras] do romance, bem como a corte (e a representação das linguagens da atração sexual) não só acenderiam a imaginação, mas inflamariam as paixões.”¹¹⁶

¹¹⁶ No original: “At best they thought novel reading a waste of time, at worst a serious instrument of evil. Three things especially concerned them: (1) that fictions, with imaginary solutions to problems and with heroes and heroines often rising above the social stations they were born into, could mislead the young in their expectations

Tais críticas parecem sustentadas sobre a crença, tratada anteriormente, de que a ficção tem o poder de surtir um efeito sobre os valores e comportamentos do leitor. Particularmente, elas incidiriam sobre alguns dos traços fundamentais do gênero: o “realismo” da narrativa, sua carga sentimental e a abordagem das relações amorosas. O principal temor dos moralistas estaria na dialética entre o “real” e o imaginário oferecida pelo romance, pois ao mesmo tempo em que retrata problemas e experiências que são familiares ao leitor, apresenta “soluções imaginárias”, que provavelmente não se davam no cotidiano e que, no limite, não eram desejáveis, já que poderiam ameaçar a ordem estabelecida:

“(…) os romances apresentam um tipo especial de perigo devido à coerência, clareza e encanto particulares da sua apresentação; a ilusão que eles oferecem de um mundo completo pode facilmente ser tomada, até mesmo pelos especialistas, por mais completo e mais apurado do que ele realmente é. Os romances – como qualquer outra evidência textual ou documentada – têm que ser usados cuidadosamente e sensivelmente não só porque são seletivos, mas porque são – em seu aspecto retórico – parte do mecanismo de desenvolvimento e mudança.”¹¹⁷

Desse modo, ao apresentar-se como uma forma discursiva onde a emoção, a individualidade e o realismo na maneira de retratar as experiências humanas se expressam – colocando de modo mais agudo o problema da correspondência entre a obra literária e a realidade que ela imita –, o romance sofreria severas críticas por parte dos moralistas e também de escritores que, a exemplo de Rousseau, condenavam toda a literatura, a arte e a filosofia modernas, incluindo o teatro e as ficções, julgando-as corruptoras dos costumes.

about life, creating yearnings and dissatisfactions in those who lived ordinary, dull, or predictable lives; (2) that the ‘sentiments’ in novels – their valuing of feelings over rationality and received truths – corrupted the reasoning of readers; and (3) that the depictions of romance and courtship (and the representation of the languages of sexual attraction) might not only warm the imagination but overheat the passions.” HUNTER, J. Paul, *op. cit.*, p. 21.

¹¹⁷ No original: “(…) novels also have a special kind of danger because of the particular coherence, clarity, and appeal of their presentation; the illusion they offer of a complete world can easily be mistaken, even by experts, in sorting evidence, as more complete and more accurate than it really is. Novels – like any other kind of textual or documentary evidence – have to be used carefully and sensibly not only because they are selective but because they are themselves – in their rhetorical aspect – part of the mechanism of development and change.” *Ibid.*, p. 30.

Em seu “Discurso sobre as ciências e as artes”¹¹⁸, de 1750, Rousseau responde ao tema de um concurso de ensaios proposto pela Academia de Dijon, do qual foi o vencedor do prêmio, afirmando que o restabelecimento das ciências e das artes não contribuiu para aprimorar os costumes, pelo contrário, “eles teriam degenerado entre os povos do mundo na medida em que se espalhou em seu seio o gosto pelo estudo e pelas letras”¹¹⁹.

Na primeira parte do discurso, Rousseau procura mostrar que as artes e as ciências teriam se desenvolvido em sociedades que se encontram num estado de decadência e enfraquecimento moral e que, inversamente, onde existe vigor moral e honra, entendidos como a lealdade para com a pátria, a coragem para a sua defesa e a aplicação a vocações úteis, seria freqüente haver pouca erudição. Mas importa enfatizar que ele nunca argumentou que as artes e as letras são totalmente perversas: a sua tese era de que o gosto por elas nasce da ociosidade, e que estimulam o anseio pela notoriedade, afastando as pessoas de seus deveres humanos primordiais.

Acompanhando os argumentos de Rousseau, nas sociedades “avançadas” algumas pessoas seriam desobrigadas da necessidade permanente de trabalhar a fim de se manter e de prover o sustento de seus semelhantes, e é dessa ociosidade que surgiria um interesse na especulação e no refinamento do saber. Como meras diversões, prossegue o autor na segunda parte de seu discurso, tais ocupações seriam inúteis, até nocivas, já que poderiam desviar os indivíduos de fazer algo em benefício de outrem. Além disso, não tendo trabalho para ocupá-los, ficariam obcecados com a necessidade de exhibir-se, de expor aos outros suas realizações e méritos, e a investigação e o estudo seriam empreendidos, conforme o autor, não por amor à verdade, benéfico e edificante, mas para adquirir celebridade e obter aplausos:

“O gosto pelas letras anuncia sempre, num povo, um começo de corrupção que rapidamente se acelera, porquanto um tal gosto só pode nascer, no seio duma nação, de duas fontes más, que o estudo de sua parte entretém e mantém: a ociosidade e o desejo de distinguir-se. Num Estado bem constituído, cada cidadão tem seus deveres a desempenhar e esses cuidados muito importantes são-lhe

¹¹⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Discurso sobre as ciências e as artes”. *Rousseau*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção “Os Pensadores”, v. II, 1999, pp. 166-226.

¹¹⁹ Afirmação contida numa comédia escrita em 1733 e levada à cena em 1752, *Narciso*, que faz parte de um conjunto de respostas dadas por Rousseau às objeções dirigidas a seu *Discurso*. ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Prefácio de Narciso ou o amante de si mesmo”, *ibid.*, p. 293.

demasiado caros para deixar-lhe o lazer de vaguear por especulações frívolas. Num Estado bem constituído, todos os cidadãos são tão iguais, que nenhum deles pode ser preferido aos demais como o mais sábio ou mesmo como o mais hábil, mas, no máximo, como o melhor. Esta última distinção pode, freqüentemente, ser perigosa, dado que forma impostores e hipócritas.

O gosto pelas letras, nascido do desejo de distinguir-se, produz, necessariamente, males de perigo infinitamente maior do que a utilidade do bem que causa, porque, afinal, torna aqueles que se entregam a ele muito pouco escrupulosos quanto aos meios de vencer.”¹²⁰

Portanto, a hostilidade de Rousseau é contra a elaboração da investigação erudita com vistas a convertê-la numa arte refinada que, ao invés de simplesmente saciar uma curiosidade desinteressada, serviria para satisfazer a vaidade de seus praticantes:

“Todo homem que se preocupa com os talentos deleitáveis quer agradar, ser admirado e quer ser admirado mais do que um outro: os aplausos públicos pertencem somente a ele – diria que tudo faz para obtê-los, caso não fizesse mais ainda para deles privar seus concorrentes. Daí nascem, de um lado, os rebuscamentos do gosto e da polidez, a adulação vil e baixa, os cuidados sedutores, insidiosos, pueris, que, com o decorrer do tempo, aviltam a alma e corrompem o coração, e, por outro lado, o ciúme, a rivalidade, o ódio entre artistas tão renomados, a calúnia perversa, a fraude, a traição e tudo o que o vício possui de mais frouxo e de mais odioso.”¹²¹

A intervenção das ciências, das letras e das belas-artes, baseada na vaidade e no luxo, segundo Rousseau, longe de purificar os comportamentos, incitar os homens a derramar seu sangue pela pátria e lhes ensinar os valores morais indispensáveis à formação do cidadão, enfraqueceria o amor pelos primeiros deveres, alteraria a saúde e destruiria a razão dos indivíduos, além de corromper os costumes, “fazendo com que o agradável fosse preferido ao útil”¹²².

Ninguém como Rousseau teria contestado mais impiedosamente o papel pedagógico do teatro e das ficções como bons agentes de aperfeiçoamento moral: “se neles se pode encontrar alguma utilidade, tanto melhor; mas o objetivo principal é agradar e, se o povo se divertir, o

¹²⁰ *Ibid.*, pp. 294-295.

¹²¹ *Ibid.*, p. 297.

¹²² ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Discurso sobre as ciências e as artes”, *op. cit.*, p. 223.

objetivo já foi suficientemente alcançado”¹²³. O autor chama assim a atenção para os efeitos funestos que as representações teatrais e os romances poderiam ter sobre os virtuosos: tendo que satisfazer a paixão e o gosto do público, a eles não se poderia atribuir o poder de modificar os sentimentos nem os costumes, que só podiam obedecer e embelezar, muito menos o poder de incutir nos indivíduos certas virtudes cívicas, tais como a fraternidade e o sentimento de amor e pertença à pátria, pois, renunciando à diversão, poderiam aborrecer o público e, com isso, arriscar a própria sobrevivência.

Mas como alerta Robert Darnton, apesar de Rousseau ter ganhado fama denunciando todas as artes e ciências por seu efeito sobre a moral, publicaria um romance – *Júlia ou A Nova Heloísa* –, segundo ele com uma finalidade moralizadora, replicando nos prefácios que “esse romance não é um romance”, mas uma coletânea de cartas da qual ele seria apenas o editor, como indica o subtítulo: “*cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes. Recolhidas e publicadas por J.-J. Rousseau*”¹²⁴. Essa resposta, de acordo com Darnton, não satisfazia ninguém, muito menos Rousseau que sentia orgulho de seu trabalho e não conseguia deixar de falar sobre ele: “Ainda que traga aqui apenas o título de editor, eu mesmo trabalhei nesse livro e não escondo isso. Eu o fiz todo e a correspondência inteira é uma ficção? Gente de sociedade, o que vos importa? É seguramente uma ficção para vós”¹²⁵.

Para Darnton, Rousseau, estrategicamente, desloca a questão do papel desempenhado por ele – o de autor das cartas que publica – para o lugar do leitor. Assim, o livro pareceria inventado aos membros da elite sócio-cultural que ele repudiava, mas poderia tornar-se uma realidade viva para os que soubessem lê-lo com olhos inocentes, ou seja, a todos que se sentissem distantes da sociedade dos salões e do mundo elegante dos devotos, dos libertinos e dos filósofos. O leitor ideal de Rousseau, portanto, deveria ser capaz de se despojar das convenções literárias, bem como dos preconceitos da sociedade:

¹²³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Carta a D’Alembert*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, p. 41.

¹²⁴ DARNTON, Robert. “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII”, *op. cit.*, pp. 154-155. O autor assegura que “para os franceses do século XVIII, a literatura – ou a República das Letras, como diriam eles – certamente incluía Voltaire e Rousseau”, ainda que este último condenasse o romance e toda a literatura moderna pelas falsas idéias e valores negativos que imprimiriam no leitor. DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 145.

¹²⁵ *Apud* DARNTON, Robert. “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII”, *ibid.*, p. 155.

“Quem quer que se resolva a ler estas cartas [entre Júlia e Saint-Preux] deve armar-se de paciência para com os erros de linguagem, com o estilo declamatório e linear, com os pensamentos comuns vazados em termos pomposos; deve-se dizer, de antemão, que aqueles que os escrevem não são franceses, belos espíritos, acadêmicos, filósofos, mas provincianos, estrangeiros, solitários, jovens, quase crianças, que em suas imaginações romanescas tomam por filosofia os delírios sinceros de seus cérebros.”¹²⁶

Em defesa da virtude, Rousseau apelaria para os não-sofisticados, dentre os quais “o jovem provinciano, a mulher oprimida pelo peso das convenções sociais, o artesão excluído da cultura dominante”¹²⁷, escolhendo um gênero que é um tipo de não-ficção, uma “literatura antiliterária” na qual pudesse falar diretamente ao leitor, desembaraçando-se do refinamento e dos artifícios das belas-letas. Mas à vista de Darnton, ao inventar “um romance que não é um romance” e que dá a ilusão de um contato direto entre duas pessoas por meio de uma escrita transparente, Rousseau colocava em risco a nova relação autor-leitor que ele queria estabelecer: “faz dele um simples ‘editor’, o que estava muito longe de ser verdade, e deixa o leitor à margem, como um tipo de *voyeur*”¹²⁸. Certamente essa ambigüidade já existia nos romances epistolares, como observa Darnton, mas podia ser claramente percebida na escrita rousseuista que não se queria literária, mas “real”. Nesse sentido, não podia negar seu papel de autor sem ferir a verdade nem confessar a construção literária das cartas sem prejudicar seu efeito.

Tal como sublinha Jean Marie Goulemot, é por se apresentar como um discurso espontâneo, produzido por um simples escriba e não destinado à publicação, que o romance poderia se passar por verdadeiro, afora o caráter íntimo e particular dos manuscritos e correspondências que garantiria o efeito de verdade almejado pelo autor¹²⁹:

“Sua verdade deve-se não só ao fato de que se apresenta como não-fictício (os autores das cartas não tinham como objetivo escrever um romance), mas também ao caráter privado, íntimo, da correspondência. Jean-Jacques Rousseau em *La nouvelle Héloïse* [Júlia ou A Nova Heloísa], Rétif de la Bretonne em *La paysanne*

¹²⁶ *Apud* DARNTON, Robert, *ibid.*

¹²⁷ DARNTON, Robert, *ibid.*, p. 157.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 158.

¹²⁹ Essas “técnicas ilusionistas” que davam ao romance “uma impressão de autenticidade” foram discutidas por Françoise Barguillet em *Le roman au XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1981, pp. 127-143 e por Raymond Trousson no prefácio à obra *Romans de femmes du XVIII^e siècle*. Paris, Robert Laffont, 1996, em particular pp. XVIII-XXXII.

pervertie [A camponesa pervertida], Crébillon filho [sic] nas *Lettres de la marquise de M. au comte de R.* [Cartas da marquesa de M. ao conde de R.], Choderlos de Laclos em *Les liaisons dangereuses* [Ligações perigosas] insistem na autenticidade das cartas. Segundo afirmam, seriam meros editores depois de ter sido seus depositários.”¹³⁰

Desse modo, podemos notar que a despeito de seu romance, escrito segundo ele não para divertir ou ostentar uma determinada cultura nos círculos mundanos, mas para orientar a leitura de seus leitores e, através dela, tocar suas vidas interiores, Rousseau criticaria toda a literatura moderna, em especial o romance, por minar as virtudes cívicas e corromper as formas de conduta do público leitor. Em outros termos, acredita que a leitura de romances poderia ser “um veneno para as almas dos leitores” na medida em que, ao invés de funcionar como dispositivo de propagação dos valores morais e das “paixões heróicas”, dentre as quais o respeito às leis e o amor à pátria, daria ao público falsas idéias sobre a vida, fazendo-os agir de modo inadequado quando não perverso e inescrupuloso.

III

“Pode-se extrair de bons romances uma moral mais pura, mais elevada de que qualquer obra didática sobre a virtude (...)”

GERMAINE DE STAËL¹³¹

Em seu “Éloge de Richardson”, Diderot escreve uma homenagem a Samuel Richardson, por ocasião de sua morte em 1761, incluindo, evidentemente, elogiosos comentários sobre seus romances. Todavia, essa especificidade autoral não se mostraria um fator limitante para as reflexões sobre o gênero romance, pois, como veremos adiante, muitos dos argumentos de

¹³⁰ GOULEMOT, Jean Marie. “As práticas literárias ou a publicidade do privado”. ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 3, 1991, p. 395.

¹³¹ No original: “On peut extraire des bons romans une morale plus pure, plus relevée, que d’aucun ouvrage didactique sur la vertu (...)” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, p. 47.

Diderot acerca da ficção de Richardson seriam abordados por Staël no *Essai sur les fictions*, escrito, segundo a autora, com a finalidade de “(...) provar que os romances que tomavam a vida tal qual ela é, com fineza, eloquência, profundidade e moralidade, seriam os mais úteis de todos os gêneros de ficções (...)”¹³².

Diderot inicia esta obra afirmando que se o romance, até aquele momento, era entendido como “um tecido de acontecimentos quiméricos e frívolos, cuja leitura era perigosa para o gosto e para os costumes”, a ficção de Richardson deveria receber outro nome, pois “elevava o espírito”, “tocava a alma” e “respirava por toda parte o amor ao bem”¹³³.

Tomando por base o pressuposto de que o leitor encontraria, seja nos textos dos moralistas, seja no romance, um conjunto de valores morais, Diderot defende que a partir do texto ficcional seria possível refazer as sentenças dos moralistas, ao passo que a leitura dessas máximas jamais permitiria ao leitor elaborar uma ficção:

“Tudo o que Montaigne, Charron, La Rochefoucauld e Nicole puseram em máximas, Richardson pôs em ação. Mas um homem de espírito, que lê com reflexão as obras de Richardson, refaz a maioria das sentenças dos moralistas; e com todas essas sentenças ele não refaria uma única página de Richardson.”¹³⁴

Aos olhos de Diderot, os textos dos moralistas se limitariam a regras de conduta abstratas e gerais com vistas a modificar o comportamento do leitor. Contudo, sua natureza seria estática, não conseguindo fixar no espírito deste nenhuma imagem sensível. O romance, ao contrário, teria uma natureza dinâmica que imprimiria ação aos conteúdos morais, envolvendo o leitor e fazendo-o identificar-se com as personagens virtuosas em detrimento das injustas e viciosas:

“Uma máxima é uma regra abstrata e geral de conduta cuja aplicação é deixada ao nosso fazer. Ela não imprime por si mesma nenhuma imagem sensível em

¹³² No original: “(...) prouver que les romans qui prendraient la vie telle qu’elle est, avec finesse, éloquence, profondeur et moralité, seraient les plus utiles de tous les genres de fictions (...)” *Ibid.*, p. 27.

¹³³ DIDEROT, Denis. “Elogio a Richardson”, *op. cit.*, p. 16. Remeto para a nota 112, onde podemos encontrar mais detalhes desta referência.

¹³⁴ *Ibid.*

nosso espírito: mas aquele que age, nós o vemos, colocamo-nos em seu lugar ou a seu lado, apaixonando-nos por ou contra ele; nós nos unimos a seu papel, se é virtuoso; nós nos afastamos dele com indignação, se é injusto e vicioso.”¹³⁵

Esse princípio de identificação, garantido pela possibilidade de reconhecimento na vida real de pessoas semelhantes às personagens, seria, para o leitor Diderot, um dos fundamentos da eficácia moral do romance:

“O mundo em que nós vivemos é o lugar da cena; o fundo de seu drama [de Richardson] é verdadeiro; suas personagens têm toda a realidade possível; suas figuras são tomadas do âmbito da sociedade; seus incidentes estão nos costumes de todas as nações civilizadas; as paixões que ele pinta são tais como eu as experimento em mim; são os mesmos objetos que as excitam, elas têm a energia que eu lhes reconheço; os contratemplos e as aflições de suas personagens são da natureza daquelas que me ameaçam incessantemente; ele me mostra o curso geral das coisas que me cercam. Sem esta arte, minha alma dobrando-se com dificuldade a vieses quiméricos, a ilusão seria apenas momentânea e a impressão, fraca e passageira.”¹³⁶

A crença de que o romance possui uma realidade de ordem física e espiritual semelhante ao mundo daquele que lê faria com que o leitor Diderot sobrepujasse o fictício ao real, cujo resultado seria a interferência dos valores presentes no romance sobre seus próprios julgamentos e ações, ou seja, a ficção lhe serviria como guia de conduta:

“Conheço a casa dos Harlowe como a minha; a morada de meu pai não me é mais familiar do que a de Grandisson. Elaborei uma imagem das personagens que o autor pôs em cena; suas fisionomias estão aí: eu as reconheço nas ruas, nas praças públicas, nas casas; elas me inspiram pendores ou aversões. Uma das vantagens de seu trabalho [de Richardson], é que, tendo abarcado um campo imenso, subsiste sem cessar sob meus olhos alguma porção de seu quadro. É raro que eu haja encontrado seis pessoas reunidas, sem lhes atribuir alguns de seus nomes. Ele me dirige às pessoas honradas, ele me afasta dos maus; ele me ensinou a reconhecê-los em signos velozes e delicados. Ele me guia às vezes, sem que eu me aperceba disso.”¹³⁷

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ *Ibid.*, p. 17.

Diderot observa que nos romances de Richardson, por exemplo, as angústias e paixões das personagens seriam similares àquelas vividas pelos homens em seu cotidiano; mas, além disso, nota que por meio da pintura detalhada desses caracteres e sentimentos o romance tiraria seu poder de causar, no leitor, a aversão pelo vício e o amor à virtude. Destarte, o romance teria esta disposição moral que os livros de máximas, na sua opinião, seriam incapazes de produzir no leitor. No entanto, importa enfatizar que, no concernente à pintura dos sentimentos e das circunstâncias vivenciadas pelas personagens, havia os que não toleravam o excesso de detalhes utilizado como forma de prender a atenção e/ou influir sobre as idéias morais do leitor:

“Mas aquilo que ele [Richardson] menos conheceu foi a medida dos detalhes. Que! chegamos à metade de sua obra e a ação ainda não deu um passo! Que! as perseguições da família Harlowe e a resistência de Clarisse ocupam três grossos volumes sem que haja um fato, um evento, uma revolução? Todo esse imenso espaço é preenchido por cartas de trinta personagens que repetem cem vezes a mesma coisa, cada um segundo sua maneira de ver e de pensar e esta enorme verbosidade, esta intolerável tagarelice será tomado por fecundidade do gênio! Eu peço mais uma vez desculpas aos que admiram esses arrastamentos, mas eu não posso nem compartilhar de seus prazeres nem compreender suas razões. Eles supõem que essa multidão de detalhes estabelece a verdade e aumenta o interesse. Nem um nem outro. (...) Faltou, portanto, a Richardson uma condição essencial e indispensável para escrever bem e para fazer um bom livro: saber parar.”¹³⁸

La Harpe guiava-se pelos princípios clássicos de composição e avaliava os gêneros modernos como forma de decadência das belas-lettras. Diderot, um entusiasta do romance e admirador de Richardson, buscava as mais variadas justificativas para os *longueurs* dessas obras¹³⁹. Em sua análise, além de tornar pessoas e lugares bem conhecidos dos leitores, os

¹³⁷ *Ibid.*, p. 22.

¹³⁸ No original: “Mais ce qu’il a connu moins que tout le reste, c’est la mesure des détails. Quoi! l’on arrive à la moitié de son ouvrage, et l’action n’a pas encore fait un pas! Quoi! les persécutions de la famille Harlowe et la résistance de Clarisse occupent trois gros volume sans qu’il y ait un fait, un événement, une révolution? Tout cet immense espace est rempli par des lettres de trente personnages qui répètent cent fois la même chose, chacun suivant sa manière de voir et de penser, et cet énorme verbiage, cet intolérable babil passera pour la fécondité du génie! J’en demande pardon encore une fois à ceux qui admirent ces longuers; mais je ne puis ni partager leurs plaisirs ni goûter leurs raisons. Ils prétent que cette multitude de détails établit la vérité, et ajoute à l’intérêt. Ni l’un ni l’autre. (...) Il a donc manqué à Richardson une condition essentielle et indispensable pour bien écrire et pour faire un bon livre, de savoir s’arrêter.” LA HARPE, Jean François, *op. cit.*, pp. 261-262.

¹³⁹ Madame de Staël discordava de Diderot a respeito da importância dos detalhes na narrativa moderna. Ao comentar a composição dos romances ingleses, queixava-se do arrastamento (*longueur*) de certas passagens,

detalhes seriam uma forma de retardar a solução dos problemas: se uma personagem sofria, ela não podia ser pouco atormentada; a situação tinha que ser largamente descrita e apresentada de modo a ampliar a emoção do leitor que, ao final da trama, se esqueceria – pelo enredamento na situação – de que se tratava de ficção. De acordo com o autor, se na vida entramos em contato com um amontoado de fatos e cenas sem que eles nos toquem especialmente, sem que os percebamos, nesses enredos os detalhes triviais são articulados para a consecução de um fim, ganhando significação. O romance ofereceria, assim, uma representação organizada e interpretada do real.

A correspondência entre o universo do romance e o do leitor seria proporcionada também, segundo Diderot, pela individualização das personagens. Sobre essa questão, o autor adverte que embora os romances de Richardson conttenham um grande número delas, em momento algum seria possível confundi-las, já que cada personagem possuiria suas próprias idéias e formas de expressão que podiam variar de acordo com as circunstâncias, os interesses e as paixões que determinavam sua trajetória. Em outras palavras, para Diderot a leitura de romances em geral, e das obras de Richardson em particular, permitiria que as diversas fisionomias das paixões humanas pudessem ser vislumbradas.

A reflexão sobre as paixões pode ser considerada essencial neste ensaio de Diderot. Ainda que os homens fossem afetados por elas, nota o autor, nem sempre seriam capazes de reconhecê-las: “(...) os estrépitos das paixões feriram com freqüência vossos ouvidos; mas vós estais bem longe de conhecer tudo o que há de secreto em seus acentos e em suas expressões”¹⁴⁰. A utilidade atribuída ao romance encontraria-se associada a essa “cegueira” a que os homens estariam sujeitos. No seu ponto de vista, o papel do grande escritor, do poeta, seria o de fazer conhecer, por meio de sua obra, aquilo que passa despercebido aos homens em sua vida cotidiana: “(...) e a arte do grande poeta e a do grande pintor é a de vos mostrar uma circunstância fugidia que vos havia escapado”¹⁴¹.

Eis, portanto, a função primeira do romance: revelar ao leitor as paixões que movem os homens. Porém, conforme Diderot, a ficção seria estéril caso seu efeito fosse reduzido a isso.

referindo-se às copiosas descrições de paisagens, cenas urbanas e estados de espírito, bem como às estratégias de repetição do já dito. Essa prolixidade, algumas vezes cansativa, no seu entender, seria recompensada pela dimensão moral dos romances.

¹⁴⁰ DIDEROT, Denis. “Elogio a Richardson”, *op. cit.*, p. 20.

¹⁴¹ *Ibid.*

A ação moral não decorreria simplesmente da faculdade do discernimento; seria necessário que o texto ficcional apresentasse as paixões humanas ao leitor, possibilitasse a ele distingui-las e, principalmente, o fizesse apreciar o bem e repudiar o mal. Nesse contexto, os romances de Richardson fariam com que os leitores sentissem a virtude como o pressuposto da felicidade, persuadindo-os a identificar-se com ela e a tremer diante do vício:

“Quem é aquele a quem o caráter de um Lovelace, de um Tomlinson, não fez tremer? Quem é aquele que não foi tomado de horror em face do tom patético e verdadeiro, do ar de candura e dignidade, da arte profunda com que este último simula todas as virtudes? Quem é aquele que não disse no fundo de seu coração que seria preciso fugir da sociedade ou refugiar-se no fundo das florestas, se houvesse um certo número de homens capazes de semelhante dissimulação?”¹⁴²

Logo, como pretendeu demonstrar Diderot, a opção do leitor pela virtude decorreria da identificação com as personagens e das emoções que o romance suscitaria. Diferentemente de Rousseau que concebia a arte e a literatura modernas, em particular o teatro e as ficções, como corruptoras dos costumes, tendo em vista seu poder de “seduzir”, “iludir” e “alterar comportamentos”, para Diderot os sentimentos e a emoção seriam os principais vetores através dos quais o romance, e também os espetáculos, garantiriam sua eficácia pedagógico-moral:

“O poeta, o romancista, o comediante chegam ao coração de uma forma enviesada e atingem tão mais segura e fortemente a alma, quanto ela própria se estende e se oferece ao golpe. Os males que me enternecem são imaginários, admito: mas me enternecem. Cada linha de *O Homem de Qualidade Retirado do Mundo*, do *Deão de Killerin* e de *Cleveland* [romances do Abade Prévost (1697-1763), tradutor de Richardson] provoca em mim um movimento de interesse pelas desgraças da virtude e me custa lágrimas. Que arte mais funesta do que aquela que me tornasse cúmplice do vicioso? Mas, igualmente, que arte mais preciosa que a que me liga imperceptivelmente à sorte do homem de bem; que me subtrai da situação tranqüila e doce de que usufruo, para me fazer caminhar ao lado dele, mergulhar nas cavernas onde se refugia e me associar a todos os reveses pelos quais o poeta se deleita em pôr à prova sua constância?

¹⁴² *Ibid.*, pp. 16-17.

Oh, quanto bem não se faria aos homens, se todas as artes de imitação tivessem um objetivo comum, colaborando um dia com as leis para nos fazer amar a virtude e odiar o vício!”¹⁴³

Em suma, Diderot conferiria às paixões um papel fundamental na aprendizagem dos valores morais, ao contrário de Rousseau para quem estas “doces ilusões”, longe de serem úteis ou proveitosas, poluiriam a imaginação dos leitores, “dando-lhes falsas idéias sobre a vida”, além de transformar em maus os bons costumes:

“A espécie dos espetáculos [entendida aqui também como a dos romances] é determinada pelo prazer que proporcionam e não pela sua eventual utilidade; (...) para ser bem-sucedido, o espetáculo [ou o romance] precisa tratar de satisfazer a paixão dominante do povo para o qual se destina, pois, caso contrário, provocará desprazer e fracassará. O que quer dizer que a ‘idéia de perfeição’ que alguns fazem dos espetáculos [e dos romances] – idéia que alia divertimento e instrução – é uma quimera que jamais poderá ser posta ‘em prática’: ao agradar, o espetáculo [ou o romance] não ensina e, ao ensinar, não agrada.”¹⁴⁴

As opiniões de Germaine de Staël acerca do romance moderno seriam muito próximas das apresentadas por Diderot. Embora, a seu ver, a primeira glória devesse pertencer àqueles que “buscam a verdade” – provavelmente uma referência aos filósofos – seriam os autores de ficção os que mais teriam trabalhado utilmente pelo gênero humano. Essa noção de utilidade na obra de Staël, conforme Maria Stella Bresciani, estaria relacionada à potencialidade das ficções em incutir no foro íntimo de cada indivíduo a indignação contra a injustiça e a corrupção, o amor pela pátria, o sacrifício pelo interesse comum e o apeço aos deveres, à dignidade e às virtudes republicanas¹⁴⁵. Como lembra a autora, para Staël não bastava anunciar aos homens os seus deveres, como acreditava fazerem os moralistas, era necessário sensibilizá-los, emocioná-los, e este papel a ficção cumpriria exemplarmente ao colocar os conteúdos morais em ação:

¹⁴³ DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 43-44.

¹⁴⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Carta a D’Alembert*, op. cit., p. 41. Vale lembrar que tanto Rousseau quanto Diderot, ao criticar ou defender o teatro como um bom agente de aperfeiçoamento moral, utilizam os mesmos argumentos para problematizar a literatura moderna, em especial o romance.

“O dom de emocionar é o grande poder das ficções; pode-se tornar sensíveis todas as verdades morais colocando-as em ação. A virtude tem uma tal influência sobre a felicidade ou a infelicidade do homem, que se pode fazer depender dela a maior parte das situações da vida. Há filósofos austeros que condenam todas as emoções e querem que o império da moral se exerça unicamente pela enunciação de seus deveres: mas nada é menos adaptado à natureza do homem em geral que uma tal opinião; é preciso animar a virtude para que ela combata com vantagem as paixões; é preciso fazer nascer uma espécie de exaltação para encontrar o charme nos sacrifícios; é preciso enfim ornamentar a infelicidade para que ela seja preferível a todos os prestígios das seduções culpáveis, e as ficções tocantes que exercitam na alma todas as paixões generosas lhe criam o hábito por elas e fazem com que tome sem perceber um engajamento com ela mesma, que ela teria vergonha de retratar se uma situação parecida se tornasse pessoal. Mas quanto mais o dom de comover tem poder real, mais importa expandir sua influência às paixões de todas as idades, aos deveres de todas as situações.”¹⁴⁶

A opção pela ação virtuosa dependeria, também em Staël, da habilidade de fazer com que esta, mesmo marcada pelo sofrimento, aparecesse aos olhos do leitor mais desejável que o vício. Assim como em Diderot, a emoção e/ou os sentimentos em geral seriam os principais vetores utilizados para avaliar a eficácia pedagógica de um gênero literário. A esse respeito, a escritora lembra que os livros de moral, tidos como demasiado abstratos, são “perfeitamente suficientes para o conhecimento de nossos deveres; [mas] eles não saberiam entrar em todas as nuances da delicadeza, detalhar todos os recursos das paixões (...), essa força impulsiva que

¹⁴⁵ BRESCIANI, Maria Stella M. “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias”. BRESCIANI, Maria Stella M., SEIXAS, Jacy A. e BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e Paixão na Política*. Brasília, UnB, 2002, pp. 31-46.

¹⁴⁶ No original: “Le don d’émouvoir est la grande puissance des fictions; on peut rendre sensibles presque toutes les vérités morales, en les mettant en action. La vertu a une telle influence sur le bonheur ou le malheur de l’homme, qu’on peut faire dépendre d’elle la plupart des situations de la vie. Il y a des philosophes austères qui condamnent toutes les émotions, et veulent que l’empire de la morale s’exerce par le seul énoncé de ses devoirs: mais rien n’est moins adapté à la nature de l’homme en général qu’une telle opinion; il faut animer la vertu, pour qu’elle combatte avec avantage contre les passions; il faut faire naître une sorte d’exaltation, pour trouver du charme dans les sacrifices; il faut enfin parer le malheur, pour qu’on le préfère à tous les prestiges des séductions coupables; et les fictions touchantes qui exercent l’ame à toutes les passions généreuses lui en donnent l’habitude, et lui font prendre à son insu un engagement avec elle-même, qu’elle aurait honte de rétracter, si une situation semblable lui devenait personnelle. Mais plus le don d’émouvoir a de puissance réelle, plus il importe d’en étendre l’influence aux passions de tous les âges, aux devoirs de toutes les situations.” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, p. 45.

arrasta o homem independente de sua vontade (...)”¹⁴⁷. Na visão de Staël, “é preciso inflamar a virtude para que ela combata com vantagem as paixões (...)”¹⁴⁸.

Desse modo, Bresciani nota em seus escritos a afirmação de que os sistemas e os argumentos racionais, mesmo exercendo forte atração por seu “equilíbrio”, somente atingiriam de forma durável o foro íntimo dos indivíduos se e quando os sentimentos aí representassem um papel fundamental. Por conseguinte, prossegue a autora, Staël acreditava que os tratados de moral seriam incapazes de penetrar o foro íntimo, de formar “sentimentos pensados, racionalizados”, de tal modo que “a idéia do dever prevalecesse sobre a paixão”, visto que, a seus olhos, a esfera dos sentimentos, da qual fazem parte “a beneficência, a amizade, a coragem, a humanidade”, mas também “a ambição, a vaidade, a inveja e o ódio”, inata e anterior à razão, “agiria em nós antes que fôssemos capazes de qualquer cálculo”¹⁴⁹. Diante desta constatação, Staël apontaria a trama romanesca, e sua forma específica, a dramatização do cotidiano, como a forma mais segura para tocar em profundidade o foro íntimo de cada um, servindo como estratégia para impregná-lo de verdade moral e bons costumes:

“(…) um romance tal como se pode conceber, tal como temos alguns modelos, é uma das mais belas produções do espírito humano, uma das mais influentes sobre a moral dos indivíduos e a qual deve formar os costumes públicos. (...) Os romances podem pintar os caracteres e os sentimentos com tanta força e tantos detalhes, que não é absolutamente a leitura que deve produzir uma impressão tão profunda de ódio pelo vício e de amor pela virtude. A moralidade dos romances advém mais do desenvolvimento dos movimentos interiores da alma do que dos eventos que aí são contados: não é da circunstância arbitrária que o autor inventa para punir o crime que se pode tirar uma lição útil; mas é da verdade dos quadros, da gradação ou do encadeamento dos delitos, do entusiasmo pelos sacrifícios, do interesse pela infelicidade, que restam traços inesquecíveis.”¹⁵⁰

¹⁴⁷ No original: “(...) parfaitement à la connaissance de nos devoirs; ils ne sauraient entrer dans toutes les nuances de la délicatesse, détailler toutes les ressources des passions (...), cette force impulsive qui entraîne l’homme indépendamment de sa volonté (...)” *Ibid.*, pp. 47 e 59 respectivamente.

¹⁴⁸ No original: “(...) il faut animer la vertu, pour qu’elle combatte avec avantage contre les passions (...)” *Ibid.*, p. 45.

¹⁴⁹ Maria Stella Bresciani recupera aqui os argumentos desenvolvidos pela escritora em *De l’influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*, *ibid.*, p. 53 e seguintes, e em *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, *op. cit.*, p. 378.

¹⁵⁰ No original: “(...) un roman tel qu’on peut le concevoir, tel que nous en avons quelques modèles, est une des plus belles productions de l’esprit humain, une des plus influentes sur la morale des individus, qui doit former ensuite les mœurs publiques. (...) Les romans peuvent peindre les caractères et les sentiments avec tant de force et de détails, qu’il n’est point de lecture qui doive produire une impression aussi profonde de haine pour le vice, et d’amour pour la vertu. La moralité des romans tient plutôt au développement des mouvements intérieurs de l’ame qu’aux événements qu’on y raconte: ce n’est pas la circonstance arbitraire que l’auteur invente pour punir le crime, dont on

Como atenta Bresciani, fazendo clara distinção entre razão e sentimento, Germaine de Staël encontraria na ficção literária a forma ideal de reuni-los. Capaz de deslumbrar o coração, o romance ultrapassaria os limites imprecisos da imaginação e aproximaria as duas faculdades em “uma reflexão fundada sobre o sentimento”¹⁵¹. Partindo desta premissa, a autora manifestaria a crença de que apenas a imaginação, compelindo os sentimentos a aderirem aos princípios da moral e do pensamento filosófico, sobretudo na forma de trama novelesca, poderia alcançar os lugares mais íntimos dos seres humanos:

“Não há faculdade mais preciosa ao homem do que sua imaginação: a vida humana parece tão pouco prevista pela felicidade que é somente com a ajuda de algumas criações, de algumas imagens, da escolha acertada de nossas lembranças, que se pode reunir os prazeres dispersos sobre a terra, e lutar, não pela força filosófica, mas pelo poder mais eficaz das distrações, contra os males de todos os destinos.”¹⁵²

Segundo Bresciani, tal como entende a autora, graças aos engenhosos argumentos introduzidos pelos literatos no próprio enredo do romance, os preceitos da moral e os ensinamentos da virtude penetrando os recantos mais secretos do coração o enterneceriam e a impressão produzida no leitor permaneceria aí para sempre inscrita como um sentimento.

As obras políticas de Madame de Staël, em especial seu *Essai sur les fictions* (1795), *De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations* (1796) e *De la littérature* (1800), escritas, conforme a autora, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das pessoas, das instituições e das nações, expressariam sua firme certeza de que as convicções racionais deveriam ser introjetadas no foro íntimo de cada um de modo que o comportamento

peut tirer une utile leçon; mais c'est de la vérité des tableaux, de la gradation ou de l'enchaînement des fautes, de l'enthousiasme pour les sacrifices, de l'intérêt pour le malheur, qu'il reste des traces ineffaçables.” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, pp. 41 e 43 respectivamente.

¹⁵¹ Retomando a expressão, Starobinski sublinha que para Madame de Staël há uma cumplicidade entre razão e sentimento, que ele denomina “paixão que reflete”. STAROBINSKI, J. “Critique et principe d'autorité (Madame de Staël et Rousseau)”. *Mouvements Premiers. Études critiques à Georges Poulet*. Paris, J. Corti, 1972, p. 27. *Apud* BRESCIANI, Maria Stella M., *op. cit.*, p. 33.

¹⁵² No original: “Il n'est point de faculté plus précieuse à l'homme que son imagination: la vie humaine semble si peu calculée pour le bonheur, que ce n'est qu'à l'aide de quelques créations, de quelques images, du choix heureux de nos souvenirs, qu'on peut rassembler des plaisirs épars sur la terre, et lutter, non par la force philosophique, mais

exteriorizasse espontaneamente a consciência. Na sua opinião, esses “sentimentos pensados, racionalizados” seriam decisivos para a adesão voluntária aos valores políticos de respeito às leis e amor à pátria¹⁵³.

Formada no espírito das Luzes, Staël acreditava que, em meio às agitações revolucionárias de 1789, uma nova França iria se formar sob o arrimo da razão¹⁵⁴. Face à violência das execuções sumárias e dos excessos do espírito revolucionário, mostraria-se convicta dos valores republicanos e da primazia da razão, manifestando sua confiança nos governos constitucionais, nos quais o país seria dirigido por instituições e leis, sem derramamento de sangue. Como bem observou Maria Stella Bresciani, “em seu espírito delineia-se uma convicção:

par la puissance plus efficace des distractions, contre les peines de toutes les destinées.” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, op. cit., p. 25.

¹⁵³ Sobre as obras teóricas de Madame de Staël, ver as análises e comentários de LUPPÉ, Robert de. *Les idées littéraires de Madame de Staël et l'héritage des lumières (1795-1800)*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1969 e DALMAS, André. “Madame de Staël”. *Tableau de la littérature française...3, De Madame de Staël à Rimbaud*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 11-17.

¹⁵⁴ Roger Chartier resgata a noção de “esfera pública política”, dita ainda “esfera pública burguesa”, de Jürgen Habermas, com vistas a analisar o alcance político dos cafés, jornais e, principalmente, salões literários do século XVIII, freqüentado desde a infância por Germaine de Staël, bem como por outras personalidades do mundo literário e filosófico, salientando que esta sociabilidade é fundadora de um novo espaço “onde as pessoas privadas fazem um uso público de sua razão”, dando origem ao hábito da reflexão e ao gosto pelo debate. CHARTIER, Roger. *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris, Seuil, 1990, sobretudo p. 33. Simone Balayé também acentua a importância dos salões para o convívio social, o aperfeiçoamento das maneiras, a formação de opinião e o cultivo da harmonia nas conversações, afirmando que dessas reuniões privadas da burguesia, nas quais indivíduos praticavam livre e coletivamente a razão, teria emergido um espaço inédito do político, principalmente para as mulheres que, a exemplo de Staël, eram proibidas de exercer a carreira e/ou dirigir os negócios públicos: “Impedida de ocupar funções oficiais, restava a Madame de Staël a possibilidade de ter um salão como sua própria mãe e as mulheres mais eminentes do século XVIII. (...) Antes da Revolução, os salões ditavam o modo de proceder e as regras de comportamento à sociedade parisiense. Lá reinavam as mulheres e se formava a opinião. Sem poder na sociedade política, elas dirigiam, em suas casas, as conversas, ‘as discussões sobre os negócios públicos’, e aliviavam os assuntos sérios com ‘brincadeiras amáveis e sedutoras’. (...) A conversação francesa, à qual Madame de Staël consagra, entre outros, um capítulo em *Da Alemanha*, parece-lhe a manifestação mais importante da vida social.” No original: “A défaut de pouvoir occuper des fonctions officielles, il restait à Madame de Staël la possibilité d’avoir un salon comme sa propre mère et les femmes les plus éminentes du XVIII^e siècle. (...) Avant la Révolution, les salons donnaient ainsi son allure à la société parisienne. Là régnaient les femmes et se formait l’opinion. Sans pouvoir dans la société politique, elles dirigeaient chez elles les conversations, ‘les discussions sur les affaires publiques’, en allégeaient le sérieux par des ‘plaisanteries aimables et piquantes’. (...) La conversation française, à laquelle Madame de Staël consacre entre autres un chapitre dans *De l’Allemagne*, lui paraît la manifestation la plus importante de la vie sociale.” BALAYÉ, Simone. *Madame de Staël et les Français*. Oxford, Clarendon Press, 1996, pp. 06, 08-09 respectivamente. Da mesma autora, ver também *Madame de Staël, lumières et liberté*. Paris, Klincksieck, 1979. Em *Les Mots des Femmes*, Mona Ozouf trata da “supremacia feminina” nos salões literários setecentistas, que Hume considerava a singularidade da França. OZOUF, Mona. *Les Mots des Femmes. Essai sur la singularité française*. Paris, Fayard, 1995. Ver, a esse respeito, BERTAUT, J. *La vie littéraire au XVIII^e siècle*. Paris, Tallandier, 1954, sobretudo pp. 18-76, SARDE, Michèle. *Regard sur les Françaises (X^e-XX^e siècles)*. Paris, Stock, 1983 e RAYNAUD, Philippe. “Les femmes et la civilité: aristocratie et passions révolutionnaires”. *Le Débat*, n° 57, 1989.

o foro íntimo, um espaço de liberdade, não poderia ser penetrado pela violência; muito pelo contrário, poderia tornar-se um espaço aberto à educação e aos argumentos da razão”¹⁵⁵.

Ainda de acordo com a autora, mediante uma reflexão crítica sobre os acontecimentos revolucionários, Staël desenvolveria seu argumento opondo os elementos da sociedade do Antigo Regime àqueles que deveriam, no presente, permitir à França tornar-se uma República. Contudo, não condenaria em sua totalidade as instituições políticas da França monárquica, porquanto a prudência, o controle de si, a clareza das palavras e o domínio das paixões e dos sentimentos teriam de continuar modelando os comportamentos dos governantes em uma nação democrática¹⁵⁶. Também digno de nota é que o controle de si em uma República, no sentido em que o entende Staël, nada precisaria esconder ou dissimular, ao contrário, deveria traduzir com eloqüência as virtudes da cidadania enraizadas no coração dos homens públicos¹⁵⁷. Em outros termos, a moderação e o domínio de si manteriam certa continuidade por terem como dever unir justiça e imparcialidade, necessárias à administração civil, envolvendo com todos os signos de superioridade e poder os homens eleitos por suas qualidades pessoais.

Na análise da escritora, sublinha Bresciani, a exibição pública das idéias, a elegância e o domínio das palavras e a inteligibilidade dos argumentos iriam constituir-se, em uma República, nos princípios fundadores de uma nação onde os privilégios de nascimento seriam

¹⁵⁵ BRESCIANI, Maria Stella M., *op. cit.*, p. 32.

¹⁵⁶ Para Germaine de Staël, uma das qualidades da sociedade monárquica e cortesã é a polidez, que ela define como “o mecanismo que a sociedade criou para unir, uns aos outros, os homens estrangeiros. (...) Em todas as relações que ainda não tomaram a forma de um dever, a civilidade dos costumes prepara os afetos, produz a convicção mais fácil e conserva em cada homem o lugar que seu mérito deve lhe dar no mundo.” No original: “(...) le lien que la société a établi entre les hommes étrangers les uns aux autres. (...) Dans tous les rapports qui n’ont point pris encore le caractère d’un devoir, l’urbanité des moeurs prépare les affections, rend la conviction plus facile, et conserve à chaque homme le rang que son mérite doit lui obtenir dans le monde.” STAËL, Germaine de. *De la littérature...*, *op. cit.*, p. 311.

¹⁵⁷ Em *Da Palavra ao Gesto*, Claudine Haroche destaca o papel do controle de si como elemento crucial do poder nos tratados de civilidade dos séculos XVI e XVII. Para ela, a reserva, a prudência, o cálculo, o domínio de si e do outro seriam atitudes vitais para o homem de corte, comportamentos que permitiriam resistir à tão temida posição de inferioridade. Mas no século XVIII, alerta a autora seguindo Staël, o governo de si, quer se trate do corpo quer dos sentimentos, passaria a exprimir as virtudes sociais dos chefes de Estado, ou seja, suas convicções íntimas de devoção a Deus, amor à pátria, respeito às leis, boa fé e sinceridade, bem como proteção aos pobres e infelizes, deveriam ser expressas publicamente: “Os séculos caracterizam-se, freqüentemente, por tonalidades afetivas, climas psicológicos, sensibilidades diferentes. Assim, o século XVII aparece, em sua segunda metade, tanto na literatura como no teatro, sob os traços de uma certa austeridade. A expressão das emoções pessoais se obscurece diante da reserva, da distância, do controle, do domínio de si, do heroísmo. Assim, as antigas exigências de contenção recuam no século XVIII diante do extravasamento de sentimentos muito tempo retidos: o século XVIII reage ao absolutismo e tende a assumir o rosto da sensibilidade ao outro, da compaixão.” HAROCHE, Claudine. *Da Palavra ao Gesto*. Campinas, Papirus, 1998, p. 146.

abolidos em benefício da igualdade entre todos, onde os méritos individuais seriam reconhecidos nos assuntos públicos:

“O bom gosto na linguagem e nas maneiras daqueles que governam inspira mais respeito, refuta as práticas de terror menos necessárias. É difícil que um magistrado, cujo tom revolte as almas, não tenha precisado recorrer à perseguição para obter a obediência. Uma nuvem de ilusões e de lembranças envolve os reis; mas os homens eleitos, que comandam em nome de sua superioridade pessoal, têm necessidade de todos os sinais exteriores dessa superioridade; e qual o sinal mais evidente do que o bom gosto que, encontrado nas palavras, nos gestos, nos acentos, nas ações, anuncia uma alma pacífica e altiva, que compreende os ganhos de todos os instantes sem jamais perder o seu próprio sentimento nem o respeito que deve aos outros. É assim que o bom gosto exerce uma verdadeira influência política.”¹⁵⁸

Ao defender um Estado ideal governado por homens cujo merecimento e prestígio tivessem sido adquiridos ao longo de suas vidas públicas, Staël acentuaria: “Não concluamos que se deva acreditar na perfeição na ordem social; é indispensável, entretanto, que os legisladores se proponham este objetivo (...)”¹⁵⁹. Tal como nota Bresciani, sustentada por profundas convicções republicanas, ela temia que, na futura sociedade igualitária e livre, a política pudesse encorajar a “imitação dos costumes vulgares”, induzindo o povo a “escolher magistrados ignorantes e grosseiros”. Se a vontade popular de se fazer ouvir nos assuntos públicos compunha a base de uma República, era preciso, no seu entender, criar obstáculos à ação dos “líderes de multidões” e levar o povo ao aprendizado do exercício esclarecido da cidadania.

Aos olhos de Bresciani, a primazia que Staël confere ao Estado republicano constituiria um de seus temas centrais: a França, desejando ser um país onde todos os cidadãos tivessem uma participação mais efetiva na vida pública, reclamava que a liberdade fosse

¹⁵⁸ No original: “Le bon goût dans le langage et dans les manières de ceux qui gouvernent, inspirant plus de respect, rend les moyens de terreur moins nécessaires. Il est difficile qu’un magistrat, dont le ton révolte les âmes, n’ait pas besoin de recourir à la persécution pour obtenir l’obéissance. Un nuage d’illusions et de souvenirs environne les rois; mais les hommes élus, commandant au nom de leur supériorité personnelle, ont besoin de tous les signes extérieurs de cette supériorité; et quel signe plus évident que ce bon goût qui, se retrouvant dans toutes les paroles, dans tous les gestes, dans tous les accents, dans toutes les actions mêmes, annonce une âme paisible et fière, qui saisit tous les rapports dans tous les instants, et ne perd jamais ni le sentiment d’elle-même, ni les égards qu’elle doit aux autres. C’est ainsi que le bon goût exerce une véritable influence politique.” STAËL, Germaine de. *De la littérature...*, op. cit., p. 307.

¹⁵⁹ No original: “Il ne s’ensuit pas qu’il faille croire à la perfection dans l’ordre social, mais il est utile pour les législateurs de se proposer ce but (...)” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, op. cit., p. 67.

construída sobre valores morais sólidos, indispensáveis a um governo fundamentado em leis. A convicção de que o foro íntimo formado pelas virtudes republicanas teria o poder de agir sobre os costumes públicos, de fazer nascer o cidadão de um país democrático, a faria destacar constantemente a importância do vínculo existente entre nações livres e indivíduos esclarecidos:

“(…) se divulgamos a influência das Luzes em uma nação, elas tendem a aperfeiçoar a moralidade geral. (...) Esclarecer, instruir, aperfeiçoar tanto as mulheres como os homens, as nações como os indivíduos, é ainda o melhor segredo de todos os objetivos racionais, de todas as relações sociais e políticas às quais se quer assegurar um fundamento durável.”¹⁶⁰

Como muitas das pessoas ilustradas da época, Staël consideraria o aperfeiçoamento dos costumes pela educação do foro íntimo o meio mais eficaz de tornar os indivíduos capazes de atribuir autoridade a chefes de Estado dignos e imparciais. Para ela, o espaço dos “sentimentos racionalizados”, que constitui o foro privado de cada um, estaria na origem das ações públicas:

“Um homem de espírito dizia: *A felicidade é uma questão séria*. Pode-se afirmar o mesmo da liberdade. A dignidade de um cidadão é mais importante que a do súdito [nos regimes monárquicos], pois em uma República é preciso que cada homem seja um obstáculo a mais à usurpação política.”¹⁶¹

Diante disso, Bresciani assinala que em seus escritos políticos se esboçaria uma pedagogia de cunho liberal, cuja aposta na capacidade do intelecto para formar convicções pessoais se verificaria, principalmente, por meio da firme defesa da obediência às leis e aos governos, convivendo lado a lado com a liberdade individual. Visando o aperfeiçoamento dos costumes em sociedade, a escritora potencializaria a arte, em especial o teatro e as ficções

¹⁶⁰ No original: “(…) si l’on propage l’influence des lumières dans une nation, elles tendent nécessairement à perfectionner la moralité générale. (...) Eclairer, instruire, perfectionner les femmes comme les hommes, les nations comme les individus, c’est encore le meilleur secret pour tous les buts raisonnables, pour toutes les relations sociales et politiques auxquelles on veut assurer un fondement durable.” STAËL, Germaine de. *De la littérature...*, *op. cit.*, pp. 321 e 338 respectivamente.

literárias, como bons instrumentos de divulgação das virtudes cívicas republicanas, como bem nos mostra Bresciani em uma passagem de seu texto:

“Como, portanto, garantir, ou pelo menos permitir, o livre acesso ao conhecimento da maioria da população até então dele excluída? Pela literatura e pelo teatro, responde Germaine de Staël. São, para ela, os únicos meios de comunicação em uma nação democrática. (...) Extraída da vida das pessoas comuns, a narrativa romanesca seria e é capaz de tocar em profundidade o foro íntimo em razão do efeito dramático da arte (...)”¹⁶²

Para Staël, o romance, substituindo a sátira do Antigo Regime, adequar-se-ia melhor aos valores republicanos¹⁶³, como atenta Bresciani. Sua conformidade ao regime político

¹⁶¹ No original: “Un homme d’esprit disait: *Le bonheur est un état sérieux*. On peut en affirmer autant de la liberté. La dignité d’un citoyen est plus importante que celle d’un sujet; car, dans une république, il faut que chaque homme de talent soit un obstacle de plus à l’usurpation politique.” *Ibid.*, p. 311. Grifos da autora.

¹⁶² BRESCIANI, Maria Stella M., *op. cit.*, pp. 40 e 42 respectivamente. Ao examinar criticamente o romance staëliano *Delphine*, Mona Ozouf também dá ênfase à capacidade da literatura de esclarecer, instruir e elevar o espírito humano: “Se um romance merece aos olhos de seu autor o qualitativo de ‘novo’, é *Delfine*, escrito em 1802, no alvorecer do século. Novo ele é por sua data: entre 1789 e 1792, desenrolam-se os primeiros episódios do grande tormento histórico que os franceses acabaram de viver. Por sua ambição: rompe com os gêneros frívolos e degradados do século precedente. Por sua convicção: o aperfeiçoamento do espírito humano deve se ilustrar de agora em diante também pela literatura. Por sua fé, enfim, na habilidade do romance de revelar o homem a si mesmo: ‘Eu acredito’, escreve Madame de Staël no prefácio de *Delfine*, ‘que as circunstâncias da vida ensinam menos verdades duráveis que as ficções fundadas sobre essas verdades.’” No original: “Si un roman mérite aux yeux de son auteur le qualificatif de ‘nouveau’, c’est bien *Delphine*, écrit en 1802, à l’aube du siècle. Nouveau, il l’est par sa date: entre 1789 et 1792, il déroule les premiers épisodes du grand bouleversement historique que les Français viennent de vivre. Par son ambition: rompre avec les genres frivoles et dégradés du siècle précédent. Par sa conviction: la perfectibilité de l’esprit humain devra désormais s’illustrer aussi par la littérature. Par sa foi, enfin, dans les capacités du roman à révéler l’homme à lui-même: ‘Je crois’, écrit Mme de Staël dans la préface de *Delphine*, ‘que les circonstances de la vie instruisent moins des vérités durables que les fictions fondées sur ces vérités.’” OZOUF, Mona. “*Delphine*. Le nouveau régime des lettres”. *Les aveux du roman. Le XIX^e siècle entre Ancien Régime et Révolution*. Paris, Fayard, 2001, p. 31. Nesta obra, Ozouf procura compreender como os escritores trataram, no século XIX, do reencontro entre duas França, a do Antigo Regime, ou da “tradição”, e aquela “regenerada”, da Revolução. Para ela, a recusa da herança, tão característica do espírito revolucionário, não implicaria na ruptura brutal com o passado: a literatura devia levar em conta as novas elites, saídas das profundezas da sociedade democrática, mas ainda aristocráticas nos seus costumes e no seu estilo. Um claro exemplo seria *Delphine*, cuja autora defende uma literatura renovadora dos sujeitos e/ou dos temas, mas não das formas: “Madame de Staël pleiteia pela conciliação entre as formas antigas, que é preciso conservar, e os sujeitos, que é preciso imaginar de novo. (...) Enfim, entre o impulso que dá a liberdade e o respeito que inspira a tradição.” No original: “Mme de Staël plaide pour la conciliation. Entre les formes anciennes, qu’il faut conserver, et les sujets, qu’il faut imaginer à neuf. (...) Enfin, entre l’élan que donne la liberté et le respect qu’inspire la tradition.” *Ibid.*

¹⁶³ Germaine de Staël julgava que a sátira, forma literária associada à monarquia, não mais convinha à República. Queria que ela fosse substituída pela *novel*, o romance inglês, o romance moderno de Fielding e de Richardson, o estilo literário que conseguia estabelecer uma espécie de cumplicidade com o leitor. É importante destacar que um

democrático residiria na forma da trama novelesca, “onde tudo é ao mesmo tempo inventado e imitado, onde nada é verdadeiro, mas onde tudo é verossímel”¹⁶⁴, onde a pintura de nossos sentimentos habituais parece dirigir-se diretamente ao leitor, falar dele, de sua vida e de seus desejos mais íntimos.

Porém, conforme a autora, se o exercício solitário da leitura consegue instruir e edificar o indivíduo, ele se mostraria ineficaz quanto à formação dos sentimentos coletivos. O amor pela pátria, esta paixão social, demandaria uma outra forma de literatura, a representação trágica. No seu ponto de vista, ao valer-se de temas como o bem comum, as lembranças coletivas e os acontecimentos históricos, a tragédia poria em relevo as virtudes dos grandes homens, ao mesmo tempo em que despertaria ideais éticos e exigências de igualdade política que, enraizados no foro íntimo de cada um, garantiriam a unidade face à diferença individual e à desigual condição dos cidadãos.

A vontade de educar e de formar um homem melhor aparece claramente à leitura de Staël. Daí, segundo Bresciani, a importância de seus escritos para a formação das convicções: a obra literária constituiria o modo mais eficiente de chegar ao íntimo do cidadão da República através da imaginação, expressa sobretudo por meio de personagens “não verdadeiras”, mas verossímeis, com as quais o leitor deveria se identificar para acompanhar o enredo romanesco. Dessa forma, os livros e os impressos traçariam um caminho no foro privado dos indivíduos, fixando nele certos valores e idéias filosóficas que, esclarecendo os espíritos, preparariam os acontecimentos políticos¹⁶⁵.

Os romances, nessa perspectiva, teriam por finalidade guiar a alma do leitor para nela desenvolver certas virtudes morais e sociais: esclarecer os homens, moralizá-los, governá-los, levá-los a desejar as leis, a aceitá-las, significará doravante insuflar emoções, encorajar determinadas formas de sensibilidade e, ainda mais, suscitar e cultivar sentimentos com fins políticos.

único tema poderia ser objeto de ironia em uma república: “os vícios da alma que prejudicam o bem geral”. STAËL, Germaine de. *De la littérature...*, *op. cit.*, pp. 344-347.

¹⁶⁴ No original: “(...) où tout est à la fois inventé et imité, où rien n’est vrai, mais où tout est vraisemblable.” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, p. 39.

¹⁶⁵ De acordo com Bresciani, na visão de Staël a tirania só atinge a exterioridade do homem, sendo impossível chegar ao seu íntimo, este “asilado de liberdade impenetrável à ação da força”: “O foro íntimo aparece, nesse caso, como uma espécie de tribunal interno e secreto no qual a consciência atuaria como juiz. Madame de Staël observa, ainda, como

Na concepção de Staël, os bons romances seriam aqueles que permitem ao leitor conhecer o coração humano. Como vimos, esse conhecimento se daria por meio da descrição detalhada dos sentimentos e caracteres vivenciados pelas personagens em situações cotidianas semelhantes às aquelas experimentadas pelo leitor. Importa notar que em Diderot também encontraríamos a valorização do romance de Richardson atrelada à maestria da pintura do coração dos homens:

“Ó Richardson!, eu ousaria dizer que a história mais verdadeira está cheia de mentiras, e que teu romance está cheio de verdades. A história pinta alguns indivíduos: tu pintas a espécie humana; a história atribuiu a alguns indivíduos aquilo que eles não disseram, não fizeram: tudo o que atribuis ao homem, ele o disse e fez; a história abarca apenas uma porção da duração do tempo, apenas um ponto da superfície do globo; tu abarcaste todos os lugares e todos os tempos. O coração humano, que foi, é e sempre será o mesmo, é o modelo segundo o qual tu copias. Se se aplicasse ao melhor historiador uma crítica severa, haveria algum que a sustente como tu? Sob este ponto de vista, eu ousaria dizer que amiúde a história é um mau romance; e que o romance, como tu o fizeste, é uma boa história. Ó pintor da natureza!, és tu que não mentes jamais.”¹⁶⁶

Comentando a opinião mais comumente aceita sobre o gênero romance, segundo a qual este se reduziria à pintura do amor, “a mais violenta, a mais universal, a mais verdadeira de todas as paixões”¹⁶⁷, Staël afirmaria:

“Uma nova carreira se abriria então, parece-me, aos autores que possuem o talento de pintar e sabem associar pelo conhecimento íntimo todos os movimentos do coração humano. A ambição, o orgulho, a avareza e a vaidade poderiam ser o objeto principal de romances cujos incidentes seriam mais originais e as situações tão mais variadas que aquelas que nascem do amor.”¹⁶⁸

a violência, mesmo a mais encarniçada, seria impotente para penetrar e instalar-se neste refúgio da liberdade, a alma humana.” BRESCIANI, Maria Stella M., *op. cit.*, p. 31.

¹⁶⁶ DIDEROT, Denis. “Elogio a Richardson”, *op. cit.*, p. 23.

¹⁶⁷ No original: “(...) la plus violente, la plus universelle, la plus vraie de toutes les passions (...)” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, p. 41.

¹⁶⁸ No original: “Une carrière nouvelle s’ouvrirait alors, ce me semble, aux auteurs qui possèdent le talent de peindre, et savent attacher par la connaissance intime de tous les mouvements du coeur humain. L’ambition, l’orgueil, l’avarice, la vanité, pourraient être l’objet principal de romans dont les incidents seraient plus neufs et les situations aussi variées que celles qui naissent de l’amour.” *Ibid.*, pp. 41-42.

Vale ressaltar que esse quadro das paixões humanas também poderia ser encontrado na história. Entretanto, no seu modo de ver, esta ciência trataria apenas da vida dos homens públicos e dos sentimentos e caracteres que resultam, igualmente, de eventos públicos. O romance, por outro lado, viria “preencher uma lacuna”, já que o conhecimento do coração humano se daria por meio da abordagem da vida privada. Assim, a história forneceria exemplos adequados às nações e os romances aos indivíduos em particular:

“Dirão que esse quadro das paixões humanas existe na história e que é lá que irão melhor procurar? Mas a história não atinge a vida dos homens privados, nem os sentimentos e os caracteres que não tenham resultado de acontecimentos públicos; a história não trata dos indivíduos por um interesse moral e de apoio, a verdade é sempre incompleta em seus efeitos: aliás, os desenvolvimentos que deixam impressões profundas impedem a marcha rápida e necessária da narração e dão uma forma dramática a uma obra que deve ter um outro tipo de mérito.”¹⁶⁹

Haveria, portanto, diferentes formas de retratar essas paixões e Staël assinalaria que podemos encontrá-las nos mais diversos tipos de discurso: na ficção, na história, nos livros de conduta, nos espetáculos. A problematização fundamental diria respeito a maneira mais adequada de fazer com que esse conhecimento conduzisse à formação de homens virtuosos. Ao contrário de Rousseau, que via o teatro e a escritura romanesca como os piores modos de agir sobre os costumes dos homens, a forma eleita tanto por Staël quanto por Diderot seria o romance, apto a dirigir e esclarecer os indivíduos por meio da emoção que é capaz de produzir:

“Afirma-se que os romances dão uma falsa idéia do homem; isso é verdade com relação a todos aqueles que são ruins e imitam mal a natureza: mas quando são bons, nada oferece um conhecimento tão íntimo do coração humano que essas pinturas de todas as circunstâncias da vida privada e das impressões que elas fazem nascer; nada exercita tanto a reflexão, que descobre muito mais nos detalhes que nas

¹⁶⁹ No original: “Dira-t-on que ce tableau des passions des hommes existe dans l’histoire, et que c’est là qu’il vaut bien mieux l’aller chercher? Mais l’histoire n’atteint point à la vie des hommes privés, aux sentiments, aux caractères dont il n’est point résulté d’événements publics; l’histoire n’agit point sur vous par un intérêt moral et soutenu; le vrai est souvent incomplet dans ces effets: d’ailleurs, les développements, qui seuls laissent des impressions profondes, arrêteraient la marche rapide et nécessaire de la narration, et donneraient une forme dramatique à un ouvrage qui doit avoir un tout autre genre de mérite.” *Ibid.*, p. 42.

idéias gerais. As memórias atingiriam este objetivo se, assim como na história, os homens célebres e os acontecimentos públicos não fossem seus únicos assuntos.”¹⁷⁰

Mas tal escolha não teria, para ambos, outro ponto de referência senão o leitor. E que leitor é esse? Possivelmente um leitor como Diderot:

“Eu havia percorrido, no intervalo de algumas horas, um grande número de situações que a vida mais longa mal oferece em toda a sua duração. Eu tinha ouvido os verdadeiros discursos das paixões; eu tinha visto as molas do interesse e do amor-próprio em jogo de cem maneiras diversas; eu me havia tornado espectador de uma multidão de incidentes, eu sentia que tinha adquirido experiência.”¹⁷¹

Capaz, como acredita Staël, de buscar e encontrar na leitura um “suplemento de experiência”:

“Mesmo se os escritos puramente filosóficos pudessem, como os romances, prever e detalhar todas as nuances das ações, restaria sempre à moral dramática uma grande vantagem, a de poder fazer nascer movimentos de indignação, uma exaltação da alma, uma doce melancolia, efeitos diversos de situações romanescas e tipos de suplementos à experiência: esta impressão assemelha-se àquela dos fatos reais de que teríamos sido testemunhas; mas dirigida sempre ao mesmo objetivo, ela desvia menos o pensamento que o quadro inconseqüente que nos envolve.”¹⁷²

¹⁷⁰ No original: “L’on a prétendu que les romans donnaient une fausse idée de l’homme; cela est vrai de tous ceux qui sont mauvais, comme des tableaux qui imitent mal la nature: mais lorsqu’ils sont bons, rien ne donne une connaissance aussi intime du coeur humain que ces peintures de toutes les circonstances de la vie privée, et des impressions qu’elles font naître; rien n’exerce autant la réflexion, qui trouve bien plus à découvrir dans les détails que dans les idées générales. Les mémoires atteindraient à ce but, si, de même que dans l’histoire, les hommes célèbres, les événements publics, n’en étaient pas seuls le sujet.” *Ibid.*, pp. 43-44.

¹⁷¹ DIDEROT, Denis. “Elogio a Richardson”, *op. cit.*, p. 17.

¹⁷² No original: “Quand même les écrits purement philosophiques pourraient, comme les romans, prévoir et détailler toutes les nuances des actions, il resterait toujours à la morale dramatique un grand avantage; c’est de pouvoir faire naître des mouvements d’indignation, une exaltation d’ame, une douce mélancolie, effets divers des situations romanesques, et sorte de supplément à l’expérience: cette impression ressemble à celle des faits réels dont on aurait été le témoin; mais, dirigée toujours vers le même but, elle égare moins la pensée que l’inconseqüent tableau des événements qui nous entourent.” STAËL, Germaine de. *Essai sur les fictions...*, *op. cit.*, p. 49.

Logo, como pudemos acompanhar, o romance tenderia para a moral, tomando-se, é claro, a moral no sentido de Staël e Diderot, ou seja, que não se trata de pregar um certo número de princípios dogmáticos, como acreditavam fazerem os moralistas, mas de despertar, na alma do leitor, o impulso natural para a virtude e o bem.

IV

“Nunca, repito, nunca pintarei o crime senão com as cores do inferno; quero que o vejam a nu, que o temam, que o detestem, e não conheço outro modo de fazê-lo senão mostrando-o com todo horror que o caracteriza. Que se cubram de infortúnio os que o cercam de rosas! Suas intenções não são puras, e eu nunca as copiarei.”

MARQUÊS DE SADE¹⁷³

Vimos que o romance no século XVIII foi tido por alguns escritores, a exemplo de Rousseau, como um gênero suspeito ou pouco estimado no que tange sua eficácia sobre a orientação dos valores e comportamentos do leitor. No entanto, esse ponto de vista estava longe de ser um consenso, pois houve também aqueles que enalteciam seus efeitos, dentre os quais Madame de Staël e Denis Diderot. A obra de Sade refletiria essa tensão do romance enquanto gênero que ora corrompe e perverte, e ora forma, educa e instrui o público leitor.

Autor de vários contos proibidos na época, Sade teria se consagrado como um dos defensores do romance contra aqueles que o viam como gênero contrário à virtude, à moral e à tradição dos hábitos e costumes da sociedade francesa. Em “Nota sobre romances ou A arte de escrever ao gosto do público”, Sade data a origem do romance na Antigüidade greco-latina, além de apresentar o que considerava como critérios e princípios necessários para “levar esse gênero à perfeição”. Porém, de maneira contraditória e duvidosa para nossa sensibilidade, no que diz respeito aos verdadeiros objetivos do autor, procurou responder à crítica que lhe foi feita quando

¹⁷³ SADE, Marquês de. “Nota sobre romances ou A arte de escrever ao gosto do público”. *Os Crimes do Amor*. Porto Alegre, L&PM, 2001, p. 56. “Idée sur les romans”, texto de abertura de *Les crimes de l’amour*, foi escrito na Bastilha entre 1787-1788 e publicado em 1800.

apareceu *Aline e Valcour*, utilizando os mesmos argumentos de seus adversários ao afirmar que a principal razão em mostrar os prazeres de “um modo tão assustador”, com “todo horror que o caracteriza”, era fazer com que se detestasse o vício:

“Devo, enfim, responder à censura que me fizeram, quando surgiu *Aline e Valcour*. Meus pincéis, disseram, são fortes demais: empresto ao vício de traços demasiado odiosos. Querem saber a razão? Não quero que se ame o vício; não tenho, como Crébillon e Dorat, o perigoso projeto de fazer com que as mulheres gostem dos personagens que as enganam; quero, ao contrário, que os detestem. É o único meio que pode impedi-las de se tornarem vítimas e, para ter êxito nisso, mostrei aqueles meus heróis que seguem a carreira do vício de um modo tão assustador, que certamente não inspirarão nem pena, nem amor. Com isso, ousou dizer, torno-me mais moral do que aqueles que se permitiram embelezá-los; as obras perniciosas desses autores assemelham-se àquelas frutas da América que, sob o colorido mais brilhante, trazem a morte em seu seio; essa traição da natureza, cujo motivo não cabe a nós desvelar, não é feita para o homem.”¹⁷⁴

De acordo com Eliane Robert Moraes, a principal marca da literatura sadiana é a associação radical do erotismo e da crueldade. Para ela, bastaria lembrar o primeiro romance do autor, escrito na Bastilha, em 1785, onde são explicitadas as bases de seu sistema através da progressão de seiscentas paixões sexuais, classificadas em quatro classes – simples, complexas, criminosas e assassinas – ao qual ele dá o nome de *Les 120 journées de Sodome ou L'école de libertinage*¹⁷⁵; ou ainda abrir, ao acaso, qualquer página de Justine ou de Juliette para que nos saltasse aos olhos uma terrível cena de tortura sexual ou um inflamado discurso sobre as prosperidades do vício, devidamente ilustrado por numerosos e insólitos exemplos:

“O que esperar de um livro assinado pelo Marquês de Sade? Todos nós sabemos: monstruosas máquinas de tortura, lâminas afiadas, ferros em brasa, chicotes, correntes e outros aparatos de suplício cujo requinte está em mutilar

¹⁷⁴ *Ibid.*, pp. 55-56.

¹⁷⁵ Como demonstra a autora: “Na Bastilha, Donatien-Aldonze-François escreve seu primeiro grande romance. Em três semanas, trabalhando de sete a dez horas por dia, principalmente à noite, ele redige em minúsculas letras, num rolo de papel de doze metros de comprimento, o manuscrito ao qual dará o nome de *Les 120 journées de Sodome ou L'école de libertinage*. Quatro anos depois, às vésperas da Revolução, quando é transferido pela primeira vez para o sanatório de Charenton, o Marquês de Sade tem uma obra de quinze volumes: a primeira versão de *Justine*, as novelas de *Les crimes de l'amour*, os contos e historietas e provavelmente o romance epistolar *Aline et Valcour*.” MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*. Rio de Janeiro, Imago, 1994, p. 93.

lentamente dezenas de corpos a serviço da volúpia libertina, fazendo escorrer o sangue dos imolados e o esperma dos algozes, em cenas que têm o poder de produzir simultaneamente a dor das vítimas, o orgasmo dos devassos e o profundo desconforto dos leitores.”¹⁷⁶

Mas, conforme a autora, nas novelas reunidas sob o título *Os Crimes do Amor*, o autor parece tomar caminho diverso, um desvio talvez, como se tivesse a firme intenção de nos revelar um outro Sade. Nenhuma palavra obscena, nenhuma descrição de atos eróticos ou de crueldades físicas, nenhum discurso justificando o crime. Pelo contrário, o marquês não só utiliza um vocabulário que sua época convencionou chamar de “vocabulário da decência”, como também parece tomar partido da virtude, fazendo com que ela triunfe implacavelmente sobre o vício. Em “Dorgeville ou O Criminoso por Virtude”, podemos ler este apelo do narrador:

“Ó vós que ledes esta história, possa ela vos penetrar da obrigação que temos todos de respeitar deveres sagrados, dos quais nunca nos afastamos sem correr atrás da perda! Se, contidos pelo remorso que se faz sentir após a quebra do primeiro freio, tivéssemos a força de permanecer aí, os direitos da virtude nunca seriam totalmente aniquilados: mas nossas fraquezas nos perdemos, terríveis conselhos corrompem, perigosos exemplos pervertem, todos os perigos parecem dissipar-se e o véu só é rasgado quando o gládio da justiça enfim detém o curso dos crimes.”¹⁷⁷

Os finais trágicos na obra de Sade, segundo Eliane Moraes, ocorriam sobretudo nas histórias das vítimas: Aline e Valcour, a marquesa de Ganges, Dorgeville e as três Justines; para os devassos tais desfechos seriam raros, concentrando-se praticamente em *Os Crimes do Amor*. Nele, teríamos a figura do arrependimento e do castigo, como por exemplo Oxtiern e a prisão, a

¹⁷⁶ MORAES, Eliane Robert. “Um outro Sade”. SADE, Marquês de. *Os Crimes do Amor*, op. cit., p. 07.

¹⁷⁷ SADE, Marquês de. “Dorgeville ou O Criminoso por Virtude”, *ibid.*, p. 219. Da mesma forma, em “Eugénie de Franval” o narrador supostamente se empenha em difundir a moralidade para reformar os homens e as maneiras: “Instruir o homem e corrigir-lhe os costumes, tal é o único motivo que nos propomos neste conto. Que todos se compenentrem, lendo-o, da magnitude do perigo, sempre nas pegadas dos que tudo se permitem para satisfazer seus desejos. Oxalá eles se convençam de que a boa educação, a riqueza, os talentos e os dons da natureza só servem para desvairar, quando a moderação, a boa conduta, a prudência e a modéstia os não amparam ou não fazem valer: eis as verdades que vamos pôr em ação. Perdoem-nos os mostruosos detalhes do crime horrível de que somos constringidos a falar, mas é impossível fazer condenar semelhantes desvios se não temos a coragem de pô-los a nu.” SADE, Marquês de. “Eugénie de Franval”. MORAES, Eliane Robert. *Marquês de Sade: um libertino no salão dos filósofos* (com a novela *Eugénie de Franval*, do Marquês de Sade). São Paulo, EDUC, 1992, p. 67. Esta novela é a última das onze que compõem *Os Crimes do Amor*.

condessa de Sancerre e o convento, Franval e a morte¹⁷⁸. Salvo poucas exceções, os heróis sadianos seriam muito bem-sucedidos em seus empreendimentos lúbricos e o deboche raramente punido.

Ainda no que se refere aos *Crimes do Amor*, Villetterque publicaria quatro páginas no *Journal des Arts*, em 22 de outubro de 1800, criticando este que considerava “o livro mais detestável” de Sade:

“Qual pode ser então a utilidade desses quadros do crime triunfante? Eles revelam na pessoa má suas inclinações malignas; eles arrancam do homem virtuoso, mas firme nos seus princípios, gritos de indignação, e do homem fraco e bom, lágrimas de desencorajamento. Essas horríveis pinturas do crime só podem mesmo servir à produção mais odiosa; elas são, portanto, inúteis e perigosas. (...)”

Não pude ler sem indignação esses quatro volumes de atrocidades revoltantes; não se é nem mesmo compensado do desgosto que elas inspiram pelo estilo; o do autor, nesta obra, é lastimável, sempre fora de medida, pleno de frases de mau gosto, de contra-sensos, de reflexões triviais. Nota-se em algumas páginas pensamentos racionais e fundados sobre os princípios da justiça, mas eles estão como que fixados, pregados; sente-se que eles não pertencem a nada do que os precede ou do que os sucede. (...)”

Rousseau, Voltaire, Marmontel, Fielding, Richardson, etc., vocês não fizeram romances, vocês pintaram os costumes, ele precisava pintar crimes. Vocês fazem amar a virtude, provando-nos que ela só conduz à felicidade (...). Não se vê em suas pálidas obras mães que estrangulam seus filhos, filhos que envenenam suas mães, filhos que as violentam. Adeus Rousseau, Voltaire, Marmontel, Fielding e Richardson, não os leremos mais.”¹⁷⁹

¹⁷⁸ Um outro livro que traz um final moral é *Histoire secrète d'Isabelle de Bavière, reine de France* (1813), último romance de Sade e bastante atípico em relação às obras anteriores.

¹⁷⁹ No original: “Quelle peut donc être d’ailleurs l’utilité de ces tableaux du crime triomphant? Ils réveillent dans le méchant ses inclinations malfaisantes; ils arrachent à l’homme vertueux mais ferme dans ses principes, des cris d’indignation, et à l’homme faible et bon des pleurs de découragement. Ces horribles peintures du crime ne peuvent même servir à le rendre plus odieux; elles sont donc inutiles et dangereuses. (...) Je n’ai pu lire sans indignation ces quatre volumes d’atrocités révoltantes; on n’est pas même dédommagé du dégoût qu’elles inspirent par le style; celui de l’auteur, dans cet ouvrage, est pitoyable, toujours hors de mesure, plein de phrases de mauvais goût, de contresens, de réflexions triviales. On remarque dans quelques pages, des pensées raisonnables et fondées sur des principes de justice, mais elles y sont comme clouées; on sent qu’elles ne tiennent à rien de ce qui les précède ou de ce qui les suit. (...) Rousseau, Voltaire, Marmontel, Fielding, Richardson, etc., vous n’avez pas fait des romans; vous avez peint des moeurs, il fallait peindre des crimes. Vous faites aimer la vertu, en nous prouvant qu’elle seule conduit au bonheur (...). On ne voit pas dans vos pâles ouvrages de mères qui étranglent leurs enfants, d’enfants qui empoisonnent leurs mères, de fils qui les violent. Adieu Rousseau, Voltaire, Marmontel, Fielding et Richardson, on ne vous lira plus.” VILLETTERQUE, *Journal des Arts*, 22/10/1800. Apud PAUVERT, Jean-Jacques. “Notice bibliographique”. *Oeuvres Complètes du Marquis de Sade*. Millau, Pauvert, t. X, 1988, pp. 52-53.

Logo após, o marquês contra-argumentaria com vinte páginas intituladas *L'Auteur des Crimes de l'Amour à Villeterque, folliculaire*:

“Chama-se jornalista um homem instruído, um homem em condições de raciocinar sobre uma obra, de analisá-la, e de oferecer ao público uma crítica esclarecida, ou seja, quem a faça ficar conhecida; mas aquele que não tem nem o espírito, nem o julgamento necessário a essa honrosa função, aquele que compila, imprime, difama, mente, calunia, desarrazoa, e tudo isto para viver, aquele, digo eu, é somente um *folliculaire*; e este homem é *Villeterque*. (...)

Pela análise tola, confusa que *Villeterque* oferece d’*Os Crimes do Amor*, está claro que ele não os leu; se os conhecesse, não me faria dizer aquilo que eu jamais pensei; não isolaria frases que eu falei, sem dúvida, para, omitindo partes importantes à sua maneira, dar-lhes em seguida um sentido que elas jamais teriam. (...)

O ignorante *Villeterque* assegura, com uma *aparente erudição*, que em meu *Nota sobre romances* cometo uma infinidade de erros. Não seria aqui o caso de provar? Mas ele precisava ter um pouco de *erudição* para revelar erros de *erudição*, e *Villeterque*, que vai em breve provar que não tem nem mesmo conhecimento dos livros escolares, está bem longe da *erudição* que precisava para provar meus erros. Ele também se contenta em dizer que eu os cometo, sem ousar mostrá-los. Certamente não é difícil criticar assim; não me surpreendo mais se ele tiver tantas críticas e tão poucas boas obras; e eis aqui porque a maior parte desses jornais de literatura, começando por aquele de *Villeterque*, não seria de modo algum conhecida se seus redatores não a introduzissem sem serem vistos, como esses endereços de charlatões jogados nas ruas. (...)

Mas para que servem esses quadros do crime triunfante?, diz o jornalista difamador. Eles servem, *Villeterque*, para compor os quadros contrários de um belíssimo dia (...). Além do mais, onde o crime triunfa nessas novelas que você ataca com tanta estupidez ao mesmo tempo que com tanto descaramento? Que me permitam uma análise bem curta, somente para provar ao público que *Villeterque* não sabe o que diz quando pretende que eu acentue, nessas novelas, o vício sobre a virtude. Onde a virtude se acha melhor recompensada do que em *Juliette e Raunai*? Se ela é funesta em *A dupla prova*, vê-se o crime triunfar? Seguramente não, visto que não há um só personagem criminoso nesta novela toda sentimental. A virtude, como em *Clarisse*, sucumbe, eu a instigo, em *Henriette Stralson*; mas o crime não é punido pela mão mesma da virtude? Em *Faxelange*, a punição não é mais rigorosa ainda, e a virtude não está livre de seus grilhões? O fatalismo de *Florville e Courval* deixa o crime triunfar? Todos aqueles que são cometidos involuntariamente são somente os efeitos desse fatalismo cujos Gregos armaram a mão de seus deuses: não vemos nós todos os dias os mesmos acontecimentos nas desgraças de *Édipo* e de sua família? Onde o crime é mais deplorável e melhor punido do que em *Rodrigo ou A torre encantada*? A mais doce união de maneira nenhuma coroa a virtude em *Laurence e Antonio*, e o crime não sucumbe? Em *Ernestina*, não é pela mão do pai virtuoso dessa infortunada que Oxtiern é punido? Não é sobre um cadafalso que se eleva o crime em *Dorgeville ou O criminoso por virtude*? Os remorsos que conduzem *A Condessa de Sancerre* ao túmulo não vingam a virtude que ela ultraja? Em *Eugénie de Franval*, enfim, o monstro que eu pinte não golpeia a si mesmo [com uma

espada]? Villeterque... foliculário Villeterque, onde pois o crime triunfa em minhas novelas? Ah! se eu vejo alguma coisa triunfar aqui é somente, na verdade, sua ignorância e seu desprezível desejo de difamação!”¹⁸⁰

Esta réplica valeria ao marquês uma retificação, por parte de Villeterque, em 05 de janeiro de 1801, no número 105 do mesmo *Journal des Arts*:

“O autor do libelo de vinte páginas vomita contra mim à ocasião de minha crítica a uma de suas obras. O Cit. De Sade desaprova, por um escrito que eu tenho em mãos (este escrito não foi redescoberto até o presente, diz J.J. Pauvert), tudo o que é ofensivo para mim. Aqueles que conhecem este execrável panfleto acharão talvez que esta reparação não é suficiente; mas aqueles que conhecem o autor não

¹⁸⁰ No original: “On appelle journaliste un homme instruit, un homme en état de raisonner sur un ouvrage, de l’analyser, et d’en rendre au public un compte éclairé, qui le lui fasse connaître; mais celui qui n’a ni l’esprit, ni le jugement nécessaire à cette honorable fonction, celui qui compile, imprime, diffame, ment, calomnie, déraisonne, et tout cela pour vivre, celui-là, dis-je, n’est qu’un *folliculaire*; et cet homme, c’est *Villeterque*. (...) Par le sot compte que Villeterque rend des *Crimes de l’Amour*, il est clair qu’il ne les a pas lus; s’il les connaissait, il ne me ferait pas dire ce à quoi je n’ai jamais pensé; il n’isolait pas des phrases qu’on lui a dictées sans doute, pour, en les tronquant à sa guise, leur donner ensuite un sens qu’elles n’eurent jamais. (...) Dans mon *Idée sur les Romans*, le très ignare Villeterque assure qu’avec une *apparente érudition*, je tombe dans une infinité d’erreurs. Ne serait-ce pas encore ici le cas de prouver? Mais il faudrait avoir soi-même un peu d’*érudition* pour relever des erreurs en *érudition*, et Villeterque, qui va bientôt prouver qu’il n’a même pas connaissance des livres scolastiques, est bien loin de l’*érudition* qu’il faudrait pour prouver mès erreurs. Aussi se contente-t-il de dire que j’en commets, sans oser les relever. Certes, il n’est pas difficile de critiquer ainsi; je ne m’étonne plus s’il y a tant de critiques et si peu de bons ouvrages; et voilà pourquoi la plupart de ces journaux de littérature, à commencer par celui de Villeterque, ne seraient nullement connus, si leurs rédacteurs ne les glissaient dans les poches, comme ces adresses de charlatans lancées dans les rues. (...) Mais à quoi servent ces tableaux du crime triomphant, dit le folliculaire. Ils servent, Villeterque, à mettre les tableaux contraires dans un plus beau jour (...). Au surplus, où le crime triomphe-t-il, dans ces nouvelles que vous attaquez avec autant de *bêtise* que d’*impudence*? Qu’on m’en permette une très courte analyse, seulement pour prouver au public que Villeterque ne sait ce qu’il dit, quand il prétend que je donne dans ces nouvelles le plus grand ascendant au vice sur la vertu. Où la vertu se trouve-t-elle mieux récompensée que dans *Juliette et Raunai*? Si elle est malheureuse dans *la Double Épreuve*, y voit-on le crime triompher? Assurément non, puisqu’il n’y a pas un seul personnage criminel dans cette nouvelle toute sentimentale. La vertu, comme dans *Clarisse*, succombe, j’en conviens, dans *Henriette Stralson*; mais le crime n’y est-il pas puni par la main même de la vertu? Dans *Faxelange*, ne l’est-il pas plus rigoureusement encore, et la vertu n’est-elle pas délivrée de ses fers? Le fatalisme de *Florville et Courval* laisse-t-il triompher le crime? Tous ceux qui s’y commettent involontairement ne sont que les effets de ce fatalisme dont les Grecs armaient la main de leurs dieux: ne voyons-nous pas tous les jours les mêmes événements dans les malheurs d’*Edipe* et de sa famille? Où le crime est-il plus malheureux et mieux puni que dans *Rodrigue*? Le plus doux hymen ne couronne-t-il point la vertu, dans *Laurence et Antonio*, et le crime n’y succombe-t-il pas? Dans *Ernestine*, n’est-ce pas de la main du vertueux père de cette infortunée qu’Oxtiern est puni? N’est-ce pas sur un échafaud que monte le crime, dans *Dorgeville*? Les remords qui conduisent *La Comtesse de Sancerre* au tombeau ne vengent-ils pas la vertu qu’elle outrage? Dans *Eugénie de Franval*, enfin, le monstre que j’ai peint ne se perce-t-il pas lui-même? Villeterque... folliculaire Villeterque, où donc le crime triomphe-t-il dans mes nouvelles? Ah! si je vois quelque chose triompher ici, ce n’est, en vérité, que ton ignorance et ton lâche désir de diffamation!” SADE, Marquês de. *L’Auteur des Crimes de l’Amour à Villeterque, folliculaire*. Apud PAUVERT, Jean-Jacques, *ibid.*, pp. 565, 567, 570-571 respectivamente. Grifos do autor.

duvidarão que é a única que eu poderia conseguir dele. Eu não falo aqui nem do título, nem do conteúdo deste escrito, pelas razões que aqueles que o leram e que respeitam a opinião geral devem aprovar.”¹⁸¹

Autor estigmatizado pelo conteúdo de sua obra, Sade é “um devasso, libertino, onde nada existe além do prazer dos sentidos”, como indicam os biógrafos. Capaz de escandalizar gerações e ser censurado um século e meio após sua morte, neste livro cometera crimes por amor, não meramente por prazer. Para Eliane Moraes, o Sade d’*Os Crimes* seguiria à risca os conselhos que prescreve, ocupando-se em “pintar os homens tais como são”¹⁸².

Perseguido e sentenciado em vida, suas estadias em prisões e sanatórios, durante o Antigo Regime e após a Revolução Francesa, somam quase trinta anos dos setenta e quatro que viveu. De acordo com a autora, após a morte, em 1814, seus livros continuariam condenados a um profundo silêncio durante todo o século XIX, prestando-se apenas à leitura perversa dos psiquiatras e clandestina de alguns poetas; e, ainda que tenha provocado grande interesse na geração que se reuniu em torno do surrealismo nas primeiras décadas do século XX, influenciando de forma decisiva autores como Guillaume Apollinaire, Georges Bataille e André Breton, a obra de Sade “teria sido julgada pelos tribunais franceses da década de 50, quando editada pela primeira vez por Jean-Jacques Pauvert, sob a alegação de afronta à moral e aos bons costumes”¹⁸³. Somaria-se a isso um certo rumor de que a literatura sadiana é monótona devido às excessivas repetições que o autor impõe ao texto¹⁸⁴.

Não cabe, no espaço desta tese, discutir as razões pelas quais essa obra foi objeto de tantas proibições no decorrer de três séculos, nem tampouco avaliar a atribuição de monotonia por parte de críticos que descartam de forma excessivamente fácil sua leitura, certamente

¹⁸¹ No original: “L’auteur du libelle de vingt pages, vomit contre moi, à l’occasion de ma critique d’un de ses ouvrages. LE CIT. DE SADE, désavoue, par un écrit que j’ai entre les mains (cet écrit n’a pas été retrouvé jusqu’à présent), tout ce qui est offensant pour moi. Ceux qui connaissent cet exécrationnable libelle, trouveront peut-être que cette réparation n’est pas suffisante; mais ceux qui en connaissent l’auteur ne douteront pas que c’est la seule que je pouvais parvenir à obtenir de lui. Je ne parle ici ni du titre, ni du contenu de ce libelle, par des raisons que ceux qui l’ont lu et qui respectent l’opinion générale doivent approuver.” VILLETERQUE, *Journal des Arts*, 05/01/1801. *Apud* PAUVERT, Jean-Jacques, *ibid.*, p. 54.

¹⁸² No entender de Simone de Beauvoir, “habitado pelo gênio da contradição, seu pensamento emprega-se em frustrar quem quiser fixá-lo e desse modo ele atinge seu objetivo que é preocupar-nos.” BEAUVOIR, Simone de. “Deve-se queimar Sade?”. *Novelas do Marquês de Sade*. São Paulo, Difel, 1967, p. 38.

¹⁸³ MORAES, Eliane Robert. “Um outro Sade”, *op. cit.*, pp. 09-10.

¹⁸⁴ Sobre essa questão, ver BATAILLE, Georges. *A Literatura e o Mal*. Porto Alegre, L&PM, 1989, pp. 91-113.

motivados pelo desconforto que ela causa. O que se faz importante assinalar é que todas essas construções acabariam por desfigurar o autor, ocultando o escritor que de forma muito especial nesses *Crimes* se apresenta ao leitor.

Na opinião de Eliane Moraes, devemos buscar nessa obra não o filósofo do mal ou o apologista do crime, mas o homem de letras que Sade sempre reclamou ser. Vale lembrar que ele escreve essas novelas já no final do século XVIII, e que, não obstante elas estejam estruturadas segundo as tradições do gênero, há também uma profunda sintonia entre elas e a atmosfera sombria do *roman noir* que prenunciava a sensibilidade romântica: “Nesse momento, o trágico se desdobra no horrendo, no terrível, e a ‘febre gótica’ que contamina os escritores da época faz surgirem os cenários sinistros, onde são encenados cruéis combates entre o vício e a virtude”¹⁸⁵.

Quanto ao título do livro, ele enfatiza que os crimes examinados têm como justificativa o amor, e não simplesmente a satisfação e o divertimento, como seria de se esperar dos heróis sadianos, onde é sempre a gratuidade do mal que fundamenta o prazer, e este o único motivo que os dissolutos reconhecem para a prática do crime. Mas como indica Eliane Moraes, sabe-se que os libertinos de Sade rejeitam todo o tipo de relações que implicam dependência entre indivíduos: a compaixão, a caridade, a fidelidade, a solidariedade, a fraternidade seriam sentimentos reservados aos que preferem se escravizar ao invés de deixar fluir o curso livre de suas paixões. Nesse sentido, observa a autora, “as virtudes seriam feitas unicamente para os fracos”¹⁸⁶, e a entrega amorosa se oporia à sucessão de prazeres que faz do devasso senhor absoluto de seu destino: “Ao amor, que escraviza, se contrapõe a libertinagem, força libertadora que emancipa o indivíduo das indesejáveis dependências, fazendo-o recuperar o estado original de egoísmo e isolamento de que foi dotado pela natureza”¹⁸⁷.

Como afirma nas primeiras páginas de “Nota sobre romances”, o amor, assim como a religião, são fraquezas humanas, e para discorrer contra elas, Sade, o “filósofo do mal”, dedicaria a maior parte de sua obra concebendo um indivíduo absolutamente soberano, de um ateísmo radical, de um individualismo extremo, imaginando o que seria a condição do homem sem o amor, nem a fé.

¹⁸⁵ MORAES, Eliane Robert. “Um outro Sade”, *op. cit.*, p. 15.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 18.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 19.

Aos olhos de Eliane Moraes, nesses *Crimes*, entretanto, o escritor viria se impor ao filósofo: se ao segundo compete a difícil tarefa de conceber o indivíduo a partir das bases do sistema que expõe em sua literatura filosófica, ao primeiro caberia “pintar os homens tais como são”, “surpreendendo-os no seu interior”. O escritor, portanto, se permitiria excursionar com liberdade por regiões interditas ao “filósofo comprometido com o mal”, sendo que, para Sade, essas regiões proibidas seriam justamente a fé religiosa e a paixão amorosa. Mas como alerta a autora, não exageremos:

“O amor em Sade aparece de mãos dadas com o vício, e não deixaremos de encontrar, nestes castos *Crimes*, o incesto, a violação, o assassinato. Se a crueldade aqui é mais psicológica, se a tortura é mais cerebral, se o suplício é mais fantasmagórico – deixando o corpo em silêncio –, nem por isso a dor é menos pungente. Pelo contrário, talvez seja ainda mais aguda – remetendo-nos imaginariamente aos chicotes, aos ferros em brasa, às correntes, e a todo aparato imagético que associamos ao marquês. Este outro Sade é, no fundo, o mesmo.”¹⁸⁸

V

“Tendo preconceitos a destruir, vícios a perseguir e ridículos a desprezar, todo povo precisa de espetáculos, mas que lhe sejam próprios. Que instrumento para o governo, se souber utilizá-lo quando for preciso preparar a mudança de uma lei ou revogar um costume!

Atacar os comediantes por seus costumes é ter aversão por todos os estados em que se divide a sociedade.

Atacar o espetáculo por seu abuso é levantar-se contra toda espécie de instrução pública, e tudo o que até hoje se disse a esse respeito, aplicado ao que são ou foram as coisas, e não ao que poderiam ser, é uma injustiça e uma inverdade.”

DENIS DIDEROT¹⁸⁹

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 23.

¹⁸⁹ DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática, op. cit.*, p. 106.

No prefácio de *Júlia ou A Nova Heloísa*, de 1761, Rousseau afirma que “as grandes cidades precisam de espetáculos e os povos corrompidos de romances”¹⁹⁰. Assim como ele, Diderot, Madame de Staël e Sade, ao censurar ou defender o romance como um bom veículo de instrução moral, utilizariam os mesmos argumentos para problematizar o teatro e seus efeitos sobre o espectador.

Polemizando com D’Alembert, que escrevera um verbete na *Enciclopédia*¹⁹¹ criticando a proibição dos teatros em Genebra, e, através dele, com Voltaire, que insistia na montagem de espetáculos para os genebrinos, Rousseau escreve um livro radical, onde adverte seus compatriotas contra os perigos das representações teatrais:

“(…) creio que podemos concluir dessas considerações diversas que o efeito moral do espetáculo e dos teatros não poderia nunca ser bom nem salutar em si mesmo: já que, contando apenas as suas vantagens, não vemos aí nenhuma utilidade real, sem inconvenientes que a superem. Ora, em consequência de sua própria inutilidade, o teatro, que nada pode para corrigir os costumes, pode muito para corrompê-los. Favorecendo todas as nossas inclinações, ele dá uma ascendência nova às que nos dominam; as contínuas emoções que nele sentimos nos tiram a energia, nos enfraquecem, nos tornam mais incapazes de resistir às paixões; e o estéril interesse que ganhamos pela virtude só serve para contentar o nosso amor-próprio, sem nos obrigar a praticá-la. Aqueles dos meus compatriotas que não reprovam os espetáculos em si mesmos estão, portanto, errados.”¹⁹²

Em sua *Carta a D’Alembert*, Rousseau denuncia o local da representação teatral como eminentemente corruptor: “ali as mulheres são exibidas e as virtudes ridicularizadas”. A seu ver,

¹⁹⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Júlia ou A Nova Heloísa: cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994, p. 23.

¹⁹¹ Em meados do século XVIII, os iluministas legaram à posteridade o seu pensamento na *Encyclopédie*, obra composta por 35 volumes, organizada por Diderot e D’Alembert, que contou com a contribuição em artigos de Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Buffon, entre outros. A partir da publicação do primeiro volume, em 1751, os organizadores enfrentaram a oposição do Estado e da Igreja, uma vez que os temas políticos e religiosos expostos na obra atingiam as instituições do Antigo Regime. A esse respeito, Darnton comenta: “A Enciclopédia era um produto do seu tempo, da França de meados do século, época em que os autores não podiam discutir abertamente as questões sociais e políticas, em contraste com a era pré-revolucionária, quando um governo vacilante permitiu maior liberdade de expressão (...). O elemento radical da Enciclopédia [residia] em uma tentativa de mapear o mundo do conhecimento segundo novas fronteiras, determinadas única e exclusivamente pela razão (...) e assim fornecer a base para reinterpretar o mundo.” DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 19-20.

¹⁹² ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Carta a D’Alembert*, op. cit., p. 73.

tal lugar simboliza a degradação dos costumes familiares e dos intercâmbios comunitários, opondo-lhe os encantos da festa popular, onde o povo é ao mesmo tempo ator e espectador:

“Como! Não deve haver nenhum espetáculo numa República? Pelo contrário, deve haver muitos deles. Nas Repúblicas eles nasceram, nelas os vemos brilhar com um real ar de festa. A que povos convém mais reunir muitas vezes seus cidadãos e travar entre eles os doces laços do prazer e da alegria, do que aos que têm tantas razões para se amarem e para permanecerem unidos para sempre? Já temos os prazeres dessas festas públicas; tenhamo-nas em ainda maior número, e ficarei ainda mais encantado. Mas não adotemos esses espetáculos exclusivos que encerram tristemente um pequeno número de pessoas num antro escuro (...) Não, povos felizes, não são essas as vossas festas! É ao ar livre, é sob o céu que deveis reunir-vos e entregar-vos ao doce sentimento de vossa felicidade! (...)

Quais serão, porém, os objetivos desses espetáculos? Que se mostrará neles? Nada, se quisermos. Com a liberdade, em todos os lugares onde reina a abundância, o bem-estar reina também. Plantai no meio de uma praça uma estaca coroada de flores, reuni o povo e tereis uma festa. Ou melhor ainda: ofereci os próprios espectadores como espetáculo; tornai-os eles mesmos atores; fazei com que cada um se veja e se ame nos outros, para que com isso todos fiquem mais unidos.”¹⁹³

Boa parte desta obra, cujo argumento insinua a tese de que a artificialidade do teatro moderno é imoral, dedica-se ao exame da condição do comediante: “Que é o talento do comediante?”, pergunta Rousseau, “A arte de imitar, de adotar um caráter diferente do que se tem, de parecer diferente do que se é, de se apaixonar a sangue-frio, de dizer coisas diferentes das que se pensam com tanta naturalidade como se realmente fossem pensadas, e, enfim, de esquecer seu próprio lugar, de tanto tomar o de outrem”¹⁹⁴. Desdobrado em outros, o comediante poderia anular-se como pessoa, perdendo sua própria identidade e, com isso, desobrigando-se de observar os parâmetros necessários ao convívio social:

“No fundo, quando um homem foi admirar belas ações em fábulas e chorar desgraças imaginárias, que mais se pode exigir dele? Não está contente consigo mesmo? Não se aplaude por possuir uma bela alma? Com a homenagem que acaba de prestar à virtude, não se desobrigou de tudo quanto deve a ele? Que desejariam

¹⁹³ *Ibid.*, p. 128.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 92.

que ainda fizesse? Que ele próprio a praticasse? Ele não tem nenhum papel a desempenhar, ele não é comediante.”¹⁹⁵

Sustentando que a tragédia e a comédia representam os homens “melhores” e “piores” do que “ordinariamente são”, esta teoria condenaria o teatro aos extremos, proibindo que o dramaturgo tomasse como objeto “as ações mais comuns da vida”, ou seja, aquelas que mais concernem ao espectador. Segundo o autor, obrigado a ficar “entre o defeito e o excesso”, o espetáculo acabaria por deixar de lado, como algo inútil, “aquilo que é”.

Rousseau não pouparia críticas aos que cultivam – e ainda são pagos para fazê-lo – o “talento de enganar” e a “arte de seduzir”: “se por força do próprio ofício o ator ilude, acaba por obscurecer seu verdadeiro eu”¹⁹⁶. Aquele que aprende a enganar no palco saberá fazê-lo fora dele; do uso ao abuso não haveria senão uma tênue fronteira que o escritor acredita ser facilmente ultrapassada. Como dar crédito ao ator se as verdades que ele enuncia não o comprometem como pessoa ou como cidadão? Qual seria a verdadeira identidade do comediante se, como um camaleão, ele tem o poder de transformar-se em outro? Estando apto a “apaixonar-se a sangue-frio”, ele facilmente se descomprometeria com os sentimentos comunitários, regrados pela sociedade, ampliando o palco das paixões insensatas que encena para além das salas de espetáculo. Na visão de Rousseau, ao interpretar, o ator ilude, e iludindo, corrompe, dentro e fora do teatro, a si mesmo e aos outros: “Assim, não o acuso exatamente de ser um enganador, e sim de ter como profissão o talento de enganar os homens, e de exercer hábitos que, só podendo ser inocentes no teatro, em todos os outros lugares servem apenas para fazer o mal”¹⁹⁷.

O ator de teatro, homem de máscaras, simulacros, aparências, encarnaria a dicotomia entre homem e personagem, entre sentir e simular o sentimento. Como é possível ser outro e permanecer em si mesmo? Eis o paradoxo que Diderot formula a propósito do comediante, discutindo o tema da identidade e refletindo sobre o jogo entre falseamento e revelação do eu.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 93. Luís Roberto Salinas Fortes chama de “efeito de substituição” essa prática imaginária do bem, no teatro, que isentaria sua prática real. FORTES, Luís Roberto Salinas. *Paradoxo do Espetáculo*. Tese de Livre-Docência defendida na USP em 1983. *Apud* MATOS, Franklin de. Nota presente no capítulo “Da poesia dramática”. DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática, op. cit.*, p. 40.

¹⁹⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques, *ibid.*

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 92.

Debatendo com Rousseau, Diderot escreve o *Paradoxo sobre o Comediante*, defendendo a tese moderna do distanciamento entre ator e personagem no teatro: o intérprete não deveria confundir-se com o papel que interpreta, porém vê-lo de fora, consciente do artifício da representação. Por isso, diria ele, “o comediante na rua ou na cena são dois personagens tão diferentes, que mal se consegue reconhecê-los”¹⁹⁸. Mas como ser fiel na diferença? O paradoxo só poderia ser resolvido através de um estranhamento entre homem e personagem. Lucidez, consciência, domínio de si: essas seriam as qualidades necessárias ao comediante; exaltando as artes da imitação, é justamente no “sangue-frio”, criticado por Rousseau, que Diderot vai encontrar as possibilidades de domínio do artista sobre a ilusão que cria. No teatro, corpo e sensibilidade deveriam estar a serviço da mente: a consciência da consciência promoveria a distância.

O ator “não é o personagem, ele atua e atua tão bem que vós o tomais como tal: a ilusão não existe senão para vós; ele bem sabe que não o é”, adverte Diderot aos espectadores. Todavia, se o intérprete dissipa a ilusão, o mesmo não ocorreria com a platéia. Os artistas, afirma Diderot, e entre eles os comediantes, chegam ao coração do homem “de uma forma enviesada”, mas “atingem tão segura e fortemente a alma, quanto ela própria se estende e se oferece ao golpe”¹⁹⁹:

“Nada sei sobre as regras (...) e menos ainda sobre as sábias palavras nas quais foram concebidas, mas sei que somente o verdadeiro agrada e toca. Sei ainda que a perfeição de um espetáculo consiste na imitação tão exata de uma ação que o espectador, enganado, sem qualquer interrupção, se imagina a assistir a própria ação.”²⁰⁰

¹⁹⁸ DIDEROT, Denis. *Paradoxo sobre o Comediante*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1979, p. 167. Richard Sennett considera Diderot o primeiro grande teórico da representação enquanto uma atividade secular, já que, no seu entender, a maioria das teorias da representação dos séculos XVI e XVII, na França, relacionava o modo de atuação de um ator com os conteúdos daquilo que ele ou ela representava: “Diderot quebrou essa aliança entre representação, retórica e a substância do texto. Em seu *Paradoxe*, criou uma teoria do drama divorciado do ritual; era o primeiro a conceber a representação enquanto uma arte em si e por si mesma, sem referência com aquilo que deveria ser representado.” SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 142-143.

¹⁹⁹ DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática, op. cit.*, p. 43.

²⁰⁰ No original: “- Je n’entends point les règles (...) et moins encore les mots savants dans lesquels on les a conçues; mais je sais qu’il n’y a que le vrai qui plaise et qui touche. Je sais encore que la perfection d’un spectacle consiste dans l’imitation si exacte d’une action, que le spectateur, trompé sans interruption, s’imagine assister à l’action même.” DIDEROT, Denis. *Les Bijoux Indiscrets*. Paris, Garnier-Flammarion, 1968, p. 201. Romance originalmente publicado em 1748.

A polêmica entre Diderot e Rousseau é interessante, visto que revela posições ao mesmo tempo opostas e coincidentes no que diz respeito ao papel do teatro no ideal pedagógico das Luzes. Se, para o segundo, o intérprete pode transferir a cena para a rua, para o primeiro o ator tem poder de controle sobre as ilusões do palco. Entretanto, ambos tendem a concordar com a idéia de que o espectador é, no teatro moderno, um sujeito passível de ser influenciado por aquilo que assiste: de ser enganado (para Rousseau, temeroso dos efeitos políticos que os espetáculos poderiam ter sobre os cidadãos) ou de ser persuadido (para Diderot, ao postular que as representações teatrais deveriam servir para o aprendizado da virtude)²⁰¹.

Seduzir, inverter, iludir, disfarçar: o século XVIII não se cansa de repetir essas palavras passíveis de serem colocadas do lado oposto da virtude. Entre aqueles que as condenam, uns dirão que se deva repudiá-las, como Rousseau, outros, que é necessário conhecê-las para melhor evitá-las. No limite dessas recusas encontra-se a afirmação de que a sedução, a ilusão e o disfarce existiriam a serviço do crime e das extravagâncias da imaginação libertina.

Vejamos Sade. Vejamos o comediante na libertinagem: “Senhor, eu sou médico, alquimista, historiador, medalhista, necromante, sinfonista, mecânico, algebrista, acadêmico, fisiologista, lógico, botânico, músico, genealogista, artífice, magnetista, pintor, organista, poeta, astrólogo, aeronauta, ventríloquo e comediante para vos servir” – é assim que Belval se introduz²⁰². Ser ator significa antes de mais nada ser portador de um talento singular: poder transformar-se. Quando o suposto Belval se apresenta, o faz como se estivesse retirando as inúmeras máscaras que veste, e se o ofício de comediante é o último a constar de sua lista é porque essa máscara contém todas as outras, revelando a verdadeira atividade desse homem. A tal pluralidade poderiam ser acrescentadas outras tantas ocupações, contanto que antecedessem a de comediante. Como observa Pierre Frantz, “a acumulação é desejável e destina-se a levar o interlocutor à vertigem”²⁰³.

²⁰¹ Para saber mais sobre as polêmicas entre Rousseau e Diderot, consultar PRADO JR., Bento. “Gênese e estrutura dos espetáculos”. *Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap/Ed. Bras. de Ciências, nº 14, out./nov./dez. 1975 e MATOS, Franklin de. “Os filósofos e o teatro da revolução”. *Jornal Folha de São Paulo: Folhetim*. São Paulo, 29 out. 1988. No que tange a função social do teatro, Madame de Staël, assim como Diderot e D’Alembert, acredita que os espetáculos, aliando o útil ao agradável, constituem o melhor modo de agir sobre os costumes dos homens, educando seus gostos e lhes dando uma finura de tato e uma delicadeza de sentimento incomparáveis.

²⁰² SADE, Marquês de. “L’union des arts”. *Apud* FRANTZ, Pierre. “Sade: texte, théâtralité”. *Sade: écrire la crise*. Paris, Pierre Belfond, 1983, p. 205.

²⁰³ FRANTZ, Pierre, *ibid.* Ver, do mesmo autor, FRANTZ, Pierre. *L’esthétique du tableau dans le théâtre du XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1998.

É como se Sade estivesse, a exemplo de Diderot, respondendo a Rousseau que sua empresa de procurar por trás do comediante uma verdadeira identidade é vã, posto que a capacidade de desdobramento do eu, habilidade específica do ator, revelaria não sua identidade, mas seu talento. É como se o marquês estivesse dizendo também que, ali, onde Rousseau vai buscar a verdade sobre o homem, nada mais existe que efeitos de verdade.

É também do ponto de vista do artista que Sade veria o teatro: como exercício da arte e, portanto, da liberdade de criação. Desse modo, não é sem razão que Frantz aproxima o comediante de Sade ao de Diderot; ambos conceberiam o intérprete em seu tempo forte: em cena, na alegria da representação, no momento em que a energia específica do ator flui. Apaixonados defensores do comediante, Sade e Diderot insistiriam em afirmar neste ofício as qualidades de criação que definem a atividade artística.

Tal defesa, contudo, não é hegemônica entre os contemporâneos do marquês e do filósofo: o comediante gozaria de *status* ambíguo na França setecentista. Os artistas de teatro, diriam seus detratores, vivem na licenciosidade, entregam-se ao vício, desconhecem os bons sentimentos, os modos e a moralidade que caracterizam o *honnête homme*. Em uma palavra: são libertinos. Será necessário dar-lhe as costas, afirmariam alguns. Outros, porém, vislumbrariam soluções para que esse ofício pudesse convergir com os ideais de virtude: seria preciso uma *reforma* do teatro.

Em 1743, Louis Riccoboni propõe uma série de medidas para moralizar a profissão na sua *Réformation du théâtre*, entre elas a sugestão de que o recrutamento dos artistas deveria ser feito entre os homens honrosos, “afiançados pela família”²⁰⁴. Alguns anos mais tarde, em 1747, Remond de Sainte-Albine escreve *Le comédien*, esboçando o perfil do ator virtuoso, ao qual atribui “dons interiores”, alegando que “só uma alma elevada pode representar um Herói”²⁰⁵. Das propostas de reforma do teatro, no entanto, a mais radical seria a de Diderot. Defendendo o ofício do comediante como arte, o criador da Enciclopédia propõe que se deva educá-lo – mas dentro do teatro, a partir da cena – para que ele possa tomar plena consciência da dignidade de sua profissão. Como fazê-lo? “Arrancando o artista, quem quer que seja, das ‘técnicas convencionais’ para levá-lo ao Verdadeiro, ao Bem, ao Belo: é necessário imitar a Natureza”, e assim promover

²⁰⁴ No original: “avoué de sa famille.” *Apud* BELAVAL, Yvon. *L'esthétique sans paradoxe de Diderot*. Paris, Gallimard, 1950, p. 213.

²⁰⁵ No original: “qui conque n'a point l'âme élevée représente mal un Héros.” *Apud* BELAVAL, Yvon, *ibid.*, p. 43.

o encontro do comediante com a verdadeira “decência”, com a virtude. Diferentemente de Rousseau, a tese de Diderot supõe que “é a partir desse estado [natural] que a moralidade está para ser refeita e promovida. Ou, justamente porque a moralidade está ainda para ser feita, [que] o teatro pode contribuir com ela”²⁰⁶. Mas: “depois de uma reforma”, insiste Belaval²⁰⁷.

Reformar o teatro? Talvez – é possível que a idéia não fosse estranha a Sade, pois como observou Pierre Frantz, o marquês “distorce e desfaz os estereótipos dos códigos teatrais de sua época”²⁰⁸. Porém, quanto ao projeto de mudar o comediante para conduzi-lo à virtude, certamente Sade discordaria de seus contemporâneos, e até mesmo de Diderot. Não seria ele a compartilhar desses “preconceitos”: afinal, o artista é um devasso. A esse respeito, Eliane Moraes concluiria:

“Vestir-se de outro, fazer-se de outro. O transvestimento em Sade significa a possibilidade de um desdobramento de identidade (fundamental para a realização da cena teatral), ao mesmo tempo que concretiza uma transgressão, através da leviandade do elogio às aparências, do ato criminoso de enganar o outro ou ainda da exibição da indesejável inversão sexual. É simulando sua identidade que o devasso desafia os padrões éticos e morais de sua época. É iludindo que ele propõe seu enfrentamento com a virtude; é representando que vai combatê-la.”²⁰⁹

Conforme a autora, a arte da libertinagem se assemelharia em muito à profissão do comediante. Primeiro por implicar talento, essa inclinação natural com que nasceriam artistas e libertinos, relacionado à idéia de uma carreira: “tornar-se comediante, tornar-se devasso ou criminoso requer não só o talento dotado pela natureza, mas o empenho em ultrapassar essa mesma natureza, lançando-a à perfeição”²¹⁰. A carreira da libertinagem – expressão muito comum para designar a atividade das personagens sadianas – também exigiria, como a dos artistas, um grande número de artifícios, tais como cenários e figurinos, para a realização a contento dos transvestimentos, das inversões, das transformações necessárias à produção de seus

²⁰⁶ No original: “(...) c’est à partir de cet état que la moralité est toujours à refaire et à promouvoir. Or, justement parce que la moralité est à faire, le théâtre peut y contribuer.” BELAVAL, Yvon, *ibid.*, p. 215.

²⁰⁷ No original: “(...) après une réforme.” *Ibid.*

²⁰⁸ FRANTZ, Pierre. “Sade: texte, théâtralité”, *op. cit.*, pp. 194-195.

²⁰⁹ MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*, *op. cit.*, p. 113.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 120.

espetáculos. E, para além de tais modificações, a acumulação de papéis que tanto agradaria ao comediante e ao devasso.

Por tudo isso, por relacionar riqueza, mobilidade, segurança, diversão e liberdade, por ser ofício, arte e carreira, o estado do comediante, na opinião de Eliane Moraes, coincidiria com o do libertino. Para ela, “o devasso é um comediante *em cena*”²¹¹. Mas de uma cena que só se revelaria para quem a desempenha no mais alto grau de consciência: consciente da ilusão que cria, o ator sadiano jamais se deixaria enganar; dificilmente encontraríamos um intérprete à sua altura no que diz respeito a representar a sangue-frio. Mas, de acordo com a autora, não estaríamos aqui próximos também do modelo rousseauiano de interpretação? Pois se enquanto comediante o lúcido libertino assemelha-se ao intérprete de Diderot, no que tange a platéia ele encarnaria perfeitamente o modelo do ator corrompido de Rousseau, sem o menor escrúpulo de enganar seu espectador e sempre pronto a seduzi-lo. Convém esclarecer que o libertino jamais ocuparia este lugar que Rousseau atribui à platéia (passiva, dominada pela cena), reservando-o para seus interlocutores. E quem seria esse interlocutor, que Frantz diz ser levado à vertigem pela acumulação de papéis que o devasso representa, senão todo aquele que assiste ao espetáculo libertino, da vítima ao leitor?

É possível, pois, interpretar o teatro em Sade, do mesmo modo que o romance, como um “veneno” que contamina os espíritos, de um lado, e um “antídoto” que faz o saneamento e recupera valores sadios, de outro: “Há em Charenton um homem cuja audaciosa imoralidade o tornou demasiado célebre e cuja presença neste hospício acarreta inconvenientes dos mais graves: refiro-me ao autor do infame romance *Justine*”, escreve o médico-chefe da clínica, Royer-Collard²¹². Que inconveniências são essas senão os espetáculos? Era o teatro que começava a

²¹¹ *Ibid.*, p. 121. Grifos da autora.

²¹² *Apud* LÉLY, Gilbert. *Vie du Marquis de Sade*. Paris, Gallimard, t. II, 1957, p. 595. Em 1803, Sade é internado, já sexagenário, em Charenton, depois de dois anos na prisão de Sainte-Pélagie e algumas semanas em Bicêtre. Desbordes atesta que apesar de nunca ter deixado de reivindicar sua liberdade e de protestar insistentemente contra as injustiças de que teria sido alvo no Antigo Regime e depois da Revolução, o interno parece adaptar-se com certa facilidade à vida na clínica, segundo ele mais amena que as detenções em Vincennes e na Bastilha. Ainda conforme o autor, o marquês, acompanhado por Mme. de Quesnet (que passa por sua filha natural), residia num quarto agradável, aberto ao pomar, podia passear livremente pelas dependências da casa, receber convidados e escrever sem ser importunado. DESBORDES, Jean. *O verdadeiro rosto do Marquês de Sade*. Rio de Janeiro, Vecchi, 1968, pp. 255-272. Eliane Moraes denota, à luz das descrições que Foucault faz dos sanatórios da época em sua *História da Loucura*, um certo exagero na afirmação de Desbordes, sobretudo pelas excessivas exigências de ordem e pela rigorosa vigilância a que estavam submetidos os internos. MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*, *ibid.*, p. 126.

conferir ao marquês certa notoriedade para além dos muros do sanatório, que discontentava seus inimigos, tornando-se, aliás, um bom pretexto para acirrar as disputas de poder entre os responsáveis pela direção da clínica: “O teatro tem efeitos funestos sobre a imaginação dos doentes”, adverte Royer-Collard em sua denúncia²¹³. Mas será o teatro também a justificar os intercessores de Sade: se o médico o considera um “mau exemplo” aos internos, “passíveis de contaminação pelo vício”, Coulmier, o diretor da instituição, contra-argumenta afirmando que as representações “divertem os pacientes” e que “a comédia é um meio curativo para a alienação do espírito”. Além do mais, defende a “viva imaginação e o espírito de M. de Sade”, declarando-se feliz por tê-lo no sanatório: o teatro é “um remédio”²¹⁴.

Com efeito, Sade acabará acatando o discurso médico de seus defensores, utilizando-o para justificar a realização dos espetáculos em Charenton. Entretanto, podemos ler nas biografias sua decepção ao tomar conhecimento que, em 1813, um decreto ministerial proíbe as representações teatrais na instituição. O marquês torna-se um obscuro interno do sanatório, sustenta os biógrafos. Não por muito tempo; o ano seguinte assistirá à sua morte.

²¹³ *Apud* LÉLY, Gilbert, *ibid.*

²¹⁴ *Apud* LÉLY, Gilbert, *ibid.* Como mostra Eliane Moraes, a indicação do teatro como terapêutica da loucura inscreve-se numa concepção médica que defende a utilização de “medicamentos psicológicos” ou de “métodos morais” no tratamento dos doentes, opinião que, a partir das últimas décadas do século XVIII, vai ganhando o espaço outrora ocupado pelas teorias que prescreviam apenas medicamentos para o corpo: “Royer-Collard é um homem da ‘velha escola’, não vê com bons olhos essas inovações que começam a ser defendidas e sistematizadas por uma psiquiatria que propõe mais ‘liberdade’ aos internos, tendências às quais Coulmier parece ser bem mais sensível. Alguns anos mais tarde, Esquirol irá prescrever a dança e a encenação como terapias eficazes para as doenças mentais, dedicando um capítulo de seu tratado ao exame do teatro de Sade em Charenton. Mas será preciso esperar ainda um século para que a idéia de cura pelo teatro seja reivindicada de forma mais radical. E subvertida: será um artista e não um médico a fazê-lo. Será um outro ‘louco’ a realizá-lo, Artaud.” MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina, op. cit.*, p. 129.

Capítulo 2

A HISTÓRIA EM SUA EXPRESSÃO PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO DO “POVO”

I

“O que te devo de tua história é, em primeiro lugar, a tua, o que tive de revelar-te de teu berço e o que apóia a própria base de tua vida moral. Conte-te primeiro como nasceste, as dores, os infinitos cuidados de tua mãe e todas as vigílias, quantas vezes ela sofreu, chorou, quase morreu por ti. Essa história, minha filha, deve ser tua cara legenda, tua recordação religiosa e teu primeiro culto aqui na terra.

Depois, contei-te sumariamente o que é e foi tua segunda mãe, a grande mãe, a Pátria. Deus te propiciou a nobreza de nascer nestas terras da França, por quem o mundo inteiro, minha filha, tem gana, paixão – ninguém é frio para com ela, todos falam bem e mal. Sem razão? Com razão? Quem sabe. Quanto a nós, limitamo-nos a uma palavra: ‘Só se sofre alegremente na França. É o povo que sabe morrer’.

(...) O ensino da história será o mesmo para os meninos e as meninas?

Sim, por certo, como base de fé. Tanto a uns como aos outros, ela fornece seu grande fruto moral, o sustentáculo do coração e o alimento da vida, ou seja, a magnífica *identidade da alma humana sobre a questão do justo*, a concordância histórica das crenças do gênero humano acerca do dever e acerca de Deus.

Mas que fique claro também que, como o homem é chamado aos negócios, ao combate do mundo, a história deve prepará-lo em especial para isso. Ela é, para ele, o tesouro da experiência, o arsenal de armas de todo tipo que ele utilizará amanhã. Para a menina, a história é sobretudo uma base religiosa e moral.”

JULES MICHELET²¹⁵

Ao final da primeira metade do século XIX, Jules Michelet legitima-se como o historiador do povo ao escrever uma obra que busca “ressuscitar” a nação francesa, condenada na Europa, segundo o autor, por uma literatura que retratava a vida social na França como uma

²¹⁵ MICHELET, Jules. *A Mulher*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp. 116-118. Grifos do autor.

realidade condenável e defeituosa, no curso de uma história coletiva, já que para ele o povo faz a força e a fraqueza dos regimes.

Le Peuple, de 1846, além de contar a vida de Michelet, seu passado ligado à história da França e à noção de pátria como uma grande família, mostrava também o desconforto do autor com a “literatura da moda” que, no seu entender, oferecia da França a mais falsa das imagens. Assim, acusa os “românticos”²¹⁶, principalmente Eugène Sue, George Sand e Honoré de Balzac de ostentarem uma imagem enganosa do povo francês, privilegiando o “feio” como regra e não como exceção:

“Os românticos acreditavam que a arte estava sobretudo no feio. Acharam que os efeitos artísticos mais infalíveis residiam no feio moral. (...) Desviaram os olhos para o fantástico, o violento, o bizarro, o excepcional. Não se dignaram informar que pintavam a exceção. Os leitores, sobretudo os estrangeiros, acreditaram que eles pintavam a regra. E disseram: ‘Esse povo é assim’.”²¹⁷

No intuito de sobrepujar essa idéia veiculada na literatura do período, Michelet escreve *Le Peuple*, tornando-se um dos primeiros a imputar um valor definitivo à intervenção do povo na História. Para ele, os romancistas tinham pontos de vista fracionados, que, muitas vezes, levava-os a isolar seus objetos de estudo em detrimento de outras instâncias da realidade, permitindo assim que tais particularidades apresentassem falsos perfis e produzissem enganos sobre a totalidade:

²¹⁶ Michelet negou explicitamente que fosse um romântico, mas tal como afirma Hayden White em *Meta-História*, o historiador teria representado “uma posição diferente *dentro* do movimento romântico com respeito à concepção que este possuía do processo histórico. (...) Michelet pretendeu ter descoberto o meio de elevar a apreensão romântica do mundo à condição de um enfoque científico. Para ele, uma sensibilidade poética, criticamente autoconsciente, proporcionava o acesso a uma apreensão especificamente ‘realista’ do mundo.” WHITE, Hayden. “Michelet: O Realismo Histórico como Estória Romanesca”. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1992, pp. 160-161. Grifo do autor. De acordo com White, enquanto o movimento romântico florescia, Michelet estava ocupado nos arquivos, concebendo um novo método histórico, do qual *A Ciência Nova*, de Vico, seria o modelo ao permitir que o historiador ressuscitasse e revivesse o passado em sua totalidade.

²¹⁷ MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 08.

“Romances clássicos, imortais [*Indiana* e *Lélia*²¹⁸], revelando as tragédias domésticas das classes abastadas, estabeleceram solidamente no pensamento europeu que não há mais família na França.

Outros, de grande talento, de uma fantasmagoria terrível, pintaram a vida comum de nossas cidades como um local onde a polícia concentra os reincidentes da justiça e os condenados libertados [*Les Mystères de Paris*²¹⁹].

Um pintor de gênero, admirável pela genialidade do detalhe, diverte-se em pintar um horrendo cabaré do campo, uma taberna de criadagem e gatunos, e, abaixo desse esboço hediondo, ele escreve atrevidamente uma palavra que vem a ser o nome da maioria dos habitantes da França [*Les Paysans*²²⁰].

A Europa lê avidamente, admira, reconhece este ou aquele pequeno detalhe. De um acidente mínimo, cuja verdade percebe, ela conclui facilmente a verdade do todo.”²²¹

Michelet nota que a esses literatos o amor errante parecia mais poético que a família, o roubo mais que o trabalho, a prisão mais que a oficina, e conclui: “Se eles próprios tivessem descido, por seus sofrimentos pessoais, às profundas realidades da vida da época, veriam que a família, o trabalho, a vida mais humilde do povo possuem, por si mesmos, uma poesia sagrada”²²².

²¹⁸ *Indiana* (1832) e *Lélia* (1833) foram as primeiras novelas produzidas por George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa Dudevant – 1804-1876). *Indiana* é uma transcrição das experiências pessoais da autora com o “desagradável” marido Dudevant, além de uma exposição da sua teoria das relações sexuais fundamentada nessas experiências. Em *Lélia*, Sand segue o mesmo caminho ao fazer uma denúncia contra a sociedade e a lei matrimonial. SAND, George. *Indiana*. Paris, Gallimard, Collection “Folio Classique”, 1984 e *Lélia*. Paris, Classiques Garnier, 1960.

²¹⁹ *Les Mystères de Paris*, obra do novelista francês Eugène Sue (1804-1857), saiu em folhetim do *Journal des Débats* do dia 19 de junho de 1842 a 15 de outubro de 1843. Nela, o autor procura traçar os usos e costumes do povo “bárbaro” das cidades francesas, que se aglomera no escuro de becos e ruelas, às margens do rio Sena, para combinar o crime, o roubo e para repartir os despojos de suas vítimas. SUE, Eugène. *Les Mystères de Paris*. Paris, Robert Laffont, 1989. Os “selvagens da civilização” descritos por Sue são um dos temas abordados por Marlyse Meyer em *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

²²⁰ Em *Les Paysans*, Honoré de Balzac (1799-1850) retrata a vida no campo de meados do século XIX como uma realidade monstruosa e cheia de vícios, em oposição ao quadro devaneador dos costumes campestres tão freqüentemente apresentado nos romances da época. Atendo-se ao problema das relações entre grandes proprietários e camponeses, o autor demonstra que o regime da propriedade, estabelecido durante a Revolução Francesa, teria transformado os homens do campo em devedores dos usurários da roça, tornando-os áspers, cobiçosos, desconfiados e interesseiros. BALZAC, Honoré de. “Os Camponeses”. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Parisiense*. Rio de Janeiro, Globo, v. XIII, 1954, pp. 07-285. *Les Paysans* (Os Camponeses) é um dos livros póstumos de Balzac, sendo que, em vida, o autor só viu ser publicada a primeira parte desse romance, tendo saído em folhetim do jornal *La Presse*, de 03 a 21 de dezembro de 1844. Em 1855, cinco anos após a morte do romancista, a *Revue de Paris* publicou novamente a parte já impressa e mais uma segunda parte até então inédita. Vale lembrar que a primeira edição em volumes data do mesmo ano.

²²¹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 06.

²²² *Ibid.*, p. 08.

No seu ponto de vista, é a experiência que vai proporcionar uma leitura correta da sociedade, o que o levaria a questionar a autoridade desses autores ao construir uma imagem “desfavorável e vergonhosa da França” diante das nações estrangeiras:

“Não captei essa personalidade superficialmente, em seus aspectos pitorescos ou dramáticos; não a vi de fora, experimentei-a por dentro. E, graças a essa experiência, muita coisa íntima do povo, que ele tem em si sem compreender, eu compreendi. E por quê? Porque eu podia segui-la em suas origens históricas, vê-la sair do fundo do tempo. Quem se atém ao presente, ao atual, não compreende o atual. Quem se contenta em ver o exterior, em pintar a forma, não poderá sequer vê-la: para vê-la com exatidão, para traduzi-la fielmente, é preciso saber o que ela encobre; não há pintura sem anatomia.”²²³

Não obstante, declara que quando os escritores atentaram para “as profundas realidades da vida da época” e identificaram “a poesia sagrada que envolve os simples”, foram admiráveis. Mais uma vez, o historiador confrontaria a sua condição de “povo” para legitimar tal observação: “E eu, que saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquire o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo”²²⁴.

Michelet atesta sua verdade entrevedo para o passado e mesmo para o presente a autoridade legitimada por sua vivência, por sua memória pessoal, num jogo de simpatias e

²²³ *Ibid.*, p. 09. Apesar das denúncias de Michelet à “falta de experiência” de Balzac, Graham Robb afirma que se hoje a imagem convencional do romancista é a do quarto sombrio, do hábito de monge, da mão escrevendo, do inesgotável bule de café, à noite, quando podia sair sem medo de ser reconhecido, ele cultivava um estranho *hobby*: “Eu morava então numa ruazinha que você provavelmente não conhece: a rue Lesdiguières. (...) Só uma paixão podia tirar-me de minha rotina de estudos; e mesmo essa era uma forma de estudar. Eu saía para observar a vida no *faubourg*, o povo e seu caráter. Tão mal vestido quanto os trabalhadores e não dando a menor atenção à etiqueta, não despertava suspeitas. Conseguia misturar-me a eles, parados em grupos, pechinchando e discutindo entre si ao deixar o trabalho. A observação já se tornara para mim uma atividade intuitiva; permitia-me penetrar na alma sem desconsiderar o corpo; ou melhor, captava tão bem os detalhes externos que no mesmo instante ia além deles. Dava-me o poder de viver a vida do indivíduo que eu estava observando, de me substituir por ele, como o dervixe das *Mil e uma noites* que assume o corpo e a alma daqueles sobre os quais pronuncia determinadas palavras. Quando, entre onze horas e meia-noite, encontrava um trabalhador e sua esposa que voltavam do Ambigu-Comique, divertia-me seguindo-os desde o boulevard du Pont-aux-Choux até o boulevard Beaumarchais. (...) Ouvindo essa gente, eu podia tornar minha vida sua vida. Sentia seus farrapos em minhas costas, caminhava com meus pés em seus sapatos rotos; seus desejos, suas privações – tudo passava por minha alma, ou minha alma passava por eles. Era o sonho de um homem desperto.” *Apud* ROBB, Graham. *Balzac. Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 79-80.

²²⁴ MICHELET, Jules, *ibid.*, p. 08.

repulsas. Para ele, os produtos do gênio popular não são apenas livros, mas “atos corajosos, frases espirituosas, palavras calorosas”. Eis aí o moralista que se enrijece, com todas as suas forças, contra as seduções do romance: “Sentir e mostrar a personalidade do povo não é tarefa do contra-regra; não é preciso aí multiplicar os lances teatrais. Bastam olhos afeitos a essa luz suave, capazes de enxergar na obscuridade, no pequeno e no humilde (...)”²²⁵.

Diante disso, essa obra se revelaria como contraponto aos golpes desferidos contra “a causa do povo”, o que faz Michelet interromper sua *Histoire de France*, produção composta por vinte e três volumes escritos entre 1833 e 1867, para publicar *Le Peuple*, em 1846, em oposição a certa imagem de povo já construída por essa literatura contemporânea:

“Importaria examinar se esses livros franceses, tão populares na Europa, tão cheios de autoridade, representam realmente a França; se dela não mostraram certas faces excepcionais, bastante desfavoráveis; se essas pinturas, onde só encontramos nossos vícios e torpezas, não causaram a nosso país uma injustiça enorme, perante as nações estrangeiras. O talento, a boa fé dos autores, a conhecida liberalidade de seus princípios deram às suas palavras um peso opressivo. O mundo acolheu seus livros como um julgamento terrível da França sobre si mesma.”²²⁶

Para acompanhar esse itinerário que levou Michelet a ser identificado como historiador das massas, tomamos um pequeno “livro-manifesto” que é *Le Peuple*, no qual o autor reconhece o povo como personagem fundamental para as transformações sociais da França oitocentista. A esse respeito, apoiamo-nos na trilha deixada por Pierre Macherey e sua apreciação em torno do tema do “homem de baixo”²²⁷. O crítico desenvolve uma importante análise do romance social, uma “literatura das profundezas” que teria atingido os campos da História e da Literatura, e cujos elementos anunciantes passam a ser encontrados a partir de finais do século XVIII, demonstrando conter, simultaneamente, aspectos estéticos e políticos que, por sua vez, encerrariam uma espécie de “filosofia literária”.

Demonstra, por exemplo, que na década de 1830 ocorreu na França uma mudança considerável no domínio da imprensa, coincidente com o surgimento de novos meios de

²²⁵ *Ibid.*

²²⁶ *Ibid.*, p. 05.

²²⁷ MACHEREY, Pierre. *A quoi pense la littérature? Exercices de philosophie littéraire*. Paris, PUF, 1990.

comunicação e correspondente a um novo tipo de público, as massas. Tal transformação teria sido percebida por alguns de seus iniciadores, como E. de Girardin que, no editorial do primeiro número de *La Presse*, expressou o desejo de uniformizar o discurso público e de transportar o ponto de aplicação, direcionando-o de alto a baixo, ou da superfície ao fundo, reunindo todas as formas de opinião. Ainda que de maneira dispersa, Macherey viu nesse processo o aparecimento de uma nova figura, a do “homem subterrâneo”, imagem que designa essa classe “obscura”, “vinda de baixo”, e que abrange toda consideração que se faz a esse povo potencialmente perigoso, porque revolucionário, como um vulcão adormecido esperando o momento de erodir o solo e dar curso à sua erupção.

Do mesmo modo que na obra de Michelet fica patente o desejo de dar voz ao povo, aos excluídos, enfim, àqueles que não se viram representados, ou cuja voz não se faz ouvir nas decisões políticas, na academia, nos livros, também a imprensa da época parece interessada em “aprofundar”, isto é, verificar o que se passa nos “subterrâneos da opinião”, exatamente nas profundezas da sociedade onde a massa se reúne.

Macherey faz um interessante paralelo entre esse olhar que se dirige para baixo, a própria disposição dos folhetins nos jornais, o mesmo movimento que conduzia o olhar do leitor até a parte inferior de uma página, ao subsolo da escritura, onde se elaborava e se expunha essa que era a forma por excelência de uma “literatura das profundezas”, o folhetim, que se tornaria um modelo de expressão extremamente popular ao promover uma identificação com as massas.

Michelet parece desejar o mesmo, fazer de seu testemunho histórico em forma de livro (*Le Peuple*) algo suficientemente conformado ao povo que pretendia retratar, ajustando sua produção historiográfica aos expedientes literários, cujo movimento de sensibilidade captava melhor a atmosfera das massas, seu “calor vital”²²⁸. Essa preocupação em ressaltar a dignidade do povo, suas virtudes e seus atributos históricos, na opinião de Macherey, teve seu melhor correspondente literário em Victor Hugo, para o qual o “sublime” também “viria de baixo”.

²²⁸ Importa frisar que Michelet critica o folhetim e a informação jornalística de modo geral por não alcançarem o povo em função do seu interesse pela novidade, que os levava a isolar os acontecimentos, e, principalmente, pela atrofiação da experiência, tal como a concebe Walter Benjamin: “Esta [a narração] não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila.” BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, “Obras Escolhidas”, v. III, s.d., p. 107.

Mas o folhetim está longe de ser um gênero “popular”, se compreendermos o conceito do ponto de vista sociológico: sua penetração junto às classes mais baixas. Como aponta Renato Ortiz, seu circuito de difusão fez com que os leitores fossem recrutados nas classes média e alta, e somente aqueles que conseguiam pagar 75 francos por um romance em dez volumes ou 40 francos pela assinatura de um jornal podiam consumi-lo. Os leitores que escreviam a Eugène Sue durante a publicação de *Les Mystères de Paris*, por exemplo, eram oriundos dessas camadas e desejavam transmitir ao escritor suas idéias sobre a reforma da sociedade.

Dentro desse contexto, o folhetim surgiria como um agente perturbador: a literatura popular seria uma fonte “corruptora” das idéias morais que deixavam de ser hegemônicas. Ao valorizar temas como a feiúra, a pobreza e a vida desregrada, o romance se afastava do “belo”, mergulhando na “imundície” da sociedade. Sobre esse assunto, Ortiz faz uso do seguinte argumento de Cuvillier-Fleury:

“(…) a literatura moderna é um espelho deformado, quadro mentiroso das corrupções, misérias e disformidades de nosso país, caluniando igualmente os poderosos e os modestos, os ricos e os pobres; corrompendo uns à força de mostrá-los corrompidos, os outros à força de mostrá-los resignados na baixaza, semeando, com a mesma mão fatal, o desprezo e o temor, a revolta e a degradação.”²²⁹

Críticas que se dirigiam a folhetins do tipo *Les Mystères de Paris* ou *Les Paysans*, que se voltam para a descrição da vida das camadas pobres parisienses, enfocando questões como o alcoolismo, o crime, a prostituição, comporiam a ideologia que iria se consubstanciar na Lei Riancey, de 1851, cujo objetivo era eliminar “o sutil veneno dessa literatura desmoralizadora”²³⁰.

Dessa forma, Michelet atesta a inconsistência dos estudos de sua época, sobretudo dos documentos oficiais, das estatísticas e de certas obras literárias que retratavam de forma superficial e pouco honesta o povo. Desconhecendo sua história e suas opressões, esses autores,

²²⁹ CUVILLIER-FLEURY, Alfred. “La fin du roman feuilleton”. *Études historiques et littéraires*. Paris, Michel-Lévy, 1854, p. 151. *Apud* ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade: a França no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 79.

²³⁰ Segundo Renato Ortiz, esta lei taxava com um imposto extra todo jornal que publicasse folhetins, o que teria levado a imprensa a se afastar por algum tempo deste gênero. Como exemplo, o autor cita uma ordem de Girardin (dono do jornal *La Presse*) a Dumas: “Desejo que o *Anjo Pitou*, no lugar de seis volumes, tenha somente meio

“tão cheios de autoridade”, pintam um quadro desprezível da sociedade francesa que ele se empenharia em reabilitar.

O historiador condiciona o entendimento da contemporaneidade à recuperação atenta do processo histórico que o originou; mais que isso, revela a precariedade dos estudos que levam em conta apenas a questão econômica, material. A organicidade de sua obra é flagrante, como se outorgasse o direito de ser o portador das vozes do povo, e a legitimidade que ele apresenta é a de quem, sendo povo, pode conjecturar sobre ele, pode falar dos seus sentimentos que, aliás, ele espera que concorram para o ideal de democracia, sua verdadeira “religião”. Logo, sua vivência atua como autorização que o impele a falar sobre o povo do qual faria parte.

Para Michelet, nunca é suficiente o conhecimento estatístico formal, econômico; o dado social só pode ser apreendido em toda a sua complexidade se nos indagarmos também sobre os sentimentos mais profundos do povo.

Nesse momento, a questão da profundidade requer uma discussão: o conceito aqui sugere ir além do que é aparente, buscar o âmago das coisas, daquilo que ficou escondido por uma série de fatores, como se para atingir a “alma”, o “coração” de um processo histórico precisássemos encontrar o fundo oculto de seus sentimentos, tal como no campo da ciência que trata da origem e da história geográfica do planeta. Os cientistas vão procurar sua chave entre as suturas submersas do velho continente da Pangéia, pois é lá no “fundo”, no “interior” do mar que se pode alinhar o encadeamento de fenômenos que nos trazem o mínimo de conhecimento acerca deste objeto.

Contudo, a idéia de profundidade não se encerra apenas na concepção de algo encoberto, remetendo-nos também a alguma coisa grave, crucial, ou seja, não é somente o dado oculto, íntimo ou entranhado, mas igualmente o que é mais importante. O verbo aprofundar, para esse fim, tem a acepção de tornar sério, penetrar a fundo determinado conhecimento, atividade que denota toda a agudez de Michelet ao perscrutar o sentimento do povo: “Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes...”²³¹. À maneira da antropologia ou da etnologia, uma observação participante é que vai nortear sua análise da sociedade francesa, como

volume, e 10 capítulos em vez de cem. Arranje-se como quiser, e corte, se você não quer que eu o faça.” *Apud* ORTIZ, Renato, *ibid.*, p. 95.

²³¹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 03.

um método de investigação em que o estudioso vai integrar-se ao grupo de indivíduos estudados, vivendo com ele e participando de suas atividades por um período relativamente prolongado, como se fosse um de seus membros, de modo a captar com maior riqueza de detalhes a vida dessas pessoas e minimizar a influência de sua presença sobre elas.

Ávido por demarcar as transgressões que tais autores teriam cometido, Michelet assinala que os documentos recolhidos nas estatísticas e outras obras de economia, bem como o retrato dos escritores e artistas, “são insuficientes para fazer entender o povo; dão resultados parciais, artificiais, tomados sob um ângulo limitado, que dá margem a mal-entendidos”²³²:

“Nobres escritores, de gênio aristocrático, e que sempre pintaram os costumes das classes altas, lembraram-se do povo e propuseram-se, com boas intenções, a colocar o povo na moda. Saíram dos salões e desceram à rua, perguntando aos passantes onde o povo morava. Indicaram-lhe as galés, as prisões, os locais mal-afamados.

Desse mal-entendido resultou algo desagradável: eles produziram um efeito contrário ao que pretendiam. Escolheram, pintaram e narraram, para despertar nosso interesse pelo povo, justamente aquilo que devia nos afastar e assustar. ‘Como? O povo é assim?’, gritaram em uníssono os pusilânimes burgueses. ‘Rápido, aumentemos a polícia, armemo-nos, fechemos as portas, passemos o ferrolho!’

Acontece, no entanto, se olharmos bem as coisas, que esses artistas – grandes dramaturgos acima de tudo – pintaram, com o nome de povo, uma classe muito limitada, cuja vida, toda feita de acidentes, violência e conflitos, oferecia-lhes um pitoresco fácil e acontecimentos aterrorizantes.

Criminalistas, economistas, pintores de costumes, todos se ocuparam quase que exclusivamente de um povo excepcional.”²³³

Afora o inegável comprometimento do analista social em *Le Peuple*, sobre o qual faremos um estudo mais aprofundado no próximo capítulo, também denunciaria esses autores numa série de palestras que havia preparado para o ano acadêmico de 1847-48. Neste curso, inaugurado em 16 de dezembro de 1847 mediante um entusiasmo público no Collège de France, pleitearia por livros populares “onde se fixará o catecismo da Revolução”²³⁴. Todavia, pode dar somente três das dez lições planejadas: a retórica inflamada de suas idéias democráticas

²³² *Ibid.*, p. 04.

²³³ *Ibid.*, pp. 115-116.

veio causar, na véspera da Revolução de fevereiro de 1848, a suspensão de seu curso no dia 2 de janeiro. O governo permitiu, entretanto, que o restante das palestras aparecessem de forma impressa²³⁵. Nessas leituras Michelet expressaria sua crença na responsabilidade moral do escritor em confiar sua arte ao progresso social.

Da palavra inspirada à ação popular, manifestada na insurreição que eclode nas ruas de Paris pela proclamação da República, parecia haver uma singular continuidade que justificava a função cívica atribuída ao historiador em nome do seu projeto de “ressurreição integral do passado”:

“Assim, ou tudo ou nada. Para encontrar a vida histórica, seria preciso segui-la pacientemente em todas as suas vias, todas as suas formas, todos os seus elementos. Mas também seria preciso, com uma paixão ainda maior, refazer e restabelecer o jogo de tudo isto, a ação recíproca destas forças diversas num poderoso movimento que se tornaria a própria vida. (...) Mais complicado ainda, mais terrível era o meu problema histórico colocado como *ressurreição da vida integral*, não nas suas superfícies, mas nos seus organismos interiores e profundos. Nenhum homem sensato teria pensado nisso. Por sorte, não o era.”²³⁶

John Williams²³⁷, a quem seguimos neste passo, nota que muitos literatos narraram os conflitos revolucionários do período, no intuito de chamar a atenção para as injustiças sociais. Mas ao mesmo tempo que o argumento de Michelet em restaurar a arte em sua função social não

²³⁴ No original: “(...) où se fixera le catéchisme de la Révolution.” MICHELET, Jules. “Introduction au cours de 1848: Faire vouloir la fraternité”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. II (1845-1851), 1995, p. 252.

²³⁵ As três primeiras lições foram proferidas nos dias 16, 23 e 30 de dezembro, respectivamente, enquanto as outras sete, além da conclusão do curso intitulada “Le Lendemain de la Révolution”, também não professada, apareceram entre os dias 06 de janeiro e 06 de março de 1848, quando suas aulas recomeçaram. Em abril, Michelet decide publicar estas palestras num único volume, sob o nome de *L’Étudiant*.

²³⁶ No original: “Ainsi, ou tout, ou rien. Pour retrouver la vie historique, il faudrait patiemment la suivre en toutes ses voies, toutes ses formes, tous ses éléments. Mais il faudrait aussi, d’une passion plus grande encore, refaire et rétablir le jeu de tout cela, l’action réciproque de ces forces diverses dans un puissant mouvement qui redeviendrait la vie même. (...) Plus compliqué encore, plus effrayant était mon problème historique posé comme *résurrection de la vie intégrale*, non pas dans ses surfaces, mais dans ses organismes intérieurs et profonds. Nul homme sage n’y eût songé. Par bonheur, je ne l’étais pas.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. IV (Histoire de France, Livres I-IV), 1974, p. 12. Grifos do autor.

²³⁷ WILLIAMS, John R. *Jules Michelet: historian as critic of French literature*. Alabama, Summa Publications, 1987.

estava separado desta corrente de pensamento, seu credo literário e seus planos para uma sociedade melhor o distinguiam significativamente dos seus contemporâneos.

Para ele, tudo na história é graça ou justiça, fatalidade ou liberdade, cristianismo ou Revolução. Por conseguinte, a história não é senão o combate de um e outro, a sucessão trágica de interrupções e de impulsos, o que o induziria a julgar os trabalhos e os autores de acordo com seu impacto moral neste drama social. Daí a necessidade urgente de discutir os usos sociais da literatura de ficção, sobretudo diante da grande quantidade de obras independentes com relação às legitimidades sociais e não pensadas como uma fonte de exemplos e uma base mimética para o ensino da moral cívica, no seu ponto de vista.

Michelet denunciaria em particular o romance – tal como o conheceu em trabalhos entre 1750 e 1840 – como o responsável pela dissolução gradual da sociedade. Nas mãos de Rousseau, o romance teria se tornado um veículo para a expressão da “inação” (não ação) baseada no sentimento, “a narrativa de uma paixão, de um destino individual”²³⁸, destinado a agradar um público burguês limitado e “indiferente ao povo”:

“Esta linguagem, admirável como instrumento de combate, tinha precisamente as qualidades que a tornavam antipática à grande massa do povo, especialmente do campo. Ela agia de forma eficaz sobre a burguesia e o trabalhador, mas não tinha efeito sobre os camponeses. Ela subia até a mansarda, mas não descia à cabana. (...) Rousseau lhe acrescentaria um elemento novo, que muito contribuiu para seu imenso sucesso, um elemento romanesco que seduziria a burguesia. Mas justamente *o romance*, que não se conhece muito, *é indiferente ao povo* (...)”²³⁹

Não somente nessas palestras, mas repetidamente em seus outros trabalhos, Michelet empreenderia uma guerra sem compaixão ao romance. Na sua concepção, a arte romanesca era o

²³⁸ No original: “(...) le récit d’une passion, d’une destinée individuelle (...)” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Septième leçon (27 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 347.

²³⁹ No original: “Cette langue, admirable, comme instrument de combat, avait précisément les qualités qui devaient la rendre antipathique à la grande masse du peuple, spécialement des campagnes. Elle agit puissamment sur le bourgeois et l’ouvrier, mais n’eut point d’action au-delà. Elle monta jusqu’aux mansardes, ne descendit point aux chaumières. (...) Rousseau y ajouta un élément tout nouveau, qui fit une bonne partie de son immense succès, un élément romanesque, qui ravit la bourgeoisie. Mais justement *le roman*, ce qu’on ne sait pas assez, *est indifférent au peuple* (...)” *Ibid.* Grifos do autor.

oposto do método histórico. Para tanto, quis recolocar os mitos da história e se posicionar contra qualquer subterfúgio da arte literária que podia comprometer a verdade (como ele a via) do todo:

“Dê ao povo um ensinamento sincero, forte, luminoso, heróico. Diga-lhe o que ele fez e o que ele poderia ter feito. Mostre-lhe seus heróis (mas conte que eles foram homens). Restitua-lhe a religião do direito, professada pelo século XVIII e que, infelizmente, foi neutralizada nos corações pela adoração da força. Que ele se habitue a admirar mesmo aqueles que não tiveram bom êxito. Que ele aprecie os homens pela grandeza da vontade. (...) Tenciono um novo teatro, todo bárbaro, todo povo. Conto com a história para a lenda verdadeira e santa dos mártires da liberdade.”²⁴⁰

O historiador também se colocaria contra o estado do teatro na França por causa da “falsa energia” que os dramaturgos dispendiam, na sua opinião, descrevendo aspectos sensacionais da corrupção burguesa, produzindo imitações infieis do passado e, o pior de tudo, representando a violência e os excessos da Revolução. “Imagine”, exclama ele em sua palestra de abertura, “o que é conduzir numa cena doze miseráveis, bêbados, que gemem e lamentam, e dizer: ‘Eis aí o povo! Eis aí a Revolução!’”²⁴¹.

Apesar do seu severo julgamento, este gênero teria oferecido a Michelet a melhor possibilidade de “alcançar o povo e lhe dar uma direção”. Assim, dedica a maior parte desta mesma palestra à discussão de como o teatro era um dos dois modos (a imprensa era o outro) pelos quais as divisões sociais poderiam ser reduzidas. Como muitos de seus sucedâneos, Michelet idealizou a visão da cultura grega numa passagem memorável em que descreve a

²⁴⁰ No original: “Donnez au peuple un enseignement loyal, fort, lumineux, héroïque. Dites-lui ce qu’il a fait et ce qu’il aurait pu faire. Racontez-lui ses héros (et pourtant qu’ils furent des hommes). Rendez-lui la religion du droit, enseignée par le XVIII^e siècle et qui malheureusement a été neutralisée dans les coeurs par l’idolâtrie de la force. Qu’il s’habitue à admirer ceux-là mêmes qui n’ont pas réussi. Qu’il estime les hommes sur la grandeur de la volonté. (...) Je compte sur un théâtre nouveau, tout barbare, tout peuple. Je compte sur l’histoire, sur la légende vraie et sainte des martyrs de la liberté.” MICHELET, Jules. “Cours de 1851: Mon droit et mon principe. Septième leçon (13 février 1851)”, *ibid.*, p. 676. A mesma argumentação seria usada em sua *Histoire de la Révolution française*: “Afastai os ornamentos; o que resta, na crença popular, especialmente no que concerne à moralidade histórica, é profundamente justo e verdadeiro.” MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da Queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 282.

²⁴¹ No original: “Imaginez ce que c’est que d’amener en scène douze misérables, ivres, hurlant, etc., et de dire: ‘Voilà le peuple! voilà la Révolution!’” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Première leçon (16 décembre 1847)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *ibid.*, p. 272.

“santidade do teatro clássico” na tentativa de convencer seus ouvintes e leitores do que o teatro francês poderia e deveria ser:

“... Você sabe quem ocupava a cena, quem levava o drama ao teatro? O mais valente soldado, Ésquilo; o vencedor, após a vitória, vinha ele próprio narrá-la. E você sabe quem se divertia, quais eram os atores? Eram frequentemente os primeiros magistrados; quando se tratava de reproduzir os heróis ou os deuses, eles não hesitavam em aparecer na cena, viam-na como uma função pública de elevar, de engrandecer a alma do povo. (...) Eis o teatro, meus senhores.”²⁴²

O segredo do teatro grego, na interpretação de Michelet, residia na sua capacidade de estabelecer um sentimento de unidade nacional. Se este mesmo espírito pudesse ser revivido no teatro de seu tempo, uma vez mais a “renovação nacional”, no seu entender tão necessária nesse ponto crucial da história da França, poderia ser efetuada:

“Nenhuma dúvida que o teatro seja também no futuro o mais poderoso meio de educação, de aproximação dos homens: é talvez a melhor esperança de renovação nacional. Falo de um teatro imensamente popular, de um teatro respondendo ao pensamento do povo que vivia nos menores povoados.”²⁴³

Em resumo, o historiador concebia o teatro como um foro para se atingir o povo, mas via as peças contemporâneas fracassarem no cumprimento desse desígnio de fortificar certas crenças e incutir nos indivíduos novos valores:

²⁴² No original: “... Savez-vous bien qui occupait la scène, qui portait le drame au théâtre? Le plus vaillant soldat, Eschyle; le vainqueur après la victoire venait la raconter lui-même. Et savez-vous qui jouait, quels étaient les acteurs? C’étaient souvent les premiers magistrats; quand il s’agissait de reproduire les héros ou les dieux, ils n’hésitaient pas à paraître sur la scène, regardant comme une fonction publique d’élever, d’agrandir l’âme du peuple. (...) Voilà le théâtre, Messieurs.” *Ibid.*, p. 273.

²⁴³ No original: “Nul doute que le théâtre ne soit aussi dans l’avenir le plus puissant moyen de l’éducation, du rapprochement des hommes: c’est le meilleur espoir peut-être de rénovation nationale. Je parle d’un théâtre immensément populaire, d’un théâtre répondant à la pensée du peuple, qui circulerait dans les moindres villages.” *Ibid.*

“Ah! que eu veja então, antes de morrer, a fraternidade nacional recomeçar no teatro!... um teatro simples e forte, que circule nos vilarejos onde a energia do talento é a potência criadora do coração, e que a jovem imaginação das populações novas nos dispense de tantos meios materiais, decorações prestigiosas, roupas suntuosas sem as quais os fracos dramaturgos deste tempo não conseguem fazer um. (...)

O que é o teatro? A abdicação da pessoa atual, egoísta, interessada, para desempenhar um papel melhor... Ah! que tenhamos essa necessidade!... Venha, eu lhe peço, venha retomar sua alma no teatro popular, sua alma no meio do povo!

O que é o teatro? O esquecimento momentâneo de nossas miseráveis queixas... Coloque dois homens juntos, em qualquer lugar, e veja como disputam. Mandê-os ao teatro, como ator ou espectador, para reproduzir ou ver os homens que têm mérito, e veja como esquecem e passam a criticar ou aplaudir juntos. – Esquecer juntos, isso já é a fraternidade. (...)

Ora, essa arte é o teatro. A arte de esquecer o mal, o baixo, o vulgar e a vida; ao contrário, de se lembrar da vida elevada, nobre, pura que se teve numa outra época. Festas! Dê-me festas! E dramas, coisas fictícias mais nobres do que as que vejo! Que eu descanse, me alegre, me reabilite com as plavras dos antigos heróis!”²⁴⁴

A classe popular, a seus olhos, não se interessa nem pela história erudita nem pelos romances. Seu campo é o do concreto, do utilitário; ela gosta de estabelecer relações de causa e efeito, vínculos entre sua experiência e o mundo das ciências. Partindo desse pressuposto, Michelet adiará sua história coletiva (*Histoire de France*) para realizar trabalhos como *Le Peuple*, procurando atender seu objetivo de produzir uma “verdadeira literatura de formação do povo”:

“A nova literatura é, portanto, uma literatura popular e uma literatura de educação. Para que isto aconteça, ela deve ser orgânica, isto é, deve articular instinto e reflexão. Chega de tratados, eles são o apanágio da classe burguesa, dos homens;

²⁴⁴ No original: “Ah! que je voie donc, avant de mourir, la fraternité nationale recommencer au théâtre!... un théâtre simple et fort, que l’on joue dans les villages, où l’énergie du talent, la puissance créatrice du coeur, la jeune imagination des populations toutes neuves nous dispensent de tant de moyens matériels, décorations prestigieuses, somptueux costumes, sans lesquels les faibles dramaturges de ce temps usé ne peuvent plus faire un pas. (...) Qu’est-ce que le théâtre? L’abdication de la personne actuelle, égoïste, intéressée, pour prendre un rôle meilleur... Ah! que nous en avons besoin!... Venez, je vous prie, venez reprendre votre âme au théâtre populaire, votre âme au milieu du peuple! Qu’est-ce que le théâtre? L’oubli momentané de nos misérables querelles... Mettez deux hommes ensemble, partout ailleurs, ils disputent. Envoyez-les au théâtre, comme acteur ou spectateur, à reproduire ou regarder les hommes qui valurent mieux, ils oublient, ils critiquent ou applaudissent ensemble. – Oublier ensemble, déjà, c’est de la fraternité. (...) Or, cet art, c’est le théâtre. L’art d’oublier le mal, le bas, le vulgaire et la vie; au contraire, de se souvenir de la vie haute, noble, pure, que l’on eut dans un autre âge. Des fêtes! donnez-moi des fêtes! et des drames, des choses fictives, plus nobles que ce que je vois! Que je repose, me recrée, me relève, aux paroles des anciens héros!” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Dixième leçon (17 février 1848)”, *ibid.*, p. 390.

este é o domínio da reflexão. Chega de romances, o alimento habitual da mulher, do povo, mas um livro orgânico. Não se trata de contar uma história; a história deve servir de quadro explicativo.”²⁴⁵

Em *Le Peuple*, Michelet vai retomar o conjunto destas questões sobre educação e definir a “nova literatura” que estaria apta a falar do povo e para ele. Que literatura é essa? A história, responde. Não se deve “arrancar o povo de suas raízes”, prossegue o autor, mas, ao contrário, e é exatamente neste ponto que condena os tratados e o romance, é preciso reconhecer sua origem e recolocá-la no curso de uma história coletiva:

“A educação é neste caso pensada como a mediação que permite, a partir da história do eu, interrogar a própria história. Ela se torna por esse motivo, ao mesmo tempo que a história, o lugar da militância, do partido a tomar. Se o objeto e o sujeito da história são o povo, sua gênese, sua libertação, a educação é a história do indivíduo tendendo no sentido da libertação pessoal.”²⁴⁶

Comprometido com uma educação popular e rejeitando como indigna a literatura “romanceada”, “fantasiosa” e “demasiado individual”, além de “injusta” no seu retrato do povo, Michelet queria advertir os leitores para se acautelarem diante das armadilhas do texto escrito,

²⁴⁵ No original: “La nouvelle littérature est donc une littérature populaire et une littérature d’éducation. Pour ce faire, elle doit être organique. Elle est une articulation de l’instinct et de la réflexion. Pas de traité, il est l’apanage de la classe bourgeoise, des hommes; c’est le domaine de la réflexion. Pas de roman, l’aliment habituel de la femme, du peuple, mais un livre organique. Il ne s’agit pas de raconter une histoire, mais l’histoire doit servir de cadre explicatif.” MICHELET, Jules. “Nos fils”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. XX (1866-1871), 1987, p. 342. A mesma idéia já tinha aparecido no *Journal* de 18 de maio de 1846: “A nova literatura: serve para elevar os homens antes das crianças. O que é necessário às massas? Romances? Não. Elas sempre dizem: *Isto é verdadeiro?* Tratados? Eles isolam, analisam, seguem as especialidades abstratas. São necessários livros orgânicos.” No original: “La nouvelle littérature: élever les hommes avant les enfants. Que faut-il pour les masses? Des romans? Non. Elles disent toujours: *Est-ce bien vrai?* Des traités? Ils isolent, dissèquent, suivent des spécialités abstraites. Mais des livres organiques.” MICHELET, Jules. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. I (1828-1848), 1959, p. 642. Grifos do autor.

²⁴⁶ No original: “L’éducation est alors pensée comme la médiation qui permet, à partir de l’histoire du moi, d’interroger l’histoire. Elle devient par là, en même temps que l’histoire, le lieu de la militance, du parti à prendre. Si l’objet et le sujet de l’histoire est le peuple, sa genèse, sa libération, l’éducation est l’histoire de l’individu tendue vers la libération de la personne.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *ibid.*, p. 340.

bem como introduzir um programa educacional com vistas a reduzir o “buraco” existente entre os simples e a classe cultivada²⁴⁷:

“Apressamo-nos a pôr nossos filhos entre crianças de nossa classe, burguesa ou popular, na escola, nos colégios; evitamos as misturas, separamos rapidamente pobres e ricos nessa época feliz em que, por si mesma, a criança não perceberia essas vãs distinções. Tememos que nossos filhos não conheçam de fato o mundo onde devem viver. Preparamos, com esse isolamento precoce, os ódios da ignorância e da inveja, essa guerra interior de que mais tarde vamos sofrer.

Se é preciso que a desigualdade persista entre os homens, que ao menos a infância possa seguir por um momento seu instinto; e viver na igualdade! Que esses rebentos de Deus, inocentes, destituídos de inveja, nos conservem, na escola, o comovente ideal da Sociedade! Seria uma escola para nós também; iríamos aprender com eles a vaidade das posições sociais, a tolice das pretensões rivais, bem como tudo o que existe de vida verdadeira, de felicidade, sem primeiros e últimos.

A pátria surgiria então, jovem encantadora, ao mesmo tempo em sua variedade e em sua concórdia. Diversidade instrutiva de caracteres, de rostos, de raças, arco-íris de cem cores. Todas as classes, todas as fortunas, todas as roupas juntas nos mesmos bancos, o veludo e a blusa, o pão preto e o alimento delicado... Que lá o rico aprenda desde cedo o que é ser pobre, que ele sofra com a desigualdade, que obtenha o direito de partilhar, que trabalhe desde então para restabelecer a igualdade na medida de suas forças (...). O pobre aprenderá de seu lado, e memorizará por certo, que, se o rico é rico, não o é por culpa sua, já nasceu assim; e que às vezes sua riqueza o torna pobre do primeiro dos bens, pobre de vontade e de força moral.

Seria excelente que todos os filhos de um mesmo povo, assim reunidos ao menos por algum tempo, se vissem e se conhecessem antes dos vícios da pobreza e da riqueza, antes do egoísmo e da inveja. A criança receberia aí uma impressão indelével da pátria, encontrando-a na escola não somente como estudo e ensino, mas como pátria viva, uma pátria criança, semelhante a ela, uma cidade melhor antes da Cidade, cidade de igualdade onde todos se assentariam no mesmo banquete espiritual.”²⁴⁸

²⁴⁷ A respeito do tema micheletista da educação do cidadão pela história, ver REMAUD, Olivier. *Michelet: la magistrature de l'histoire*. Paris, Michalon, 1998, sobretudo pp. 96-118.

²⁴⁸ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, pp. 224-226. Gabriel Monod sintetiza assim a educação na obra de Michelet: “A educação se resume nestas palavras: família, pátria, natureza. A criança deve conhecer a pátria, sua alma, sua história, a tradição nacional e as ciências da natureza, ‘a pátria universal’. De que modo deve conhecê-la? Pela escola, sem dúvida, mas antes de tudo pela família, por seu pai e por sua mãe que lhe ensinam a amar a verdade, quer dizer, a *lei* na natureza e a *justiça* na humanidade. Longe de excluir a religião, esta educação é interiramente religiosa, porque a pátria e a natureza não são para Michelet senão manifestações de Deus.” No original: “L’éducation se résume dans ces mots: famille, patrie, nature. L’enfant doit apprendre la patrie, son âme, son histoire, la tradition nationale, et les sciences de la nature, ‘l’universelle patrie’. Par qui doit-il les apprendre? Par les écoles, sans doute, mais avant tout par la famille, par son père et par sa mère qui lui enseignent à aimer la vérité, c’est-à-dire la *loi* dans la nature et la *justice* dans l’humanité. Loin d’exclure la religion, cette éducation est tout entière religieuse, car la patrie et la nature ne sont pour Michelet que des manifestations de Dieu.” MONOD, Gabriel. *Les Maîtres de l'Histoire: Renan, Taine, Michelet*. 3ª ed., Paris, Calmann-Lévy, 1895, p. 216. Grifos do autor.

Também na sua *Histoire de la Révolution française* criticaria o relato “falso”, “repugnante” e “contrário à história”:

“Contei longamente as resistências do velho princípio, Parlamento, nobreza, clero. E vou em poucas palavras inaugurar o novo princípio, expor brevemente o fato imenso onde essas resistências vieram perder-se e anular-se. Esse fato admiravelmente simples em uma variedade infinita é a *organização espontânea da França*.

Ali está a história, o real, o positivo, o duradouro. E o resto é nada.

No entanto, foi preciso contar esse nada longamente. O mal, justamente porque não passa de uma exceção, uma irregularidade, exige, para ser compreendido, um detalhe minucioso. O bem, ao contrário, o natural, que vai fluindo por si mesmo, nos é quase conhecido por antecipação pela sua conformidade às leis de nossa natureza, pela imagem eterna do bem que trazemos em nós.

As fontes de que extraímos a história conservaram preciosamente o menos digno de ser conservado, o elemento negativo, acidental, a anedota individual, tal ou qual pequena intriga, tal ato de violência.

Os grandes feitos nacionais, em que a França agiu em conjunto, consumaram-se por meio de forças imensas, invencíveis, e por isso mesmo de nenhum modo violentas. Eles atraíram menos as atenções, passaram quase despercebidos.”²⁴⁹

Sentindo-se responsável porque ao seu redor se multiplicavam os golpes desferidos contra “a causa do povo”, Michelet afirmaria a importância da ciência histórica, cuja missão era “refazer a sucessão de fatos no tempo, demonstrando a vitória progressiva da liberdade humana sobre as necessidades naturais”²⁵⁰:

“Todo estudo individual é acessório e secundário diante desse profundo olhar da França sobre a França, dessa *consciência* interior que ela tem daquilo que fez. O papel da ciência nem por isso deixa de ser grande. Do mesmo modo como essa consciência é forte e profunda, é também obscura, tem necessidade de que a ciência a explique. A primeira mantém e manterá os julgamentos que fez; mas os motivos dos

²⁴⁹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, pp. 393-394. Grifos do autor.

²⁵⁰ Idealista, o historiador acreditava numa “libertação progressiva da humanidade”: “Com o mundo começou uma guerra que deve terminar com ele, e não antes; aquela do homem contra a natureza, do espírito contra a matéria, da liberdade contra a fatalidade. A história não é outra coisa senão o relato deste interminável conflito.” No original: “Avec le monde a commencé une guerre qui doit finir avec le monde, et pas avant; celle de l’homme contre la nature, de l’esprit contre la matière, de la liberté contre la fatalité. L’histoire n’est pas autre chose que le récit de cette interminable lutte.” MICHELET, Jules. “Introduction à l’Histoire Universelle”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. II (1828-1831), 1972, p. 229.

juílgamentos, todas as peças do processo, os raciocínios muitas vezes complicados, pelos quais o espírito popular obtém conclusões que são chamadas de simples e ingênuas, tudo isso apagou-se. E está aí o que a ciência está encarregada de redescobrir.

Eis o que nos pede a França, a nós, historiadores: não que faça a história –, ela está feita nos seus pontos essenciais; moralmente, os grandes resultados estão inscritos na consciência do povo –, mas que restabeleçamos a cadeia dos fatos, das idéias de onde saíram esses resultados: ‘Não vos peço’, diz ela, ‘que formeis minhas crenças, que diteis meus juílgamentos; cabe a vós recebê-los e conformar-vos a eles. (...)

Grande missão da ciência, e quase divina! Ela jamais bastaria para isso se fosse apenas ciência, livros, penas e papel. Não se adivinha uma tal história senão ao refazê-la com o espírito e a vontade, ao revivê-la, de modo que não seja uma história, mas uma vida, uma ação. Para redescobrir e relatar o que esteve no coração do povo só há um meio; é ter o mesmo coração.

Um coração grande como a França!... O autor de tal história, se algum dia for realizada, será, com certeza, um herói!”²⁵¹

Mas Michelet, como muitos humanitaristas de seu tempo, nunca questionou seriamente a base econômica em que a sociedade industrial repousava. Quando fala de “unidade nacional”, roga por um fraternalismo exaltado no qual as diferenças de classe seriam simplesmente esquecidas.

Gaëtan Picon²⁵² nota, por exemplo, que Michelet difere consideravelmente dos pensadores revolucionários marxistas por não existir de sua parte um desejo de confrontação de classes e a eventual destruição de um elemento da sociedade da forma como ela está organizada: o que o interessava era o estado moral e espiritual da nação. Ainda conforme o autor, é justamente nesse ponto que o historiador se distingue dos seus predecessores e contemporâneos (Thierry e Guizot, em particular), para quem a ênfase especial na raça ou nas instituições traria resultados “parciais”, “fracionados”, “unilaterais”:

“(...) até 1830 (até mesmo 1836), nenhum dos historiadores notáveis dessa época tinha sentido ainda a necessidade de procurar os fatos fora dos livros impressos, nas fontes primitivas, a maioria inédita então, nos manuscritos das nossas bibliotecas, nos documentos dos nossos arquivos. Esta nobre plêiade histórica que, de

²⁵¹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, pp. 288-289. Grifo do autor.

²⁵² PICON, Gaëtan. “Michelet”. *Tableau de la littérature française...3, De Madame de Staël à Rimbaud*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 114-120. Ver, do mesmo autor, “Michelet et la parole historienne”. MICHELET, Jules. *L'Étudiant*. Paris, Seuil, Collection “Pierres Vives”, 1970.

1820 a 1830, lança um tão grande brilho, os Srs. de Barante, Guizot, Mignet, Thiers, Augustin Thierry, encarou a história por pontos de vista especiais e diversos. Um preocupou-se com o elemento da raça, outro com as instituições, etc., sem verem talvez de forma suficiente como estas coisas dificilmente se isolam, como cada uma delas reage sobre as outras. A raça, por exemplo, continua a ser idêntica sem sofrer a influência dos costumes mutantes? Podem as instituições estudar-se suficientemente sem ter em conta a história das idéias, de mil circunstâncias sociais de que surgem? Estas especialidades sempre têm algo de um pouco artificial que pretende esclarecer e, todavia, pode dar falsos perfis, enganar-nos sobre o conjunto, tirar-lhe a harmonia superior.”²⁵³

Tal divergência de opiniões levaria Michelet a evocar o princípio de Vico do “trabalho de si sobre si” realizado pelos povos, neste caso pela nação francesa, e que no seu entendimento constitui o próprio movimento da história, como forma de consagrar a noção de que “o mundo social é inteiramente obra do homem”:

“(…) o mundo moral (...) é seu próprio criador, e sem cessar ele tira dos abismos fecundos de sua profunda vontade, de seu poder infinito de ação, de paixão, este mundo, ele cria os mundos! (...) Espetáculo sempre novo! À medida que ele se faz, a história e a filosofia observam, registram... Mas qual será então sua audácia se elas afirmam já verem o que se eleva da vida?”²⁵⁴

O que o historiador fundamentalmente lamenta é a condição espiritual que cria uma sociedade dividida e alienada, o contrário da “unidade”, e não a existência de classes por si só.

²⁵³ No original: “(...) jusqu’en 1830 (même jusqu’en 1836), aucun des historiens remarquables de cette époque n’avait senti encore le besoin de chercher les faits hors des livres imprimés, aux sources primitives, la plupart inédites alors, aux manuscrits de nos bibliothèques, aux documents de nos archives. Cette noble pléiade historique qui, de 1820 à 1830, jette un si grand éclat, MM. de Barante, Guizot, Mignet, Thiers, Augustin Thierry, envisagea l’histoire par des points de vue spéciaux et divers. Tel fut préoccupé de l’élément de race, tel des institutions, etc., sans voir peut-être assez combien ces choses s’isolent difficilement, combien chacune d’elles réagit sur les autres. La race, par exemple, reste-t-elle identique sans subir l’influence des mœurs changeantes? Les institutions peuvent-elles s’étudier suffisamment sans tenir compte de l’histoire des idées, de mille circonstances sociales dont elles surgissent? Ces spécialités ont toujours quelque chose d’un peu artificiel, qui prétend éclaircir, et pourtant peut donner de faux profils, nous tromper sur l’ensemble, en dérober l’harmonie supérieure.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 11.

²⁵⁴ No original: “(...) le monde moral (...) il est son créateur, et sans cesse il tire des abîmes féconds de sa profonde volonté, de sa puissance infinie d’action, de passion, ce monde, il crée des mondes! (...) Spectacle toujours nouveau! À mesure qu’il se fait, l’histoire et la philosophie regardent, enregistrent... Mais quelle serait donc leur audace, si elles affirmaient qu’elles voient déjà ce qui monte à la vie?” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Troisième leçon (30 décembre 1847)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, pp. 299-300.

Como observa Picon, para ele “a Revolução Francesa não foi feita para que o camponês se tornasse proprietário de terra. Ela foi feita para que a vida conhecesse uma metamorfose total, para que a essência mesma da condição humana fosse mudada”²⁵⁵. E a consciência particular que Michelet desejava produzir quando se dirigia aos alunos em 1847-48 não era para vir por intermédio da violência revolucionária (ele tinha aversão ao uso da força), mas através da “ação da palavra”: “O mais fecundo dos livros é a ação, a ação social. O grande livro vivo é a Pátria. Chamam-no na vila; em seguida, lêem correntemente as folhas superiores, departamentos, províncias, compreende-se o conjunto, impregna-se da grande alma”²⁵⁶.

Como atenta Lucien Febvre, “quando Michelet faz a história, é para a ação”²⁵⁷. Neste ponto, entende que tudo o que não era ação e vida pouco tocava o historiador; que, da mesma forma, em termos de educação, instruir parecia-lhe um aspecto secundário, sendo o importante, a seus olhos, emocionar o coração e formar o caráter, e o estudo e o ensino da história eram para ele um meio de perpetuar, de renovar, de tornar mais intensa a vida nacional e de agir sobre o futuro pelo passado.

Na interpretação de Michelet, a Revolução de 1789 finalmente deu à França uma legenda comum, superior àquela de qualquer outra nação, com a qual as massas poderiam se identificar e que serviria de reparo às grandes divisões sociais. Chamando a Revolução de “a nova religião” – em uma passagem onde explica primeiro que a vontade heróica do povo em forjar seu próprio destino é somente o passo inicial no processo histórico –, afirma ser “necessário que o esforço mesmo desapareça, que tome lugar um modo mais elevado da alma, no qual, por si mesmo e sem esforço, *o homem ame o homem*, todos sejam o mesmo homem, todos idênticos a Deus”²⁵⁸.

Esta idéia mística, espiritual é desenvolvida até a última palestra que toma a cor e a intensidade peculiares de uma alucinação. Retomando alguns temas de suas primeiras lições,

²⁵⁵ No original: “La Révolution française n’a pas été faite pour que le paysan devienne propriétaire du sol. Elle a été faite pour que la vie connaisse une métamorphose totale, pour que l’essence même de la condition humaine soit changée.” *Apud* PICON, Gaëtan. “Michelet”, *op. cit.*, p. 119.

²⁵⁶ No original: “Le plus fécond des livres, c’est l’action, l’action sociale. Le grand livre vivant, c’est la Patrie. On l’épelle dans la commune; puis, lisant couramment aux feuillets supérieurs, départements, provinces, on embrasse l’ensemble, on s’imprègne de la grande âme.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, p. 498.

²⁵⁷ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo, Scritta, 1995, p. 141.

²⁵⁸ No original: “(...) il faut que l’effort même disparaisse, fasse place à une vie plus haute encore de l’âme, que, soi-même et sans effort, *l’homme aime l’homme*, tous étant le même homme, tous identiques en Dieu.” MICHELET,

Michelet fala novamente do poder sublime do teatro grego em unir um povo, reiterando seu argumento por um teatro popular baseado em lendas nacionais, que se apresentaria nos povoados e cujo artista supremo seria aquele tão personificado nesses mitos “no seu sangue, na sua fibra e nos seus ossos” que “a fibra de todos removeria a sua palavra e que todos o compreenderiam (...)”²⁵⁹:

“Que maravilhosa educação aquela do teatro de Atenas! mais fecunda na alma do povo que o sutil ensinamento de Sócrates e de Platão. (...) Um teatro verdadeiramente popular onde o povo brinca com o povo, como ele tinha sido em Atenas, como ele tinha sido em nossos mistérios da Idade Média, onde brincavam as multidões, onde às vezes a metade de uma cidade se divertia em brincar com a outra; um tal teatro, digo, é a forma mais eficaz de educação nacional. Eficaz para aproximar os homens, começar a fraternidade; eficaz para educar os trabalhadores cansados que nada lêem e que um ensinamento direto não faria dormir; eficaz para desenvolver, aguçar o espírito (...)”²⁶⁰

E conclui que o trabalho artístico, quer literário ou teatralizado, deveria fazer parte do desenvolvimento social de um povo:

“Esse meio de educação, o mais poderoso de todos, que formou o espírito da Antigüidade, talvez nos seja ainda mais essencial. A necessidade urgente da França é a de se encontrar de novo, de dizer a si mesma quem ela é, o que ela foi e o que ela fez. A legenda, não danificada pelo romanesco e pelo fantástico, mas reencontrada conforme o coração e a verdade, responderá sozinha a esta necessidade.”²⁶¹

Jules. “L’Étudiant. Sixième leçon (20 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 337. Grifos do autor.

²⁵⁹ No original: “(...) dans son sang, dans sa fibre et dans ses os (...) la fibre de tous remuerait à sa parole et que tous le comprendraient (...)” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Dixième leçon (17 février 1848)”, *ibid.*, p. 386.

²⁶⁰ No original: “Quelle merveilleuse éducation que ce théâtre d’Athènes! plus féconde à l’âme du peuple que le subtil enseignement des Socrate et des Platon. (...) Un théâtre vraiment populaire où le peuple joue pour le peuple, comme il en fut à Athènes, comme il en fut dans nos mystères du Moyen Âge, où jouaient des foules, où parfois la moitié d’une ville s’amusait à amuser l’autre; un tel théâtre, dis-je, c’est la forme la plus efficace de l’éducation nationale. Efficace pour rapprocher les hommes, commencer la fraternité; efficace pour cultiver les travailleurs fatigués qui ne lisent point et qu’un enseignement direct ne manque guère d’endormir; efficace pour développer, aiguïser l’esprit (...)” *Ibid.*, pp. 384-385. Faz-se necessário ressaltar que no concernente ao teatro enquanto instrumento pedagógico de formação do povo, a adesão de Michelet às idéias de Madame de Staël e Denis Diderot é completa.

²⁶¹ No original: “Ce moyen d’éducation, le plus puissant de tous, qui fit le génie de l’Antiquité, nous est plus nécessaire peut-être encore. Le besoin urgent de la France est de se retrouver elle-même, de se redire qui elle est, ce

Se pudéssemos reivindicar alguma originalidade em Michelet não seria tanto o aspecto de que a literatura devia estar a serviço da sociedade, mas sua aderência persistente a essa noção que nenhum de seus contemporâneos teria perseguido como uma crença exclusiva. Embora freqüentemente falasse daqueles que como ele expressavam um ideal humanitário, acreditava que suas idéias eram insuficientes, já que não observava nesses autores um entusiasmo por um teatro e uma literatura “comprometidos com o progresso social”:

“O que caracterizou o novo ensinamento, tal como ele aparece no Collège de France (1840-1850), foi a força de sua fé, o esforço para tirar da história, não apenas uma doutrina, mas um *princípio de ação*, - para criar não só espíritos, mas almas e vontades. (...)

Esse curso, que se poderia chamar de psicologia social, diz como a planta humana, a árvore da vida, emana de baixo, da obscura mas onipotente inspiração popular. Ela colocou o direito do Povo. Daí meu livro com esse nome. Daí minha *Revolução* e todos os meus escritos.

Esta ardente pesquisa do Direito obrigou-me a penetrar no espírito das massas, mais do que haviam feito, bem mais, me obrigaram a refazer, a ressuscitar essas antigas eras. Berthelot disse, em química, estas palavras fecundas: ‘Não se sabe senão o que se refaz’. Estas palavras são o meu próprio método. Eis porque chamei a história de *Ressurreição*.

Uma felicidade única, que demonstra que essas idéias não eram propriamente minhas, mas o gênio de nossa era, é que esse caminho foi ao mesmo tempo percorrido por dois espíritos eminentes, Quinet e Mickiewicz, vindos de duas extremidades do mundo, com pensamentos muito diversos, e, entretanto, concordantes entre si e comigo quanto ao sentido profundo da vida, da alma popular.”²⁶²

qu'elle fut, ce qu'elle fit. La légende, non gâtée par le romanesque et le fantastique, mais retrouvée selon le coeur et selon la vérité, répondra seule à ce besoin.” *Ibid.*, p. 385.

²⁶² No original: “Ce qui a caractérisé le nouvel enseignement, tel qu’il parut au Collège de France (1840-1850), c’est la force de sa foi, l’effort pour tirer de l’histoire, non une doctrine seulement, mais un *principe d’action*, - pour créer plus que des esprits, mais des âmes et des volontés. (...) Ces cours, qu’on pourrait nommer de physiologie sociale, dirent comment la plante humaine, l’arbre de vie part d’en bas, de l’obscur, mais toute-puissante inspiration populaire. Elles posèrent de droit du Peuple. De là mon livre de ce nom. De là ma *Révolution*, et, je dirai, tous mes écrits. Cette ardente recherche du Droit m’imposait de pénétrer dans l’intelligence de l’esprit des masses, plus qu’on n’avait fait encore, bien plus, m’obligeait à refaire, à ressusciter ces vieux âges. Berthelot a dit, en chimie, cette parole féconde: ‘On ne sait que ce qu’on refait’. Ce mot, c’est ma méthode même. Voilà pourquoi j’ai nommé l’histoire la *Résurrection*. Par un bonheur singulier, et qui prouve que ces pensées n’étaient pas proprement miennes, mais le génie de notre âge, c’est que le même chemin fut suivi en même temps par deux esprits éminents, Quinet et Mickiewicz, venus des deux bouts du monde, d’imagination très diverse, et cependant concordant entre eux et avec moi, par le sens profond de la vie, de l’âme populaire.” MICHELET, Jules. “Article: Le Collège de France”. *Oeuvres Complètes de Michelet*, t. XX, *op. cit.*, p. 750. Grifos do autor.

Ainda que nunca mais enunciasse de forma tão vibrante esta visão concernente ao futuro da arte como em *Le Peuple* e nessas palestras de 1847-48, continuaria ao longo dos volumes restantes da *Histoire de France*, bem como em trabalhos posteriores, exaltando os escritores que afirmaram sua crença no progresso humano e rejeitando aqueles cuja “energia mal orientada” teria levado a uma perda de contato com o povo.

II

“O que a Revolução tinha de idéias, devia-as ao século XVIII, a Voltaire, a Rousseau. Ninguém, nos vinte anos que se passaram entre a grande época dos dois mestres e a Revolução, entre o pensamento e a ação, ninguém, digo, continuou seriamente sua obra.

Então a Revolução encontra o pensamento humano onde eles o deixaram: a ardente humanidade em Voltaire, a fraternidade em Rousseau, duas bases, por certo, religiosas, mas apenas colocadas, muito pouco formuladas.”

JULES MICHELET²⁶³

O século XVIII, com suas turbulentas forças internas que resultaram na Revolução de 1789 e na queda do absolutismo monárquico, tornou-se para Michelet uma das mais nobres eras da história da humanidade. Com o passar do tempo ele foi se convencendo de que os ideais democráticos de liberdade e justiça social só poderiam ser alcançados por meio da revolução, entendida não exclusivamente como os eventos de 1789, mas como a evolução de todo o pensamento moderno – em particular o movimento democrático –, evolução esta em que a Revolução Francesa teria sido o primeiro passo decisivo.

Estudiosos que refletiram ou ajudaram a causa revolucionária, mostrando ser eles mesmos uma parte do espírito humanitário da época, foram singularizados e elogiados pelo autor: em seu estudo sobre os escritores do século XVIII, do começo ao fim, ele é amigo daqueles que estavam afinados com a Revolução e inimigo “do resto”. Por exemplo, pouco apreciou *Barbier de Séville* (1755) ou *Mariage de Figaro* (1781) de Beaumarchais. Dirigido especialmente contra

as classes privilegiadas e fazendo uma sátira dos abusos da existência social, *Figaro* foi visto com desprezo por Michelet:

“Não gosto de *Figaro*. Não sinto na peça o espírito da Revolução. Estéril, completamente negativa, ela está a cem léguas do grande coração revolucionário. Não representa de forma alguma o homem do povo; é o lacaio atrevido, o bastardo insolente (...). A peça erra o alvo. Que o grande senhor seja um tolo, concordo. Mas quem quis que o vencedor fosse *Figaro*? Ele é pior do que aqueles que o atacam. Sente-se nele todos os vícios dos grandes e dos pequenos. Se essa palhaçada chegar, o que será do mundo? O que esperar daquele que ri da natureza, que zomba da maternidade, que macula o próprio altar, sua mãe!”²⁶⁴

Já no caso de Diderot, Michelet afirma que ele foi “o verdadeiro *Prometeu*”, porque mais que trabalhos “fez sobretudo homens”²⁶⁵. A passagem prossegue por mais de uma dúzia de páginas falando da dívida do mundo a esse que foi um dos autores da *Encyclopédie* e que, na visão do historiador, sintetizava as aspirações da Era das Luzes.

Do triunvirato – Montesquieu, Voltaire, Rousseau –, a quem Michelet acredita que o mundo moderno deve suas idéias de justiça²⁶⁶, mostraria maior simpatia pelo autor de *Émile*. Durante a redação da *Histoire de la Révolution française*, manteria seu pensamento em constante contato com esse escritor, o que pode ser evidenciado nas 73 referências isoladas a ele ao longo do trabalho, algumas ocupando vários parágrafos consecutivos. No entanto, o papel de Rousseau aqui difere daquele que Michelet lhe atribuirá cerca de vinte anos mais tarde quando o consideraria novamente nos capítulos sobre o século XVIII da *Histoire de France*.

Comparando as contribuições dos três autores no seu estudo da Revolução, Michelet diria: “Montesquieu escreve, interpreta o Direito. Voltaire chora e clama pelo Direito. E

²⁶³ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 382.

²⁶⁴ No original: “J’aime peu *Figaro*. Je n’y sens nullement l’esprit de la Révolution. Stérile, tout à fait négative, la pièce est à cent lieues du grand coeur révolutionnaire. Ce n’est point du tout là l’homme du peuple. C’est le laquais hardi, le bâtard insolent (...). La pièce manque son but. Que le grand seigneur soit un sot, d’accord. Mais qui voudrait que le puissant fût *Figaro*? Il est pire que ceux qu’il attaque. On lui sent tous les vices des grands et des petits. Si ce drôle arrivait, que serait-ce le monde? Qu’espérer de celui qui rit de la nature, se moque de la maternité, qui salit l’autel même, sa mère!” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, p. 240.

²⁶⁵ No original: “(...) le vrai *Prométhée* (...) il fit surtout des hommes.” *Ibid.*, p. 241. Grifo do autor.

²⁶⁶ “O homem aparece sob três figuras, Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Três intérpretes do Justo.” No original: “L’homme apparaît sous trois figures, Montesquieu, Voltaire et Rousseau. Trois interprètes du Juste.” *Ibid.*, p. 254.

Rousseau o funda”²⁶⁷. Este é o início de um trecho em que o historiador credita a Rousseau, mais do que aos outros, o estabelecimento da idéia de justiça em nossas mentes e corações:

“Calor, melodia penetrante, eis a magia de Rousseau. Sua força, tal como aparece no *Emílio* e no *Contrato Social*, pode ser discutida, combatida. Mas por suas *Confissões*, seus *Devaneios*, por sua fraqueza, ele venceu; todos choraram. Os espíritos estrangeiros, hostis, puderam repelir a luz, mas agüentaram o calor. Eles não escutaram a palavra; a música os subjogou. (...) Os deuses da harmonia profunda, rivais da tormenta, que trovejavam do Rhin aos Alpes, experimentaram eles mesmos o encanto todo poderoso da doce melodia, da simples voz humana, do pequeno canto matinal, emitido pela primeira vez sob a videira de Charmettes.”²⁶⁸

Contudo, um ano depois da referida passagem, encontramos reservas expressas de Michelet no que tange o impacto do estilo de Rousseau. Em uma de suas palestras no Collège de France, escrita na véspera da Revolução de fevereiro de 1848, observaria consternadamente:

“A língua do romance e a língua do raciocínio, mesmo apaixonadas, eloqüentes, como eram em Rousseau, são línguas medianas que se encontram em uma região intermediária onde as massas não vão. (...) A abstração e o romanesco, duas barreiras intransponíveis entre Rousseau e o povo.”²⁶⁹

Na concepção do historiador, duas categorias literárias gradualmente emergiram e tiveram um profundo efeito sobre os homens – “o romance” e “a fantasia” – e ambas devido a Rousseau, no seu entender ser responsável pela “dissolução do mundo moderno”:

²⁶⁷ No original: “Monstesquieu écrit, interprète le Droit. Voltaire pleure et crie pour le Droit. Et Rousseau le fonde.” *Ibid.*

²⁶⁸ No original: “Chaleur, mélodie pénétrante, voilà la magie de Rousseau. Sa force, comme elle est dans l’*Emile* et le *Contrat Social*, peut être discutée, combattue. Mais, par ses *Confessions*, ses *Rêveries*, par sa faiblesse, il a vaincu; tous ont pleuré. Les génies étrangers, hostiles, ont pu repousser la lumière; mais ils ont subi la chaleur. Ils n’écoutaient pas la parole; la musique les subjuguait. (...) Les dieux de l’harmonie profonde, rivaux de l’orage, qui tonnaient du Rhin aux Alpes, ont eux-mêmes senti l’incantation toute-puissante de la douce mélodie, de la simple voix humaine, du petit chant matinal, chanté la première fois sous la vigne des Charmettes.” *Ibid.*, p. 255.

²⁶⁹ No original: “La langue du roman et la langue du raisonnement, même passionnées, éloquentes, comme elles l’ont été dans Rousseau, sont des langues moyennes qui se tiennent dans une région intermédiaire où les masses ne vont pas. (...) L’abstraction et le romanesque, deux barrières infranchissables entre Rousseau et le peuple.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Septième leçon (27 janvier 1848)”, *op. cit.*, p. 348.

“*O reino da fantasia*. Depois do Rousseau racional que argumenta e discute vem o Rousseau irracional, encantado, mas tão mole, o amável autor de *Paul e Virginie*. Em seguida um grotesco Rousseau, bárbaro-bretão, no esforço, na torcida pelo *René* forte e que durará para sempre. Depois tantos outros, chorões, doentes, melancólicos, egoístas, que vão se lastimar de si mesmos e procurar o esquecimento descendo a encosta do narcotismo. Esse declive tem seus degraus. É o romance, é o tabaco. Mais tarde será o ópio, caminho certo e abreviado aos sonhos que estão na outra margem. *Até Rousseau nada de romances*. Ao menos, nada de romances que reinam absolutos. Nem Manon, nem Marianne, nem Pâmela, nem Clarisse faziam a revolução; admirava-se, é tudo. Mas sob a *Nova Heloísa*, se é domado, seduzido; copia-se, enfeita-se. Desde então, o romance é rei. Eis aqui sua chegada. A pátria é secundária, a religião secundária. A alma individual é tudo. Cada doença dessa alma, delicadamente analisada, observada pelo microscópio, aumentada, admirada, fomentada, tornar-se-á um mal favorito que cada um distinguirá de si. Todos, a partir desse momento, iremos acariciar nossas feridas para estimulá-las mais.”²⁷⁰

Após vinte anos, Michelet avaliaria como “extravagante” o retrato que havia feito de Rousseau na sua *Histoire de la Révolution française*. Ao reeditar o trabalho em 1868, anotaria: “Essas páginas sobre Rousseau foram escritas em 1847. Elas o exageram talvez. Em 1867, em meu Luís XVI, apresentei uma outra face do gênio de Rousseau. Registrando seus pontos de vista um a um, aproximei-me mais da verdade (...)”²⁷¹.

Não obstante suas críticas, aproveitaria a oportunidade para expor o legado do autor à literatura e ao pensamento francês. O “verdadeiro Rousseau”, escreve ele nesta época, é o Rousseau “do amor e da dor” – o Rousseau da *Nova Heloísa*, da *Carta sobre os espetáculos*, do *Contrato Social*, das *Confissões* e dos *Devaneios do caminhante solitário*. Michelet aceita sem questionar sua convicção de que o homem é por natureza virtuoso, feliz e livre, sendo corrompido pela sociedade, fonte da desigualdade. Mas sua maior contribuição, aos olhos do historiador, foi ter afirmado a crença em um fraternalismo exaltado que conduziria a um melhor

²⁷⁰ No original: “*Le règne de la rêverie*. Après le Rousseau raisonneur qui argumente et discute, vient le Rousseau non raisonneur, charmant, mais si mou, l’aimable auteur de *Paul et Virginie*. Puis un grotesque Rousseau, barbare-breton, dans l’effort, l’entorse, qui pourtant par *René* dure et toujours durera. Puis tant d’autres, pleureurs, malades, mélancoliques, égoïstes, qui vont se pleurant eux-mêmes, cherchant l’oubli, descendant la pente du narcotisme. Cette pente a ses degrés. C’est le roman, c’est le tabac. Plus tard, ce sera l’opium, chemin sûr et abrégé aux rêveries de l’autre rivage. *Jusqu’à Rousseau point de roman*. Du moins, point de roman qui règne. Ni Manon, ni Marianne, ni Paméla, ni Clarisse, ne faisaient de révolution; on admirait, c’est tout. Mas sous la *Nouvelle Héloïse*, ont est dompté, entraîné; on copie, on abéit. Dès lors, le roman est roi. Voici son avènement. La patrie est secondaire, la religion secondaire. L’âme individuelle est tout. Chaque maladie de cette âme, finement analysée, regardée au microscope, grossie, admirée, fomentée, deviendra un mal favori que chacun choiera en soi. Tous, à partir de ce moment, nous irons caressant nos plaies pour les irriter davantage.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, p. 260. Grifos do autor.

²⁷¹ MICHELET, Jules. “Prefácio de 1868”. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 33.

condicionamento moral. Por um processo de identificação de suas próprias paixões com aquelas do escritor, Michelet é sempre capaz, apesar de sérias objeções, de dar ênfase a essas qualidades inerentes ao seu trabalho e em transformá-lo num representante da consciência nacional.

Juntamente com Rousseau, Voltaire formaria o que o historiador chamou, em uma de suas palestras, “o império do espírito”. Foi seu sentido de compromisso e participação ativa nos eventos do período que mais admirou Michelet:

“Velho atleta! (...) toma a coroa! (...) A ti novamente, vencedor dos vencedores! Um século subsiste, por todos os combates, por toda arma e toda doutrina (oposta, contrária, não importa), você tem perseguido, sem se desviar jamais, um interesse, uma causa, a Humanidade santa (...)”²⁷²

Tão próximo está este espírito de Michelet, segundo ele próprio, que o fez usar a forma familiar “tu” ao se dirigir a Voltaire.

O século XVIII foi a idade heróica para Michelet. Ele o compreenderia como o período em que a humanidade finalmente emergiu triunfante afirmando a crença na liberdade e na justiça social: “A França fez a França, e o elemento fatal de raça parece-me secundário. É filha da sua liberdade. No progresso humano, a parte essencial é a força viva, a que se chama homem. *O homem é seu próprio Prometeu*”²⁷³. Essa visão do Iluminismo teria sido em parte revelada a Michelet por Vico e seu princípio da força ativa que antecipou vários pontos de vista dos *philosophes*, particularmente Rousseau e Voltaire. Em *Nos Fils*, concluiria:

“O que colocará à parte o século XVIII é que ele indagou, definitivamente revelou o princípio interior ao qual devemos tudo isso, *a força viva que fez a potência do homem*, a atividade de seu espírito, - e o que rege o espírito mesmo, a

²⁷² No original: “Vieil athlète! (...) à toi la couronne! (...) Te voici encore, vainqueur des vainqueurs! Un siècle durant, par tous les combats, par toute arme et toute doctrine (opposé, contraire, n’importe), tu as poursuivi, sans te détourner jamais, un intérêt, une cause, l’Humanité sainte (...)” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Huitième leçon (03 février 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 355.

²⁷³ No original: “La France a fait la France, et l’élément fatal de race m’y semble secondaire. Elle est fille de sa liberté. Dans le progrès humain, la part essentielle est à la force vive, qu’on appelle homme. *L’homme est son propre Prométhée.*” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 13. Grifos do autor.

vontade, - e na vontade o que lhe dá poder e eficácia, a *liberdade*. Aqui encontrou-se a base. ‘A liberdade é o próprio homem’.”²⁷⁴

Embora Montesquieu tivesse primeiramente expressado o princípio da “ação” como oposto à “esperança cristã” em suas *Cartas Persas* de 1721, Michelet creditaria a Voltaire tornar esta idéia um brado: “Voltaire, em suas Cartas inglesas e na carta contra Pascal, disse a grande palavra, o Símbolo moderno: ‘O propósito do homem é a ação’”²⁷⁵, ou ainda, “Voltaire (contra Pascal e o cristianismo) assenta a nova idéia: ‘O propósito do homem é a ação (1734)’”²⁷⁶. E continuaria:

“A Itália rompe enfim seu longo silêncio e diz (em 1726): ‘A humanidade se faz a si mesma por sua própria ação. É o homem que constrói seu destino (Fabrum suae quemque esse fortunae). Ele é seu próprio Prometeu (Vico)’. Isso de um só golpe apaga o *Discurso* de Bossuet. É a criação da História. Vico teve um pai? Se teve é Leibnitz, que cinquenta anos antes havia dito: ‘O homem é uma força ativa, uma causa que age incessantemente. De sorte que a idéia da existência só viria nele desta causa interior que é *ele*’. Vico sente isso na história, nos costumes e nas leis. Do momento que se sente os efeitos naturais de nossa atividade, pode-se explicá-los no passado, adivinhá-los no futuro, prepará-los, e também os homens, futuros atores da história que ainda há por vir.”²⁷⁷

²⁷⁴ No original: “Ce qui mettra à part le XVIII^e, c’est qu’il a recherché, définitivement révélé le principe intérieur auquel nous devons tout cela, *la force vive qui fait la puissance de l’homme*, l’activité de son esprit, - et ce qui régit l’esprit même, la *volonté*, - et dans la volonté ce qui la rend puissante et efficace, la *liberté*. Là, on a rencontré le fond. ‘*La liberté, c’est l’homme même*’.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, p. 435. Grifos do autor.

²⁷⁵ No original: “Voltaire, dans ses Lettres anglaises et la lettre contre Pascal, dit la grande parole, le moderne Symbole: ‘Le but de l’homme est l’action’.” *Ibid.*, p. 376.

²⁷⁶ No original: “Voltaire (contre Pascal et le christianisme), pose l’idée nouvelle: ‘Le but de l’homme est l’action (1734)’.” *Ibid.*, p. 436.

²⁷⁷ No original: “L’Italie rompt enfin son long silence et dit (en 1726): ‘L’humanité s’est faire elle-même par sa propre action. C’est l’homme qui forge sa fortune (Fabrum suae quemque esse fortunae). Il est son propre Prométhée (Vico)’. Cela d’un coup efface le *Discours* de Bossuet. C’est la création de l’Histoire. Vico a-t-il un père? S’il en a, c’est Leibnitz, qui, cinquante ans plus tôt avait dit: ‘L’homme est une force active, une cause qui agit incessamment. Tellement que l’idée d’existence ne lui vient que de cette cause intérieure qui est *lui*’. Vico sent cela dans l’histoire, dans les moeurs et les lois. Du moment que se sont des effets naturels de notre activité, on peut les expliquer dans le passé, les deviner dans l’avenir, les préparer, y préparer les hommes, futurs acteurs de l’histoire qui suivra.” *Ibid.* Grifo do autor.

Suas referências ao trabalho de Germaine de Staël sugerem uma dívida considerável do autor em relação à sua ênfase no papel da literatura na sociedade. Aos 27 anos, faria o seguinte apontamento:

“Há uma idéia (ou ideal) que pode me ser útil, em vários sentidos, ainda a desenvolver, que é a aliança da literatura e da história (...). Poderiam fazer o objeto de um discurso de distribuição de valor, que talvez se esconda na obra de Madame de Staël, e, mais tarde, decidirem a universalidade que uniria o ensinamento da história literária àquele da história política. (...) A literatura seria sobretudo considerada como expressão dos costumes.”²⁷⁸

Sabemos que Michelet leu pelo menos os dois grandes romances da escritora. Ainda estudante no ano de 1820, teceria este comentário acerca de *Corinne* e *Delphine*: “São bons livros aqueles de Madame de Staël, fecundos”²⁷⁹. Mas três dias depois, mudaria seu pensamento:

“(...) cometi uma falta: esse [*Delphine*] me seca o coração. (...) Desde então reparei que quase nada posso ler de romances sem me sentir bastante ávido pelas realidades. A amizade, a humanidade, o amor, sinto menos em todos esses; vivo no meu romance. Estas não são as leituras que preciso. Jamais começaria com aquelas que ficasse arrependido antes do fim da obra.”²⁸⁰

Nos anos que se seguiram, a atitude de Michelet para com o romance em geral endureceu no sentido de uma condenação. Como vimos, suas idéias literárias derivam dos

²⁷⁸ No original: “Il y a une idée (ou idéal) qu’il peut m’être utile, en plusieurs sens, de développer, c’est l’alliance de la littérature et de l’histoire (...). On pourrait en faire le sujet d’un discours de distribution de prix, qui peut-être rentrerait dans l’ouvrage de Mme de Staël, et, plus tard, décider[rait] l’université à unir l’enseignement de l’histoire littéraire à celui de l’histoire politique. (...) La littérature y serait surtout considérée comme expression des moeurs.” MICHELET, Jules. *Écrits de Jeunesse (Journal - 1820-1823, Mémorial, Journal des Idées)*. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix. Paris, Gallimard, s.d., p. 412. Anotação datada de 20 de setembro de 1825.

²⁷⁹ No original: “Ce sont de bons livres que ceux de Mme Staël, féconds.” *Ibid.*, p. 263. Nota de 13 de setembro de 1820.

²⁸⁰ No original: “(...) j’eus tort: cela [*Delphine*] me sèche le coeur. (...) J’ai déjà remarqué que je ne pouvais guère lire des romans sans me sentir assez sec pour les réalités. L’amitié, l’humanité, l’amour, je sens moins tout cela; je vis dans mon roman. Ce ne sont pas là les lectures qu’il me faut. Je n’en ai jamais commencé de telles que je ne m’en sois repenti avant la fin de l’ouvrage.” *Ibid.*, p. 264. Podemos encontrar outras observações de Michelet relativas aos

significados que ele lhes atribui tendo em vista seu pensamento de historiador, no qual a literatura poderia ser mais do que uma simples ilustração do mundo a nossa volta: poderia e deveria ajudar a transformar pensamento em ação.

No evento singular de 1789, Michelet sentiu que a humanidade finalmente teria se libertado. Os escritores do século XVIII foram julgados quase exclusivamente de acordo com suas associações aos ideais políticos e sociais provenientes da Revolução, e até que ponto seus escritos inspiraram o curso dos acontecimentos. Capítulos inteiros foram dedicados a Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Diderot, homens que teriam motivado o povo a agir pela causa da liberdade, justiça e dignidade humana.

Michelet não viveu para carregar sua história do século XIX além do banimento de Napoleão III. À exceção de alguns comentários dispersos e sua censura ao romance “romântico” por sua pintura do feio e da prostração moral, teria feito poucos julgamentos “literários” sobre seus coetâneos. Incluindo a literatura no alcance do seu estudo histórico, Michelet pleitearia, em termos gerais, por uma maior consciência histórica e pela criação de um novo tipo de obra literária que despertasse espontaneamente o fervor patriótico e elevados ideais humanos.

Como o desenvolveu ao longo da vida, seu idealismo republicano, comprometido com o progresso social, tomou uma qualidade visionária, de frenesi. Lionel Gossman habilmente observou que “qualquer que seja o assunto específico, o texto de Michelet é sempre estruturado por um princípio de antítese que determina a seleção dos seus elementos e gera um encadeamento de variações”²⁸¹, por exemplo, a liberdade triunfando sobre o destino, o espírito sobre a matéria, a vida sobre a morte. Detalhes históricos se subordinariam a esses temas maiores, a essa ideologia.

Em suma, Michelet não distingue literatura e história social, e assim sendo é incapaz de focar exclusivamente o objeto literário. Seu padrão de medida está refletido nos escritores que se tornaram os porta-vozes da consciência coletiva do povo: os que se aproximavam deste ideal eram louvados, os que divergiam dele reprovados.

romances de Staël em MICHELET, Jules. “Les femmes de la Révolution”. *Oeuvres Complètes de Jules Michelet*. Paris, Flammarion, t. XVI (1851-1854), 1980, pp. 389-392.

²⁸¹ GOSSMAN, Lionel. “Jules Michelet: histoire nationale, biographie, autobiographie”. *Revue de Littérature: Échos et Traces*. Paris, Larousse, n° 102, mai. 1996, p. 35.

III

“O amor é uma loteria, a graça é uma loteria. Eis a essência do romance. Ele é o contrário da história, não somente porque subordina os grandes interesses coletivos a uma sorte individual, mas porque não ama as vias dessa preparação difícil que na história produz as coisas. Ele se satisfaz sobretudo em nos mostrar os lances de dados que às vezes o acaso proporciona, em nos adular com a idéia de que o impossível freqüentemente se torna possível. Através dessa esperança, do prazer, do interesse, conquista seu leitor, mimado desde o início e disposto a segui-lo avidamente, a tal ponto que o talento, mesmo a esperteza, ser-lhe-iam dispensáveis. O espírito quimérico está interessado no enredo, quer que ele acabe bem.”

JULES MICHELET²⁸²

“A história será a marca do século XIX, ela lhe dará o seu nome da mesma maneira que a filosofia o havia dado ao século XVIII”. Assim se expressou Augustin Thierry no prefácio ao seu *Dix ans d'études historiques*, em 1834²⁸³. Numa época em que a história já era fortemente vivenciada, tanto como experiência individual quanto coletiva, nada a estranhar que ela passasse a ser experimentada também como *forma de conhecimento*. E uma forma de conhecimento exemplar: não mais a livre e arbitrária evocação do passado para o prazer do espírito e deleite da curiosidade, mas uma investigação indispensável que desse conta do estado presente de todas as coisas.

Destarte, para entender qualquer fenômeno da realidade vivida, não bastava trilhar os caminhos já conhecidos do saber, tidos como clássicos: revelar a essência interior de tal fenômeno ou a norma que lhe regia, já que sua natureza era imune ao turbilhão das circunstâncias e acidentes. Era necessário, nesta óptica historicizante, decifrar a origem, freqüentemente encoberta, do referido fenômeno; compreender o seu desenvolvimento peculiar, próximo ou remoto, no tempo passado; restituir sua particularidade, redimensionando-lhe sua “cor local” e seu sentido temporal. Ao invés da recuperação mecanicista do passado como um simples “conjunto de probabilidades”, como queria Voltaire, uma reabilitação compreensiva, humana,

²⁸² MICHELET, Jules. *A Bíblia da Humanidade*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1967, p. 244.

²⁸³ *Apud* SALIBA, Elias Tomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 53.

com profunda empatia, do passado – que projetasse, “como um facho de luz”, o sentimento interior dos indivíduos e dos povos em busca de sua própria identidade.

É claro que por trás desta visão nostálgica do passado como um refúgio quase sagrado, escondia-se, não raro, um olhar aristocrático que fazia da tradição um *imperativo* da história. Por outro lado, esta perspectiva também envolvia um propósito progressista ou, pelo menos, prospectivo, que ansiava igualmente em recorrer ao passado mas como um diálogo cruzado entre este e o presente, isto é, como uma autêntica evocação do pretérito.

Para apreender este murmúrio coletivo dos homens do passado, este gênio obscuro do povo, era preciso, no entender de Michelet, “fazer falar os silêncios da história, essas terríveis pausas em que ela nada diz e que são justamente os seus acentos mais trágicos”²⁸⁴. No lugar do despojado método voltairiano, de mera conjunção de probabilidades amarradas num abstrato preceito moral, a “ressurreição integral do passado”, na expressão de Michelet: o método de conservar, de todo o conjunto da documentação compilada, apenas o que parecia corresponder à idéia, ao símbolo que deveria animar seu relato e vivificar sua narrativa.

Nesse contexto, a atitude de Michelet para com os escritores da sua geração mais imediata – aqueles que nasceram por volta do início do século e cujos escritos alcançaram sua máxima expressão nos anos 1830 e 1840 – seria de crítica aos seus “empreendimentos enlouquecidos” que não salvaguardavam a honestidade do povo, bem como sua “indisposição” em produzir e divulgar uma literatura “saudável”, impregnada de valores morais. Na sua concepção, a estrutura “romântica” de pensamento representava uma “doença perigosa da alma”, o que o levaria a escrever em seu diário, num dia frio e nublado de meados de outubro de 1820, logo após a leitura de *Méditations poétiques* de Lamartine:

“Tal é a languidez moral e física em que me encontro que não posso me prestar a nada. (...) Estou morto ou vivo? Esta é quase uma questão para mim. Tudo me aparece semi-encoberto: não um sentimento vivo, não um pensamento. Sei que uma vez na vida é preciso viver, mas me parece que eu não estaria me queixando de morrer nos braços de minha ama de leite.”²⁸⁵

²⁸⁴ MICHELET, Jules. *Journal, op. cit.*, p. 378. *Apud* SALIBA, Elias Tomé, *ibid.*, p. 55.

²⁸⁵ No original: “Telle est la langueur morale et physique où je me trouve que je ne puis me déterminer à rien. (...) Suis-je mort ou vivant? C’est presque une question pour moi. Tout me paraît demi-voilé: pas un sentiment vif, pas une pensée. Je sais qu’une fois en vie, il faut vivre; mais il me semble que je ne me serais pas plaint du tout de

Esta primeira observação acoplada ao forte sentimento de “compromisso social” que devia guiar os escritores, incluindo o próprio Michelet, resultaria na sua condenação do romance por seus temas de desespero e lassitude moral. Pelo *Journal*, sabemos que ele leu muitos romances de seus contemporâneos – Eugène Sue, Balzac, Dumas pai, Sand, Hugo, Flaubert, Zola, entre outros –, mas existem poucos comentários específicos.

Com Balzac, Michelet foi antipático no que se refere aos seus retratos pouco lisonjeiros do homem comum, em que mostra ser ele mais uma vítima da sua natureza do que de uma sociedade injusta: “Li *Os Camponeses* de Balzac; má impressão, fiquei pálido por um momento”²⁸⁶. Além disso, o historiador culpava o romancista por acentuar a oposição entre ricos e pobres enquanto o objetivo devia ser a reconciliação: “Má impressão de Louis Blanc e Balzac, que querem fazer duas nações”²⁸⁷. *Les Paysans* não é o romance que Michelet achava que devia ser escrito sobre o tema dos camponeses, o que o levaria a propor uma reescrita da obra:

“Uma história santa! Aquela do casamento do agricultor com a terra, da apropriação: para ser apropriada é necessário que a terra seja dada ao trabalho da família, por conseguinte dividida, por mais que o camponês custe a ver desmembrado o domínio. Balzac, em *Os Camponeses*, não soube fazer sentir isso.”²⁸⁸

Já a escritora George Sand teria conquistado a admiração de Michelet, que foi leitor dos seus trabalhos e se correspondeu com ela várias vezes. No entanto, ele não foi partidário dos seus primeiros romances que tinham por tema a paixão e o direito da mulher em seguir seu próprio coração e afrontar a moral convencional. No *Journal* de 4 de julho de 1844, dedicaria alguns parágrafos ao exame de *Lélia*, *Indiana* e *Valentine*. Sobre *Lélia*: “Aqui não o ceticismo, mas o imenso vazio: a mulher é um elemento, atraente como a natureza, infatigável e sem base.

mourir entre les bras de ma nourrice.” MICHELET, Jules. *Écrits de Jeunesse (Journal - 1820-1823, Mémorial, Journal des Idées)*, op. cit., p. 280. Este apontamento é de 13 de outubro de 1820.

²⁸⁶ No original: “Lu *Le Paysans* de Balzac; mauvaise impression, j’en jaunis un moment.” MICHELET, Jules. *Journal*, op. cit., p. 591. Anotação datada de 18-19 de fevereiro de 1845.

²⁸⁷ No dia 20 de fevereiro de 1845, escreveria: “Mauvaise impression de Louis Blanc et Balzac, qui veulent faire deux nations.” *Ibid.*, p. 592.

²⁸⁸ No original: “Une histoire sainte! Celle du mariage du laboureur avec la terre, de l’appropriation: pour être appropriée, il faut que la terre soit proportionnée au travail de la famille, donc divisée, quoi qu’il puisse coûter de voir démembrer le domaine. Balzac, dans *Les Paysans*, n’a pas su faire sentir cela.” *Ibid.*, p. 598. Nota de 08 de abril de 1845.

(...) Livro demasiado cansativo, pleno de uma morte seca à italiana”²⁸⁹. Michelet aduziria Lélia e Pulchérie como dois lados da mesma mulher – George Sand, ela mesma num esforço sutilmente disfarçado de contestar os dois “fracos” amantes, Musset e Chopin. A seus olhos, *Valentine* divide esse aspecto com *Lélia*: “Os males e não os remédios. (...) O livro futuro: a igualdade no amor (...)”²⁹⁰. Finalmente, em *Indiana* o historiador afirma que a propensão da autora para situações desesperadas e terríveis conflitos emocionais é elevada a níveis absurdos de “chatice”, de “tédio”. “Ridículo por ridículo, conclui, “prefiro os romances cavaleirescos que exigiam dez anos de façanhas, de aventuras distantes, de combates contra os dragões e os gigantes. Qual a conclusão de tudo isso? Que o princípio é mau? Não, mas que é mal aplicado”²⁹¹:

“Um museu cirúrgico de todas as deformidades morais começava a ser exibido com Balzac. Seu livro de 1832 inicia a guerra ao casamento, onde a veia inesgotável de Lélia se lançava. Literatura de grande efeito que fundou solidamente um dos maiores traços desse tempo, o horror que o homem tem de se casar. (...) Desde então, assentei minha tenda à parte, ou antes, fui contra toda esta literatura. Chamei-a *mórbida* e não me retrato.”²⁹²

As maiores divergências entre os autores residiam em suas concepções de amor e de mulher. Michelet preconizava o papel do marido todo poderoso, protetor e educador, e da esposa fraca, submissa, obediente e “rainha do lar”. Sand reclamava para a mulher a liberdade e o direito à autonomia e à paixão, colocando a individualidade acima dos deveres da fidelidade conjugal. A

²⁸⁹ No original: “Ici, non le scepticisme, mais le vide immense: la femme est un élément, absorbante comme la nature, infatigable et sans fond. (...) Livre très fatigant, plein d’une mort sèche à l’italienne.” *Ibid.*, p. 571.

²⁹⁰ No original: “Les maux et non les remèdes. (...) Le livre futur sera: l’égalité dans l’amour (...)” *Ibid.*

²⁹¹ Em 10 de julho de 1844, faria este apontamento: “Ridicule pour ridicule, j’aimais mieux celui des romans chevaleresques qui exigeaient dix ans d’exploits, d’aventures lointaines, de combats contre les dragons, les géants. Quelle conclusion de tout ceci? Que la règle est mauvaise? Non, mais qu’elle est mal appliquée.” *Ibid.*, p. 572.

²⁹² No original: “Un musée chirurgical de toutes laideurs morales commençait à être exhibé dans Balzac. Son livre de 1832 commence la guerre au mariage, où la verve intarissable de Lélia se lançait. Littérature d’effet immense qui a solidement fondé un grand caractère de ce temps, l’horreur que l’homme a d’épouser. (...) Je plantai dès lors ma tente fort à part, ou plutôt contre toute cette littérature. Je l’ai appelée *morbide* et je ne m’en dédis pas.” MICHELET, Jules. “Chapitres non retenus. Le mot de Jouffroy. Impression de la salle Taitbout. Le choléra moral”. *Le Banquet ou l’unité de l’église militante. Oeuvres Complètes de Michelet*, t. XVI, op. cit., p. 664. Grifo do autor. Este texto foi redigido desta forma em 1869, a partir da versão inicial de um capítulo do livro II de *Le Banquet*.

esse respeito, Gabriel Monod comenta: “Michelet achava que G. Sand rebaixava a família e G. Sand achava que Michelet rebaixava a mulher”²⁹³.

Cerca de vinte anos mais tarde, Michelet leu *Jacques*, “obra mórbida”²⁹⁴, que data igualmente da primeira fase da escritora. Enquanto o romance ressaltava o importante tema da diferença de idade entre os amantes, Michelet não gostou do tratamento que Sand havia dado ao problema como algo impossível de ser resolvido:

“A maravilha não seria mostrar o *impossível* nessas uniões de idades diferentes, mas ao contrário o *possível*, de que maneira, apesar dos tempos, pode se fazer a fusão. Grande problema e tão útil! em uma sociedade onde as coisas se passam assim todos os dias.”²⁹⁵

Em carta a George Sand, Michelet também não deixa de exaltar o teatro e pregar a representação de peças populares, simples e edificantes como forma de se afastar dos “homens eminentes” e “alcançar o povo”:

“O teatro, o verdadeiro teatro, renovará o mundo. E se ele o fizer, senhora, será para você. Você sozinha possui todas as línguas, quando quiser será entendida pelo povo. No meu curso de 1847-48, já publicado, manifestei o desejo de uma renovação moral pelo teatro. Acredito ainda que a criação de um teatro aldeão, difundido no campo, seria o meio mais eficaz de restabelecer o povo no seu verdadeiro espírito nacional.”²⁹⁶

²⁹³ No original: “Michelet trouvait que G. Sand rabaissait la famille et G. Sand trouvait que Michelet rabaissait la femme.” *Apud* SIMON, Mireille. “Deux géants du XIX^e, Sand et Michelet”. *Présence de George Sand*. Echirrolles, Association pour l’étude et la diffusion de l’oeuvre de George Sand, n° 4, 1978, p. 23.

²⁹⁴ No original: “Ouvrage très morbide.” MICHELET, Jules. “Appendices”. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. II (1849-1860), 1962, p. 563. Comentário de 20 de junho de 1866.

²⁹⁵ No original: “La merveille ne serait pas de montrer l’*impossible* dans ces unions d’âge différent, mais ou contraire le *possible*, comment, malgré les temps, peut se faire la fusion. Haut problème et si utile! dans une société où les choses se passent ainsi tous les jours.” *Ibid.*, p. 578. Grifos do autor. Anotação datada de 29-30 de setembro de 1866.

²⁹⁶ No original: “Le théâtre, le vrai théâtre, renouvellera le monde. Et s’il le fait, madame, ce sera par vous. Vous seule avez toutes les langues. Quand vous le voudrez, vous serez entendue du peuple. Dans mon cours de 1847-48, que j’ai imprimé, j’exprimais le voeu d’une rénovation morale par le théâtre. Je crois encore que la création d’un

Existiram outras diferenças entre Sand e Michelet, que ela prontamente apontou em uma carta após ter recebido *Du prêtre, de la femme et de la famille*: “Eu sou utopista e você é reformador, não é a mesma natureza de espírito. (...) Você quer reformar a Igreja e modificar o padre; eu não quero nem esses padres nem essa Igreja”²⁹⁷.

Mas quando veio “o interesse de Sand pelo povo”, influenciada pelas teorias de Lammenais e Pierre Leroux – uma tendência afirmada por seu *Consuelo*, de 1842 – não existiu desavença entre eles. Consuelo tinha em suas veias o sangue do povo e uma pureza natural que era a sua defesa em todos os processos e tentações, e, por isso, Michelet evocaria ajustadamente o romance no começo do epílogo de *A feitiçeira*:

“Um belíssimo elã do coração, uma mulher extraordinária acredita finalmente ver o reconhecimento mútuo, a reaproximação, a união dos dois Espíritos cuja luta fez a Idade Média. Ao se olharem mais de perto, eles descobrem um pouco tardiamente que têm traços de parentesco. E se fossem irmãos e aquele velho combate não passasse de um mal-entendido? O coração fala e eles se enternecem. O orgulhoso proscrito e o doce perseguidor esquecem tudo, se enlaçam, se jogam nos braços um do outro (*Consuelo*).”²⁹⁸

Em uma de suas últimas referências a autora, Michelet indicaria a direção que ela indubitavelmente tomou: “O elã socialista pós-1830, abortado no Estado, continuará na literatura moral ou imoral, no romance de Sand, etc.”²⁹⁹.

Eugène Sue, por sua vez, pintava Paris como uma “selva urbana”. Das primeiras páginas de *Les Mystères de Paris*:

“Todo mundo leu aquelas páginas admiráveis, nas quais Cooper, o Walter Scott americano, delineou os costumes ferozes dos selvagens, sua língua pitoresca e poética, as mil astúcias com a ajuda das quais fogem ou perseguem os seus inimigos.

théâtre villageois, répandu dans la campagne, serait le moyen le plus puissant pour ramener le peuple dans le véritable esprit national.” MICHELET, Jules. Carta de 02 de abril de 1850. *Apud* SIMON, Mireille, *op. cit.*, p. 24.

²⁹⁷ No original: “Je suis utopiste, vous êtes réformateur, ce n’est pas la même nature d’esprit. (...) Vous voulez réformer l’Église et changer le prêtre; moi, je ne veux ni de ces prêtres, ni de cette Église.” SAND, George. Carta de 1º de abril de 1845. *Apud* SIMON, Mireille, *ibid.*, p. 23.

²⁹⁸ MICHELET, Jules. *A Feitiçeira*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 273.

²⁹⁹ No original: “L’élán socialiste après 1830, avorté dans l’État, continua dans la littérature morale ou immorale, le roman de Sand, etc.” MICHELET, Jules. *Journal*, t. II, *op. cit.*, p. 639. Nota de 22 de junho de 1869.

(...) Vamos tentar pôr ante os olhos do leitor alguns episódios da vida de outros bárbaros tão afastados da civilização quanto as tribos selvagens tão bem descritas por Cooper.”³⁰⁰

Marlyse Meyer em *Folhetim: uma história*³⁰¹, sustenta que Sue vestia-se de operário e ia deambular pelos bairros escusos de Paris, ignorados pela burguesia. Lá, ele teria observado, escutado, anotado e escrito uma longa introdução para justificar a narrativa situada num lugar de horror, narrativa esta que também seria censurada por Michelet:

“Descrevendo alguns lances que certamente nos aterraram, não podemos escapar a uma espécie de aperto no coração (...) consultamos nossos leitores sobre se devíamos desistir ou perseverar no nosso propósito (...) Todavia, alguma coisa nos anima: é a espécie de tímida curiosidade, que às vezes excita os espetáculos terríveis. (...)

Só que os bárbaros de quem falamos estão no meio de nós: podemos encontrá-los se nos aventurarmos nos covis onde vivem, onde se reúnem para acertar o crime, o roubo, para repartir os despojos de suas vítimas. Esses homens têm seus próprios costumes, mulheres próprias, uma linguagem que é só deles, misteriosa, cheia de imagens funestas, de metáforas de onde pinga sangue. (...)

Encetamos com certa desconfiança algumas cenas da história que se segue: primeiramente, porque temíamos que nos acusassem de escolher episódios repugnantes; e, em segundo lugar, porque receávamos que nos considerassem inferiores ao assunto, visto que nos cumpria reproduzir fiel, rigorosa e ousadamente os usos e costumes excêntricos que devíamos registrar. (...)

Prevenido já o leitor para a excursão que lhe propomos por entre os indivíduos da raça infernal que povoa as prisões e galés, e cujo sangue tinge os patíbulos... não terá dúvida em seguir-nos. Por certo achará novidades nesta investigação: e se de início o fizermos descer ao ínfimo degrau da escala social, conte desde já que no fim da história se achará envolvido por uma atmosfera cada vez mais pura.”³⁰²

³⁰⁰ No original: “Tout le monde a lu les admirables pages dans lesquelles Cooper, le Walter Scott américain, a tracé les moeurs féroces des sauvages, leur langue pittoresque, poétique, les mille ruses à l’aide desquelles ils fuient ou poursuivent leurs ennemis. (...) Nous allons essayer de mettre sous les yeux du lecteur quelques épisodes de la vie d’autres barbares aussi en dehors de la civilisation que les sauvages peuplades si bien peintes par Cooper.” SUE, Eugène, *op. cit.*, p. 31.

³⁰¹ MEYER, Marlyse, *op. cit.*

³⁰² No original: “En écrivant ces passages dont nous sommes presque effrayé, nous n’avons pu échapper à une sorte de serrement de coeur (...) nous nous sommes demandé s’il fallait nous arrêter ou persévérer dans la voie où nous nous engageons (...) Pourtant nous comptons un peu sur l’espèce de curiosité craintive qu’excitent quelquefois les spectacles terribles. (...) Seulement les barbares dont nous parlons sont au milieu de nous; nous pouvons les coudoyer en nous aventurant dans les repaires où ils vivent, où ils se rassemblent pour concerter le meurtre, le vol, pour se partager enfin les dépouilles de leurs victimes. Ces hommes ont des moeurs à eux, des femmes à eux, un langage à eux, langage mustérieux, rempli d’images funestes, de métaphores dégouttantes de sang. (...) Nous abordons avec

Michelet sempre insistiu que sua atitude não era “romântica” mas “realista”, sua história uma tentativa de “apagar os mitos sobre o passado”. No entanto, o realismo na literatura teria produzido um efeito que ele considerou “desagradável”, levando-o a protestar contra os escritos que não só “davam uma falsa idéia sobre a vida” como a pintavam de forma “cruel” e “desprezível”.

O famoso ensaio de Taine com então 27 anos, de 1855, sobre o estudo de Michelet da Renascença – no qual presta homenagem ao historiador como um “grande poeta” – lançaria sua carreira. A resposta educada de Michelet para o homem mais jovem foi a de um mestre ao seu estudante. Assinalou que a acusação de “poeta” era usada contra ele para justificar uma crítica negativa do seu trabalho, persistindo na originalidade e no valor da sua documentação sempre negligenciada pelos críticos:

“A M. Taine, Rua du Dragon [sem data, por volta de 1855]

Cavalheiro,

Vós me cumulastes de elogios como *escritor*, e vosso artigo é muito bom e muito sério, salvo que é parcial num ponto. Sendo novo na crítica, ignorais ainda que esse nome de *poeta* que me outorgais é justamente a acusação sob a qual se acreditou até agora espezinhar o historiador. Essa palavra respondeu a tudo. Em vão me esforcei por dar à história uma base séria e positiva numa infinidade de pontos. Exemplos: a história do banco (em meu livro da Reforma), o orçamento de Filipe (nas guerras de Religião etc.) A eleição de Carlos Quinto, tratada politicamente por Mignet, o foi por mim *financeiramente*, ou seja, na verdade. Mesmo assim se escreveu por toda a parte que eu era um historiador de *fértil imaginação*.

Eu vos saúdo cordialmente e peço que acrediteis em minha gratidão.

J. Michelet.”³⁰³

une double défiance quelques-unes des scènes de se récit. Nous craignons d’abord qu’on ne nous accuse de rechercher des épisodes repoussants, et, une fois même cette licence admise, qu’on ne nous trouve au-dessous de la tâche qu’impose la reproduction fidèle, vigoureuse, hardie, de ces moeurs excentriques. (...) Le lecteur, prévenu de l’excursion que nous lui proposons d’entreprendre parmi les naturels de cette race infernale qui peuple les prisons, les bagnes, et dont le sang rougit les échafauds... le lecteur voudra peut-être bien nous suivre. Sans doute cette investigation sera nouvelle pour lui; hâtons-nous de l’avertir d’abord que, s’il pose d’abord le pied sur le dernier échelon de l’échelle sociale, à mesure que le récit marchera, l’atmosphère s’épurera de plus en plus.” SUE, Eugène, *op. cit.*, pp. 31-32.

³⁰³ No original: “À Monsieur Taine, Rue du Dragon. Monsieur, vous m’avez accablé d’éloges comme *écrivain* et votre article est très fort et très sérieux sauf qu’il est partial, en un sens. Seulement, nouveau dans la critique, vous ignorez encore que ce nom de *poète* que vous me décernez, est justement l’accusation sous laquelle on a cru jusqu’ici accabler l’historien. Ce mot a répondu à tout. J’ai eu beau donner à l’histoire une base sérieuse et positive dans une infinité de points, exemples: l’histoire de la Banque (dans mon livre sur la réforme), les budgets de Philippe (dans les guerres de religion, etc.), l’élection de Charles Quint traitée politiquement par Mignet, l’a été par moi *financièrement*, c’est-à-dire dans la vérité. On n’en a pas moins écrit partout que j’étais un historien *d’une heureuse imagination*. Je vous salue cordialement et vous prie de croire à ma gratitude. J. Michelet.” *Apud* LE GOFF, Jacques.

Nesse período, o historiador estava exclusivamente comprometido com o ideal democrático. Em uma de suas últimas entradas sobre literatura no *Journal*, feita nas vésperas da guerra Franco-Prussiana (1870-71), nos faria sentir sua frustração e a urgência de sua visão:

“Qual ação resta aos escritores? Qual literatura possível? Aquela que abraçará de coração a situação, a comoção próxima... que aceitará toda a sorte e melhoramento geral, de perturbação pessoal, inquietudes, agitações, exílios, etc., que esclarecerá de antemão o caminho dos homens de ação, políticos, legisladores. É necessário para isso: 1. Restabelecer o lar (*Le Prêtre, L'Amour, La Femme*, 1845-58-59). 2. Fundar a educação (*L'Enfant*, 1869). 3. Esboçar a cidade do futuro na sua identidade política e religiosa (1846-1864-18..).”³⁰⁴

Desse modo, o presente trabalho se legitimaria como uma análise dos lugares políticos da História e da Literatura, já que Michelet retoma e defende em suas obras os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, enquanto os romancistas, no seu entender, frustrados com tais expectativas, desdenhariam a imagem do “povo soberano” que, segundo ele, se efetiva durante a Revolução Francesa, passando a relatar em seus romances as tragédias domésticas das classes ricas, o regime da propriedade que transforma os camponeses em devedores dos usurários da roça, além das cidades como locais de concentração dos condenados da justiça e reincidentes na criminalidade.

É importante ressaltar que, em virtude das limitações desta tese, optei por um exame mais minucioso da obra de Honoré de Balzac, em detrimento dos trabalhos de George Sand e Eugène Sue, sendo que de suas obras privilegiei *La Comédie Humaine*, que retrata a história da

“Michelet ou le XIX^e siècle, siècle de l’Histoire”. *Cinq personnages d’hier pour aujourd’hui*. Bouddha, Abélard, Saint François, Michelet, Bloch. Paris, La Fabrique, 2001, pp. 70-71. Tradução encontrada em BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 84-85. Grifos do autor. Em referência à “acusação” de Taine, Michelet explicitaria no Prefácio de 1869: “(...) minha história, acusada tão vivamente ‘de poesia, de paixão’, conservou, ao contrário, a firmeza e a lucidez mesmo nos assuntos tocantes onde talvez ela seria desculpada por se enganar.” No original: “(...) mon histoire, accusée si légèrement ‘de poésie, de passion’, a gardé au contraire la fermeté et la lucidité, même aux sujets touchants où il serait peut-être excusable de s’aveugler.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 23.

³⁰⁴ No original: “Quelle action reste aux écrivains? Quelle littérature possible? Celle qui embrassera d’un grand coeur la situation, l’ébranlement prochain... qui acceptera toutes chances et d’amélioration générale, et de trouble personnel, inquietudes, agitations, exils, etc., qui éclairera d’avance la voie des hommes d’action, politiques, légistateurs. Il faut pour cela: 1. Raffermer le foyer (*Le Prêtre, L'Amour, La Femme*, 1845-58-59). 2. Fonder l’éducation (*L'Enfant*, 1869). 3. Esquisser la cité de l’avenir dans son identité politique et religieuse (1846-1864-18..).” MICHELET, Jules. *Journal*, t. II, *op. cit.*, p. 639. Este apontamento é de 21 de junho de 1869.

moderna sociedade francesa. Dentro dessa série de romances, a escolha de *Les Paysans* se justificaria em função de tratar basicamente da questão dos camponeses, tema central da obra de Michelet³⁰⁵.

No que se refere aos literatos “românticos” criticados pelo historiador, tanto Honoré de Balzac, como também Eugène Sue em grande medida, compõem uma vasta obra em meio à indústria editorial, que naquele momento criava simultaneamente o fenômeno da grande imprensa e da ficção para as massas³⁰⁶. Era o início da industrialização e comercialização da literatura³⁰⁷, no qual se estabeleceriam verdadeiras fábricas de produção de romances elaborados quase mecanicamente como quaisquer outros artigos de uso comum, tornando a obra literária uma “mercadoria” na verdadeira acepção do termo: tem o seu preço fixo, produz-se de acordo com um padrão e é fornecida em dia prefixado.

Com isso, a moda dos romances sentimentais, publicados nos jornais sob a forma de folhetins³⁰⁸, cujos assuntos giravam em torno de seduções e adultérios, de atos de violência e crueldade, era consumida por um número cada vez maior de leitores que, em busca de aventuras e emoção, não olhava mais para a qualidade dos livros como os leitores eruditos de outrora³⁰⁹.

Assim, para ir ao encontro da enorme procura do momento, os autores populares aliam-se aos escribas literários que os auxiliam a produzir obras em série, uma vez que os donos de editoras preferiam publicações em muitos volumes como forma de garantir que o leitor que tivesse lido o primeiro lesse os demais. Os escritores, naturalmente, não deixavam de se adaptar às exigências da moda, estirando seus romances através da multiplicação dos episódios,

³⁰⁵ *Les Paysans*, lido em 18 e 19 de fevereiro de 1845, pouco depois da decisão de escrever *Le Peuple*, causou em Michelet uma “má impressão”. Para mais detalhes desta referência, consultar notas 285 e 286.

³⁰⁶ No que tange a expansão da indústria editorial no início do século XIX, não podemos deixar de ver BALZAC, Honoré de. *Ilusões Perdidas*. São Paulo, Abril Cultural, 1981. Sobre o acesso ao livro: “Durante a primeira metade do século XIX, o livro custa caro. Sob a Restauração, a compra de um romance novo absorveria um terço do salário mensal de um assalariado agrícola. Explica-se assim a rarefação da rede de livrarias, até o auge do Segundo Império. Por isto mesmo a locação se impõe.” CORBIN, Alain. “O segredo do indivíduo”. PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 4, 1991, p. 489.

³⁰⁷ Quanto ao destino da literatura diante dessa nova máquina de representar o mundo, o jornal de massa, ver WISNIK, José Miguel. “Ilusões Perdidas”. NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, pp. 321-343.

³⁰⁸ De acordo com Hauser, o romance em folhetins representava “uma democratização sem precedentes da literatura e uma redução completa do público que lê, a um mesmo nível.” HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo, Mestre Jou, t. II, 1972, p. 896. Para uma análise da história do folhetim, ver MEYER, Marlyse, *op. cit.*

arrastando os heróis por uma série interminável de aventuras e interrompendo a ação do fim de um volume no ponto culminante, com o fito de instigar a curiosidade do leitor³¹⁰.

Graças a essa paraliteratura de mercado, os poderes se abrem aos novos “negociantes de letras”, dentre eles Balzac, que, se no começo edita obras alheias para obter o lucro necessário à sobrevivência, depois se atira, por motivos financeiros, à aventura do romance-folhetim, passando a escrever freneticamente para ganhar o dinheiro que lhe permitisse levar a vida de um *dandy* parisiense³¹¹.

Tal como afirma Paulo Rónai³¹², apesar de não ter a espontaneidade da maioria dos escritores românticos, em que o ato de redigir representava “o desabrochar harmonioso do pensamento”, Balzac põe-se a escrever sobre um passado muito próximo, contíguo ao seu próprio tempo: no conjunto de sua obra, o romance histórico constituiria uma exceção, uma vez que se compenetra cada vez mais na tarefa de escrever a “história dos costumes” da sociedade francesa de seu tempo.

Foi nesse contexto de difusão da indústria editorial no início do século XIX e da decorrente possibilidade de se obter vantagens econômicas desse evento que *La Comédie Humaine* foi concebida, tendo em vista realizar a maior fusão já conseguida da literatura com a

³⁰⁹ Sobre o interesse das classes populares por essa literatura de crimes e ilegalidades presente nos folhetins, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 12ª ed., Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 58-61.

³¹⁰ Em 1824 havia em Paris 47 mil assinantes de jornal, sendo que em 1836 já eram 70 mil e em 1846, 200 mil. Como demonstra Walter Benjamin, *La Presse*, o jornal de Girardin, teve papel decisivo nesse aumento devido a três importantes inovações: a redução do preço da assinatura para 40 francos anuais (que antes custava 80), o anúncio e o romance-folhetim. BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 23. No que toca à produção acelerada do folhetim, Renato Ortiz transcreve uma nota de Girardin a Balzac: “30 de maio de 1837: O senhor compreende que para *La Presse* é da maior importância que um de seus romances apareça no mais tardar dia 25 de junho. Esperando pelas correções que você faça, não há um minuto a perder...; 31 de maio: agradeço sua resposta. Se pudéssemos começar antes do dia 25 de junho, seria melhor... sou ogridado a lembrá-lo de que *La Presse* se dirige a 15 mil assinantes, e que é nos salões que ele encontra, entre as mulheres, um maior número de leitores. Portanto, se o assunto permite que nada exista que possa ferir sua suscetibilidade e pudor, isto seria uma ocasião para um imenso sucesso.” *Apud* ORTIZ, Renato, *op. cit.*, p. 95.

³¹¹ A respeito da ânsia do dinheiro e do lucro na imprensa, Gramsci comenta: “Os jornais são organismos político-financeiros e não se propõe divulgar as belas-letas ‘em suas colunas’, a não ser que estas belas-letas aumentem a receita. O romance de folhetim é um meio para a difusão desses jornais entre as classes populares (...)” GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. 3ª ed., São Paulo, Civilização Brasileira, s.d., p. 104.

³¹² RÓNAI, Paulo. “A vida de Balzac”. Apresentação à obra BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Privada*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Globo, v. I, 1955, p. XLVIII.

vida real: por volta de 1833, esse “espadachim das idéias e das reputações”³¹³ vislumbrou a idéia de ligar todas as personagens de suas obras para com elas formar como que uma única sociedade:

“No momento da publicação do Prefácio, em 1842, o ciclo monumental dos romances de Balzac já se achava bastante adiantado: muitos dos melhores romances já haviam sido publicados, outros já existiam esboçados na mente do escritor. O processo de unificação imaginado por este, que consistia na volta sistemática das mesmas personagens nos livros sucessivos, estava em funcionamento desde 1833; o romancista o havia introduzido, à medida das reedições, nas obras anteriores àquela data. Os romances estavam divididos em vários grupos: Estudo dos Costumes, Estudos Filosóficos e Estudos Analíticos. Faltava, no entanto, um título de conjunto. Balzac teve a sorte de encontrá-lo; e foi um título tão poderoso e sugestivo – Comédia Humana – que revelou aos leitores, num relance, o caráter monumental desse empreendimento literário, que já acompanhavam, sem dúvida, com o maior interesse, mas cujas verdadeiras proporções lhes ficaram até então despercebidas, por terem-no visto nascer do nada e desenvolver-se aos poucos.”³¹⁴

No intuito de construir a história da moderna sociedade francesa, Balzac põe-se a pintar uma multidão de personagens e cenários que dão vida à série de romances *La Comédie Humaine*, obra que apesar de concluída em 1850, se consagrará como o “espelho” do século XIX ao retratar a vida social francesa no seu mais violento estado. Não pretendendo reformar os homens, procura reproduzi-los com as suas diferentes máscaras, propondo ser o espelho onde viriam refletir-se, de forma descomedida e desenfreada, todas as fatalidades humanas. Isso pode ser evidenciado no interior dos dezessete volumes e, em especial, no romance *Les Paysans*, no qual o autor apresenta seus heróis como “caracteres fixos, males necessários e defeitos inevitáveis”, considerando o homem como uma simples mola que as circunstâncias dirigem, não acreditando, portanto, na possibilidade de sua transformação.

Quase cem anos após a publicação da *Histoire naturelle*, de Buffon, Balzac lança seu prefácio à *Comédie Humaine*. Nesta obra, afirma Lepenies, o escritor pretende fazer com a sociedade aquilo que Buffon delegava à zoologia, ou seja, quer analisar as espécies sociais que

³¹³ Ao qualificar Balzac de “espadachim das idéias e das reputações”, Wisnik se refere à exuberância de personagens que ele põe em ação em seus romances e ao vigor das suas descrições de pessoas. WISNIK, José Miguel, *op. cit.*, p. 321.

³¹⁴ RÓNAI, Paulo. “Prefácio à Comédia Humana”. BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Privada*, *op. cit.*, p. 05.

constituem a sociedade francesa e escrever a verdadeira história da moral que a maioria dos historiadores, concentrados no brilho e na miséria das conquistas militares e das ações do Estado, esquecem de relatar:

“A sociedade francesa ia ser o historiador, eu nada mais seria do que seu secretário. Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres homogêneos, poderia, talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes. Com muita paciência e coragem, eu realizaria para a França do século XIX esse livro que todos lamentamos não nos terem deixado Roma, Atenas, Tiro, Mênfis, a Pérsia, a Índia, sobre sua civilização (...)”³¹⁵

Aos olhos de Lepenies, Balzac é herdeiro, mas é também criador. Sua obra estaria vinculada à velha história natural ao mesmo tempo em que fazia concorrência a uma nova disciplina: a ciência social. O próprio Balzac havia formulado essa pretensão, pois originalmente pretendeu dar um outro título a seu trabalho: em vez de *Comédie Humaine*, deveria chamar-se *Études sociales*, e quando se autodesignava *docteur ès sciences sociales*, havia aí muito pouca ironia e bastante convicção a respeito do próprio trabalho:

“Aprendendo bem o sentido da referida composição, reconhecer-se-á que atribuo aos fatos constantes, cotidianos, secretos ou patentes, aos atos da vida individual, às suas causas e aos seus princípios, a mesma importância que até agora os historiadores atribuíram aos acontecimentos da vida pública das nações.”³¹⁶

Balzac se vê e se diz historiador da história social, reivindicando um campo de investigação que os historiadores têm deixado inexplorado, no seu modo de ver:

³¹⁵ Apud RÓNAI, Paulo, *ibid.*, p. 14. Conforme Graham Robb, no prefácio de 1842 à *Comédia Humana*, Balzac “anuncia sua comparação de tipos humanos com espécies animais; sua teoria de que toda a criação provém de uma única entidade primordial e se diversifica sob a influência do meio; o poder destrutivo da paixão e o poder aperfeiçoador da sociedade; as ‘duas verdades eternas’ que guiavam o autor – a monarquia e a religião –; seu desejo de retratar ‘as duas ou três mil figuras destacadas de uma época’; de escrever a história épica que faltava às civilizações mais antigas.” ROBB, Graham. *Balzac. Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 330-331.

³¹⁶ Apud RÓNAI, Paulo, *ibid.*, p. 19.

“Não, o drama aqui não é restrito à vida privada, agita-se mais alto ou mais baixo do que ela. Não esperem paixão; nem por isso a verdade será menos dramática. De resto, o historiador jamais deve esquecer que sua missão consiste em dar a cada um a sua parte: o rico e o desgraçado são iguais perante a sua pena (...)”³¹⁷

Multiplicam-se as citações desta espécie:

“Ao copiar toda a sociedade, ao interpretá-la na imensidade das suas agitações, aconteceu, tinha de acontecer, que tal composição apresentasse mais de mal que de bem; que uma determinada parte do quadro representasse um grupo culpado: daí a crítica a bradar ‘imoralidade’, sem fazer observar a moralidade de outra parte destinada a formar um contraste perfeito. Como a crítica ignorava o plano geral, eu lhe perdoava tanto mais facilmente, atendendo a que não se pode impedir a crítica, como não se pode impedir o exercício da visão, da linguagem e do julgamento. De resto, ainda não sou para mim a hora da imparcialidade. Aliás, o autor que não sabe dispor-se a arrostar o fogo da crítica não deve escrever, da mesma forma que um viajante não se deve por a caminho contando com um céu perenemente sereno. Neste ponto, cumpre-me observar que os mais conscienciosos moralistas têm fortes dúvidas de que a sociedade possa oferecer tantas boas quantas más ações, e no quadro que dela faço encontram-se mais personagens virtuosas do que personagens censuráveis. As ações repreensíveis, as faltas, os crimes, dos mais leves aos mais graves, nele encontram sempre o castigo humano ou divino, ruidoso ou secreto. Fiz melhor do que o historiador, porque sou mais livre.”³¹⁸

Ao escrever *Les Paysans*, Balzac procura retratar a história do campo e dos homens que o habitam, atendo-se, principalmente, ao problema das relações entre grandes proprietários e camponeses em termos inequívocos de luta de classes³¹⁹, com vistas a demonstrar que o regime da propriedade, que se efetivou durante a Revolução Francesa, é desfavorável aos homens do campo à medida que os transforma em eternos devedores dos usurários, tornando-os rudes,

³¹⁷ BALZAC, Honoré de. “Os Camponeses”, *op. cit.*, 32.

³¹⁸ *Apud* RÓNAI, Paulo. “Prefácio à Comédia Humana”, *op. cit.*, p. 17.

³¹⁹ No que se refere a luta de classes entre proprietários e camponeses, o próprio Marx exaltaria a obra de Balzac em certo trecho de *O Capital*: “notável pela sua compreensão profunda das revelações reais.” *Apud* RÓNAI, Paulo. Introdução à obra BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Parisiense*, *op. cit.*, p. 10. Karl Marx e Friedrich Engels afirmaram ter aprendido mais com Balzac do que com todos os historiadores e economistas profissionais – “Guizot e tutti quanti”, como reza sua expressão maldosa. Declararam que Balzac viu e fixou, melhor do que ninguém, a sociedade resultante da Revolução Francesa, a cidade grande na qual os indivíduos travariam uma luta feroz e amoral pela sobrevivência, a passagem do mundo rural para o industrializado, o novo poder constituído pelo jornalismo, o naufrágio dos valores do *Ancien Régime* e o predomínio absoluto do dinheiro na nova sociedade burguesa.

gananciosos, egoístas e, acima de tudo, astutos na luta impiedosa e cruel dos homens entre si. Essa disposição da obra permite compreender o contexto em que Balzac cria os protagonistas de seu livro, que não fazem parte da massa do proletariado agrário, mas pertencem à classe relativamente reduzida de seus exploradores imediatos, dentre eles os camponeses enriquecidos, os usurários da roça, os taberneiros, os cabos eleitorais, bem como os pequenos potentados locais com tendência ascendente para a burguesia e que enriquecem igualmente à custa dos ricos e dos pobres:

“Muito mais que o senhor aristocrata, cujo contato com a terra não é íntimo e que passa a maior parte da sua vida na corte, eles [os usurários] expremem e tiranizam o povo da gleba: mas, como pela sua ação destruidora facilitam o desmoronamento e o parcelamento dos latifúndios, trabalham, em última análise, em proveito deste e contra aquele.”³²⁰

Desse modo, não se deixando levar por quaisquer ilusões quanto à “pureza moral” ou à “natureza genuína” dos homens do campo, tal como veremos em grande medida nas obras de Jules Michelet, Balzac pretende desmontar um dos “lugares comuns” do romantismo herdado de Rousseau, a bondade *natural* do homem³²¹: se os indivíduos são bons por natureza, os melhores seriam aqueles que levam a vida mais natural, ou seja, os camponeses.

³²⁰ RÓNAI, Paulo, *ibid.*, p. 11. Segundo Lukács, esse triângulo, formado pelos camponeses, os capitalistas usurários do campo e das pequenas cidades e os grandes proprietários, onde cada parte combate as outras duas, seria a base da composição de Balzac. E essa “luta de classes” pela dominação econômica daria à obra toda a riqueza e variedade: “(...) Balzac decompõe toda instituição social numa rede de lutas pessoais de interesse, de oposições concretas entre as pessoas, de intrigas, etc. (...) porque cada personagem que participa de tais conflitos de interesses é, ao defender seus interesses pessoais, o *representante de uma classe precisa*.” No original: “(...) Balzac décompose toute institution sociale en un réseau de luttes personnelles d’intérêts, d’oppositions concrètes entre des personnes, d’intrigues, etc. (...) car chaque personnage qui participe à de tels conflits d’intérêts est, tout en défendant ses intérêts personnels, le *représentant d’une classe précise*.” LUKÁCS, Georg. “Les Paysans”. *Balzac et le réalisme français*. Paris, François Maspero, 1967, pp. 41-42. Grifos do autor.

³²¹ Em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1755, Rousseau descreve os efeitos corruptores da sociedade sobre os seres humanos, os quais, acreditava ele, eram originalmente bons e inocentes. A propriedade privada e a divisão do trabalho teriam então criado uma desigualdade – de origem social e não natural – e uma falsa moralidade, restando às pessoas se unirem por meio da livre associação para formar uma sociedade civil, à qual prestariam obediência. O contrato social seria, assim, a única base legítima para uma comunidade que deseja viver de acordo com os pressupostos da liberdade humana, na qual cada um se une a todos, porém, obedece apenas a si mesmo, permanecendo livre como antes de estabelecer o contrato. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes*. Paris, Éd. Sociales, Collection “Les Classiques du Peuple”, 1971 e *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*. Paris, Librairie Garnier Frères, 1931.

No intuito de contradizer esta idéia, Balzac inicia um estudo dos costumes da vida rural, na tentativa de comprovar que o quadro idealista dos hábitos campestres, tão freqüente nos romances da época, não correspondia à realidade, já que esta mostrava sobretudo a astúcia dos camponeses em enganar seus compatriotas, os interesses que predominavam sobre um sentimento do bem e do belo, assim como a constante embriaguez desses indivíduos nas tavernas, consideradas como o *parlamento* do povo.

Ao retomar alguns títulos dos capítulos desta obra, dentre eles “Quem tem terra, tem guerra”, “Uma bucólica esquecida por Virgílio”³²², “A taverna”, “Os inimigos face a face”, “Uma história de ladrões”, “Da mediocracia”, “O Oaristis: XXVII égloga de Teócrito pouco apreciada no tribunal do júri”³²³, “Como a taverna é o parlamento do povo” e “O usurário do campo”, podemos observar como Balzac vai retratar o povo: na sua opinião, além de interesseiros e malvados, os camponeses eram ladrões e ingratos, pois, acreditando na ineficiência da lei, mantinham negócios escusos desrespeitando por completo os bens e propriedades alheios³²⁴.

Assim, Balzac inicia seu romance relatando o que se passou com Emílio Blondet que, ao explorar o vale do Avonne³²⁵, encontra o prazer da vadiação ao se defrontar com o tédio da vida campestre e se vir privado de todos os seus hábitos. Além disso, demonstra que ao se deparar com um homem do campo, conhecido por todos como Fourchon, Blondet começa a admitir a realidade do tipo camponês que se vê nas antigas tapeçarias, nos velhos quadros e nas

³²² Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), poeta romano, dedica-se à poesia pastoral escrevendo suas élogas *Bucolica* (escritas em Roma, entre 42 e 39 a.C.) como forma de elogiar a vida nos campos. Mas Balzac, ao intitular um dos capítulos de seu livro “Uma bucólica esquecida por Virgílio”, desejava mostrar que esse canto às belezas campestres e a nostalgia do homem da grande cidade ante a vida na natureza, que se lhe afigura como ócio dignificado, era algo que não correspondia à realidade dos campos do início do século XIX, sendo portanto uma “bucólica esquecida (de ser exaltada) por Virgílio”. *Nova Enciclopédia Ilustrada Folha*. São Paulo, Publifolha, v. 2, 1996, p. 988.

³²³ Teócrito (330 a.C.-250 a.C.), poeta grego, criou o gênero da bucólica e foi autor de muitas élogas e epigramas. Como homem da cidade, onde a vida parecia corrupta e ingrata, sentia nostalgia pela existência pura e simples nos campos, tal como quando escreve seu XXVIIº idílio, cujo título *oaristis* significava “conversa amorosa”, que retrata o encontro amoroso de um pastor e de uma pastora. Mas ao se referir a essa poesia em sua obra, Balzac pretende demonstrar que o *oaristis* foi pouco apreciado no tribunal do júri, uma vez que o encontro amoroso e fraterno entre os homens do campo não se efetivava na realidade moderna. *Ibid.*, p. 936.

³²⁴ É importante ressaltar que *Les Paysans* foi dirigido “contra o povo e a democracia”, o que fez o autor acrescentar algum tempo depois, na dedicatória do livro ao tutor e amigo Gavault, que a “França inteira abriu os olhos e os ouvidos para esta obra”, o que mostra o quanto Balzac foi censurado na época por haver “pintado mal a gente do povo”, neste caso o camponês.

³²⁵ Avonne é o riacho que vai lançar-se, à altura de La-Ville-aux-Fayes, num dos afluentes mais consideráveis do Sena. A disposição geográfica do Avonne, navegável num percurso de cerca de quatro léguas, valorizou as florestas das Aigues, de Soulanges e de Ronquerolles. A pequena cidade de Soulanges é apresentada por Balzac como um lugar mundano e de distrações, localizado a aproximadamente seis quilômetros de Blangy (burgo comercial) e a igual distância de La-Ville-aux-Fayes, capital do vale das Aigues.

velhas esculturas, e que até então lhe parecera fantástico: “– Que idéias, que costumes poderá ter um ente desta espécie, e em que pensará ele?”, conjecturava Blondet, cheio de curiosidade, “– Será meu semelhante? Só temos em comum a forma, e mesmo assim ...”³²⁶.

A partir daí, Balzac passa a descrever a vida no campo sob o olhar do parisiense Blondet, o que incluía o relato de construção das casas dos camponeses, bem como as espécies de flores e animais lá existentes. Mas apesar do florido e do ar campestre, o autor não deixa de mencionar o cheiro forte e nauseante do vinho e da comida que exalava das tavernas, além dos maus costumes e das vicissitudes da vida social ou privada do campo.

Antes de mais nada, Balzac procura mostrar que várias atividades eram desenvolvidas nas tavernas, sendo que além de “distráírem-se” com as criadas, os trabalhadores iam para lá fechar seus negócios, saber as novidades colhidas pelas filhas de Tonsard, dono do Grand-I-Vert, uma das mais importantes tavernas da região, por Fourchon e seu “sobrinho” Mosquito, ou trazidas por Brunet, o mais célebre oficial de justiça de Soulanges; ali se fixava o preço do feno, do vinho, dos dias de serviço e das empreitadas. O Grand-I-Vert servia de ponto de reunião para os assaltantes, do mesmo modo que Tonsard, como dono da taverna, acabou tornando-se chefe deles pelo terror que inspirava no vale.

Ao retratar o sogro de Tonsard, Fourchon, o autor comenta que de sitiante passou a jornalista beberrão, preguiçoso, mau e rabugento, capaz de tudo, tal como as pessoas do povo que de certa prosperidade voltam a cair na miséria: o genro preguiçoso agora encontrara um sogro vadio³²⁷.

Para Carlos, criado de Blondet, no campo todos aparentam uma vida honesta, mas na realidade deve-se desconfiar de tudo, principalmente das pessoas que lá vivem, tal como a mulher

³²⁶ BALZAC, Honoré de. “Os Camponeses”, *op. cit.*, 38.

³²⁷ Para Fourchon, não havia diferença entre camponeses e baderneiros, tal como quando afirma: “– Não quero desmenti-lo, senhor padre, pois, o senhor sabe mais do que eu, e talvez possa me explicar o seguinte: Aqui estou eu, não é mesmo? O preguiçoso, o vagabundo, o imprestável tio Fourchon, que teve educação, que já possuiu um sítio, que caiu na desgraça e não se levantou mais!... Pois bem, que diferença há entre mim e esse bravo, esse honrado tio Viseron, vinhateiro de setenta anos (ele é da minha idade), que durante sessenta cavou a terra, se levantou todos os dias antes do amanhecer para ir trabalhar, forjando um corpo de ferro e uma bela alma? Está tão pobre quanto eu. Pechina, a neta dele, trabalha em casa da Sra. Michaud, ao passo que o meu pequeno Mosquito é livre como um passarinho... Então aquele pobre homem, como recompensa de suas virtudes, recebe o mesmo castigo que eu pelos meus vícios? Ele não sabe o que é um copo de vinho, é sóbrio como um apóstolo, e enterra os mortos, ao passo que eu faço os vivos dançarem. Ele comeu o pão que o diabo amassou, enquanto eu me divertia como um bom filho do demo. Progredimos tanto um como o outro, temos a mesma neve na cabeça, o mesmo dinheiro na algibeira, e eu ainda forneço a ele corda para tocar sino. É republicano, e eu sou publicano, eis aí. Pode o camponês ir pelo bom ou pelo mau caminho, como quiserem, ele vai como veio, de trapo, e os senhores de pano fino!...” *Ibid.*, p. 78.

de Tonsard que incentivava seu marido nos vícios, tanto que instalou o botequim do Grand-I-Vert, cujos primeiros fregueses foram criados das Aigues, guardas e caçadores: “Com o tempo, trabalhadores e vadios da região afeiçoaram-se à taverna do Grand-I-Vert, tanto pelos dotes da mulher de Tonsard³²⁸ como pela camaradagem existente entre aquela família e a gente miúda do vale”³²⁹.

Embora todo mundo soubesse como aquela família era pobre de princípios e de escrúpulos, ninguém dizia nada a respeito dos costumes do Grand-I-Vert:

“No começo desta Cena, torna-se necessário, de uma vez por todas, explicar às pessoas habituadas à moralidade das famílias burguesas, que em matéria de costumes domésticos os camponeses não têm nenhuma delicadeza; só invocam a moral a propósito de uma filha seduzida, se o sedutor é rico e medroso. Até que o Estado os arrebate, os filhos constituem um capital, um instrumento de conforto. O interesse, sobretudo depois de 1789, tornou-se o único móvel de suas idéias; para eles, nunca se trata de saber se uma ação é legal ou imoral, mas se é proveitosa.”³³⁰

Procurando retratar a vida social como uma realidade dura e perversa, Balzac difere de Michelet que, ao descrever o campo, retoma a união fraternal do povo na época da França revolucionária, visando compor a figura do camponês como aquele que, entre as desordens do abandono e os vícios da miséria, possui uma riqueza de sentimentos e uma bondade de coração muito raras nas classes ricas, além de um *calor vital* mais intenso, uma vez que conserva o

³²⁸ “Permanecendo em casa, a esposa de Tonsard conservara-se fresca, branca, arredondada, em contraste com as mulheres do campo, que fenecem tão rapidamente como as flores, e já são velhas aos trinta anos. Gostava também de apresentar-se bem vestida. Era apenas limpa, mas na aldeia limpeza quer dizer luxo. As filhas, mais bem trajadas do que fora de esperar à vista de sua pobreza, seguiam o exemplo materno. Por baixo de vestidos relativamente quase elegantes, usavam roupa branca mais fina do que a das camponesas ricas. Nos dias de festa, apresentavam-se com bonitas *toilettes*, obtidas sabe Deus como. Por um preço facilmente pago, a criadagem das Aigues lhes trazia vestidos de criadas de quarto, comprados em Paris, que elas reformavam para seu uso. Essas duas moças, boêmias do vale, não recebiam um vintém dos pais, que unicamente lhes davam comida e as faziam dormir com a avó, em catres horrendos, no celeiro, onde os irmãos, por sua vez, dormiam enroscados no feno, como animais. Nem pai nem mãe se preocupavam com essa promiscuidade.” *Ibid.*, p. 54.

³²⁹ *Ibid.*, p. 53.

³³⁰ *Ibid.*, pp. 54-55. A respeito da escrita balzaquiana, Leyla Perrone-Moisés nota: “O realismo de Balzac não é simplesmente documental, um realismo de representação e reflexo, mas um realismo que intui as razões ocultas dos fatos, e um verismo de artista expressionista, que exagera os fatos para arrancar a verdade íntima dos seres.” PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Balzac novo em folha”. “Humano, Demasiado Humano”. *Jornal Folha de São Paulo: Caderno Mais!* São Paulo, 16 mai. 1999, p. 5-4.

instinto vivo para criar, por meio de seu trabalho, a riqueza da nação, bem como manter o sentimento de amizade e fidelidade para com seus compatriotas³³¹.

Balzac viveu num período de agitação política e grandes transformações sociais, que foi registrando “ao vivo” em sua obra. Apesar da “acusação” de Michelet, ao contrário de seus contemporâneos “românticos” ele não buscou nenhuma evasão temporal ou espacial, mas fez do que via e vivia a matéria de seus romances. Nascido no ano do 18 Brumário (ascensão de Napoleão ao poder) e morto logo após a Revolução de 1848, ele testemunhou o Império, a Restauração da monarquia e a Revolução de 1830 que efetuou um pacto entre a monarquia formal e a burguesia reinante de fato. A imensa maioria das histórias de Balzac termina com a vitória dos maus, dos mais fortes e mais espertos, e a derrota das personagens boas e honestas. Na sociedade burguesa que então se redesenhava, ele detectou claramente quais seriam os vencedores e quais os perdedores. Entre os primeiros estão o banqueiro Nucingen, que fez fortuna graças a várias falências programadas, grandes calotes e jogos com papéis podres. Conseguindo burlar as leis e parecendo sempre muito honesto, Nucingen foi ampliando a circulação de seus títulos até “a Ásia, o México e a Austrália, entre os selvagens” (“A Casa Nucingen”). Também são vencedores os políticos manipuladores da nova ordem social, os caçadores, os inescrupulosos de toda espécie, os jornalistas venais que se assumem como “vendedores de frases” (“Ilusões Perdidas”), os advogados que se fazem cada vez mais necessários para garantir fortunas e encobrir falcatruas. Um desses advogados, o eficiente Derville, acaba por se retirar no campo enojado de tudo o que viu passar por suas mãos: “Escritórios de advocacia são esgotos que ninguém pode limpar” (“O Coronel Chabert”). Entre os perdedores estão todos os que apostaram em sentimentos e ideais: o amor (o Pai Goriot, Eugénie Grandet, Madame de

³³¹ Sobre o camponês na obra de Michelet, Thérèse Moreau comenta: “O povo bom é assimilado aos simples. A simplicidade é aqui a ausência de pensamento escolástico. O povo é incapaz de se abstrair (...) o bom povo é aquele que alimenta: é o camponês. O camponês é o equivalente a boa mãe; ele não abandona seu jardim mítico; é dele que vem a força e a grandeza da França.” No original: “Le bon peuple est assimilé aux simples. La simplicité est ici l’absence de pensée scolastique. Le peuple est incapable d’abstraire (...) le bon peuple, c’est d’abord celui qui nourrit: c’est le paysan. Le paysan est l’équivalent de la bonne mère; il ne quitte pas son jardin mythique; c’est de lui que viennent la force et la grandeur de la France.” MOREAU, Thérèse. *Le Sang de l’Histoire. Michelet: l’histoire et l’idée de la femme au XIX^e siècle*. Paris, Flammarion, 1982, pp. 202-203. Também Vigier lembra que, longe de ser o bárbaro de Balzac, um “elemento insocial”, um “verme roedor” que representa verdadeiramente a “anti-civilização”, o camponês de Michelet é “o elemento estável, sólido, generoso sobre o qual pode e deve se apoiar toda a nação.” VIGIER, Ph. “Le Paysan dans ‘Le Peuple’ de Michelet et d’après les recherches historiques récentes”. *Michelet et ‘Le Peuple’*. Actes du colloque tenu à l’Université de Nanterre le Samedi 23 Février 1975. Société des Études Romantiques. Université Paris X, Centre d’Études de Sciences de la Littérature, tomo I / II, 4^a section, pp. 14-19.

Mortsaufl, Paul de Manerville e outros), o conhecimento metafísico (Louis Lambert), a honra militar (o Coronel Chabert), a perfeição artística (o pintor Frenhofer, de “A Obra-prima Desconhecida”). Muitas das vítimas do sistema são mulheres, manipuladas como valores de troca ou sufocadas no casamento, instituição que a Marquesa de Aiglemont define como “uma prostituição legal” (“A Mulher de 30 anos”).

Sua obra queria pôr às claras os podres da nova sociedade burguesa para pregar uma volta ao passado, aos valores da monarquia, da aristocracia e do catolicismo. Ele reconhecia que o dinheiro era o “novo mestre do mundo”, mas pensava que uma distribuição mais hábil do mesmo, comandada por uma aristocracia, poderia manter a sociedade em relativa calma. Pelo menos é o que declara nas teses explícitas de sua obra. Porém, o que ele mostrou é que essa volta era impossível, que as portas do futuro estavam abertas para o domínio do capital, do mercado e da imprensa sobre os destinos dos homens. Balzac invejava a velha aristocracia e temia o povo, cujas revoluções perturbavam as novas regras do jogo, dentro das quais ele mesmo pretendia vencer.

Nesta primeira parte da tese, procurei demonstrar que a finalidade de transmitir valores e padrões de conduta ao leitor não foi uma exclusividade da literatura prescritiva, sendo atribuída, também, ao romance moderno. Essa identidade acabou por construir um campo de disputa que pode ser vislumbrado seja nas críticas dos admiradores do romance à literatura prescritiva, seja na censura dos moralistas ao enredo romanesco. Esperava-se que a ficção literária, em particular o romance, oferecesse exemplos de virtude e comportamento socialmente adequados, servindo como guia de conduta. Mas como pudemos perceber, em *Les Paysans*, por exemplo, Balzac caracteriza o povo de forma reprovável e impiedosa ao ressaltar seus vícios e mazelas, diferentemente de uma literatura anterior, de finais do século XVIII e princípios do XIX, que devia se consolidar, segundo alguns críticos, como instrumento de educação ou de “pedagogia” do cidadão³³².

³³² No concernente a essa literatura de fins do século XVIII e início do XIX, dois nomes se impõem: Germaine de Staël e Denis Diderot. Como vimos, esses autores entendem o romance como um dispositivo de propagação e disseminação dos valores morais, capaz de assegurar a instrução e a re formação dos homens através do bom exemplo, da promoção da virtude e da punição do vício.

Dessa forma, Michelet atribui a si mesmo autoridade para corrigir a pretensa mentira da literatura “romântica” da primeira metade do século XIX que queria diminuir, no espírito do povo, a idéia da união popular que teria imperado com a deflagração da Revolução Francesa, ao pintar, com o nome de “povo”, uma classe limitada, cuja vida, toda feita de acidentes, violência e conflitos, oferecia um pitoresco fácil e acontecimentos aterrorizantes para representar o povo da França³³³:

“Basta que as nações saibam que esse povo não é de forma alguma o que aparece em seus pretensos retratos. Não que nossos grandes pintores tenham sido sempre infiéis; mas em geral pintaram detalhes excepcionais, acidentes, quando muito, em cada gênero, a menor parte, o lado secundário das coisas. As grandes fisionomias lhes pareciam muito conhecidas, triviais, vulgares. Precisavam de efeitos e foram procurá-los freqüentemente naquilo que se afastava da vida normal. (...) E eu, que saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquiri o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo.”³³⁴

Para Michelet, esses literatos “românticos” teriam representado o todo pela parte (a pior parte do povo), o que tanto o encolerizou a ponto de sair em busca do restabelecimento da “verdadeira imagem do povo francês”. E como fez isso? Pondo-se a escrever suas obras que tencionavam servir de advertência a esses “falsos” relatos e, o mais importante, funcionar como “forma de ação” para educar e formar os cidadãos de uma República.

³³³ Para o historiador, a união fraternal do povo francês durante a Revolução deveu-se principalmente ao retorno à “natureza humana da sociabilidade”, na qual os homens reconhecem-se semelhantes e têm remorso pelos ódios insensatos que os isolaram por tantos séculos.

³³⁴ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 08.

JULES MICHELET E A MAGISTRATURA DA HISTÓRIA

Cada alma, em meio às coisas vulgares, há de ser tal, especial, individual, que não volta a ser a mesma, e seria preciso notar quando essa alma passa e parte para o mundo desconhecido.

Se constituíssemos um guardião dos túmulos, como um tutor e protetor dos mortos?

Falei alhures do ofício de Camões junto à praia mortífera da Índia: *administrador dos bens dos falecidos*.

Sim, cada morto deixa um pequeno bem, sua memória, e pede que cuidemos dele. Para quem não tem amigos, é preciso que o magistrado cumpra essa função. Pois a lei, a justiça, é mais firme que nossas ternuras passageiras, nossas lágrimas logo secas.

Essa magistratura é a história. E os mortos são, para falar como o direito romano, essas *miserabiles personae* com as quais o magistrado deve se preocupar.

Jules Michelet,
História do século XIX

Capítulo 3

A ESCRITA COMO FORMA DE AÇÃO: A TESSITURA D'O POVO

I

“Os que surgem assim, com a seiva do povo, não deixam de trazer para a arte um grau novo de vida e rejuvenescimento, ou, pelo menos, um grande esforço. Em geral, põem seu alvo mais alto e mais longe que os outros, consultando pouco suas forças, mas bastante seu coração. Seja esta minha parte no futuro, não ter atingido, mas assinalado o alvo da história, ter-lhe dado um nome que ninguém lhe havia dado. Thierry via nela uma *narração* e Guizot uma *análise*. Chamei-a *ressurreição*, e este nome permanecerá.”

JULES MICHELET³³⁵

Michelet foi um autor, antes de tudo, político. Sua visão era simples, mas não simplista, baseada em oposições que considerava reais, como matéria e espírito, individual e social, natureza e cultura. Havia sempre um fluxo ascendente de progresso, de História, e as forças que tentavam impedi-lo deveriam ser rejeitadas e combatidas, pois se oporiam a uma elevação do inferior em direção ao superior.

Sua maneira de escrever, “pulsional” na visão de Georges Duby³³⁶, bem como as palavras com as quais pontuava seu discurso, como tantas profissões de fé enfáticas, lembremos que eram lançadas contra outras palavras. No campo da política, o objetivo do historiador era sem dúvida sensibilizar os franceses, e talvez o mundo inteiro, em relação às injustiças cometidas pelos escritores, artistas, médicos, padres e intelectuais que se debruçavam sobre o “povo” para notar-lhe seus estranhos costumes, as maneiras que ainda tinha de se vestir, de se alimentar, de cortejar, de sonhar o mundo.

³³⁵ MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 20. Grifos do autor.

³³⁶ DUBY, Georges. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *Imagens da França*. Bauru, EDUSC, 2000, p. 07.

O historiador acreditava na virtude da palavra escrita. O livro continuava a ser para ele o instrumento revolucionário por excelência, e é por isso que a classe letrada arcava com a pesada responsabilidade de ter sido incapaz de desenvolver uma verdadeira literatura popular e republicana. Assim, sua obra foi para uns o “medicamento social” que o médico prescreve “da mesma maneira que o láudano ou a atropina”: a ética forte e científica que traria remédio aos males socio-somáticos.

“Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo”³³⁷. É com essa afirmação que Michelet inicia *Le Peuple*, obra dedicada ao amigo Edgar Quinet, “livro-testemunho”, denunciador das agruras da vida no século XIX. Nele, a história da França, ou, pelo menos, a história da sociedade industrial francesa oitocentista, é uma “auto-representação”, no sentido de que o conhecimento de uma determinada realidade remete a uma experiência pessoal, sem a qual nada é dado a conhecer. E prosseguia na mesma frase: “Sou eu e é você, meu amigo, ousou dizer. Conforme você observou com razão, nossos pensamentos, comunicados ou não, estão sempre de acordo. Vivemos com o mesmo coração...”³³⁸.

Por suas raízes industriais e as de Quinet, militares³³⁹, declarou que ambos representavam as duas faces modernas do “povo” e seu recente advento, e que merecia, por isso, o reconhecimento como representante do homem moderno, apto, nesse sentido, a falar dele, ao que se seguia o testemunho de fazer parte desse povo, sofrer com ele as vicissitudes que atingiam os mais humildes. Natural, assim, a sua preocupação em relatar a História desse povo, já que havia compartilhado de suas desventuras e, portanto, necessitava recolocar a verdade em relação a esses homens. Ao declarar-se “povo”, Michelet afirmava: “Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes, as palavras do bom senso”³⁴⁰.

Essa filia com as classes humildes teria paralelo na sua própria história. As duas famílias de que procede, uma da Picardia e outra das Ardenas (Os Michelet eram provenientes de Laon; os Millet de Renwez, nas Ardenas), eram originalmente camponeses que mesclavam à agricultura uma certa indústria. Como eram famílias muito grandes (doze, dezenove filhos), boa

³³⁷ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 01.

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ Michelet refere-se ao pai de Quinet, comissário militar sob o Diretório, o Consulado e o Império, e a seu próprio pai, operário e depois mestre impressor.

³⁴⁰ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 03.

parte dos irmãos do pai e da mãe de Michelet não quis se casar para facilitar a educação de alguns dos meninos que iam para a escola. Seu avô paterno, professor de música em Laon, reuniu suas pequenas economias, depois do Terror, e foi para Paris, onde seu pai era funcionário da tipografia que imprimia papel-moeda (*assignats*). Ao invés de comprar terras, como tantos outros faziam, confiou o que tinha à sorte de seu filho mais velho, Jean Furcy, pai de Michelet, aplicando tudo num estabelecimento tipográfico que se viu sujeito aos imprevistos da Revolução. Um irmão e uma irmã de Furcy não se casaram para facilitar o negócio, mas seu pai esposou Angélique-Constance Millet e Michelet nasceu em 1798 no coro de uma igreja de religiosas, ocupada então pela tipografia da família³⁴¹:

“A faculdade do devotamento, a força do sacrifício, eis aí, confesso-o, minha medida para classificar os homens. Quem a tem no mais alto grau está mais perto do heroísmo. As superioridades do espírito, que em parte resultam da cultura, nunca podem ser comparadas com esta faculdade soberana.

A isso costuma-se responder: ‘As pessoas do povo são geralmente pouco previdentes; seguem um instinto de bondade, o impulso cego de um coração bondoso porque não adivinham o que isso lhes pode custar’. Ainda que a observação fosse justa, não destruiria a que podemos fazer também a respeito do devotamento perseverante, do sacrifício infatigável de que as famílias trabalhadoras dão freqüente exemplo, devotamento que não se esgota nem mesmo diante da absoluta imolação de uma vida, mas que continua freqüentemente de uma a outra ao longo das gerações.

(...) Esta é uma rara ocasião de reconhecer os sacrifícios perseverantes, heróicos, que minha família fez por mim, e de agradecer a meus parentes, pessoas modestas, algumas das quais envolveram em obscuridade seus dons superiores, e só quiseram viver em mim.”³⁴²

No começo a tipografia prosperou, alimentada pelos debates das assembléias, pelas notícias dos exércitos, mas por volta de 1800 foi atingida pela supressão dos jornais. Só foi permitido ao pai de Michelet manter um jornal eclesiástico, mas a empresa teve muita despesa inicial e a autorização foi bruscamente retirada para ser dada a um padre que Napoleão achava de confiança, e que logo o traiçou. Com a redução do número de impressores, a família do historiador começou a imprimir para os credores algumas obras pertencentes a seu pai. Como não

³⁴¹ A capela abandonada das religiosas de Saint-Chaumont, Rue de Tracy, 16, esquina da Rue Saint-Denis, seria demolida em 1907.

³⁴² MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, pp. 09-10.

tinham empregados, fizeram eles mesmos o trabalho: o pai, ocupado fora, não podia ajudar, a mãe, doente, encadernava, cortava e dobrava, Michelet, com então doze anos, compunha, e o avô, muito fraco e velho, ocupava-se do duro trabalho da prensa e “imprimia com suas mãos trêmulas”. A esse respeito, Michelet diria mais tarde: “Muito solitário e muito livre, entregue totalmente a mim mesmo graças à indulgência excessiva de meus pais, eu era todo imaginação”³⁴³. E concluiria: “A mais forte impressão da infância, depois dessa, foi o Museu dos monumentos franceses, tão desastrosamente destruídos. Foi lá, e em nenhuma outra parte, que pela primeira vez tive a viva impressão da história”³⁴⁴.

Michelet dizia que entre duras privações, “muito superiores às que suportam os operários comuns”, ele tinha compensações:

“(…) a bondade de meus pais, sua fé em meu futuro, aliás verdadeiramente inexplicável, quando se pensa no quanto eu era pouco avançado. (...) Nasci como uma erva sem sol entre duas pedras de calçada de Paris (...) mas essa erva conservou sua seiva, tanto quanto aquela dos Alpes. Meu deserto em plena Paris, meu livre estudo e meu livre ensino (sempre livre e por toda parte o mesmo) me engrandeceram sem me mudar. Quase sempre aqueles que sobem perdem isso, porque se transformam; tornam-se mistos, bastardos; perdem a originalidade de sua classe sem adquirir a de outra. O difícil não é subir, mas subir permanecendo o mesmo.”³⁴⁵

As provações da infância estiveram sempre presentes na vida de Michelet, que teria guardado do trabalho, de uma vida áspera e laboriosa, “um profundo sentimento do povo, o pleno conhecimento do tesouro que existe nele: *a virtude do sacrifício*”³⁴⁶, bem como a terna lembrança das “almas de ouro” que conheceu nas mais humildes condições. Por essa razão, reivindicaria ao historiador o papel de *ressuscitador*, por fazer falar os silêncios que funcionam como significantes dos mortos:

“Jamais em minha carreira perdi de vista esse dever do historiador. A muitos mortos esquecidos dei a assistência que eu mesmo sinto necessitar.

³⁴³ *Ibid.*, p. 13.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 14.

³⁴⁵ *Ibid.*, pp. 14, 15 e 19 respectivamente.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 03. Grifos do autor.

Eu os exumei para uma segunda vida. Vários não haviam nascido no momento que lhes teria sido propício. Outros nasceram às vésperas de circunstâncias novas e surpreendentes que vieram apagar, por assim dizer, sufocar sua memória (...)

A história acolhe e renova essas glórias desperdadas: dá vida aos mortos, ressuscita-os. Sua justiça associa assim os que não viveram num mesmo tempo, faz reparação a vários que só surgiram um momento para desaparecer em seguida. Eles vivem agora junto a nós, que nos sentimos seus parentes, seus amigos. Assim se faz uma família, uma cidade comum entre os vivos e os mortos.”³⁴⁷

A “história-ressurreição” proposta por Michelet estaria apta a recriar a própria vida na medida em que se recupera a fala de outrem, de alguém que viveu no passado. Ao historiador caberia procurar nos documentos a voz desse sujeito, desvendando o significado profundo de sua existência³⁴⁸:

“O historiador não é César nem Cláudio, mas quer freqüentemente em seus sonhos uma multidão que chora e se lamenta, a multidão daqueles que não viveram o bastante, que gostariam de reviver. (...) Não é apenas uma urna e lágrimas que vos pedem esses mortos. Não lhes basta que se volte a suspirar por eles. Não é de cantos fúnebres, de uma carpideira que sentem falta, mas de um adivinho, *vates*. Enquanto não tiverem esse adivinho, errarão em torno de seu túmulo mal fechado e não repousarão jamais.

Sentem falta de um Édipo que lhes explique seu próprio enigma cujo sentido não desvendaram, que lhes ensine o que queriam dizer suas palavras, seus atos, que não compreenderam. Sentem falta de um Prometeu, e de que no fogo que ele roubou as vozes que flutuam geladas no ar se insurjam, adquiram um som, ponham-se de novo a falar. É preciso mais: é preciso ouvir as palavras que jamais foram ditas, que

³⁴⁷ No original: “Je les ai exhumés pour une seconde vie. Plusieurs n’étaient pas nés au moment qui leur eût été propre. D’autres, à la veille de circonstances nouvelles et saisissantes qui sont venues les effacer, pour ainsi dire, étouffer leur mémoire (...). L’histoire accueille et renouvelle ces gloires déshéritées; elle donne nouvelle vie à ces morts, les ressuscite. Sa justice associe ainsi ceux qui n’ont pas vécu en même temps, fait réparation à plusieurs qui n’avaient paru qu’un moment pour disparaître. Ils vivent maintenant avec nous qui nous sentons leurs parents, leurs amis. Ainsi se fait une famille, une cité commune entre les vivants et les morts.” MICHELET, Jules. “Histoire du XIX^e Siècle, t. II: Jusqu’au 18 Brumaire, Préface”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. XXI (1872-1874), 1982, p. 268.

³⁴⁸ Ao percorrer os “temas micheletistas”, Roland Barthes nota que, para o historiador, as raízes da verdade histórica são os documentos como voz, não como testemunhos: “Michelet considera neles [nos documentos], apenas, essa qualidade de terem sido um atributo da vida, o objeto privilegiado onde se fixa como que uma remanência dos corpos passados. Assim, quanto mais o documento se aproxima de uma voz, menos ele se afasta do calor que a produziu, e mais se torna o verdadeiro fundamento da credibilidade histórica. Por isso, o documento oral é, em última instância, superior ao documento escrito, e a lenda aos textos.” BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 73-74.

permaneceram no fundo dos corações (escavai o vosso, elas estão aí); é preciso fazer falarem os silêncios da história (...)"³⁴⁹

Para Michelet, a história deve relembrar, celebrar os mortos e fazer-lhes justiça³⁵⁰. Portanto, conceberia a tarefa do historiador como sendo semelhante ao sacerdócio, uma vez que “ritualiza” as ações e os sacrifícios feitos pelo povo no passado, transformando-se no *guardião da memória* dos mortos. Seguindo Michelet, Barthes sublinharia:

“O historiador não é de modo algum um ‘leitor’ do passado e, se reorganiza a história, não é no nível das idéias, das forças, das causas ou dos sistemas, mas no de cada morte carnal. Os deveres do historiador não se estabelecem em função do conceito geral de verdade histórica, mas somente diante de cada morte da história; sua função não é de ordem intelectual, é ao mesmo tempo de ordem social e sagrada.

(...) Essa magistratura civil acompanha-se evidentemente de um sacerdócio: trata-se menos de velar pela memória dos mortos que de completar por uma ação mágica o que sua vida pôde ter de absurdo ou de mutilado. O historiador é um Édipo (ele decifra retrospectivamente enigmas humanos). Os mortos da história não compreendem jamais porque viveram, pois, segundo a fórmula sofocliana, a vida só é inteligível quando a morte a dotou de um termo irremissível. O historiador é precisamente o mago que retoma dos mortos seus atos, seus sofrimentos, seus sacrifícios, e lhes dá um lugar na memória universal da história.”³⁵¹

O historiador, “magistrado fúnebre”, seria o demiurgo que liga o que estava disperso, descontínuo, incompreensível, ao estabelecer uma espécie de comunhão, de fraternidade com os mortos, podendo trocar com eles os signos da vida:

³⁴⁹ Apud MONOD, Gabriel. *La Vie et la Pensée de Jules Michelet, 1798-1842*. Paris, Champion, t. II, 1923 (reimp. 1975), p. 73. Grifo do autor. Em seu CD-Rom *Michelet historien de la France*, Pierre Nora afirma existirem dois Michelet: um pequeno-burguês que Proudhon descreveu como “um velho saltitante, vaidoso e lúbrico”, e um taumaturgo que exercia a História como uma magistratura, um “adivinho” como ele próprio se denominava ao fazer uso da palavra latina *vates*.

³⁵⁰ De acordo com Jacques Le Goff, Michelet é um “necromante”, que ama os mortos para trazê-los novamente à vida, não como fantasmas ou fragmentos arqueológicos de um passado remoto, mas como homens reais encerrados nas pedras e documentos: “Sim, Michelet é muito melhor que um necromante, ele é, segundo o belo neologismo que ele inventou para si próprio e que ninguém ousou conservar depois dele, um ‘ressuscitador’.” No original: “Oui, Michelet est beaucoup mieux qu’un nécromant; il est, selon le beau néologisme qu’il a inventé pour lui-même et qu’on n’a pas osé garder après lui, un ‘ressusciteur’.” LE GOFF, Jacques. “Michelet et le Moyen Âge, Aujourd’hui”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. IV (Histoire de France, Livres I-IV), 1974, p. 46.

³⁵¹ BARTHES, Roland, *op. cit.*, p. 74.

“Eu tive uma triste doença que cobriu de sombras minha juventude, mas muito própria do historiador. Eu amava a morte. Tinha vivido nove anos ao lado do Père-Lachaise, então meu único passeio. Depois morei junto ao Bièvre [afluente do Sena], em meio a grandes jardins de conventos, outros sepulcros. Eu levava uma vida por assim dizer enterrada, tendo por sociedade apenas o passado e, por amigos, os povos sepultados. Refazendo suas lendas, eu despertava neles mil coisas desaparecidas. Certas cantigas de ninar, cujo segredo eu conhecia, produziam um efeito certo. Quando as entoava, eles acreditavam que eu era um deles. O dom que são Luís pede e não obtém, eu o possuí: ‘o dom das lágrimas’.”³⁵²

Em Michelet, a história abarca a “ressurreição da vida integral”: ela não é um simples encadeamento de causas e efeitos, mas uma seqüência de identidades que vão organicamente se fundindo até a conformação da obra maior e mais nobre: no caso, a pátria francesa³⁵³:

“É um grande e maravilhoso espetáculo abraçar com o olhar esse vasto e poderoso organismo em que as diversas partes estão tão habilmente aproximadas, opostas, associadas (...). Considerada em longitude, a França ondula em dois longos sistemas orgânicos, assim como o corpo humano é duplamente dotado dos aparelhos gástrico e cérebro-espinhal (...), a força e a beleza do conjunto consistem na reciprocidade dos recursos, na solidariedade das partes, na distribuição das funções, na divisão do trabalho social.”³⁵⁴

Através da homogeneidade e pela continuidade da matéria e duração, o historiador perseguiria a nação desde suas origens mais remotas até a França enquanto produto de uma fusão operada na Festa da Federação de 1790, quando se apagariam todas as particularidades provincianas e pessoais para se dar origem ao “povo”, sujeito dessa história nacional.

³⁵² No original: “J’avais une belle maladie qui assombrit ma jeunesse, mais bien propre à l’historien. J’aimais la mort. J’avais vécu neuf ans à la porte du Père-Lachaise, alors ma seule promenade. Puis j’habitai vers la Bièvre, au milieu de grands jardins de couvents, autres sépulcres. Je menais une vie que le monde aurait pu dire enterrée, n’ayant de société que celle du passé, et pour amis les peuples ensevelis. Refaisant leur légende, je réveillais en eux mille choses évanouies. Certains chants de nourrice dont j’avais le secret, étaient d’un effet sûr. A l’accent ils croyaient que j’étais un des leurs. Le don que Saint Louis demande et n’obtient pas, je l’eus: ‘le don des larmes’.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. IV, *op. cit.*, p. 17.

³⁵³ Segundo Barthes, Michelet herda de Herder o esquema da “história-planta”, ou seja, esta cadeia de identidades cujo movimento seria menos sucessão do que constância: “Há, propriamente falando, fatos históricos? Não: a história é antes um contínuo de identidades, assim como a planta ou a espécie são a duração de um mesmo tecido.” BARTHES, Roland, *op. cit.*, p. 32.

³⁵⁴ MICHELET, Jules. *Imagens da França*. Bauru, EDUSC, 2000, pp. 122-123.

O autor de *Le Peuple* é tanto mais tentado a identificar-se com seu herói quanto continua a partilhar com ele uma série de hábitos. Consagra à sua obra, mais que a energia frenética de um Balzac, os esforços pacientes do artesão. Sabe que, nele, o trabalho precede e provoca a inspiração. Por vezes se queixa disso, temendo faltar à gratuidade da arte, como quando confessa a Dumesnil, a 11 de janeiro de 1857, durante a redação de *L’Insecte*: “Estou trabalhando como nunca. Talvez, receio, com uma fúria demasiado cega e sem aguardar os momentos da inspiração. Eis no que dá ter sido operário a vida inteira”³⁵⁵. Mas o operário não se deixaria desencorajar com facilidade. É ele quem afirma no prefácio de *Le Peuple*: “Nós, os bárbaros, temos uma vantagem natural; se as classes superiores têm a cultura, temos muito mais calor vital. Aquelas não têm nem o trabalho pesado nem a intensidade, a aspereza, a consciência no trabalho”³⁵⁶. O trabalho “forte” exige uma vontade de ferro, dizia Michelet, que em vez de ostentar as privações sofridas na pobreza preferiu reconstituir um dia de inverno no qual, num desabafo vigoroso, teria batido com o punho sobre sua mesa de carvalho: “Sim, é preciso ser pobre, ou tornar-se pobre em espírito, para saborear o alimento da vida, cujo gosto é alterado pelos temperos da riqueza”³⁵⁷.

Michelet tinha vinte e nove anos quando publica seu primeiro livro, *Précis de l’Histoire Moderne*, em 1827. A verdadeira filosofia da história consistia em “ressuscitar o passado”, em fazer sentir as forças diretrizes, em lhe devolver sua forma e suas cores. No dizer de Monod, “(...) ele nos dá outra coisa e mais que uma história política ou uma história da civilização, ele faz reviver os homens e as nações; ele evoca o passado ainda todo pulsante diante dos jovens espíritos que ele inicia na história”³⁵⁸.

³⁵⁵ No original: “Je travaille plus que jamais. Peut-être, je le crains, avec un trop aveugle acharnement, et sans attendre des moments de l’inspiration. Voilà ce que c’est que d’avoir été ouvrier toute sa vie.” MICHELET, Jules. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. II (1849-1860), 1962, p. 402.

³⁵⁶ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, pp. 19-20.

³⁵⁷ Retomando a passagem completa: “Lembro-me de que, nessa desgraça absoluta, privações no presente, temores do futuro, o inimigo a dois passos (1814!) e os meus inimigos pessoais rindo de mim diariamente, certo dia, numa quinta-feira de manhã, eu me recompus: sem fogo (a neve cobria tudo), não sabendo sequer se teria pão à noite, tudo parecendo acabar para mim – tive em mim, sem nenhuma mescla de esperança religiosa, um puro sentimento estóico – , esmurrei com a mão enregelada a mesa de carvalho (que ainda conservo) e senti uma alegria viril de juventude e futuro. Que temeria eu então, meu amigo, responda-me? Eu, que morri tantas vezes em mim mesmo e na história.” *Ibid.*, p. 17.

³⁵⁸ No original: “(...) il nous donne autre chose et plus qu’une histoire politique et qu’une histoire de la civilisation. Il fait revivre les hommes et les nations; il évoque le passé encore tout palpitant devant les jeunes esprits qu’il initie à

Seu longo estudo dos séculos passados confirmaria a lição de suas lembranças pessoais. Ele lhe devia, com efeito, a convicção de que o curso da história depende, não da vontade de Deus, como Bossuet acreditou demonstrar, ou do livre-arbítrio dos indivíduos, como os cronistas deixavam subentendido, mas dos trabalhos e das paixões populares: “Minha fé não era absurda; fundava-se na vontade. Acreditava no futuro porque eu próprio o fazia (...) Eu não quis viver do que escrevia. Quis uma verdadeira profissão; optei pela que meus estudos facilitavam, o ensino”³⁵⁹.

De dezembro de 1833 a janeiro de 1844, sucedem-se os seis primeiros volumes de sua obra maior, *Histoire de France*. A idéia de “povo” manifestaria aí, pouco a pouco, sua coerência e sua fecundidade. Interrogando-se sobre as origens da França, Michelet não podia deixar de intervir no debate que Augustin Thierry³⁶⁰ abriu sustentando que a história de um povo perpetua a luta inicial das raças de que se compõe. Recusa-se a considerar o “povo francês” como um simples complexo racial:

“Quando se constatou que o povo francês descende dos celtas, dos iberos, dos germânicos e dos latinos, não se abordou o essencial. Com efeito, a França fez a si mesma com esses elementos de que qualquer outra mistura poderia resultar. Os mesmos princípios químicos compõem o óleo e o açúcar. Uma vez dados os princípios, nem tudo está dado; resta o mistério da existência própria e especial. Esse ‘mistério’, que cerca o nascimento de um ser vivo, escapa ao determinismo hereditário. O historiador deve, senão explicá-lo, pelo menos respeitá-lo. Cabe-lhe datá-lo e marcar-lhe os desenvolvimentos. Um povo adquire seu direito à vida quando se mostra capaz de associar-se a novas raças e sua história se torna a de sua assimilação.”³⁶¹

Aqui eclode, aos olhos de Michelet, a superioridade da França, que recebeu o “dom da simpatia” e “elevou a fusão fecunda das raças ao grau de obra-prima histórica”:

l’histoire.” MONOD, Gabriel. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *Précis de l’Histoire Moderne*. Paris, Calmann-Lévy, s.d., p. X.

³⁵⁹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, pp. 17-18.

³⁶⁰ O estudo de Gauchet constitui referência obrigatória por fornecer um amplo painel de informações e indicações de documentos, além de extensa bibliografia acerca da obra de Augustin Thierry. GAUCHET, Marcel. “*Les Lettres sur l’Histoire de France d’Augustin Thierry*”. NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, v. II (La Nation), 1986, pp. 247-316.

³⁶¹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 19.

“As nações podem se classificar como os animais. O gozo comum de um grande número de partes, a solidariedade dessas partes entre si, a reciprocidade das funções que ela exercem uma em relação à outra, é a superioridade social. É aquela da França, o país do mundo onde a nacionalidade, ou a personalidade nacional mais se aproxima da personalidade individual.”³⁶²

Conforme o autor, nenhuma força externa interveio no “trabalho de si sobre si” que o povo francês realizou como um organismo em pleno desenvolvimento:

“Assim formou-se o espírito geral, universal da região. O espírito local desaparecia a cada dia; a influência do solo, do clima, da raça, cedeu à ação social e política. A fatalidade dos lugares foi vencida, o homem escapou à tirania das circunstâncias materiais. O francês do norte experimentou o Midi, animou-se com seu sol, o meridional tomou algo da tenacidade, do sério, da reflexão do norte. A sociedade, a liberdade, dominaram a natureza, a história apagou a geografia. Nessa transformação maravilhosa, o espírito triunfou sobre a matéria, o geral sobre o particular, e a idéia sobre o real. O homem individual é materialista, ele se liga de preferência ao interesse local e privado; a sociedade humana é espiritualista, ela tende a se libertar sem cessar das misérias da existência local, a atingir a alta e abstrata unidade da pátria.”³⁶³

Eis por que na *Histoire de France* ele retira a palavra dos chefes visíveis da nação e a concede à multidão dos desconhecidos que nunca a tomaram, mas que agiram em silêncio. “Os atores”, precisa uma nota de 5 de julho de 1846, “são as massas profundas que se fizeram por verbos esses oradores brilhantes, às vezes poderosos, que exprimiram o pensamento dessas massas e não raro reagiram sobre elas”³⁶⁴. De fato, nesta obra a intervenção popular determinaria, por si só, a importância concedida aos acontecimentos. Assim é que a lembrança das Cruzadas apagaria a dos cruzados. Michelet se empenha, pois, em “ressuscitar” essas multidões equipadas, recolocando-as no curso de uma história coletiva:

³⁶² MICHELET, Jules. *Imagens da França, op. cit.*, p. 126.

³⁶³ *Ibid.*, p. 127.

³⁶⁴ No original: “Les acteurs sont les masses profondes qui se firent pour verbes ces parleurs brillants, puissants parfois, qui exprimèrent la pensée de ces masses et parfois réagirent sur elles.” MICHELET, Jules. *Journal. Texte*

“Nem a autoridade do papa, nem a cupidez dos senhores feudais, nem a ambição dos reis bastaram para motivá-las. Coube ao povo a iniciativa. Em sua fé ingênua, ele de nada duvida. Negligência perigos e distâncias. Toma o caminho de Jerusalém.”³⁶⁵

Michelet ensinaria a seus alunos o respeito por essa “ativa inocência”, que ele próprio levava sempre em consideração, tal como demonstra em seu curso de 1831-1832:

“Os franceses partiram em corpo de nação... Havia segurança perfeita em toda essa multidão; e não se deve desprezar essa disposição da humanidade: é uma grande coisa que tantos milhares de homens tenham sido convencidos de um milagre próximo em seu favor.”³⁶⁶

Para o historiador, a inspiração do povo não governa menos a vida das instituições que a sucessão dos acontecimentos. Em *Écrits de Jeunesse*: “Acreditamos que são os povos que fazem os regimes, a paz e a guerra, a força e a fraqueza, a doença e a saúde dos regimes”³⁶⁷. No curso da *École Normale*, em 1829, diria: “Ocupar-nos-emos simultaneamente do homem individual, e isto será a filosofia – e do estudo do homem social, e será a História”³⁶⁸. Michelet explicava, em 1837, a Sainte-Beuve: “Se eu só tivesse incluído na narração a história política, se eu não tivesse tido em consideração elementos diversos da história (religião, direito, geografia, literatura, arte, etc...), o meu caminho teria sido completamente diferente. *Mas era necessário um grande movimento vital para que todos esses elementos diversos gravitassem conjuntamente na unidade da narrativa*”³⁶⁹. Nesse sentido, como explica Georges Duby, Michelet pensava, sentia sob o signo do orgânico: “A França, para ele, é uma pessoa. Feminina. Mas física, portanto um

intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix. Paris, Gallimard, t. I (1828-1848), 1959, p. 721.

³⁶⁵ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 22.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 23.

³⁶⁷ No original: “Nous croyons que ce sont les peuples qui font les régimes, la paix et la guerre, la force et la faiblesse, la maladie et la santé des régimes.” MICHELET, Jules. *Écrits de Jeunesse (Journal - 1820-1823, Mémorial, Journal des Idées). Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix. Paris, Gallimard, s.d., p. 314.*

³⁶⁸ MICHELET, Jules. *Journal*, t. I, *op. cit.*, p. 233.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 399. Grifos do autor.

organismo. (...) Desse organismo vivo que é a pessoa França, as províncias constituem, pois, os órgãos.”³⁷⁰

O povo francês, no entender de Michelet, teria se acomodado durante muito tempo ao poder político da Igreja. Só ela, após a queda do Império Romano, estava à altura de satisfazer a necessidade que os bárbaros sentiam de superar suas divisões raciais. Ao povo nascente ela propôs o exemplo de sua unidade e o apoio de sua autoridade. Entre ela e ele se instaurou, durante séculos, um “diálogo terno”; toda uma comunidade edificou as catedrais e ali se reuniu. Com o tempo, porém, a Igreja foi tentada a bastar a si mesma, conforme o autor. Quando os normandos pilharam os campos, prossegue, já ela faltava à sua missão, deixando de ser um asilo. Por isso o povo deixou de contar com as instituições eclesiásticas para assegurar o seu futuro. Foi o fim da “idade heróica” da Igreja. A monarquia conheceu, por sua vez, o seu ocaso, que seguiu a mesma lei. Popular ela o era desde os seus começos, quando a fraqueza dos reis ociosos figurava a miséria de seus súditos. “Essa mocidade, essa inação”, supõe Michelet, “deve ter inspirado no povo a idéia profunda da santidade real, do direito do rei. O rei logo lhe aparece como... um companheiro de suas misérias, a quem faltava unicamente o poder reparador”³⁷¹. A monarquia se desqualificava nas intrigas da corte e o povo acabaria por rejeitá-la.

Que objetivo, pois, persegue o verdadeiro soberano, que faz e desfaz os impérios? Michelet, antes de escrever *Le Peuple* e de pintar o camponês apaixonado por seu campo, colocou a si mesmo essa questão e respondeu: a pátria. Não há povo sem pátria, mas depende do povo que ela seja um vínculo de servidão ou um monumento de liberdade. A pátria começa por impor-lhe as coações de um relevo e de um clima. Eis por que a história das origens de uma nação deve apoiar-se numa “boa e forte base geográfica”, que o *Tableau de la France* assegura à empresa de Michelet. O regime feudal consagra a sujeição do povo à terra: “O homem está então, de certa forma, ligado ao solo”, lê-se nas notas de um curso proferido na École Normale em 1833-1834; “nasce, cresce e morre à sombra da torre feudal... Numa palavra, tudo dorme, tudo está inerte, morto; as populações em sua gleba são como as incrustações de conchas no rochedo”³⁷². No entanto, o labor dos servos não ficaria sem efeito. A natureza se tornaria campo.

³⁷⁰ DUBY, Georges. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *Imagens da França*, op. cit., p. 12.

³⁷¹ MICHELET, Jules. *O Povo*, op. cit., p. 28.

³⁷² No original: “L’homme est alors, en quelque sorte, attaché au sol; il naît, il pousse, il meurt à l’ombre de la tour féodale... En un mot, tout est couché, inerte, mort; les populations sur leur glèbe sont comme les couches de coquillages au rocher.” MICHELET, Jules. *Journal*, t. I, op. cit., p. 128.

O povo a modelaria dia a dia à imagem do seu gênio. Ela se lhe assemelharia cada vez mais. Três séculos depois de Joana D’Arc os franceses já não tinham necessidade de uma santa para identificar a sua pátria. Descubrem-na dentro de sua consciência. Os Federados que acorrem ao Campo de Marte no dia 14 de julho de 1791 marchavam rumo a uma cidade totalmente mística que sua fé chamava à existência:

“Aonde vão eles, assim aos grupos, cidades e cidades, cidades e aldeias, províncias e províncias? Qual é, pois, a Jerusalém que atrai assim todo um povo, que o atrai, não para fora de si mesmo, mas o une, o concentra em si?... Melhor que a da Judéia é a Jerusalém dos corações, a santa cidade fraterna..., a grande cidade viva, que se constrói com homens... Em menos de um ano ela está pronta... E, depois, a pátria.”³⁷³

A essa pátria transfigurada Michelet reservava o nome de nação. A França o usaria com altivez, ela que foi a primeira a ousar administrar o velho símbolo monárquico, segundo o autor. O grito dos *sans-culottes* – “Viva a Nação!” – se converteria, no século XIX, na palavra de ordem dos democratas de toda a Europa. O historiador da Revolução considerava que a originalidade do mundo moderno é que, conservando, aumentando a solidariedade dos povos, ele fortifica o caráter de cada povo, especifica-lhe a nacionalidade a ponto de cada um deles obter uma unidade completa, surgindo como uma pessoa, uma alma consagrada diante de Deus. Em 1846, ele advogaria a causa romântica das nacionalidades³⁷⁴. Não temia dar lições de nacionalismo a seu colega Mickiewicz, quando o vê esperar de um Messias, e não apenas do “povo”, a libertação da Polônia. Tal como os “românticos”, Michelet concebia cada época, cada povo com sua própria individualidade, cuja ação estaria no indivíduo sensível, complexo e imprevisível que, investido de uma missão universal, se uniria a outros transformando-se num “organismo coletivo”.

Pela idéia que assim concebe, Michelet sente-se responsável porque em torno dele se multiplicam os golpes desferidos contra “a causa do povo”. Opõe-lhe o testemunho de sua

³⁷³ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 31.

³⁷⁴ Vale ressaltar que, ao longo deste trabalho, as aproximações que faremos entre os ideais de Michelet e os do pensamento romântico estão de acordo com a perspectiva de Guinsburg sobre o que considera “Romantismo”. GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1985.

própria experiência de filho e historiador do povo. De acordo com Paul Viallaneix, terá ele percebido, quando da publicação quase simultânea de sua *Histoire du Moyen Âge* e de *Notre-Dame de Paris*, que profundas afinidades o aproximavam de Victor Hugo? Michelet questionava a estética do Romantismo.

Para Viallaneix, Michelet, por profissão e por vocação, ama demais a verdade para acomodar-se a semelhante estetismo, e denuncia-o sem rodeios quando se acha em causa a honra do povo. No entanto, sua reação não exclui um movimento romântico. É, pelo contrário, um de seus componentes, já perceptível em *Qu'est-ce que le romantisme?*, cuja lição o prefácio de *Cromwell* não desqualifica. Eis por que, não obstante a querela com Sand, Sue e com o autor de *La Comédie Humaine*, *Le Peuple* pertencia em sua totalidade à biblioteca romântica³⁷⁵.

Assim, ao dedicar-se à caracterização das formas de vida do povo, seus costumes, sofrimentos e triunfos, Michelet, além de se dispor a “colher” informações junto ao povo³⁷⁶ para averiguar se esses livros franceses representavam realmente a França ou se dela só mostravam certas faces excepcionais, escreve *Le Peuple* para erigir o próprio povo à qualidade de agente transformador da história.

Familiar ao historiador, que a escutava há quinze anos nas galerias dos Arquivos Reais, era a “voz profunda” da nação, do povo:

“Nas galerias solitárias dos Arquivos por onde eu errei por vinte anos, nesse profundo silêncio, os murmúrios vinham, no entanto, aos meus ouvidos. Os sofrimentos longínquos de tantas almas sufocadas nas suas velhas idades queixavam-se em voz baixa. (...) ‘Com que te divertes?’ (...) Sabes tu que os nossos mártires depois de quatrocentos anos te esperam? (...) Foi na firme crença, na esperança na

³⁷⁵ VIALLANEIX, Paul. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *O Povo*, op. cit., p. XXIX. Na dissertação de Mestrado, procurei demonstrar que apesar de atacar os literatos de seu tempo, na sua opinião frustrados com os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, muitos dos posicionamentos intelectuais de Michelet coincidem com os ideais tidos como “românticos”. Vale destacar que a preocupação que norteou esta pesquisa não diz respeito ao possível enquadramento ou não do autor no movimento romântico, mas em apresentá-lo em constante diálogo como os ideais desse movimento que fizeram parte de seu tempo e que há muito constituem a imagem do século XIX para quem dele se ocupa. SCHREINER, Michelle. *Jules Michelet e o Romantismo Político na História. Um estudo sobre o conceito de “povo” na historiografia francesa da primeira metade do século XIX*. Campinas, 2001. (Dissertação de Mestrado/Unicamp/IFCH)

³⁷⁶ Sobre o papel do narrador que se dispõe a “colher” informações para averiguar a veracidade dos seus argumentos, Walter Benjamin comenta: “O narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada. E transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história.” BENJAMIN, Walter et alii. “O Narrador”. *Textos Escolhidos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1983, p. 60.

justiça, que eles deram a vida. Teriam o direito de dizer: ‘História, conta conosco! Os teus credores te ordenam! Nós aceitamos a morte por uma linha tua’.”³⁷⁷

“Este livro”, assinalou, “eu o colhi nas estradas”. Quantos passeios e quantas indagações relatadas no *Journal*. Michelet despende seu tempo a observar o povo nos bulevares, nas barreiras, nos caminhos baixos de Montreuil ou de Gentilly. Enquanto discute filosofia com seu amigo Poinot, permanece atento aos discursos dos camelôs, aos gritos dos charreteiros, aos gestos dos artesãos e dos vindimadores ou aos desatinos dos bêbados. Traz os olhos abertos, presta atenção nas conversas e mistura-se a elas. Na parada da noite registra o que acaba de aprender sobre os trajes, os costumes, as técnicas ou as falas. Mas não se demora a inventariar o pitoresco de suas descobertas. Esforça-se por interpretá-las, com a preocupação de penetrar no mundo mental do homem da terra:

“Quando a evolução de minha História levou-me a tratar as questões atuais (...) voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível (...) Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes do bom senso. Essa pesquisa começou em Lyon, há cerca de 10 anos, e prosseguiu em outras cidades; investigava junto aos homens práticos e aos espíritos mais positivos a verdadeira situação dos campos, tão negligenciados por nossos economistas.”³⁷⁸

Na verdade, se o inquérito cujos resultados *Le Peuple* explorará começa em Lyon (e em Saint-Etienne) em 1839, a decisão de empreendê-lo remonta à visita das grandes cidades industriais da Inglaterra, em 1834. Em Manchester e em Liverpool, Michelet percebe que o maquinismo está em vias de transformar o trabalhador em proletário. Mede a distância que separa a pobreza dos artesãos de sua infância da miséria dos mineiros e manufactureiros. Compreende que o tempo dos tecelões, que cantavam ao ritmo de seus teares, como seu próprio pai cantava a

³⁷⁷ No original: “Dans les galeries solitaires des Archives où j’errai vingt années, dans ce profond silence, des murmures cependant venaient à mon oreille. Les souffrances lointaines de tant d’âmes étouffées dans ces vieux âges se plaignaient à voix basse. (...) ‘A quoi t’amuses-tu?’ (...) ‘Sais-tu que nos martyrs depuis quatre cents ans t’attendent?’ (...) C’est dans la ferme foi, l’espoir en la justice qu’ils ont donné leur vie. Ils auraient droit de dire: ‘Histoire! Compte avec nous. Tes créanciers te somment! Nous avons accepté la mort pour une ligne de toi.’” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 24.

³⁷⁸ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 03.

romanza enquanto compunha, não voltaria mais. Michelet diagnostica o mal: “Já não é o homem que faz funcionar a máquina, é a máquina que faz o homem funcionar”³⁷⁹. Na expectativa da revolução (1848) que poria fim a essa nova escravidão, jurava a si mesmo denunciá-la, e o mais cedo possível. “Temos”, anota ele em seu *Journal* no dia 3 de setembro de 1834, “a pesquisa dos ricos sobre os pobres. Os pobres são insolentes, viciosos, etc. É preciso fazer a resposta dos pobres”³⁸⁰, que seria seu livro *Le Peuple*.

Durante suas viagens, o advogado dos pobres acumula as informações que fortaleceriam sua resposta. Quando se dirige a Lyon, em março de 1839, ele o faz para estudar o tipo dos operários das fábricas de seda daquela cidade, cujas recentes revoltas o subverteram. Não se contenta em interrogar Arlès-Dufour, que lhe serve de guia. Fica conhecendo um dos operários que tomou parte na insurreição de 1834; registra tudo o que descobre na “grande casa vil” da Cruz Vermelha aonde o conduziram:

“A oficina era incrivelmente suja e pobre. Continha quatro teares. Duas mocinhas de dezesseis ou dezoito anos trabalhavam, um pouco indolentemente, como filhas da casa. O mesmo fazia um menino de doze anos. Enfim, um pobre garotinho de cinco anos num pequenino tear: trabalhava de pé, porque, disse-me sua mãe, não havia um banco suficientemente baixo para ele. Seis pães enormes estavam amontoados num canto. A família come setenta libras de pão por semana. A mãe, mulher enérgica, ainda jovem apesar de seus nove filhos, é a alma da casa. O marido, alto, magro, descorado, de natureza visivelmente branda e fraca, parecia que não se reergueria jamais do golpe que sofrera. Pequenos desvãos continham as camas do pai e dos oito filhos; o nono ainda é bebê. A única coisa que consolava um pouco a alma nesse quadro de miséria é que a família trabalha sozinha e não admite companheiros.”³⁸¹

Em Lyon, num meio em que as tradições do artesanato subsistem, a investigação do viajante se completa em Saint-Etienne, pela visita à fábrica de armas e de um poço da mina Séguin. Michelet se encontra, pela primeira vez, diante das temíveis máquinas que desnaturam o trabalho do operário. Elas lhe causam viva impressão:

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 49.

³⁸⁰ No original: “Nous avons l’enquête des riches sur les pauvres. Les pauvres sont insolents, vicieux, etc. Il faut faire la réponse des pauvres.” MICHELET, Jules. *Journal*, t. I, *op. cit.*, p. 238.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 397. Anotações de 04 de abril de 1839.

“Essa força aparentemente furiosa (tão regulada, na realidade) desagrada; sente-se nela uma fatalidade, subjugada pelo homem, mas não a ponto de não lhe poder ser hostil. Tocai numa dessas rodas – a máquina fará de um homem uma fita de carne esmagada.”³⁸²

Nos anos seguintes, a experiência de Saint-Etienne se renovaria com frequência. Michelet visitou, com a ajuda de Eugène Noël, que morava em Le Tôt, as numerosas fábricas dos arredores de Rouen. Recolheu aí a maior parte dos detalhes que comporiam, em *Le Peuple*, o quadro das “servidões do operário dependente das máquinas”. Mas a revolta que ele continua a experimentar diante dos malefícios do maquinismo não o cegaria. Percebia o escândalo da exploração do proletariado, cuja indigência contrastava com a prosperidade da indústria. “Um ponto me importa acima de tudo, tanto para a indústria do algodão como para tantas outras”, escreve ele a Noël em 30 de junho de 1845, “é saber como, nessa aparente prosperidade, com suas construções gigantescas que vemos elevarem-se por toda parte, a jornada de trabalho do operário é tão mal paga”³⁸³. Assim se enriquece, de ano em ano, o projeto generoso de 1834, concebido como um desafio. É preciso levar a sério a confiança, destinada a Quinet e, ao mesmo tempo, ao leitor de *Le Peuple*: “Seria difícil acreditar nas transformações novas que coligi e que não se acham em nenhum livro”³⁸⁴.

Toda uma “violenta alquimia moral” determinaria a gênese de *Le Peuple*, livro entre todos inspirado. Essa alquimia tem por origem, segundo parece, a morte de Pauline, sobrevinda a 24 de julho de 1839. Michelet, melhor historiador que marido, dá sinais de um desespero bastante inesperado. É que o desaparecimento de sua companheira lança-o no estado que ele mais temia: a solidão. “Ah!”, exclama ele no *Journal* de 12 de setembro, “é preciso convir que não são meras palavras: *Sereis uma só carne...* Deus! Tudo junto, depois nada junto...: é morrer mais que se ambos tivessem morrido”³⁸⁵. Mas a provação da viuvez estava apenas começando. Abrandada pelo encontro com a Senhora Dumesnil, ela se agrava quando Michelet recolhe, a 31 de maio de

³⁸² MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 39.

³⁸³ No original: “Un point m’importerait fort, et pour l’industrie du coton, et pour tant d’autres, c’est de savoir comment dans cette apparente prospérité, avec ses constructions gigantesques que nous voyons s’élever partout, la journée de l’ouvrier est maintenant si peu payée.” MICHELET, Jules. *Journal*, t. I, *op. cit.*, p. 702.

³⁸⁴ No original: “Tout ce que j’amassai de renseignements nouveaux qui ne sont dans aucun livre, c’est ce qu’on aurait peine à croire.” *Ibid.*, p. 709.

³⁸⁵ No original: “Ah!, c’est qu’il faut convenir que ce ne sont pas de vaines paroles: *Vous devenez même chair...* Dieu! Tout ensemble, puis rien ensemble...: c’est mourir, plus que si tous les deux étaient morts.” *Ibid.*, p. 420.

1842, o último suspiro de sua amiga. O espectro do isolamento ressurgiu, dobrado. “Nasci só; portanto, é preciso fazer como se eu fosse só!”³⁸⁶. Sim, há “alegrias” próprias da solidão. O historiador da França as conhece bem; ainda há pouco sacrificava a elas os deveres da vida conjugal. Mas elas já não lhe bastavam. Ao pensamento de que sua filha Adèle, noiva de Alfred, iria deixá-lo, repisava suas “amarguras”. Perguntava-se com angústia se ficaria definitivamente privado dos confortos da família. A 24 de junho, enquanto visitava a Alemanha em companhia do jovem casal, tentava explicar sua confusão:

“Minhas amarguras voltaram. Alfred tentava apaziguar-me. Falava-me dessa grande família de alunos que tenho em tantas cidades. Sim, mas família distante, que só se corresponde a longos intervalos, que, não vivendo conosco, não caminha no mesmo passo, de modo que as diversidades vão aumentando cada vez mais. Recusei-me a ser o centro deles; quis apenas insuflar-lhes o espírito da vida... Que terei sido para eles? Um sopro, uma voz, como queria Byron? Tive o gênio maternal. Essa maternidade tem suas dores, e uma esterilidade aparente. Mil filhos dispersos no espaço e no tempo, nenhum filho que se possa abraçar.”³⁸⁷

Depois do último choque de separação com a morte da Senhora Dumesnil, a 31 de maio de 1842 um grande ímpeto vai apoderar-se dele, arrancá-lo da solidão. Que remédio mais adequado para o mal da solidão do que o “sentido do povo” (retomar o sentido do povo é retomar a sua vida, seu sentido). É graças aos cursos do Collège de France que esse “sentido” se torna consciente e decisivo. Reencontrando todas as semanas a “família” de seus alunos, Michelet observaria: “Estranho contraste, a multidão em meu curso, para meus livros (venda razoável e regular, que não se desmente), e em mim a solidão. É que dentro de mim não sou o homem do curso. No curso, acredito no assunto de que trato”. Com isso acaba de fazer sua, defendendo-a, a causa popular. Segundo uma nota redigida muito tempo depois, destinada ao prefácio de sua *Histoire de France*, de 1869, essa conversão anterior, realizada pela palavra e pelo gesto, e que

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 532.

³⁸⁷ No original: “Mes amertumes revinrent. Alfred essayait d’adoucir. Il me parlait de cette grande famille d’élèves que j’ai dans tant de villes. Oui, mais famille lointaine, qui ne correspond qu’à longs intervalles, qui, ne vivant pas avec nous, ne marche point du même pas, en sorte que les diversités vont toujours augmentant. J’ai refusé d’être leur centre; j’ai voulu seulement souffler sur eux l’esprit de vie... Qu’aurai-je été? Un souffle, une voix, comme le souhaitait Byron? J’ai eu le génie maternel. Cette maternité a ses douleurs, et une stérilité apparente. Mille enfants dispersés dans l’espace et dans le temps, point d’enfants qu’on puisse serrer.” *Ibid.*, p. 553.

vai motivar a profissão de fé de *Le Peuple*, seria particularmente sensível no curso de 1843 sobre as lendas medievais:

“Eu tentava apreender em seu misterioso nascimento a flor desse tempo, a lenda. Vi como o instinto dos simples incubara, fizera eclodir essa poesia rústica, os próprios ritos e os cânticos que, adotados no santuário, marcados com sua autoridade, deles tornaram a sair com toda a sua imponência... Meu livro *Le Peuple* é fruto de meu curso sobre a lenda, e foi esse livro, por sua vez, que gerou minha *Révolution*.”³⁸⁸

De fato, o historiador da Idade Média nunca se sentiu tão próximo dos “bárbaros” como no momento de interpretar os sonhos e as inspirações da França primitiva. No *Journal* ele diria, a 19 de julho de 1845, no momento de redigir *Le Peuple*:

“Não, oradores, não estais prontos para a guerra nem para a revolução... Primeiro é preciso reanimar esse coração, fomentar o que resta de calor e avaliar as próprias forças, saber exatamente onde estamos, pois de todos os males deste país o mais profundo, a meu ver, é que ele perdeu a consciência de si mesmo, a consciência de sua natureza, de sua missão, de seu papel neste momento, a consciência histórica de seu verdadeiro passado.”³⁸⁹

Mas não basta, para devolver ao povo a “consciência de sua natureza”, difundir um novo livro. Antes mesmo de mobilizar seu gênio de escritor, Michelet tenta cumprir em sua vida privada o dever que lhe incumbe. Serve-se de suas criadas Marie, Caroline e Victoire, que se prestam à sua pedagogia. Com Victoire, cognominada “Rustica”, ele é mais feliz. Ensina-a a ler; guia-a docemente na aprendizagem da reflexão e da confiança em si. A comunicação é difícil. Mas o “amigo do povo” tira partido tanto de seus fracassos como de seus sucessos. Eles

³⁸⁸ No original: “J’essayai de saisir en sa mystérieuse naissance la fleur de ce temps, la légende. Je vis comment l’instinct des simples avait couvé, fait éclore toute cette poésie rustique, les rites mêmes et les chants qui, adoptés au sanctuaire, marqués de son autorité, en ressortirent si imposants... C’est mon cours sur la légende qui fit le livre du *Peuple*, et c’est ce livre à son tour qui a fait ma *Révolution*.” *Ibid.*, p. 1092.

³⁸⁹ No original: “Non, paroleurs, vous n’êtes pas prêts pour la guerre ni pour la révolution... Il faut d’abord ranimer ce coeur, fomentier ce qui reste de chaleur et d’abord tâter le pouls, savoir au juste où nous en sommes, car de tous des maux de ce pays, le plus profond, à mon sens, c’est qu’il a perdu la conscience de lui-même, la conscience de sa nature, de sa mission, de son rôle en ce moment, la conscience historique de son vrai passé.” *Ibid.*, p. 722.

alimentam, uns e outros, a *vita nuova* em que ele se engajou de maneira irrevogável. Pelo fim de 1844, da sensibilidade, da própria sensualidade brotou um movimento: a idéia da democracia como educação.

Essa interpretação da história que eleva o povo à qualidade de ator social também pode ser identificada em outro trabalho, *Histoire de la Révolution Française*, em seis volumes publicados entre os anos de 1847 e 1853, que pretendeu mostrar como o povo, promovido à condição de protagonista da História, emergiu no cenário político francês durante os eventos revolucionários, passando a lutar por seus direitos e por uma república democrática e social. A época da Revolução Francesa corresponderia a um tempo de vibração, de euforia, de aceleração, de densidade e volume, signos que Michelet atribui à Revolução em virtude de tudo e todos – o povo, o povo inteiro, todo mundo – irromperem no cenário político francês durante esse acontecimento:

“Essa revolução (...) não revela menos a força soberana do povo, o poder que ele sempre detém de abalar a ordem estabelecida sem obedecer a chefe algum. ‘O que ela oferece de singular’, observa Michelet em *Introduction à l’histoire universelle*, ‘é o fato de apresentar o modelo de uma revolução sem herói, sem nomes próprios; nenhum indivíduo em quem a glória tenha podido se localizar’. A sociedade fez tudo ... Aqui não existe nome próprio; ninguém preparou, ninguém conduziu; ninguém eclipsou os demais. Depois da vitória, buscou-se um herói e encontrou-se o povo.”³⁹⁰

Não se pode afirmar que Michelet abandona o tom da análise política e social nesta obra; muito pelo contrário, sua narrativa dos acontecimentos que levaram à revolução na França desenvolve-se no modelo de “lição de história” a ser conhecida em seus antecedentes e lembrada, um alerta para aqueles franceses despreocupados na certeza da solidez de suas próprias instituições e de seus representantes no mundo, sobretudo no que diz respeito aos literatos.

Ao narrar a história da Revolução Francesa em um primeiro volume que vai da Tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, à Festa da Federação, celebrada na França, sobretudo em Paris, no dia 14 do mês de julho de 1790, Michelet utiliza a tradição oral³⁹¹ no

³⁹⁰ VIALLANEIX, Paul. Prefácio à obra MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. XIV.

³⁹¹ Entende-se por “tradição oral” aquela “que permanece generalizadamente difundida na boca do povo, o que todos dizem e repetem, os camponeses, os homens de cidade, os velhos, os homens maduros, as mulheres, mesmo as

sentido de promover o povo à dignidade de agente e, por conseguinte, de sujeito mesmo da História, fazendo uso da metáfora³⁹² do “organismo” para explicitar a noção de “harmonia superior” que deve constituir uma sociedade. Entendida como “alma nacional” que implica no vínculo entre os órgãos, sua mútua influência e uma “totalidade vivida”, a metáfora da “sociedade orgânica”, para o autor, não corresponde somente a instâncias sociais interligadas, tal como afirma ser compreendida pelos “românticos”, mas é formada pela solidariedade e pela união fraternal da grande massa de homens que a constitui em nome da nação, que não é simplesmente uma massa homogênea, sólida ou indefinida, ou seja, um grande aglomerado humano, mas composta de vários indivíduos com características particulares e distintas que se associam para formar uma unidade viva e integrada³⁹³.

A partir daí, podemos verificar que a história, para Michelet, terá como grande personagem, como grande herói, não tal ou qual príncipe, mas a própria nação, por ele erigida à condição de pessoa viva, e mais que ela, aquilo que nela constitui a vida: o povo.

Assim, ao dizer que em primeiro lugar viu a França “como uma alma e uma pessoa”, Michelet advoga a causa romântica das nacionalidades que aumenta a solidariedade dos povos,

crianças, o que podeis aprender se entrardes à noite naquele cabaré de aldeia (...)”.MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da Queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 283.

³⁹² Conforme Hayden White, Michelet procurou na estória romanesca a forma narrativa e a metáfora como meio de permitir ao historiador ressuscitar e reviver o passado em sua totalidade: “Como o modo da metáfora e o mito da estória romanesca funcionam na historiografia de Michelet pode-se ver na sua *História da Revolução Francesa*. Sua descrição do espírito da França no primeiro ano da Revolução é uma seqüência de identificações metafóricas que passa da caracterização da revolução como a luz que emerge das trevas para a descrição dela como o impulso ‘natural’ em favor da fraternidade sobre as forças ‘artificiais’ que desde muito se opunham a ele, e acaba, finalmente, na contemplação dele como símbolo de pura simbolização.” WHITE, Hayden. “Michelet: O Realismo Histórico como Estória Romanesca”. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1992, p. 162.

³⁹³ A respeito do caráter orgânico da sociedade, Hannah Arendt defende que, “movidos por suas necessidades físicas”, os pobres irromperam no palco da Revolução Francesa e a metáfora da “perpétua mudança” perdeu suas antigas conotações, adquirindo a acepção biológica que vai alicerçar e impregnar as teorias sociais e orgânicas da História, as quais têm em comum o fato de compararem uma multidão – a pluralidade fatural de uma nação, ou um povo, ou a sociedade – a um corpo sobrenatural, movido por uma sobre-humana e irresistível “vontade geral”. ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª ed., São Paulo, Ática/UnB, 1989. Sobre esse vínculo entre a violência e a necessidade agindo com cumplicidade e estimulando o comportamento das multidões durante os eventos revolucionários, ver também BRESCIANI, Maria Stella M. “Política e Violência em *Da Revolução* de Hannah Arendt”. DUARTE, André, LOPREATO, Christina e MAGALHÃES, Marion Brepohl de (orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004, pp. 187-210.

Quanto a essa questão, Michelet insiste que a Revolução não foi apenas um clamor de fome, uma vez que recusa a idéia de que o povo respondeu, de forma instintiva, a estímulos imediatos e externos, identificando nele um saber e um pensamento que o moveu a lutar pelos seus ideais.

Ainda com relação a esse assunto, vale ressaltar que Hobsbawm também discorda da opinião de Hannah Arendt quando esta defende que os pobres são determinados primordialmente pela “necessidade” mais do que pela

considerando que para a compreensão da história é preciso atingir uma outra esfera da percepção do passado, na qual o relato histórico deixa de ser um quebra-cabeça inerte para formar um todo e se tornar vida e movimento:

“(…) a França é o produto de uma fusão, operada por altura da Festa da Federação de 1790, que apagou as particularidades provincianas para dar origem à pátria comum, ela mesma solidamente enraizada num solo. Este princípio nacional, como o princípio democrático, conheceu ao longo dos séculos um crescimento lento e contínuo, de tipo vegetal. A história de Michelet não é um encadeamento mecânico de causas e efeitos, mas uma ‘cadeia de identidades’ (...)”³⁹⁴

Logo, procurando conferir “dignidade científica” a tudo o que significa a vida de um povo, Michelet suspende a redação da *Histoire de France* para compor *Le Peuple*, com o intuito de denunciar a literatura “romântica” em voga que, para ele, apreende de forma superficial a personalidade do povo, uma vez que a vê de fora, do exterior, limitando-se a pintar sua forma em seus aspectos pitorescos ou dramáticos e não experimentando-a de dentro, como ele afirma fazer ao se colocar no seio do povo para estudar sua verdadeira situação.

Nesse contexto, podemos compreender porque Michelet afirma que toda sua obra vem de um fulgor, um clarão: 1830. É a revolução de julho que, segundo Jacques Godechot³⁹⁵, derruba o reacionário rei Carlos X. Uma reação à tentativa de restaurar o Antigo Regime, que Carlos X teria empreendido ao decretar as “Ordenações de Julho”, chegando a indenizar os antigos nobres cujas terras haviam sido confiscadas durante a Revolução Francesa, além de dissolver a Câmara, restringir ainda mais o voto e promulgar uma austera lei contra a imprensa. Os melhores representantes da vida intelectual francesa e dos círculos liberais liderariam a oposição à monarquia, entre eles Lamartine, Victor Hugo, Thiers e Royer-Collard. Era o que faltava, conforme Godechot, para que se deflagrasse a insurreição dos grupos republicanos e bonapartistas que, com armas, invadiam as casas e arrastavam atrás de si o povo revoltado, provocando a abdicação de Carlos X que se refugiaria na Inglaterra. Tudo indicava que a

“liberdade” na época da Revolução, isto é, por motivos econômicos mais do que políticos. HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 206.

³⁹⁴ BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa, Europa-América, 1983, p. 88.

³⁹⁵ GODECHOT, Jacques. *Les Révolutions de 1848*. Paris, Albin Michel, 1971.

república, como o ideal político almejado pelos insurretos, triunfaria em 1830, mas o novo governo, por orientação de Thiers, coube à pessoa de Luís Filipe de Orleans, que deu início a uma nova realeza. A pequena burguesia e os operários, não contemplados pelos novos interesses, permaneceram alijados da vida política do país, dando início, por esse motivo, a uma série de protestos violentamente reprimidos pelo exército do governo central.

O clima de agitação política na França era motivado, segundo Godechot, pelos grupos que procuravam criar condições para a volta de Carlos X ao poder, conhecidos como legitimistas, ao passo que outros grupos, como os bonapartistas, queriam provocar a revolta das guarnições militares em favor de Luís Napoleão, sobrinho do imperador. A oposição dos socialistas, como Louis Blanc, e dos monarquistas moderados, a exemplo de Thiers, teria começado, de acordo com o autor, no verão de 1847 com uma campanha em todo o país a favor de uma reforma eleitoral inspirada no modelo inglês. O método adotado para a difusão da campanha era o da realização de banquetes que, em dado momento, teriam sido proibidos pelo ministro Guizot. O povo revoltado por esse fato teria levantado barricadas e a insurreição se alastraria, recebendo, em parte, apoio da Guarda Nacional. Graves incidentes e choques com o Exército teriam incendiado a revolução fomentada pela burguesia e pelo operariado. Como demonstra Godechot, entre os anos de 1845 e 1847, a situação da França teria se agravado pela falta de alimentos, consequência das colheitas malsucedidas e das pragas que assolaram as plantações, pela crise da indústria, principalmente a de tecidos, que ocasionou o rebaixamento dos salários e a falência de um grande número de fábricas, e pela guerra da França contra a Argélia para manter a posse da colônia, que consumiu grande parte do tesouro francês, contribuindo para piorar as condições de vida³⁹⁶.

Portanto, Michelet publica *Le Peuple*, em 1846, e sua *Histoire de la Révolution Française*, em 1847-53, para recuperar a lição de energia dada pelos revolucionários de 1789 que, na sua opinião, construíram os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade durante este acontecimento, como um alerta ao momento em que escrevia, no qual movimentos revolucionários fervilhavam por toda a Europa em busca de uma república democrática e social. Tais protestos acabariam desencadeando as revoluções de 1848, cujos objetivos, conforme Godechot, eram a luta pelo liberalismo, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta,

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 184 e seguintes.

as aspirações nacionalistas, que procuravam unir os povos de mesma origem e cultura, e o socialismo, força nova surgida nos movimentos de 1830, pregando a igualdade social e econômica mediante reformas radicais. As rebeliões de 1848, segundo o autor, teriam sido urbanas, em boa parte, e refletiam o desenvolvimento industrial galopante e as dificuldades pelas quais passavam as camadas mais baixas da população cidadina, em especial o proletariado.

Jacques Godechot defende que a Revolução de 1848, comumente tida como o período de problemas políticos que afetou a França a partir de 24 de fevereiro de 1848 até o fim do mês de junho seguinte, não teria se limitado nem à França, nem a um curto período de seis meses. Na verdade, ela teria começado em junho de 1846, com a eleição do Papa Pio IX, alcançado toda a Europa ocidental e central, notadamente a Inglaterra, a França, a Itália, e só terminaria com o triunfo da reação em agosto de 1849:

“A revolução comumente chamada ‘de 1848’ é somente a fase final do grande movimento revolucionário começado oitenta anos antes (...). Não se pode afirmar que a insurreição parisiense de fevereiro de 1848 teve um papel determinante na revolução européia de 1848, nem mesmo a tomada da Bastilha na revolução de 1789. Na verdade, em 1848, sob a influência da crise econômica, da inquietação política e social, a Europa ocidental e central era uma verdadeira fábrica de pólvora que uma única faísca podia fazer explodir.”³⁹⁷

No entender de Godechot, o movimento revolucionário de 1848 foi, de um lado, a retomada da Revolução de 1789, na mesma área geográfica e com os mesmos objetivos, ou seja, a destruição do regime feudal e a criação de regimes políticos liberais, e, de outro, quis fazer triunfar ideologias novas, nascidas desde 1815, como o nacionalismo, o socialismo e o comunismo. Com o triunfo da contra-revolução um ano após a “primavera dos povos”, o autor conclui que, sobre seu primeiro aspecto, a “Revolução de 1848” teria conseguido levar a cabo o programa revolucionário de 1789, já que os Estados atingidos por ela que ainda não tinham constituição a conseguiram, e os que já tinham se tornaram mais liberais. Também o sufrágio

³⁹⁷ No original: “La révolution communément appelé ‘de 1848’ n’est que la phase finale du grand mouvement révolutionnaire commencé quatre-vingts ans plus tôt (...). On ne peut même pas affirmer que l’insurrection parisienne de février 1848 a eu un rôle aussi déterminant dans la révolution européenne de 1848, que la prise de la Bastille dans la révolution de 1789. A vrai dire, en 1848, sous l’influence de la crise économique, du malaise

universal masculino seria introduzido na França e nos Estados italianos, e o sufrágio censitário ampliado na Bélgica, na Holanda, na Suíça e nos Estados alemães onde já existia. Assim, na quase totalidade da Europa ocidental e central, na opinião do autor, a burguesia ascenderia ao poder ou se consolidaria onde já existia. No domínio social, a escravidão seria definitivamente suprimida nas colônias francesas e os últimos vestígios do “regime feudal”, cuja abolição havia começado no final do século XVIII, estariam desaparecendo. Desde 1789 a sociedade ocidental se transformava, a população tinha crescido com uma rapidez jamais observada, a grande indústria tinha se desenvolvido, a agricultura começava a se modificar, e para responder a esses transtornos, lembra Godechot, é que tinham sido formuladas as teorias nacionalistas, socialistas, comunistas. No seu ponto de vista, os revolucionários teriam tentado, em 1848, aplicá-las, no entanto elas fracassaram. Em 1851, Luís Napoleão daria uma golpe de Estado, implantando o II Império na França, e a partir de 2 de dezembro de 1852, sob o título de Napoleão III, estabelecerá uma ditadura que perduraria até 1870, quando da insurreição popular que instalaria a Comuna de Paris, ou seja, a república formada pela livre associação das Comunas federadas³⁹⁸.

Podemos observar aqui um desencantamento do autor com a realidade social presente, o que o levaria a retomar os ideais revolucionários de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça no intuito de transformar o estado de coisas existente.

Le Peuple, portanto, é concebido como estratégia de combate político, a partir da necessidade vista por Michelet de se produzir no período livros *positivos*, de profundo caráter pedagógico, que já não combatem, mas ensinam. Após 1848 Michelet escreve livros, inclusive sua *Histoire de la Révolution*, com inequívoco caráter panfletário em relação à defesa do povo, respondendo aos literatos que queriam diminuir, no espírito desse povo, a idéia da França unida e fraterna como na época da Revolução Francesa. Aos olhos de Michelet, o perigo que a literatura romântica representava fica expresso na seguinte passagem: “(...) faz-se de tudo para que ele [o povo] perca o senso da bela unidade que foi sua vida; sua alma lhe é retirada. E essa alma era o

politique et social, l’Europe occidentale et centrale était une véritable poudrière qu’une étincelle pouvait faire exploser.” *Ibid.*, p. 207.

³⁹⁸ Em *Souvenirs*, Tocqueville descreve o governo dos Notáveis, que apoiou e do qual até mesmo participou, como “o melhor dos regimes franceses desde 1789”, que desapareceria, sem glória, a 2 de dezembro de 1851, em proveito do pior dos despotismos centralizadores que teria aparecido desde 1789. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Sobre o início do II Império na França, ver também FURET, François. *La Gauche et la Révolution au milieu du XIX^e siècle: Edgar Quinet et la question du Jacobinisme (1865-1870)*. Paris, Hachette, 1986.

sentido da França, como fraternidade de homens vivos e como sociedade com os franceses das antigas eras”³⁹⁹.

Ao escrever *Le Peuple e Histoire de la Révolution Française*, Michelet desejava apreender o caráter orgânico da sociedade e afirmar a importância de reintegrar, através da história, as diversas forças e fatores que compõem a vida humana, tomando o princípio da “humanidade que cria a si própria” como fonte de seus livros e ensinamentos. Sobre essa questão, Edmund Wilson comenta:

“Até então, a história sempre fora escrita como uma série de biografias de grandes homens, ou como uma crônica de acontecimentos notáveis, ou como um grande préstito comandado por Deus. Mas agora podemos ver que o desenvolvimento de uma sociedade foi afetado por suas origens, seu contexto; que, assim como os indivíduos, as sociedades passam por fases regulares de crescimento (...) o mundo social é certamente obra do homem (...)”⁴⁰⁰

A sublevação da população nas grandes cidades, mesclada ao levante do povo – massa de pobres, analfabetos e excluídos que agora emergia no espaço público e político da Revolução –, era representativa do ideário de união da França em nome da conquista de alguns direitos.

Essa reivindicação popular por seus direitos é enfatizada por Michelet no relato de alguns acontecimentos revolucionários, dentre eles o episódio referente ao 5 de outubro de 1789, quando cerca de dez mil mulheres foram a Versalhes buscar o rei para que cuidasse do problema da fome: para elas, “o rei deveria viver com o povo, ver seus sofrimentos, sofrer com eles, formar com ele a mesma família”⁴⁰¹.

Após narrar as resistências do Parlamento, da nobreza e do clero frente à concessão de direitos ao povo que, para Michelet, não passavam de uma exceção e de uma irregularidade, o autor apresenta o novo princípio que vai imperar no período de julho de 1789 a julho de 1790: o da organização espontânea da França, na qual tais resistências se perderiam e se anulariam:

³⁹⁹ MICHELET, Jules. *O Povo*, op. cit., p. 07.

⁴⁰⁰ WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia. Escritos e Autores da História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp. 10-11.

“Pois bem, a grande pátria lhes aparece sobre o altar, de braços abertos para eles e querendo abraçá-los... Todos a ela se lançam, e todos esquecem a si mesmos; nesse dia, já não sabem de que província são... Filhos isolados, perdidos até aqui, encontram uma mãe; são bem mais do que acreditavam: tinham a humildade de acreditar-se bretões, provençais... Não, filhos, sabeio-os bem, éreis os filhos da França, é ela que vo-lo diz, os filhos da grande mãe, daquela que deve, na igualdade, gerar as nações.”⁴⁰²

Michelet se tornaria inimigo dos jesuítas. Ele reprovava em seus adversários o desprezo com a energia espiritual dos “bárbaros”, proclamando, ao contrário, “o sacerdócio, o pontificado da história”. Assim se configurava a nova orientação de sua carreira: anticlerical, ela não era em absoluto anti-religiosa. O autor de *Des Jésuites* ainda esperava que seu requisitório pudesse ajudar a Igreja a regenerar-se. Tratava-se, para ele, de reinventar a fé e de pregá-la de tal maneira que ela reunisse e regenerasse o povo dos novos tempos: “Toda a diferença está em que então (outrora) o procedimento foi de inspiração, isto é, esperava-se que Deus desse do alto as coisas já prontas; hoje é a procura, o trabalho, obra modesta. A Idade Média acreditou-se eleita, a criança mimada de Deus. O tempo moderno é mais humilde; não crê que nada lhe seja devido. É um modesto operário”⁴⁰³. A “procura” anunciada começaria com *Du Prêtre*, de 1845, que não é um livro totalmente “negativo”, já que esboça, em sua conclusão, o credo de uma religião do amor, cujos intercessores seriam o povo, a mulher e a criança.

“Este livro é mais que um livro, sou eu mesmo”: haverá definição mais exata de *Le Peuple*? Michelet prossegue, de pena na mão, mas conservando seus hábitos de orador, a “procura” pessoal por ele inaugurada diante da juventude das escolas. Põe nisso o melhor de si mesmo, colhido tanto em seu saber como em sua vida, em suas observações como em suas aspirações, em suas mágoas como em suas esperanças.

O que é, pois, o povo? Seu advogado o conhece demasiado bem para aceitar fazer dele uma idéia “clara e distinta”. Ele se pergunta se *povo* deve significar “*plebs* ou *populus*”⁴⁰⁴.

⁴⁰¹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 251.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 401.

⁴⁰³ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁰⁴ “*Plebs*, como mostra Michelet, é ‘plebe’, tendo portanto um sentido pejorativo: é a simples maioria, o conjunto dos pobres ou miseráveis e, sobretudo, aqueles que são governados pela necessidade material, pelas paixões menos refinadas, e constituem presa fácil para os demagogos. Já *populus* é o povo enquanto soberano, ou quase (p. ex., em *senatus Populusque Romanus*: o senado e o povo romanos), tendo a dignidade do poder e de sua seriedade.” Nota de Renato Janine Riberiro presente em MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 115.

Admirador dos “bárbaros”, dedica a melhor parte de seu quadro da sociedade francesa aos seus herdeiros modernos; camponeses, operários, funcionários, ao lado dos quais pretende marchar rumo à “Roma do futuro”. Se de bom grado ele cita “as estatísticas e outras obras de economia”, tira um partido propriamente literário das informações que lhes toma emprestadas. Cria tipos e cenas que as valorizam. Eis o camponês, no domingo, regressando ao seu campo, o operário à saída de sua fábrica, o funcionário no seu posto provincial. A existência deles está submetida a “servidões” que Michelet analisa com a intenção de eximir os “miseráveis” da responsabilidade de seus defeitos. “É de espantar”, pergunta ele, “que, encontrando-o sobre essa terra que o devora, ele vos pareça tão sombrio?” As “pessoas sensíveis” não são mais atiladas quando reprovam os transbordamentos do operário que o sino da fábrica atira na rua depois do expediente. Pensem na tensão nervosa que lhe impõem o ritmo e o barulho das máquinas. No “inferno do tédio” onde acaba de passar longas horas, “parece”, escreve Michelet antecipando-se a Zola, “que outro coração, comum a todos, tomou o lugar, coração metálico, indiferente, impiedoso, e que esse barulho ensurdecedor em sua regularidade constitui o seu batimento”⁴⁰⁵. Piedade, enfim, pelo funcionário! Acusam-no de nulidade, mas seu retraimento nada mais é que a defesa que ele opõe à Inquisição política ou religiosa: “Os mais prudentes trabalham para se fazer esquecer; evitam viver e pensar, fingem ser nulos, e desempenham tão bem esse papel que com o tempo já não precisam de nenhuma simulação; tornam-se de fato o que queriam parecer”⁴⁰⁶.

Assim se generaliza a alienação do homem do povo. Ele trabalha em condições que lhe proíbem conduzir-se como homem livre. Se o operário usa a mesma camisa que o burguês, não tardará a reivindicar os mesmos direitos. Paradoxal efeito do reinado da máquina, diria ele: ela “parece uma força totalmente aristocrática pela centralização de capitais que supõe”; e eis que se converte “num poderosíssimo agente do progresso democrático”⁴⁰⁷.

Do indomável plebeu *Le Peuple* deixa uma imagem que durante muito tempo conservará o seu prestígio na mitologia democrática. O herói de Michelet “conserva o depósito do instinto vivo”; cria, por seu trabalho, a riqueza da nação; exerce sobre a ordem estabelecida uma pressão salutar; o futuro lhe pertence. Mas e o presente, com suas “servidões”? Um tirano o governa, senhor da indústria, do banco e da monarquia; o burguês. Desmascarado pelos

⁴⁰⁵ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 60.

⁴⁰⁶ *Ibid.*, p. 61.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 63.

romancistas, ridicularizado pelos caricaturistas, provocado pela mocidade romântica, ele é submetido, em *Le Peuple*, a um exame particularmente lúcido. Michelet saúda, a princípio, como historiador da antiga França, a “gloriosa burguesia”, inspiradora da Revolução de 1789. Mas reprova-lhe tanto mais vivamente os erros quanto, desde sua vitória, os acumulou: a imitação estéril da aristocracia vencida, a renegação de suas origens plebéias, a cega administração de sua prosperidade: “Ela perdeu o movimento. Meio século bastou para vê-la afastar-se do povo, elevar-se por sua atividade e sua energia, e repentinamente, em meio ao seu triunfo, desabar sobre si mesma”⁴⁰⁸. Dá prova de sua decadência sucumbindo ao medo, paixão dos fracos. O burguês não goza em paz suas conquistas, que já estas não passam de privilégios. Vive na defensiva. Sua imaginação lhe apresenta a cada passo flagelos ameaçadores: terror ou comunismo. E comenta:

“Se três homens conversam na rua sobre salários, se pedem ao empresário, enriquecido com o trabalho deles, um pequeno aumento, então o burguês se assusta, grita, pede socorro (...) Sabeis qual é o perigo de... se fechar tanto? É como fechar o vazio. Excluindo-se os homens e as idéias, vai-se diminuindo a si mesmo, vai-se empobrecendo. A pessoa se fecha em sua classe, em seu pequeno círculo de hábitos, onde o espírito, a atividade pessoal já não são necessários. A porta está bem trancada; mas não há ninguém dentro... Pobre rico, se não és mais nada, que queres então guardar tão bem?”⁴⁰⁹

Mas Michelet não saberá acomodar-se. Exorta os jovens intelectuais que o escutam a combatê-la aliando-se ao mundo dos “bárbaros”, mergulhando na “fonte de vida em que as classes cultas devem buscar seu rejuvenescimento”. Porém faz algo melhor que lançar-lhes um apelo generoso, que suscita muitos ecos através da Europa romântica. Esboça, para justificá-lo, toda uma filosofia que ele chamará, no *Journal* de 4 de julho de 1848, de “filosofia religiosa do povo” e à qual consagra duas das três partes de seu livro. Ele se baseava no princípio da vocação social do homem:

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 64.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 67.

“Por pouco que eu o observe (o homem) em seu próprio nascimento, vejo-o já sociável. Antes de abrir os olhos, ele ama a sociedade; chora quando é deixado só... Como admirar-se disso? No dia que se diz ser o primeiro, ele deixa uma sociedade já bem antiga, e tão doce! Foi por ela que ele começou; velho de nove meses, cumpre-lhe divorciar-lhe, entrar na solidão, procurar às cegas uma sombra da perdida união, que lhe era tão cara.”⁴¹⁰

Talvez à revelia de Michelet, torna-se claro que a Pátria, substituindo a mãe, reconstitui em torno do órfão de nascença o abrigo tão pranteado. Na falta de um Deus Pai, cujo amor uniria a humanidade inteira, é a França maternal que faz dos franceses verdadeiros irmãos, reunidos no mesmo seio.

Michelet previa que a nova República seria fundamentada na fraternidade de irmãos, ignoraria a inveja, o ódio, o desprezo de classe. Nela, as relações familiares refletiriam as relações do cidadão com o Estado. A sociedade, procedente da família, seria portanto fundamentada no amor. A mulher se tornaria a pedra de toque de todo o sistema: educaria a criança, formaria o homem; suas relações com este seriam o espelho da sociedade. Michelet apresentaria *L'Amour* como um remédio para os males sociais; seria sobretudo um remédio para o fracasso da revolução de 1848: “Em 1849, quando nossas tragédias sociais vinham partir os corações, espalhava-se pelo ar um frio terrível (...); eu invocava, em socorro das leis, uma reforma dos costumes, a depuração do amor e da família”. O trabalho destruía a mulher como portadora das gerações futuras; esgotada ela abortava, ou então dava à luz seres degenerados. O século teria sido, para o historiador, o das doenças da matriz: fadigas, violações conjugais, gravidezes próximas, abortos clandestinos que contribuía para arruinar a saúde da mulher. Para sanar todos esses males, Michelet propõe afastar a mulher da vida ativa, esquecendo que a sorte das crianças, bem como a de inúmeros operários, não é muito mais feliz, pois o trabalho arruina a mãe, destrói a família, aniquila as gerações, “perde a nação”.

Michelet sonhava com um mundo onde as mulheres teriam cedido lugar à Mulher. Então a sociedade fraterna e pacífica já não seria uma utopia, pois cada um se encontraria no seio da “grande mãe”, a Pátria ocuparia o lugar da mãe biológica desde o nascimento:

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 70.

“Quando os operários ingleses (...) vieram queixar-se a Pitt e disseram: ‘Não agüentamos mais, não estamos ganhando o suficiente’, ele deu uma resposta pavorosa que pesa sobre a sua memória: ‘Empregai as crianças’. Quão mais culpáveis ainda são aqueles que empregaram as mulheres, aqueles que ofereceram à miséria da moça das cidades, à cegueira da camponesa, o recurso funesto de um trabalho exterminador e a promiscuidade das manufaturas! Quem fala mulher, fala criança; em cada uma delas que foi destruída, uma família é destruída, várias crianças, e a esperança das gerações vindouras. Barbárie de nosso Ocidente!”⁴¹¹

Não é uma paixão que aproxima o povo, mas um parentesco íntimo. Michelet a denomina “amizade”, com base nas lembranças mais puras de sua infância, associadas ao encontro de seu querido Poinot. Esse termo, por si só, parece-lhe designar fielmente a relação que se estabelece entre compatriotas. Os habitantes das comunas, na Idade Média, já não o haviam adotado? Reaparecendo em *Le Peuple*, ele o reveste de um sentimento propriamente religioso. A “amizade” reúne os fiéis da nova Igreja. É o “carisma” moderno por excelência, a caridade do futuro.

Todo o argumento crítico de *Le Peuple* acha-se aqui justificado. A Igreja medieval condenou a si mesma ao consagrar “uma ordem civil odienta, a desigualdade na lei, no estado e na família”. Mas a sociedade industrial não peca menos gravemente contra a “amizade”. O maquinismo, especializando o trabalhador, separa-o de seus irmãos e vota-o a um “isolamento selvagem”. Dá ao homem, “entre tantas vantagens, uma infeliz faculdade, a de unir as forças sem ter necessidade de unir os corações, de cooperar sem amar, de agir e viver junto, sem se conhecer; a força moral da associação perdeu tudo quanto ganhava a concentração mecânica”⁴¹². Michelet não esquece a resposta que lhe deu, em Lyon, um operário que se apressou em confessar até à exaustão o seu desânimo: “Existe um outro mal, senhor, *nós somos insociáveis*”. A esperança, porém, continua sendo mais forte. A Revolução Francesa não proclamou em vão a igualdade e a fraternidade dos cidadãos; ela inaugura, na história espiritual da humanidade, a era da “amizade”.

O “teólogo-povo”⁴¹³ não receia, pois, inovar. Na segunda parte de *Le Peuple*, ele se aventura muito além dos limites que sua experiência de historiador poderia permitir à sua

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 72.

⁴¹² *Ibid.*, p. 85.

⁴¹³ Michelet recebe esse título de Eugène Noël, a quem agradece em carta datada de 08 de janeiro de 1864.

reflexão. Isso ocorre no momento em que ele faz a criança beneficiar-se da confiança até ali reservada ao homem do povo. Um e outro são definidos como “simples... que dividem pouco o pensamento, que, não estando munidos das máquinas de análise e de abstração, vêem cada coisa uma, inteira, concreta, como a vida a apresenta”⁴¹⁴. E não hesita em aproximá-los, lembrando o papel que ele teve na lenda popular, do animal. Sonha com uma Cidade harmoniosa que os reuniria e que ele opõe à sociedade ocidental, corrompida pelo “orgulho” e sempre tentada pela desigualdade. Encontra seu modelo no *Ramayana* e no *Mahabharata*, que teriam reabilitado aos seus olhos a mística indiana.

Virgílio seria, na história do humanismo ocidental, o único apóstolo de uma reconciliação de todas as criaturas:

“Índiano por sua ternura para com a natureza, cristão por seu amor ao homem, ele reconstitui, esse homem simples, em seu coração imenso, a bela cidade universal da qual não se exclui nada que tenha vida, enquanto cada um só quer fazer entrar aí os seus.”⁴¹⁵

Mais perto dele, Michelet descobre outro mestre na pessoa de Geoffroy Saint-Hilaire, que “amou a criança, o animal” e que, atento às suas semelhanças, estabeleceu o princípio da unidade de composição dos seres vivos. Anuncia-se o tempo em que, para melhor pregar a “reabilitação da vida inferior”, o historiador se fará naturalista. É com razão que Taine verá em *L’Oiseau*, publicado dez anos depois, uma continuação de *Le Peuple*: “O historiador que conheceis”, explicará ele ao público, “aparece através do naturalista que descobrireis. O livro *L’Oiseau* não passa de um capítulo acrescentado ao livro *Le Peuple*. O autor não sai de sua carreira – alarga-a. Pleiteara pelos pequenos, pelos simples, pelas crianças, pelo povo. Agora ele pleiteia pelos animais e pelos pássaros”⁴¹⁶.

Em 1846, Michelet ainda não está em condições de prever todos os desenvolvimentos possíveis de sua “filosofia religiosa do povo”. Ela lhe permite ao menos pôr em ordem a maioria

⁴¹⁴ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 104.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 109.

⁴¹⁶ *Apud* CASANOVA, Robert. “Introduction”. MICHELET, Jules. *Le Peuple*. Paris, Julliard, 1965, p. 37. Sobre os trabalhos não-históricos de Michelet, de sua fase tida “naturalista”, ver KAPLAN, Edward K. *Michelet’s poetic vision. A romantic philosophy of nature, man and woman*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1977.

dos pensamentos que o assaltaram desde sua juventude e sua descoberta, vinte anos antes da publicação de *Le Peuple*, da filosofia da história e da obra de Vico. Ela o fortifica, mais precisamente, em sua oposição a uma certa tradição cristã. Como aceitaria ele, em primeiro lugar, o “preconceito hebraico” que o cristianismo conservou “contra a natureza” e que mantém o mundo animal “a uma distância infinita do homem”? Sua hostilidade é ainda mais radical. Ela visa ao humanismo fundamental de uma fé cujo deus viveu e morreu como homem para a salvação apenas da humanidade. Põe em causa o dogma do pecado, que proíbe acreditar na bondade dos “simples” e de seu instinto. “Se sustentardes que o instinto do homem é mau, antecipadamente estragado”, replica Michelet aos seus adversários, “que o homem não vale senão quando é castigado, emendado, metamorfoseado pela ciência ou pela escolástica religiosa, *estareis condenando o povo*, e o povo das crianças, e os povos ainda crianças chamados selvagens ou bárbaros”⁴¹⁷. A inocência dos bárbaros de *Le Peuple* exclui qualquer resgate, eles só têm necessidade de justiça. E o “teólogo-povo”, de reclamar o seu direito: “Fiz falar neste livro os que não sabem sequer se têm um direito no mundo. Todos os que gemem ou sofrem em silêncio, tudo o que aspira e ascende à vida, é o meu povo... É o Povo. – Que venham todos comigo”⁴¹⁸.

Do “homem de gênio” *Le Peuple* compõe um retrato que pode passar por uma obra-prima. Michelet, prestando homenagem, sem nomeá-los, aos heróis da história, pinta o personagem que ele próprio gostaria de tornar-se. Vê nele um “simples”, de quem o instinto é o registro e a “ingenuidade” a primeira virtude. Nenhuma distância separa suas palavras de seus atos, suas intuições de seus pensamentos. Ele é um, e não duplo. Eis por que o povo se reconhece nele: “É o simples por excelência, a criança das crianças; ele é o povo, mais que o próprio povo o é”⁴¹⁹. No entanto, ele se distingue dos simples que o reverenciam porque dispõe, ao mesmo tempo que do instinto deles, dos “dons do crítico”. Reúne “o que se pode chamar de os dois sexos do espírito, o instinto dos simples e a reflexão dos sábios”⁴²⁰.

A provação revolucionária de fevereiro de 1848 vai separar (não de coração, mas de fato) os amigos Michelet e Lamartine. Enquanto Lamartine cumpre sua missão na rua e no seio

⁴¹⁷ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 127. Grifos do autor.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 129.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 134.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 135.

do governo da República, Michelet, que não se considera homem de ação, reserva suas forças para sua obra de historiador e educador. Discerne, de ano para ano, todas as dificuldades que contrariam a execução de seu projeto, um dos mais nobres do romantismo francês: falar simplesmente aos simples, contar a “legenda de ouro” do século, inventar o estilo da “barbárie”. Em 1869, enquanto termina de publicar a *Histoire de France*, ele se pergunta se conseguiu se tornar o novo escritor anunciado por *Le Peuple*: “Se abrirem meu coração depois de minha morte, ler-se-á nele a idéia que me acompanhou: ‘Como virão os livros populares?’ O problema! Ser velho e jovem, ao mesmo tempo, ser um sábio, um menino! Remoí esses pensamentos ao longo de toda a minha vida. Eles se apresentavam sempre e me prostavam. Então, senti a nossa miséria, a impotência dos homens de letras, dos sutis. Eu me desprezava. Nasci povo, tinha o povo no coração... Pude, em 46, estabelecer o direito do povo mais do que nunca se fez... Mas sua língua, sua língua me era inacessível. Não consegui fazê-lo falar”⁴²¹. Michelet julga a si mesmo com uma severidade que está à altura de sua ambição e que lhe faz honra. Vale ressaltar que Michelet passará toda a sua vida com esse conflito de ser um homem do povo ao mesmo tempo que um homem de cultura.

Assim, ao recuperar os elementos constitutivos da nação francesa, Michelet faria falar em suas obras os que não sabiam sequer se tinham um direito no mundo, todos os que gemiam ou sofriam em silêncio, tudo o que aspirava e ascendia à vida: o povo. Para ele, o historiador deve ser povo, beber da seiva renovadora da força vital que emana do povo, escrever e exercer seu trabalho em função deste, continuando, dessa forma, a ser povo. Para tal, essa seiva devia ser bebida mais no rural do que no meio urbano, pois é no campo que estariam presentes os valores morais mais íntegros, tais como a ingenuidade e a força do homem primitivo, bem como a ausência de corrupção.

Michelet aclamava na Revolução de Julho de 1830 o nascimento de uma verdadeira nação, unida e consciente. A história seria a “ressurreição da vida integral”, não em sua superfície, mas em seus organismos interiores e profundos. Por meio de viagens, leituras, conversas com filósofos de seu tempo e investigação em arquivos, misturou paixão e observação científica. Foi um dos primeiros a tentar escrever a história dos franceses de todas as classes, inclusive dos humildes. Em *Le Peuple* condensa sua doutrina, estendida em toda sua obra, que

⁴²¹ *Ibid.*, p. 144.

glorifica e deifica a alma popular. O amor à nação, nesse caso à França, tão vivo em todos os grandes românticos, é o que aparece nos vários trabalhos de Michelet. Por meio da escrita da história desejou mostrar como a pátria se formou pela fusão das influências locais, mas essa transfiguração de seus elementos não é a única missão da França, que também deveria despertar, instruir e guiar as nações, propagar a liberdade do mundo, o instinto social, encarregada de uma missão emancipadora e educadora.

II

“O falso foi posto primeiramente em dois livros polêmicos e negativos, *Des Jésuites, Du Prêtre*. – Então, o verdadeiro foi colocado diante deles por dois livros positivos, que já não combatem, mas ensinam, *Le Peuple* e *La Révolution*. Juntemos a estes o Curso de 1848, onde firmo o caráter da nova revolução que vejo se aproximar: a aliança das escolas e do povo, do estudante e do trabalhador.”

JULES MICHELET⁴²²

Em *Le Peuple*, o viés militante predomina sobre a análise histórica e desvenda Michelet como um autor interessado em intervir na reelaboração do código de valores da sociedade francesa de seu tempo. No seu ponto de vista, a França de meados do século XIX era um país caótico em virtude do ódio e dos conflitos de classe existentes. Por isso, na primeira parte de seu livro, “Da servidão e do ódio”, denunciaria a “nova escravidão” a que estavam submetidos os camponeses, operários, industriais, comerciantes, funcionários, ricos e burgueses como um alerta à sociedade industrial moderna que, no seu entender, caminhava para a degradação moral e social da forma como estava se desenvolvendo.

⁴²² No original: “Le faux fut posé d’abord en deux livres polémiques et négatifs, *Des Jésuites, Du Prêtre*. – Puis, le vrai fut mis en face, par deux livres positifs, qui ne combattent plus, mais enseignent, *Le Peuple* et *la Révolution*. Ajoutez-y ce Cours de 1848, où j’assignai le caractère de la révolution nouvelle que je voyais arriver: l’alliance des écoles et du peuple, de l’étudiant et du travailleur.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Conclusion du cours: Le lendemain de la Révolution (1er avril 1848)”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Trène Tieder*. Paris, Gallimard, t. II (1845-1851), 1995, p. 396.

Examinando as classes uma a uma ao longo de oito capítulos, daria mostras de que todas elas faziam parte da rede sócio-econômica que as tornavam “servas”, não deixando de enfatizar, no entanto, suas conquistas e superações. Aos olhos de Michelet, o camponês, eternamente devendo dinheiro ao agiota ou ao advogado, sempre com medo de ser despejado, invejava o operário da fábrica. Este, praticamente confinado e desprovido de vontade própria devido a sua sujeição à máquina, cobiçava o trabalho do artesão que, por sua vez, tinha inquietantes aspirações burguesas. O industrial, tomando dinheiro emprestado do capitalista, comandava seus empregados com “mãos de ferro”, passando a odiá-los por serem eles os únicos elementos incertos que impediam “o funcionamento perfeito do sistema”. Já o comerciante, coagido pelos fregueses que sempre tentavam levar vantagem, pressionava o industrial para que este lhe fornecesse produtos malfeitos – na visão de Michelet, o comerciante era talvez o que levava a vida mais infeliz, obrigado a ser servil para com os compradores, odiado por seus concorrentes, e detestando-os também, sem produzir ou organizar nada. O funcionário público, mal pago, lutando para conservar sua respeitabilidade, sendo muitas vezes transferido de um lugar para outro, tinha não apenas que ser cortês, como o comerciante, mas certificar-se de que suas idéias políticas e religiosas não desagradavam o governo. Por fim, os burgueses ociosos, dependentes dos capitalistas, eram os membros da nação dotados de menos “espírito cívico”, na concepção do historiador, dado que tinham perdido o contato com o povo “fechando-se em sua classe onde só há frio e vazío”⁴²³.

Como atenta Stephen Kippur⁴²⁴, ao contrário de muitos escritores que se preocuparam quase exclusivamente com a pobreza urbana e com a classe trabalhadora que surge com o advento da industrialização, Michelet começou sua análise pelo camponês. Para ele, o campesinato era a camada social mais importante da França (“A terra da França pertence a quinze ou vinte milhões de camponeses que a cultivam (...)”⁴²⁵), pois que teria amanhado e desenvolvido a terra, fornecendo o alimento aos demais grupos. O historiador reconheceria e valorizaria esse “dom” atribuindo ao homem do campo certas virtudes, como o “trabalho duro e persistente”, a “sobriedade”, o “jejum” e a “austeridade moral”: “Parece que Deus deu como patrimônio a essa

⁴²³ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 99.

⁴²⁴ KIPPUR, Stephen A. *Jules Michelet: a study of mind and sensibility*. Albany, State University of New York Press, 1981, sobretudo pp. 101-115.

⁴²⁵ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 28.

raça indestrutível o dom de trabalhar, de combater se for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa”⁴²⁶.

Mas o camponês contemporâneo não estava feliz com suas condições de vida miseráveis: “Vede sua comida e comparai-a à do operário; este come melhor todos os dias que o camponês no domingo”⁴²⁷. Entretanto ele resistia, conforme Michelet, para quem era necessário dar a conhecer o amor deste homem pelo campo, seu apreço pela terra, sua “amante”:

“Se quisermos conhecer o pensamento íntimo, a paixão do camponês da França, nada mais fácil. Basta passearmos no domingo pelo campo, sigamo-lo. Ei-lo que vai à nossa frente. São duas horas; sua mulher está na reza; ele está endomingado; garanto que vai ver a amante. Que amante? Sua terra. Não digo que vai diretamente para lá. Não, está livre nesse dia, pode ir ou deixar de ir. Já não basta ir todos os dias da semana?... Por isso se desvia, caminha por outros lados, tem o que fazer em outra parte... No entanto, acaba indo. (...) Depois de alguns passos pára, volta-se, faz meia volta e lança sobre a terra um derradeiro olhar, olhar profundo e sombrio; mas, para quem sabe observar, é um olhar todo paixão, todo de dentro do coração, repleto de devoção. Se aquilo não é amor, por que sinal reconhecê-lo neste mundo? É ele, não riais... A terra assim o quer, para produzir; caso contrário, não dará nada, essa pobre terra da França, quase sem gado e sem adubo. Ela produz porque é amada.”⁴²⁸

Ao abordar o “casamento” do homem com a terra – a terra da França produzia “porque era amada pelo camponês”, através do seu trabalho devoto e de sacrifícios, “feitos com suor e amor” – Michelet se posicionava contra a Inglaterra que, na sua opinião, só se interessava pelo lucro do país:

“Como os ingleses não têm as mesmas raízes no solo, emigram para onde existe lucro. Dizem *o país*; nós dizemos *a pátria*. Entre nós, homem e terra estão juntos e não se deixarão; existe entre eles um casamento legítimo, para a vida e para a morte. O francês desposou a França.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 30.

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 36.

⁴²⁸ *Ibid.*, p. 28.

A França é uma terra de equidade. Em casos duvidosos, geralmente adjudica a propriedade a quem nela trabalha. A Inglaterra, ao contrário, pronunciou-se pelo dono, expulsou o camponês; só é cultivada por operários. Grave diferença moral!”⁴²⁹

O historiador chamava assim a atenção para a necessidade de amar a terra para produzi-la. Produzir, aqui, do latim *producere*, pode sugerir muitas coisas, como dar origem ou nascimento, fazer existir, gerar, ou ainda dar visibilidade, pôr em prática, levar a cabo, enfim, realizar. No âmbito dos afetos também pode significar o “berço”, a “pátria”, ou no campo da composição, criar pela imaginação, por exemplo. Trata-se, portanto, de palavras que exprimem mais que uma estima que se possa ter pela terra em questão, mas a necessidade dessa “disposição afetiva” como força que permite criar e tornar fértil tanto a terra em si como a relação entre ela e o homem do campo.

Michelet defendia a posse da terra pelo camponês e comparava-o ao soldado que protegia sua propriedade como se fosse um *front*, pois mais que uma terra era a sua honra que estava em jogo:

“A propriedade, grande ou pequena, exalta o coração. Quem não se faz respeitar por si mesmo respeita-se e estima-se por sua propriedade. Tal sentimento acrescenta-se ao justo orgulho que esse povo tem de sua incomparável tradição militar. Tomai ao acaso, nessa multidão, um pequeno diarista que possui um vigésimo de *arpent*; não encontrareis nele os sentimentos do diarista, do mercenário; trata-se de um proprietário, de um soldado (já o foi e sê-lo-ia amanhã); seu pai integrou o *grande exército*.”⁴³⁰

⁴²⁹ *Ibid.*, pp. 28-29. Grifos do autor. Na Introdução a *Origines du droit* (1837), Michelet já assimilava a um casamento a experiência camponesa da posse do solo: “O pastor erra na superfície da terra; é seu amante infiel. O agricultor é o marido; rasga sua cinta verde e aí deposita o duplo germe do grão e do suor. A união fixa do homem e da mulher cedo ou tarde produz outro casamento, o do homem com a terra. O trabalho do agricultor é uma *confarreatio* com a natureza.” No original: “Le pasteur erre à la surface de la terre; il en est l’infidèle amant. L’agriculteur en est l’époux; il déchire sa verte ceinture, il y dépose le double germe du grain et de la sueur. L’union fixe de l’homme et de la femme produit tôt ou tard un autre mariage, celui de l’homme et de la terre. Le travail de l’agriculteur est une *confarreatio* avec la nature.” MICHELET, Jules. “Origines du droit français cherchées dans les symboles et formules du droit universel”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. III (1832-1839), 1973, p. 610. Grifos do autor.

⁴³⁰ MICHELET, Jules. *O Povo*, *ibid.*, p. 29. Grifos do autor.

Havia no historiador a idéia da propriedade associada à afetividade e ao trabalho. Nesse sentido, considerava que o direito do camponês sobre a terra era o primeiro de todos, isto é, o de tê-la feito, o que pode ser visualizado nas imagens que criou para demonstrar a completa transformação que o trabalho humano havia operado em determinadas regiões:

“Sim, o homem faz a terra; podemos dizer isso até das regiões menos pobres. E não o esqueçamos nunca, se quisermos compreender como ele a ama, e com que paixão. Lembremos que, por séculos, gerações lançaram nela o suor dos vivos, os ossos dos mortos, suas economias, seu alimento... Essa terra, onde o homem por tanto tempo depositou o melhor do homem, sua seiva e sua substância, seu esforço, sua virtude, ele bem sente que é uma terra humana, e ama-a como a uma pessoa.”⁴³¹

Em sua descrição do homem simples, Michelet afirma que este depositava sobre a terra seu suor, seu vigor e todos os seus desejos e expectativas para torná-la viva e produtiva, não se importando com o que tinha de aceitar para adquiri-la; emigrava e afastava-se quando necessário, sempre amparado por esse pensamento, por essa esperança.

Malgrado todas as dificuldades, o camponês micheletiano estava continuamente disposto a enfrentar as mais duras privações para expandir suas terras; sua aquisição era, para ele, “um combate do qual nunca recua”⁴³². Neste ponto, o historiador lembra que se outrora esse mesmo camponês combateu quando só o que havia a ganhar eram balas, o que não faria agora em nome de sua terra? Tudo, responde, menos comportar-se como um fraco:

“Vede essas rochas crestadas, esses áridos picos do Midi; lá, pergunto-vos, onde estaria a terra sem o homem? Lá, a propriedade está toda no proprietário. Está nos braços infatigáveis que quebram a pedra diariamente e que misturam esse pó a um pouco de húmus. Está na forte coluna do vinhateiro que, da costa, sobe refazendo sempre seu campo, que desmorona sempre. Está na docilidade, no ardor paciente da mulher e da criança que empurram o arado com o burro... Cena penosa de ser ver... A própria natureza se compadece. Entre rocha e rocha, se agarra a pequena vinha. O castanheiro, sem terra, mantém-se envolvendo a pura pedra com suas raízes, sóbrio e corajoso vegetal; parece viver do ar, e, como seu senhor, produzir em jejum.”⁴³³

⁴³¹ *Ibid.*, p. 34.

⁴³² *Ibid.*, p. 36.

⁴³³ *Ibid.*, p. 33.

Se a imagem do homem do campo como um ser tacanho, avaro, que não confia em ninguém é recorrente em nossas lembranças, Michelet a confronta ao desconhecimento de suas privações, seus infortúnios que de algum modo justificariam tal postura. Sua imaginação estava voltada às liberdades que a terra lhe proporcionaria, mesmo que a isso se somasse as obrigações da escravidão diária, a faina cotidiana que fazia do camponês azafamado alguém pouco sociável:

“É de espantar que esse francês de nossos dias, outrora tão risonho, tão dado às canções, já não ria mais? É de espantar que, encontrando-o sobre essa terra que o devora, ele vos pareça tão sombrio...? Vós passais, vós o saudais cordialmente; ele não vos quer ver, enterra o chapéu na cabeça. Não lhe pergunteis o caminho; se ele responde, é bem capaz que vos indique a direção contrária.

Assim o camponês se isola, se amargura mais e mais. Tem o coração excessivamente fechado para abri-lo a um sentimento qualquer de boa-vontade [*sic*]. Ele odeia o rico, odeia o vizinho, odeia o mundo. Sozinho, nesta propriedade miserável, como em uma ilha deserta, ele se torna um selvagem. Sua insociabilidade, nascida do sentimento da própria miséria, torna-a irremediável; ela o impede de aproximar-se daqueles que deveriam ser seus auxiliares e amigos naturais, os outros camponeses (...)”⁴³⁴

Essa animosidade do homem da terra se justificaria pelas condições precárias a que estava submetido na moderna sociedade industrial, o que levaria Michelet a escrever *Le Peuple*, segundo ele, com o intuito de advertir o governo das influências que lutavam para paralisar a obra capital da França: “a aquisição da terra pelo trabalhador”⁴³⁵. A Revolução de 1789 “teria suprimido uma nobreza, mas criado outra de camponeses” que, no entanto, ao se transformarem em devedores dos usurários da roça, não só se tornariam miseráveis, mas perderiam sua liberdade e coragem:

“Uma família que de mercenária se torna proprietária passa a respeitar-se, eleva-se em sua estima própria, muda: colhe de sua terra uma safra de virtudes. A sobriedade do pai, a economia da mãe, o trabalho corajoso do filho, a castidade da filha, todos esses frutos da liberdade serão, pergunto eu, bens materiais, tesouros que se podem adquirir por algum preço? (...)

⁴³⁴ *Ibid.*, pp. 36-37.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 32.

Diz-se que a Revolução suprimiu a nobreza; mas é precisamente o contrário, ela criou trinta e quatro milhões de nobres. (...) Esse povo é nobre depois de todas essas grandes coisas; a Europa continuou plebéia. Mas é preciso que defendamos seriamente essa nobreza, pois ela corre perigo.”⁴³⁶

O historiador alerta que este homem esforçado, ativo e valente indubitavelmente se converteria num devedor temeroso, num soldado fraco diante de uma batalha prestes a ser perdida, e tantos seriam os seus sofrimentos e angústias que ele próprio passava a duvidar do futuro dessa classe se sujeitada ao constrangimento, à penhora, à expropriação, enfim, ao terror dos judeus⁴³⁷. Aqui eclode, aos olhos de Michelet, a necessidade de eximir os camponeses da responsabilidade de seus defeitos. O homem do campo, visto por Balzac, é cúpido, áspero, desconfiado? É que o regime da propriedade lhe é desfavorável. O infeliz, carregado de dívidas, vive com medo do agiota:

“O camponês, tornando-se escravo do usurário, não será apenas miserável, ele perderá a coragem. Um devedor triste, inquieto, trêmulo, receoso de enfrentar seu credor, um devedor que se esconde poderá conservar alguma coragem? Que sucederá a uma raça assim criada, sob o terror dos judeus, e cujas emoções seriam as do constrangimento, da penhora, da expropriação?

As leis têm de mudar; o direito deve curvar-se a esse alto imperativo político e ético.”⁴³⁸

Ao final de sua apreciação da vida no campo, Michelet nota que a indústria, “irmã mais nova da agricultura”, fez obliterar a primogênita que, embora fornecesse mais da metade da receita do país e se constituísse de homens que não só representavam a parcela mais numerosa da nação, mas também “a mais forte e sadia” do ponto de vista físico e moral, não teria recebido um tratamento adequado do governo, dominado por capitalistas e industriais. E convocaria os homens de estudo e reflexão a fazer o justo retrato do homem da terra como aquele “ocupado em

⁴³⁶ *Ibid.*, pp. 38-39.

⁴³⁷ Viallaneix explica que o termo “judeu” foi tomado em seu sentido mais comum, tal como Toussenel o definiu no panfleto *Les juifs, rois de l'époque*, lido por Michelet em 15 de agosto de 1845: “Previno o leitor de que essa palavra é aqui empregada, em geral, na sua acepção popular de *judeu, banqueiro, agiota*.” Nota de Paul Viallaneix, *ibid.*, p. 39. Grifos do autor.

⁴³⁸ MICHELET, Jules. *O Povo*, *ibid.*, p. 39.

fundar, através do trabalho, da economia, dos meios mais respeitáveis, a obra imensa que faz a força deste país, a participação de todos na propriedade”⁴³⁹:

“Homem da terra e vivendo na terra, parece feito à sua imagem. Como a terra, ele é ávido; a terra nunca diz: basta. É obstinado, tal como a terra é firme e persistente; é paciente como a terra, e, a seu exemplo, não menos indestrutível que ela; tudo passa e ele permanece... E chamais a isso defeitos? Ora, se ele não os tivesseis há muito tempo já não teríeis a França! (...)

A França inteira, se tivesse o verdadeiro sentimento de sua missão, auxiliaria os que dão prosseguimento a essa obra. Que fatalidade faz com que, hoje, ela se paralise entre suas mãos!... Se a situação presente continuar, o camponês, em lugar de adquirir, venderá, como fez em meados do século XII, e voltará a ser mercenário. Duzentos anos jogados fora!... E então não seria a queda de uma classe de homens, mas a queda da pátria.”⁴⁴⁰

Ainda que o estado do campo fosse de miséria e usura, a cidade, na interpretação de Michelet, era “mais triste”. Enquanto seu ritmo vertiginoso, seus produtos, suas facilidades eram absolutamente sedutores para o trabalhador agrícola, para seu irmão urbano, o operário, a situação era completamente diversa. Mesmo assim, o camponês não se furtava de encantar-se com as “maravilhas” da cidade, reputando estranhas as queixas do cidadão que, ao menos, “tinha um teto sobre a cabeça enquanto trabalhava”: desenvolver as atividades num recinto fechado já era sinal de uma grande melhoria, especialmente no inverno, cujo castigo era sempre o mesmo apesar de estar acostumado a ele.

Outro dado que fazia este homem maldizer o campo em favor da cidade é que se “ganhava” mais pelo trabalho:

“Ele, que ganha um ou dois francos, não entende: como alguém possa ser miserável com um salário de três, quatro ou cinco. ‘Mas e as oscilações do trabalho? O desemprego?’ Que importa? Se economizava de suas minguadas diárias, muito mais economizará de um salário tão alto, para os maus tempos.”⁴⁴¹

⁴³⁹ *Ibid.*, pp. 118-119.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 41.

Michelet argumenta que se o camponês fosse viver a vida do operário perderia seu maior “tesouro” – “a sobriedade, a economia, a avareza”⁴⁴² –, visto que não conseguiria se manter afastado das tentações de gastar: “Mas como é difícil, quanta força de vontade, quanto autodomínio é necessário para segurar o dinheiro e fechar o bolso quando tudo pede que ele se abra!”⁴⁴³. O homem da cidade precisava ser muito virtuoso para poupar; sua docilidade juvenil, de acordo com o historiador, fazia-o ceder aos colegas e se entregar a todo tipo de despesas, dentre as quais a taberna e o café. Quando honesto, podia casar-se em boa hora, se o trabalho assim permitisse; sua mulher, que provavelmente ganharia pouco ou nada, quando tivesse filhos, traria novas opressões e gastos fixos que o homem solteiro jamais teria imaginado.

Bresciani atenta para essa imagem que vai orientar todo o pensamento francês no século XIX: a preocupação com o pauperismo, produzido pelo sistema industrial, que isolava os pobres da comunidade social e política, transformando-os no espectro das “multidões incontroláveis dos anos revolucionários” e que fazia da cidade um palco de permanente revolução.

Em sua obra *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*⁴⁴⁴, a autora mostra que a paisagem urbana é comparada a uma imagem associada às idéias de “caos”, “turbilhão”, “ondas” e “correnteza”, metáforas inspiradas nas forças irreprimíveis da natureza, relacionada à condição do habitante de um aglomerado urbano londrino e parisiense do século XIX. Os textos de literatos, historiadores, investigadores sociais, médicos e administradores da época apontavam para o espanto, a indignação, o fascínio, o medo diante da “multidão”, essa massa informe e irracional da qual faziam parte os mais variados tipos, provenientes de diferentes regiões, perseguindo desejos e interesses diversos, muitos abandonados à própria sorte. A figura do inimigo, criado pelo sistema industrial e localizado entre a população dos bairros pobres, era identificada como um subproduto da sociedade do trabalho e como uma ameaça presente na forma inquietante do crime, da violência, da insurreição, bem como na forma mais radical da revolução.

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 46.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 47.

⁴⁴³ *Ibid.*

⁴⁴⁴ BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1992.

Para o francês da época, vale dizer, praticamente não existia diferença entre homem trabalhador, pobre e criminoso, já que essas qualificações constituíam níveis de uma mesma degradada condição humana, a do operário dos grandes centros urbanos. A esse respeito, Louis Blanc propagou a idéia de “oficinas sociais”, criadas pelo Estado ou pelos capitalistas, que dariam aos trabalhadores a possibilidade de comprar os instrumentos de produção, preconizando que estes deveriam pertencer-lhes à medida que fossem educados e preparados para utilizá-los. Em *L'Organisation du Travail* (1839), o autor se mostraria pessimista quanto às incertezas do mercado de trabalho regulado pela concorrência, que julgava ser uma forma de aniquilamento do povo: “Olhe Paris como observador e meça a lama deste esgoto do mundo, as raças selvagens entre essa população tão ativa, tão espiritual, tão bem vestida, tão polida, e o assombro tomará conta de você”⁴⁴⁵.

Tal inquietação parece ter feito dos homens cultivados, a exemplo de médicos, administradores, escritores e reformadores sociais, observadores atentos da cena urbana. E como resultado dessa atividade, estimulada pelas freqüentes incursões tumultuosas da multidão de pobres nas ruas de Paris, tem-se uma abundante produção de relatórios estatísticos e descrições literárias que denunciavam a pobreza proletária e suas más conseqüências para a vida da cidade. Michelet, nesse contexto, manifestaria seu temor pela crescente onda de escritos que se detinham na “exterioridade” da condição operária, cujos autores, temerosos com o que chamam de “violência da multidão”, buscavam fórmulas para manter esses homens isolados. A desconsideração para com a particularidade de cada ser humano e a indiferença da máquina perante o desgaste de suas “engrenagens vivas” completavam-se, na obra de Michelet, com a faculdade de unir as forças dos homens sem unir seus corações, de fazê-los agir e viver juntos sem se conhecerem ou se amarem. No seu ponto de vista, perdia-se nessa associação mecânica todo o poder moral da associação; a ordem e a força não demandavam amor, mas sim vastos sistemas pessoais onde o indivíduo se reduziria a uma cifra. Daí o incômodo causado pelos homens letrados de seu tempo, para os quais declara que a degradação do trabalhador não se devia a algo inerente ao pobre, mas às contingências do seu cotidiano que o faziam deslizar com rapidez da fraqueza física à impotência moral:

⁴⁴⁵ *Apud* BRESCIANI, Maria Stella M., *ibid.*, p. 52.

“Extrema dependência física, exigências da vida instintiva que se transformam também em dependência, impotência moral e vazio de espírito, eis as causas de seus vícios. Não a procureis tanto, como se faz hoje, nas causas exteriores, por exemplo, no inconveniente que apresenta a reunião de muitas pessoas num mesmo lugar: como se a natureza humana fosse tão má que, para se deteriorar totalmente, bastasse reunir-se. E nossos filantropos, com base nessa idéia tão bonita, esforçam-se para isolar os homens, para emparedá-los se possível; acreditam só poder preservar ou curar o homem moral construindo-lhe sepulcros.”⁴⁴⁶

A exposição pública do trabalho e da pobreza comporiam no social uma dimensão assustadora da realidade, tal como demonstra Buret ao delinear o mundo urbano impregnado por inúmeros aspectos negativos:

“Na Inglaterra e na França encontram-se, lado a lado, a extrema opulência e a extrema privação. Populações inteiras, como a da Irlanda, reduzidas à agonia da fome; no centro mesmo dos núcleos mais ativos da indústria e do comércio se vêem milhares de seres humanos levados pelo vício e pela miséria ao estado de barbárie.”⁴⁴⁷

Da mesma forma que Louis Blanc, Buret atribuía à concorrência no mercado de trabalho o nomadismo do trabalhador e a insegurança quanto à sua subsistência. Por essa razão, proporia aos economistas o estudo da miséria, acusando-os de negligência em relação a um fenômeno que consideravam o resultado da opção de vida dos miseráveis, convocando seus leitores a conhecerem a pobreza de perto, a penetrarem o seu reduto, ou seja, os antigos bairros de ruas apertadas e populosas onde podia-se ver o estado lastimável de homens e mulheres enlanguescidos pelo vício e pela penúria, além de crianças seminuas apodrecendo na sujeira, sufocadas em antros escuros e sem ar. E concluiria:

“(…) os operários se consideram tão isentos de deveres em relação aos seus patrões quanto estes o estão em relação a eles; que eles os consideram homens de uma classe diferente, oposta e mesmo inimiga. Isolados da nação, postos fora da comunidade social e política, isolados com suas necessidades e misérias, eles se

⁴⁴⁶ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 56.

⁴⁴⁷ *Apud* BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX...*, *op. cit.*, pp. 53-54.

movimentam para sair dessa solidão pavorosa e, como bárbaros aos quais são comparados, pode ser que cogitem até uma invasão.”⁴⁴⁸

Como indica Bresciani, a maior preocupação entre os franceses dizia respeito aos custos políticos da ameaça da miséria às instituições. A imagem de um exército de miseráveis composto por pobres e criminosos, avançando pelas ruas aos brados de “Tenho fome! Tenho frio!”, no seu entendimento, estava vinculada à representação bastante negativa da rede de instituições incumbida de ampará-los. A autora assinala que também a Haussmann, prefeito de Paris e responsável pelas grandes reformas na cidade durante o Segundo Império, preocupou o movimento contínuo da multidão, tida por ele como “uma turba de nômades que, na melhor das hipóteses, busca a grande cidade para encontrar um trabalho mais ou menos regular, com a única intenção de voltar o mais rápido possível ao lugar de origem”⁴⁴⁹.

No concernente ao pauperismo, entendido como o estado crônico de privação das coisas essenciais à vida, Bresciani comenta a obra de Michelet que, em *Le Peuple*, confirmaria a imagem corrente de degradação da condição humana no operário das manufaturas do século XIX. Conforme a autora, o historiador constrói nesse estudo o percurso que deteriora tanto física quanto mentalmente os operários fabris, condenados à repetição continuada das mesmas tarefas impostas pela máquina, e que os levaria a viver sob o imperativo de determinações exteriores a ele, além de considerar que, afastados de qualquer atividade do pensamento, esses homens perderiam exatamente aquilo que os diferenciava dos seres irracionais, reduzindo-se a meras criaturas instintivas.

É importante frisar que Michelet busca na fábrica as razões do comportamento dos operários nas ruas, salientando sua dependência múltipla diante da máquina, do patrão e do emprego incerto como causa de sua atitude turbulenta e irracional:

“A insegurança, este o móvel que impele o operário à busca do amor violento e volúvel, da bebida em excesso e da algazarra grosseira na saída da fábrica; é uma

⁴⁴⁸ Apud BRESCIANI, Maria Stella M., *ibid.*, p. 59.

⁴⁴⁹ Apud BRESCIANI, Maria Stella M., *ibid.*, p. 68.

compensação ao frio do metal, à insensibilidade da máquina e à mudez imposta pelo barulho atordoante do monstro metálico.”⁴⁵⁰

A máquina não se contenta com o domínio do corpo, prossegue o historiador, ela ambiciona dominar também a mente dos trabalhadores e isto estaria no âmago do novo mundo industrial. Para ele, a abjeção do trabalhador não se devia à natureza do homem pobre, já que defende que “essa multidão não é má em si (...) suas desordens derivam em grande parte de sua condição, de sua sujeição à ordem mecânica que, para corpos vivos, é ela própria uma desordem, uma morte (...)”⁴⁵¹.

Michelet sustenta que o perfil insurreto das cidades e a progressão do medo como fruto da insegurança que caracterizava a nova sociedade industrial, ocorriam devido à “falsa” união que se estabelece entre os homens, que pactuam suas forças, mas não mais seus corações. Em outros termos, existia um descompasso que precisava ser desfeito, um “estranho mistério” que carecia ser resolvido: num tempo em que mais se trabalha em conjunto, explica ele, os corações acham-se desunidos; numa época em que os meios coletivos de divulgação e circulação do pensamento encontram-se tão desenvolvidos, o isolamento é mais profundo. Dessa maneira, chegaria, por outro caminho – o isolamento dentro da própria cooperação no trabalho –, a uma conclusão próxima à de Buret: “O resultado não é a indiferença, como se poderia crer, mas a antipatia e o ódio; não a simples negação da sociedade, mas seu oposto, a sociedade trabalhando ativamente para tornar-se insociável”⁴⁵².

Se com essa explicação Michelet logra desfazer a má imagem do *povo francês*, que para ele é composto da quase totalidade dos habitantes do país (camponeses, operários das mais variadas categorias, empresários, comerciantes, funcionários públicos e burgueses), com ela também fazia o retorno à velha associação trabalho-pobreza-crime tão duramente criticada em suas obras. No entanto, da própria atividade cotidiana do operário ele deriva as conseqüências inevitáveis para o homem submetido a “um trabalho que não exige nem força nem habilidade, que nunca solicita o pensamento!”⁴⁵³. Seu principal intento era demonstrar o perigoso erro dos

⁴⁵⁰ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 58.

⁴⁵¹ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁵² *Ibid.*, p. 109.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 57.

que consideravam burguesia e povo classes antagônicas, alertando que somente após superado o “medo” da burguesia frente à grande massa, poderiam juntas provar que a *nação*, algo que transcende os homens, era o que mais importava para um país rural como a França do século XIX.

Ao apresentar o “povo”, o historiador enfocava certos aspectos de sua “natureza humana”, como ingenuidade, autenticidade, amizade e sentimento de amor e pertença à pátria. Esses atributos, na sua opinião, estavam sendo ameaçados pelo trabalho fabril que proibia o operário de conduzir-se como homem livre ao impor-lhe uma tensão nervosa decorrente do ritmo e do barulho atordoante das máquinas.

Dividido como Engels entre o fascínio pelo progresso e o constrangimento do seu custo humano, não tinha, como aquele, em seu pensamento, uma teoria de proletarização do indivíduo como fase inevitável no difícil acesso ao reino da liberdade⁴⁵⁴. Michelet acreditava que o sistema de fábrica veio para ficar, ainda que demandasse mudanças substanciais para pôr fim ao conflito entre patrão e empregado. Daí a oscilação entre o elogio à introdução da máquina, que proporcionava a vulgarização dos produtos industriais pelo rebaixamento do preço, colocando ao alcance dos pobres uma grande quantidade de objetos, e o pessimismo ante a humilhação do homem transformado em servo da máquina.

Diante disso, podemos notar que ao mesmo tempo que Michelet define o maquinário como “um poderoso agente do progresso democrático, um progresso do povo na sua exterioridade e na aparência, ou, por assim dizer, a *igualdade visível*”⁴⁵⁵, compõe a imagem dos homens espoliados de parte considerável de sua humanidade, restringidos à mera reprodução física. O *maquinismo* deslumbra e choca-o simultaneamente:

“A cabeça dá voltas e o coração se confrange quando, pela primeira vez, percorremos essas casas enfeitadas, onde o ferro e o cobre resplandecentes, polidos,

⁴⁵⁴ Engels escreveu *A Situação da Classe Trabalhadora* (1845) quando tinha 24 anos, logo após uma viagem de estudos à Inglaterra entre os anos de 1842-44. Na Introdução, o autor traça a gênese do proletariado industrial inglês, alocando-a na segunda metade do século XVIII, sobretudo a partir da invenção e entrada crescente da maquinaria no processo de produção, inicialmente na indústria de artigos de vestuário e depois em outros ramos de atividade, tais como o fabrico de máquinas, a mineração e a agricultura. Desse processo, que denomina “Revolução Industrial”, resultaria a formação da classe operária inglesa, cuja natureza vai sendo delineada ao longo do livro. ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Editorial Presença, 1975.

⁴⁵⁵ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 50. Grifos do autor.

parecem funcionar sozinhos, pensar, querer, enquanto o homem débil e pálido faz as vezes de humilde servidor desses gigantes de aço.”⁴⁵⁶

O que esperar desses seres subjugados, presos durante horas à máquina em movimento? Michelet responde afirmando ser impossível poupar os homens de rostos deploráveis, as moças da juventude murcha, esvaziada, as crianças da deformação e do inchaço, enfim, de uma “aparência física profundamente corrompida”.

A preocupação com o que considerou o cerne do novo mundo industrial – a desunião e o isolamento no trabalho – destaca Michelet dos muitos pesquisadores sociais de seu tempo que, como Buret, se limitavam a observar o espetáculo dos trabalhadores nas ruas. Sobre essa insociabilidade detectada no mundo moderno, Michelet comenta:

“Tenho sob os olhos, tenho no coração, a grande revisão de nossas misérias que foi feita comigo. Pois bem! Poderia afirmar sob juramento que, de todas elas, tão reais, que não atenuo, a pior ainda é a miséria de espírito. Entendo por isso a ignorância incrível que temos uns a respeito dos outros, tanto os homens práticos quanto os especulativos. E a causa principal desta ignorância é não acharmos necessário nos conhecermos; milhares de meios mecânicos de agir sem alma nos dispensam de saber o que é o homem, de vê-lo como alguma coisa além de força, número... Números nós mesmos, e coisa abstrata, desembaraçados da ação vital graças ao *Maquinismo*, a cada dia nos sentimos decair e transformar em zero.

Cem vezes observei a perfeita ignorância em que cada classe vive em relação às outras, não vendo, e não querendo ver.

Nós, por exemplo, os espíritos cultivados, com que dificuldade reconhecemos o que existe de bom no povo! Imputamos-lhe mil coisas que quase fatalmente dizem respeito à sua situação, uma roupa velha ou suja, um excesso após a abstinência, uma palavra grosseira, mãos rudes, sabe-se lá o que mais... E que seria de nós se fossem menos rudes?... Apegamo-nos a coisas exteriores, a misérias de forma, e não vemos o bom coração, o grande coração que freqüentemente está por baixo delas.

Eles, por outro lado, não suspeitam que uma alma enérgica possa estar num corpo fraco. Riem da vida de aleijado do erudito. A seu ver, trata-se de um vagabundo. Não têm nenhuma idéia do poder da reflexão, da mediação, da força de cálculo multiplicada pela paciência. Toda superioridade que não seja conquistada na guerra lhes parece indevida. (...)

Sim, existe um mal-entendido. Eles desconhecem o poder do estudo e da reflexão perseverante, próprio dos inventores. E nós desconhecemos o instinto, a inspiração e a energia que fazem os heróis.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, pp. 50-51.

Podeis estar certos de que esse é o maior mal do mundo. Nós nos odiamos, nos desprezamos, isto é, nos ignoramos.

Os remédios parciais são bons, sem dúvida, mas o remédio essencial é um remédio geral. Seria preciso curar a alma.”⁴⁵⁷

À hesitação entre o encantamento com o maquinismo e a insatisfação com o aviltamento moral do trabalhador diante da máquina seria atribuído, por vários autores, o fato da França ter se industrializado lentamente durante quase todo o século XIX. Isso pode ser evidenciado na obra de Michelle Perrot, que no texto “Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX”⁴⁵⁸, procura mostrar a estreita relação entre a adoção da máquina e a participação política do operário, que acabaria criando uma forma de resistência à mecanização em nome da liberdade e da não expropriação de seu trabalho.

Conforme a historiadora, enquanto foi possível dispor de mão-de-obra barata e passiva o patrão se desinteressou pela maquinaria, tida como um investimento caro para um patronato de pequena escala como era o francês. Mas com a diminuição da mão-de-obra sob a Revolução e o Império, bem como a alta dos salários e as reivindicações dos operários urbanos, “turbulentos e preguiçosos”, os chefes das manufaturas e os fabricantes mais ricos transferiram muitas de suas indústrias para a área rural, onde era permitido empregar mão-de-obra pouco qualificada, sobretudo infantil. Como demonstra Perrot, Paris, em especial, experimentou entre 1815 e 1820 um êxodo das suas fábricas maiores devido a especulação imobiliária que gerava uma busca de terrenos mais baratos e próximos à matéria-prima, às fontes de energia, às vias de comunicação e à mão-de-obra abundante do campo. Em menor grau, a cidade de Lyon também perdeu suas indústrias, principalmente no período imediatamente posterior às insurreições de 1832 e 1834.

Assim como Perrot, Phillipe Ariès nota que a industrialização na França foi relativamente morosa e em larga medida manual. Em *Histoire des Populations Françaises*⁴⁵⁹, indica o predomínio das atividades rurais no decurso do século, comparando a Inglaterra que, em 1850, tem 50% da sua população nas cidades, à França que retém 75% dela no campo dedicando-

⁴⁵⁷ *Ibid.*, pp. 109-110. Grifo do autor.

⁴⁵⁸ PERROT, Michelle. “Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX”. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 17-52.

se à agricultura. Segundo Ariès, a indústria do vestuário concentrava a maior parte da população industrial francesa com noventa mil operários e trinta mil artesãos (patrões). Os trabalhadores desse ramo, dentre eles os chapeleiros, os artífices que lidam com o bronze e os impressores eram instruídos, reivindicativos e tinham organizações sindicais, formando o contingente mais avançado. Em segundo e terceiro lugares vinham as indústrias da construção e do mobiliário que ocupavam 22% de toda a população industrial. Este grupo, composto por marceneiros, pedreiros e carpinteiros, se desenvolveria fundamentalmente sob a Monarquia de Julho (1830-1848), correspondendo a uma expansão das construções consecutiva ao grande aumento demográfico ocorrido no período. A indústria dos artigos de luxo seguia em quarto lugar, absorvendo cerca de quarenta e duas mil pessoas divididas entre artesãos e operários que fabricavam flores artificiais, mesas de jogos, cabos de guarda-chuva, estojos de costura, objetos de osso, leques, luvas, relógios etc. O quinto grupo, por sua vez, também estava vinculado a uma indústria de caráter artesanal, que fazia acabamentos para vestuário em geral, serviços de lavanderia e até mesmo alguns trabalhos de luxo ou semiluxo. A última parte da população industrial, de acordo com Ariès, se repartia entre a quinquilharia, as indústrias alimentares, químicas e de cerâmica, os trabalhos em cobre e metais preciosos, a impressão e a produção de carroçarias.

Michelle Perrot assinala que o mapeamento da industrialização na França servia para nos mostrar que os trabalhadores mais qualificados estavam na frente da resistência às máquinas que iriam substituí-los. Organizados e instruídos, eles traziam consigo seu senso de grupo, seu gosto pela escrita visível no uso de petições, cartazes e correspondências. Mas para além dessas manifestações mais correntes, a autora observa que a oposição às máquinas adentrava os mais variados grupos e assumia diferentes formas, que iam da simples reunião ou associação de trabalhadores, passando pela interdição das oficinas mecanizadas ou pela prática da sabotagem no interior das mesmas, até a própria destruição do maquinário:

“Uma vez iniciada, a destruição das máquinas tem uma certa sistemática que visa à aniquilação. Com o auxílio dos seus instrumentos habituais, machados, martelos, até os forcados tão camponeses, os operários tentam proceder a um desmantelamento total, ‘em pedacinhos’ impossíveis de serem reconstituídos. (...)

⁴⁵⁹ ARIÈS, Phillipe. *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle*. Paris, Seuil, 1971, sobretudo pp. 142-144.

Em Nantes, os tiradores de areia levam uma hora a demolir a draga mecânica com seus machados. Queimam-se os resquícios, mas como o metal das máquinas resiste a essas chamas vacilantes, imagem mesma da força do obstáculo industrial, jogam-se os resíduos no rio.”⁴⁶⁰

Introduzida para derrotar as reivindicações operárias e para controlar o processo de produção, a máquina, para Perrot, era a arma de uma estratégia de dominação. A resistência, aberta ou latente, que a ela ofereciam os operários expressava a defesa de um modo de produção mais autônomo, a recusa da maior disciplina instaurada pela mecanização: “Contra a máquina, o mais infalível dos contramestres, é mais que o pão, é a sua liberdade que os trabalhadores defendem”⁴⁶¹.

Do mesmo modo que Perrot, Jacques Rancière em *A Noite dos Proletários*⁴⁶² aborda a questão da resistência dos operários à máquina que lhes causava a dor pelo tempo roubado a cada dia que trabalhavam a madeira ou o ferro, que costuravam roupas ou faziam sapatos sem outro objetivo senão o de manter indefinidamente as forças da servidão e da dominação. Para tanto, o autor rememora o sofrimento de algumas dezenas de proletários que tinham vinte anos por volta de 1830 e que nessa época decidiram, cada um a seu modo, “não mais suportar o insuportável”: não exatamente a miséria, os baixos salários, as longas horas de trabalho, os alojamentos desconfortáveis ou a fome sempre rondando, mas o humilhante absurdo de ter de mendigar, dia após dia, um trabalho no qual se perdia a vida. Para que o protesto das oficinas tivesse voz, para que a emancipação operária tivesse uma face a mostrar, para que os proletários existissem como sujeitos de um discurso coletivo que desse sentido à multiplicidade de seus agrupamentos e de suas lutas, Rancière defende que, em primeiro lugar, os trabalhadores deviam ser tratados como seres a quem eram devidas várias vidas.

A imagem do trabalhador subjugado à máquina torna evidente a degradação do homem nivelado às coisas. Para o inglês, orgulhoso de seu progresso e do crescimento econômico do Império Britânico, avistar dentre “as grandezas de sua civilização” a ameaça oculta da miséria que não cede ao apelo moralizador do trabalho constitui o diagnóstico de um “tumor”,

⁴⁶⁰ PERROT, Michelle, *op. cit.*, p. 38.

⁴⁶¹ *Ibid.*, p. 45.

⁴⁶² RANCIÈRE, Jacques. *A Noite dos Proletários. Arquivos do sonho operário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

algo que precisa ser extirpado do corpo social. Vale lembrar que a sociedade inglesa se instituiu sobre o pressuposto da *positividade do trabalho* com John Locke e Adam Smith, que desfizeram a imagem negativa do trabalho como apanágio da pobreza ou como atividade a que a indignação condenava os que não tinham propriedade, e a definiram como fonte de toda a atividade criadora e da riqueza de uma nação⁴⁶³. Já os franceses, mesmo orgulhosos de sua civilização, temiam as depredações e a agressividade do espetáculo das multidões famintas, receando, sobretudo, as jornadas revolucionárias. Não era a pobreza indigente, ociosa, o principal interesse do francês ao observar a multidão; sua atenção estava voltada aos sinais de uma irrupção das forças subterrâneas da sociedade, ou seja, seu medo se fixava na imagem assustadora de homens fazendo valer suas exigências através do domínio das instituições políticas e, portanto, ocupando de forma violenta ruas, praças e edifícios públicos. O reconhecimento da ameaça contida na multidão procedia da experiência revolucionária de 1789, considerada como momento fundador da sociedade francesa, a partir do qual todos se norteavam.

Dessa forma, ao apontar a visão distorcida que o trabalhador agrícola tinha da cidade, concebendo-a num primeiro momento como um paraíso e depois de conhecê-la se decepcionando com as servidões do operário, já que ele seguia seu impulso enquanto o último tinha que seguir o ritmo regulado e contínuo das máquinas, o que tornava seu trabalho monótono e entediante, levando-o a buscar distrações e prazeres fora da fábrica, Michelet pretendia mostrar a decadência física e moral do operário que se viciava devido ao “vazio de espírito” e a sujeição à ordem mecânica que, para ele, era “uma humilhação, uma morte”:

“Ter nas máquinas criado criadores, poderosos operários que prosseguem invariavelmente a obra que certa vez lhe foi imposta, certamente que é uma grande tentação do orgulho. Mas ao lado disso, que humilhação é ver o homem caído tão baixo diante da máquina! (...)”

⁴⁶³ Edgar de Decca, seguindo os argumentos de Hannah Arendt, atenta para a transformação positiva do significado da palavra trabalho, que até a época Moderna tinha sido sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis, de dor e de esforço extremo, de tal modo que a sua origem só podia estar ligada a um estado de miséria e pobreza. Conforme o autor, a partir do século XVI o trabalho ascende da mais humilde e desprezada posição à mais valorizada das atividades humanas, quando Locke descobre que ele era a fonte de toda a propriedade. A positividade do trabalho teria seguido seu curso quando Adam Smith afirmou que ele era a fonte de toda a riqueza, alcançando seu ponto culminante no “sistema de trabalho” de Marx, onde ele passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem. DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1995, p. 08.

Infelizmente, o tédio, a monotonia da qual esses cativos sentem a necessidade de escapar, tornam-nos, naquilo que sua vida tem de livre, incapazes de estabilidade, amigos da mudança. O amor, mudando sempre de objeto, já não é amor, é apenas devassidão. O remédio é pior que o mal; enervados pela escravidão do trabalho, enervam-se mais ainda pelo abuso da liberdade. (...)

Procuram tanto quanto podem uma falsa energia no vinho. E é preciso muito para ficar embriagado? Observai na própria taberna, se puderdes superar o desgosto: vereis que um homem em estado normal, bebendo vinho não adulterado, beberia muito mais, sem inconveniente. Mas para aquele que não bebe vinho todos os dias, que sai enervado, fatigado pela atmosfera da oficina, que apenas bebe, com o nome de vinho, uma miserável mistura alcoólica, a embriaguez é infalível.

Extrema dependência física, exigências da vida instintiva que se transformam também em dependência, impotência moral e vazão de espírito, eis as causas de sus vícios.”⁴⁶⁴

Forma-se, assim, na concepção do historiador, uma representação errônea e superficial por parte dos observadores “externos” que, para evitar a dor da compaixão, calavam-na dizendo que esse homem só tinha uma aparência triste e melancólica por ser mau, viciado, corrompido:

“Julgam-na [essa população operária] geralmente no momento em que ela é mais chocante de se ver, pelo aspecto que apresenta à saída da fábrica, quando o toque do sinal a lança de repente à rua. Essa saída é sempre ruidosa. Os homens falam em voz alta, como se estivessem brigando; as mulheres se chamam com vozes estridentes ou rouquenas; as crianças brigam e jogam pedras, agitam-se com violência. Não é um espetáculo bonito de se ver; o passante se desvia; a dama sente medo, imagina que é uma rebelião e toma por outra rua.”⁴⁶⁵

Contudo, segue Michelet, poucas eram as pessoas que acompanhavam os sofrimentos destes homens durante o trabalho, o atordoamento e a fadiga a que eram subjugados no ambiente das fábricas:

“Entremos na fábrica quando ela está em pleno funcionamento, para compreendermos que o silêncio, o cativo de longas horas exigem, à saída, para o restabelecimento do equilíbrio vital, o barulho, a gritaria, o movimento. Isso é

⁴⁶⁴ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, pp. 50, 54-56 respectivamente.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 51. Importa observar que Michelet “entrou” pessoalmente nas manufaturas, a exemplo do relato de sua visita a uma fiação em Sotteville, descrito no *Journal* de 27 de agosto de 1842.

verdadeiro sobretudo para as grandes oficinas de fiação e tecelagem, verdadeiros infernos de tédio. *Sempre, sempre, sempre*, é a palavra invariável que faz soar aos ouvidos o rolamento automático que faz tremer o assoalho. Habituar-se a isso é impossível. Ao cabo de vinte anos, o aborrecimento, o aturdimento e a fadiga são os mesmos do primeiro dia. O coração baterá ali? Muito pouco, sua ação está como que suspensa; durante essas longas horas, parece que um outro coração, comum a todos, toma o lugar, coração metálico, indiferente, impiedoso; e parece que esse barulho, ensurdecedor em sua regularidade, é sua pulsação.”⁴⁶⁶

O historiador recorda que o trabalho solitário do tecelão era bem menos penoso, pois a ele era dada a oportunidade de sonhar e cantar, ao contrário da máquina que não permitia nenhum devaneio, podendo qualquer distração tornar-se perigosa. Aqui Michelet se aproxima de Marx que também discute o papel do operário na sociedade capitalista e a perda de sua autonomia em relação ao artesão medieval. A esse respeito, Michelet cita os tecelões místicos da Idade Média que cantarolavam uma cantiga de ninar enquanto trabalhavam: “O ritmo da lançadeira, lançada e recolhida em tempo igual, associava-se ao ritmo do coração; e à noite não era raro que junto com o pano se tivesse tecido, em número igual, um hino, uma cantilena”⁴⁶⁷.

Propondo-se a tratar das servidões do homem moderno de modo “fiel” e “edificante”, o historiador procura ressaltar as qualidades do operário que, no seu entender, possuía uma virtude em grau mais elevado do que as demais classes sociais, uma “disposição natural” para ajudar, para socorrer o próximo em todo tipo de necessidade:

“Ignoro se eles só têm essa superioridade. Mas como ela é grande!... Que sejam os menos felizes e os mais caridosos! Que se preservem do endurecimento tão natural na miséria! Que, nessa servidão exterior, conservem um coração livre de ódio, *que amem mais!*... Ah, eis uma bela glória, que sem dúvida coloca o homem tipo por degradado bem alto no julgamento de Deus.”⁴⁶⁸

Outro atributo fazia do jovem operário das manufaturas alguém “superior” aos olhos de Michelet: ele queria aprender. Neste ponto, o historiador descreve uma cena em que essa paixão pelo estudo é levada às últimas conseqüências, já que o estudante urbano era obrigado a

⁴⁶⁶ *Ibid.*, pp. 51-52. Grifos do autor.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 52.

conciliar seu trabalho e seu desejo de cultura, obviamente prejudicado pela imensa carga que pesava sobre seus ombros:

“Sempre será visto lendo, sonhando; lendo durante o curto tempo da refeição, e à noite, absorvido em um livro, e no domingo, resguardado e sombrio. É difícil imaginar o que seja a fome de leitura nesse estado de espírito. Durante o trabalho, o mais inconciliável que existe com o estudo, com o barulho e a vibração de vinte máquinas, um infeliz tecelão que conheci abria um livro na extremidade de sua bancada e lia uma linha toda vez que o carro do tear recuava e lhe deixava um segundo livre.”⁴⁶⁹

Não obstante tantas privações, Michelet via em seus obstáculos um grande estimulante, declarando que se o operário amava os livros era porque tinha poucos, às vezes apenas um. O próprio historiador revela que passou anos com um Virgílio e achou ótimo, pois um bom livro, “lido e relido, ruminado e digerido” valia bem mais que uma “vasta leitura indigesta”:

“Na juventude uma palavra me comovia às vezes, uma palavra que o operário e o pobre repetem de bom grado: ‘Meu livro’. Não se era, como hoje, inundado de jornais, de romances, de uma enxurrada de papéis. Não se tinha mais que um livro (ou dois), e se prendia a ele fortemente, como o camponês se agarrava ao seu almanaque. Esse livro único inspirava confiança. Era como um amigo. Num determinado momento da vida, quando um amigo te levasse a uma taberna, restaria ficar perto dos seus e tomar o ‘seu livro’. (...) Para mim, era Virgílio; seu semi-canto, demasiado baixo, voltava ao meu espírito sem cessar, antes, harmonizava, conservava o esforço contínuo do trabalhador.”⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 59. Grifos do autor.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 65.

⁴⁷⁰ No original: “Dans ma jeunesse un mot me frappait quelquefois, un mot que l’ouvrier, le pauvre, répétaient volontiers: ‘Mon livre’. On n’était pas, comme aujourd’hui, inondé de journaux, de romans, d’un déluge de papiers. On n’avait guère qu’un livre (ou deux), et on y tenait fort, comme le paysan tient à son almanach. Ce livre unique inspirait confiance. C’était comme un ami. A tel moment de vide, où un ami vous eût mené au cabaret, on restait près des siens, et on prenait ‘son livre’. (...) Por moi, c’était Virgile; son demi-chant, très bas, me roulant dans l’esprit, n’interrompait jamais, harmonisait plutôt, soutenait l’incessant effort du travailleur.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, pp. 495-496.

Há em *Le Peuple* um pequeno conjunto de considerações sobre o industrial, esse empreendedor arguto que, em sua maioria, compunha uma classe de operários de origem:

“As licenças de fabricação, que quase não tinham aumentado sob o Império, dobraram de número nos trinta anos seguintes a 1815. Perto de seiscentos mil homens tornaram-se industriais ou comerciantes (...) [ou seja] meio milhão de operários tornaram-se donos e alcançaram o que supunham ser sua independência.”⁴⁷¹

Não se pode negar o mérito deste homem que se fez sozinho. Esses operários enriquecidos demonstraram arrojo, audácia, iniciativa e, assim, muitos fizeram fortuna, nas palavras de Michelet. Entretanto, de seu passado militar teriam guardado não a honra, mas a violência, importando-se pouco ou nada com coisas e pessoas e tratando impiedosamente, para utilizar a expressão do historiador, duas “classes de homens”: o operário e o consumidor.

A preocupação com os negócios, os riscos, a crise iminente e toda sorte de sofrimentos morais teriam tornado o industrial indiferente às aflições materiais dos trabalhadores, sendo que os proprietários das pequenas fábricas foram os únicos que escaparam dessa lógica perversa, pois guardavam a marca de seu passado operário, compreendendo e protegendo seus colegas tanto quanto possível.

Já no que tange o comerciante, Michelet diz que ele é tido como ocioso pelos industriais e operários, dado que trapaceava o comprador e se humilhava ao fabricante (ou enganava ou percia). Mas era o meio que lhe impunha essa condição, e à concorrência era atribuído o fato dos comerciantes devorarem uns aos outros por meio da inveja, do ódio e das rixas:

“A repugnância que demonstravam pela indústria as nobres repúblicas da antigüidade e os orgulhosos dignitários da Idade Média é, sem dúvida, pouco razoável, se por indústria se entende as fabricações complicadas que exigem arte e ciência, ou, ainda, o grande comércio que supõe tantos conhecimentos, informações, combinações. Mas essa repugnância é bastante razoável quando se aplica aos hábitos comuns do comércio, à miserável necessidade que o comerciante tem de mentir, fraudar, falsificar.

⁴⁷¹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 70.

Não hesito em afirmar que, para o homem de honra, a situação do trabalhador mais dependente é livre em comparação com essa. Servo de corpo, é livre de alma. Ao contrário, escravizar alma e palavra, ser obrigado, de manhã à noite, a mascarar o pensamento, isso é a pior das escravidões.

Pensai bem nesse homem que já foi militar, que em tudo o mais conservou o senso da honra e que, no entanto, se resigna a isso... Deve sofrer bastante.

E é singular que minta diariamente em nome da honra, para *honrar* seus negócios. Desonra, para ele, não é a mentira, é a falência.”⁴⁷²

Para Michelet, a pior das falsificações era a bebida. Ao comercializar uma mistura alcoólica servida com o nome de vinho, o comerciante vendia a embriaguez, e seu crime não era o do envenenamento, mas, sobretudo, o de aviltar o povo que buscava nas tabernas o falso alívio de suas opressões. Embriagado e com os bolsos vazios, o operário das fábricas era lançado à rua: aos olhos do homem rico, esse era o “povo”.

O industrial, e mesmo o operário, possuíam duas coisas que, na visão do historiador, apesar do trabalho, tornavam seu destino melhor que o do comerciante: em primeiro lugar, *este não cria*, “não tem a felicidade séria, digna do ser humano, de fazer nascer uma coisa”⁴⁷³, e *é obrigado a agradar*, ainda que “preocupado com a letra que vencerá amanhã; precisa ser prestimoso, num esforço cruel com a jovem dama tagarela e elegante que manda desdobrar cem peças, discute por duas horas e vai embora sem nada comprar”⁴⁷⁴.

Quanto ao funcionário público – juiz, professor, oficial –, este tinha uma tarefa não lucrativa, mas estável, segundo Michelet, e continuava sua luta constante para ocultar a miséria, viver com dignidade e sem se corromper: “Esse é o ideal das famílias depois de tantas revoluções, esse, a seu ver, o destino do funcionário; o resto vai e vem, se transforma, mas o funcionário escapa às variabilidades dessa vida mortal, está como que num mundo melhor”⁴⁷⁵.

No capítulo referente às servidões do rico e do burguês, o historiador assinala que, depois da Revolução, não se pode opor rigorosamente burguesia e povo como duas nações antagônicas. Como mostra, não é nada fácil precisar os limites desta classe, já que ela não

⁴⁷² *Ibid.*, pp. 78-79. Grifo do autor.

⁴⁷³ *Ibid.*, p. 81.

⁴⁷⁴ *Ibid.*, p. 82.

⁴⁷⁵ *Ibid.*, p. 85.

engloba apenas as pessoas de posses e há muitos burgueses pobres: “Em nossos campos, o mesmo homem é diarista aqui e *burguês* acolá, por possuir algum patrimônio”⁴⁷⁶.

O que caracterizava a antiga burguesia, e falta à nova, na concepção do autor, é a segurança, tal como indica esta nota:

“Se observardes com atenção como o povo emprega essa palavra, vereis que, para ele, ela designa menos a riqueza do que determinado grau de independência e tranqüilidade, ausência de inquietação com o alimento quotidiano. Um operário que ganha 5 francos por dia chama sem dificuldade *meu burguês* ao proprietário rural famélico que recolhe 300 francos do arrendatário e passeia de roupa preta em pleno mês de janeiro. – Se a segurança é a essência do burguês, serão também burgueses os que nunca sabem se são ricos ou pobres, os comerciantes, e outros bem mais estabelecidos que, devido às dívidas, são servos do capitalista? Se não são realmente burgueses, ligam-se no entanto a essa classe pelo interesse, o medo, a idéia fixa da paz a qualquer preço.”⁴⁷⁷

O antigo burguês, de acordo com Michelet, era mais conseqüente: “Extasiava-se com seus privilégios, queria aumentá-los, olhava para cima”⁴⁷⁸. Já o atual “olha para baixo”, vê a multidão subir atrás dele, como ele próprio subiu, desejando que ela não suba; e, assim, recua, com medo, protegendo-se do lado do poder:

“Ora, o medo tem algo que o faz crescer sem motivo, sempre enfraquecendo a imaginação enferma. Todo dia surge uma nova ameaça: hoje uma idéia, amanhã um homem ou uma classe; as pessoas se enclausuram cada vez mais, fazem barricadas, bloqueiam sua porta e seu espírito; não há mais luz, nenhuma pequena fenda por onde ela possa penetrar. Acaba o contato com o povo.”⁴⁷⁹

Ainda na sua opinião, a burguesia não devia temer o povo, pois o rico geralmente é o enriquecido e o pobre de ontem, “é o operário, o soldado, o camponês que ele evita hoje”. Nesse sentido, caberia aos homens de estudo e reflexão, aos historiadores, em particular, dar o primeiro

⁴⁷⁶ *Ibid.*, pp. 92-93. Grifo do autor.

⁴⁷⁷ *Ibid.* Grifos do autor.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p. 96.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 97.

passo para quebrar o obstáculo do receio, da repugnância e por que não da indiferença com o povo, reatando o contato entre as classes numa aliança de “todos” para a salvação da França: “O mal está no coração. Que também o remédio esteja no coração! Deixai vossas velhas receitas. É preciso que o coração se abra, e também os braços... Ora, são vossos irmãos, afinal. Esqueceste?...”⁴⁸⁰.

O autor lamenta que o burguês tenha perdido o contato com o povo, só o conhecendo “por intermédio da ‘Gazeta dos Tribunais’” ou podendo contemplá-lo “no criado de casa, que o rouba e zomba dele (...) [ou] por trás da vidraça no beerrão que passa lá embaixo gritando, escorregando e caindo na lama”⁴⁸¹. E conclui que o divórcio do mundo está na oposição, que ocorre na era da máquina, entre instinto (povo) e reflexão (intelectuais):

“Tudo seria fácil se ambos compreendessem que a libertação de um depende do outro. O homem de ciência e cultura, hoje servo das abstrações e das fórmulas, só recapturará sua liberdade no contato com o homem de instinto. Sua vida e juventude, que acredita poder renovar em longas viagens, estão ali mesmo, perto dele, naquilo que constitui a juventude social, ou seja, no povo. Este, por outro lado, para quem a ignorância e o isolamento são como que uma prisão, ampliará seu horizonte, reencontrará o ar livre, desde que aceite a comunicação com a ciência, desde que, em lugar de denegri-la por inveja, respeite o patrimônio das obras da humanidade, o esforço do homem interior.

Essa assistência, esse mútuo cultivo, forte e sério, que um encontrará em outro, supõe em ambos, admito, uma verdadeira magnanimidade; nós o conclamamos ao heroísmo. Haverá outro apelo mais digno do homem?... ou mais natural, desde que parta dele e se expanda, com a graça de Deus.

O heroísmo do pobre consiste em imolar a inveja, ser ele mesmo acima de sua própria miséria, a ponto de não querer saber se a riqueza foi justa ou injustamente ganha. O heroísmo do rico é, conhecendo o direito do pobre, amá-lo e ir até ele.”⁴⁸²

Michelet só vislumbrava uma solução para as “servidões populares” na França: “a libertação pelo amor da natureza e da pátria”, onde iria se deter na segunda e terceira partes de sua obra. Em “Da libertação pelo amor. A natureza”, composta por nove capítulos, o historiador caracteriza o instinto popular, mostrando a fonte vital onde as classes cultivadas deveriam buscar seu rejuvenescimento, a fim de provar a essas classes, “nascidas hoje e já desgastadas”, que elas

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 110.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 98.

precisavam se aproximar do povo de onde saíram à procura de instinto, coragem e força. Para tanto, criticaria os criminalistas, os economistas e os “pintores de costumes” que teriam se ocupado de um povo excepcional ao retratarem somente seus crimes ou as galés, as prisões, os locais mal-afamados e as tavernas que, às vezes, freqüentavam:

“Deus me dê essa arte [do esquecimento], para que possa esquecer hoje todos os vossos monstros, vossas criações fantásticas, as exceções chocantes com as quais obscureceis meu tema. Ides com a lente na mão esquadrihar a enxurrada, encontráis lá não sei que de imundo e infame, e gritais para nós: ‘Vitória! Vitória! Encontramos o povo!’ (...)”

Eu disse que me sentia só, e isso me entresteceria se não trouxesse comigo a fé e a esperança. Sinto-me fraco, por natureza e pelos meus trabalhos anteriores, diante desse vasto tema, como aos pés de um gigantesco monumento que me cabe remover sozinho... Ah, como ele está desfigurado, cheio de agregados estranhos, de musgo e mofo, manchado pela chuva e pela terra, pela injúria dos passantes!... Vem o pintor, o homem da *arte pela arte*, observa, e o que mais lhe agrada são justamente essas nódoas... Quanto a mim, gostaria de extirpá-las. Isto, pintor que passais, não é um brinquedo de arte, é um altar!”⁴⁸³

A partir daí, faria um novo alerta para o mal interior da sociedade: o enregelamento, o resfriamento e a paralisia do coração causadores da insociabilidade, “esta falsa idéia de que podemos nos isolar e que não necessitamos uns dos outros”⁴⁸⁴.

Na descrição de Michelet, a sociedade francesa é constituída por zonas de diferentes temperaturas, desde o meio incubador por excelência, o povo, “útero aquecido e envolvente”, até o ar rarefeito e gelado das classes superiores:

“Ocorre em nacionalidade o mesmo que na geologia: o calor está embaixo. Quanto mais se desce, mais ele aumenta; nas camadas inferiores é escaldante. Os pobres amam a França como se tivessem obrigações e deveres para com ela. Os ricos amam-na como se ela lhes pertencesse e lhes devesse favores. O patriotismo dos primeiros é o sentimento do dever; o dos outros, a exigência, a pretensão de um direito.

O camponês (...) desposou a França em matrimônio legítimo; ela é sua mulher para sempre, ambos são um. Para o operário, é a amante formosa; ele nada

⁴⁸² *Ibid.*, p. 179.

⁴⁸³ *Ibid.*, pp. 118-119. Grifos do autor.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 121.

tem, mas tem a França, seu nobre passado, sua glória. Livre de idéias locais, ele adora a grande unidade. É preciso que seja bem miserável, escravizado pela fome, pelo trabalho, para que esse sentimento esmoreça nele; mas ele nunca se extingue.

A infeliz servidão dos interesses aumenta ainda mais quando chegamos aos industriais, aos comerciantes. Sentem-se constantemente em perigo, como se estivessem na corda bamba... A falência! Para evitá-la em parte, prefeririam provocá-la no todo... Fizeram e desfizeram Julho. E contudo diríamos que, nessa grande classe de milhões de almas, o fogo sagrado se extinguiu definitiva e irremediavelmente? Não, prefiro acreditar que entre eles a chama permanece em estado latente. A rivalidade estrangeira, o inglês, irá impedi-los de deixarem extinguir-se a fagulha.

Que frio quando subo mais! É como nos Alpes. Chego à região das neves. A vegetação moral desaparece pouco a pouco, a flor de nacionalidade empalidece. É como um mundo dominado numa noite por um frio súbito de egoísmo e medo... Subo mais um degrau e o próprio medo cessa, só há o egoísmo puro do calculista sem pátria; já não há homens, cifras apenas... Verdadeira geleira abandonada pela natureza... Permitam-me descer, o frio é intenso demais para mim, já não consigo respirar.

Se, como creio, o amor é a própria vida, vive-se bem pouco lá em cima. Parece que, do ponto de vista do sentimento nacional, que faz com que um homem estenda sua vida por toda a grande vida da França, quanto mais se sobe em direção às classes superiores, menos vivo se está.”⁴⁸⁵

Sua idéia de “povo” não se resumia à simples reunião dos níveis sociais, incluindo um ideal comum de pátria a ser partilhado por todos:

“Minha luz antes de tudo, que nunca me enganará, é a França. O sentimento francês, o devotamento do cidadão à pátria é minha medida para julgar esses homens e essas classes; medida moral, mas também natural; em toda coisa viva, a parte vale sobretudo por sua relação com o todo.”⁴⁸⁶

No que se refere a criança, Michelet a concebe como o instinto puro do homem simples; é o povo sem vulgaridade, que vê as coisas como se apresentam, sem deformação, inveja ou rudeza:

“A criança é o intérprete do povo. Que estou dizendo? É o próprio povo, em sua verdade inata, antes de deformar-se (...) A criança não apenas interpreta o povo,

⁴⁸⁵ *Ibid.*, pp. 103-104.

⁴⁸⁶ *Ibid.*, p. 103.

mas justifica-o e o inocenta em muita coisa; a palavra que considerais rude e grosseira na boca de um homem rústico soa a vossos ouvidos ingênua (o que ela realmente é) na boca de vosso filho; e assim aprendeis a vos defender de prevenções injustas. A criança, estando com o povo na feliz ignorância da linguagem convencional, das fórmulas e frases feitas que dispensam invenção, mostra com seu exemplo como o povo é forçado a buscar sua linguagem e a incessantemente encontrá-la, e freqüentemente ele o consegue com uma feliz energia.”⁴⁸⁷

Mas a criança que no campo é livre para brincar e aprender o trabalho agrícola aos poucos⁴⁸⁸, na cidade torna-se homem precocemente, já que desde cedo é obrigada a conviver com a dureza, as responsabilidades e a violência das fábricas:

“Perdem infinitamente ao se educarem tão depressa, ao passarem rapidamente da vida instintiva à vida de reflexão. Até então, viviam no amplo mar do instinto, nadavam num lago de leite. Quando, desse mar obscuro e fecundo, a lógica começa a lançar alguns raios luminosos, existe progresso, sem dúvida; progresso necessário, que é uma condição da vida. Mas, num certo sentido, ele não deixa de ser uma queda. A criança então faz-se homem, e era um pequeno deus.”⁴⁸⁹

O homem nasce e morre nobre, na opinião de Michelet; é preciso o trabalho de toda uma vida para que se torne grosseiro e desigual. Seu homem ideal é o “homem de gênio” que, adquirindo os dons do crítico, conservou os dons dos simples: o respeito pela vida, a fraternidade, a unidade, a bondade e a simplicidade. Este homem seria dotado das duas potências, dos dois “sexos do espírito”: homem e mulher, criança e adulto, bárbaro e civilizado, povo e aristocracia, instinto dos simples e reflexão dos sábios: “A sociedade alcançará seu grau mais elevado de harmonia e produtividade se as classes cultivadas, acolhendo e adotando os homens de instinto e ação, deles receberem calor e a eles emprestarem a luz!”⁴⁹⁰. Curioso espetáculo, nota o autor,

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 134.

⁴⁸⁸ Como atenta Michelet, o camponês exalta valores do tipo amor, caridade, liberdade, felicidade, família, sentimento nacional, união, igualdade, coragem, força etc., diferentemente da cidade considerada por ele como o espaço da artificialidade.

⁴⁸⁹ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 136.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, pp. 163-164.

“(...) de um lado existências cheias de viço e de calor vital, de outro pessoas de retórica, línguas... Seria preciso que os primeiros dessem aos últimos uma gota de sua seiva”⁴⁹¹.

Na terceira parte de sua obra, intitulada “Da libertação pelo amor. A pátria”, constituída de nove capítulos, Michelet fala da “amizade” como o outro nome da pátria: “O amigo se torna todo um povo. Nossas amizades individuais são como os primeiros degraus dessa grande iniciação a que chamamos Pátria”⁴⁹². Partindo do pressuposto de que o homem é um ser sociável até ao nascer, a Cidade se faria com pessoas diferentes mas harmonizadas pelo amor, ou seja, a Pátria seria uma família “a perseguir o ideal da adoção dos fracos pelos fortes, a desigualdade em proveito dos pequenos”⁴⁹³.

Como defende, a amizade faz pelos homens mais que a política e a moral, visto que amar não é apenas mútua benevolência: é estar pronto ao sacrifício, ao devotamento de uns pelos outros e todos pela pátria. O historiador lembra que a Idade Média prometeu a união e deu somente a guerra, que foi preciso que esse Deus tivesse sua segunda fase, que ele aparecesse na Terra em sua encarnação de 1789, para se inaugurar a moderna religião da Justiça.

No seu ponto de vista, os sacrifícios internos da nação seriam feitos em nome da grande nacionalidade da França, sendo esta Pátria uma iniciação à “pátria universal”, isto é, o progresso do homem levando à harmonia do globo, apesar da diversidade existente entre os países. Neste momento, faz-se necessário ressaltar que, a seus olhos, a França é o país do espírito, entendido pela palavra, pelas idéias e pelo calor dos soldados da Revolução, e a Inglaterra o país da matéria, da riqueza e da industrialização:

“A luta contra a Inglaterra prestou à França um imenso serviço. Ela confirmou, definiu sua nacionalidade. À força de unir-se contra o inimigo, as províncias acharam-se um povo. Foi vendo de perto os ingleses que elas sentiram que eram a França. Acontece com as nações como com o indivíduo, ele conhece e distingue sua personalidade pela resistência do que não é ela, ele percebe o eu pelo não-eu. (...)”

⁴⁹¹ *Ibid.*, p. 168. Sobre o “homem de gênio”, Michelet precisa numa nota: “O gênio, bem o sei, assume diferentes formas. Aquela que me refiro aqui é certamente a dos gênios mais originais, mais fecundos, a que mais freqüentemente caracteriza os grandes inventores. La Fontaine e Corneille, Newton e Lagrange, Ampère e Geoffroy Saint-Hilaire foram ao mesmo tempo os mais simples e os mais sutis dos homens.” *Ibid.*, pp. 155-156.

⁴⁹² *Ibid.*, pp. 173-174.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 176.

Mas não se deve tomar a França pedaço por pedaço, é preciso abraçá-la em seu conjunto. É justamente porque a centralização é poderosa, a vida comum forte e enérgica, que a vida local é fraca. Eu diria mesmo que é a beleza de nosso país. Não há essa cabeça da Inglaterra monstruosamente forte da indústria, da riqueza; mas também não há o deserto da Escócia, o câncer da Irlanda. Não encontrareis aí, como na Alemanha e na Itália, vinte centros de ciência e de arte; há apenas um, um de vida social. A Inglaterra é um império, a Alemanha um país, uma raça; a França é uma pessoa. A personalidade, a unidade, é por aí que o ser se coloca na escala dos seres.”⁴⁹⁴

Michelet recusava a interpretação nociva da natureza humana feita pela literatura da época, sugerindo como remédio “a educação pela pátria”, que devia começar pelas crianças, como forma de acabar com a inveja, o ódio e o desentendimento prevalecente entre as classes:

“Antes de mais nada a pátria como dogma e princípio. Depois, a pátria como lenda: nossas duas redenções, pela santa Donzela de Orléans, pela Revolução, o ímpeto de 92, o milagre da jovem bandeira, nossos jovens generais admirados, pranteados pelo inimigo, a pureza de Marceau, a magnanimidade de Hoche, a glória de Arcole e Austerlitz, César e o segundo César, em quem nossos grandes reis ressurgiam ainda maiores. Mais alta ainda a glória de nossas assembleias soberanas, o gênio pacífico e verdadeiramente humano de 89, quando a França ofereceu a todos, tão cordialmente, a liberdade e a paz... Enfim, acima de tudo, como lição suprema, a imensa capacidade de devotamento, de sacrifício, que nossos pais demonstraram, e como tantas vezes a França deu a vida pelo mundo.

Criança, seja esse teu primeiro evangelho, o amparo de tua vida, o alimento de teu coração. Lembrar-te-ás dele em meio aos trabalhos ingratos, penosos, a que a necessidade irá te atirar desde cedo. Ele será para ti um cordial poderoso que, por momentos, virá te restaurar. Encantar-te-á tua recordação durante as longas jornadas do trabalho, no tédio mortal da fábrica; irás reencontrá-lo no deserto da África, como remédio para a saudade, para o abatimento das marchas e das vigílias, sentinela perdida a dois passos dos bárbaros.

A criança conhecerá o mundo, mas que primeiro conheça-se a si mesma naquilo que possui de melhor, isto é, na França. O resto aprenderá por si mesma.”⁴⁹⁵

O historiador clamava por uma “renovação moral” que poderia ser facilmente conquistada se educadores e homens de reflexão inculcassem amor e compreensão nas escolas e em seus escritos. Mas enquanto pensadores como Proudhon e Lammenais falavam de

⁴⁹⁴ MICHELET, Jules. *Imagens da França*, op. cit., pp. 114 e 125 respectivamente.

reformas políticas e econômicas para se alcançar uma regeneração moral, Michelet apregoava uma reforma nacionalista, com o objetivo de unir as classes através de um amor comum pela França:

“A educação, como toda obra de arte, exige antes de tudo um esboço simples e forte. Nada de sutileza, nada de minúcia, nada que dificulte, que provoque objeção. Na criança, para que se produza uma impressão grande, salutar, duradoura é preciso fundar o homem, criar a vida do coração. Deus primeiro, revelado pela mãe, no amor e na natureza. Deus depois, revelado pelo pai, na pátria viva, na sua história heróica, no sentimento da França. (...)”

Outro dia, mais tarde, quando o homem estiver surgindo nela, o pai a tomará; grande festa pública, grande multidão em Paris. Leva-a a Notre-Dame, ao Louvre, às Tulherias, ao Arco do Triunfo. De um teto, de um terraço, mostra-lhe o povo, o exército que desfila, de baionetas frementes, a bandeira tricolor... Sobretudo na expectativa da festa, sob os reflexos fantásticos da iluminação, nesses formidáveis silêncios que se fazem de repente sobre o turvo oceano do povo, o pai se debruça e diz ao filho: ‘Vê, meu filhinho: eis a França, eis a Pátria! Tudo isso é como se fosse um só homem. A mesma alma, o mesmo coração. Todos morreriam por um; e cada um deve também viver e morrer por todos... Os que lá embaixo passam armados vão combater por nós. Estão deixando o pai, a velha mãe, que precisam deles... Tu farás o mesmo, jamais esquecerás que tua mãe é a França’.

Ou conheço muito pouco a natureza, ou essa impressão perdurará. O filho viu a Pátria... Esse Deus invisível em sua elevada unidade é visível em seus membros e nas grandes obras onde está depositada a vida nacional. É uma pessoa viva que ele toca, e ele a sente à sua volta; não pode abraçá-la, mas ela o abraça, ela o aquece com sua vasta alma derramada pela multidão, ela lhe fala através de seus monumentos (...).⁴⁹⁶

Em decorrência, Michelet sonhava com uma “grande escola nacional”, onde crianças de todas as classes e condições iriam juntas “aprender a França”, por um ou dois anos antes do início da educação especial – do colégio ou da oficina. Assim, no futuro, o “povo” não mais significaria várias classes sociais, mas conotaria *A França*.

O que é, pois, o povo para Michelet? É *Herr omnes* (“senhor *Todo Mundo*”)⁴⁹⁷. Como? Ninguém excluído? Sim, todos os padres, os legistas, os intelectuais, mas de maneira nenhuma a burguesia. O povo não é uma coleção de classes determinadas, é um elemento

⁴⁹⁵ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, pp. 227-228. O historiador consagrará todo o último capítulo de *Nos Fils* (1869) à “educação pelas festas”.

⁴⁹⁶ *Ibid.*, pp. 222-224.

⁴⁹⁷ Expressão de Lutero citada por Michelet em *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 286. Grifos do autor.

definido por seu duplo sexo, seu poder de incubação, seu potencial de calor. Em *Le Peuple*, ele não exclui, propriamente falando, ninguém; mesmo os ricos, num certo sentido, fazem parte do povo; só que, aqui, o calor é mínimo, é quase o frio estéril das altas atmosferas.

Em suma, para o historiador, o homem do povo é harmônico e produtivo quando os dois seres que existem nele, o simples e o crítico, se entendem e se auxiliam. Essa dualidade, “que causa espanto, que faz com que o vulgo a considere freqüentemente um fenômeno bizarro, uma monstruosidade”⁴⁹⁸, é que lhe emprestaria o caráter normal e legítimo de homem, idéia que já se encontra em Vico (o *verum*, verdade cartesiana, de natureza intelectual, oposto ao *certum*, verdade sentimental, por definição coletiva), onde Michelet foi buscá-la.

III

“Há quinze anos, tive Virgílio. Há vinte, Vico.

Nunca pude, na classe, aprender uma lição pelo coração. Mas compreendi pelo coração todo o Virgílio. E o conservei na boca e no espírito. Ele sempre volta a mim irresistivelmente, como algo que me é próprio e original, como uma parte do meu pensamento. (...)

Virgílio está justamente na metade do caminho entre os dois mundos, entre a Antigüidade pura e a baixa Antigüidade romanesca ou sofisticada do tempo de Plutarco. Dante o tomou por mediador, não sem causa. Ele sozinho teve, na elasticidade do sentimento, o gênio comum à duas eras, o ramo de ouro que conduzia de uma a outra. Lembrança e pressentimento, tudo se mistura nesse claro-obsuro. (...)

Virgílio é a melodia triste da morte dos deuses.

Vico é a mecânica pela qual os deuses se refazem. Dessa vez ainda um italiano. Este, com sua dedicação ao povo, sua miséria, sua pobre fisionomia de padre, sua beca de professor, fez da história uma arte; antes dele, era uma ciência. A Itália antiga sabia como morriam os deuses. E Vico ensina como os deuses se fazem, e se refazem, a arte de fazer os deuses, as cidades, a mecânica viva que trama o duplo fio do destino humano, a religião e a legislação, a fé e a lei. Pois é o homem que faz tudo isso. Ele é incessantemente seu criador, ele fabrica sua terra e seu céu.”

JULES MICHELET⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 159.

⁴⁹⁹ No original: “A quinze ans, j’ai eu Virgile. A vingt-cinq, j’ai eu Vico. Je n’ai jamais pu, en classe, apprendre une leçon par coeur. Mais j’ai su par coeur tout Virgile. Et je l’ai conservé et dans la bouche et dans l’esprit. Il me revient souvent invinciblement, comme chose qui m’est propre et originale, comme une partie de ma pensée. (...) Virgile est justement à moitié chemin entre les deux mondes, entre cette pure Antiquité, et la basse Antiquité romanesque ou

Vários autores apontam os trabalhos de Giambattista Vico (1668-1744) enquanto fonte teórica de Jules Michelet. Na verdade, ao dizer isso os estudiosos de Michelet apenas reiteram o que o próprio escritor afirmou: “Não tive outro mestre senão Vico. Seu princípio da força viva, da *humanidade que cria a si própria*, é a fonte de meu livro e de meus ensinamentos”⁵⁰⁰. A idéia de Vico enquanto fonte teórica ganha um peso ainda maior a partir do fato de que Michelet passa a produzir suas próprias obras em 1830, três anos após a publicação de sua tradução para o francês da *Science Nouvelle*, cuja iniciativa foi decisiva para difundir os trabalhos de Vico em toda a Europa.

Entretanto, afirmar que Vico foi a principal fonte teórica de Michelet nos levaria a dois equívocos. Primeiro, esse conceito nos induz a pensar que Michelet foi inspirado, influenciado ou despertado para determinadas categorias teóricas e metodológicas pelos trabalhos de Vico, o que não se trata de refutar totalmente. Mas, como apontam alguns autores, muito antes de ter lido o filósofo, Michelet já defendia algumas idéias presentes na obra de Vico, o que explicaria seu entusiasmo pelo autor italiano. Conforme Roland Barthes, Michelet iria encontrar em Vico o que, na verdade, ele já dispunha enquanto método teórico que deveria orientar seus estudos históricos. Para Peter Burke, Michelet selecionou na obra de Vico somente o que acentuava ou se harmonizava com suas preocupações e seus fundamentos teóricos⁵⁰¹.

sophistique du temps de Plutarque. Dante l’a pris pour médiateur, non sans cause. Lui seul a eu, dans l’élasticité du sentiment, le génie commun aux deux âges, le rameau d’or qui conduit dans l’un et dans l’autre. Souvenir et pressentiment, tout se mêle en ce clair-obscur. (...) Virgile, c’est la mélodie plaintive de la mort des dieux. Vico, c’est la mécanique par quoi les dieux se refont. Cette fois encore un italien. Celui-ci, avec sa dédicace au peuple, sa misère, son pauvre visage d’abbé, sa robe de professeur, a fait de l’histoire un art; avant lui, c’était une science. L’Italie antique savait comment meurent les dieux. Et Vico enseigne comment les dieux se font, et se refont, l’art de faire les dieux, les cités, la mécanique vivante qui trame le double fil de la destinée humaine, la religion et la législation, la foi et la loi. Donc, c’est l’homme qui fait tout cela. Il est, incessamment son créateur, il fabrique sa terre et son ciel.” MICHELET, Jules. “Chapitres non retenus. Ma méthode, Virgile, Vico”. *Le Banquet ou l’unité de l’église militante*. Capítulos não retidos, conservados. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. XVI (1851-1854), 1980, pp. 657-658. “Ma méthode, Virgile, Vico” e “Ma liberté, Virgile, Vico” são as primeiras redações de um capítulo que se tornará “Ma candeur: je relevai le Moyen Age pour le démolir” (Livro III, capítulo III de *Le Banquet*).

⁵⁰⁰ No original: “Je n’eus de maître que Vico. Son principe de la force vive, de *l’humanité qui se crée*, fit et mon livre et mon enseignement.” MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, *op. cit.*, p. 14. Grifos do autor.

⁵⁰¹ Como observa Burke, a linguagem ocupa um lugar de destaque na obra de Vico, entretanto, segundo o autor, Michelet planejara um estudo do vocabulário das diferentes línguas, como um indicador do caráter nacional, antes mesmo de ter lido uma única palavra de Vico. Contudo, foi em consequência desse interesse que ele se deparou com *A Sabedoria Antiga dos Italianos*, de Vico, com o qual seu projeto calhou de ter muito em comum. Michelet, então, voltou-se para a *Ciência Nova*, na esperança de que ela fosse de certa relevância para a sua “história da humanidade”, que deveria tratar não só de acontecimentos “externos”, mas também do caráter dos povos. BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1997, p. 11. De acordo com Isaiah Berlin, embora Michelet, no fim da sua existência, proclamasse que Vico tinha sido seu mestre, somente extraiu da *Ciência Nova* aquilo que encaixava na

Em segundo lugar, a concepção de fonte teórica também poderia nos levar a crer que seria possível encontrar a raiz primeira ou a origem teórica em estado puro de um indivíduo ou de uma tradição intelectual. Na verdade, acreditamos que Michelet se insere numa rede de saberes que se estende a uma gama de autores que, talvez, seria impossível de ser rastreada e cujo trabalho de reconstrução extrapolaria o propósito dessa pesquisa.

Nesse sentido, optaremos por introduzir, de maneira rápida e superficial, alguns pontos da obra de Vico que o aproximam de Jules Michelet, sobretudo no que diz respeito à idéia de “humanização da história”, ou melhor, de uma “humanidade que se cria a si própria”, problemática que Michelet não cansará de repetir como aquela que o fascinou e que foi determinante em sua atividade intelectual⁵⁰². Logo, Vico aparece nessa altura do presente trabalho muito mais como um autor importante para a história do pensamento ocidental e que já havia formulado algumas questões que irão aparecer posteriormente nos escritos de Michelet.

A primeira edição em italiano da *Science Nouvelle*, principal obra de Vico, como indicam vários autores, surgiu em 1725 e teria sido reescrita diversas vezes, dando lugar a diferentes edições, como a de 1730 e a de 1744. Mas apesar de sua importância na história do pensamento ocidental, a obra de Vico não despertou perante o público qualquer entusiasmo durante a vida do escritor, cujos últimos anos transcorreram em relativa solidão.

Embora ignorada pela quase totalidade dos pensadores europeus da época, a obra de Vico exerceu influência sobre algumas figuras italianas de seu tempo, como Mario Pagano,

sua própria concepção de história. Ele teria extraído de Vico uma visão dos homens como forjadores de seus próprios destinos, engajados em uma luta prometéica para atingir sua liberdade social e moral, arrancando da natureza os meios que pudessem servir a seus objetivos humanos e, no decorrer desse processo, criando e destruindo instituições em seu empenho perpétuo de superar os obstáculos sociais e individuais para a completa realização das energias morais e do gênio criativo dos povos e sociedades inteiras. No entanto, Michelet teria ignorado a teoria dos ciclos históricos de Vico, as tendências antidemocráticas, a admiração pelas sociedades semiprimitivas, devotas e autoritárias que constituem a verdadeira antítese da fé apaixonada de Michelet na liberdade popular. BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília, Ed. da UnB, 1982.

⁵⁰² Segundo Peter Burke, o que mais teria impressionado Michelet na *Ciência Nova* de Vico foi a “grande idéia” de que o que importa na história não é o acontecimento, fato ou pessoa individual, mas sim a história anônima da evolução social, a verdadeira história da humanidade. Vico via a história como um processo gradual de humanização do homem, ressaltando a importância na história da sabedoria popular, *sapienza volgare*. Sua visão do passado reservava um lugar notavelmente pequeno para os chamados “grandes homens” ou “grandes acontecimentos”. A esse respeito, a *Ciência Nova* era uma obra não convencional, subversiva em relação às convenções históricas e aos valores aristocráticos. Nos dizeres de Wilson: “Até então, a história sempre fora escrita como uma série de biografias de grandes homens, ou como uma crônica de acontecimentos notáveis, ou como um grande préstito comandado por Deus. Mas agora podemos ver que o desenvolvimento de uma sociedade foi afetado por suas origens, seu contexto; que, assim como os indivíduos, as sociedades passam por fases regulares de crescimento (...) o mundo social é certamente obra do homem (...)” WILSON, Edmund, *op. cit.*, pp. 10-11.

Gaetano Filangieri, Gian Domenico Romagnosi, Vincenzo Cuoco e seu filho Gennaro, que foi seu sucessor na cadeira de retórica da Universidade de Nápoles. Nos demais países europeus, durante o século XVIII, as obras de Vico sequer foram lidas, a não ser por alguns poucos, como os alemães Johann Hamann e Johann Gottfried Herder. O trabalho de Vico só passou a ter uma grande difusão na Europa, como já foi observado, a partir da divulgação de fragmentos da *Science Nouvelle* traduzidos em francês por Michelet que considerava o autor italiano o fundador da “filosofia da História”⁵⁰³.

O núcleo metodológico que serve de base à “filosofia da história” de Vico pode ser esclarecido a partir de sua crítica ao cartesianismo⁵⁰⁴. Para o filósofo italiano, a teoria do conhecimento formulada por Descartes, orientando-se exclusivamente pelo conhecimento matemático, subordina todas as demais esferas de indagação à evidência da razão abstrata. Essa pretensão racionalista do cartesianismo constitui uma pretensão quimérica, segundo Vico, pois, a seus olhos, existem certezas humanas fundamentais que não são evidentes e muito menos podem ser logicamente demonstradas pelo *cogito*⁵⁰⁵.

Para Vico, “expressões humanas fundamentais”, como a retórica, a poesia, a história e a própria prudência que regula a vida prática, não se baseiam em verdades de tipo matemático⁵⁰⁶. Esses elementos seriam verossímeis, cujo fundamento é ser uma verdade problemática, pois coloca-se entre o verdadeiro e o falso. Ainda de acordo com o filósofo, embora o verossímil seja verdadeiro na maior parte dos casos, sua característica fundamental reside na ausência de uma

⁵⁰³ A tradução de Michelet, “um tanto livre”, conforme Burke, foi publicada em 1827. BURKE, Peter. *Vico, op. cit.*, p. 17.

⁵⁰⁴ Segundo Humberto Guido, a relação entre Vico e Descartes era ambígua, uma vez que, embora criticasse a filosofia cartesiana, era possível encontrar vários elementos do pensamento do filósofo francês em seus escritos. GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. *A Infância e as Ciências Humanas na Filosofia Social de Giambattista Vico*. Campinas, 1999. (Tese de Doutorado/Unicamp/FE)

⁵⁰⁵ Para o filósofo italiano, o *cogito* de Descartes: *penso, logo existo*, não oferece a razão e a causa, os motivos internos e abissais de nossa existência, pois não passaria de uma mera constatação, cujo resultado seria apenas a verificação do fato e não a sua verdade. O conhecimento, no entender de Vico, repousa numa relação mútua entre conhecer e fazer, *scire est facere*: para conhecer algo é preciso construí-lo para que se possa imaginar-lhe as formas e delinear a relação das partes com o todo.

⁵⁰⁶ Vico opõe o *verum-factum* (verdade-fato) ao *cogito*, e para demonstrar a eficiência do primeiro em relação ao segundo, empreende a análise da física e da matemática, duas ciências celebradas por Descartes em detrimento da história e da erudição. Na sua concepção, o mundo natural não pode ser conhecido pelo homem, uma vez que para fazê-lo ele precisaria compreender-lhe as formas, relacionar a parte com o todo, capacidade reservada apenas para aquele que o teria criado, que no caso seria Deus. Dessa forma, embora a física oferecesse um conhecimento real da natureza, pois respondia pela ordem da certeza, não poderia oferecer-nos a sua verdade. Dela não se pode ter consciência do mundo. Por outro lado, a matemática é uma invenção humana e, ao contrário do que pensava Galileu (que

garantia infalível de verdade⁵⁰⁷. Entretanto, apesar do fato de que o verossímil não se ajusta com facilidade à evidência de caráter matemático, a filosofia não deve ignorá-lo ou relegá-lo a segundo plano, tanto porque o “campo dos filósofos” seria o do provável, ao passo que o terreno dos matemáticos seria o do verdadeiro.

A história, por sua vez, sendo o principal campo de investigação do homem, na visão de Vico, foi vista pelo cartesianismo, que privilegiava o “mundo natural”, como um aglomerado confuso de fatos, uma miscelânea de absurdos, algo totalmente inapto à apreensão de idéias claras e distintas que poderiam levar a um conhecimento verdadeiro do passado da humanidade⁵⁰⁸. Mas no entendimento do autor, a história poderia, inclusive, proporcionar esclarecimentos sobre a própria ciência natural, uma vez que por mais desenvolvida e engenhosa que seja a técnica de exploração, o mundo natural permanecerá para sempre algo exterior ao próprio homem, jamais podendo tornar-se conhecido pelo seu espírito, uma vez que não teria sido ele quem o havia criado.

Com a história ocorreria exatamente o contrário: o que se encontra em seu campo é aquilo que o próprio homem produz. Nesse sentido, o objeto da investigação histórica seria o resultado da expressão da vontade humana, e o historiador, em virtude de sua humanidade, teria todas as condições para apreender, de maneira total e completa, esse objeto. Em outros termos, apenas seria possível conhecer aquilo que o próprio “sujeito cognoscente” faz, cria ou produz.

Ao formular esta clara distinção entre as ciências naturais e o conhecimento histórico, Vico estabeleceu um princípio metodológico que viria desempenhar papel fundamental na história da epistemologia. Orientou-se pela idéia de que o passado não deve ser visto com os olhos do presente, sob pena de não se chegar a um verdadeiro conhecimento. O historiador não deveria se deixar levar por seus próprios sentimentos, interesses, atitudes e modos particulares de ver as coisas. Ao fazer essa advertência, Vico tinha em mente os teóricos que, segundo ele, desenvolviam teorias abstratas sobre o homem, como Grotius, Pufendorf e Hobbes.

a considerava a linguagem de Deus na natureza), não passa de convenção, linhas e pontos que não oferecem apenas abstrações.

⁵⁰⁷ Conforme Peter Burker, Vico não estava preocupado com a mudança econômica, mas com as mudanças nas mentes, nos valores e nos modos de pensar dos povos.

⁵⁰⁸ Como indica Burke, Descartes afirmara no *Discurso do método* que o estudo da história era uma perda de tempo, pois não podemos adquirir nenhum conhecimento acurado ou certo do passado humano, como o podemos (pretendia ele) ter da matemática e do mundo da natureza. A idéia de Vico era que os princípios da sociedade humana – em seus

Desse modo, o pesquisador das coisas humanas, liberto dos preconceitos de seu tempo e dos sistemas racionalistas e abstratos, deveria mergulhar nos aspectos mais concretos da história a fim de conhecer verdadeiramente o homem e seus “produtos”⁵⁰⁹. Material para isso ele encontraria sobretudo na linguagem, a qual conserva os mitos, as fábulas, as tradições e expressões do espírito humano⁵¹⁰.

O papel especialmente importante da linguagem, para Vico, reside no fato de que os termos empregados pelo homem, em sua grande maioria, incluindo os mais teóricos e abstratos, acham-se profundamente enraizados em remotas formas de vida e de experiência. Assim, estudando-se etimologicamente a derivação das palavras, iluminam-se não só as “condições ambientais” de gerações anteriores, mas também os efeitos mais característicos dessas condições, pois a linguagem não constitui um meio artificial que os homens teriam inventado, deliberadamente, para expressar idéias preexistentes, mas ao contrário, ela desenvolve-se naturalmente, e o curso de seu desenvolvimento é inseparável do curso do espírito humano.

Todo o trabalho de “erudição filológica” foi empregado por Vico com a finalidade de investigar o sentido do universo humano em seu desenvolvimento histórico. Partindo da idéia de que tudo aquilo que o homem sente, pensa e produz, em determinado tempo, mantém vínculos entre si, formando unidades estruturais, o passado humano para Vico não seria nada mais que estruturas espirituais que se modificam com o passar dos tempos, concluindo que a história do homem pode ser dividida em três etapas distintas ao longo de sua evolução: a idade divina, a idade heróica e a idade humana. Dessa forma, sua principal obra, a *Science Nouvelle*, procura mostrar como a história se desenvolve de maneira cíclica, percorrendo essas três etapas sucessivas⁵¹¹.

Na idade divina, a sabedoria primitiva do gênero humano seria uma sabedoria poética⁵¹². Os primeiros homens que fundaram a sociedade humana eram “néscios, insensatos e

próprios termos, o “mundo civil” – são na realidade mais certos do que os princípios que governam o mundo natural, porque a sociedade civil é uma criação humana.

⁵⁰⁹ Como afirma Vico, a literatura para Descartes não passa de um conjunto inútil de fábulas que não possui qualquer fundo de verdade. A História, por sua vez, oferece uma fonte imperturbada de conhecimento que acaba por alienar o historiador do presente, perdido na densa floresta do passado.

⁵¹⁰ Ao valorizar a linguagem enquanto objeto de investigação, Vico unia a filosofia à filologia.

⁵¹¹ Sobre esse assunto, ver FIKER, Raul. *Vico, o precursor*. 2ª ed., São Paulo, Moderna, 1994.

⁵¹² Vico acredita que a “sabedoria” seria a faculdade que comanda todas as disciplinas, capaz de apreender todas as ciências e as artes que compõem a humanidade: “A Sabedoria é atribuída aos homens que, para o bem dos povos e

horríveis bestas”, sem nenhum poder de reflexão, mas dotados de sentidos agudos e de uma poderosa fantasia. Em relação às forças naturais que os ameaçavam, os homens as sentiam e as imaginavam como divindades terríveis e castigadoras. E por temor a elas, começaram a refrear os instintos, criando as famílias e as primeiras ordens civis. Dessa forma, constituíram-se no que Vico chamou de *repúblicas monásticas*, dominadas pela potestade paterna e fundadas sobre o temor a Deus⁵¹³.

A idade heróica teria surgido como resultado de alianças entre os chefes de famílias, com a finalidade de evitar as dissidências internas entre os próprios dependentes. Assim, estabeleceu-se a oligarquia como forma de governo e a sociedade passou a ser dividida entre patrícios e servos ou escravos dominados por leis cruéis. Conseqüentemente, surgiram as cidades sob a hegemonia da classe aristocrática que cultivava as virtudes heróicas da piedade, da prudência, da moderação, da fortaleza e da magnanimidade. Os homens faziam derivar sua própria nobreza de Deus e a fantasia prevalecia ainda sobre a reflexão. O universo da cultura heróica seria de violência e espanto, de euforia e de êxtase, não existindo fronteiras entre imaginação e realidade, como demonstram a *Ilíada* e o *Antigo Testamento*, obras características da idade heróica, nas quais seria interminável a lista de raptos, crueldades sem nome, deuses que exigem hecatombes etc.

Com o fim da idade heróica, dava-se início à idade humana, engendrada por uma luta de classes: os plebeus passariam a exigir direitos iguais e, ao passo que eram atendidos, despontavam os primeiros sistemas legais. Depois da metafísica *sentida* ou *imaginada* dos tempos heróicos, o homem passaria a explicar o universo mediante uma metafísica *raciocinada*. Nesse caso, a relação com uma ordem providencial tomaria a forma de reflexão, que procura rastrear a idéia de bem, em relação a qual todos os homens deveriam estar de acordo. A idade humana era a fase em que havia surgido a filosofia platônica de caráter universal, cujo pressuposto seria encontrar no mundo das idéias a conciliação entre os interesses privados e o critério de uma justiça comum. No entanto, o afrouxamento dos laços tradicionais e o

das nações, constituem, sabiamente, as repúblicas e as governam.” VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova acerca da natureza comum das nações*. São Paulo, Nova Cultural, 1988, pp. 146-147.

⁵¹³ No entender de Peter Burkert, as três idades são um “ciclo”, na acepção de que formam uma seqüência necessária que pode ser encontrada em diferentes partes do globo e também no sentido de que sua seqüência (*corso*) é seguida por uma espécie de recorrência (*ricorso*). Porém, Vico não diz se a idade dos deuses alguma vez retornou, mas

questionamento dos costumes e dos valores, resultantes do estabelecimento de repúblicas livres e democráticas, acarretariam, segundo Vico, na dissolução e na corrupção inevitáveis⁵¹⁴. Assim terminaria um ciclo histórico e a sociedade voltaria ao barbarismo primitivo de onde havia surgido, iniciando-se novo ciclo.

Para Vico, os ciclos históricos são desencadeados pelos próprios homens, entretanto, isso não significa que todas as conseqüências e desdobramentos de seus atos estejam em suas mãos. É na relação com uma “história ideal” e “eterna” que a história humana adquire seu verdadeiro sentido. Para tanto, Vico se vale da idéia cristã de providência divina a fim de explicar o significado mais profundo da história do homem. Porém, essas duas esferas nem sempre estariam em pleno acordo, a não ser em certas circunstâncias, quando o homem seria “impelido pela utilidade”.

Mas a ação da providência divina em Vico não pode ser entendida como uma intervenção exterior a corrigir milagrosamente as orientações e aberrações do homem. A história ideal e eterna, com sua ordem providencial, não seria transcendente à história temporal, não seria estranha e externa a ela; se assim fosse, o único agente da história seria Deus e não o homem. Entretanto, a história ideal e eterna também não pode ser compreendida como intervenção interior e intrínseca ao homem que pudesse determinar os acontecimentos históricos; tampouco, que a ordem desta última fosse sempre garantida pela primeira. Em outros termos, a providência não deve ser vista como necessidade racional intrínseca aos acontecimentos históricos, como uma razão impessoal que atua nos indivíduos e coordena suas ações. Caso contrário, a reprodução da

declara que a idade heróica ressurgiu na Europa depois do declínio do Império Romano. Houve, escreve ele, um retorno aos “feudos”, um retorno à escrita hieroglífica e um retorno aos julgamentos divinos.

⁵¹⁴ Na visão de Vico, a filosofia da história responde pela alternância das idades, vivida por cada nação, em tempos que lhes são próprios. Assim, com a descoberta da América, a Europa vivia a idade dos homens, enquanto a Patagônia não saía da idade dos deuses. Além disso, temos um devir de fluxos e refluxos (*corsi e ricorsi*), onde o fim de um processo implica o nascimento de outro. Ao fim do mundo antigo, surgiu a Idade Média, que não passava de uma barbárie regressada. Como bem assinalou Collingwood, o princípio orientador da história viquiana é inicialmente “a força bruta; depois, a força corajosa ou heróica; a seguir, a justiça corajosa; depois, a originalidade brilhante; seguidamente, a reflexão construtiva; e finalmente uma espécie de opulência esbanjadora e ruínosa, que destrói o que foi anteriormente construído”. Em outras palavras, passamos da moral da era dos deuses para a dos homens, ao fim de cujo período Vico considerava iminente a vinda de uma nova barbárie: a barbárie da reflexão, nascida de uma falsa eloqüência, do veneno do ceticismo, da sofística estéril e perigosa, de um excesso corrosivo, tal como se passou com o Império Romano. Depois disso, a espiral torna a se mover na direção dos tempos heróicos. *Espiral* e não *círculo*, como bem assinalou Collingwood, pois a história em Vico “não se repete, muito embora produza formidáveis analogias, que não podem e que não devem ser desprezadas.” *Apud* LUCCHESI, Marco. “Monumental Afresco da História”. Introdução à obra VICO, Giambattista. *A Ciência Nova*. Rio de Janeiro, Record, 1999, pp. 20-21.

história ideal e eterna nas histórias particulares de cada nação seria inequívoca, e nenhuma história particular poderia separar-se, em nenhum momento ou evento, da sucessão providencial dos períodos.

A “Providência Divina” em Vico deve ser concebida como “valor e norma” universais inscritos no homem, sustentando e ordenando o curso da história humana. Porém, os acontecimentos ou a história humana não se ajustariam totalmente a esses valores e normas universais, já que o homem, devido ao “pecado original”, agiria de maneira contrária ao “estipulado”. Todavia, em determinadas circunstâncias, por motivos de “utilidade”, o homem seria levado a seguir essa natureza divina, momento em que tanto a história ideal e eterna como a história humana estariam em plena harmonia, como podemos perceber na citação abaixo quando Vico defende um “direito natural” e, ao mesmo tempo, “divino”, pois seria concedido por Deus⁵¹⁵:

“(…) aprestam-se, por parte dos homens, as adorações com sacrifícios e outras divinas honras; mas não o contemplaram pela parte que era mais própria dos homens, cuja natureza possui esta principal propriedade: de serem sociáveis. Provendo Deus esta propriedade, ordenou e dispôs as coisas humanas, que os homens, decaídos da íntegra justiça pelo pecado original, tencionando, contudo, agir de forma diversa e freqüentemente contrária [do estipulado], motivo pelo qual, a fim de servirem ao útil, viviam na solidão como ferozes animais – por aquelas mesmas suas diferentes e contrárias vias, viram-se impelidos pela utilidade, na condição própria de homens, a viver com justiça e a conservar-se em sociedade, celebrando, pois, sua natureza sociável; a qual, ao longo desta obra, há de se demonstrar ser a verdadeira civil natureza do homem, existindo, portanto, um direito natural.”⁵¹⁶

Conforme o filósofo, somente na relação com a providência o homem teria a capacidade de produzir o mundo da história. Portanto, embora a noção de “providência divina” estivesse inserida numa tradição cristã, haja vista a defesa apaixonada da função cívica da religião que Vico faz na conclusão da *Science Nouvelle*, o autor defendia a tese de que o homem é o próprio criador do mundo social e ao historiador cabia estudar os fatos humanos em suas origens, a fim de descobrir o sentido da evolução da humanidade:

⁵¹⁵ Para Isaiah Berlin, a noção de “Providência Divina” em Vico seria desconhecida dos homens, porém, orientaria as finalidades dos indivíduos e das sociedades. Todavia, como nota, essa idéia seria ignorada por Michelet.

“Motivo pelo qual esta Ciência descreve, igualmente, uma história ideal eterna, na qual correm no tempo as histórias de todas as nações em seus inícios, progressos, estados e fins. Antes, adiantamo-nos a afirmar que aquele que meditar esta Ciência acaba por narrar a si mesmo essa história ideal eterna – pois este mundo de nações foi certamente feito pelos homens (...) e, por isso, devendo encontrar a forma dentro das modificações de nossa própria mente humana – segundo a prova acima ‘teve, tem e terá’, que ele mesmo as faça; pois que quem faz as coisas deve ele próprio narrá-las, e, assim, pois, não pode ser mais certa a história.”⁵¹⁷

Logo, Vico via a história como um processo gradual de “humanização do homem”, idéia que Michelet foi buscar no precursor italiano como forma de legitimar sua visão de história organicista e coletiva:

“As outras ciências se ocupam em guiar o homem e o aperfeiçoar, mas nenhuma tem ainda por objeto o conhecimento dos princípios da civilização de onde todas elas saíram. A ciência que nos revelaria seus princípios, também nos colocaria o caminho que percorrem os povos em seus progressos e em sua decadência, calculando os anos de vida das nações. Nesse caso, se conheceria os meios pelos quais uma sociedade pode se elevar ou retomar o mais alto grau da civilização que ela for capaz; então estariam de acordo a teoria e a prática, os espertos e os sábios, os filósofos e os legisladores, a sabedoria da reflexão juntamente com a sabedoria instintiva; e não se perderia os princípios desta ciência da *humanização* (...)”⁵¹⁸

⁵¹⁶ VICO, Giambattista. *A Ciência Nova*, *op. cit.*, p. 139.

⁵¹⁷ *Ibid.*

⁵¹⁸ No original: “Les autres sciences s’occupent de diriger l’homme et de le perfectionner; mais aucune n’a encore pour objet la connaissance des principes de la civilisation d’où elles sont toutes sorties. La science qui nous révélerait ces principes, nous mettrait à même de mesurer la carrière que parcourent les peuples dans leurs progrès et leur décadence, de calculer les âges de la vie des nations. Alors on connaîtrait les moyens par lesquels une société peut s’élever ou se ramener au plus haut degré de civilisation dont elle soit susceptible, alors seraient accordées la théorie et la pratique, les savans et les sages, les philosophes et les législateurs, la sagesse de réflexion avec la sagesse instinctive; et l’on ne s’écarterait des principes de cette science de l’*humanisation* (...)” MICHELET, Jules. “Discours sur le système et la vie de Vico”. VICO, Jean-Baptiste. *Principes de la Philosophie de l’Histoire*. Traduits de la *SCIENZA NUOVA* et précédés d’un discours sur le système et la vie de l’auteur par JULES MICHELET. Paris, Armand Colin, 1963, p. XXII. Grifo do autor.

Capítulo 4

O “POVO” DE MICHELET: SUJEITO E NARRADOR DA HISTÓRIA

I

“A grandeza da história está em carregar seu julgamento sobre todas as paixões, em formar um julgamento de equidade, que permanece. O caminho que proponho aqui é o da via cristã, é o de me ocupar desses heróis sofredores sobre os quais marcham as grandes personalidades. (...) Meu herói é o povo, os homens essenciais à história. Tal é o método que pode fundar a ciência e a unificar.”

JULES MICHELET⁵¹⁹

Cabe-nos aqui analisar como o “povo” foi instituído enquanto sujeito histórico no momento da Revolução Francesa, na tentativa de identificar uma *política de enunciação* em Jules Michelet que, ao fundar e materializar uma imagem na História, como a do “povo” que se uniria no dia 14 do mês de julho de 1789 em direção à concretização de suas aspirações políticas e sociais, transformando-se no agente da História e de seu destino, constrói um discurso que pretende ser a língua e a escrita desse povo.

Em *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*⁵²⁰, Hobsbawm se propõe reconstruir a trajetória da percepção intelectual e política deste acontecimento nos séculos XIX e XX, afirmando que houve uma variação, em grande parte por razões políticas e ideológicas, do modo como a Revolução foi lida à medida que as pessoas a reviam, ao longo dos

⁵¹⁹ No original: “La grandeur de l’histoire, c’est de porter son jugement sur toutes les passions, de former un jugement d’équité, qui reste. La voie que je propose ici, c’est la voie chrétienne, c’est de m’occuper de ce héros souffrant sur lequel marchèrent les grandes figures. Mon héros, c’est le peuple, les hommes essentiels à l’histoire. Telle est la méthode qui peut fonder la science et l’unifier.” MICHELET, Jules. “Mon enseignement éclaircit l’histoire. Sixième leçon (lundi 23 janvier 1840)”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. I (1838-1844), 1995, p. 362.

⁵²⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Do mesmo autor, ver *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção “Leitura”, 1996 e *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

dois séculos que se seguiram a 1789, apesar de algumas noções sobre ela continuarem geralmente aceitas⁵²¹. Conforme o autor, quaisquer que fossem as teorias sobre as origens da Revolução, ela seria comumente considerada um episódio de significado profundo e sem paralelo na história do mundo moderno:

“(…) podemos assumir que as pessoas no século XIX – pelo menos as pessoas letradas – consideravam a Revolução Francesa sumamente importante, um acontecimento, ou uma série deles, de tamanho, escala e impacto sem precedentes. Essa consideração não se devia apenas às conseqüências históricas enormes que pareciam óbvias aos observadores, mas também à natureza espetacular e peculiarmente dramática daquilo que aconteceu na França e, através da França, na Europa e ainda além, nos anos que se sucederam a 1789.”⁵²²

Para Hannah Arendt, esse aspecto fundador do moderno conceito de revolução, segundo ela “inextricavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar”⁵²³, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII, a Revolução Americana e a Francesa. No seu entender, para a compreensão dessas revoluções é fundamental que a idéia de liberdade e a experiência de um novo começo sejam coincidentes.

⁵²¹ *Pensando a Revolução Francesa* também é uma reflexão sobre o significado da revolução de 1789 e de como ela foi pensada através dos tempos. Nela, Furet opõe-se à tradição de história comemorativa, que remonta a Jules Michelet, e recupera a história conceitual, cujo paradigma se encontra em Alexis de Tocqueville, que ele considera como “um dos únicos historiadores a propor uma conceitualização rigorosa da Revolução Francesa”. FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Kaplan, por sua vez, revisa os debates em torno da comemoração do bicentenário da Revolução e reconstrói eventos que fazem parte da comemoração oficial. Ele faz uma história do “gerenciamento da memória” e suas conseqüências sociais e políticas, sobretudo no que tange a possibilidade e a necessidade moral de se comemorar este evento, bem como as dificuldades envolvendo a celebração deste que representou uma ruptura violenta na história da França. KAPLAN, Steven Laurence. *Farewell, Revolution. Disputed Legacies. France, 1789-1989*. London, Cornell University Press, 1995.

⁵²² HOBBSAWM, Eric J. *Ecos da Marselhesa...*, *op. cit.*, pp. 20-21.

⁵²³ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª ed., São Paulo, Ática/UnB, 1989, p. 23. Apesar das conhecidas críticas de Hobsbawm ao trabalho de Hannah Arendt, não podemos deixar de reconhecer que, para ambos, o acontecimento revolucionário tem um significado marcante, no qual a Revolução Francesa representaria um paradigma para as revoluções sociais futuras. HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, sobretudo pp. 201-208.

A autora afirma que no dia 14 de julho de 1789 a palavra *revolução* teria sido usada pela primeira vez quando, informando ao rei Luís XVI sobre a tomada da Bastilha, o duque de La Rochefoucauld-Liancourt anuncia que está acontecendo uma “revolução”, ou seja, algo irrevogável, que escapa ao poder humano e que, portanto, obedece às suas próprias leis: “Por trás dessas palavras, podemos ainda ver e ouvir a multidão em marcha, o seu avanço avassalador pelas ruas de Paris, que ainda era, nessa época, não apenas a capital da França, mas de todo o mundo civilizado”⁵²⁴. Esta imagem do movimento das multidões se forma no texto de Arendt unindo o “populacho” ao “povo” que se rebelava em nome da “liberdade”, acentuada com frases como a de que a multidão de pobres e oprimidos pela primeira vez se apresentava à luz do dia, a mesma multidão que nos séculos anteriores tinha estado oculta na obscuridade e na degradação. Forma-se, assim, uma representação estética do novo significado da revolução, entendida como “tempestade”, “majestosa corrente de lavas”, “ondas tumultuosas”, metáforas usadas para enfatizar a noção de um “movimento irresistível”.

Esse caráter de “instauração de uma nova era” está associado à Revolução Francesa por grande parte de seus intérpretes que elegem o ano de 1789 como a data de nascimento, o ano zero do novo mundo fundado na igualdade ou, em outras palavras, a linha divisória do tempo que separaria o Antigo Regime do novo, a desigualdade entre os homens e a monarquia absoluta dos Direitos do Homem e da soberania popular. Nesse sentido, a Revolução Francesa seria apresentada como o ato inaugural, fundador do mundo contemporâneo⁵²⁵.

Entre os estudiosos da Revolução, segundo Hobsbawm, também não havia desacordo a respeito da crise na velha monarquia que, em 1788, levaria os Estados Gerais – a assembléia que representava os três estados do reino: o clero, a nobreza e o resto, o “Terceiro Estado” – a serem convocados pela primeira vez desde 1614. Como indica, a partir do momento em que foram estabelecidos os marcos políticos principais continuariam inalterados: a transformação dos Estados Gerais, ou preferencialmente do “Terceiro Estado”, na Assembléia Nacional; os atos que

⁵²⁴ ARENDT, Hannah, *ibid.*, pp. 38-39.

⁵²⁵ Vovelle compartilha a idéia de que a Revolução, ultrapassando os limites da história da França, marca uma viragem radical e irreversível na história do mundo, não só por aquilo que destruiu mas, sobretudo, por aquilo que edificou e anunciou: a Revolução da Liberdade e da Igualdade, servindo de modelo e inspiração a todas as grandes revoluções nacionais do século XIX. VOVELLE, Michel (org.). *França Revolucionária (1789-1799)*. São Paulo, Brasiliense, 1989 e *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa, Presença, 1986. A esse respeito, ver as proposições de FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de

terminariam com o Antigo Regime, como a prisão real e a tomada da Bastilha no dia 14 de julho de 1789; a desistência, pela nobreza, de seus direitos feudais em 4 de agosto; a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*⁵²⁶; a transformação da Assembléia Nacional em uma Assembléia Constituinte que, entre 1789 e 1791, revolucionaria a estrutura administrativa e a organização do país, esboçando a primeira das quase vinte constituições da França moderna, uma monarquia liberal constitucional⁵²⁷.

Como seus sucedâneos marxistas, Hobsbawm assinala que o período de 1770 a 1848 foi agitado por revoluções que teriam como causa geral a própria estrutura da sociedade, o desenvolvimento político e as conjunturas políticas do tempo. A “idade do absolutismo”⁵²⁸, que se estenderia de 1660 a 1815, segundo o autor, caracteriza-se pelos governos fortes, assentados sob o absolutismo monárquico, e seria justamente contra esse princípio absolutista que iriam atuar as idéias e os programas políticos dos revolucionários do século XVIII⁵²⁹:

Janeiro, Nova Fronteira, 1989 e GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa: mitos e interpretações*. São Paulo, Perspectiva, 1970.

⁵²⁶ *La Déclaration des droits de l’homme et du citoyen du 26 août 1789*, apresentada por Blandine Barret-Kriegel em *Les droits de l’homme et le droit naturel*. Paris, Quadrige/PUF, 1989, pp. 103-106.

⁵²⁷ No ensaio intitulado “Direitos do Homem”, Marcel Gauchet procura demonstrar que os franceses queriam consagrar as liberdades individuais, mas também tinham de estabelecer, numa posição difícil, um poder conforme a ordem dos indivíduos. Para ele, a *Declaração*, além de representar o sustentáculo simbólico, significou a solução da complicada equação que se ergueu diante dos constituintes de 1791: tratava-se de estabelecer um poder novo *no interior* do antigo poder, ou seja, era necessário conciliar a instauração da legitimidade nacional com a manutenção e o respeito pela legitimidade monárquica. Gauchet acredita que esse difícil equilíbrio entre uma preocupação fundadora e uma preocupação protetora teria singularizado a obra francesa, na qual o desvio pelo fundamento teria tido a virtude de permitir assentar a autoridade da representação coletiva, evitando a confrontação direta com a autoridade dinástica. Em suma, a idéia de fundar um novo poder seria radical quanto ao conceito, permanecendo moderada na prática; satisfaria as exigências de regeneração, mas sem chocar de frente com os poderes estabelecidos. E foi em função dessa lógica, segundo Gauchet, que se operaria o encontro com Rousseau, no qual a “vontade geral” triunfaria, pois teria poupado o lugar de um rei, ao mesmo tempo que oferecia a versão mais radical da criação de uma legitimidade coletiva a partir dos indivíduos: “A vontade geral se impôs como tradução em ato da soberania da nação, sua *generalidade* correspondendo justamente à *impessoalidade* requerida pelo governo em nome da individualidade coletiva. Ao mesmo tempo, por fim, em que ela cobriu com um nome adequado as diferentes faces do poder social, respondeu à urgência mais intensamente vivida, a da dissolução do universo das dependências e dos privilégios. À ligação orgânica dos seres e ao comando das pessoas, ela substituiu o reino da lei, quer dizer, o modo de relação entre os indivíduos em que a *obrigação* respeita o seu *desligamento* primordial.” GAUCHET, Marcel. “Direitos do Homem”. FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa, op. cit.*, pp. 683-684. Grifos do autor.

⁵²⁸ Ver, por exemplo, BELOEF, Max. *The Age of Absolutism, 1660-1815*. New York, Harper Torchbooks, 1962.

⁵²⁹ De acordo com Hobsbawm, o golpe de Estado de 18 de brumário do ano VIII (09/11/1799) teria estabelecido um regime autoritário apoiado na força militar, desencadeando um novo processo de consolidação da Revolução Francesa perante os Estados europeus. Como demonstra, as guerras empreendidas por Napoleão Bonaparte faziam parte desse desenvolvimento político-militar que levaria os exércitos da França a enfrentarem as forças coligadas da Inglaterra, da Áustria, de Nápoles e dos Estados satélites que dependiam dos aliados. Vale notar que durante o seu governo, as vitórias e as derrotas, a guerra e a paz contribuíram para transformar o panorama político europeu com a emergência de novos Estados nacionais inspirados, de um lado, nas idéias revolucionárias e, de outro, nas tradições

“A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade ‘*burguesa*’ liberal; não da ‘economia moderna’ ou do ‘Estado moderno’, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países [a Revolução Industrial e a Revolução Francesa] e que dali se propagou por todo o mundo.”⁵³⁰

Na visão de Lefebvre, também historiador de filiação marxista, uma grave crise econômica, que vinha se alastrando durante anos, comprometendo seriamente a estabilidade do regime, teria agido favoravelmente para o sucesso da Revolução, atirando burgueses e camponeses contra a nobreza monopolizadora dos cargos e das grandes propriedades de terras⁵³¹. A multiplicidade dos impostos e as más colheitas que se acumularam, bem como “a grande seca de 1785”, na concepção do autor, teriam arruinado o campesinato francês que, sobretudo a partir de julho de 1789, passaria a hostilizar abertamente a aristocracia. Com a destituição de Necker, a rebelião explodiria com violência no dia 14 e se alastraria por toda a França, na qual o povo se colocaria contra os poderes municipais, exigindo a abolição do regime de privilégios, a igualdade perante os impostos e a supressão dos dízimos:

“O recurso à força armada transformou o conflito das ordens em uma guerra civil que, estabelecendo à Revolução o caráter de uma mutação brusca, lhe conferiu uma alçada cuja amplitude ultrapassava as intenções primitivas e as previsões da burguesia. A intervenção popular, que provocou o desmoronamento súbito do Antigo Regime social, havia sido preparada pela mobilização gradual das massas sob a

culturais e populares despertadas em nacionalidades que haviam recém-descoberto a sua consciência nacional e ambicionavam um lugar de destaque no cenário mundial.

Os períodos conturbados de 1820-21, 1830 e 1848, conforme Hobsbawm, teriam atingido os grandes impérios e ameaçado a sua integridade. Restaurar a Europa, após os eventos de 1789 a 1815, ficava realmente difícil, já que o período trouxera de volta a monarquia e o princípio dinástico que atraíam as forças de maior oposição contra si. Ademais, como evidencia o historiador, os anos de 1815-16 não foram favoráveis às colheitas e os resultados se fizeram sentir em todos os setores da vida econômica, provocando uma depressão geral: desemprego, altos impostos, falência de bancos e muitas companhias comerciais. Desse modo, a crise econômica que afeta a maior parte da Europa no século XIX teria aparecido nessa época e explicaria o porquê da revolução de 1830 não ter se limitado à França. HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*, op. cit.

⁵³⁰ *Ibid.*, p. 17. Grifos do autor.

⁵³¹ Para saber mais a respeito da crise financeira que assolava a monarquia francesa em fins do século XVIII, ver FLORENZANO, Modesto. *As Revoluções Burguesas*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 32 e seguintes.

influência simultânea de uma crise econômica e da convocação dos Estados gerais: estas duas causas se combinaram para criar uma mentalidade insurrecional.”⁵³²

Como bem nos mostra Maria Stella Bresciani, até meados do século XIX o homem pobre era considerado, sobretudo pelos pensadores liberais ingleses e iluministas na França, alguém destituído das qualidades para reclamar seus direitos em virtude de não possuir nenhuma propriedade além de seu corpo e de sua capacidade de trabalho; um ser incapaz de raciocínio, amoral, sem lugar e sem voz nos assuntos políticos. O privilégio da participação política ficava restrito aos proprietários na condição de portadores dos conhecimentos intelectuais e morais necessários:

“Nessa representação da sociedade, a noção de *cidadania* só se aplica em sua acepção plena aos homens livres porque proprietários; eles ultrapassam o campo dos direitos civis e por suas propriedades, expressão de moralidade e racionalidade completas, apresentam-se como pessoas aptas para a atividade política. A cidadania para a mulher está ausente dessa representação, já que ela é pensada como parte da humanidade *naturalmente* presa ao domínio do privado, à esfera das atividades destinadas à reprodução da espécie.”⁵³³

⁵³² LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo, Ibrasa, 1966, p. 120. Para Lefebvre, assim como para Hobsbawm, opondo à nobreza a igualdade de direitos, e abrindo, simultaneamente, pela liberdade econômica, a carreira ao capitalismo, a própria burguesia francesa teria preparado um movimento de idéias e uma transformação social que terminaria por caracterizar uma nova época na história. Nesse sentido, a Revolução de 1789 não chegaria ao fim, verdadeiramente, senão em 1830, quando, tendo levado ao trono um príncipe que aceitava seus princípios, os notáveis tomaram posse da França. Do autor, conhecido como o fundador de uma abordagem moderna da história das mentalidades revolucionárias, na qual valoriza a autonomia da ação camponesa em relação ao projeto burguês, ver também *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1989; *Napoleon*. Paris, PUF, 1953 e *La Grande Peur de 1789, suivi Les Foules Révolutionnaires*. Paris, Armand Colin, 1988.

Na senda de Lefebvre, a renovação e a continuidade de uma história marxista da Revolução encontram-se, no pós-guerra, nas obras de Ernest Labrousse e de Albert Soboul. Labrousse analisa as sociedades urbanas na véspera e no decurso da Revolução, eco e continuação da sua precedente investigação do mundo camponês. LABROUSSE, Ernest. *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris, PUF, 1990. Com registro diferente, Soboul também se apresenta como historiador da Revolução urbana, verificando-se, na sua tese sobre *os sans-culottes parisienses no ano II*, o encontro da história política e da história social. Com ele se encerraria o processo de transformação, iniciado por Aulard e Mathiez, da historiografia revolucionária numa história não das personalidades mas das massas em ação, ou seja, que não se pode conceber a não ser baseada na realidade social das classes. SOBOUL, Albert. *Les sans-culottes parisiens en l'an II: mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire (1793-1794)*. Paris, Seuil, 1979; *Précis d'histoire de la Révolution française*. Paris, Éd. Sociales, 1972 e *La civilisation et la Révolution française*. Paris, Arthaud, 1978. Importa ressaltar que nesses três estudos de inspiração marxista os autores procuraram analisar a dinâmica revolucionária, principalmente, através da participação das camadas pobres e populares do campo e das cidades.

⁵³³ BRESCIANI, Maria Stella M. “A Mulher e o Espaço Público”. *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zaro/ FAPESP, 1992, p. 70. Grifos da autora.

Para esses teóricos, a possibilidade futura e, talvez, inelutável de integrar os pobres ao corpo político da nação exigia, num primeiro momento, a introjeção dos valores morais burgueses em meio à população pobre através da atividade pedagógica da fábrica, da igreja e da escola, e depois o conhecimento dos seus propósitos mais íntimos, já que esse ser instintivo e semi-racional era tido como um “bárbaro”, um ser diferente do homem bem-nascido, o único considerado livre no pleno sentido da palavra. Contudo, esse otimismo esclarecido se dobraria à necessidade de reconhecer a força e a emotividade presentes na “multidão de pobres” que irrompe no espaço público da Revolução Francesa reivindicando, para além de pão e vestimenta, a legitimidade de sua cidadania⁵³⁴. É nas ruas de Paris que o lado sombrio humano vai se expor com o surgimento dos pobres na cena revolucionária, mas é aí também que se formará a imagem da união fraternal do povo que, reunido em corpo de nação, vai lutar por seus direitos e por uma república justa e democrática.

As imagens elaboradas pelo inglês Thomas Carlyle, na primeira metade do século XIX, referentes ao período da Revolução Francesa, são muito expressivas do temor à perda do controle da multidão:

“Êste enorme movimento insurrecional, que nós comparamos a um transbordamento do Tofet e do Abismo, varreu a realeza, a aristocracia e a vida dum rei. A questão é agora, que fará a seguir; como se formará daqui em diante? Firmar-se-á num reinado de lei e liberdade, de acôrdo com os hábitos, as persuasões e os esforços que a classe respeitável, a classe educada e endinheirada, prescreve? Isto é: o fluxo de lava vulcânica, que brotou da maneira descrita, explodirá e ocorrerá de acôrdo com a fórmula girondina e o sistema preestabelecido pela filosofia? (...) No entretanto, não será melhor profetizar que, como não resta nenhuma força externa, real ou outra, que possa dirigir êste movimento, o movimento seguirá um curso seu próprio; provavelmente um curso muito original?”⁵³⁵

⁵³⁴ Através dos binômios civilizado-bárbaro, razão-instinto, podemos escutar os ecos de discussões em torno da noção de cidadania, discussões essas acontecidas nas sessões da Assembléia Constituinte francesa dos anos 1789-1791: racionalidade incompleta e moral mal-formada, características atribuídas ao pobre e à mulher pelo pensamento das Luzes na França, argumentos utilizados para fazer desses dois personagens cidadãos passivos no âmbito da política. Nas descrições que vão do indivíduo para a multidão, todas as características regressivas do homem em coletividade se transferem para a “alma coletiva”. Esta idéia encontra-se plenamente desenvolvida em BRESCIANI, Maria Stella M. “Da Perplexidade Política à Certeza Científica: Uma História em Quatro Atos”. *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 12, nº 23/24, set. 1991/ago. 1992, pp. 31-53.

Ao associar a noção de algo imprevisível, que oriunda da parte inferior da região da ordem, de algo “caoticamente destrutivo e autodestrutivo”, ao entendimento particular que vinte e cinco milhões de franceses abatidos pela fome, pela nudez e pelo pesadelo da opressão têm das palavras *Liberté*, *Egalité* e *Fraternité*, Carlyle constrói uma imagem que vai marcar o pensamento no século XIX: a “multidão revolucionária”, o populacho que transforma a cidade de Paris num palco onde se encena o espetáculo de uma revolução permanente⁵³⁶.

Na análise de Bresciani⁵³⁷, a intenção de Carlyle ao escrever *The French Revolution, a history*, em 1837, foi a de sensibilizar os ingleses, e talvez o mundo todo, para o desafio que representava para a cultura européia e para a sociedade civilizada a emergência dos *homens pobres* na cena política, exigindo pão, açúcar, sabão, roupas e tudo o mais ligado à sobrevivência da espécie. Nas palavras da autora:

“Em seu livro sobre a Revolução Francesa, a imagem da multidão emergindo das cavernas possui as cores sombrias do romantismo, o que lhe acentua o poder de persuasão. Essa imagem desvenda e expõe o lado não iluminado da sociedade: pessoas desprovidas das luzes do conhecimento, avançando sempre de modo avassalador, emitindo sons inarticulados; e isto, após terem vivido na escuridão da ignorância desde tempos imemoriais.”⁵³⁸

Numa descrição minuciosa do dia-a-dia revolucionário, Carlyle afirma que os trabalhadores, ou seja, “as pessoas que contribuem diariamente para a edificação da sociedade”, haviam abdicado da espera pacífica e silenciosa do reconhecimento que mereciam. Reunidos aos milhares, eles haviam se transformado nas “multidões” ou, na expressão francesa, na “*foule canaille*” que, ao procurar atender suas necessidades vitais, assumiam a imagem de uma força cega e irredutível:

⁵³⁵ CARLYLE, Thomas. *História da Revolução Francesa*. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1962, p. 585.

⁵³⁶ Segundo Hannah Arendt, a expressão “*révolution en permanence*” foi criada por Proudhon em meados do século XIX e, com ela, a idéia de que nunca houve várias revoluções, mas apenas uma, única e perpétua. ARENDT, Hannah, *op. cit.*, p. 41.

⁵³⁷ BRESCIANI, Maria Stella M. “Carlyle: A Revolução Francesa e o Engendramento dos Tempos Modernos”. BORGES, Vavy Pacheco e BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Revista Brasileira de História: Reforma e Revolução*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 10, nº 20, mar./ago. 1990, p. 102 e seguintes.

⁵³⁸ BRESCIANI, Maria Stella M. “Da Perplexidade Política à Certeza Científica: Uma História em Quatro Atos”, *op. cit.*, p. 40.

“(…) a Revolução Francesa significa aqui a rebelião aberta e violenta, e a vitória da anarquia desaprisionada contra a autoridade gasta e corrupta; mostrando-nos como a anarquia quebra os ferros da prisão; surge ebuliente das profundidades infinitas, e furiosamente arremete, incontrolável, desencadeando suas tempestades.”⁵³⁹

O autor defende a tese da distância dos aristocratas, dos filósofos, do rei e sua corte que, desejosos de governar os negócios da França e conservar seu modo de vida, mostravam-se incapazes de escutar o ruído de milhares de miseráveis que deixavam suas montanhas e cavernas milenares à procura da satisfação de suas necessidades básicas. Os desencontros entre a nobreza despreocupada, a linguagem ininteligível dos filósofos nos salões e o mudo crescimento da revolta das “massas” sustentam a visão de Carlyle sobre o absurdo da situação: às petições da multidão de pobres a corte respondia com esmolas e os filósofos com suas análises, não se dando conta da iminência do assalto de “vinte milhões de faces desfiguradas” pelo sofrimento, injustiça e trabalho pesado⁵⁴⁰.

Seu argumento prossegue com a demonstração de que foi sob o império da “necessidade” que a multidão saiu em defesa da “liberdade” levando seu apoio à Revolução: a imagem dos milhares de pobres e famintos que emergem das mais antigas e profundas cavernas, emitindo sons dissonantes, revelando o lado obscuro, sem luz e irracional da civilização, e que, em nome da urgência do processo vital, sacrificam a liberdade em direção à anarquia, num primeiro momento, e depois à tirania da ditadura armada de Napoleão Bonaparte, é composta para justificar a eclosão de um movimento que deveria mobilizar os homens de entendimento e razão em torno da defesa da ordem e do mundo civilizado.

A partir dessa premissa, Carlyle conclui que os acontecimentos dos anos revolucionários na França, bem como os movimentos operários ingleses que nos anos 1830 e

⁵³⁹ CARLYLE, Thomas, *op. cit.*, p. 185.

⁵⁴⁰ Ao elaborar uma teoria explicativa acerca da mudança de sentido na trajetória da Revolução Francesa, resultante da pressão das multidões sobre os homens de letras, Carlyle se anteciparia aos pensadores que formulam uma “psicologia das multidões” no final do século XIX. Sobre os teóricos das multidões, ver COCHART, Dominique. “As Multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos sobre Psicologia das Multidões”. BORGES, Vavy Pacheco e BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Revista Brasileira de História: Reforma e Revolução, op. cit.*, pp. 113-128. Este artigo foi originalmente publicado na revista *Recherches de Psychologie Sociale*, v. 14, 1982.

1840 alcançam a importância de um movimento como o Cartismo⁵⁴¹, instauram uma era completamente nova para as pessoas ricas sem que elas tivessem se dado conta, cegas que estavam pelo apego aos preconceitos tradicionais⁵⁴². Assim, ao considerar o desprezo e/ou a cegueira do governo e dos proprietários ingleses frente ao avanço do movimento operário, Carlyle procuraria advertir a Inglaterra para não seguir o exemplo da França, sob o risco de derruir sua própria sociedade.

Com relação ao fim de um sistema social envelhecido e o começo de uma nova era de desafios desconhecidos, autores como Edmund Burke e Thomas Paine acompanhariam os acontecimentos franceses iniciados em 1789, registrando seus entusiasmos e suas apreensões conforme sua posição política face à situação política da própria Inglaterra.

Edmund Burke, cujas *Reflexões sobre a Revolução em França* foram publicadas pela primeira vez em novembro de 1790, via com receio os eventos revolucionários, que para muitos significavam o advento de um novo tempo de liberdade:

“É impossível não admirar o espírito, mas a velha ferocidade parisiense explodiu de uma forma assustadora. É verdade que isso pode ser meramente uma explosão súbita... mas se isso tiver um caráter básico, ao invés de simples explosão, então esse povo não está preparado para a liberdade, devendo, assim, ser governado por uma mão forte como aquelas de seus antigos senhores. O homem deve ter uma certa dose de moderação para poder ter liberdade, para que ela não se torne nociva e prejudicial ao corpo social.”⁵⁴³

⁵⁴¹ De acordo com Dorothy Thompson, o Cartismo foi um movimento reformista de emancipação operária que estimulou a vida política britânica sobretudo entre os anos de 1837 a 1850. Em *The Chartists*, a autora atenta para a “Carta do Povo”, lançada em maio de 1838, na qual os cartistas reclamavam o sufrágio universal para os homens, o escrutínio secreto, parlamentos anuais, a abolição da qualificação pela propriedade para o membro do Parlamento e distritos eleitorais iguais, exigências que, especialmente a partir de 1839, foram seguidas de campanhas de petições, greve geral e tumultos até o enfraquecimento gradual do movimento após sua divisão em uma facção intransigente, controlada por O’Connor, e uma mais moderada, conduzida por W. Lovett. Uma nova chama, já nos anos 1850, teve curta duração e o movimento sucumbiu, apesar de muitos cartistas tornarem-se posteriormente ativos na política radical. THOMPSON, Dorothy. *The Chartists. Popular Politics in the Industrial Revolution*. New York, Pantheon Books, 1984. A respeito do Cartismo, ver também, da mesma autora, *Outsiders: Class, Gender and Nation*. London, Verso, 1993 e ROYLE, Edward. *Chartism*. 3ª ed., London, Longman, Seminar Studies in History, 1996.

⁵⁴² É importante observar que o conjunto das obras de Carlyle particulariza-se na época em que aparece por relacionar a imagem da turba revolucionária com a presença ameaçadora da classe operária inglesa. Em seu ensaio *Chartism*, de 1840, o autor agrega a imagem das multidões da Revolução Francesa àquela submetida à indústria na Inglaterra, para elaborar uma representação paradigmática do início dos tempos modernos. Este estudo pode ser encontrado em *Thomas Carlyle, Selected Writings*. London, Penguin, 1980, uma coletânea de textos do escritor.

Com vistas a impedir a propagação dos princípios revolucionários, Burke faz uma crítica ao novo regime francês que, segundo ele, queria destruir todos os direitos consagrados pela tradição, como confiscar a propriedade, assolar a Igreja, a nobreza, a família, os costumes e a veneração aos ancestrais, em nome de uma renovação total e radical no espírito⁵⁴⁴. Na sua opinião, a doutrina revolucionária é a expressão do “mal encarnado”: “Aqueles que fizeram o 14 de julho são capazes de fazer qualquer mal. Eles não cometem crimes para obter seus fins, mas fabricam fins para cometerem crimes. Não é a necessidade, mas a natureza que os leva a isso”⁵⁴⁵.

Após dissecar os numerosos crimes e injustiças cometidos no início do frêmito revolucionário, Burke conclui suas *Reflexões* com os famosos “Conselhos aos ingleses”, onde alia a precaução e a prudência às mudanças constitucionais que deveriam ser reformadas na mesma medida que conservadas:

“Eu desejo que meus compatriotas, quaisquer que sejam eles, recomendem aos nossos vizinhos para que sigam o exemplo da Constituição Britânica e que não venham a tomar a deles como exemplo para melhorar a nossa. Possuem nesta última um tesouro inestimável. Sem dúvida eles não deixam de ter razões para temerem e recriminarem; mas são as suas próprias condutas e não a constituição que devem atar-se. Sustento que nossa situação privilegiada deve-se à nossa constituição (...) nosso povo encontrará na defesa do que possui matéria onde empregar um espírito verdadeiramente patriótico, independente e livre. Sem dúvida, não rejeito as mudanças; mas gostaria que as mudanças fossem feitas com o intuito de conservar (...) devemos conservar o que deixaram [nossos ancestrais] e, mantendo-nos no sólido terreno da Constituição Britânica, podemos admirar, sem contudo, procurar seguir, o vôo desesperado dos aeronautas franceses.”⁵⁴⁶

O espanto de Burke ao ver os franceses se desviarem de uma tradição profusa em troca da nudez das instituições erigidas sobre uma “tábula rasa” foi criticado por Thomas Paine em *The Rights of Man*, onde julga “o panfleto do Sr. Burke possuidor de flagrantes deturpações:

⁵⁴³ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. 2ª ed., Brasília, UnB, 1997, p. 05.

⁵⁴⁴ Para José Guilherme Merquior, “as *Reflexões* fundam o pensamento conservador [de Burke]: apologia da tradição razoável, contra o irrealismo da razão radical.” MERQUIOR, José Guilherme. “O Repensamento da Revolução”. FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, op. cit., p. XXXVI.

⁵⁴⁵ Carta a um membro da Assembléia Nacional (1791). Works II, p. 534. *Apud* Connor Cruise O’Brien na introdução ao livro de BURKE, Edmund, op. cit., p. 25. Além dessa obra, escreveram em apoio às idéias contra-revolucionárias o suíço Mallet du Pan e os franceses De Bonald e Joseph De Maistre.

⁵⁴⁶ BURKE, Edmund, op. cit., pp. 221-222.

além de ser um ultraje à Revolução Francesa e aos princípios da Liberdade, era uma imposição ao resto do mundo”⁵⁴⁷. Publicada nos anos de 1791 e 1792 na Inglaterra, a obra de Paine constitui uma apaixonada defesa da Revolução Francesa e um contundente ataque às posições conservadoras expostas por Burke, sobretudo ao condenar os privilégios hereditários e as estruturas sociais tradicionais que contrariavam a implantação da liberdade e da igualdade entre os homens.

A tradição do Direito natural, divulgada por Paine, considera que os indivíduos nascem com certos direitos inalienáveis, tais como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, que não devem ser restringidos por motivo algum. De acordo com os liberais dessa tendência, a finalidade do governo é garantir a segurança desses direitos e a proteção aos indivíduos dos vícios morais, sob o risco de ser afligido por uma rebelião legítima que reclamasse o cumprimento desse propósito. Por esse motivo, a vida de Paine teria se orientado por um único e obstinado desígnio: a construção de uma sociedade de homens livres, mesmo que para tanto fosse necessária uma revolução nos costumes, nas leis, nos pensamentos e no espírito de toda uma geração⁵⁴⁸.

A despeito das análises divergentes, esses homens foram unânimes na avaliação de que uma revolução de conseqüências imprevisíveis havia explodido na Europa de fins do século XVIII a meados do XIX, tida como “romântica”⁵⁴⁹. Carlyle, por sua vez, vai além da simples

⁵⁴⁷ Utilizamos neste trabalho a edição brasileira PAINE, Thomas. *Os Direitos do Homem. Uma Resposta ao Ataque do Sr. Burke à Revolução Francesa*. Petrópolis, Vozes, 1989, p. 30.

⁵⁴⁸ A doutrina do Direito natural, difundida sobretudo por Turgot, Condorcet, Thomas Jefferson e Thomas Paine, foi inspirada nas idéias de John Locke (1632-1704). Em seu tratado sobre o governo civil, de 1689, defende que toda sociedade devia se fundamentar em um contrato entre homens livres, sendo que depois um deles seria designado para executar as leis. No seu entender, os direitos essenciais do homem, como vida, liberdade e propriedade, lhe são imanentes, ou seja, fazem parte do “estado de natureza humana”, anterior à fundação da sociedade pelos indivíduos ligados pelo contrato, e deveriam se manter na vida social. Por isso, os membros da sociedade teriam o direito de depor os governantes que, na condução dos assuntos públicos, desrespeitassem tais direitos individuais inalienáveis. LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo. Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivo do Governo Civil*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1978, pp. 31-131.

⁵⁴⁹ Em “A Arte Romântica”, Walter Zanini estabelece a cronologia do movimento romântico como referente ao período de 1780 a 1848. No entanto, alerta que muitos historiadores alongam sua duração, recuando a 1750 os princípios do movimento ou difundindo sua vitalidade nos anos pós-1850. Para ele, apesar de comum a premissa das subdivisões, como a trilogia formada pelo Pré-Romantismo, o Romantismo e o Pós-Romantismo, a época romântica propriamente dita limita-se entre os anos de 1820 e 1850, sua fase de maior intensidade. ZANINI, Walter. “A Arte Romântica”. GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1985, pp. 185-207. Na concepção de Jacob Guinsburg, o Romantismo, para além de uma configuração estilística, designa uma “emergência histórica” ou um “evento sócio-cultural” que teria revolucionado as idéias, as artes e o modo de pensar da história europeia entre finais do século XVIII e meados do XIX. Segundo o autor, afora uma escola, uma tendência, um sistema, um fenômeno histórico ou um estado de espírito, o Romantismo seria “uma forma de pensar que pensou e se

inscrição da perplexidade, da anotação de uma anomalia na seqüência normal da política, e percebe no movimento das massas populares os sinais de uma nova ordem secular que tem nas multidões o sujeito, ainda que politicamente inconsciente, da história.

Mas ao mesmo tempo que nas ruas da Paris revolucionária surge a imagem da multidão “caótica” de pobres que “emerge do interior da região da ordem” e que deveria despertar o medo e a preocupação das “classes altas” quando da reivindicação de seus direitos naturais, tal como concebida por Carlyle, também aí despontaria a imagem do povo consciente que, unido em corpo de nação, passaria a lutar por seus interesses políticos, contra a miséria, a opressão e a ignorância, movimento este tido como legítimo e, mais que isso, visto como um acontecimento “sagrado”, “espiritual”, que conseguiu unir fraternalmente toda uma nação, como no entender de Jules Michelet.

O surgimento “inesperado e intempestivo” das multidões de pobres no cenário da política no decorrer dos anos revolucionários teria soado como nota destoante de uma teoria que relegava homens pobres e todas as mulheres ao domínio da mera reprodução biológica da espécie, vale dizer, ao império da necessidade, alheio à esfera da ação política. Esses indivíduos, no entanto, que eram livres mas careciam de propriedades protetoras de suas liberdades, passariam a exigir leis que protegessem sua pessoa e sua liberdade pessoal, independente de serem proprietários de bens. Nesse contexto, insistindo que a Revolução não foi apenas um brado de fome, Michelet daria um passo importante para recusar a idéia de que o povo apenas respondeu, “irracional como seu instinto”, a estímulos imediatos e externos, respeitando nele um saber e um pensamento que o teriam movido a lutar por seus ideais. Na sua história, o “povo” deixa de ser um simples populacho e assume os destinos da França que agora se une em torno de objetivos comuns.

Essa imagem da Revolução como o ato fundador do nascimento do “povo” enquanto ator social e sujeito da História é construída por Michelet em sua *Histoire de la Révolution française*, onde a evocação do passado revolucionário estaria vinculada ao heroísmo e ao sacrifício de todo o povo que, encarnando uma vontade antes social que pessoal, se uniria no dia

pensou historicamente”, sobretudo ao se opor à visão teológica medieval, bem como ao racionalismo da época da Ilustração. GUINSBURG, Jacob. “Romantismo, Historicismo e História”, *ibid.*, pp. 13-21.

14 de julho de 1789 em direção à realização de suas aspirações políticas e sociais, dando início a uma grande mudança no pensamento francês⁵⁵⁰.

Como lembra Furet, em 1843 o historiador finaliza o tomo VI de sua *Histoire de France*, com a narração do reinado de Luís XI. Começa então a trabalhar no volume seguinte, e dele já havia redigido a parte relativa a Carlos VIII, quando muda de opinião: põe de lado os três últimos séculos da monarquia francesa e lança-se à história da Revolução. Dedicou-se, durante dez anos, aos cinco anos que separam a reunião dos Estados Gerais da queda de Robespierre. Esses anos seriam o objeto de seis volumes publicados entre 1847 e 1853, sob três diferentes regimes, sendo os dois primeiros em 1847, os três seguintes entre 1848 e 1851 e o último em 1853. Aos olhos de Furet, essa decisão, paradoxal na medida em que o autor escreve o relato da Revolução antes de se consagrar ao das suas origens, decorre do fato de que este evento fazia parte da “atmosfera do momento”:

“Quando Michelet decidiu colocar o estudo da Revolução no programa de seu curso do *Collège de France*, em 1845, acabara de travar, do alto de sua cátedra, de mãos dadas com o amigo Edgar Quinet, a batalha contra as pretensões que tinha a Igreja católica de controlar a Universidade, e os cursos que eles deram sobre e contra os jesuítas incendiaram a opinião pública. Seu ensino mudou de caráter. Menos erudito, tornou-se uma parte da atualidade política, e a questão religiosa ocupava o centro dessa atualidade. Ora, essa questão estava ligada à Revolução Francesa: através da violência da polêmica em curso, o que se colocava era o problema das relações entre o Cristianismo e a democracia moderna.”⁵⁵¹

⁵⁵⁰ Em relação ao “povo” como agente transformador da História, Michelet ressalva: “Uma outra coisa que essa história colocará em grande evidência, e que é verdadeira para todo partido, é que o povo teve geralmente muito mais valor que seus líderes. Quanto mais cavei, mais descobri que o melhor estava debaixo, nas profundezas obscuras. Vi também que esses oradores brilhantes, poderosos, que exprimiram o pensamento das massas, passam injustamente por ser os únicos atores. Eles receberam bem mais o impulso do que o deram. O ator principal é o povo. Para redescobri-lo, recolocá-lo em seu papel, precisei reduzir às devidas proporções as ambiciosas marionetes de que ele puxou dos fios, e em que, até aqui, se acreditava ver, se buscava o jogo secreto da história.” MICHELET, Jules. “Prefácio de 1847”. *História da Revolução Francesa: da Queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 22.

⁵⁵¹ FURET, François. “Michelet”. FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, op. cit., p. 1022. No que tange a vida pessoal e os anseios profissionais do historiador no momento da escrita de sua *Histoire de la Révolution française*, ver, entre outros, CALVET, Henri. “Michelet, historien de la Révolution”. *Épisodes de la Révolution Française. Choix de textes, introduction et notes par Henri Calvet*. 2ª ed., Paris, Alpina, 1966, pp. 06-13 e MITZMAN, Arthur. *Michelet, Historian. Rebirth and Romanticism in 19th century France*. New Haven and London, Yale University Press, 1990.

Para Michelet, os séculos que antecedem a Revolução seriam como uma longa e solitária juventude, gasta na espera incessante de uma oportunidade para a expressão pessoal, a libertação, a livre associação com outros homens, a afirmação de direitos jamais reconhecidos. Ele argumenta que o povo, em meio à sociedade francesa do Antigo Regime, não esperava mais nada do apadrinhamento do clero ou da nobreza que o havia sustentado em outros tempos. É no rei que ele ainda acredita, transferindo a Luís XV sua fé e sua necessidade de amar:

“Era preciso um deus humano, um deus de carne, para unir a Igreja e o Estado. A humanidade, fraca ainda, colocava sua união em um sinal, um sinal visível, vivo, um homem, um indivíduo. Doravante a unidade, mais pura, dispensada dessa condição material, estará na união dos corações, na comunidade do espírito, na profunda aliança de sentimentos e idéias que se faz de todos com todos.”⁵⁵²

Conforme o autor, por muito tempo o povo compreendeu a política como devotamento e amor. O amor pela realeza viria do esforço do rei em fazer justiça igual para todos e em diminuir a desigualdade de condições, esforço esse que lhe deu o coração do povo e lhe garantiu o seu respeito.

Embora, na opinião de Michelet, o século XVIII tenha fundado a liberdade na emancipação do espírito, tornando possível a existência da fraternidade entre os homens, teria sido somente com a convocação dos Estados Gerais de 1789 que surgiria “a verdadeira era do nascimento do povo”, exatamente no momento em que foi convocado a exercer seus direitos. Como relata o historiador, contava-se com a incapacidade do povo convidado a eleger seus eleitores, a escrever suas queixas e pedidos, mas, ao contrário, ele teria se mostrado seguro e prudente:

“Quando o convocaram para a eleição e o informaram de seu direito, descobriu-se que se tinha pouco a ensinar-lhe. Nesse prodigioso movimento de cinco ou seis milhões de homens, houve alguma hesitação, pela ignorância das formas, e especialmente porque a maioria não sabia escrever. Mas eles souberam falar; souberam, na presença de seus senhores, sem abandonar os hábitos respeitosos nem

⁵⁵² MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, op. cit., p. 66.

deixar a postura humilde, nomear eleitores dignos, que, por sua vez, escolheram deputados seguros e firmes.”⁵⁵³

Logo em seguida, mais precisamente na noite de 4 de agosto, a Assembléia Nacional iniciaria a elaboração da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, cujo teor universalista, de acordo com Michelet, dava ênfase à liberdade e à verdade que, formulada em leis, seria invencível, já que conteria ao mesmo tempo o poder e o povo: “Depois dessa maravilhosa noite, não mais classes, franceses; não mais províncias, uma França!”⁵⁵⁴

O ponto culminante de sua história é o momento da fundação das Federações, no ano que se seguiu à tomada da Bastilha, quando comunidades de toda a França teriam vindo jurar fraternidade e devoção à Revolução. Para Michelet, as Federações seriam o ato central da Revolução – “O mais belo dia de minha vida”, diria o autor –, porque a reunião da França teria sido feita, nesse 14 de julho de 1790, não por uma simples adição de províncias (união), mas por um verdadeiro fenômeno de concreção química (unidade), que teria destruído todas as peças componentes, deixando em seu lugar apenas um calor unânime, “o ar liso e quente de uma plenitude nova”: a pátria⁵⁵⁵. Este acontecimento, no seu entender, seria o símbolo de uma época de unidade perfeita do povo, do país e da natureza, na qual uma “aliança espiritual de todos” teria se constituído por si mesma pelo coração e pelo instinto:

“Nenhuma barreira entre os homens. Parece que os muros das cidades caíram. Muitas vezes as grandes federações urbanas vão se fazer nos campos. Muitas

⁵⁵³ *Ibid.*, p. 94. Os contribuintes, com mais de vinte e cinco anos, deviam eleger os eleitores que nomeariam os deputados a colaborar na redação dos cadernos. Como o imposto atingia todo mundo, ao menos pela capitação, era a população inteira que se convocava, com exceção dos criados. *Ibid.*, p. 91.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 221.

⁵⁵⁵ Em “L’Unité et l’Union, du ‘Peuple’ à ‘La Bible de l’Humanité’”, Jean-Marie Borzeix retoma a obra de Roland Barthes, especificamente no que concerne a “unidade” ser superior à “união” na obra de Michelet, para explicar a diferença entre os conceitos: a união seria um estado inferior, pois não faz mais que compor elementos positivos que ela pode harmonizar, ao passo que a unidade destruiria a própria memória das individualidades componentes, fazendo surgir em seu lugar uma zona de ausência, onde tudo é de novo possível. BORZEIX, Jean-Marie. “L’Unité et l’Union, du ‘Peuple’ à ‘La Bible de l’Humanité’”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 1/2, 1971, pp. 111-119. Segundo Michelet, a história não deixou de apresentar numerosos fatos de união, nos quais Estados unificaram-se e raças harmonizaram-se, mas houve apenas uma única unidade, a da França, e na França, a das Federações de 1790: “A fraternidade aplainou todo obstáculo, todas as Federações vão confederar-se entre si, a união tende à unidade.” MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, op. cit., p. 401.

vezes os camponeses, em bandos organizados, o prefeito e o cura à frente, vêm confraternizar nas cidades. (...) Todo mundo se põe em movimento, todos partem como no tempo das cruzadas... Aonde vão eles assim por grupos, cidades e cidades, aldeias e aldeias, províncias e províncias? Qual é então a Jerusalém que atrai assim todo um povo, o atrai não para fora de si mesmo, mas o une, o concentra nele?... É melhor que a da Judéia, é a Jerusalém dos corações, a santa unidade fraterna... A grande cidade viva, que se edifica com homens... Em menos de um ano, está feita... E depois, é a pátria. (...) O 14 de Julho [de 1789] deu-me a unanimidade de Paris. E o outro 14 de Julho [de 1790] vai me dar dentro em pouco a unanimidade da França.”⁵⁵⁶

Eis, para Michelet, a *vita nuova* que começa na França a partir de 1789, eminentemente espiritual e que faz da Revolução uma espécie de sonho que ignora tempo e espaço: “Cada peça, tomada à parte, é fraca. Mas o conjunto tem um encanto extraordinário: *a maior diversidade* (provincial, local, urbana, rural, etc.) *na mais perfeita unidade*. Cada região realiza esse grande ato de unidade com sua originalidade espiritual”⁵⁵⁷. Logo, o que exaltava no país que teria aberto caminho à emancipação da humanidade não é o individualismo moderno, que o tornaria, pelo contrário, semelhante aos outros, particularmente à Inglaterra aristocrática e mercantil que ele abomina, mas a fraternidade, que cria o sentimento de unidade e que permite abolir a distância e a oposição entre o individual e o social.

O historiador, assim, contribui para a edificação da imagem da Revolução como a época que funda a fraternidade no amor do homem pelo homem, no dever mútuo, no direito e na justiça, idealizando este evento como um acontecimento tão único quanto os grandes anúncios religiosos, como bem observou Furet:

⁵⁵⁶ MICHELET, Jules, *ibid.*, pp. 308-309. Como assinala Edmund Wilson, os capítulos sobre as Federações são entusiásticos, mas os referentes aos últimos dias do Terror são de uma intensidade infernal, “quase insuportável”: “(...) tendo como pano de fundo o ar irrespirável dos superlotados cemitérios parisienses, Michelet nos confina, capítulo após capítulo, entre unidades humanas que se repelem umas às outras, na atmosfera cada vez mais carregada de pânico das salas das comissões e assembléias da capital.” WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia. Escritos e Autores da História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 27.

⁵⁵⁷ MICHELET, Jules, *ibid.*, p. 409. Grifos do autor. Conforme Renato Janine Ribeiro, na união da França que então se faz, e que Michelet celebra com tanto entusiasmo, entre os particularismos que se dissolvem não está apenas o das leis, privilégios e costumes das províncias. Ocorre também a universalização da língua francesa, como veículo de conhecimento e de liberdade, e por conseguinte uma série de medidas é tomada contra as línguas ou dialetos locais: “Quando a diferença é apenas de dialeto, dá-se o nome de *patois*, e ensina-se o francês correto. Quando se trata de verdadeiras línguas, a repressão é mais forte – caso, sobretudo, do bretão, ainda por cima língua da província na qual está a Vendéia, e onde vai se dar a maior rebelião contra o Novo Regime.” RIBEIRO, Renato Janine. Nota presente no capítulo “Luta Religiosa. Páscoa. A Paixão de Luís XVI”, *ibid.*, p. 360.

“(…) a França tornou-se, por causa da Revolução Francesa, a nação eleita. O ano de 1789 oferece à sua história [de Michelet], e apenas à sua história, um valor exemplar, transformando em particular tudo o que ela tem de particular. Esta é, com efeito, caracterizada, antes de qualquer outra, pelo Cristianismo e pela Revolução, os dois grandes princípios da história do mundo; sendo que o primeiro trazia em sua esteira a longa monarquia de direito divino, e sendo a segunda o anúncio radical da emancipação e da fraternidade reconquistada pelos homens.”⁵⁵⁸

Michelet condenaria o Cristianismo à morte e vislumbraria na Revolução a futura religião dos homens livres, a Justiça, que, para ele, é a essência da democracia: “a Revolução não é outra coisa senão o triunfo do Direito, a reação tardia da Justiça, da Lei e da Equidade contra o governo do favor – Monarquia – e a religião da Graça – Cristianismo”⁵⁵⁹. Ao idealizar uma nova Igreja instaurada pelos homens e fundamentada na ação do povo para a construção da História, Michelet se aproximaria do tema religioso que tanto inflamou os românticos⁵⁶⁰, vendo na Revolução a segunda vinda de Cristo, a segunda revelação que inauguraria a “moderna religião da Justiça”. Para tanto, queria “redescobrir o povo” como se quisesse reencontrar nele algo passado, ontológico, que faz parte da essência do homem antes das instituições e do meio corromperem sua natureza⁵⁶¹, com o intuito de colocá-lo no lugar de Deus e fazer dele algo santo, inviolável. Nesse sentido, para Michelet havia duas revoluções: a primeira, conhecida por todos, teria se iniciado com a tomada da Bastilha no dia 14 de julho e representaria a luta do povo por seus direitos; a segunda, que ele queria tornar conhecida por todos, estaria associada à “redescoberta” do povo enquanto agente da História:

“Exponho hoje a época unânime, a época santa em que a nação inteira, sem distinção de partido, sem conhecer ainda (ou bem pouco) as oposições das classes, marchou sob uma bandeira fraterna. Ninguém verá essa unidade maravilhosa, um mesmo coração de vinte milhões de homens, sem dela render graças a Deus. São os

⁵⁵⁸ FURET, François. “Michelet”, *op. cit.*, p. 1023.

⁵⁵⁹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 47.

⁵⁶⁰ Sobre a proposição religiosa tratada pelos românticos, ver BORNHEIM, Gerd. “Filosofia do Romantismo”. GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*, *op. cit.*, sobretudo pp. 107-109.

⁵⁶¹ Michelet herda de Rousseau as noções de “bondade natural” e “compaixão” que, a seu ver, figuram como a predisposição do homem à virtude: benignos, afetuosos e ternos em seus sentimentos, os homens estão naturalmente inclinados a tratar com carinho todos aqueles com quem se relacionam. Rousseau considera ainda que a agressividade, o rancor, a malícia e a inveja, estranhos ao coração humano imaculado, só se instalam porque outras pessoas destroem a inocência e a integridade naturais do indivíduo. Para saber mais a respeito desses conceitos em Rousseau, consultar DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

dias sagrados do mundo, dias bem-aventurados para a história. Quanto a mim, tive minha recompensa, pois que os relatei...”⁵⁶²

Como nota Furet, nada estaria mais distante de Michelet que uma história escrita de modo abstrato, como julga ser a de seu contemporâneo Mignet, por exemplo, em que o “povo” só existe como um dos três grandes atores coletivos do drama revolucionário, ao lado da nobreza e da burguesia, e na qual seu papel se inscreve por antecipação no livro da luta de classes. Longe disso, o autor celebraria em 1789 a unidade do povo e da nação na recuperação de sua soberania e na afirmação do Direito, onde o “povo” é compreendido por meio da individualidade de cada pessoa que o compõe, ganhando uma dimensão política.

Diferentemente de Carlyle e Michelet, Alexis de Tocqueville discorda que a Revolução Francesa tenha representado uma ruptura na História. Para ele, o acontecimento revolucionário de 1789 descenderia em linha direta do Antigo Regime; seria o desabrochar do passado, a conclusão da obra da monarquia, só podendo ser entendida em e pela continuidade histórica:

“(...) a Revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem abolir tudo que pertenceu ao passado; e a segunda, onde nele vão retomar uma parte do que nele deixaram. Há um grande número de leis e hábitos políticos do Antigo Regime que desapareceram assim, repentinamente, em 1789, e que apareceram novamente alguns anos mais tarde, como certos rios afundam-se na terra para reaparecer um pouco mais adiante mostrando as mesmas águas a novas margens.”⁵⁶³

Tocqueville conceberia a Revolução em termos de um balanço, não em termos de um acontecimento; como um processo contínuo, não como uma quebra. Na sua concepção, a Revolução não criou uma nova França: “Ela mais regulou, coordenou e legalizou os efeitos de uma grande causa, do que foi, ela própria, essa causa”⁵⁶⁴. A esse respeito, Furet comenta:

⁵⁶² MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁶³ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed., Brasília, UnB, 1997, p. 44.

“Na mesma época em que Michelet concebeu a mais penetrante das histórias da Revolução já escritas sob o modo da identidade – uma história sem conceitos, feita de achados do coração, marcada por uma espécie de adivinhação das almas e dos atores – Tocqueville imagina, e ele foi o único a tê-la imaginado assim, a mesma história, sob o modo inverso da interpretação sociológica. Portanto, a questão não é que o aristocrata normando não compartilhe das mesmas *opiniões* que o filho do impressor jacobino (...) ele escreveu uma outra *história* da revolução, fundada em uma crítica da ideologia revolucionária e daquilo que constitui, na sua opinião, a ilusão da Revolução Francesa sobre si própria.”⁵⁶⁵

Michelet, ao contrário de Tocqueville, compreenderia a Revolução enquanto inauguração de um novo tempo, acreditando poder reviver, a partir do seu interior, o “povo”; ele comungaria, comemoraria o evento revolucionário, ao passo que seu contemporâneo não cessaria de interrogar a distância que ele supõe existir entre as intenções dos atores da Revolução e o papel histórico que eles desempenharam.

II

“O herói é o verdadeiro objeto da modernidade.”

WALTER BENJAMIN⁵⁶⁶

Miguel Abensour em “O heroísmo e o enigma do revolucionário”⁵⁶⁷, observa uma concordância da maior parte dos analistas da revolução moderna com o surgimento, a partir da Revolução Francesa, de um novo tipo de protagonista político, o “revolucionário moderno”.

Seu ponto de partida para a descrição do agir revolucionário será a constatação um pouco assustada de Tocqueville diante do aparecimento de uma raça nova e própria à

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 45.

⁵⁶⁵ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*, op. cit., p. 28. Grifos do autor.

⁵⁶⁶ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, “Obras Escolhidas”, v. III, s.d., p. 73.

⁵⁶⁷ ABENSOUR, Miguel. “O heroísmo e o enigma do revolucionário”. NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, pp. 205-237.

modernidade política, a dos “revolucionários de uma espécie desconhecida”⁵⁶⁸. Em *O Antigo Regime e a Revolução*, lembra o autor, Tocqueville defende que a conjunção excepcional de uma revolução religiosa e de uma revolução política (abolição das leis civis e das leis da Igreja) teria provocado “um desregramento do espírito humano”:

“(...) o espírito humano perdeu completamente seu equilíbrio, não soube mais onde agarrar-se nem onde parar, e surgiram revolucionários de uma espécie desconhecida que levaram a audácia até a loucura, que nenhuma novidade poderia surpreender e nenhum escrúpulo moderar, e que nunca hesitaram na hora de executar um intento.”⁵⁶⁹

Além disso, o historiador afirmaria a permanência dessa nova figura e sua universalização:

“E não se deve pensar que estes novos seres foram a criação isolada e efêmera de um momento, destinada a sumir com ele; formaram desde então uma raça que se perpetuou e se expandiu em todas as partes civilizadas da terra e que por toda parte preservou a mesma fisionomia, as mesmas paixões, o mesmo caráter. Encontramos esta raça no mundo quando nascemos e ainda está sob nossos olhos.”⁵⁷⁰

Abensour nota a insistência de Tocqueville na articulação direta entre a perda das referências tradicionais, tanto do lado religioso quanto político, a dissolução de um “ponto que permanecia sólido”, e o surgimento desta nova figura. Esse estado de “desorientação sem precedentes” seria o lugar de nascimento do revolucionário moderno. Mas apesar desse aparecimento, prossegue o autor, trata-se mais de um enigma, difícil de cercar, do que de um

⁵⁶⁸ A propósito da emergência de uma “nova raça de homens” na cena revolucionária, existe acordo entre dois pensadores tão opostos, de resto, quanto Tocqueville e Michelet, como se essa apreciação geral se situasse para além dos julgamentos de valor e das diferenças de opiniões: “*A França é um soldado*, foi dito, ela o é desde esse dia [julho-agosto de 1789]. Nesse dia, sai da terra uma raça nova, em que as crianças nascem com dentes para rasgar o cartucho, com grandes pernas infatigáveis para ir do Cairo ao Krêmlin, com o dom magnífico de poder marchar, combater sem comer, viver de espírito. De espírito, de alegria, de esperança. Quem então tem o direito de esperar, senão aquele que porta dentro de si a libertação do mundo? (...) Eles *eram* de fato; e queriam *ser* de direito.” MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 206. Grifos do autor.

⁵⁶⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*, *op. cit.*, p. 153.

⁵⁷⁰ *Ibid.*

fenômeno que se poderia encerrar em características bem delimitadas. Como demonstra, o revolucionário representa o persistente enigma com o qual Tocqueville não cessaria de lutar e, voltando a ele, mais uma vez, em uma carta de 16 de maio de 1858 a seu amigo Kergolay:

“Houve Revoluções violentas no mundo; mas o caráter imoderado, violento, radical, desesperado, audacioso, quase louco e no entanto poderoso e eficaz desses revolucionários não teve precedente, parece-me, nas grandes agitações sociais dos séculos passados. De onde vem essa raça nova? Quem a produziu? Quem a tornou tão eficaz? Quem a perpetua? (...) Meu espírito se esgota em conceber uma noção clara desse objeto e em buscar os meios de o descrever bem. Independente de tudo o que se explica na Revolução Francesa, há alguma coisa de inexplicado em seu espírito e em seus atos. Sinto onde está o objeto desconhecido, mas por mais que faça, não posso erguer o véu que o cobre. Eu o tateio como através de um corpo estranho que me impede seja de o tocar bem, seja de o ver.”⁵⁷¹

“Reconhecimento de fracasso? Ou, antes, impotência para nomear, pois, como nomear o que jaz no coração dessa audácia extravagante e eficaz?”⁵⁷² Abensour afirma que resta no seio do fenômeno revolucionário um núcleo inexplicável, e é esse caráter que, a despeito de sua manifestação, o transformaria em enigma. Forma-se, assim, a imagem do revolucionário moderno como “extravagante” em Tocqueville, entendido como um ser ambíguo onde se encontram misturadas a acusação de loucura e o reconhecimento da audácia e da eficácia:

“O extravagante é um ser que, de um lado, sai dos caminhos ordinários: um caráter extra-ordinário que contrasta, que se distingue; do outro lado, um ser que divaga, que se perde, isto é, que sai dos limites do senso comum ou do que é considerado como regra ou norma. Em suma, um ser a uma só vez extraordinário e insensato.”⁵⁷³

O que busca o “extravagante”, segundo as análises de Tocqueville feitas por Abensour, é um estado de anomia generalizada, ou seja, a destruição da regra no Estado, na família, na sociedade. Na visão de Tocqueville, a fim de poder instituir-se, a democracia tem

⁵⁷¹ *Ibid.*

⁵⁷² ABENSOUR, Miguel, *op. cit.*, p. 206.

necessidade de referências, de certezas – se não de dogmas – que proviriam seja de uma instância exterior, como, por exemplo, a religião na democracia americana, seja do regime interno, da Constituição no sentido amplo do termo. Logo, o “extravagante” seria uma perversão do homem democrático que levaria os princípios do governo, dentre os quais o de livre exame crítico, o de autonomia e o de igualdade, até um ponto extremo tal que eles destruiriam a si próprios, abrindo caminho para a tirania.

Tocqueville, com efeito, será sensível à dimensão do heroísmo na Revolução Francesa: no seu entender, é a essa nova forma do vínculo social que a humanidade, “desregrada quanto ao espírito”, deve o fato de ter evitado um “amolecimento moral”, um “rebaixamento” ou ainda “a mesquinhez das paixões”. Se essa “crise sem precedentes” não abateu as almas, explica ele, foi graças ao surgimento de novos afetos: o amor pela glória, a fé na virtude, a confiança no poder do homem e em sua perfectibilidade. Ele chega mesmo a perceber no heroísmo como que o cadinho de uma nova religião, pelo menos quanto aos efeitos:

“Estes sentimentos e estas paixões tornaram-se para eles como uma espécie de nova religião que, ao produzir alguns dos grandes efeitos que as religiões produzem, arrancava-os do egoísmo individual, empurrava-os para o heroísmo e a abnegação e tornava-os muitas vezes insensíveis a todos estes pequenos bens que nos possuem.”⁵⁷⁴

No concernente a Marx, é famosa a passagem com que abre o *Dezoito brumário de Luís Bonaparte*, na qual, a fim de desacreditar a repetição estéril de 1848, ele evoca a ressurreição dos mortos no momento da Revolução Francesa, com o retorno do traje romano e da fraseologia romana na qual ela teria se realizado⁵⁷⁵. Basta reter o embate entre a era heróica – a era de Roma ressuscitada, dos colossos antediluvianos –, que corresponderia à instauração da sociedade burguesa moderna, e a prosa da sociedade burguesa instituída. O contraste impressionante, ainda, entre as várias formas de ressurreição dos mortos: tanto quanto a ressurreição de 1848 soçobrou na repetição inútil e paródica, a da Revolução Francesa teria

⁵⁷³ *Ibid.*, p. 208.

⁵⁷⁴ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*, op. cit., p. 153.

⁵⁷⁵ O que se efetua através do traje romano e da fraseologia romana é a redescoberta da paixão pela política, pela existência política (o *bios politikos*), no oposto do Cristianismo.

suscitado um acréscimo de energia que permitiu aos protagonistas realizar a tarefa de sua época, estar à altura dessa tarefa. Nesse sentido o heroísmo teria sido uma ilusão a um só tempo necessária (função de dissimulação) e eficaz (função de elevação e de transfiguração):

“A ressurreição dos mortos nessas revoluções [Revolução Inglesa e Francesa] tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas, de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.”⁵⁷⁶

Não se trata apenas de uma dimensão constitutiva da cena revolucionária, mas de uma verdadeira “disposição efetiva” (*Stimmung*), da “tonalidade da época”, de um “clima”, como a definiu Heidegger: “Uma *Stimmung* é uma ária (...) no sentido de uma melodia que não flutua acima da presença de fato, presença verdadeira do homem, mas dá a esse ser o tom, isto é, harmoniza e determina seu estilo e sua maneira de ser”⁵⁷⁷. Ora, a interpretação do heroísmo em termos de *Stimmung* – ao sublinhar sua impessoalidade – corresponde perfeitamente à descrição que lhe dá Jules Michelet. O heroísmo, no seu modo de ver, não é a qualidade subjetiva de tal ou qual, mas é em primeiro lugar o tom da época que afeta todos os atores e, prioritariamente, o ator principal, o “povo”, que passa do nada ao ser na própria experiência desse afeto⁵⁷⁸.

A respeito dos obstáculos externos que impediriam a eclosão de uma nova religião, Michelet escreve:

⁵⁷⁶ MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1978, p. 330.

⁵⁷⁷ *Apud* ABENSOUR, Miguel, *op. cit.*, p. 216.

⁵⁷⁸ Diferentemente de Michelet, para Thomas Carlyle o espírito de uma época ou de uma civilização não podia ser entendido a não ser por intermédio da realização pessoal dos grandes protagonistas: “a vida social é resultado de todas as vidas individuais que compõem a sociedade.” CARLYLE, Thomas. “On history”. *Critical and miscellaneous essays*. London, Chapman & Hall, v. 2, p. 255. *Apud* LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. REVEL, Jacques (org.). Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1998, p. 232. O historiador inglês não se perguntava como o espírito universal podia utilizar os indivíduos, e sim como o homem singular podia transcender o mundo e desempenhar um papel cósmico. No seu ponto de vista, apenas o grande homem, expressão do livre-arbítrio, se mostrava capaz de enfrentar a multidão passiva, prisioneira da necessidade: “Tudo o que observamos de firmemente estabelecido não é senão (...) a encarnação dos pensamentos nascidos no

“Não, o obstáculo interior não foi o primeiro, nem o principal. Ele teria sido impotente, anulado e neutralizado na imensidão do movimento heróico que conduzia a vida nova. (...) Maldito três vezes, mil vezes, aquele que, vendo esse prodigioso espetáculo de um povo no estado heróico, magnânimo, desinteressado, tenta sufocar, entrar esse milagre do qual nascia um mundo!”⁵⁷⁹

E quando da oposição entre Mirabeau e Siéyès, o primeiro imaginando poder deter a Revolução: “Nada mais difícil do que a tese de Mirabeau! Ele tentava, diante daquela multidão comovida, exaltada, diante de um povo elevado acima de si mesmo pela grandeza da crise (...)”⁵⁸⁰.

Além de uma definição exata do heroísmo – a magnanimidade, o desinteresse, o caráter próprio aos reis –, “a elevação do povo acima de si mesmo”, Michelet oferece uma visão da impessoalidade desse movimento. O “povo” no estado heróico é comparado, em sua imensidão, tanto ao oceano quanto a um vulcão em erupção. A propósito da invasão de agosto-setembro de 1792, Michelet escreve ainda: “Toda a terra da França tornou-se luminosa e foi em cada ponto como um jato ardente de heroísmo que rebentou e jorrou para o céu”⁵⁸¹. O que é a Revolução senão a epifania do povo, sua saída da noite, da opacidade, do mutismo, sua aparição súbita na cena do mundo? Aquém de toda subjetividade, de toda personalidade, o povo não age, ele avança, contenta-se em avançar: “Nada mais belo de ver que esse povo avançando para a luz, sem lei, mas dando-se as mãos. Ele avança, não age, não tem necessidade de agir; avança, é o bastante (...)”⁵⁸².

Há em todas essas descrições a mobilização do princípio heróico que Michelet teria buscado em Vico e retomado por si mesmo, a saber, o princípio segundo o qual é “a humanidade que se cria a si própria”, é o povo que se faz a si próprio. Para Vico, o espírito heróico tem essa

espírito dos grandes homens.” CARLYLE, Thomas. *On heroes, hero-worship, and the heroic in history*. London, Oxford University Press, 1974 (1ª ed. 1841), p. 01. *Apud* LORIGA, Sabina, *ibid.*, p. 234.

⁵⁷⁹ No original: “Non, l’obstacle intérieur ne fut ni le premier ni le principal. Il eût été impuissant, annulé et neutralisé dans l’immensité du mouvement héroïque qui amenait la vie nouvelle. (...) Maudit trois fois, mille fois, celui qui, voyant ce prodigieux spectacle d’un peuple à l’état héroïque, magnanime, désintéressé, essaye d’entraver, d’étouffer ce miracle, d’où naissait un monde!” MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*. Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, t. I, 1952, p. 434.

⁵⁸⁰ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, pp. 114-115.

⁵⁸¹ No original: “Toute la terre de France devint lumineuse, et ce fut sur chaque point comme un jet brûlant d’héroïsme, qui perça, et jaillit au ciel.” MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*, *op. cit.*, p. 1021.

⁵⁸² MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 401.

qualidade paradoxal de ser o que, na condição humana, situa-se acima dela, o que, do interior dessa condição, busca algo de superior a ela. O heroísmo aspiraria a uma similitude com o divino.

A Revolução Francesa teria despertado a figura do “herói revolucionário republicano” (cuja realidade não é negada por Michelet) como aquele que possui “a alma plena de um sentimento infinito pela pátria e pela liberdade”, e que age e está pronto a sacrificar-se por elas. Heroísmo este entendido como paixão pela liberdade, pelo político, enfim, pelos governos livres, pois neles os homens viveriam pelo bem geral e não pelo interesse particular; isto é, uma paixão pela República como forma de governo que tem em vista o bem público, o bem comum, em oposição ao Cristianismo que valoriza a vida contemplativa e deprecia ou mesmo despreza a política. Nesse sentido, a escolha da liberdade política – da República – não seria apenas um retorno à liberdade dos antigos, mas também um ato anticristão, uma revalorização da *vita activa*. A entrada na cena revolucionária, a exposição aos perigos em que aí se incorre, é “segundo nascimento”, é busca sacrificial da “bela morte”, da morte heróica, aquela que confere uma glória imortal, da qual resultaria um *homo novus*.

Por um instante, no “povo” se manifestou a força da natureza, da verdade: a Revolução, assim, constitui um momento terminal da história, melhor dizendo, seu esvaziamento, porque nela o efêmero, o frágil cede lugar ao verdadeiro. Os *philosophes* do século XVIII haviam dado à natureza um valor de verdade, mas como parâmetro, porém, aqui, ela se reveste de sentido mais preciso e, sobretudo, possui um canal necessário pelo qual se exprime, o “povo”. Isso permite, aliás, entender adequadamente a *Histoire de la Révolution* de Michelet, naquilo em que a olhos atuais ela parece mais ingênua. Contra as forças terríveis que ameaçam a França, contra seus inimigos externos e internos, será vã a ação dos líderes, quer corruptos, como Mirabeau, quer puros mas ineficientes, como os girondinos – vã, igualmente, parece ser a ação de um povo que confia em seus governantes, demorando a perceber que o rei o engana, que a nobreza faz a guerra à liberdade e à emancipação. Todavia, é essa ingenuidade que constitui o povo enquanto figura máxima, capaz de triunfar de todos os obstáculos: teremos um heroísmo sem heróis, a que não faltam façanhas, devoção, martírio mesmo, mas todos estes operados por uma única e grande figura, o “povo”, o “herói coletivo” constantemente identificado a uma torrente, a uma força da natureza que tudo vence, e cuja grandeza se mede na razão direta do anonimato de cada um de

seus componentes⁵⁸³, o que rompe por completo com a idéia que no Antigo Regime se podia ter da glória. Neste ponto, vale frisar a avaliação positiva da força “cega” da natureza que Michelet faria uso para compor o “herói moderno”, ao contrário de Thomas Carlyle e Edmund Burke, por exemplo, que tinham uma interpretação negativa dessa força.

Aqui estaria a falha maior, a olhos marxistas, da história romântica: o povo não pode ser apresentado como uma encarnação do verbo, quer divino quer natural, como Cristo feito homem. O povo só existe na luta, não como um instrumento de uma verdade que transcenda este mundo. Destarte, a principal crítica que Marx poderia dirigir à mais importante história republicana da Revolução diria respeito a sua religiosidade. Em Michelet – e não é à toa que os capítulos que tratam da Festa da Federação recebem por título “Da nova religião” –, há algo de profundamente religioso na convicção de que o povo e a natureza portam a verdade. Já em Marx, o sentido do famoso ateísmo, que se expressa em frases como “a religião é o ópio do povo”, consiste em negar o pressuposto da transcendência como chave para compreender a vida social. Esta pode conceber-se como *comunhão*, e neste caso todo conflito haverá de ser corrosivo e dilacerador, ao mesmo tempo que a atuação correta ficará devedora de uma revelação; ou, então, como *produção*, e aí os conflitos se mostram irredutíveis, ancorando-se neste mundo a construção das ações que tenham o próprio homem como seu fim. Se Michelet pode criticar o poder do clero cristão e mesmo pontos essenciais do dogma, como os que constituem o que ele entende ser uma religião do favor, da graça, que se expandiu em detrimento da justiça, por outro lado ele continua devedor da velha fé no que tange a encarnação, a comunhão e a sabedoria dos simples.

Certamente se deve a essa perspectiva o forte caráter pedagógico que assume a história micheletiana, pelo retrato a que procede de algumas dezenas, ou mesmo centenas, de momentos fulgurantes (ou *cenias*) da Revolução – que nada mais são que as pedras preciosas de que fala Marx a propósito da representação burguesa da revolução, igualmente, burguesa: “As revoluções burguesas (...) avançam rapidamente de sucesso em sucesso; (...) os homens e as coisas se destacam como gemas [*sic*] fulgurantes (...)”⁵⁸⁴.

⁵⁸³ Isso não quer dizer que não se conheçam os nomes dos autores das façanhas. Muitas vezes se sabe quem são, mas isto não é mais o que importa. O que caracteriza o heroísmo revolucionário em Michelet é o apagamento do empenho individual numa organicidade superior.

⁵⁸⁴ MARX, Karl, *op. cit.*, p. 331.

Com frequência os revolucionários se defrontam com a morte, oferecendo, não poucas vezes, a vida em holocausto à pátria. O povo micheletiano, aliás, será, da perspectiva marxista, conservador: da mesma forma que a monarquia, Michelet recusa-se a reconhecer nas suas personagens a fúria, a sanha assassina ou simplesmente revolucionária, como a que se exprime no “grande medo de 1789”, no ataque aos castelos, na revolta implacável da fome, e termina por infantilizá-lo, dado que se caracteriza antes de mais nada por uma emoção que o autor identifica a um profundo bom senso. Nas palavras de Viallaneix: “O herói [de Michelet], cantando a miséria do povo e da humanidade sofredora, torna-se então poeta. Poeta, sem dúvida. Mas também profeta, visto que sua palavra mobiliza as energias, suscita a ação, acelera a ruína da injustiça, muda o curso da história”⁵⁸⁵.

III

“De minha parte, espero que minha ciência, meu querido estudo, a história, se revitalize com essa vida popular e se torne, graças a esses recém-chegados [os jovens], a coisa grande e salutar com que eu havia sonhado. Do povo sairá a história do povo.”

JULES MICHELET⁵⁸⁶

Em *O Povo por Escrito*⁵⁸⁷, Geneviève Bollème procura demonstrar que os termos “povo” e “popular” suscitam ao longo da história ocidental um certo número de debates, principalmente em virtude da ambigüidade de seus usos e definições: ao mesmo tempo que podiam designar mobilização, se entendidos como instrumentos que produzem a ciência e a consciência políticas, podiam adquirir um sentido restritivo e pejorativo, expressando “aquilo que não é” erudito, científico, racional, nobre, prestando-se à manobra política, ou ainda, a

⁵⁸⁵ No original: “Le héros, chantant la misère du peuple et de l’humanité souffrante, devient donc poète. Poète, sans doute. Mais prophète aussi, puisque sa parole mobilise les énergies, suscite l’action, accélère la ruine de l’injustice, change le cours de l’histoire.” VIALLANEIX, Paul. “Le Héros selon Michelet”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 1/2, 1971, p. 108.

⁵⁸⁶ MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 101.

⁵⁸⁷ BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

ingenuidade desses termos podia mostrar-se superior entre os eruditos, por exprimir uma nostalgia das origens e, portanto, de um paraíso anterior e perdido, puro, inacessível e inefável. A história do julgamento qualitativo desses conceitos, realizado em diversas épocas e culturas, bem como o lugar que ocupam nos âmbitos do poder e da política, constituem a tese desenvolvida pela autora⁵⁸⁸.

No seu entendimento, por mais que seja um *todos juntos*, a força representada pelo povo torna-se digna de consideração se for canalizada, reduzida, utilizada. É essa relação de força e de poder que produziria um sistema segundo o qual, ao mesmo tempo em que se instaura o povo como pessoa, todo um discurso toma o seu controle, extrai dele o seu poder “para o seu próprio bem”:

“Assim como o povo se assemelhará sempre a um corpo governado por uma cabeça, por aqueles que são soberanos e grandes e que pensam, sempre haverá esse corpo da Nação em face daqueles que o governam. E, se o corpo do povo, em 1679, não pode compreender ‘as pessoas de qualidade’ e as pessoas que têm ‘espírito e polidez’, ao longo dos séculos, temos descrições variadas dessa massa não-pensante, iletrada (século XII), ‘parte da menos notável’ (século XIV), ‘inconstante, sem espírito, sem polidez’, ‘pouco esclarecida e (...) apaixonada’, e a quem se atribuem ‘defeitos que nascem de sua condição’ (1798), ‘suscetível de ser agitada por paixões cegas e violentas, que nascem dessas disposições (...), inconstância, furor’ (1802).”⁵⁸⁹

Contudo, como ressalva Bollème, esse povo de que se fala como de uma multidão “pouco esclarecida”, “apaixonada e impetuosa” (em 1798 e em 1802), cuja força indisciplinada engendraria um discurso severo que pretende conter a violência, seria o mesmo quando considerado como formador de uma nação, conquistando direitos e uma autoridade coletiva, cuja respeitabilidade é expressa por conceitos “magníficos” (1798) ou por termos convenientes a essas relações, como “a grandeza e a majestade do povo francês” (1802) na época do Romantismo⁵⁹⁰.

⁵⁸⁸ Na dissertação de Mestrado, investiguei as diferentes formas que o “povo” assume do decurso da História, privilegiando sua imagem constituída em finais do século XVIII e princípios do XIX, por meio de alguns intelectuais. SCHREINER, Michelle. *Jules Michelet e o Romantismo Político na História. Um estudo sobre o conceito de “povo” na historiografia francesa da primeira metade do século XIX*. Campinas, 2001, sobretudo pp. 53-81. (Dissertação de Mestrado/Unicamp/IFCH)

⁵⁸⁹ BOLLÈME, Geneviève, *op. cit.*, pp. 22-23.

⁵⁹⁰ Essas definições de “povo” encontradas nos anos de 1798 e 1802, foram recuperadas, pela autora, do *Le dictionnaire de l’Académie française dédié au roy*, cujas edições referem-se aos respectivos anos.

Logo, para a autora havia o povo sedicioso, mas também o povo soberano, de cuja voz se diz ser “a voz de Deus”, “a voz da verdade”.

A escritora atenta para a força que domina e marca o caráter do povo francês de fins do século XVIII e início do XIX: ele é desconfiado, turbulento, tolo, irritado, frívolo, mas, sobretudo, se emociona sem cessar. Esse caráter emotivo estaria associado a tudo o que se propaga, tanto o que irrompe e se fomenta sorrateiramente (o motim), como o que invade, devasta (as paixões) ou o que se prolifera por contágio (as doenças, o erro, as superstições) e que vai atingir ou contaminar a sociedade, a saúde, a maneira de raciocinar e falar. A emoção tornaria o povo perigoso, alvoroçado, inconstante, comoção da qual se seguem atos, pensamentos, impulsos e sentimentos contraditórios e diversos: o povo introduziria um mal, uma confusão, uma balbúrdia, devido a essa força anárquica da emoção que oculta a imaginação, ao mesmo tempo que sua capacidade de mover-se contra a tirania e a opressão, em nome da conquista de seus direitos, nunca deixaria de ser admirada, pois, se contraria o poder, ela própria é outro poder.

Desse modo, conclui a autora, podemos notar como do barulho, da revolta, das sublevações, do “pior dos estados” caminha-se para essa forma de governo em que a autoridade se acha nas mãos do povo, em que sua impetuosidade, sua paixão se vêem celebradas, porque fazem ou fundam tanto sua soberania como as revoluções.

A partir do texto de Geneviève Bollème, podemos identificar que o fato é uma construção do historiador: o fato do “povo” ter se tornado sujeito transformador da História foi elaborado por Michelet a partir do seu lugar, de sua época, configurando uma *estratégia política* para a formação da República – “o mito do povo”. Aos olhos da autora, o simples fato de dizer a palavra “povo” ou “popular” implica e institui um lugar de enunciação, um lugar político. Antes de ser o afrontamento de ideologias, o político seria o enunciado de uma palavra legítima; legítima porque suscetível de conduzir os homens, sendo que a própria palavra é que os conduziria, e não este ou aquele homem.

Na trilha de seus argumentos, todo saber implicaria uma autoridade de enunciação: se o saber é um bem, certamente é preciso dá-lo àqueles que não o possuem, àquele que não sabe, aos outros, ao “povo”:

“Dizer ‘povo’ ou ‘popular’ é instituir, pelo e no discurso, uma diferenciação relativa a uma posição-situação que é a de um enunciador todo-poderoso graças a um saber que ele afirma e conquista, face ao ignorante pelo qual fala. Dizer ‘povo’ ou ‘popular’ é enunciar um julgamento, já que a própria palavra engendra um mundo político. Preocupar-se com o popular é declarar que se tem consciência de um ato político (...)”⁵⁹¹

Em meados do século XIX, se erigiu “povo” como entidade e se construiu todo um sistema de pensamento sobre ele: era preciso ultrapassar a idéia do povo-objeto (objeto de uma ciência que descreve e inventaria) para pensá-lo situado num conjunto de relações sócio-econômicas, isto é, num conjunto de variantes e de movimentos que o determinariam diferentemente conforme as mudanças e incidências do meio ambiente. Passava-se, assim, de um pensamento coisificante a um pensamento relativista, que deveria ser o da própria História.

Bollème afirma que interessar-se pela dimensão popular é tomar consciência de que o discurso mantido é um discurso político: “O interesse pelo popular é sempre político ou resultado de uma política a partir do momento em que se declara a sua marginalidade, distância e distinção”⁵⁹². No seu entender, quando se fala do povo, não é do povo que se fala, não é por ele que se tem interesse; de fato, ele só serviria para legitimar uma supremacia, circunscrevendo e, portanto, acusando uma diferença, sem contar que conferiria um poder àquele que o sustenta e que se coloca como o seu porta-voz legítimo: “A questão do povo, da cultura popular, é quase sempre, com efeito, um discurso sobre o povo, para o povo, voltado para ele, pronunciado sempre por pessoas instruídas”⁵⁹³. Essa tomada de consciência, nascida de uma contradição, revelada pela História e por sua história, é que em Michelet se tornará um conflito: ele é ao mesmo tempo homem do povo e homem de cultura.

Escrevendo a história, Michelet encontrará o “povo” que o obriga a mudar sua língua (que passará sua vida e sua obra a buscar). Um escritor, diante da História e desejoso de escrevê-la, se dá conta de que não houve até sua época senão uma “linguagem ofuscada”. Para ele, a História deve ser feita por todos, pois é fato de todos, mas só vem sendo escrita por alguns. Ela é a voz de que se apossam, a voz que impede os outros, o “povo”, de falar: “Escrever a História

⁵⁹¹ BOLLÈME, Geneviève, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁹² *Ibid.*, pp. 53-54.

⁵⁹³ *Ibid.*, p. 56.

deve ser restituir a palavra a esse povo de atores. Encontrar a língua da História é fazer, destes últimos, autores”⁵⁹⁴. O povo é uma questão aberta pela História e que ela sempre evitou, ela, a História, e também o historiador, e é este o problema que Michelet coloca enquanto escritor. O povo nunca foi o sujeito da História, porque nunca se encontrou uma língua que lhe conviesse, que fosse a sua. E é Michelet, “historiador do povo francês”, que irá escrever a História do “povo modelo” tal como o teria encontrado nas jornadas revolucionárias, do “povo” que constitui essa força, “essa maravilhosa unidade”, essa comunidade na qual ele próprio se reconhece. Porque se identifica com o povo, Michelet irá até ele através da História:

“Para nós, alegre ou melancólico, luminoso ou escuro, o caminho da história foi simples, direto; seguíamos a *estrada real* (essa expressão para nós quer dizer ‘popular’), sem nos deixar desviar para os atalhos tentadores aonde vão os espíritos sutis: íamos na direção de uma luz que não vacila jamais, cuja chama tanto menos nos devia faltar quanto era idêntica à que trazemos em nós. Nascidos povo, íamos ao povo.”⁵⁹⁵

É o povo que vai falar por seu intermédio, exprimir-se por sua história; Michelet se limitará a escutá-lo. Nesse contexto, seu herói será o “povo” e a História o seu livro. Em nome da História, porquanto ela é o múltiplo, o coletivo – numa palavra, o “povo” –, ele põe em julgamento uma Literatura que, no seu entender, contraria, contradiz o povo. É a História que contesta a Literatura em nome de uma voz, a voz dos que nela se viram abafados, sepultados; e estes contestam a Literatura em nome de uma vida que é e foi a sua. O povo silenciado pela História é essa palavra viva que Michelet quer transcrever e primeiro escutar. É porque se trata de um povo histórico, passado e presente, da unidade de uma consciência coletiva, de uma voz, que a História pode e deve ser escrita na língua popular, que é a sua e à qual o historiador deve submeter-se; ele deve ir até ela e nela encontrar a si mesmo, pois também ele pertence ao povo, a essa sociedade de homens: “Não somos, todos nós, povo?”⁵⁹⁶

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 69.

⁵⁹⁵ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, op. cit., p. 282. Grifos do autor. As *estradas reais*, ou seja, mantidas pelos reis, eram consideradas as melhores.

⁵⁹⁶ No original: “Est-ce que nous ne sommes pas tous peuple?” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Deuxième leçon (23 décembre 1847)”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. II (1845-1851), 1995, p. 275.

Michelet concebe a História como uma língua e não uma literatura. No seu modo de ver, o romance mata a História. O historiador e a história feita por ele se apagam para dar a ler e a ouvir “o texto único que tece a unidade dos espíritos no tempo”. O passado e o presente se juntam nessa unidade quase religiosa dos espíritos e das eras. A voz da Revolução ainda está presente. A consciência popular fala ainda a Revolução que ela viveu, e é essa consciência e essa voz que permitem ao historiador compreender a História.

O autor entende o povo como um “absoluto coletivo” do qual se considera parte. Em sua análise, onde tudo se centra nessa figura máxima, salta o Michelet subjetivo, homem de letras, que iluminaria alguns dos acontecimentos da Revolução a serem transformados em “cenário” para o sujeito principal, o povo. Forma-se, assim, na sua obra, a imagem sublime do povo – entendido como unidade formadora da Pátria – que marcha para a Bastilha no 14 de julho, que conduz o rei de Versalhes a Paris, que protagoniza, enfim, a Revolução e, por conseguinte, a própria História.

No momento em que escreve Michelet está à procura desse povo de 1789 que tem a história nas mãos e se dispõe a conduzi-la. A idealização seria uma forma de projetar esse sujeito simultaneamente no passado (uma origem, um desenvolvimento orgânico, o pertencimento a um corpo, enfim, todo o conjunto de imagens “românticas” do lugar do homem no mundo) e no futuro (na possibilidade de uma retomada da história nas mãos pelo povo em nome da República). O olhar sobre sua contemporaneidade colocaria a necessidade de “ressuscitar” o passado, ou ao menos tentar provocar, pela memória, a ação dos homens no presente.

Nesse sentido, Michelet não apenas institui o povo enquanto sujeito da História quando cria uma imagem e/ou o analisa, mas também quando cede seu lugar de narrador da História a ele. O ato de se ausentar para dar a voz ao povo – o lugar vazio da ausência será preenchido por essa figura –, legitimaria sua supremacia e o transformaria no “grande historiador da França e da Revolução”, tal como no entender de Bollème. Ademais, com esse gesto traria o povo para a História, pois nela ele teria a palavra para escrever, para contar a sua própria história, ao passo que na Literatura, segundo ele, o escritor, e não o povo, seria o agente da linguagem e falaria em seu nome. Desse modo, ao falar pelo povo e para o povo (ele é o agente da linguagem porque também é povo), e ao deixar o povo falar por ele, através dele, por seu intermédio, Michelet faz uso de uma estratégia política para instituir esse sujeito e valorizá-lo na História, ao

passo que na Literatura os romancistas não teriam mérito para falar do povo (já que não são povo) e, por isso, sua linguagem deveria ser desacreditada. Ele, ao contrário, se retiraria, se ausentaria para devolver a palavra e a consciência ao povo, exercendo sua magistratura.

“A *história é o tempo*”⁵⁹⁷. É ela, de acordo com Michelet, que contém e revela a consciência coletiva, a língua popular que o povo ouve e pede, a “narração verdadeira” à qual ele adere porque a fez: “Ele precisa da *história*; o povo precisa da história de um povo (...)”⁵⁹⁸. Palavra que lhe deve ser devolvida: a palavra popular encontra-se na História, é a voz de todos; a História será sua própria narração. Logo, escrever “povo” é escrever a História; já não é falar a, para, no lugar de, mas dar a palavra a essa voz de silêncio. O historiador será o porta-voz, desde que se despersonalize para que a História, o “povo”, falem nele:

“Esse grande povo (...) que não tem sequer uma voz para gemer (...) eu, pobre sonhador solitário, que poderia oferecer a esse grande povo mudo? O que eu tinha: uma voz... Seja essa sua primeira entrada na Cidade do direito, de que foram excluídos até hoje. Fiz falarem neste livro aqueles que nem sequer sabiam que tinham algum direito no mundo. Todos aqueles que gemem ou sofrem em silêncio, tudo o que aspira e sobe na vida, são o meu povo... São o Povo. – Que venham todos comigo.”⁵⁹⁹

O historiador já não pode ser o autor que impõe uma língua. Michelet sabe disso tanto mais quanto, se escrever a História o levou a essa descoberta, a essa língua que ele quer encontrar e falar, sente que a traz em si graças à sua origem plebéia e que, portanto, deveria falá-la mais facilmente. Porém, enquanto “homem de cultura”, não pode fazê-lo; e, não o podendo, fica cada vez mais obcecado, de modo que essa relação com a língua, com a História, converte-se em sua história, num problema, o seu problema. O caso de Michelet seria exemplar porque ao saber do historiador acrescenta-se esse outro saber, uma memória, a de uma palavra que nele se calou. Este é o conflito, uma espécie de lamento que se exprime ao longo de sua vida. Ele quer fazer livros populares, um pesar que não o abandona até o fim:

⁵⁹⁷ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa...*, *op. cit.*, p. 291. Grifos do autor.

⁵⁹⁸ No original: “Il lui faut l’*histoire*; il faut au peuple l’*histoire* d’un peuple (...)” MICHELET, Jules. “L’*Étudiant*. Septième leçon (27 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 347. Grifo do autor.

⁵⁹⁹ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 169.

“Se abrirem meu coração depois de minha morte, lerão nele a idéia que me perseguiu: ‘Como virão os livros populares?’ (...) Nasci povo, tinha o povo no coração. (...) Pude, em 1846, estabelecer o direito do povo mais do que nunca se fez (...) Mas sua língua, sua língua me era inacessível. Não consegui fazê-lo falar.”⁶⁰⁰

Aos olhos de Michelet, escrever é despertar para essa questão que se refere ao mesmo tempo ao povo e à língua; é querer falar uma língua que a ciência, a cultura impedem de falar: “Para falar como homem a homens é preciso renunciar a uma bela linguagem, a da cultura, da distinção”⁶⁰¹. Daí, no autor, uma necessidade: não tanto transformar a própria cultura como difundi-la; é a educação. O homem que toma consciência disso passaria a ser mediador, mas é preciso que sua palavra também seja mediação. Palavra que é a única capaz de destruir essa muralha erguida pela cultura e tudo o que dela procede; palavra que deve ser forma e fruto de uma experiência e de um projeto que ele chama de “fraternidade”.

Michelet tem consciência de estar “ausente das realidades, há tanto tempo exilado num mundo de papel”⁶⁰²; sabe que se tornou um especialista das idéias e da linguagem, dono de um privilégio “aristocrático” que consiste em guardar a palavra, mesmo quando lhe é dada. Esta atitude é própria daquele que possui a cultura, a despeito do dever que lhe incumbe, pois deve tentar realizar a unidade da língua já que se encontra no centro de tudo. A esse respeito, Barthes comenta:

“Há, pois, um fracasso final de Michelet, e toda essa cosmologia da redenção resulta num infortúnio. Que grão derrisório é este nas ligações desse universo triunfante do liso e do quente? Nada mais que uma questão de linguagem: falar como o povo. Portanto, é toda a fala de Michelet – ou seja, toda a sua obra – que o mantém,

⁶⁰⁰ No original: “Si l’on ouvre mon coeur à ma mort, on lira l’idée qui m’a suivie: ‘Comment viendront les livres populaires?’ (...) Je suis né peuple, j’avais le peuple dans le coeur. (...) J’ai pu en 46 poser le droit du peuple plus qu’on ne fit jamais (...) Mais sa langue, sa langue, elle m’était inaccessible. Je n’ai pas pu le faire parler.” MICHELET, Jules. “Nos fils”. *Oeuvres Complètes de Michelet*. Paris, Flammarion, t. XX (1866-1871), 1987, pp. 497-498.

⁶⁰¹ Esta idéia encontra-se em MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Quatrième leçon (6 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, sobretudo pp. 305 e 307.

⁶⁰² No original: “Absent des réalités, depuis si longtemps, exilé dans un monde de papier (...)” MICHELET, Jules. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. I (1828-1848), 1959, p. 679. Esta anotação é de 20 de novembro de 1847.

dilacerado, longe de seu paraíso: ele foi talvez o primeiro dos autores da modernidade a poder somente cantar uma impossível fala.”⁶⁰³

No final de sua obra, o autor toma consciência de que a palavra que concerne ao povo só poderia ser, ou só teria razão de ser, se fosse uma troca, uma reciprocidade. Toda a obra, toda a reflexão, toda a história do homem Michelet parecem redundar na constatação de que escrever dá a consciência de que, seja o que for que se faça, deve-se renunciar a todos os artifícios, às “máquinas literárias”, a ser “o Senhor Autor”, e que se deve ser levado, somente pela própria escrita, a levantar questões verdadeiras: “Quando a evolução de minha História levou-me a tratar as questões atuais, e ao percorrer os livros onde foram discutidas, confesso ter ficado perplexo por notar quase todos em contradição com minhas lembranças”⁶⁰⁴.

O povo de que Michelet saiu, e que faz a História, a exige; ela não está escrita na língua dos livros, tampouco se conforma à que o autor escreveu. É a História que coloca a questão da língua, é ela que interroga o escritor, o romancista e o homem Michelet no mais profundo dele mesmo⁶⁰⁵:

“Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes... O povo era o mesmo, as mudanças são exteriores; a memória não me enganava... Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes, as palavras do bom senso.”⁶⁰⁶

Mas essa busca a que ele se entrega não dá resultados, não mais que o livro escrito (“Eu sentia que não era um livro popular”, diria o autor a respeito de *Le Peuple*); o escritor Michelet não pode deixar de ser um homem de cultura: “Rolei esses pensamentos durante toda a minha vida. Eles se rerepresentavam sempre e me oprimiam. Ali, senti a nossa miséria, a

⁶⁰³ BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 157.

⁶⁰⁴ MICHELET, Jules. *O Povo*, *op. cit.*, p. 03.

⁶⁰⁵ “(...) despojei o escritor, afastei-me dele e fiquei sozinho diante de mim... Depois abri o meu peito e li aí o livro do *Povo*.” No original: “(...) je dépouillai l’écrivain, je me plaçai à l’écart, et seul en face de moi... Et puis, j’ouvris ma poitrine, j’y lus le livre du *Peuple*.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Conclusion du cours: Le lendemain de la Révolution (1er avril 1848)”. *Cours au Collège de France*, t. II, *op. cit.*, p. 396. Grifo do autor.

impotência dos homens de letras, dos homens sutis. Eu me desprezava”⁶⁰⁷. E próximo da morte profetiza: o jovem, este pode realizar a obra, ser o *mediador* com o qual o escritor sempre sonhou, porque ainda está vivo e nele se podem identificar o povo e a vida:

“A ti, jovem, sejam dados os dons que me faltaram (Mas devo antes ajudar e preparar esse jovem. Por isso prossigo o meu trabalho histórico. Um livro é um meio de fazer um livro melhor). Filho do povo, menos distanciado dele, chegarás primeiro ao terreno de sua história, com sua força colossal e sua seiva inesgotável; meus regatos virão voluntariamente perder-se em tuas torrentes.”⁶⁰⁸

Michelet entende que a Revolução, tanto na literatura como na história e na política, é o nó de tudo. É a última palavra e também a primeira, o ato; até a Revolução, afirma o autor, o povo foi um enigma, depois passou a ser conhecido como fonte de vida: “Não se deve dizer a Revolução, mas a Fundação”⁶⁰⁹. Ele faz da Revolução uma religião, ou melhor, gostaria de continuar essa revolução para fazer dela uma religião.

O engajamento do autor consiste em passar da literatura à história. A Revolução é um passado a “ressuscitar” e a manter. Na sua opinião, toda obra é como um longo caminho que deveria conduzi-lo a ser ele mesmo, a continuar a ser o jovem para o qual ele se volta outra vez; e é exatamente aqui que se encontra o eterno problema, “ser jovem e velho ao mesmo tempo, ser um sábio, ser uma criança”. Michelet exortará esse jovem a ser povo e historiador ao mesmo tempo; é o jovem que realizará o sonho do próprio autor e que será esse mediador-escritor, ou, em outras palavras, “do povo sairá o historiador do povo”:

“Que quer dizer *jovem*? Quer dizer ativo, vivo, concreto, o contrário do abstrato; quer dizer caloroso, sangüíneo, ainda inteiro, espontâneo por natureza;

⁶⁰⁶ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 03.

⁶⁰⁷ No original: “J’ai roulé ces pensées toute ma vie. Elles se représentaient toujours et m’accablaient. Là, j’ai senti notre misère, l’impuissance des hommes de lettres, des subtils. Je me méprisais.” MICHELET, Jules. “Nos fils”, *op. cit.*, p. 497.

⁶⁰⁸ MICHELET, Jules. *O Povo, op. cit.*, p. 102.

⁶⁰⁹ No original: “Il ne faut pas dire la Révolution, il faut dire la Fondation.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Septième leçon (27 janvier 1848)”, *op. cit.*, p. 343.

enfim, como nos têm chamado, a nós outros saídos do povo, *bárbaro*; esta palavra sempre me agradou.”⁶¹⁰

Se se considera a Revolução como um momento privilegiado da unanimidade popular, é preciso tentar ver como o povo se unifica ou como a multidão é “uma entidade permanente, embora raramente organizada como tal em caráter permanente”, como a define Hobsbawm em obra já citada⁶¹¹. “Povo” são homens reunidos cuja comunidade representa uma força de coesão e coerência. Comunidade forte porque ela própria se forma. O povo se apresenta, e se representa, como poder de participação e de integração, no momento em que a comunidade unânime subverte qualquer hierarquia e qualquer ordem estabelecida: “O povo como lugar de fusão e de paixão é fonte e ser de revolução”⁶¹².

Como é que esse povo, que se diz ser mudo e desprovido de linguagem em decorrência de uma longa opressão, num dado momento toma de empréstimo uma língua para encontrar a sua e fazer ato de revolução? Tocqueville assiste a chegada da Revolução e a vê engendrada, de certa forma, pela literatura. Na França, como em nenhuma outra parte, idealiza o autor, houve contaminação, ou antes, compenetração entre a política e a literatura: todas as classes da sociedade francesa tornaram-se campo da literatura, e é essa “política literária” que, no seu entender, abriu o espaço revolucionário. Todos foram seduzidos pela simplicidade de um discurso que consistia em substituir a complicação das leis ou dos costumes das sociedades pelas regras simples e elementares; todos podiam exercitar-se nele, participar, acreditar. Todos podiam tomar parte dele, ter acesso “ao que havia de mais natural em matéria de estado social e de governo”, nas palavras de Tocqueville, e construir mentalmente essa sociedade ideal e razoável:

“Enquanto na Inglaterra aqueles que escreviam sobre o governo e aqueles que governavam misturavam-se, uns introduzindo idéias novas na prática e os outros corrigindo e circunscrevendo as teorias com a ajuda de fatos, na França o mundo político permaneceu como que dividido em duas províncias separadas e sem contato

⁶¹⁰ No original: “Que veut dire *jeune*? Cela veut dire actif, vivant, concret, le contraire de l’abstrait; cela veut dire chaleureux et sanguin, encore entier, spontané de nature; enfin, comme on nous a aussi appelés, nous autres sortis du peuple, *barbare*; ce mot m’a toujours plu.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Deuxième leçon (23 décembre 1847)”, *op. cit.*, p. 278. Grifos do autor.

⁶¹¹ HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários. Ensaios Contemporâneos*, *op. cit.*, p. 203.

⁶¹² BOLLÈME, Geneviève, *op. cit.*, p. 143.

entre elas. A primeira administrava e a segunda estabelecia os princípios abstratos sobre os quais qualquer administração deveria apoiar-se. Aqui tomavam as medidas particulares indicadas pela rotina, acolá proclamavam leis gerais sem nunca pensar nos meios de aplicá-los: para uns a direção dos negócios, para os outros a direção das inteligências.

Acima da verdadeira sociedade, cuja constituição ainda era tradicional, confusa e irregular, onde as leis permaneciam diversas e contraditórias, as camadas definidas, as condições fixas e os encargos desiguais, ia-se construindo pouco a pouco uma sociedade imaginária, na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, eqüitativo e conforme à razão.

Gradativamente, a imaginação da multidão fugiu à primeira para refugiar-se na segunda. Desinteressaram-se do que era para sonhar no que poderia ser e viviam pelo espírito na cidade ideal edificada pelos escritores.”⁶¹³

Aqui Michelet contradiz Tocqueville: com a revolta, a cólera e a eclosão da Revolução, o “povo” não podia compreender a literatura, ela não era de seu agrado. Conforme o autor, o povo só gosta de “coisas grandes e verdadeiras”; o que se lhe oferece não passa de uma língua de romance. E é nesse discurso “abstrato”, “literário”, “político” e “falso” – que fala do povo sem falar dele e que, além disso, lhe faz mal – que o povo vai inserir sua própria história, inverter “a abstração e o romanesco, as duas barreiras intransponíveis” de que fala Michelet, para aí introduzir “coisas e fatos”, encontrar sua linguagem própria e fundar sua soberania.

Desse modo, passa-se do romance político e literário, “da apaixonante sociedade imaginária”, para uma narração popular que vai exprimir a cólera, a paixão, a necessidade; passa-se de um discurso de direito a um discurso de fato; do discurso sobre o povo inofensivo, isolado, aparentemente morto, à voz do verdadeiro Povo. Como observa Bollème, acreditavam-no surdo e insensível, de modo que só se dirigiam aos que se encontravam acima dele. O povo não é chamado a dar sua opinião, o discurso estatui sobre ele, apieda-se dele, mas decide em seu lugar e por ele. A generosidade, a justiça são exercidas em espírito. Todos falam da miséria do povo, o rei, os partidos; fala-se dos direitos do povo, justificando-os pelas narrativas: as pessoas se entregam aos sentimentos narrados, à miséria, à compaixão, porém a sinceridade está apenas na narração, pois para o povo verdadeiro, o desprezo.

Nos textos de Michelet, portanto, duas linguagens vão se chocar, se afrontar: a de um impulso de justiça, de generosidade, e a outra de raiva, de amargura, que a primeira vai despertar

⁶¹³ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*, op. cit., p. 147.

em nome da situação particular das vítimas. A narração detalhada das misérias, das feridas dá origem a uma consciência, uma emoção: acrescenta-se à linguagem da pobreza que lhe é própria, aquela que dizem ser a sua e que lhe descrevem; é entre estes dois estados que o povo encontra a sua própria língua. A língua que se tomou emprestada e foi desenvolvida fez nascer “homens por si mesmos”; por ela exprimiram a sua fúria e os seus desejos no momento da Revolução. Assim, para além de uma massa ou classe social, o “povo” de Michelet se constituiria enquanto agente transformador e instrumento político de luta na História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I

“Nada de romances, eu vos peço, nem na forma, nem no fundo, nem nos fatos, nem no estilo.”

JULES MICHELET⁶¹⁴

Como pudemos acompanhar, a idéia da leitura como fonte de perigos não aparece apenas quando se trata de romances. A leitura em geral era vista como um risco para a saúde, pois o esforço continuado podia prejudicar os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago, como adverte Simon-Andre Tissot, médico suíço a quem se prestava muita atenção no século XVIII:

“Os inconvenientes dos livros frívolos são de fazer perder tempo e fatigar a vista; mas aqueles que, pela força e ligação das idéias, elevam a alma para fora dela mesma, e a forçam a meditar, usam o espírito e esgotam o corpo; e quanto mais este prazer for vivo e prolongado, mais as conseqüências serão funestas. (...) O cérebro que é, se me permitem a comparação, o teatro da guerra, os nervos que dele retiram sua origem e o estômago que tem muitos nervos bastante sensíveis, são as partes que mais sofrem ordinariamente com o trabalho excessivo do espírito; mas não há quase nenhuma que não se ressinta se a causa continua a agir durante muito tempo.”⁶¹⁵

Embora fonte de inconvenientes físicos, havia leituras que valiam a pena, ao passo que outras eram unicamente perniciosas. Dentre estas, muitos incluíam os romances, tidos como

⁶¹⁴ No original: “Rien du roman, je vous prie, ni de forme, ni de fond, ni dans les faits, ni dans le style.” MICHELET, Jules. “L’Étudiant. Septième leçon (27 janvier 1848)”. *Cours au Collège de France. Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d’Oscar A. Haac et d’Irène Tieder*. Paris, Gallimard, t. II (1845-1851), 1995, p. 349.

⁶¹⁵ No original: “Les inconvénients des livres frivoles sont de faire perdre le temps & de fatiguer la vue; mais ceux qui, par la force & la liaison des idées, élèvent l’âme hors d’elle-même, & la forcent à mediter, usent l’esprit & épuisent le corps; & plus ce plaisir a été vif & soutenu, plus les suites en sont funestes. (...) Le cerveau qui est, si l’on veut me permettre cette comparaison, le théâtre de la guerre, les nerfs qui en tirent leur origine, & l’estomac qui a beaucoup de nerfs très-sensibles sont les parties qui souffrent ordinairement le plutôt & les plus du travail excessif de l’esprit; mais il n’y en a presque aucune qui ne s’en ressente si la cause continue long-temps à agir.” TISSOT, Simon-Andre. *De la santé des gens de lettres*. Lyon, chez Pierre Duplain, 1775, pp. 20 e 26 respectivamente.

infames e ímpios, pois faziam com que se perdesse tempo precioso, além de corromper o gosto e apresentar situações moralmente condenáveis. Imaginava-se que esse tipo de leitura seria ainda mais perigoso quando realizado por mulheres, “ordinariamente governadas pela imaginação, inclinadas ao prazer e sem ocupações sólidas que as afastassem das desordens do coração”⁶¹⁶. A leitura de romances serviria apenas para aumentar o império dos sentimentos e da imaginação sobre seu espírito⁶¹⁷.

Considerações dessa natureza foram feitas, por exemplo, por Anne Therese Lambert, em obra já mencionada, na qual recomendava leituras para seus filhos e filhas. Enquanto para os rapazes propunha apenas a leitura dos textos de História – para que conhecessem os “grandes homens” – para as moças sugeria o contato com História grega, latina e francesa, com “um pouco de Filosofia”, com textos morais de Cícero e Plínio, e com poesias. As mulheres deveriam ser leitoras, mas tinham de fugir dos romances⁶¹⁸.

A leitura dessas obras, portanto, traria à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebia a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores.

Ao mesmo tempo que se gastava muita tinta em escritos contra os romances, textos tão apaixonados quanto os produzidos pelos detratores do gênero eram postos em circulação com o objetivo de defendê-lo. Grande parte do esforço empreendido por esses autores era feita no sentido de moralizar os leitores, ou seja, de torná-los pessoas melhores. Para tanto, contrapunham

⁶¹⁶ ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. *Os caminhos dos livros*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999, p. 279.

⁶¹⁷ Essas idéias correram o mundo. No México, no século XIX, o romancista Manuel Payno dizia que “uma mulher que não sabe costurar e bordar é como um homem que não sabe ler nem escrever.” Embora a costura fosse a atividade mais importante, acreditava haver algum proveito nos livros: “Há mulheres a quem lhes causa tédio a mera visão de um livro – isto é mal. Há outras que devoram quanta novela e papelucho cai em suas mãos – isto é pior.” *Apud* ABREU, Márcia, *ibid*.

⁶¹⁸ LAMBERT, Anne Therese M. C. *Avis d’une mère à son fils et à sa fille*. Paris, Ganeau, 1729. Importa notar que Jules Michelet, cento e trinta anos mais tarde, faria os mesmos apontamentos acerca do ensino da história para as meninas. Ainda que já citada, julgamos de grande valia repetir tal reflexão do historiador: “Mas bem antes de chegarmos a essa elevada simplificação em que a história se torna idêntica à própria moral, gostaria que minha jovem virgem fosse docemente nutrida de leituras sadias e virginais, tiradas sobretudo da Antigüidade, até mesmo do primitivo Oriente. (...) Se recolhêssemos alguns hinos realmente etéreos dos Vedas, tais preces, tais leis da Pérsia, tão puras e tão heróicas, juntando-lhes várias das tocantes pastorais bíblicas (Jacó, Rute, Tobias etc.), daríamos à menina um maravilhoso buquê de flores, cujo perfume, aspirado cedo e lentamente, impregnaria sua alma inocente e lhe ficaria para sempre. Nada de coisas complicadas de outrora. Longe, bem longe os Dantes e os Shakespeares, os sofistas e os mágicos da velhice do mundo! Mais longe os romances históricos, funesta literatura, que não se consegue mais desaprender e que faz ignorar solidamente a história para sempre! Quero cantos nutrizes, como a

os livros de máximas, que pretendiam corrigir os costumes por meio da reflexão, aos romances, que aconselhariam o leitor por meio da sua identificação com a trajetória das personagens.

Os defensores do gênero acreditavam que as emoções oriundas da identificação com os sentimentos e atitudes daqueles que figuram na narrativa seriam os agentes transformadores: se a vida em sociedade favorecia os vícios e ensinava como disfarçá-los, o romance os punha a nu e conduzia os leitores para o caminho da virtude. O romance seria, nessa perspectiva, educativo e teria um efeito moralizador, quase religioso. Esta dimensão da leitura fica clara quando Diderot diz que, graças a Richardson,

“(...) eu amei mais meus semelhantes, amei mais meus deveres; se eu não tive para com os maus senão piedade; se concebi mais comiseração para com os infelizes, mais veneração para com os bons, mais circunspeção no uso das coisas presentes, mais indiferença acerca das coisas futuras, mais menosprezo para com a vida, e mais amor para com a virtude (...)”⁶¹⁹

Por meio do retrato cuidadoso das personagens, da variedade de traços de personalidade atribuídos a cada uma delas, da proliferação de detalhes realistas, Richardson teria criado um mundo ao qual o leitor receptivo não poderia resistir, cabendo-lhe apenas ser absorvido. Uma vez dominado pela trama, aprenderia a admirar a bondade e a desmascarar o mal, tornando-se apto a praticar o bem no seu retorno à vida real. Dessa forma, enquanto a leitura intensiva e discutida de textos religiosos pretendia fornecer padrões de conduta ao leitor, Diderot parece substituir o objeto de estudo – colocando os romances no lugar das obras religiosas – mantendo, entretanto, o mesmo tipo de leitura.

Para além das obras sagradas, os defensores do romance afirmavam a superioridade do gênero em comparação com as máximas, pouco eficazes, pois propunham idéias abstratas com as quais o leitor poderia ou não se identificar. Acreditavam que o romance era mais apropriado como instrumento de moralização, uma vez que apresentava a “moral em ação”, encarnada nos comportamentos e atitudes das personagens.

Ilíada e a Odisséia. Esta é o livro de todos, o melhor para uma jovem mente. Livro jovem também, mas tão sábio!” MICHELET, Jules. *A Mulher*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 121.

⁶¹⁹ DIDEROT, Denis. “Elogio a Richardson”. DIDEROT, Denis. *Obras II: Estética, Política e Contos*. GUINSBURG, J. (org.). São Paulo, Perspectiva, v. II, 2002, p. 22.

Também defensor do romance, marquês de Sade, em texto publicado em 1800, considerava a leitura dessas narrativas superior à experiência real, já que na vida “as máscaras” nos impediriam de conhecer efetivamente as pessoas. Os romances, ao contrário, tratariam justamente do coração humano: sua função seria dissecar e mostrar o que se passa no interior dos homens, longe das aparências, fazendo um retrato “muito mais interessante e ao mesmo tempo muito mais verdadeiro”⁶²⁰. O compromisso com a verdade, no seu modo de ver, afastaria a presença do impossível, mas não o da imaginação, que deveria ser usada para “ornar e tornar maravilhoso” o real.

Representativa da importância dos relatos verdadeiros e das “injustiças” cometidas pelos romancistas ao se utilizarem de artifícios literários para descrever a realidade, é a polêmica travada entre Michelet e os literatos de seu tempo a propósito de seus romances. O historiador apoia-se no princípio de “verdade histórica” elaborado por Vico e largamente difundido nos anos 1700 para criticar a organização dessas obras, atacando a inverossimilhança na construção das personagens, as falhas de estilo e, principalmente, o mau uso da História feito nos romances.

Para ele, a História seria prejudicada por essas narrativas, porquanto criavam falsos relatos sobre o passado, sobre as origens dos povos, sobre o comportamento de imperadores e reis. A mesma falta de preocupação com a verdade interferiria na geografia, visto que os romances retratavam lugares e povos fantasiosos ou acontecimentos imaginários localizados em lugares reais, criando um embaralhamento de valores que levaria o leitor a suspeitar desse conhecimento e a acreditar em romances de viagem. A epopéia também seria afetada, já que, por influência dos romances, passaria a tomar por tema principal o amor, deixando em segundo plano a narrativa dos feitos heróicos. Da mesma forma, a tragédia seria “amolecida”, pois também tinha de tomar o sentimento amoroso como central; e, finalmente, a eloquência seria prejudicada, dado que nos romances abundavam as descrições excessivamente detalhadas, os discursos rudes e as conversações grosseiras. Embora, do ponto de vista moderno, as queixas de Michelet possam parecer inadequadas, o procedimento adotado por ele – ler um gênero novo com critérios antigos – permaneceu forte, atraindo seguidores ao longo do século XIX que, tal como ele, pensavam haver uma excessiva tolerância com os romances por parte daqueles que acreditavam que o único problema era a perda de tempo com coisas inúteis.

⁶²⁰ SADE, Marquês de. “Nota sobre romances ou A arte de escrever ao gosto do público”. *Os Crimes do Amor*. Porto

Trata-se, portanto, de ver a História, e não mais a Literatura, como uma fonte de exemplaridade. Por isso, ao escrever *Le Peuple* como contraponto à literatura em voga no seu tempo, Michelet faz emergir uma historiografia que vai reivindicar para si esse lugar de instrução do povo, já que procurará inculcar-lhe certos valores, como bondade, fraternidade e união, que deveriam nortear suas realizações.

Foi baseando-se na experiência revolucionária que a historiografia “romântica”, sobretudo com Michelet, construiu a imagem mítica do povo como personagem coletiva dotada de alma. Enigmático ou inacessível, algoz ou vítima, messias ou mártir, eis aí o “povo” de Thierry, de Guizot, de Lamartine, de Quinet e de todos os utópicos românticos⁶²¹, as massas populares, a grande legião dos deserdados que, após a Revolução e os fracassos políticos subsequentes, se encontram num estado de “impotência moral” que o próprio Michelet não hesita em diagnosticar como falta de compaixão ou quebra profunda de todos os laços de sociabilidade.

Michelet nos oferece em *Le Peuple* um comovedor testemunho do que considerou o maior mal de sua época: a ausência de solidariedade social gerando a ignorância mútua, a incompreensão, a desconfiança e o desprezo entre os homens, grupos e classes. Nunca até então, na História, lamentava ele, foram criadas tantas condições para produzir um ideal comum e, paradoxalmente, nunca o homem esteve tão isolado num funesto universo de máquinas, de fábricas, de sinuosas burocracias e enormes exércitos. Na sua opinião, para tão grande mal seria necessário igual remédio: “curar a própria alma humana”. Seria preciso descer às profundezas do calor comunitário, seria indispensável recuperar primeiro a amizade pessoal para, depois, sublimá-la na mais nobre das amizades: o amor pela pátria, esta “Grande Amizade”, única capaz de nos arrancar do acanhado círculo de nós mesmos, de nosso egoísmo pequeno e mesquinho; esta Amizade maior, mãe das grandes e pequenas virtudes, inspirada pelo desejo de altruísmo e sacrifício, seria a grande aura nacional que, na utopia de Michelet, neutralizaria toda desigualdade econômica, social e cultural, tornando os homens partícipes de algo mais rico, variado e eterno. Tudo isso, que era parte constitutiva do *instinto do povo*, apresentava-se

Alegre, L&PM, 2001, p. 46.

⁶²¹ A respeito dos utópicos românticos, ver CROSSLEY, Ceri. *French Historians and Romanticism: Thierry, Guizot, The Saint-Simonians, Quinet, Michelet*. London, Routledge, 1993 e SALIBA, Elias Tomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

ignorado e bloqueado por todas as forças na sociedade do século XIX, tanto pelos governos e partidos quanto pelas instituições e classes dominantes:

“Uma base imutável, inalterável, de sociabilidade, dorme nas minhas profundezas. Está totalmente de reserva; sinto-a em toda parte nas massas, quando desço até elas, quando as escuto e as observo. Por que estranhar que este instinto de sociabilidade fácil, tão desencorajado nos últimos tempos, tenha se contraído, recuado?... Ludibriado pelos partidos, explorado pelos industriais, posto sob suspeita pelo governo, ele já não se mexe, já não age. Todas as forças da sociedade parecem apontadas contra o instinto social! Unir pedras, desunir homens, é só o que sabem fazer.”⁶²²

Assim, se anteriormente a Literatura preocupava-se em contribuir para a formação da sensibilidade e da mentalidade da nação (literatura de intenção pedagógica), podemos dizer que a produção de Michelet no século XIX, em oposição aos romancistas do período “que pintavam tão mal a gente do povo”, visa assumir esse compromisso no campo da História, fazendo do “povo” um poderoso agente político transformador.

Os postulantes de uma nova história na atualidade (história/imaginário, história/representação, mentalidade, sensibilidade etc.), apesar de não mais admitirem o estatuto dogmático da verdade para o fato histórico, afirmam que essa narrativa não se desfez totalmente do seu empenho em fazer da versão do passado do historiador (o que poderia ter sido) a versão daquilo que “realmente foi”. A tensão presente entre a pretensão da cientificidade e a postura assumida com a representação remete ao enfrentamento entre “veracidade do fato”, “credibilidade da interpretação” e a pertinência da construção.

No resgate dos dados da passividade e na articulação de uma versão daquilo que poderia ter sido, há um processo seletivo de discursos e imagens. Esta memória social, assim constituída, é uma representação que se socializa e que tem um conteúdo pragmático e mobilizador. Embora menos enfática ou didática na sua formulação, a Literatura, tal como a História, também constitui uma socialização das memórias, das narrativas e dos discursos. Ambas visam obter comportamentos e formas de pensar desejadas, fornecendo uma

⁶²² MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 192.

exemplaridade e jogando com as estratégias da convicção, da verossimilhança, da credibilidade e da autoridade da fala.

Assumir este campo de entrecruzamento não visa estabelecer hierarquias valorativas entre as áreas de saber, mas partir de uma postura na qual se entende as narrativas literária e histórica como formas diferenciadas de percepção e leitura do real, visto que ambas contribuem para a atribuição de uma identidade, social e individual, provocando modelos e padrões de conduta.

II

“História e Literatura, duas escritas que, de maneira diversa, dividem o projeto ambicioso de apreender as sociedades. Por certo, a espécie de cumplicidade existente entre a história e a literatura não se satisfaz com a hierarquia dos diversos documentos sobre os quais ela trabalha. Como se pode contar com uma documentação como os romances e as crônicas, produtos da imaginação romanesca, fragmentos de memórias, lembranças pessoais, escritos que não reivindicam nenhum acordo expresso com a ‘realidade’, que no máximo contam com a verossimilhança?”

MARIA STELLA M. BRESCIANI⁶²³

Nos dias atuais, frente à incerteza provocada pela queda dos modelos teóricos explicativos da realidade, anteriormente fundamentados em garantias, tais como a mitologia, a religiosidade ou a ciência, reabre-se o debate a respeito da verdade e da ficção, do real e do imaginário, do simbólico e da finalidade da narrativa histórica. Dessa polêmica, a escrita histórica e a literária são colocadas como formas ou leituras possíveis do real.

⁶²³ No original: “Histoire et littérature, deux écritures qui, de manière diverse, partagent le projet ambitieux d’appréhender des sociétés. Certes l’espèce de complicité entre l’histoire et la littérature ne s’accomplit de la hiérarchie des divers documents sur lesquels il travaille. Comment peut-on se fier à une documentation comme les romans et les chroniques, produits de l’imagination romanesque, morceaux de mémoires, souvenirs personnels, écrits qui ne revendiquent aucun accord précis avec la ‘réalité’, qui tiennent surtout au vraisemblable?” BRESCIANI, Maria Stella M. “La Rue: entre Histoire et Littérature”. *Littérature/Histoire: regards croisés*. Paris, Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, “Civilisations”, n° 20, 1996, p. 143.

Se a História do século XIX, enquanto campo de saber científico, é marcada pela exigência da busca de um paradigma, no qual a objetividade e o distanciamento entre autor e obra demarcariam as fronteiras entre as ciências, a História contemporânea tem como desafio restabelecer o diálogo e a interação com as diversas áreas do saber, que a ciência moderna, em nome da objetividade, pretendeu romper.

Dentre os autores preocupados com a questão da narrativa nessa nova concepção de história, em que as ciências se entrecruzam e interagem, serão abordadas as produções de Paul Veyne, Lawrence Stone, Eric J. Hobsbawm, Roger Chartier, Hayden White, Peter Burke, Alfredo Bosi, François Hartog e Jeanne Marie Gagnebin, além de Carlo Ginzburg, Jacques Revel, Linda Hutcheon, Edgar de Decca e Maria Stella Bresciani. De forma geral, essas produções têm como pressuposto uma aproximação da história com a literatura no que se refere a utilização da narrativa como forma de discurso histórico, distanciando-se, contudo, quanto aos métodos, procedimentos e regras básicas de funcionamento das disciplinas, com exceção de Bosi, que as concebe como campos heterogêneos e, portanto, com discursos de natureza distintas, e White, para quem a diferença se restringe apenas ao conteúdo desses discursos.

Faz-se necessário ressaltar que, apesar de presente no cenário acadêmico atual, este debate não é recente, como se pode notar na obra de Paul Veyne. Nela, o autor concebe a história como uma narrativa de acontecimentos reais que tem o homem como ator. Os fatos não existem isoladamente; o que lhes confere sentido é a trama, ou seja, o encadeamento e a ordenação desses fatos produzidos pela narrativa histórica. A história assim escrita aproxima-se do romance, mas diferencia-se dele no que tange a singularidade dos eventos no tempo, pois no romance os fatos podem se repetir sem necessariamente ter ocorrido em momentos distintos. Na história, o que individualiza os acontecimentos “não é a sua diferença nos pormenores, a sua ‘matéria’, o que eles são em si próprios, mas o facto [*sic*] de acontecerem, quer dizer, acontecerem num dado momento; a história não se repetirá nunca, mesmo que lhe aconteça repetir a mesma coisa”⁶²⁴.

Tal como Veyne, Stone define a narrativa como “a organização de materiais numa ordem de seqüência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas (...) é uma modalidade de escrita histórica, modalidade esta,

⁶²⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 1971, p. 18.

porém, que também afeta e é afetada pelo conteúdo e pelo método”⁶²⁵. O autor destaca a diferença da história narrativa, como sendo mais descritiva do que analítica e tendo como enfoque central o homem e não as circunstâncias, em contraposição à história estrutural que trata do coletivo e do estatístico. Como indica, o historiador narrativo não constrói sua obra alicerçado em análises estruturais, mas também não as desconsidera completamente; preocupa-se principalmente com aspectos retóricos de sua apresentação.

Considerando que um dos aspectos relevantes da questão da narrativa histórica diz respeito ao seu ressurgimento, continuidade ou uma nova forma de historiar, Stone acredita num retorno da narrativa face à desilusão com o modelo determinista econômico de explicação histórica. Dentro deste modelo, três tipos de história científica se sobreporiam aos demais: o modelo econômico marxista, o modelo ecológico-demográfico francês e a metodologia “cliométrica” americana⁶²⁶.

Para o autor, várias são as causas do ressurgimento da narrativa, sendo a primeira delas a substituição da sociologia e da economia pela antropologia como a ciência social que, apesar de a-histórica devido a sua falta de interesse pela transformação ao longo do tempo,

“(…) nos ensinou como é possível elucidar de maneira brilhante um sistema social e um conjunto de valores em sua totalidade, com o uso de um método intensivo de registrar em detalhes minuciosos um único acontecimento, desde que seja situado com todo o cuidado em seu contexto global, e com todo o cuidado analisado pelo seu significado cultural.”⁶²⁷

Outra razão apontada por Stone é a influência da psicologia sobre uma geração de historiadores que passou a dar maior atenção aos sentimentos, emoções, padrões de comportamento, valores e estados de espírito, interesse esse estimulado pela crise da história tradicional, eminentemente política, frente às questões atuais referentes mais às massas do que às elites, mais às nossas próprias vidas do que às dos “grandes heróis”.

⁶²⁵ STONE, Lawrence. “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma Nova Velha História”. *Revista de História*. Campinas, Ed. da UNICAMP, nº 2/3, 1991, p. 13. Publicado originalmente em *Past and Present*, nº 85, nov. 1979.

⁶²⁶ Sobre os diferentes tipos de história científica que têm como objeto de análise o econômico e não o homem, consultar, entre outros, STONE, Lawrence, *ibid.*

Além dessas, a vontade dos historiadores de se tornarem novamente acessíveis a um público leigo, “sem estômago para tabelas estatísticas indigestas, argumentos analíticos áridos e uma prosa cheia de jargões”, mas disposto a aprender métodos e dados inovadores, coloca-se também como causa para que a narrativa volte a se manifestar.

Diante disso, Stone diagnostica que “o movimento em direção à narrativa por parte dos ‘novos historiadores’ marca o fim de uma era: o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação do passado”⁶²⁸. Em suma, esses historiadores diferenciariam-se dos tradicionais em seu interesse pela vida, pelos sentimentos e comportamentos da massa; por conceberem a análise tão essencial em seu método quanto a descrição; por buscarem novas fontes; por serem influenciados pelo romance moderno no que concerne a exploração do subconsciente em detrimento dos fatos em si, e por contarem histórias de uma pessoa ou episódio para entender o funcionamento de uma cultura ou sociedade do passado.

Por outro lado, a adoção da narrativa pelos “novos historiadores” poderia apresentar alguns problemas: levar a uma volta ao antiquarismo, ao contar histórias por elas mesmas; ter dificuldade em distinguir o normal do excêntrico; concentrar-se no sensacional, deixando de lado o cotidiano da vida das pessoas; utilizar os exemplos selecionados como um recurso retórico e não uma prova científica, e, por fim, oferecer uma explicação plausível para sua interpretação dos fatos.

Como vemos, muitas são as transformações ocorridas na natureza do discurso histórico, desde seu conteúdo, objetivo e método até a forma de se escrever história, servindo-nos o alerta de Stone para a utilização da palavra “narrativa”, pois, no seu entender, uma única palavra é incapaz de conter todas as mudanças que se processam no campo historiográfico.

A partir das questões levantadas pelo autor, Hobsbawm analisa o significado e os compromissos da tarefa da escrita da história. Em seu ensaio “A volta da narrativa”⁶²⁹, de 1980, contribui criticamente para o debate inaugurado por Stone, no que diz respeito ao “retorno” do uso da narrativa historiográfica. Na sua opinião, não se pode afirmar que as modificações

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 25.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 32.

⁶²⁹ HOBBSAWM, Eric J. “A volta da narrativa”. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 201-206.

acontecidas nessa área⁶³⁰ constituem um “ressurgimento da história narrativa”, tal como a define Stone. Na visão de Hobsbawm, pouco há de história narrativa simples nas obras referidas por esse autor, já que para a maioria delas o evento, o indivíduo e o modo de pensar o passado são meios de esclarecer uma questão mais ampla que excede os relatos particulares e os indivíduos neles inseridos. Assim, Hobsbawm critica Stone por privilegiar uma sobreposição da narrativa sobre a história analítica e estrutural, uma vez que acredita existirem elementos comuns às duas formas de escrita historiográfica.

O fato de a nova história basear-se principalmente no estudo dos homens e das mentalidades e dos historiadores concordarem que a economia já não é suficiente para uma análise da realidade, de acordo com Hobsbawm, não representa necessariamente um retorno à narrativa da maneira concebida por Stone. É certo que este autor, preocupado com a crise dos modelos explicativos da realidade histórica, visualiza na narrativa “orientada por algum ‘princípio fecundo’ e que possui um tema e um argumento”, a constituição de um possível paradigma que valorize novamente a função do historiador de contar histórias. No entanto, Hobsbawm, apesar de reconhecer a tentativa do escritor nesse sentido, não a reputa satisfatória por considerar equivocado o argumento por ele utilizado⁶³¹.

Quando se fala em crise dos modelos de análise da realidade, alguns elementos importantes, que contribuem para esse debate, podem ser encontrados no estudo de Roger Chartier. Para ele, alguns dos diagnósticos feitos sobre a história a partir dos anos 60 podem resumir-se a expressões como “tempo de incertezas”, “crise epistemológica” e “virada lingüística”. Neste contexto, os paradigmas marxista, estruturalista e o quantitativo⁶³², dominantes até então, perdem sua capacidade estruturadora. Além disso, os procedimentos

⁶³⁰ Para Hobsbawm, “pode-se sugerir que um dos elementos dessas mudanças reflete o notável alargamento do campo da história nos últimos vinte anos, caracterizado pela ascensão da ‘história social’, esse recipiente amorfo para tudo, desde mudanças no físico humano até o símbolo e o ritual, e sobretudo para as vidas de *todas* as pessoas, de mendigos a imperadores.” *Ibid.*, p. 203. Grifo do autor. Em virtude da ampliação do campo histórico, a dificuldade técnica em escrever história aumenta, bem como a capacidade de síntese que, segundo Hobsbawm, faz com que os historiadores recorram a antigas técnicas da literatura, bem como aos modernos recursos audiovisuais para apresentar e sintetizar a história, o que não teria sido considerado por Stone.

⁶³¹ Neste aspecto, Chartier corrobora com Hobsbawm ao considerar que o suposto “retorno da narrativa” é uma questão mal colocada: “Como, na verdade, poderia haver ‘retorno’ ou redescoberta onde não houve nem partida nem abandono? A mutação existe mas é de outra ordem. Ela tem a ver com a preferência dada recentemente a algumas formas de narrativa em detrimento de outras, mais clássicas.” CHARTIER, Roger. “Le temps des doutes”. *Le Monde*. Paris, março/93, pp. VI-VII. Este artigo encontra-se traduzido por Dora Rocha como “A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994, p. 103.

⁶³² Para melhor entendimento desses paradigmas, ver CHARTIER, Roger, *ibid.*, p. 101.

literários pelos quais uma narrativa se subtrai à literatura, são alvo de uma reflexão mais ampla e coletiva.

A importância de Chartier para esta questão restringe-se ao levantamento dos diversos autores que se preocupam com os desafios impostos pela nova história, principalmente no que se refere ao modo de escrita e ao ofício do historiador. No concernente a maneira de escrever, conforme o autor, há um reconhecimento dos historiadores de que seu discurso, qualquer que seja sua forma, é sempre uma narrativa. Para tanto, vale-se do argumento de Paul Ricoeur, segundo o qual “(...) toda história, mesmo a menos narrativa, mesmo a mais estrutural, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas”⁶³³. Aos olhos de Ricoeur, elementos como sociedade, classes e mentalidades são “quase-personagens” dotados de características dos heróis singulares ou de indivíduos comuns que constituem a coletividade que essas categorias abstratas designam.

Ainda no que tange a escrita, bem como ao ofício do historiador, Chartier faz uso da concepção de Pierre Vidal-Naquet, para o qual o historiador não faz literatura, mesmo que escreva de uma forma “literária”, em virtude de sua dependência em relação ao arquivo e aos critérios de cientificidade (construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso e seu objeto) próprios da sua profissão.

A recusa em reduzir a história a uma mera atividade literária ficcional fez com que Chartier retomasse a obra de Michel de Certeau, especificamente no conceito de história enquanto prática “científica” produtora de conhecimentos:

“(...) a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’, se entendemos por isso ‘a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ *operações* proporcionais à *produção* de objetos determinados’.”⁶³⁴

⁶³³ Apud CHARTIER, Roger, *ibid.*, p. 103.

⁶³⁴ Apud CHARTIER, Roger, *ibid.*, p. 111. Grifos do autor.

Contra-pondo-se a Certeau, Hayden White⁶³⁵ considera que a narrativa historiográfica aproxima-se mais da literatura do que da ciência. No seu ponto de vista, todas as narrativas são “ficções verbais”, sendo que a histórica é uma entre tantas outras possíveis. Tal postura incomoda os historiadores, já que nessa concepção a história não existe como tal, mas é uma reelaboração do real e do passado, o que aproxima perigosamente o historiador de um escritor de ficção. A história, assim, assemelha-se à literatura e perde seu estatuto científico⁶³⁶.

Segundo White, a história só é acessível por meio da linguagem estando indissociável do discurso feito sobre ela, ou seja, estabelece uma relação com o passado mediada por um discurso histórico. O historiador pressupõe a existência do passado para dele extrair um conhecimento que se transforma em histórias a serem contadas. Na medida em que existe um passado, os eventos, as pessoas e as estruturas podem ser estudadas historicamente, mas a simples condição de passado não as torna históricas: “(...) é apenas ao serem transformados em assunto do discurso histórico que nossa informação e nosso conhecimento sobre o passado podem ser considerados ‘históricos’”⁶³⁷. Dessa forma, o discurso historiográfico produz interpretações das informações e conhecimentos do passado⁶³⁸.

Convém recuperar do texto de White não sua preocupação com os métodos de pesquisa utilizados na investigação do passado, mas com a escrita da história e o tipo de discurso produzido pelos historiadores nessa disciplina. Não se trata de ser possível ou não realizar uma abordagem científica sobre o passado, e sim de explicar a permanência da narrativa na

⁶³⁵ WHITE, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994, pp. 23-48. Do mesmo autor, ver também “O Texto Histórico como Artefato Literário”. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, EDUSP, 1994, pp. 97-116.

⁶³⁶ Como vimos, Edgar De Decca censura o crítico literário americano por reduzir todo o conhecimento histórico aos seus aspectos narrativos: “Utilizando os tropos da teoria literária, Hayden White criou um modelo de análise capaz de reduzir quase um século de conhecimento e pesquisa histórica à dimensão narrativa da historiografia.” DECCA, Edgar Salvadori de. “O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola pra você, Hayden White”. AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos S. B. e VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo, Xamã, 1997, p. 198.

⁶³⁷ WHITE, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História”, *op. cit.*, p. 24. Assim como White, Linda Hutcheon acredita que no pós-modernismo, tanto a história como a ficção são discursos, construtos lingüísticos, sistemas de significação. A partir dessa identidade que obtêm sua pretensão à verdade: o passado realmente existiu antes da sua “textualização” na ficção ou na história, sendo que ambos os gêneros constróem à medida que textualizam o passado por meio de documentos, arquivos e testemunhos. Hoje, o que a teoria pós-moderna contesta é a separação entre o literário e o histórico, privilegiando o que esses campos têm em comum mais do que suas diferenças. HUTCHEON, Linda. “Metaficção historiográfica: ‘o passatempo do tempo passado’”. *Poética do Pós-Modernismo. História, Teoria, Ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

historiografia. Fica claro que no discurso histórico “a história é antes de mais nada um artefato verbal, produto de um tipo especial de uso da linguagem”⁶³⁹, entendida como o seu “conteúdo”. Logo, White classifica o discurso histórico como interpretação, mais do que como explicação ou descrição dos acontecimentos, um tipo de escrita que nos instiga a pesquisar cada vez mais. No entanto, o historiador deve diferenciar o estudo de um arquivo com informações sobre o passado do discurso feito por ele sob a forma narrativa, que produz interpretações dos eventos e lhes dá sentido e coerência, sem os quais seriam apenas acontecimentos cronologicamente ordenados⁶⁴⁰.

Deve-se considerar que o discurso histórico se vale de componentes e estruturas próprias da teoria literária, colocando-se, desse modo, no cerne da discussão sobre a legitimidade de seu estatuto científico. A questão da narrativa foi colocada nesse debate exclusivamente no que tange a sua adequação ao objetivo e aos propósitos do discurso científico. Para alguns, o modo narrativo do discurso, por natureza “literário”, não se adapta à escrita de uma história que pretende ser científica; para outros, a narrativa, embora distinta do modo de escrita dominante nas ciências físicas, é perfeitamente adequado à explicação de eventos especificamente históricos. Desse debate, segundo White, conclui-se que a narrativa na historiografia pode ser empregada apenas em determinadas circunstâncias. Talvez uma delas seja, como sugere Stone, tornar a história acessível e interessante ao público leitor leigo.

Ainda conforme White, nem todas as narrativas são ficções literárias, como no caso da histórica que pode ser enunciada num modo narrativo, mas nem por isso torna-se mítica, ficcional, imaginária e não-realista. Como se vê, o discurso histórico, no entender desse autor, é um caso especial do discurso em geral. A investigação histórica é própria dessa área de

⁶³⁸ Na visão de Barthes, citado por White, a narrativa é um instrumental discursivo tão efetivo para produzir interpretações das informações e conhecimentos do passado quanto o modo dissertivo preferido pela historiografia científica.

⁶³⁹ WHITE, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História”, *op. cit.*, p. 26.

⁶⁴⁰ A crítica que se faz a White refere-se ao seu pressuposto de que o procedimento da pesquisa histórica não tem uma relação direta com a escrita e nem com o resultado final do trabalho. A escolha do tema e das fontes utilizadas não refletiria sobre a escrita que, para ele, é composta por elementos e estruturas próprias. Entretanto, para alguns escritores, como Jacques Revel, o historiador não deveria separar a escrita historiográfica e os procedimentos de pesquisa, tal como concebe White. Para Revel: “(...) uma escolha narrativa decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos da pesquisa. Os dois aspectos na verdade não podem ser dissociados. A invenção de um modo de exposição não produz apenas efeitos de conhecimento. Ela contribuiu explicitamente para a produção de um certo tipo de inteligibilidade em condições experimentais definidas.” REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1998, p. 36.

conhecimento, mas seu discurso toma emprestado da teoria literária recursos, técnicas e concepções da linguagem relativos à fala, textualidade, autoria, público, códigos e referências.

Igualmente atento ao debate acadêmico contemporâneo relacionado ao entrecruzamento da história e da literatura, Peter Burke organiza um estudo que trata da questão das fronteiras do conhecimento. Como vimos, tal discussão está balizada pelo fim das certezas face à derrocada dos modelos explicativos da realidade.

Para Burke, as fronteiras entre *história* e *ficção* se movem no tempo, ora funcionando como obstáculos à comunicação, ora como regiões de encontro entre as áreas. Da Antigüidade ao Renascimento, por exemplo, a fronteira era mais aberta, na visão do autor, devido aos discursos que, em geral, misturavam fatos e imaginação, o que não ocorre a partir da segunda metade do século XVIII, quando a fronteira começa a se fechar e os gêneros passam a disputar o domínio da verdade e a consciência dos leitores:

“Apesar do trânsito de um lado para outro, a fronteira entre história e ficção foi relativamente nítida durante esse período. Romances históricos e histórias narrativas eram opostos complementares, com uma divisão clara de trabalho entre os autores. Historiadores profissionais, na era de Ranke e seus discípulos, se restringiram a narrativas de grandes eventos e aos feitos de grandes homens. Por sua vez, os romancistas históricos clássicos não interferiram em interpretações correntes da história, e menos ainda em grandes eventos; ao contrário, aceitaram-nos como verdadeiros. Romancistas tinham licença para inventar personagens menores, ilustrando os efeitos de grandes mudanças históricas num nível local ou pessoal.”⁶⁴¹

Somente no século XX é que a fronteira entre história e ficção se reabre, de acordo com o autor, “em busca de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo (seja marxista ou estruturalista)”⁶⁴².

Diferenciando-se de Burke, para quem história e ficção são opostos que se complementam, Alfredo Bosi⁶⁴³ considera que o discurso histórico e o ficcional são de naturezas distintas, o que inviabiliza a idéia de fronteira entre os campos de saber, tidos como

⁶⁴¹ BURKE, Peter. “As Fronteiras Instáveis entre História e Ficção”. AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos S. B. e VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Gêneros de Fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário*, op. cit., p. 112.

⁶⁴² *Ibid.*, p. 114.

⁶⁴³ BOSI, Alfredo. “As fronteiras da Literatura”, *ibid.*, pp. 11-19.

heterogêneos, sem qualquer paralelo. Na sua opinião, há uma separação, e não uma oposição, entre *ficção* e *não-ficção*, sendo a primeira relacionada ao campo da arte e da estética, como os romances que criam e apresentam o real, e a segunda referente ao campo da história política e da ciência, tal como as cartas, memórias, autobiografias e tudo o mais relacionado à experiência, ao real que aconteceu.

Para além dos opostos história/literatura, história/ficção e ficção/não-ficção, François Hartog⁶⁴⁴ e Jeanne Marie Gagnebin⁶⁴⁵ procuram demonstrar que a história, enquanto uma narrativa entre outras, singulariza-se pela relação específica que mantém com a verdade, já que tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. Ambos concordam que o trabalho do historiador, seu talento, sua originalidade com relação a seus predecessores, decorre do seu domínio da arte da exposição, da retórica, da narrativa enquanto cristalização de um tempo que tem sua historicidade que deve ser recuperada na tentativa de responder às questões colocadas pelo presente.

Os autores afirmam ainda que tanto a história como a literatura fazem uso da narrativa, bem como da imaginação, como formas de se expressar, mas que o literato é dotado de uma maior liberdade para criar, já que o elemento imaginativo no trabalho do historiador está disciplinado ao raciocínio lógico ou dialético, ou seja, formatado pelas informações e pelos vestígios presentes nos documentos e nas fontes em que se baseia.

Desse modo, podemos notar que a maneira clássica de ser da história – construção de um saber com estatuto de ciência e objetivando a verdade – teria sido substituída por outra, na qual as fontes são consideradas “indiciárias” daquilo que poderia ter sido e com as quais o historiador constrói sua versão dos fatos⁶⁴⁶. Neste caso, a história se reveste de uma função de criação, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar uma intriga, recuperar significados, muito embora não haja dúvida de que o critério de veracidade não foi completamente abandonado por ela, assim como também seu método impõe limites ao componente imaginário. Em outras palavras, apesar de uma nova história ter abdicado do seu

⁶⁴⁴ HARTOG, François. “A Arte da Narrativa Histórica”. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ/FVG, 1988, pp. 193-201.

⁶⁴⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O Início da História e as Lágrimas de Tucídides”. *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro, Imago, 1977, pp. 15-38.

⁶⁴⁶ Conforme GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

poder de designação da verdade, ocorreria um processo de busca pela autenticidade da fonte, ditada pelos princípios de cientificidade pertinentes ao método.

Neste momento, faz-se necessário retomar a questão da crise dos sistemas de representação do mundo, do passado e do real, antes alicerçados em certezas, tais como a mitologia, a religiosidade ou a ciência, por exemplo, para redefinir o “saber” que ocupará o espaço vazio deixado pela queda desses paradigmas. Essa questão continua atual e controversa e, sem dúvida, história e literatura são formas possíveis de percepção e leitura do real, ainda que se utilizem de estratégias e métodos diferentes.

A hipótese da oposição entre os campos se baseia nos “métodos” de constituição dos fatos e não nos seus “objetivos”. Tal como demonstram Edgar de Decca e Maria Stella Bresciani em textos já mencionados⁶⁴⁷, ficção e historiografia são dois procedimentos, duas estratégias discursivas distintas, porém com a mesma função de crítica social com vistas a obter comportamentos e formas de pensar desejadas. Como representações do mundo social, as narrativas histórica e literária só poderiam ser mensuradas pela mobilização que conseguem alcançar ou pela credibilidade que oferecem.

Destarte, se no século XIX Michelet pretende trazer o rigor da ciência, “aliviada da carga das palavras vazias e das ficções”, ao estudo dos “movimentos profundos da sociedade”, fornecendo ao povo um novo corpo de crenças coletivas – sobretudo ao atribuir à História a missão de “formar cidadãos compenetrados nos seus deveres” e ao fazer uso da Literatura como antiliteratura para dar “às letras mudas da escrita” seu “corpo verdadeiro”⁶⁴⁸ –, na atualidade o apagamento dos ideais transcendentais, religiosos ou laicos deixaria um vazio simbólico que as produções da história e da ficção concorrerão parcialmente a organizar e a preencher.

⁶⁴⁷ DECCA, Edgar Salvadori de. “O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola pra você, Hayden White”, *op. cit.*; BRESCIANI, Maria Stella M. “Da Perplexidade Política à Certeza Científica: Uma História em Quatro Atos”. *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 12, nº 23/24, set. 1991/ago. 1992, pp. 31-53 e “Carlyle: A Revolução Francesa e o Engendramento dos Tempos Modernos”. BORGES, Vavy Pacheco e BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Revista Brasileira de História: Reforma e Revolução*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 10, nº 20, mar./ago. 1990, p. 102 e seguintes.

⁶⁴⁸ Sobre a escrita “engajada” e “poética” de Michelet, ver RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995 e KAPLAN, Edward K. *Michelet's poetic vision. A romantic philosophy of nature, man and woman*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1977.

QUADRO CRONOLÓGICO DA VIDA E DAS OBRAS DE JULES MICHELET (1798-1874)

- 1798 – Nasce no dia 21 de agosto, em Paris, na Rue de Tracy, nº 16, no que antes fora uma capela. Seu pai, Jean Furcy Michelet, originário de Laon, é um pequeno impressor. Sua mãe, Angélique-Constance Millet, é natural de Renwez, nas Ardennes.
- 1808 – Nos últimos meses do ano, o pai é preso em Sainte-Pélagie, por dívidas. Será libertado no ano seguinte.
- 1809 – Michelet, ainda criança, aprende a compor tipos na oficina paterna.
- 1810 – Começa os estudos no internato Mélot, Boulevard des Capucines.
- 1812 – Ingressa no liceu Charlemagne. Seu pai perde o ofício quando o número de impressores é arbitrariamente limitado.
- 1814 – A família se instala na Rue Buffon, nº 7, onde o pai passa a trabalhar como gerente de uma casa de saúde.
- 1815 – Sua mãe morre no dia 9 de fevereiro.
- 1816 – No Concurso Geral do secundário, Michelet obtém os primeiros lugares em discurso francês e em versão latina e o segundo em discurso latino.
- 1817-1819 – Realiza sua formação universitária: bacharelado, licenciatura e doutorado em Letras, com teses sobre Plutarco e Locke. Ganha a vida dando aulas particulares.
- 1821 – Em outubro, é admitido como professor estagiário no liceu Charlemagne, depois de aprovado em terceiro lugar no recém-instituído Concurso de Agregação em Letras.
- 1822 – É encarregado do ensino de história no colégio Sainte-Barbe, mais tarde colégio Rollin.
- 1824 – Casa-se, em 20 de maio, com Pauline Rousseau, com quem terá dois filhos. Adèle, sua primogênita, nasce em 28 de agosto.
- 1825 – Na casa de Victor Cousin, inicia amizade, que será longa, com Edgar Quinet. Lança um *Tableau chronologique de l'histoire moderne, depuis la prise de Constantinople jusqu'à la Révolution française* (Quadro cronológico da história moderna – 1453-1789).
- 1826 – Publica *Tableaux synchroniques de l'histoire moderne* (Quadros sincrônicos da história moderna – 1453-1648).

- 1827 – Em janeiro, é nomeado professor de filosofia e de história na École Normale Supérieure (chamada então École Préparatoire). Publica, em 8 de março, uma tradução dos *Principes de la philosophie de l'histoire* (Princípios da filosofia da história), de Giambattista Vico. A família se instala na Rue de l'Arbalète, nº 27, em 1º de abril. Em 15 de novembro, coloca à venda a primeira parte de *Précis de l'histoire moderne* (Compêndio da história moderna).
- 1828 – Lança, em 15 de abril, a segunda parte de *Précis de l'histoire moderne*. De 16 de agosto a 18 de setembro, viaja para a Alemanha e torna-se preceptor de Louise-Marie-Thérèse, de nove anos, filha da duquesa de Berry e neta de Carlos X.
- 1829 – Em 17 de novembro, nasce seu filho Charles.
- 1830 – Viaja à Itália de 19 de março a 20 de abril. Em 15 de junho, publica em *Le Temps* um artigo sobre a *Histoire romaine*, de Niebuhr, enquanto prossegue seu curso sobre história romana na École Normale. Em setembro, é designado professor da princesa Clémentine, de treze anos, filha de Luís Filipe. Em 21 de outubro, é nomeado chefe da seção histórica dos Arquivos. De 21 de novembro a 5 de dezembro, apresenta, sem sucesso, sua candidatura no Collège de France.
- 1831 – Em 1º de abril, lança a *Introduction à l'histoire universelle* (Introdução à história universal) e, em 1º de julho, a *Histoire romaine* (História romana). De 2 a 25 de agosto, vai para a Normandia e Bretagne; de 5 a 8 de outubro para Renwez, nas Ardennes.
- 1832 – Viaja para a Bélgica de 1º a 8 de setembro.
- 1833 – De janeiro a junho, redige os dois primeiros volumes da *Histoire de France* (História da França, do ano 1 a 1270) que serão publicados no *Précis de l'histoire de France jusqu'à la Révolution française* (Compêndio da história da França até a Revolução), em 19 de outubro. No início do tomo II figura o *Tableau de la France* (Imagens da França). Em novembro, torna-se suplente de Guizot na Sorbonne, na cátedra de história moderna.
- 1834 – De 5 de agosto a 5 de setembro, percorre a Inglaterra, onde toma contato com o mundo da indústria.
- 1835 – Em agosto, a Hachette coloca à venda dois volumes das *Oeuvres choisies* (Obras escolhidas) de Vico, uma edição melhorada dos *Principes de la philosophie de l'histoire* que Michelet havia traduzido em 1827. De 18 de agosto a 28 de setembro, inspeciona as bibliotecas e os arquivos públicos do Sudoeste da França. Lança *Mémoires de Luther* (Memórias de Lutero), em dois volumes, em 15 de setembro. Em dezembro, renuncia ao cargo de suplente de Guizot na Sorbonne.
- 1836 – Michelet se instala com a família, em outubro, na Rue des Postes, nº 12.
- 1837 – Publica, em junho, o tomo III da *Histoire de France* (1270-1380) e *Origines du droit français, cherchées dans les symboles et formules du droit universel* (Origens do direito

- francês). De 23 de junho a 18 de julho, viaja para a Bélgica e Holanda.
- 1838 – Em 8 de janeiro, ocupa a cátedra de história e de moral no Collège de France. Quatro dias depois, é eleito membro da Academia das Ciências Morais e Políticas (Institut de France). Inicia seu primeiro curso no Collège em 23 de abril, dedicado a Paris. De 8 de julho a 17 de agosto, vai para a Suíça e Itália. Em 10 de outubro, renuncia seu posto na École Normale.
- 1839 – No intuito de investigar o meio operário, viaja para Lyon e Saint-Étienne, acompanhado pela filha, de 24 de março a 7 de abril. Sua esposa Pauline morre de tuberculose em 24 de julho. Lamentos e remorsos de Michelet que a havia abandonado por seu trabalho.
- 1840 – Publica, em fevereiro, o tomo IV da *Histoire de France* (1380-1422). Em 5 de maio conhece Madame Dumesnil, mãe de um aluno do Collège de France, com quem trava uma amizade apaixonada. Percorre a Bélgica de 25 de julho a 16 de agosto.
- 1841 – Em fevereiro, Mme. Dumesnil, doente, instala-se na casa de Michelet. No dia 23 de agosto, lança o tomo V da *Histoire de France* (1422-1461). De 24 de agosto a 5 de setembro, visita Vascoeuil e Rouen.
- 1842 – Morre Mme. Dumesnil, em 31 de maio, após longa agonia. Desespero de Michelet. De 5 a 12 de junho, vai para Vascoeuil e Rouen. Viaja para a Alemanha de 19 de junho a 30 de julho. Em 22 de dezembro, dá a primeira aula de um curso sobre lendas medievais.
- 1843 – Lança no dia 15 de julho, em colaboração com Edgar Quinet, *Des jésuites* (Dos jesuítas), livro de ataque, escrito a partir do curso que acaba de consagrar à “esterilidade” da Companhia de Jesus. Alfred Dumesnil, filho da amiga falecida, casa-se com sua filha Adèle em 3 de agosto. Percorre a Suíça de 8 de agosto a 1º de setembro. Demissão do cargo de professor das princesas.
- 1844 – Publica, em 4 de janeiro, o tomo VI da *Histoire de France* (1461-1483).
- 1845 – Em 15 de janeiro, põe à venda *Du prêtre, de la femme et de la famille* (Do padre, da mulher e da família). Nove dias depois, concebe e intitula sua próxima obra: *Le peuple* (O povo). Enfrenta violenta campanha clerical contra suas idéias. De 28 de julho a 12 de agosto, viaja para a Normandia. Em 3 de setembro, nasce Jules Étienne, filho de Adèle e Alfred Dumesnil. Hospeda-se em Fontainebleau de 10 a 14 de outubro.
- 1846 – Lança, em 28 de janeiro, *Le peuple*. Seu pai morre, aos 76 anos, no dia 18 de novembro.
- 1847 – Tendo interrompido a redação da *Histoire de France* no tomo VI, publica em 10 de fevereiro e em 15 de novembro, respectivamente, os dois primeiros volumes da *Histoire de la Révolution française* (História da Revolução Francesa, Livros I-IV).
- 1848 – O curso de Michelet é suspenso em 2 de janeiro, mas suas aulas recomeçam no dia 6 de março diante de uma platéia entusiasmada. Em abril, decide publicar *L'étudiant* (O

- estudante), obra que reúne as lições que deveria dar no Collège de France nesse período em que ficou afastado. No dia 8 de novembro, primeira visita de Athénaïs Mialaret. Ele tem cinquenta anos quando se apaixona por essa jovem professora primária de vinte. Em dezembro, morre Letronne, administrador do Collège de France, que é substituído por Barthélémy-Saint-Hilaire, hostil a Michelet.
- 1849 – De janeiro a junho, faz a apologia do amor no Collège de France. Lança, em 10 de fevereiro, o tomo III da *Histoire de la Révolution française* (Livros V-VI). Instala-se na Rue de Villiers, nº 43, em 5 de março. Casa-se com Athénaïs no dia 12 desse mês.
- 1850 – Publica, em 10 de fevereiro, o tomo IV da *Histoire de la Révolution française* (Livros VII-VIII). A 10 de março, empreende a redação do volume V. Em 2 de julho, Athénaïs dá à luz Yves-Jean-Lazare, que morre em 24 de agosto. O casal não terá mais filhos.
- 1851 – A segunda neta de Michelet, Jeanne, nasce em 7 de março. No dia 13 do mesmo mês, seu curso no Collège de France é novamente suspenso sob protesto dos estudantes. Lança, na primavera, o tomo V da *Histoire de la Révolution française* (Livros IX-X). Em 29 de outubro, rejeita o meio-salário de professor que lhe é proposto. Em 2 de dezembro, Luís Napoleão Bonaparte dá um golpe de Estado e, no ano seguinte, com o nome de Napoleão III, autoproclama-se imperador, em episódio imortalizado por Karl Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*.
- 1852 – Em 12 de maio, por economia, a família se instala na Rue Léonie, nº 12. Michelet nega juramento ao Império, em junho, e é afastado do Collège de France e dos Arquivos. Retira-se no mesmo mês para Nantes, num semi-exílio. Em 19 de outubro, nasce Marie-Camille, outra filha de Adèle e Alfred Dumesnil. Desde março trabalha na redação do tomo VI da *Histoire de la Révolution française*.
- 1853 – Sua neta Marie-Camille morre no dia 17 de abril. Em 1º de agosto, põe à venda o volume VI da *Histoire de la Révolution française* (Livros XI-XXI). Fatigado pelo excesso de trabalho, decide passar o inverno em Nervi, perto de Gênova, onde se instala em 18 de novembro.
- 1854 – Lança, em 21 de janeiro, *Légendes démocratiques du Nord* (Lendas democráticas do Norte) e *Les femmes de la Révolution* (As mulheres da Revolução). Em março, redige *Le banquet* (O banquete), que só será publicado após sua morte. Volta a Paris em julho e instala-se, em agosto, na Rue de l'Ouest, nº 44 (Hoje Rue d'Assas, nº 76), que será seu último domicílio parisiense. Sua outra neta, Julie Camille, nasce no dia 17 de novembro. Ela permanecerá solteira e viverá com a irmã Jeanne quando esta enviuvar em 1931.
- 1855 – Recomeça a publicação da *Histoire de France* com o tomo VII, intitulado *Renaissance* (Renascença), lançado em 1º de fevereiro. *Réforme* (Reforma), tomo VIII, vem à luz no dia 2 de julho. Sua filha Adèle Dumesnil morre no dia 15 desse mês, aos 30 anos, de tuberculose. De 8 a 20 de outubro, passeia e redige *L'oiseau* (O pássaro) em Sainte-Adresse, perto de Havre. Em 28 de novembro, morre Mickiewicz, amigo e também professor do Collège de France.

- 1856 – Publica, em 8 de março, *Guerres de religion* (Guerras de religião), tomo IX da *Histoire de France*. No dia 12 do mesmo mês, lança *L’oiseau*. Começa a preparar *L’amour* (O amor). De 6 de julho a 30 de setembro, viaja à Suíça e observa a vida dos insetos durante seus passeios. Em 10 de novembro, aparece *La Ligue et Henri IV* (A Liga e Henrique IV), tomo X da *Histoire de France*.
- 1857 – Lança, em 27 de maio, *Henri IV et Richelieu* (Henrique IV e Richelieu), tomo XI da *Histoire de France*. No dia 1º de junho, Michelet e a mulher se instalam em Fontainebleau para passar o verão. Em 17 de outubro, é a vez de publicar *L’insecte* (O inseto). A 30 de outubro voltam a Paris; partem para Hyères em 22 de dezembro, onde permanecerão por vários meses.
- 1858 – Em abril, publica *Richelieu et La Fronde* (Richelieu e A Fronda), tomo XII da *Histoire de France*. Em 5 de outubro, começa o plano de *Louis XIV* (Luís XIV). No dia 18 de novembro, põe à venda *L’amour*.
- 1859 – Desde o início do ano, redige *Louis XIV* e *La femme* (A mulher). Em março, frequenta aulas de anatomia e sessões de dissecação de cadáveres femininos. Em 21 de novembro, lança *La femme*.
- 1860 – Inicia as leituras para *La mer* (O mar) em 23 de abril. No dia 27 do mesmo mês, publica o tomo XIII da *Histoire de France*, intitulado *Louis XIV et la Révocation de l’édit de Nantes* (Luís XIV e a Revogação do decreto de Nantes).
- 1861 – Lança *La mer* em 15 de fevereiro e começa a escrever um romance, *Sylvine, mémoires d’une femme de chambre* (Sylvine, memórias de uma camareira), que não chegará a concluir. Reedita, em abril, *Du prêtre, de la femme et de la famille*.
- 1862 – Em fevereiro, publica *Louis XIV et le duc de Bourgogne* (Luís XIV e o duque de Borgonha), tomo XIV da *Histoire de France*. Seu filho Charles Michelet morre no dia 7 de março, em Strasbourg, aos 32 anos. Escreve *La sorcière* (A feiticeira), a ser publicado pela Hachette, que, no entanto, se amedronta com o livro, finalmente lançado em novembro pela Hetzel.
- 1863 – Aparece nova edição de *La sorcière*, impressa na Bélgica para escapar à ameaça de apreensão pelas autoridades francesas. No dia 1º de outubro, lança *Régence* (Regência), tomo XV da *Histoire de France*.
- 1864 – Publica, em 31 de outubro, *La bible de l’humanité* (A bíblia da humanidade), um ensaio sobre a filosofia da história das religiões.
- 1865 – Ano de temporadas de repouso: Veytaux, Saint-Gervais, Aix-les-Bains, Hyères.
- 1866 – Volta a Paris, por etapas, pelo Languedoc, o Sudoeste e o Limousin. Em 1º de maio, põe à venda *Louis XV* (Luís XV), tomo XVI da *Histoire de France*. No dia 31 de julho, Lacroix lhe pede um artigo sobre o Collège de France, a ser publicado no Paris-Guide por ocasião

- da Exposição Universal de 1867. Em novembro, Athénaïs lança *Mémoires d'un enfant* (Memórias de uma criança). Partem para Hyères em 14 de dezembro.
- 1867 – Em 2 de maio, de Hyères vão para Veytaux, depois para Bex em 7 de junho, daí para Lausanne no dia 29 do mesmo mês. Viajam por toda a Suíça até 19 de julho e retornam no dia 20. Em 10 de outubro, publica *Louis XV et Louis XVI* (Luís XV e Luís XVI), tomo XVII da *Histoire de France*. Reedita *L'oiseau*, *L'insecte* e *La sorcière*. Desde agosto trabalha na redação de *La montagne* (A montanha).
- 1868 – *La montagne* é lançada no final de janeiro. Começa a preparar *Nos fils* (Nossos filhos). Sempre acompanhado pela esposa, vai para Hyères em 22 de janeiro e volta em 29 de abril. Viaja para Glion em 4 de agosto para retornar em 25 de setembro.
- 1869 – Percorre a Suíça de 20 de julho a 29 de setembro. Em 12 de novembro, publica *Nos fils*. Reedita a *Histoire de la Révolution française* e *Histoire de France*, para a qual escreve um grande prefácio.
- 1870 – Trabalha na *Histoire du XIX^e siècle* (História do século XIX). Após a declaração de guerra da França à Prússia, assina, em 5 de agosto, o manifesto pela paz, redigido em Londres por Karl Marx, Friedrich Engels e Louis Blanc. Encontra-se em Montreaux por ocasião da derrota e da queda do Império. Em 29 de outubro, chega a Florença para passar o inverno. Desde o início desse mês prepara *La France devant l'Europe* (A França diante da Europa), uma brochura em que protesta contra a anexação da Alsácia e da Lorena pela Alemanha.
- 1871 – Em 25 de janeiro, publica *La France devant l'Europe*. Nos dias 30 de abril e 22 de maio, sofre ataques de apoplexia, afasia e paralisia parcial. Recupera-se, mas a mão direita perde a mobilidade e sua fala fica debilitada. Mesmo com a escrita hesitante, prossegue na *Histoire du XIX^e siècle*.
- 1872 – Escreve seu testamento em 12 de janeiro. No início de março, trabalha no tomo II da *Histoire du XIX^e siècle*. Lança, em 3 de abril, o tomo I desta obra. Em outubro, contrai pneumonia. Começa a redação do tomo III em dezembro.
- 1873 – Em 15 de março, publica o tomo II da *Histoire du XIX^e siècle*. Michelet e a esposa partem para Bex, em 31 de maio, e daí para Aix-les-Bains, em 6 de outubro. No dia 1º de novembro, instalam-se em Hyères. Ainda no início desse mês, Jeanne Dumesnil, neta de Michelet, anuncia seu casamento com Paul Albert Baudouin, com quem terá dois filhos, Jacques (1875-1893) e Charles (1876-1921). Em 11 de novembro, termina a redação do tomo III da *Histoire du XIX^e siècle*. No dia 16 de dezembro, Jules Étienne, irmão de Jeanne, parte para Buenos Aires como engenheiro contratado de uma companhia de estradas de ferro. O tomo IV da *Histoire du XIX^e siècle* já estava iniciado.
- 1874 – Morre em 9 de fevereiro, quatro dias após ter sofrido um ataque do coração. Deixa, entre seus papéis, o manuscrito do tomo III da *Histoire du XIX^e siècle*, que será lançado por Michel Lévy em 1875, o do *Banquet*, inacabado, que a esposa publicará em 1879, além de

muitos escritos íntimos, dos quais serão extraídos, em 1884, *Ma jeunesse* (Minha juventude) e, em 1888, *Mon journal* (Meu diário). Seu *Journal* será publicado quase um século mais tarde, a partir de 1959, paralelamente aos seus *Écrits de jeunesse* (Escritos de juventude). Vale lembrar que depois da morte do marido, Athénaïs começa uma carreira de viúva abusiva: falsifica os escritos de Michelet antes de torná-los obras póstumas de crédito duvidoso. Os fragmentos redigidos do tomo IV da *Histoire du XIX^e siècle* permanecerão inéditos.

Notas: As informações aqui contidas foram retiradas do *Journal* e das *Oeuvres Complètes de Michelet*, coleções organizadas sob a direção de Paul Viallaneix. As referências completas destas obras encontram-se na Bibliografia final da tese.

Entende-se hoje por “*Histoire de France* de Jules Michelet”, uma produção composta por vinte e três volumes redigidos entre 1833 e 1867, ou seja, os dezessete tomos da *Histoire de France* e os seis da *Histoire de la Révolution française*.

Tomes	Histoire de France (1833-1844 / 1855-1867)
I	Livres I (Celtas, Ibères, Romanos) – II (Os Alemães)
II	Livres III (Mapa da França) – IV
III	Livres V – VI
IV	Livres VII – IX
V	Livres X – XII
VI	Livres XIII – XVII
VII	Renaissance
VIII	Réforme
IX	Guerres de religion
X	La Ligue et Henri IV
XI	Henri IV et Richelieu
XII	Richelieu et La Fronde
XIII	Louis XIV et la Révocation de l’édit de Nantes
XIV	Louis XIV et le duc de Bourgogne
XV	Régence
XVI	Louis XV
XVII	Louis XV et Louis XVI
	Histoire de la Révolution française (1847-1853)
I	Livres I – II
II	Livres III – IV
III	Livres V – VI
IV	Livres VII – VIII
V	Livres IX – X
VI	Livres XI – XXI

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999.

_____. “Letras, Belas-Letras, Boas Letras”. BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 2003, pp. 11-69.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção “Histórias de Leitura”, 1999.

AGUIAR, Flávio, MEIHY, José Carlos S. B. e VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo, Xamã, 1997.

ALLEN, James Smith. *Popular French Romanticism. Authors, Readers, and Books in the 19th Century*. New York, Syracuse University Press, 1981.

ALLEN, Walter. *The English Novel*. London, Penguin, 1968.

ALTICK, Richard. “The Eighteenth Century”. *The English Common Reader: A Social History of the Mass Reading Public, 1800-1900*. Chicago, University of Chicago Press, 1957, pp. 30-66.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1983.

ANDRADE, Sérgio Augusto. “A História como um caso pessoal”. *República*. São Paulo, D’Ávila Comunicações, Ano 2, nº 22, 1998.

ARANTES, Antonio (org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. São Paulo, Forense-Universitária/EDUSP, 1981.

_____. *As origens do totalitarismo. Imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro, Documentário, 1979.

_____. *Da Revolução*. 2ª ed., São Paulo, Ática/UnB, 1989.

ARGAN, Giulio C. *Arte Moderna. Do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ARIÈS, Phillipe. *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le*

XVIII^e siècle. Paris, Seuil, 1971.

_____ e CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 3, 1991.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. 4^a ed., São Paulo, Cultrix, 1987.

_____. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, EDUSP/Perspectiva, 1971.

BABELON, Jean-Pierre e VIALLANEIX, Paul (orgs.). *Catalogue de l'exposition Michelet*. Arquivos da França, 1961.

BAKHTIN, Mikhail. "Epic and Novel". *The Dialogic Imagination*. Austin, University of Texas Press, 1986, pp. 03-40.

_____. *Questões de literatura e estética (A teoria do romance)*. São Paulo, Ed. da UNESP/Hucitec, 1988.

BALAYÉ, Simone. "Comment peut-on être Madame de Staël? Une femme dans l'institution littéraire". *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 77, 1992.

_____. *Madame de Staël et les Français*. Oxford, Clarendon Press, 1996.

_____. *Madame de Staël, lumières et liberté*. Paris, Klincksieck, 1979.

BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Privada*. 4^a ed., Rio de Janeiro, Globo, v. I, 1955.

_____. *A Comédia Humana. Estudos e Costumes: Cenas da Vida Parisiense*. Rio de Janeiro, Globo, v. XIII, 1954.

_____. *Ilusões Perdidas*. São Paulo, Abril Cultural, 1981.

_____. *Les Paysans*. Paris, Gallimard, 1984.

BARGUILLET, Françoise. *Le roman au XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1981.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les droits de l'homme et le droit naturel*. Paris, Quadrige/PUF, 1989.

BARTHES, Roland. *Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada em 07/01/1977*. São Paulo, Cultrix, 1989.

_____ . *Michelet*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____ . *Michelet par lui-même*. Paris, Seuil, 1954.

_____ . “Modernité de Michelet”. *Revue d’histoire littéraire de la France*, LXXIV, set./out. 1974.

_____ . *O Rumor da Língua*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____ . *Sade, Fourier, Loiola*. Lisboa, Edições 70, 1979.

BATAILLE, Georges. *A Literatura e o Mal*. Porto Alegre, L&PM, 1989.

BAUDELAIRE, Charles. *A Modernidade de Baudelaire. Textos inéditos apresentados por Teixeira Coelho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____ . *Reflexões sobre meus Contemporâneos*. São Paulo, EDUC/Imaginário, 1992.

_____ . *Sobre a Modernidade: o Pintor da Vida Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

BAUËR, Gérard. *Les Métamorphoses du Romantisme*. Paris, L’Artisan du Livre, n° 848, s.d.

BEAUVOIR, Simone de. *Novelas do Marquês de Sade*. São Paulo, Difel, 1967.

BELAVAL, Yvon. *L’esthétique sans paradoxe de Diderot*. Paris, Gallimard, 1950.

BELOEF, Max. *The Age of Absolutism, 1660-1815*. New York, Harper Torchbooks, 1962.

BÉNICHOU, Paul. *Le temps des prophètes. Doctrine de l’âge romantique*. Paris, Gallimard, Collection “Idées”, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, “Obras Escolhidas”, v. III, s.d.

_____ . “Paris, Capital do Século XIX”. *W. Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985.

_____ et alii. “O Narrador”. *Textos Escolhidos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1983, pp. 57-74.

BENTHAM, Jeremy. “Sophismes anarchiques. Examen critique des diverses déclarations des droits de l’homme et du citoyen”. *Oeuvres*. Bruxelles, t. I, 1829.

_____ . *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1979.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BERRÉHAR, Marie-Hélène. *François-Xavier Garneau et Jules Michelet: figures du peuple*. Montréal, Centre d'études québécoises, 1997.

BERTAUT, J. *La vie littéraire au XVIII^e siècle*. Paris, Tallandier, 1954.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Europa-América, 1997.

BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

BORDIEU, Pierre. *Les règles de l'art – genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 12, n° 23/24, set. 1991/ago. 1992, pp. 07-18.

_____ e BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Revista Brasileira de História: Reforma e Revolução*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 10, n° 20, mar./ago. 1990.

BORIE, Jean. “La fabrique du peuple”. *La Quinzaine littéraire*, 1° ago. 1984.

_____ . “L’histoire et la nature chez Michelet”. *La Nouvelle Revue française*, mar. 1978.

_____ . “Michelet, le dernier français universal”. *La Quinzaine littéraire*, 1° dez. 1974.

BORZEIX, Jean-Marie. “L’Unité et l’Union, du ‘Peuple’ à ‘La Bible de l’Humanité’”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 1/2, 1971, pp. 111-119.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa, Europa-América, 1983.

BRAHM, Alcanter de. *Michelet inconnu*. Paris, René Debene, 1937.

BRESCIANI, Maria Stella M. “Da Perplexidade Política à Certeza Científica: Uma História em Quatro Atos”. *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ FAPESP, v. 12, n° 23/24, set. 1991/ago. 1992, pp. 31-53.

_____ . “História e Historiografia das Cidades, um percurso”. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, pp. 237-258.

_____ . “La Rue: entre Histoire et Littérature”. *Littérature/Histoire: regards croisés*. Paris, Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, “Civilisations”, n° 20, 1996, p. 143.

_____. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1992.

_____. “Metrópoles: as faces do monstro urbano. As cidades no século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ FAPESP, nº 8/9, set. 1984/abr. 1995.

_____. “Política e Violência em *Da Revolução* de Hannah Arendt”. DUARTE, André, LOPREATO, Christina e MAGALHÃES, Marion Brepohl de (orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004, pp. 187-210.

_____ e NAXARA, Márcia R. C. (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

_____, SAMARA, Eni de Mesquita e LEWKOWICZ, Ida (orgs.). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ FAPESP, 1992.

_____, SEIXAS, Jacy A. e BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e Paixão na Política*. Brasília, UnB, 2002.

BRUZEN DE LA MARTINIÈRE. *Introduction générale à l'étude des sciences et des belles lettres, en faveur des personnes qui ne savent que le Français*. La Haye, chez Isaac Beauregard, 1731.

BUCUR, Martin. “Michelet et les révolutionnaires roumains, d'après des documents et lettres de l'époque 1844-1874”. *Revue d'histoire littéraire de la France*, LXXXVI, 1986.

BUIS, Lucien. *Les théories sociales de George Sand*. Paris, Pedone, 1910.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. 2ª ed., Brasília, UnB, 1997.

_____. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas, Papirus, 1993.

BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1995.

_____. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. 2ª ed., São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

_____ (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

_____. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *Vico*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1997.

BUSSET, Jacques de Bourbon. “Lamennais”. *Tableau de la littérature française, t. 3: de Mme. de Staël à Rimbaud*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 68-72.

CÂNDIDO, Antônio. “Realidade e Realismo (via Marcel Proust)”. *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____ et alii. *A Personagem de Ficção*. São Paulo, Perspectiva, Coleção “Debates”, 1981.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo, Melhoramentos/EUB, 1983.

CARLYLE, Thomas. *História da Revolução Francesa*. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1962.

_____. *Thomas Carlyle, Selected Writings*. London, Penguin, 1980.

CARRÉ, Jean-Marie. *Michelet et son temps*. Paris, Perrin, 1926.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo, Estação Liberdade, 2002.

CASSAGNE, Albert. *La théorie de l’art pour l’art en France chez les derniers romantiques et les premiers réalistes*. Paris, Hachette, 1906. (Thèse de l’Université de Paris)

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Catalogue de l’exposition de Vanves, 1964, centenário do liceu Michelet em Vanves (1864-1964).

CAUDWELL, Christopher. *Romance and Realism. A Study in English Bourgeois Literature*. New Jersey, Princeton University Press, 1970.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982.

CHABAUD, Alfred. “Jules Michelet”. *Nouvelle Revue critique*, 1929.

CHARLES-BRUN, Jean. *Le roman social en France au XIX^e siècle*. Paris, Giard-Brière, 1910.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa, Difel, 1990.

_____. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, UnB, 1994.

_____. “Le temps des doutes”. *Le Monde*. Paris, março/93. Este artigo encontra-se traduzido por Dora Rocha como “A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos*

Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994.

_____. *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris, Seuil, 1990.

_____ (org.). *Práticas da Leitura*. 2ª ed., São Paulo, Estação Liberdade, 2001.

_____ e CAVALLO, Guglielmo (orgs). *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris, Seuil, 1997.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX^e siècle*. Paris, Hachette, 1984.

CITELLI, Adilson. *Romantismo*. São Paulo, Ática, Série “Princípios”, 1986.

CORNUZ, Jean-Louis. *Jules Michelet: un aspect de la pensée religieuse du XIX^e siècle*. Genève, E. Droz, 1955. (Thèse présentée à la Faculté des Lettres de l’Université de Lausanne)

COSTA, Silvio. *Revolução e Contra-revolução na França*. São Paulo, Garibaldi, 1999.

COULET, H. *Le Roman jusqu’à la Révolution*. Paris, Armand Colin, 2 v., 1967.

COUTURIER, Maurice. *Roman et Censure ou la mauvaise foi d’Eros*. Seyssel, Champ Vallon, 1996.

CRISTIN, Claude. *Aux origines de l’histoire littéraire*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1972.

CROSSLEY, Ceri. *French Historians and Romanticism: Thierry, Guizot, The Saint-Simonians, Quinet, Michelet*. London, Routledge, 1993.

DALMAS, André. “Madame de Staël”. *Tableau de la littérature française...3, De Madame de Staël à Rimbaud*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 11-17.

DAMÉNIE, Louis. *La Révolution, phénomène divin, mécanisme social ou complot diabolique?* Grez-en-Bouère, D. Martin Morin, 1988.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____ e ROCHE, Daniel (orgs). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, Ed. da USP, 1996.

DAVIS, Lennard. *Factual Fictions. The Origins of the English Novel*. New York, Columbia University Press, 1983.

DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Oito ensaios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

DAY, Geoffrey. *From Fiction to Novel*. London, Routledge & Kegan Paul, 1987.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1995.

_____. *1930: O Silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução*. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

DESBORDES, Jean. *O verdadeiro rosto do Marquês de Sade*. Rio de Janeiro, Vecchi, 1968.

DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. “Éloge de Richardson”. *Oeuvres Esthétiques*. Paris, Garnier, 1968.

_____. *Les Bijoux Indiscrets*. Paris, Gallimard-Flammarion, 1968.

_____. *Obras II: Estética, Política e Contos*. GUINSBURG, J. (org.). São Paulo, Perspectiva, v. II, 2002.

_____. *Paradoxo sobre o Comediante*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1979.

DIDIER, Béatrice. *Diderot dramaturge du vivant*. Paris, PUF, 2001.

_____. *La Littérature de la Révolution Française*. 2ª ed., Paris, PUF, 1989.

_____. *La Littérature Française sous le Consulat et l’Empire*. Paris, PUF, 1992.

DOODY, Margaret. *The True Story of the Novel*. London, Fontana Press, 1998.

DONZELLI, Maria. “La conception de l’histoire de J. B. Vico et son interprétation par Michelet”. *Annales historiques de la Révolution française*, 1981.

DUFRESNOY, Lenglet. *L’histoire justifiée contre les romans*, 1734.

DUPOUY, Auguste. *Michelet en Bretagne. Son journal inédit d’août 1831*. Paris, Éd. des Horizons de France, 1947.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2^a ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. I, 1994.

_____. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. II, 1993.

Encyclopaedia Britannica. William Benton Publisher, 1959, v. 19, pp. 931-934.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Editorial Presença, 1975.

ESCARPIT, Robert. “Histoire de l’histoire de la Littérature”. *Histoires des Littératures, Encyclopédie de la Pléiade*. Paris, Gallimard, t. III, 1967.

Europe. Revue littéraire mensuelle: Jules Michelet. Paris, Anné 76, n° 829, mai. 1998.

EVANS, David Owen. *Le roman social sous la Monarchie de Juillet*. Paris, Presses Universitaires, 1930.

_____. *Social Romanticism in France, 1830-1848*. London, Oxford University Press, 1951.

Extrait du journal “La République Française” du 12 février 1874, n° 823. Homenagem a Jules Michelet três dias após sua morte em Hyères.

FAUQUET, Éric. “Michelet et l’histoire de l’architecture républicaine”. *Gazette des Beaux-Arts*, CIII, jan./jun. 1984.

_____. *Michelet ou la gloire du professeur d’histoire*. Paris, Éd. du CERF, 1990.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo, Scritta, 1995.

_____. *Michelet ou La Liberté Morale*. Genève-Paris, Éd. des Trois Collines (Traits), Collection “Les Classiques de la Liberté”, 1946.

_____. *O Problema da Descrença no Século XVI*. Lisboa, Editorial Início, 1970.

FEHÉR, Ference. *O Romance está morrendo?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção “Leitura”, 1997.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XVIII a XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

FIKER, Raul. *Vico, o precursor*. São Paulo, Moderna, 1994.

FLORENZANO, Modesto. *As Revoluções Burguesas*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos*. 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1993.

_____. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Graal, v. 2, 1998.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1995.

_____. *Vigiar e Punir*. 12ª ed., Petrópolis, Vozes, 1995.

FRANTZ, Pierre. *L'esthétique du tableau dans le théâtre du XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1998.

_____. “Sade: texte, théâtralité”. *Sade: écrire la crise*. Paris, Pierre Belfond, 1983.

FRITZ, Gérard. *L'idée de peuple en France du XVII^e au XIX^e siècle*. Strasbourg, Presses Universitaires de Strasbourg, 1998.

FRY, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo, Cultrix, 1989.

_____. *Secular Scripture. A Study of the Structure of Romance*. Harvard University Press, 1978.

FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa, Gradiva, Coleção “Construir o Passado”, s.d.

_____. *La Gauche et la Révolution au milieu du XIX^e siècle: Edgar Quinet et la question du Jacobinisme (1865-1870)*. Paris, Hachette, 1986.

_____. *Pensando a Revolução Francesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

_____ e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de

Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro, Imago, 1997.

GAILLARD, Françoise. “La cinétique aberrante du corps social au temps de Balzac”. *Revue de Littérature: Le Savoir de l'Écrit*. Paris, Larousse, n° 58, mai. 1985, pp. 03-18.

GAULMIER, Jean. “Michelet, Renan et la liberté”. *Contrepoint*, n° 19, 1975.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa: mitos e interpretações*. São Paulo, Perspectiva, 1970.

GODECHOT, Jacques. *Les Révolutions de 1848*. Paris, Albin Michel, 1971.

GOSSMAN, Lionel. “Jules Michelet: histoire nationale, biographie, autobiographie”. *Revue de Littérature: Échos et Traces*. Paris, Larousse, n° 102, mai. 1996, pp. 29-54.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo, Discurso Editorial, 2000.

_____. “Le cours de littérature de La Harpe ou l'émergence du discours de l'histoire des idées”. *Revue de Littérature*. Paris, Larousse, n° 24, 1976.

_____ e OSTER, Daniel. *Gens de lettres, écrivains et bohèmes – l'imaginaire littéraire (1630-1900)*. Paris, Minerve, 1992.

GRANGE, J.-B.-A. *Essais littéraires*. Paris, Imprimerie de Lebel, 1824.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. 3ª ed., São Paulo, Civilização Brasileira, s.d.

GROS, J. M. *Le mouvement littéraire socialiste depuis 1830*. Paris, Albin Michel, 1904.

GRÜNEWALD, José Lino (org.). *Poetas Franceses do Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

GUES, André. “Contribution au centenaire de Michelet”. *Écrits de Paris*, nov. 1974.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. *A Infância e as Ciências Humanas na Filosofia Social de Giambattista Vico*. Campinas, 1999. (Tese de Doutorado/Unicamp/FE)

- GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1985.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.
- _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GUSDORF, Georges. *Le Romantisme: le savoir romantique*. Paris, Payot, 1993.
- GUTWIRTH, Madelyn, GOLDBERGER, Avriel e SZMURLO, Karyna (ed.). *Germaine de Staël: crossing the borders*. New Jersey, Rutgers University Press, 1991.
- GUY-GRAND, Georges. “Proudhon et Michelet”. *Rph*, 1948.
- GUYON, Bernard. *La Pensée Politique et Sociale de Balzac*. Paris, Armand Colin, 1948.
- HAAC, Oscar A. “La Révolution comme religion. Michelet”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, nº 50, 1985.
- _____. *Les principes inspireurs de Michelet*. Paris, PUF, 1951.
- _____. *Michelet*. Boston, Twane, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALÉVY, Daniel. *Jules Michelet*. Paris, Hachette, 1938.
- HAROCHE, Claudine. *Da Palavra ao Gesto*. Campinas, Papirus, 1998.
- _____. “Le comportement de déférence: du courtisan à la personnalité démocratique”. *La Déférence*. Communications. École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d’Études Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie, Histoire). Paris, Seuil, 2000.
- HARRIS, Ethel. *Lamartine et le peuple*. Paris, Gamber, 1932.
- HARTOG, François. “A Arte da Narrativa Histórica”. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Reconstituídos. Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ/FVG, 1988, pp. 193-201.
- _____. *Le XIX^e siècle et l’Histoire: Le cas Fustel de Coulanges*. Paris, PUF, 1988.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo, Mestre Jou, t. II, 1972.

HERDER, Johann Gottfried. *Une autre philosophie de l'histoire: pour contribuer a l'éducation de l'humanité, contribution a beaucoup de contributions du siècle*. Mayenne, Aubier-Montaigne, Collection "Bilingue", 1964.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção "Leitura", 1996.

_____. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. *Revolucionários. Ensaio Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HUGO, Victor. "Os Miseráveis". *Obras Completas*. São Paulo, Ed. das Américas, v. 4, 1957.

"Humano, Demasiado Humano". *Jornal Folha de São Paulo: Caderno Mais!* São Paulo, 16 mai. 1999, pp. 5-4 – 5-10.

HUNTER, J. Paul. *Before Novels. The Cultural Contexts of Eighteenth-Century Fiction*. New York/London, W. W. Norton & Company, 1990.

_____. "The novel and social/cultural history". *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel*. RICHETTI, John (ed.). United Kingdom, Cambridge University Press, 1996, pp. 09-40.

HUTCHEON, Linda. "Metaficção historiográfica: 'o passatempo do tempo passado'". *Poética do Pós-Modernismo. História, Teoria, Ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 1991, pp. 141-162.

JAMENSON, Frederic. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo, Ática, 1992.

JAMET, Dominique. "La cause du peuple". *Le Figaro littéraire*, 17 set. 1971.

JAURÈS, Jean. *Histoire Socialiste de la Révolution Française*. Paris, Éd. Sociales, 1968.

JUIN, Hubert. "Vers Michelet". *Magazine littéraire*, mar. 1974.

KAPLAN, Edward K. *Michelet's poetic vision. A romantic philosophy of nature, man and woman*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1977.

KAPLAN, Steven Laurence. *Farewell, Revolution. Disputed Legacies. France, 1789-1989*. London, Cornell University Press, 1995.

KARÉLINE, Wladimir (Madame Komarow). *George Sand, sa vie et ses oeuvres*. Paris, Plon-Nourrit, 4 v., 1899-1926.

KARL, Frederick R. *A Reader's Guide to the Eighteenth-Century Novel*. New York, The Noonday Press, 1974.

KIPPUR, Stephen A. *Jules Michelet: a study of mind and sensibility*. Albany, State University of New York Press, 1981.

KRANTZ, F. *A outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII à XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

LABROUSSE, Ernest. *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris, PUF, 1990.

LAFOND, Jean (ed.). *Moralistes du XVII^e siècle*. Paris, Robert Laffont, 1992.

LAGARDE, André e MICHARD, Laurent. *XIX^e Siècle. Les Grands Auteurs Français du Programme*. Paris, Bordas, v. 5, 1967.

LA HARPE, Jean François. *Le lycée, ou cours de littérature ancienne et moderne*. Paris, chez H. Agasse, Ano VII, 1799-1805.

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo, Moderna, 2001.

LAMBERT, Anne Therese M. C. *Avis d'une mère à son fils et à sa fille*. Paris, Ganeau, 1729.

La mort et les funérailles de Michelet par Mme. Michelet. Paris, Sandoz et Fischbacher, 1876.

LARAT, P. *Les historiens du XIX^e siècle*. Paris, Foucher, 1946.

L'Arc, n° 51, 1^o trimestre 1973 (artigos de Roland Barthes, Jacques Le Goff, Robert Mandrou, Claude Mettra, Pierre Nora, Paul Viallaneix etc.). Este número contém um importante inédito de Michelet: *L'héroïsme de l'esprit*.

La Revue d'histoire littéraire de la France, LXXIV, 1974.

LARTHOMAS, Pierre. *Le théâtre en France au XVIII^e siècle*. 3^a ed., Paris, PUF, 1994.

- LAURIE, Xavier. “La langue de Michelet”. *Vie et Langage*, XXIII, 1974.
- LEAVIS, Q. D. *Fiction and Reading Public*. London, Chatto & Windus, 1965.
- LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1998.
- LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo, Ibrasa, 1966.
- _____. *Études sur la Révolution Française*. 2ª ed., Paris, PUF, 1954.
- _____. *La Grande Peur de 1789, suivi Les Foules Révolutionnaires*. Paris, Armand Colin, 1988.
- _____. *Napoleon*. Paris, PUF, 1953.
- _____. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____. *História e Memória*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- _____. “Michelet ou le XIX^e siècle, siècle de l’Histoire”. *Cinq personnages d’hier pour aujourd’hui*. Bouddha, Abélard, Saint François, Michelet, Bloch. Paris, La Fabrique, 2001, pp. 65-79.
- _____. e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo ou a polêmica em torno da ilusão*. 7ª ed., São Paulo, Ática, Série “Princípios”, 1994.
- LÉLY, Gilbert. *Vie du Marquis de Sade*. Paris, Gallimard, 2 v., 1957.
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- LE ROBERT. *Dictionnaire d’Aujourd’hui*. France, Le Robert, 1991.
- LEVI, Anthony (dir.). *Guide to French Literature: 1789 to the Present*. Chicago and London, St. James Press, pp. 432-437.
- LÉVY, Gilbert. *Vie du Marquis de Sade*. Paris, Gallimard, 1957.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1989.

“Livro reconstitui a ‘subversão popular’ de Michelet, 200 anos”. *Jornal Folha de São Paulo: Folha Ilustrada*. São Paulo, 11 ago. 1998, p. 4-1.

LOBO, Liza (org.). *Teorias Poéticas do Romantismo*. Rio de Janeiro, Mercado Aberto/UFRJ, 1987.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo. Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivo do Governo Civil*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1978, pp. 31-131.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.

_____. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LUKÁCS, Georg. “Arte y verdad objetiva”. *Problemas del Realismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966, pp.11-54.

_____. *A Teoria do Romance*. Lisboa, Presença, s.d.

_____. *Balzac et le réalisme français*. Paris, François Maspero, 1967.

LUPPÉ, Robert de. *Les idées littéraires de Madame de Staël et l’héritage des lumières (1795-1800)*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *Além da Moral Burguesa – Um Mito de Resistência e Conformismo*. Uberlândia, História e Perspectiva, jul./dez. 1988.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber. A trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MACHEREY, Pierre. *A quoi pense la littérature? Exercices de philosophie littéraire*. Paris, PUF, 1990.

MARSAN, Jules. *La bataille romantique*. Paris, Hachette, 2 v., 1924.

MARX, Karl. “A assim chamada acumulação primitiva”. *Marx*. São Paulo, Abril Cultural, “Os Economistas”, t. II, 1996.

_____. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1978.

MASSEAU, Didier. *L’invention de l’intellectuel dans l’Europe du XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1994.

MASSILON. *Discours inédit de Massilon sur le danger des mauvaises lectures, suivi de plusieurs pièces intéressantes*. Paris, Beaucé, 1817.

MATOS, Franklin de. “Os filósofos e o teatro da revolução”. *Jornal Folha de São Paulo: Folhetim*. São Paulo, 29 out. 1988.

MATTOSO, José. *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa, Estampa, 1988.

MAUSI, R. *L'idée du bonheur dans la littérature et la pensée française au XVIII^e siècle*. Paris, Albin Michel, 1994.

MAY, Georges. *Le dilemme du roman au XVIII^e siècle. Étude sur les rapports du roman et de la critique (1715-1761)*. Paris, PUF, 1963.

MCKEON, Michael. *The Origins of the English Novel (1600-1740)*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1991.

METTRA, Claude. “Un être complet, ayant les deux sexes de l'esprit”. *Les Nouvelles littéraires*, 29 set. 1975.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Michelet cent ans après (estudos e depoimentos recolhidos por Paul Viallaneix). Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1975.

Michelet entre naissance et renaissance, 1798-1998: actes du colloque du bicentenaire tenu au château de Vascoeuil-Musée Michelet en septembre 1998. Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, 2001.

Michelet et “Le Peuple”. Actes du colloque tenu à l'Université de Nanterre le Samedi 23 Février 1975. Société des Études Romantiques. Université Paris X, Centre d'Études de Sciences de la Littérature, tomo I / II, 4^a section.

MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média*. São Paulo, EDUC/Imaginário, 1992.

_____. *A Bíblia da Humanidade*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1967.

_____. *A Feiticeira*. 3^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

_____. *A Mulher*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

_____. *A travers l'histoire de France, épisodes et récits tirés de l'Histoire de France de J. Michelet*. Paris, C. Delagrave, 1931.

_____. *Autobiographie. Introduction à l'histoire universelle*. Paris, Larousse, s.d.

_____. *Autor d'un grand historien. Nouvelles lettres inédites de Michelet*. Monaco, L'Acanthe, s.d.

_____. *Correspondance Générale. Textes réunis, classés et annotés par Louis de Guillou*. Paris, Champion, t. IV (1843-1845), 1995.

_____. *Correspondance Générale. Textes réunis, classés et annotés par Louis de Guillou*. Paris, Champion, t. V (1846-1848), 1995.

_____. *Cours au Collège de France (1838-1851). Publiés par Paul Viallaneix avec la collaboration d'Oscar A. Haac et d'Irène Tieder*. Paris, Gallimard, 2 v., 1995.

_____. "Discours sur le système et la vie de Vico". VICO, Jean-Baptiste. *Principes de la Philosophie de l'Histoire*. Traduits de la *SCIENZA NUOVA* et précédés d'un discours sur le système et la vie de l'auteur par JULES MICHELET. Paris, Armand Colin, 1963.

_____. *Écrits de Jeunesse (Journal - 1820-1823, Mémorial, Journal des Idées). Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, s.d.

_____. *Épisodes de la Révolution Française. Choix de textes, introduction et notes par Henri Calvet*. 2^a ed., Paris, Alpina, 1966.

_____. *France et Français, textes patriotiques extraits de l'oeuvre de J. Michelet, choisis et annotés par Mme. Michelet*. Paris, Armand Colin, 1893.

_____. *Géricault*. Paris, L'Échoppe, 1991.

_____. *Histoire de la Révolution française*. Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 2 v., 1952.

_____. *Histoire et Philosophie. Introduction à l'histoire universelle, Vico, Luther. Étude par Albert Sorel*. Paris, Calmann-Lévy, 1900.

_____. *História da Revolução Francesa: da Queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *Imagens da França*. Bauru, EDUSC, 2000.

_____. *Jeanne d'Arc et autres textes*. Paris, Gallimard, Collection "Folio Classique", 1974.

_____. *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul*

Viallaneix. Paris, Gallimard, t. I (1828-1848), 1959.

_____ . *Journal. Texte intégral, établi sur les manuscrits autographes et publié pour la première fois, avec une introduction, des notes et de nombreux documents inédits par Paul Viallaneix*. Paris, Gallimard, t. II (1849-1860), 1962.

_____ . *La Bible de l'Humanité*. Paris, Calmann-Lévy, 1899.

_____ . *La Femme*. Paris, Calmann-Lévy, 1900.

_____ . *La France*. Paris, Compagnie française des arts graphiques, 1945.

_____ . *L'Amour*. Paris, Calmann-Lévy, 1923.

_____ . *La Sorcière*. Paris, Flammarion, 1966.

_____ . *Le Banquet. Papiers Intimes*. 2^a ed., Paris, Calmann-Lévy, 1879.

_____ . *Le Peuple*. Paris, Flammarion, 1974.

_____ . *Le Peuple. Introduction et notes par Robert Casanova*. Paris, Julliard, 1965.

_____ . *Les Fédérations de 1790*. Paris, Marpon-Flammarion, 1882.

_____ . *Les Femmes de la Révolution*. Paris, Carrère, 1988.

_____ . *Les Soldats de la Révolution. Hoche, La Tour d'Auvergne etc, etc*. Paris, Calmann-Lévy, 1889.

_____ . *Lettres inédites à Alfred Dumesnil et à Eugène Noël (1841-1871)*. Paris, PUF, 1924.

_____ . *L'Étudiant*. Paris, Seuil, 1970.

_____ . *Michelet. Choix de textes et préface par René Bray*. Fribourg, LUF, 1943.

_____ . *Notre France, sa géographie, son histoire*. Paris, Marpon-Flammarion, 1886.

_____ . *Oeuvres Complètes de Michelet, sous la direction de Paul Viallaneix. Première édition critique (histoire des textes, présentation des variantes, dossiers de presse)*. Paris, Flammarion, 13 v., 1972-1982.

_____ . *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____ . *Précis de l'Histoire Moderne*. Paris, Calmann-Lévy, s.d.

_____ . *Présentation de la France avant 1870*. Paris, M. Bruker, 1948.

_____ . *Sylvine (mémoires d'une femme de chambre), roman inédit*. Paris, René Debresse, 1940.

_____ . *Tableau de la France. Géographie physique, politique et morale*. Paris, Lacroix, 1875.

MICHELET, Mme. *La tombe de Michelet*. Paris, Impr. de Raçon, 1875.

MILL, John Stuart. *Collected Works of John Stuart Mill: Essay on French History and Historians*. Toronto, University of Toronto Press, v. XX, 1985.

MILLET, Claude (org.). *L'esthétique romantique en France: une anthologie*. Paris, Pocket, 1994.

MITZMAN, Arthur. *Michelet, Historian. Rebirth and Romanticism in 19th century France*. New Haven and London, Yale University Press, 1990.

Moi-Paris: catalogue de l'exposition Jules Michelet, organizado pela Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, mar./mai. 1975. Centenário da morte de Michelet. Notas de Michelet relativas a Paris: reedições de algumas reflexões sobre Paris publicadas no *Journal* e de anotações no curso no Collège de France de 1838.

MONOD, Gabriel. *Jules Michelet*. Paris, Sandoz et Fischbacher, 1875.

_____ . *La Vie et la Pensée de Jules Michelet*. Paris, Champion, 2 v., 1923 (reimp. 1975).

_____ . *Les Maîtres de l'Histoire: Renan, Taine, Michelet*. 3^a ed., Paris, Calmann-Lévy, 1895.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. *De L'Esprit des Lois*. Paris, Garnier-Flammarion, 2 v., 1979.

MORAES, Eliane Robert. *Marquês de Sade: um libertino no salão dos filósofos*. São Paulo, EDUC, 1992.

_____ . *Sade: a felicidade libertina*. Rio de Janeiro, Imago, 1994.

MOREAU, Thérèse. *Le Sang de l'Histoire: Michelet, l'histoire et l'idée de la femme au XIX^e siècle*. Paris, Flammarion, 1982.

MURAT, A. "Michelet historien-géographe". *Cahiers Charles Maurras*, n° 60, 1976.

MUSSET, Alfred de. *A Confissão de um filho do século*. 3^a ed., São Paulo, Atena, s.d.

MYLNE, Vivienne. *The Eighteenth-Century French Novel. Techniques of Illusion*. Manchester, Manchester University Press, 1965.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo, Nova Stella/EDUSP, 1989.

NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo, Annablume, 1998.

NOËL, Eugène. *Michelet et ses enfants*. Paris, Maurice Dreyfous, 1878.

NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, Collection “Bibliothèque Illustrée des Histoires”, 3 v., 1986.

Nova Enciclopédia Ilustrada Folha. São Paulo, Publifolha, 2 v., 1996.

NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____ (org.). *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

_____ . *Libertinos libertários*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____ (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

ODALIA, Nilo. *O Saber e a História: Georges Duby e o Pensamento Historiográfico Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses. Estética Antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine (1830-1848)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ORR, Linda. *Jules Michelet: nature, history and language*. London, Cornell University Press, 1976.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade: a França no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976.

_____ . *Les aveux du roman. Le XIX^e siècle entre Ancien Régime et Révolution*. Paris, Fayard, 2001.

_____ . *Les Mots des Femmes. Essai sur la singularité française*. Paris, Fayard, 1995.

PAINÉ, Thomas. *Os Direitos do Homem. Uma Resposta ao Ataque do Sr. Burke à Revolução*

Francesa. Petrópolis, Vozes, 1989.

PAPILLARD, François. *Jules Michelet. "Moi, Amoureux de Vascoeuil...!"*. Condé-sur-Noireau, Charles Corlet, 1994.

PAUVERT, Jean-Jacques. *Oeuvres Complètes du Marquis de Sade*. Millau, Pauvert, 1988.

PELCKMANS, Paul. "Le prêtre, la femme et la famille. Notes sur l'anticléricalisme de Michelet". *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 23, 1979.

PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 4, 1991.

_____. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PESSIN, Alain. *Le mythe du peuple et la société française du XIX^e siècle*. Paris, PUF, Collection "Sociologie D'AUJOURD'HUI", s.d.

PICARD, Roger. *Le Romantisme Social*. New York, Brentano, 1944.

PICON, Gaëtan. "Michelet". *Tableau de la littérature française...3, De Madame de Staël à Rimbaud*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 114-120.

_____. "Michelet et la parole historienne". MICHELET, Jules. *L'Étudiant*. Paris, Seuil, Collection "Pierres Vives", 1970.

POMMIER, Jean. *Les écrivains devant la Révolution de 1848*. Paris, PUF, 1948.

_____. *Michelet interprète de la figure humaine*. London, The Athlone Press, 1961.

PONS, Alain. "De la 'nature commune des nations' au peuple romantique. Note sur Vico et Michelet". *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 19, 1975.

PRADEILLES, Catherine. "Mensonge romanesque et vérité morale dans La Princesse de Clèves de Madame de La Fayette". FERRIER-CAVERIVIÈRE (dir.). *Thèmes et genres littéraires aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris, PUF, 1992, pp. 109-118.

PRADO JR., Bento. "Gênese e estrutura dos espetáculos". *Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap/Ed. Bras. de Ciências, n° 14, out./nov./dez. 1975.

PUGH, Anne R. *Michelet and his ideas on social reform*. New York, Columbia University Press, 1923.

QUINCEY, Thomas de. “Jeanne d’Arc. A propos de l’Histoire de France de M. Michelet”. *De l’assassinat considéré comme un des beaux-arts*. Paris, Gallimard, 1963.

QUINET, Mme. Edgar. *Cinquante ans d’amitié: Michelet et Quinet*. Paris, Armand Colin, 1899.

RAGON, Michel. *Les écrivains du peuple, essai d’histoire de ce courant littéraire, depuis avant 1848*. Paris, Vigneau, 1947.

RAIMOND, Michel. *Le Roman depuis la Révolution*. Paris, Armand Colin, 1981.

RANCIÈRE, Jacques. *A Noite dos Proletários. Arquivos do sonho operário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____ . *Les mots de l’histoire – Essai de poétique du savoir*. Paris, Seuil, 1992.

_____ . *Os Nomes da História: Ensaio de Poética do Saber*. São Paulo, EDUC/Pontes, 1994.

_____ . *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.

RAYMOND, Marcel. *Être et dire: études*. Neuchâtel, La Baconnière, 1970.

_____ . *Romantisme et rêverie*. Paris, J. Corti, 1978.

RAYNAUD, Philippe. “Les femmes et la civilité: aristocratie et passions révolutionnaires”. *Le Débat*, n° 57, 1989.

REFORT, Lucien. *Essai d’introduction à une étude lexicologique de Michelet*. Paris, Champion, 1923.

REICHLER, Claude. *L’âge libertin*. Paris, Minuit, 1987.

REIS, J. C. *A História: entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo, Ática, 1996.

RÉIZOV, B. *L’Historiographie Romantique Française, 1815-1830*. Moscou, Éd. en Langues Étrangères, s.d.

REMAUD, Olivier. *Michelet: la magistrature de l’histoire*. Paris, Michalon, 1998.

RÉTIF, André. “Michelet, précurseur de mai 1968”. *Vie et Langage*, XXI, 1972.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo, Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1990.

_____. *A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. *Filosofia Política*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris, Seuil, 3 v., 1983.

RIPERT, Pierre. *Dictionnaire des synonymes de la langue française*. Paris, Bookking International, 1994.

RIPOLL, Roger e KNIBIEHLER, Yvonne. “Les premiers pas du feuilleton: chronique historique, nouvelle, roman”. *Europe. Revue littéraire mensuelle*. Paris, n° 92, s.d., pp. 07-19.

ROBB, Graham. *Balzac. Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

ROBERT, Marthe. *Roman des Origines et Origines du Roman*. Paris, Gallimard, 1972.

ROBICHEZ, Jacques. *XIX^e siècle français. Le siècle romantique*. Paris, Seghers, Collection “Seghers”, 1962.

ROSSI, P. *Os Sinais do Tempo: História da Terra e História das Nações de Hooke a Vico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Carta a D’Alembert*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.

_____. *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes*. Paris, Éd. Sociales, Collection “Les Classiques du Peuple”, 1971.

_____. *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*. Paris, Librairie Garnier Frères, 1931.

_____. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

_____. *Júlia ou A Nova Heloísa: cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994.

_____. *Rousseau*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção “Os Pensadores”, v. II, 1999.

ROUSSEAU, Nicolas. *Diderot: l’écriture romanesque à l’épreuve du sensible*. Paris, Champion, 1997.

ROY, Claude. *Les soleils du romantisme. Descriptions critiques, XIX^e siècle*. Paris, Gallimard, 1974.

ROYLE, Edward. *Chartism*. 3ª ed., London, Longman, Seminar Studies in History, 1996.

RUDÉ, George. *A Multidão na História. Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

SADE. *Oeuvres complètes du Marquis de Sade*. Millau, Pauvert, t. X, 1988.

_____. *Os Crimes do Amor*. Porto Alegre, L&PM, 2001.

SALIBA, Elias Tomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

SAND, George. *Indiana*. Paris, Gallimard, Collection “Folio Classique”, 1984.

_____. *Lélia*. Paris, Classiques Garnier, 1960.

SARDE, Michèle. *Regard sur les Françaises (X^e-XX^e siècles)*. Paris, Stock, 1983.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SCHIAVINATTO, Iara. “Henri Berr: a história como vida e valor”. *Revista Brasileira de História: Memória, História, Historiografia – Dossiê Ensino de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/ SCT/ CNPq/ FINEP, v. 13, nº 25/26, set. 92/ago. 93, pp. 105-120.

SCHREINER, Michelle. *Jules Michelet e o Romantismo Político na História. Um estudo sobre o conceito de “povo” na historiografia francesa da primeira metade do século XIX*. Campinas, 2001. (Dissertação de Mestrado/Unicamp/IFCH)

_____. “Jules Michelet: uma leitura da emergência do “povo” no cenário historiográfico francês da primeira metade do século XIX”. *Coletânea de artigos apresentados no Seminário de Pesquisas em Andamento da APG-IFCH, realizado de 04 a 07/11/02, no IFCH-UNICAMP*. Campinas, UNICAMP/IFCH/KAPG, 2002, pp. 153-161.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

SIMON, Mireille. “Deux géants du XIX^e, Sand et Michelet”. *Présence de George Sand*. Echirrolles, Association pour l’étude et la diffusion de l’oeuvre de George Sand, nº 4, 1978, pp. 22-26.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. *Révolutions du Sujet*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.

SOBOUL, Albert. *La civilisation et la Révolution française*. Paris, Arthaud, 1978.

_____. *Les sans-culottes parisiens en l'an II: mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire (1793-1794)*. Paris, Seuil, 1979.

_____. *Précis d'histoire de la Révolution française*. Paris, Éd. Sociales, 1972.

SOLOVIEFF, Georges. *Madame de Staël: choix de textes thématique et actualité*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1974.

STAËL, Germaine de. *Considérations sur la Révolution Française*. Paris, Tallandier, 1983.

_____. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris, Flammarion, 1991.

_____. *Essai sur les fictions suivi De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*. Paris, Ramsay, 1979.

_____. *Lettres sur les écrits et les caractères de J. J. Rousseau*. Paris, Treuttel et Würtz, 1820.

_____. *Oeuvres complètes*. Paris, Treuttel et Würtz, 1821.

STAROBINSKI, Jean. "Critique et principe d'autorité (Madame de Staël et Rousseau)". *Mouvements Premiers. Études critiques à Georges Poulet*. Paris, J. Corti, 1972.

_____. *1789, Os Emblemas da Razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

STEINER, G. *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição da Cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, s.d.

STENDHAL. *Lucien Leuwen*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

STEVENSON, Lionel. *The English Novel. A Panorama*. London, Constable, 1960.

STONE, Lawrence. "O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma Nova Velha História". *Revista de História*. Campinas, Ed. da UNICAMP, n° 2/3, 1991.

SUE, Eugène. *Les Mystères de Paris*. Paris, Robert Laffont, 1989.

TALMON, J. L. *Romantismo e Revolta: Europa, 1815-1848*. Lisboa, Verbo, 1971.

Testament olographe de M. Jules Michelet (27 juillet 1872). Paris, Impr. de Raçon, 1874.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e*

aos animais (1500-1800). São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

THOMPSON, Dorothy. *The Chartists. Popular Politics in the Industrial Revolution*. New York, Pantheon Books, 1984.

_____. *Outsiders: Class, Gender and Nation*. London, Verso, 1993.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 v., 1987.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TIEDER, Irène. “Les silences de l’histoire. Michelet, Luther et la guerre des paysans”. *The Hebrew University Studies*, VII, 1979.

TISSOT, Simon-Andre. *De la santé des gens de lettres*. Lyon, chez Pierre Duplain, 1775.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed., Brasília, UnB, 1997.

_____. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____. *Les historiens du XIX^e siècle*. Paris, H. Didier, 1939.

TRONCA, Ítalo A. (org.). *Foucault Vivo*. São Paulo, Pontes, 1987.

TROUSSON, Raymond. “Michelet, lecteur de Rousseau”. *Spicilegio moderno*. Pisa, 1979.

_____. “Prefácio”. *Romans de femmes du XVIII^e siècle*. Paris, Robert Laffont, 1996.

“Um prodígio das letras [Balzac] que teimava em ser Deus”. *Jornal O Estado de S. Paulo: Caderno 2/Cultura*. São Paulo, 09 mai. 1999, pp. D6-D7.

VAN DER ELST, Robert. *Michelet naturaliste, esquisse de son système de philosophie*. Paris, C. Delagrave, 1914.

VANONCINI, André. “Pour une critologie balzacienne: esquisse d’une problématique”. *Revue de Littérature: L’Institution Littéraire*. Paris, Larousse, n° 42, mai. 1981, pp. 57-65.

VAN TIEGHEM, P. e SEEBACHER, J. *L’oeuvre de Michelet*. Paris, Hachette, 1956.

VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo, 2000. (Tese de Livre-Docência/USP/FFLCH)

_____. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. Perdizes, Boitempo, 2002.

VERDIER, Abel. “Cinq lettres inédites de Michelet à sa femme Athénais”. *Revue d’histoire littéraire de la France*, LXXIV, set./out. 1974.

VERGARA, Francisco. *Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo*. São Paulo, Nobel, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 1971.

_____. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VIAL, Francisque e DENISE, Louis. *Idées et doctrines littéraires du XVIII^e siècle (extrait de préfaces, traités et autres écrits théoriques)*. Paris, C. Delagrave, 1909.

VIALA, Alain. *Naissance de l’écrivain – sociologie de la littérature à l’âge classique*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1985.

VIALLANEIX, Paul. “La Jeanne d’Arc de Michelet, légende romantique”. *Travaux de linguistique et le littérature*, XVII, 1979.

_____. *La “Voie royale”, essai sur l’idée de peuple dans l’oeuvre de Michelet*. Paris, Flammarion, 1971.

_____. “Le Héros selon Michelet”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 1/2, 1971, pp. 102-110.

_____. “Michelet et la Révolution de 1789”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 50, 1985.

_____. “Michelet, la Réforme et les réformés”. *Bulletin de la Société de l’histoire du protestantisme français*, CXXII, 1977.

_____. *Michelet, les travaux et les jours*. Paris, Gallimard, 1998.

_____. “Michelet, machines, machinisme”. *Romantisme. Revue de la Société des Études Romantiques*. Paris, Flammarion, n° 23, 1979.

VIARD, Jacques. “Michelet à la lumière de 1900”. *Revue d’histoire littéraire de la France*, LXXIV, set./out. 1974.

VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova acerca da natureza comum das nações*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Lettres Philosophiques*. Paris, Marcel Didier, Collection

“Société des Textes Français Modernes”, 2 v., 1964.

VOVELLE, Michel. *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa, Presença, 1986.

_____. (org.). *França Revolucionária (1789-1799)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000.

WALTER, Gérard. *Préface à l’Histoire de la Révolution de Michelet*. Paris, Gallimard, Collection “Bibliothèque de la Pléiade”, 1939.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e Crítica do Esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

WEINTRAUB, Wiktor. “En marge de l’amitié de Mickiewicz et Michelet”. *Revue de littérature comparée*, 1976.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1992.

_____. “Teoria Literária e Escrita da História”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994, pp. 23-48.

_____. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, EDUSP, 1994.

WILLIAMS, Ioan. *Novel and Romance , 1700-1800. A Documentary Record*. London, Routledge & Kegan Paul, 1986.

WILLIAMS, John R. *Jules Michelet: historian as critic of French literature*. Alabama, Summa Publications, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade, 1780-1950*. São Paulo, Companhia das Letras, 1969.

_____. *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society*. London, Fontana Press, 1988.

_____. *The Long Revolution*. London, The Hogarth Press, 1992.

WILSON, Edmund. *O Castelo de Axel. Estudo Acêrca da Literatura Imaginativa de 1870-1930*. São Paulo, Cultrix, 1959.

_____. *Onze Ensaios: Literatura, Política, História*. São Paulo, Companhia das Letras, s.d.

_____. *Rumo à Estação Finlândia. Escritos e Autores da História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo, Senac, 2001.

ZOLA, Emile. *Do Romance*. São Paulo, EDUSP/Imaginário, 1995.

ZWEIG, Stephan. *Balzac*. Rio de Janeiro, Delta, t. XIX, 1956.